

PRESIDENTE:

Exmo. Sr. Desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira

MEMBROS:

Exmo. Sr. Desembargador José Carlos Maldonado de Carvalho

Exmo. Sr. Desembargador Fernando Foch de Lemos Arigony da Silva

Exma. Sra. Desembargadora Teresa de Andrade Castro Neves

Exma. Sra. Desembargadora Inês da Trindade Chaves de Melo

Exma. Sra. Desembargadora Maria da Glória Oliveira Bandeira de Mello

Exmo. Sr. Deputado Estadual Alexandre Freitas

Exmo. Sr. Deputado Estadual Chico Machado

Exmo. Sr. Deputado Estadual Waldeck Carneiro (Relator)

Exma. Sra. Deputada Estadual Dani Monteiro

Exmo. Sr. Deputado Estadual Carlos Macedo

Acórdão

PROCESSO N° 2020-0667131

RELATOR: DEPUTADO WALDECK CARNEIRO



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

PROCESSO N.º 2020/0667131

DENUNCIANTE(S): EXMO. SR. DEPUTADO ESTADUAL LUIZ PAULO CORREA DA ROCHA E EXMA. SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIA HELENA PINTO DE BARROS

DENUNCIADO: EXMO. SR. GOVERNADOR WILSON JOSÉ WITZEL

RELATOR: EXMO. SR. DEPUTADO ESTADUAL WALDECK CARNEIRO

EMENTA: Crime de Responsabilidade. Denúncia contra o Governador do Estado do Rio de Janeiro. Incidência da Lei Federal nº 1.079/1950, segundo as balizas da Súmula Vinculante nº 46 e do julgamento de mérito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 378-DF, ambos do Supremo Tribunal Federal. Competência do Tribunal Especial Misto. Pandemia reconhecida pela Organização Mundial de Saúde, em 11 de março de 2020. Imputações de improbidade na administração e conduta incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo de Governador do Estado, em virtude da requalificação supostamente delituosa do Instituto Unir Saúde, bem como da alegada improbidade da avença com o Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde. Fatos sobejamente comprovados. Incidência, em ambos os eixos da Denúncia, do art. 9º, item 7, da Lei Federal nº 1.079/1950. Culpabilidade configurada. Circunstâncias e consequências dos crimes de responsabilidade que determinam a condenação, em ambos os eixos, à perda do cargo eletivo e à consequente inabilitação por cinco anos para o exercício de qualquer função pública, nos termos do *caput* do art. 78 do mesmo diploma.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo especial por crime de responsabilidade, em que são denunciantes o Excelentíssimo Senhor Deputado Luiz Paulo Correa da Rocha e a Excelentíssima Senhora Deputada Lucia Helena Pinto de Barros, acordam os Membros do Tribunal Especial Misto, em sessão presencial, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira, em conformidade com a ata de julgamento: por unanimidade de votos, acolher a pretensão acusatória, julgando procedente o pedido para condenar o réu à



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

perda do cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro e à inabilitação para o exercício de qualquer função pública pelo prazo de cinco anos, nos termos do artigo 4º, inciso v, do artigo 9º, item 7, e do artigo 78, todos da Lei Federal nº 1.079, de 10 de abril de 1950.

RELATÓRIO

I - DA DENÚNCIA

Em 27 de maio de 2020, foi protocolada, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), denúncia em desfavor do Exmo. Sr. Wilson José Witzel, Governador do Estado do Rio de Janeiro, tendo como signatários o Exmo. Sr. Deputado Estadual Luiz Paulo Correa da Rocha e a Exma. Sra. Deputada Estadual Lucia Helena Pinto de Barros.

A referida peça denunciatória tem como fundamento legal a possível caracterização da prática de Crime de Responsabilidade, na forma prevista no artigo 74, tipificado conforme disposto nos artigos 4º, inciso V, e artigo 9º, item 7, todos da Lei Federal nº 1.079, de 10 de abril de 1950.

Eis os fatos, segundo os denunciantes, que passo a citar:

“No dia 16 de outubro de 2019, foi editada a RESOLUÇÃO CONJUNTA SES/SECCG Nº 664, tendo como signatários o Secretário de Estado de Saúde e o Secretário de Estado da Casa Civil e Governança. A mencionada resolução se fundamentou na Lei Estadual nº 6.043, de 19 de setembro de 2011 e no Decreto Estadual nº 43.261, de 27 de outubro de 2011. Após assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa no processo administrativo instaurado no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde, sob o nº E- 08/001/1170/2019, com vistas à apuração da gestão das unidades de saúde sob a responsabilidade da Organização Social de Saúde Instituto Unir Saúde (OSS UNIR), observou-se indícios de irregularidades suficientes. Tais indícios ensejaram que a aludida resolução desqualificasse a entidade sem fins lucrativos, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, nos moldes do § 5º, do artigo 75 do Decreto Estadual nº 43.261/2011.

Esta desqualificação importou na rescisão dos contratos de gestão vigentes à época, reversão dos bens permitidos e dos valores entregues, sem prestação de contas, à utilização da Organização



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Social de Saúde Instituto Unir Saúde (OSS UNIR), sem prejuízo de outras sanções cabíveis, nos termos do § 7º, do artigo 75 do Decreto Estadual nº 43.261/2011.

Ocorrendo assim a rescisão unilateral pelo Poder Público dos contratos de gestão vigentes, não tendo a mencionada Organização Social direito à indenização, nos moldes do § 9º, do artigo 75 do Decreto Estadual nº 43.261/2011.

Em 23/03/2020, o denunciado sem fundamento legal idôneo, utilizando do poder discricionário de conveniência e oportunidade deu provimento ao recurso administrativo interposto pela Organização Social de Saúde Instituto Unir Saúde (OSS UNIR) para revogar a sua desqualificação. A decisão foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro do dia 24/03/2020 e consequentemente, restituiu à mencionada Organização Social todos os direitos e obrigações contratuais anteriores a sua desqualificação, bem como a possibilidade de esta assinar novos contratos com o Estado do Rio de Janeiro.

Ocorre que com o advento da epidemia do COVID- 19, foi reconhecida a situação de emergência na saúde pública do Estado do Rio de Janeiro em razão do contágio, pelo Decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020, se fez necessário no âmbito do Estado do Rio de Janeiro o aumento de leitos hospitalares e consequentemente de todos os equipamentos necessários a guarnecer estes leitos, para atendimento as pessoas acometidas pelo malfadado novo coronavírus. Estando entre estes equipamentos o chamado respirador mecânico, além da construção hospitais de campanha.

Em razão desta necessidade veemente, o Poder Executivo através da Secretaria de Estado de Saúde fez a aquisição de 1.000 respiradores mecânicos, porém foi apurado que os valores constantes nos contratos de aquisição foram superfaturados, com valores muito acima dos praticados no mercado atual.

Com esta apuração foram descobertos pelo Ministério Público Federal robustos indícios da participação do Governador do Estado do Rio de Janeiro, sr. Wilson José Witzel nos atos ilícitos. Isto posto, tais elementos foram encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça – STJ, tendo sido distribuída a relatoria ao exmo. sr. Ministro Benedito Gonçalves, este por sua vez diante dos elementos apresentados expediu 12 (doze) mandados de busca e apreensões a serem cumpridos pela Polícia Federal nos estados de São Paulo e no Rio de Janeiro, chamada “Operação Placebo”, com a seguinte decisão judicial abaixo colacionada:

"PEDIDO DE BUSCA E APREENSAO CRIMINAL N° 27 - DF (2020/01 14014-7)

RELATOR: MINISTRO BENEDITO GONCALVES
REQUERENTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REQUERIDO: EM APURACAO
DECISÃO

Trata-se de expediente avulso em que a Secretaria da Corte Especial acosta pedido de Medida Cautelar de Busca e



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Apreensão Criminal requerido pelo Ministério Público Federal contra investigados que indica.

O Inquérito n. 1338, instaurado junto a esta Corte Superior, a pedido do Ministério Público Federal, visa apurar possíveis irregularidades na execução do programa estatal de enfrentamento ao COVID-19, no Estado do Rio de Janeiro, onde diversos contratos foram supostamente firmados com valores superiores aos praticados pelo mercado.

Após narrativa das condutas dos investigados e das empresas contratadas, já disposta no referido inquérito, o MPF imputa indícios de participação ativa do Governador do Estado quanto ao conhecimento e ao comando das contratações realizadas com as empresas ora investigadas, mesmo sem ter assinado diretamente documentos, vez que sempre divulgou todas as medidas em sua conta no Twitter.

Relata que relevantes informações contidas na rede mundial de computadores e, principalmente, elementos de convicção originários do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e da Procuradoria da República naquela unidade da Federação, confirmam a existência de fraudes e o provável envolvimento da cúpula do Poder Executivo fluminense, a recomendar seja adotada a medida cautelar probatória de busca e apreensão.

Descreve que em 14/5/2020 recebeu, por meio da procuradoria da República no Rio de Janeiro, prova judicialmente compartilhada, obtida em uma das investigações que tramitam em primeiro grau, onde em interceptação telefônica colhe diálogo referente a ato de revogação da desqualificação da Organização Social UNIR SAÚDE, indicativos de possível ajuste ilícito entre o M.P. com o governador W.W., vez que o Governador deu provimento a recurso hierárquico apresentado pela citada organização social e revogou a Portaria SES/SECCG n. 664/2019, que desqualificava a entidade, sob o fundamento de conveniência e oportunidade, demonstrando forte probabilidade da existência de ajustes para o desvio de dinheiro público.

Informa que em novo compartilhamento de provas proveniente da Justiça Federal do Rio de Janeiro, demonstram vínculo bastante estreito e suspeito entre a Primeira Dama do Estado do Rio de Janeiro H.A.B.W. e as empresas de interesse de M.P., em especial o contrato de prestação de serviços e honorários advocatícios entre seu escritório de advocacia e a empresa DPAD SERVIÇOS DIAGNÓSTICOS LTDA, bem como comprovantes de transferências de recursos entre as duas empresas.

Descreve, ainda, que conforme Informação n. 0011/2020 da Polícia Federal, encontraram no correio eletrônico alessandro.duarte@gmail.com mensagens datadas de 14/04/2020, recebidas de J.E (rj_juan@hotmail.com) com documentos relacionados a pagamentos para a esposa do governador W.W.

Descrevem a relação de A.D. e J.E. com organização criminosa chefiada por M.P. para tanto dispõe:

A.D. figura como braço direito de M.P., sendo, além de sócio de diversas empresas interligadas ao grupo empresarial, responsáveis pela gestão financeira de grande parte dos negócios do empresário, estando à frente dos negócios do grupo empresarial ao menos desde 2012, época



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

da contratação do IDR pela SES/RJ, bem como é um dos procuradores de conta bancária da ATRIO RIO SERVICE com movimentações milionárias suspeitas.

Por sua vez, J.E. além de movimentar expressivas quantias em dinheiro para os investigados, exerce a função de contador de diversas empresas do grupo, figurando, ainda, como sócio de empresas relacionadas a contratos suspeitos.

Transcrevem áudios interceptados pela autoridade policial em terminal utilizado por J.E. que demonstram que recentemente foram feitas alterações dos contratos sociais de empresas utilizadas pela organização criminosa para a movimentação de ocultação de recursos oriundos dos cofres públicos, como ATRIO RIO SERVICE TECNOLOGIA, DPAD E MV GESTAO DE ATIVOS EMPRESARIAIS, dentre outras.

Aduzem, ainda, que M.P. utilizava de pessoas para receber e pagar vantagens ilícitas de sua organização criminosa.

Mencionam a existência de relação do Secretário Estadual L.P. com a organização criminosa chefiada por M.P., comprovada pela interceptação telefônica entre V.P. e sua mãe, bem como pelo recebimento de transferências financeiras no montante de R\$225.000,00 na conta do escritório advocacia de L.T., oriundo das empresas de M.P.

Afirmam a existência de prova robusta de fraudes nos processos que levaram a contratação do IABAS para gerir os hospitais de campanha no Rio de Janeiro, tudo com anuência de comando da cúpula do Executivo. Para tanto, informam que foram apresentados orçamentos fraudados para serviços de montagem/desmontagem de tendas, instalação de caixas d'água, geradores de energia e piso para a formação da estrutura dos hospitais de campanha, tudo com o conhecimento do então Secretário de Saúde E.S. Provas policiais dão conta que os demais orçamentos foram apresentados ao Estado para escamotear a fraude na contratação, apresentando uma legalidade inexistente.

Por fim, afirmou que as provas coletadas até esse momento indicam que, no núcleo do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, foi criada uma estrutura hierárquica, devidamente escalonada a partir do Governador, que propiciou as contratações sobre as quais pesam fortes indícios de fraudes.

Para tanto, descreve em que W.W. mantinha o comando das ações (auxiliado por H.W.), tendo seu Secretário E.S., por meio da Resolução SES n. 1991, delegado funções a G.N., criando-se uma estrutura hierárquica que deu suporte aos contratos supostamente fraudulentos, em cuja base figuram, no mínimo, F.J de O.F., representantes da Corporate Events Brasil, C.A.F., Presidente Executivo do IABAS e L.C.C.D., da empresa Clube de Produção (fl. 61).

Fundamento o que é medida cautelar de busca e apreensão se faz necessária no caso em análise, uma vez que a diligência poderá garantir a localização e apreensão de variada documentação (física e eletrônica) em poder dos investigados.

É o relatório. Decido.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Sobre a Medida Cautelar de Busca e Apreensão, disponha o art. 240, §1º, “c,” d”, “e”, “f” e “h”, do CPP:

Art. 240. A busca será domiciliar ou pessoal.

§ 1º Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para:

[...]

c) apreender instrumentos de falsificação ou de contrafação e objetos falsificados ou contrafeitos;

d) apreender armas e munições, instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso;

e) descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu;

f) apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato;

[...]

h) colher qualquer elemento de convicção.

A busca e apreensão, como medida cautelar, dependem do cumprimento cumulativo dos requisitos do *fumus bonis juris* e do *periculum in mora*.

Conforme acima relatado, a prova compartilhada originária do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e da Procuradoria da República naquela unidade da Federação, bem como a constante no caderno investigatório, trazem elementos de convicção, que, em juízo de cognição limitada e superficial, típico das cautelares, propiciam convicção quanto a indícios veementes de autoria e materialidade que permitem o deferimento da medida vindicada.

Uma vez caracterizado o *fumus bonis juris*, passo a análise da urgência.

O *periculum in mora* caracteriza-se pelo fato de que eventuais documentos comprobatórios das práticas ilícitas podem ser destruídos pelos investigados, sendo típico que os indícios destes delitos normalmente sejam eliminados pelos seus autores.

Ademais, estamos tratando de supostos ilícitos cometidos por alguns investigados com conhecimento jurídico, cuja obtenção da prova toma-se bastante difícil. Assim, a medida cautelar se mostra imprescindível em razão da necessidade de assegurar a preservação de elementos comprobatórios de materialidade e autoria delitivas.

Com efeito, é necessário que se obtenha o material relacionado à prática de crime, especialmente anotações, arquivos de computador, contratos, agendas de telefone, eletrônicos que arquivem dados, comprovantes de pagamentos ou de depósitos e mídias, sem prejuízo de qualquer outra prova de cometimento de crime.

O art. 5º da Constituição Federal de 1988 estabelece a inviolabilidade do domicílio, garantia que somente pode ser afastada em caso de flagrante delito ou desastre, para prestar socorro ou, durante o dia, por determinação judicial.

Assim, tratando-se de providência que almeja a apreensão de instrumentos utilizados na suposta prática de crime úteis a persecução investigatória, tal qual como exposto pelo Ministério Público Federal, é imperativo o deferimento da medida.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

A quebra de sigilo dos dados obtidos e arrecadados também deve ser autorizada, ainda que não explicitamente solicitada, porquanto é consectário lógico da indigitada apreensão, de modo a permitir o acesso a todos aqueles que vierem a ser obtidos, sejam de sistemas de informática, telemática ou qualquer meio de armazenamento, mesmo condizentes a sigilo bancário e/ou fiscal, inclusive dados armazenados na nuvem, através de quaisquer serviços utilizados. Eventualmente, podem ser realizadas cópias para salvaguardar os dados.

Ressalta-se que, nessa hipótese, é permitido que, em qualquer fase da persecução criminal, sejam acessados dados, documentos e informações fiscais, bancárias, financeiras e eleitorais, desde que autorizadas judicialmente.

Havendo necessidade, autorizo, também, a arrecadação de equipamentos eletrônicos de qualquer espécie nos quais possam estar armazenados tais dados, os quais devem ter o suporte de memória espelhado ou copiado, mediante requerimento dos interessados.

O direito ao sigilo de tais informações, eminentemente, de caráter individual, não pode ser absoluto e deve ser excepcionado porque a consagração das liberdades públicas não serve de salvaguarda a práticas ilícitas, cedendo espaço diante do interesse público superior.

A inviolabilidade da intimidade não pode escudar aqueles que atentam contra a ordem pública, sob pena de impedir, a concretização do interesse maior da coletividade no êxito da investigação criminal.

A providência também deve ser autorizada em compartimentos outros descobertos no curso da diligência, em salas comerciais/cômodos/unidades habitacionais, no mesmo prédio, contíguos ou não, independentemente de nova ordem.

Deve-se salientar que no STJ a busca e apreensão em escritórios de advocacia, desde que existem indícios de prática criminosa nesses ambientes. Como relatado acima, no caso dos autos, o escritório de advocacia da Primeira Dama do Estado do Rio de Janeiro H.A.B.W supostamente realizou contratos com empresas investigadas, sem que a investigação, até o momento, encontra-se provas da prestação do respectivo serviço, o que explicita possível exercício profissional voltado à atividade delitiva.

A respeito do tema, cito o seguinte precedente:

[...]

NULIDADE DA BUSCA E EMPREENSÃO EFETUADA EM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA. INVIOABILIDADE RELATIVA. ART.

7º, § 6º, DO ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. INVESTIGAÇÃO DE SUPOSTO DELITO COMETIDO PELO ADVOGADO. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE FORMAL NA DECISÃO JUDICIAL QUE DETERMINOU A MEDIDA CAUTELAR. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. INDICAÇÃO DE PARTICULARIDADES DO CASO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

1. A inviolabilidade do escritório de advocacia não é absoluta, ideia inclusive consagrada na própria Lei nº 8.906/94, em seu art. 7º, inciso II, combinado com seu § 6º - este incluído com o advento da Lei nº 11.767/2008 -, de tal sorte que é permitido nele ingressar para cumprimento de mandado de busca e apreensão



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

- específico e pormenorizado - determinado por Magistrado de forma fundamentada, desde que presentes indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado.

2. Na hipótese dos autos, o Juiz monocrático fundamentou a decisão que determinou a busca e apreensão, indicando expressamente as hipóteses do art. 240, § 1º, do Código de Processo Penal que embasaram a providência, quais sejam, as previstas nas alíneas "c", "d" e "h" do referido preceito legal, apresentando as peculiaridades do caso concreto e especificando os endereços onde a medida deveria ser cumprida, concluindo pela necessidade da cautelar para a instrução criminal, imprescindível para a identificação das relações mantidas entre os supostos participantes da organização, tudo em conforme ao disposto no ordenamento processual penal vigente.

3. Recurso parcialmente prejudicado e, na parte remanescente, improvido. (RHC 21.455/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 26/10/2010, DJe 13/12/2010)

Quanto ao cumprimento dos mandados, registro que a autoridade e agentes policiais devem obedecer ao disposto no art. 7º da Lei n. 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia):

Art. 7º São direitos do advogado:

[...]

II – a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia;

[...]

§6º Presentes indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado, a autoridade judiciária competente poderá decretar a quebra da inviolabilidade de que trata o inciso II do caput deste artigo, em decisão motivada, expedindo mandado de busca e apreensão, específico e pormenorizado, a ser cumprido na presença de representante da OAB, sendo, em qualquer hipótese, vedada a utilização dos documentos, das mídias e dos objetos pertencentes a clientes do advogado averiguado, bem como dos demais instrumentos de trabalho que contenham informações sobre clientes.

§7º A ressalva constante do § 6º deste artigo não se estende a clientes do advogado averiguado que estejam sendo formalmente investigados como seus partícipes ou coautores pela prática do mesmo crime que deu causa à quebra da inviolabilidade.

Em relação a busca no escritório de advocacia, registro que deve ser arrecadada exclusivamente a documentação correlata aos fatos aqui investigados.

Fica a autoridade policial autorizada a restituir diretamente tudo aquilo que constatar não servir à prova.

Nos termos do art. 7º, §6º, da Lei n. 8.906/94, caberá ao Delegado de Polícia Federal, na véspera do cumprimento dos mandados de busca e apreensão no escritório de advocacia, requerer a presença de representante da OAB, que deve comparecer em ponto de partida a ser indicado, sem prévio conhecimento do local em que a medida realizar-se-á.

Ante ao exposto, defiro o pedido do Ministério Público Federal, nos seguintes termos:



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

I) busca e apreensão em desfavor dos investigados listados abaixo, nos endereços residenciais e profissionais (inclusive no Palácio Guanabara, nas Secretarias de Saúde e da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro), que deverão ser confirmados e indicados pela Polícia Federal no prazo de 5 (cinco) dias:

- a) WILSON JOSÉ WITZEL;
- b) HELENA ALVES BRANDÃO WITZEL;
- c) HELENE WITZEL SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA;
- d) EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS;
- e) GRABRIELL CARVALHO NEVES FRANCO DOS SANTOS;
- f) FERNANDO JOSÉ DE OLIVEIRA FERNANDES;
- g) CLAUDIO ALVES FRANÇA;
- h) LUIZ CLAUDIO COSTA DUARTE
- i) INSTITUTO DE ATENÇÃO BÁSICA E AVANÇA À SAÚDE – IABAS;
- j) CORPORATE EVENTS BRASIL;
- k) CLUBE DE PRODUÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA LTDA.

II) Determino o cumprimento da presente medida cautelar, visando, apreender e, em seguida, analisar (inclusive pericialmente, se necessário):

II.1) documentos físicos e eletrônicos indicativos de associação entre investigados: tais como agendas (inclusive de anos anteriores), documentos (incluindo procurações e alvarás), rascunhos ou demais documentos congêneres;

II.2) documentos indicativos de corrupção: contratos de prestação de serviços, notas fiscais, planilhas de custos contabilizados, recibos, comprovantes de depósitos ou de transferências bancárias, entre outros documentos comprobatórios de pagamento de vantagens financeiras, como qualquer escrito que relacione alguém a um valor;

II.3) documentos indicativos de ocultação de bens: comprovantes de depósito ou de transferências bancárias, procurações, contratos de promessa e de compra e venda de bens, certificados de Registro e Licenciamento de Veículos, escrituras públicas, entre outros documentos indicativos dos destinos dos valores;

II.4) mídias: mídias de armazenamento (pen drive, HD EXTERNO, notebook, HD CPU, aparelhos de telefone (se smartphones), dentre outros, com arquivos importantes a investigação;

III) adotará o Delegado da Polícia Federal todas as cautelas para que a medida seja cumprida na forma e horário que repercutam o mínimo embaraço possível às atividades locais, atendo-se às seguintes peculiaridades:

III.1) que a apreensão de valores em espécie em moeda estrangeira ou em reais seja limitada ao valor igual ou superior a R\$1.000,00 e desde que não seja apresentada prova documental cabal de sua origem lícita (nas residências dos investigados apenas e não nas empresas);

III.2) no tocante às obras de arte de elevado valor ou objeto de luxo, sem comprovada aquisição com recursos lícitos, deve o Superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro, providenciar a custódia, em ambiente seguro, indicando, no



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

prazo de 30 (trinta) dias, museu ou estabelecimento para sua guarda, até eventual alienação;

III.3) fica também o Delegado da Polícia Federal atento para o cumprimento do Estatuto dos Advogados, conforme determinado na fundamentação acima;

IV) autorizo o Delegado da Polícia Federal a prosseguir nas medidas de busca e apreensão em endereços contíguos, devendo adotar todas as medidas necessárias para verificar a existência de eventuais cômodos secretos ou salas reservadas em quaisquer dos endereços diligenciados, franqueando-lhe, ainda, acesso, cópias ou apreensão, dos registros de controle de ingressos nos endereços relacionados, caso existam;

V) autorizo o Delegado da Polícia Federal a ter acesso ao conteúdo dos aparelhos eletrônicos apreendidos, sobretudo dos dados armazenados na “nuvem”, através de quaisquer serviços utilizados, notadamente com relação aos aparelhos de telefonia celular, franqueando que esse acesso ocorra inclusive no local das buscas;

VI) fica autorizado que conste nos mandados de busca e apreensão pessoal quando houver fundada suspeita de que os envolvidos ou demais pessoas presentes no local estejam ocultando consigo provas (ex.: celulares, pen drives, chips, mídias e/ou documentos), bem como que seja autorizado o uso da força estritamente necessária para romper eventual obstáculo à execução dos mandados;

VII) delego a competência investigativa para a Polícia Federal proceder o cruzamento do resultado do material aqui produzido com os elementos probatórios que forem compartilhados das demais investigações, assim como proceder a oitiva imediata dos investigados WILSON WITZEL; HELENA BRANDÃO WITZEL; HELENA WITZEL SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA; EDMAR SANTOS, GRABRIELL NEVES; FERNANDO JOSÉ DE OLIVEIRA FERNANDES; CLAUDIO ALVES FRANÇA e LUIZ CLAUDIO DA COSTA DUARTE e demais agentes envolvidos nas contratações mencionadas ao longo dessa peça processual;

VIII) fica alertado que no dia do cumprimento da busca, deve-se observar o respeito aos direitos ao silêncio e da não autoincriminação, subsuma-se por relevante, matérias não abarcadas por reserva de jurisdição;

Dispensada a publicação, em virtude do sigilo deste procedimento.

Diligências necessárias.

Cumpra-se com urgência.

Brasília (DF), 21 de maio de 2020.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator”

Os citados mandados de buscas e apreensões tinham como destino diversos endereços associados ao governador do Estado do Rio de Janeiro, estando entre eles o Palácio Laranjeiras que é a residência oficial do Governador do Estado, a residência particular do Governador no bairro do Grajaú, o Palácio Guanabara que é a sede do Governo do Estado e o escritório de advocacia da esposa do governador,

Na decisão judicial, o Ministro Benedito Gonçalves, do STJ, relata que os investigadores afirmam a existência de prova robusta nos



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

processos que levaram a contratação da IABAS para construir e gerir os hospitais de campanha no Rio de Janeiro, tudo com anuência e comando da cúpula do Executivo. Relatam que o governador Wilson Witzel “tinha o comando” da estrutura que deu suporte a fraudes na Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro. Tendo este, criado uma a estrutura hierárquica para a prática dos delitos dentro da estrutura do poder executivo fluminense para dar suporte aos contratos fraudulentos para originar ações de combate ao coronavírus no Estado do Rio de Janeiro.

Conforme apontado na decisão judicial, o Ministro Benedito Gonçalves do STJ fundamentou sua decisão, também, em prova compartilhada originária do Ministério público do Estado do Rio de Janeiro e da Procuradoria da República do Rio de Janeiro, bem como o constante do caderno investigatório quanto a indícios de autoria e materialidade que fundamentaram a operação diante do risco real de destruição de provas.

Assim posto, com tudo que veio à tona com a operação Favorito e os fundamentos arrolados pelos investigadores para a realização da operação placebo ficou demonstrado a existência de indícios robustos de participação ativa do governador Wilson Witzel no aludido esquema, procedendo o mesmo de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo, tipificado nos artigos 4º, V e 9º, 7 da Lei de crimes de responsabilidade (Lei nº 1.079/50).

A supramencionada operação teve também como alvo a organização social (OS) Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde - IABAS, responsável pela construção dos hospitais de campanha, que ainda não foram entregues na sua plenitude, ao custo de R\$ 835 milhões. Diga-se ademais, que em outra investigação, chamada operação Favorito, esta Organização Social seria na verdade associada ao empresário Mário Peixoto, que se encontra preso e possui contratos de R\$ 129 milhões com o governo do Estado do Rio de Janeiro.

A investigação aponta "vínculo bastante estreito e suspeito" entre a membros de seu Governo e as empresas do empresário Mário Peixoto, pois, inclusive é arrolado o escritório de advocacia da 1ª dama do Estado que teria contrato de prestação de serviços com a empresa DPAD Serviços Diagnósticos, ligada ao mesmo empresário. Afirma o Ministro que há documentos relacionados a pagamentos para a esposa do governador que foram encontrados no endereço eletrônico de dois homens apontados como operadores financeiros do empresário preso.

Importante frisar que o empresário Mário Peixoto seria também o real responsável pela Organização Social Instituto Unir Saúde, justamente aquela que teria voltado a poder participar de licitações com o governo do Estado do Rio de Janeiro, por despacho monocrático do governador Wilson Witzel, que após a ocorrência da operação Favorito, o governador recuou e anulou seu anterior despacho que habilitava novamente esta Organização Social.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Consta ainda, o envolvimento do Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro, Lucas Tristão, que é citado em gravações obtidas com autorização judicial e que deram origem a citada Operação Favorito. A Favorito já levou à cadeia além do empresário Mário Peixoto, o ex-subsecretário de Saúde Gabriell Neves e o também ex-subsecretário Gustavo Borges da Silva, ambos da área da Saúde.

Importante salientar que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ tem plena soberania para apurar e punir por infração político-administrativa o governador do Estado, conforme previsto no artigo 74 e seguintes da Lei de crimes de responsabilidade, independentemente da competência originária do Superior Tribunal de Justiça - STJ para deflagrar o processo penal contra o denunciado.”

Após a explicitação da denúncia, acima citada *ipsis litteris*, sobre os fatos que caracterizariam prática de crime de responsabilidade pelo Chefe do Poder Executivo estadual, os denunciantes finalizam a peça, nos seguintes termos:

“Os ora denunciantes, por óbvio, prefeririam que a Governador do Estado do Rio de Janeiro tivesse condições de levar seu mandato a termo. No entanto, a situação se revela alarmante, com a existência de corrupção governamental em pleno período de pandemia, crime que poderia ser considerado como hediondo. O comportamento do Chefe do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, consoante os fatos relatados, se revela inadmissível, que outra alternativa não resta senão pedirem a esta Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro para autorizar que o Governador Wilson José Witzel seja processado na forma do artigo 74 e seguintes da Lei 1.079/50, pelos crimes de responsabilidade previstos, nos artigos 4º, V e 9º, 7 da Lei 1.079/50.”

Efetuada sua autuação, em processo administrativo que recebeu o nº 5.328/2020, no âmbito do Parlamento Estadual, a referida denúncia foi submetida à apreciação da Procuradoria Geral daquela Casa Legislativa para análise do atendimento das formalidades necessárias ao seu prosseguimento.

II - DO PARECER DA PROCURADORIA GERAL DA ALERJ SOBRE A DENÚNCIA E DE SUA APRECIÇÃO EM PLENÁRIO

Recebidos os autos dos processos administrativos nº 5.328/2020 e nº 5.360/2020 (este apensado ao primeiro), no dia 04 de junho de 2020, foi exarado Parecer Técnico pelo Ilmo. Sr. Procurador Rodrigo Lopes Lourenço, que opinou da seguinte forma:



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

“Excelentíssimo Senhor Presidente,

Estes autos nº 5.328/2020, aos quais estão apensados os autos nº 5.360, protocolizados na quarta-feira, 27 de maio de 2020, documentam Denúncia por crime de responsabilidade formulada pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Luiz Paulo e pela Excelentíssima Senhora Deputada Lucinha contra o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Wilson Witzel.

Na vigência da decaída Constituição da República de 1946, editou-se a Lei federal nº 1.079/1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respetivo processo e julgamento.

Promulgada a vigente Lei Maior, houve dúvida sobre a competência dos Estados-membros para legislar sobre crime de responsabilidade e correspondente processo. *Contudo*, o Egrégio Supremo Tribunal Federal sepultou-a ao editar a Súmula Vinculante nº 46, afirmando que a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União.” Par tal razão, a definição dos crimes de responsabilidade eventualmente cometidos por Governador de Estado e o respetivo processo devem ser regulados por lei federal.

Por outro lado, há mais de três décadas e de maneira constante, como se pode verificar no precedente consubstanciado no Mandado de Segurança nº 20.941-DF, RTJ 142/88, o Egrégio Supremo Tribunal Federal reconhece às Colendas Presidências das Augustas Casas de Leis a competência para o exame da admissibilidade de Denúncia popular por crime de responsabilidade.

As petições satisfazem todas as formalidades legais, especialmente o reconhecimento de ambas as firmas, motivo por que estes procedimentos administrativos nº 5.328/2020, além do apensado nº 5.360/2020, devem ser submetidos à Egrégia Presidência desta Augusta Casa de Leis a fim de que sejam por ela julgados se merecedores ou não de deliberação, nos termos do comando insculpido no art. 77 da Lei federal nº 1.079/1950.”

Diante do parecer acima reproduzido, da lavra do Ilmo. Sr. Procurador da ALERJ Rodrigo Lopes Lourenço, que considerou atendidas todas as formalidades necessárias ao prosseguimento da denúncia, o Exmo. Sr. Presidente do Parlamento fluminense, Deputado André Luiz Ceciliano, em 10 de junho de 2020, acolheu o aludido parecer, tornando a peça denunciatória apta a ser submetida, como objeto de deliberação, à Casa de Leis estadual.

No mesmo dia 10 de junho de 2020, em atenção ao disposto na Súmula Vinculante nº 46, do Supremo Tribunal Federal (STF), bem como na legislação federal que dispõe sobre os crimes de responsabilidade, foi realizada sessão plenária para deliberação quanto à admissibilidade da denúncia, ou seja, quanto ao prosseguimento



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

do processo de *impeachment*, no âmbito da ALERJ, em desfavor do Exmo. Sr. Wilson José Witzel, Governador do Estado do Rio de Janeiro. Note-se que o Exmo. Sr. Presidente da ALERJ, Deputado André Luiz Ceciliano, abriu mão da prerrogativa que lhe cabia de decidir monocraticamente sobre a admissibilidade da denúncia, preferindo compartilhar tal responsabilidade com o conjunto de deputados e deputadas estaduais.

Assim, realizou-se a sessão plenária virtual, com a presença de 69 (sessenta e nove) dos 70 (setenta) deputados estaduais que integram o Parlamento fluminense, tendo sido aprovada a admissibilidade da denúncia pela unanimidade dos presentes àquela sessão (69 votos a zero).

Após a devida publicação da decisão adotada pelo plenário em Diário Oficial, foi aberto o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que os partidos políticos com representação na ALERJ indicassem o nome de seu representante na composição da Comissão Especial de *Impeachment*.

III - DA INSTALAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE *IMPEACHMENT* DA ALERJ

Depois de indicados os representantes dos partidos, teve lugar a reunião de instalação da Comissão Especial de *Impeachment*, em 18 de junho de 2020, com o objetivo de eleger seu Presidente e seu Relator. Na oportunidade, sagraram-se eleitos para aqueles cargos, respectivamente, o Exmo. Sr. Deputado Estadual Chico Machado e o Exmo. Sr. Deputado Estadual Rodrigo Bacellar. Por ocasião da reunião de instalação, também foram aprovadas algumas diligências, que seriam efetivadas por meio de ofícios encaminhados pelo presidente da Comissão aos órgãos de destino.

Ato contínuo, ainda no dia 18 de junho de 2020, foram expedidos os seguintes ofícios: a) CE 01/2020, endereçado ao Exmo. Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Doutor Benedito Gonçalves, pelo qual se solicita o compartilhamento de provas referentes ao Inquérito nº 1.338-DF, em curso naquela colenda Corte; b) CE 02/2020, endereçado ao então Secretário de Estado de Saúde do Rio de Janeiro. Ilmo.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Sr. Prof. Fernando Ferry, pelo qual se solicita cópia integral do Processo Administrativo nº E-08/001/1170/2019, relativo à aplicação de sanção à Organização Social Instituto Unir Saúde; c) CE 03/2020, endereçado ao Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Eduardo Ciotola Gussem, pelo qual se solicita o compartilhamento das informações obtidas pelas operações realizadas em decorrência das contratações emergenciais na área de saúde, efetuadas pelo Poder Executivo estadual, no âmbito das ações de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus (COVID-19); d) CE 04/2020, endereçado ao Ilmo. Sr. Superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro, Dr. Tacio Muzzi Carvalho e Carneiro, pelo qual se solicita o compartilhamento de cópia integral do Inquérito MPF nº 1.338, referente às contratações realizadas pelo Poder Executivo, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde, especialmente no tocante às ações de enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19).

Naquela mesma data, foi determinada a citação do Exmo. Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson José Witzel, o que se efetivou em 23 de junho de 2020, ocasião em que lhe foram entregues as cópias integrais dos processos ALERJ nº 5.328/2020 e nº 5.360/2020, bem como lhe foi informado o prazo de 10 (dez) sessões, a contar do recebimento da referida citação, para apresentação de Defesa escrita perante a Comissão Especial de *Impeachment*.

IV – DA PETIÇÃO APRESENTADA À COMISSÃO ESPECIAL DE *IMPEACHMENT* DA ALERJ COM VISTAS À SUSPENSÃO DO PRAZO PARA A DEFESA DO DENUNCIADO

Na mesma data em que foi citado por determinação da Comissão Especial, qual seja, dia 23 de junho de 2020, a defesa do denunciado protocolou petição endereçada à aludida Comissão. Nesta petição, a defesa alegava a necessidade de esclarecimento sobre informações referentes ao rito adotado para processamento e julgamento do processo de impedimento em curso, bem como a necessidade de imediata suspensão do prazo para apresentação de Defesa escrita, enquanto não fossem acostados aos autos documentos que comprovassem os fatos



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

narrados na denúncia, sob alegação de afronta aos princípios constitucionais do Contraditório e Ampla Defesa, o que foi interposto nos seguintes termos:

“(...) GRAVE CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA

1. Em 27 de maio de 2020, o Exmo. Deputado Estadual Luiz Paulo Correa da Rocha e a Exma. Deputada Estadual Lucia Helena Pinto de Barros ofereceram, com fundamento nos arts. 75 e 76 da Lei nº 1.079/1950, denúncia perante a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro — ALERJ, em desfavor do requerente, nos autos dos Processos Administrativos nº 5360/2020 e 5328/2020.

2. O art. 76 da Lei nº 1.079/1950 estabelece como requisito da apresentação de denúncia contra titular de cargo do Poder Executivo estadual a apresentação de documentos que comprovem os fatos narrados e o respectivo rol de testemunhas, aptas a narrarem a ocorrência dos fatos alegados. Justifica-se o rigor legal diante da relevância e gravidade do processo administrativo a ser instaurado, capaz de por termo a mandato outorgado por milhões de eleitores, no exercício do seu direito fundamental de voto, principal alicerce do estado democrático de direito. O referido diploma legal determina, ademais, em seu art. 79 a aplicação subsidiária das regras dos Regimentos Internos da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça, assim como do Código de Processo Penal, no processamento pela Assembleia Legislativa de processos administrativos que versem sobre a suposta prática de crime de responsabilidade pelo governador do estado.

3. Nos autos deste processo administrativo, no entanto, só foi anexada pelos ilustres denunciantes a i. decisão proferida pelo eminente Ministro Benedito Gonçalves do e. Superior Tribunal de Justiça, no âmbito de medida cautelar, cujo objeto era o de colher provas sobre eventuais práticas de atos ilícitos. Em outras palavras, trata-se de decisão de natureza precária e preliminar, que tem por propósito angariar eventuais provas de fatos alegados pelo parquet, mas não comprovados. Fossem as acusações já respaldadas em provas, por certo não se faria necessária medida cautelar, deferida justamente para a sua produção.

4. Em decisão publicada em 15 de junho de 2020, o Exmo. Sr. Presidente da ALERJ, o eminente Deputado Estadual André Ceciliano, mesmo sem a indispensável documentação de suporte, recebeu a denúncia e deu-lhe prosseguimento, após submetê-la à apreciação do colegiado, conforme se desprende da publicação constante do Diário Oficial de 15/06/2020 (Doc. 1 — Diário Oficial do Dia 15/06/2020), nos seguintes termos:

“Eu André Luiz Ceciliano, baseado no parecer técnico da douta Procuradoria, dou prosseguimento à denúncia por crime de responsabilidade no Processo 5328/2020 do Excelentíssimo Sr. Governador.”

Como manifestei no início, vamos dar todo direito à ampla defesa ao Governador. Temos certeza que de onde vem, como



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

juiz, terá também a possibilidade de esclarecer os fatos nos quais está baseado o pedido de impeachment no Processo 5328/2020.

Declaro que dou prosseguimento ao processo de impeachment.

Nós vamos publicar o ato, abrir prazo para que cada partido indique um representante para a comissão e, depois, essa comissão tem 48 horas para eleger o presidente e o relator. Rogo aos líderes que façam as indicações.

O prazo vai contar a partir de segunda-feira. Não indicando, a Presidência indicará o representante do partido nessa comissão.

Volto a dizer que não há qualquer pré-julgamento aqui; não estamos fazendo qualquer juízo de valor, mas estamos dando prosseguimento ao procedimento de apuração de crime de responsabilidade, no qual vamos garantir, como sempre fazemos, até o presente momento, todo direito à ampla defesa do Sr. Governador"

5. Após o recebimento da denúncia, em 18 de junho de 2020, foi instalada a Comissão Especial que processará o pedido de afastamento do requerente. É relevante destacar que, logo após a eleição do parlamentar Presidente e relator da citada Comissão, o Exmo. Deputado Estadual Luiz Paulo, um dos autores da denúncia, confirmou que deixou de instruir o seu requerimento de instauração do processo administrativo com os documentos necessários para comprovar os fatos narrados. Diante desse reconhecimento da ausência dos documentos, o Exmo. Deputado Estadual Bacelar solicitou, em diligência, informações e subsídios aos seguintes órgãos: Procuradoria Geral da República, Superintendência da Polícia Federal e Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, para ter acesso ao inteiro teor do inquérito.

6. No caso, portanto, afigura-se evidente que a denúncia apresentada não foi instruída com os documentos necessários para comprovar os fatos narrados, indispensáveis ao exercício pelo Exmo. Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro da ampla defesa e do contraditório, na amplitude que asseguram os direitos fundamentais previstos pelo Constituinte Originário no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição da República.

7. O exercício do contraditório e da ampla defesa se traduzem na necessidade absoluta de ciência pelo requerido acerca da prova trazida aos autos, em meio do julgamento do recebimento ou não da denúncia. O elemento de prova da narrativa acusatória possui capacidade de influenciar na decisão do colegiado e, por conseguinte -- perdoe-se a obviedade -- deve ter conhecimento prévio para ver oportunizado seu direito de defesa, no prazo legal.

RITO LACUNOSO E INDEFINIDO

8. Além da ausência de documentos e provas que respaldem a instauração deste processo administrativo, é relevante enfatizar que não está devidamente esclarecido qual o rito que será adotado neste processo administrativo. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro, em seu artigo 146, e



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

o Regimento Interno da ALERJ, em seu artigo 211, estabelecem que, em caso de crime de responsabilidade do governador do estado, as regras procedimentais deverão observar o disposto na lei federal em vigor, ou seja, a Lei nº 1.079/1950. Isso porque, a vetusta Lei nº 1.079/1950 é lacunosa e incompleta a esse respeito.

9. Caberia, então, a essa e. Assembleia esclarecer, minimamente, quais serão os procedimentos que serão adotados e os prazos estabelecidos. O requerido pretende indicar testemunhas a serem ouvidas. Em que momento lhe será assegurado o direito de produzir essa prova? Será adotado o rito previsto no Código de Processo Penal, aplicável ao caso de forma subsidiária, diante da ausência de rito delimitado para este processo na legislação federal? Esses aspectos, passe o truísmo, precisam ser esclarecidos antes que o requerido apresente “às cegas” a sua defesa.

10. Definir o rito é definir o texto da lei do processo. Sem isso, nenhum passo pode ser dado. Se, não obstante, o procedimento seguir mesmo assim, ele seguiria, então, por caminho próprio, insuflado, quiçá, por ventos políticos, quiçá, por ventos do arbítrio, mas não pela bitola da lei; seguiria, enfim, no escuro, e não sob a luz da lei. Tudo não passaria, então, de um simulacro de processo, travestido em mera formalidade externa, marcada por uma sequência *ad hoc* de atos para se chegar, por derradeiro, ao fim já traçado.

11. Mas Direito não é fim, ainda mais quando se trata de direito punitivo; Direito é meio; se o meio não é legal, o fim, seja ele qual for, é ilícito. Direito, lembrava Scalia, é essencialmente forma; ela é que legitima o conteúdo; os meios é que legitimam os fins. Essa é a essência do devido processo legal (CF, art. 5º, LIV). Essa é a essência do contraditório e da ampla defesa (CF, art. 5º). E devido processo legal, contraditório e ampla defesa integram o núcleo duro do Estado Democrático de Direito (CF, art. 1º, caput).

12. Definir o rito, portanto, é definir o texto; e definir o texto, é definir, de antemão, qual a lei aplicável. Afinal, seguir o rito, é seguir o texto; e ser fiel ao texto, é ser fiel à lei. No caso, faltam essas definições elementares. Nada é certo: nem o rito, e, por conseguinte, o caminho, e, por conseguinte, os passos a serem dados. A única definição que parece previamente arquitetada diz com o fim a ser alcançado. O procedimento não pode seguir assim; que não seja perpetrada tamanha violência em pleno século XXI. Esse é o pleito do requerente.

SUSPENSÃO IMPOSITIVA

13. Conquanto o acusado e seus patronos reconheçam a soberania do Parlamento, conforme proclamaram John Locke e Montesquieu, nesse momento, é fundamental a suspensão do processo enquanto não for juntado aos autos os documentos que comprovam os fatos descritos na denúncia e até que o rito processual seja informado, porque o processo de impedimento decorre da prática de atos vinculados à legislação procedimental, sem que haja qualquer espaço para o “ativismo parlamentar”.

14. Portanto, ao determinar a observância da Lei nº 1.079/50 e do Código de Processo Penal, o Constituinte Estadual visou a assegurar um rito processual capaz de observar o respeito ao sufrágio e a segurança das relações



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

jurídicas, porque, de toda evidência, um processo de impedimento do mais alto magistrado do Poder Executivo sem a observância das regras do devido processo legal causa dano irreparável aos direitos subjetivos do acusado e é institucionalmente uma ruptura insanável da estabilidade democrática.

15. Os Processos Administrativos nº 5360/2020 e 5328/2020 possuem apenas a descrição de suposições constantes em medida cautelar de produção de provas, mas não há qualquer elemento capaz de justificar e sustentar acusação com base em meras ilações, ainda que oriundas do Ministério Público Federal. Ora, não é possível a apresentação de uma defesa técnica quando a peça de acusação está despida dos mínimos elementos fáticos e jurídicos. A defesa, se ofertada, seria inepta por deficiência dos elementos mínimos que devem instruir uma acusação. Pretende o requerente com esta peça preliminar de resistência afastar futuro vício insanável de nulidade em atenção à boa-fé nas relações processuais.

16. A ausência da documentação para fundamentar o suporte probatório da denúncia impede o exercício da ampla defesa e do contraditório. O suporte probatório mínimo que, se exige para lastrear de forma prévia a propositura da acusação penal tem previsão nos artigos 12; 39, §5º, e 46, §1º; do Código de Processo Penal. Neste sentido, não seria razoável permitir o prosseguimento dos processos 5328/2020 e 5360/2020, enquanto os documentos de suporte à peça acusatória não forem acostados aos autos.

17. O requerente, em síntese pretende apresentar sua defesa em um procedimento que observe o devido processo legal, enquanto corolário da legalidade. No entanto, a ausência de definição: adequada do rito a ser seguido e falta de documentação comprobatória ou sua juntada após a apresentação da defesa e esgotamento do prazo anunciado pela ALERJ, impedirá o regular prosseguimento deste processo.

18. Assim, pelo exposto, diante da necessidade de Assegurar a Rigidez do processo, que poderá ensejar gravíssima sanção, requer a imediata suspensão deste processo administrativo, até que sejam sanados os graves vícios acima descritos, capazes de ensejar a nulidade de novos atos que venham a ser praticados.”

Feitas as exposições citadas acima, a defesa finaliza, requerendo: a) que sejam sobrestados os Processos Administrativos nº 5360/2020 e nº 5528/2020, até que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro informe o rito a ser adotado para julgamento dos referidos processos; b) que não seja fixado ou, caso já fixado, que seja imediatamente suspenso o prazo para que o denunciado apresente a sua Defesa nos autos dos Processos Administrativos nº 5328/2020 e nº 5360/2020 perante a Comissão Especial do *Impeachment*, enquanto não forem acostados aos autos os documentos já solicitados pelo relator da Comissão, em sessão realizada no dia



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

18/06/2020, a fim de evitar coação ilegal, na forma do art. 648, inciso I, do Código de Processo Penal, e de preservar a higidez e a legalidade do processo.

V – DA DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA DEFESA PELO DENUNCIADO

Em sua primeira reunião ordinária, após a sessão de instalação, realizada na data de 24 de junho de 2020, com o objetivo de decidir sobre o pedido apresentado pelo denunciado, a Comissão Especial de *Impeachment* deliberou pela suspensão do prazo para apresentação da defesa escrita, até que fosse juntada a íntegra dos autos do Inquérito nº 1.338-DF solicitada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao Ministério Público Federal (MPF) e à Polícia Federal (PF). Tal decisão buscava assegurar o direito à ampla defesa e ao contraditório, princípios basilares de nosso ordenamento jurídico.

Ocorre que, no dia 02 de julho de 2020, o Ilmo. Sr. Procurador da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Rodrigo Lopes Lourenço, emitiu parecer favorável à retomada da contagem do prazo para apresentação da defesa pelo acusado, prazo este que se encontrava suspenso. Passo a citar os termos do referido parecer:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Especial,

Por determinação de Vossa Excelência, acostada às fls. 259 destes autos nº 5.328/2020, manifesta-se a Procuradoria-geral "sobre a possibilidade da retomada do prazo ora suspenso" e, em caso positivo, sobre procedimentos a serem adotados por esta Comissão”.

Inicialmente, refiro-me ao Parecer acostado às fls. 252/255 destes autos nº 5.328/2020, por meio do qual logrei manifestar-se sobre o ônus probatório marcadamente reduzido dessa Egrégia Comissão e sobre - nos termos do Dispositivo do venerando Acórdão decorrente do julgamento, pelo Egrégio Plenário do Colendo Supremo Tribunal Federal, do mérito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 378-DF - a questão de as diligências e atividades no âmbito dessa Egrégia Comissão Especial não se destinarem a provar a procedência ou improcedência da acusação, mas apenas a esclarecer a Denúncia.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

A Denúncia mencionou um processo administrativo específico, afirmando que o Excelentíssimo Senhor Doutor Governador do Estado nele proferida Decisão pessoalmente e que está fora publicada no Diário Oficial do Poder Executivo. Tais documentos, em decorrência de louvável esforço dessa Egrégia Comissão, agora instruem o processo n° 5.328/2020.

Especificamente quanto à menção ao PBAC n° 27-DF, ora em processamento perante a Egrégia Corte Especial do Colendo Superior Tribunal de Justiça, é pública a erudita, enfática e detalhadíssima Peça por meio da qual o Excelentíssimo Senhor Doutor Governador do Estado prestou esclarecimentos ao Egrégia Tribunal da Cidadania. A Peça, de lavra de consagrados Escritórios de Advocacia, demonstra, a mais não poder, que o Excelentíssimo Senhor Doutor Governador do Estado teve pleno acesso ao supramencionado PBAC n° 27-DF. De qualquer forma, anexo-a a este Parecer.

Considerando que esta Comissão Especial instruiu a Denúncia com os documentos necessários a **esclarecê-la**, opino pelo prosseguimento deste processo por crime de responsabilidade.

Aprovado tal prosseguimento, devem ser intimados de tal Decisão os eminentíssimos Advogados do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, cujos nomes e inscrições em Seção da Ordem dos Advogados do Brasil estejam indicados.

Ressalto que a publicação da Intimação no Diário Oficial do Poder Legislativo deve conter, com extremíssimo cuidado quanto à grafia dos nomes e à precisão dos números e seus algarismos: a) o número deste processo por crime de responsabilidade; b) o nome completo do Excelentíssimo Senhor Doutor Governador do Estado; c) os nomes completos de seus insígnies Advogados indicados na Procuração, cada qual ladeado pelo número de suas inscrições em Seção da Ordem dos Advogados do Brasil, indicando-se, sempre a abreviatura "OAB/RJ n°"; d) o inteiro teor da respeitável Decisão que eventualmente seja proferida em decorrência de sessão dessa Egrégia Comissão." (grifos originais)

Em face do citado parecer, a Comissão Especial de *Impeachment*, em sua segunda reunião ordinária, realizada na data de 06 de julho de 2020, deliberou pela reabertura da contagem do prazo para apresentação da defesa por parte do denunciado. Em sequência, no dia 08 de julho de 2020, o denunciado foi intimado, por meio de seu representante legal à época, Dr. Manoel Messias Peixinho, sobre a reabertura da contagem do prazo para apresentação de defesa à Comissão Especial do *Impeachment* da ALERJ.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

VI – DA IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PELO DENUNCIADO

Diante do recebimento da intimação, informando sobre a reabertura da contagem do prazo de 10 (dez) sessões para apresentação de defesa escrita à Comissão Especial de *Impeachment*, o denunciado impetrou Mandado de Segurança no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no dia 13 de julho de 2020, nos termos abaixo reproduzidos:

“(…)

ANTECEDENTES RELEVANTES:

CINCO EVIDENTES ILEGALIDADES COMETIDAS ATÉ O MOMENTO

• Síntese das 2 (duas) denúncias recebidas pela ALERJ até o deferimento de suspensão dos 2 (dois) processos administrativos instaurados contra o impetrante:

1. Em 27.5.2020, como já amplamente divulgado pela mídia, o Exmo. Deputado Estadual Sr. Luiz Paulo Correa da Rocha e a Exma. Deputada Estadual Sra. Lúcia Helena Pinto de Barros ofereceram denúncias perante a ALERJ contra o impetrante (doc. 2). A primeira, foi distribuída sob o nº 5.328/2020, e a segunda, apensada à primeira, sob o nº 5.360/2020, ambas com fundamento nos art. 4º, V, 9º, VII, 74 a 79, da Lei nº 1.079/1.950.

2. A imputação, basicamente, para embasar os alegados crimes de responsabilidade, seriam atos de improbidade, tema cuja competência legislativa, exclusiva, tanto no conteúdo, quanto na forma e no procedimento, é da União Federal. É o que já restou assentado na súmula vinculante 46 do STF. Não se trata, pois, aqui, de matéria *interna corporis*. E esse aspecto, que desde já se destaca, é relevante para a compreensão do caso, na medida em que a ALERJ pretende dar prosseguimento a processo de impedimento, em manifesto descompasso com parâmetros já definidos pelo STF ao interpretar, em sede de controle concentrado e, pois, com caráter vinculante (CF, 102, parágrafo 2º), a Lei nº 1.079/50.

3. Também já foi amplamente divulgado que esses 2 (dois) processos ficaram com prazo de defesa suspenso até o dia 3.7.2020, sexta-feira (doc. 2). Isso porque, no dia 23.6.2020, quarta-feira, a ALERJ deferiu o pedido de suspensão formulado pelo impetrante, deduzido com base em 2 (dois) relevantes motivos: **(i)** a ALERJ deveria informar o rito processual a ser adotado para julgamento dos Processos Administrativos de nos 5328/2020 (principal) e 5360/2020 (apenso); e **(ii)** deveriam ser acostados aos autos os documentos que motivaram as denúncias. A ausência de documentos decorreu do seguinte circunstancia: os denunciantes só anexaram ao feito administrativo a decisão proferida pelo eminente Ministro Benedito Gonçalves do e. Superior Tribunal de Justiça, no âmbito de medida cautelar, cujo objeto consistiu na coleta de provas sobre eventuais práticas de atos ilícitos, bem como notícias veiculadas na mídia sobre o tema.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

4. Sobre o tema “ii”, acima, é relevante salientar que foi deferido pela ALERJ o requerimento formulado pelo impetrante. Em sessão realizada no dia 18.6.2020, o eminente relator da Comissão Especial, para evitar coação ilegal (CPP, art. 648, I) e preservar a higidez e a legalidade do processo de *Impeachment*, solicitou ao STJ cópias da documentação relativa à medida cautelar de produção antecipada de provas.

5. O eminente Ministro Benedito Gonçalves, no entanto, indeferiu o compartilhamento de cópias daquele feito com a ALERJ, conforme decisão anexa (doc. 2). **Mesmo assim, a ALERJ, sem elementos mínimos, decidiu, no dia 6.7.2020, prosseguir com as denúncias. São denúncias, portanto, no escuro, à míngua de provas, sem lastro documental mínimo, escoradas, apenas, em decisão que deferiu colheita de provas sobre meras investigações e, ainda, em notícias de jornal. Como, então, deputados, representantes do povo, poderiam ter deliberado sobre a continuidade do mandato do chefe do Executivo estadual, de acordo com o devido processo legal, sem provas mínimas nas quais pudessem se louvar? Com base em que? Como puderam justificar cada voto? Em meras idiosincrasias políticas?**

6. Já sobre o tema “i”, o impetrante se surpreendeu, ao pesquisar os Diários Oficiais do Estado do Rio de Janeiro. Ao assim proceder, ele constatou que a ALERJ já teria definido o rito processual (ou seja, de prosseguimento das denúncias) aos 2 (dois) mencionados processos administrativos. Descobriu, nessa linha, que alguns atos desse rito processual já teriam sido praticados, mas de forma totalmente ilegal.

- b) **Atos ilegais objeto deste mandado de segurança – Comissão Especial de Impeachment instituída sem votação (nem sequer fechada...), possui 25 membros da ALERJ (ao invés de 18), não respeitou a proporcionalidade (por partido) e tampouco exarou o necessário parecer inicial das denúncias:**

7. Em decisão do dia 10.6.2020, publicada em 15.6.2020, o Exmo. Deputado Estadual Presidente da ALERJ, Sr. André Luiz Ceciliano, **mesmo à míngua da indispensável documentação de suporte**, deferiu o prosseguimento das denúncias. E assim o fez, após submetê-las à apreciação do colegiado, como se infere da referida publicação (doc. 3), nos seguintes termos:

“Eu, André Luiz Ceciliano, baseado no parecer técnico da douta Procuradoria, **dou prosseguimento à denúncia por crime de responsabilidade no Processo 5328/2020 do Excelentíssimo Sr. Governador.**

Como manifestei no início, vamos dar todo direito à ampla defesa ao Governador. Temos certeza de que, de onde vem, como juiz, terá também a possibilidade de esclarecer os fatos nos quais está baseado o pedido de *Impeachment* no Processo 5328/2020. Declaro que dou prosseguimento ao processo de *Impeachment*.

Nós vamos publicar o ato, abrir prazo para que cada partido indique um representante para a comissão e, depois, essa comissão terá 48 horas para eleger o presidente e o relator. Rogo aos líderes que façam as indicações. O prazo vai contar a partir de segunda-feira. Não indicando, a Presidência indicará o representante do partido nessa comissão.

Volto a dizer que não há qualquer pré-julgamento aqui; não estamos fazendo qualquer juízo de valor, mas estamos dando



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

prosseguimento ao procedimento de apuração de crime de responsabilidade, no qual vamos garantir, como sempre fazemos, até o presente momento, todo direito à ampla defesa do Sr. Governador.”

8. No mesmo dia, com publicação oficial em 15.6.2020, o Exmo. Sr. Presidente da ALERJ editou o Ato 41/2020, por meio do qual definiu o rito processual (doc. 4), nos seguintes termos:

“Atos do Presidente

ATO/E/GP/Nº 41/2020

Dá cumprimento, nos termos da Súmula Vinculante nº 46, à Legislação federal sobre crime de responsabilidade.

O Presidente da **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições e em estrito cumprimento à Súmula Vinculante nº 46 e às normas da Lei federal nº 1.079/1950, **RESOLVE**:

Art. 1º Abrir o prazo de quarenta e oito horas a cada um dos Excelentíssimos Senhores Líderes a fim de que indiquem cada qual um Membro da Comissão Especial competente para emitir Parecer sobre a Denúncia por crime de responsabilidade contra o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado documentada no processo ALERJ nº 5.328/2020.

Parágrafo único - Esgotado o prazo sem indicação de Liderança, o Presidente da Assembleia Legislativa fará as indicações necessárias, sempre respeitando, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária.

Art. 2º Determinar a citação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para, querendo, defender-se, no prazo de dez sessões, perante a Comissão Especial dos fatos articulados na Denúncia.

Parágrafo único A citação deverá ser acompanhada do inteiro teor do processo ALERJ nº 5.328/2020 e eventuais apensos.

Art. 3º Depois que os Membros forem indicados, a Comissão Especial terá quarenta e oito horas para reunir-se, elegendo seu Presidente e seu Relator.

Art. 4º A Comissão Especial terá cinco sessões para emitir Parecer sobre a admissibilidade ou não da Denúncia, contadas do oferecimento da Defesa do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ou do término do prazo mencionado no *caput* do art. 2º.

Art. 5º O Parecer será lido em Plenário da Assembleia Legislativa e publicado no Diário Oficial, sendo imediatamente inserido na Ordem do Dia.

Art. 6º Os Excelentíssimos Senhores Deputados, no limite máximo de cinco por Partido, poderão discutir o Parecer por uma hora, ressalvado ao Excelentíssimo Senhor Deputado Relator da Comissão Especial o direito de responder a cada um.

Art. 7º Encerrada a discussão do Parecer, e submetido à votação nominal, será a Denúncia, com os documentos que a instruem, arquivada, se não for considerada objeto de deliberação ou recebida, hipótese em que, publicado o resultado, comunicar-se-á o Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça para a composição do Tribunal previsto no art. 78, § 3º, da Lei federal nº 1.079/1950.

Art. 8º A Denúncia será arquivada se não for recebida até o final do mandato do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Art. 9º Este Ato Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Tiradentes, 10 de junho de 2020

Deputado **ANDRÉ CECILIANO**, Presidente

Em 10.06.2020.” (doc. 4)

9. Em cumprimento ao referido ato, foi **instalada, sem votação**, a Comissão Especial de *Impeachment*, no dia 18.6.2020 (doc. 5), que processará as denúncias nesta fase para, ao fim, após votação, elas serem ou não recebidas. Só com o seu recebimento é que o impetrante será afastado de suas atribuições (Lei nº 1.079/1.950, art. 77), bem como uma nova turma julgadora será formada para processar e julgar o processo de *Impeachment*.

10. É exatamente com base na formação dessa atual Comissão Especial de *Impeachment* que o impetrante deduz, aqui, neste *writ*, 4 (quatro) evidentes ilegalidades praticadas pelas autoridades coatoras. E o impetrante ressalta, ainda, uma quinta ilegalidade, decorrente de ato omissivo (ou seja, não praticado) pela referida comissão.

MANIFESTO CABIMENTO DESTA AÇÃO CONSTITUCIONAL

11. Louvado nessas cinco violações é que exsurge o cabimento deste mandado de segurança. O **direito líquido e certo do impetrante, como será demonstrado ao longo desta petição inicial, fundamenta-se nas seguintes normas do sistema jurídico brasileiro**: CF/88, arts. 1º, *caput* e parágrafo único, 5º, LIV e LV, 22, I, 37, *caput*, 58, §1º, 85, parágrafo único, 93, X, 102, § 2º, e 103-A, CE/RJ, arts. 96, parágrafo único, e 109, Súmula Vinculante 46, Lei nº 1.079/1.950, arts. 16, 76 a 79, art. 41 e 268, I e VI, do CPP, Regimento Interno da ALERJ, arts. 23, 29, e Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, arts. 280-A, parágrafo único, e 280-C, *caput* e §1º.

12. Essas regras já possuem interpretação atualizada pelo STF, o que se deu no julgamento da ADPF 378-MC/DF e da ADI 5.895/RR. Concluiu-se, ali, que “**compete apenas à União (art. 22, I, c/c art. 85, parágrafo único, da CF) legislar sobre a definição de crimes de responsabilidade e sobre o processo e julgamento desses ilícitos**” (STF, ADI 5895/RR, Pleno, Rel. Min. Alexandre de Moraes, j. 27.9.2019; grifou-se).

13. O que se pretende, pois, neste mandado de segurança, é garantir um arremedo, ao menos, de contraditório, de ampla defesa e de publicidade, **com um mínimo formal de liturgia**, própria da cláusula do devido processo legal, a esse inescrupuloso teatro de poder cujo desfecho já parece estar encomendado e previamente acertado. **Direito, afinal, é forma. Sua moralidade é formal. E é isso que garante, no final do dia, prerrogativas fundamentais do indivíduo. No caso, pretende-se atropelar todas elas, com a encenação de um simulacro mal ajambrado de procedimento.**

14. Daí a razão de ser deste mandado de segurança. E o impetrante confia em que será concedida a segurança, **inclusive em sede de tutela de urgência**, para impedir o prosseguimento do Processo Administrativo nº 5.328/2020 (principal) e do Processo Administrativo nº 5.360/2020 (apenso), ambos em trâmite perante a ALERJ. **Ao fim**, confia em que os pedidos de urgência serão confirmados, com anulação de todos atos praticados pela ALERJ (anulação integral ou ao menos desde o Ato 41/2020), com respeito à CF/88, à Súmula Vinculante 46, à



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Lei nº 1.079/1.950, já com a atualizadora interpretação do STF ao julgar a ADPF 378-MC/DF e a ADI 5.895/RR.

15. Com base nessas pretensões, a ALERJ e sua Mesa Diretora representam e apresentam a instituição. Essa é a adequada interpretação dos arts. 17 e 18 do Regimento Interno da ALERJ.

16. Já o Exmo. Sr. Deputado Estadual Presidente da ALERJ (Sr. André Luiz Ceciliano) é parte legítima para figurar no polo passivo do mandado de segurança. Isso porque, nos termos do art. 19 do Regimento Interno da ALERJ, o seu Presidente a representa e ainda é a autoridade responsável por supervisionar os trabalhos ali praticados. É de sua competência nomear comissões especiais (RI ALERJ, art. 20, 'j') e fazer cumprir o Regimento (RI ALERJ, art. 20, 'l').

17. Já com relação ao Exmo. Sr. Deputado Estadual Presidente da Comissão Especial de *Impeachment* (Sr. Chico Machado) e ao Exmo. Sr. Deputado Estadual Relator da Comissão Especial de *Impeachment* (Sr. Rodrigo Bacelar), são igualmente partes legítimas para figurar neste mandado de segurança como autoridades coatoras. Isso porque, na forma do art. 37, VI, do RI da ALERJ, ao Presidente das comissões incumbe distribuir ao Relator as matérias sujeitas a parecer, sendo certo que, na falta deste, caberá ao Presidente avocar a matéria distribuída e emitir parecer em seu lugar.

18. Destaca-se, ainda, que, na forma do art. 3º, I, 'e', do Regimento Interno desse e. Tribunal de Justiça, compete ao Órgão Especial processar e julgar, originalmente, "os mandados de segurança e habeas data, quando impetrados contra atos do Governador, da Assembleia Legislativa, sua Mesa e seu Presidente (...)". E essa é a hipótese aqui.

19. A hipótese não poderia ser outra, já que o Tribunal de Justiça incorporou ao seu Regimento Interno a previsão expressa constante no artigo 161, IV, "3" da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, que dispõe o seguinte:

Art. 161. Compete ao Tribunal de Justiça:

[...]

IV - processar e julgar originariamente:

[...]

e) mandado de segurança e o habeas data contra atos:

1. do Governador;

2. do próprio Tribunal;

3. da Mesa Diretora e do Presidente da Assembleia Legislativa;

20. Esse e. Tribunal de Justiça, inclusive, possui jurisprudência firmada sobre o assunto, ao já ter reconhecido, nos autos do mandado de segurança nº 0077095-43.2019.0000, ser "da competência do Órgão Especial processar e julgar mandado de segurança impetrado em face de ato do Sr. Presidente da Assembleia Legislativa". Confira-se:

"Mandado de Segurança. Competência do Órgão Especial. 1. É da competência do Órgão Especial processar e julgar originariamente mandado de segurança impetrado em face de ato do Sr. Presidente da Assembleia Legislativa. 2. Incidência do art. 3º, I, "e" do Regimento Interno desta Corte. 3. Declínio de competência em favor do Órgão Especial desta Corte." (TJRJ, 15ª Câmara Cível, MS nº 0077095-43.2019.8.19.0000, Rel. Des. Horácio dos Santos Ribeiro Neto, j. 28.11.19; grifou-se)

21. É inquestionável, portanto, o cabimento do presente mandado de segurança, o qual possui autoridades coatoras



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

adequadamente indicadas, e a competência desse E. Órgão Especial para apreciá-lo e julgá-lo.

COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE CRIME DE RESPONSABILIDADE E SOBRE PROCESSO/JULGAMENTO DESSE ILÍCITO INTERNA CORPORIS, MODUS IN REBUS

22. Este mandado de segurança volta-se contra atos praticados no Processo Administrativo nº 5.328/2020 (principal) e no Processo Administrativo nº 5.360/2020 (apenso), ambos em trâmite perante a ALERJ. Denúncias, como já exposto, deduzidas com base em alegados atos de improbidade. Mais precisamente, os crimes de responsabilidade imputados são os tipificados nos arts. 4º, V, 9º, VII, da Lei nº 1.079/1.950². Já o procedimento é delineado pelos arts. 74 a 79 da mesma lei federal.

23. **Note-se que os próprios denunciantes reconhecem que os crimes imputados ao impetrante, assim como o rito processual aplicável ao caso, são regulados pela Lei nº 1.079/1.50.** Nem seria diferente, porque assim preveem os arts. 22, I, e 85, parágrafo único, da CF/88, *in verbis*:

“Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra: (...)

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.”

24. Para afastar qualquer dúvida, há, igualmente, súmula vinculante sobre a questão. Confira-se o inteiro teor da Súmula Vinculante 46, publicada no dia 17.4.2015:

“A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são de competência legislativa privativa da União.”

25. Essas noções básicas e intransponíveis, embora de obviedade ululante, são essenciais para se acolher a pretensão do impetrante. Isso porque, como se sabe, a Lei nº 1.079/1.950, que foi elaborada luz da CF/46, está ultrapassada em vários aspectos. Por conta disso, a CF/88 não a recepcionou integralmente, tal como decidido pelo STF ao julga a ADPF 378-MC/DF⁴.

26. Nessa linha, o STF já teve ao menos 2 (duas) recentes e modelares oportunidades para se debruçar sobre o tema. **E ao proceder dessa forma, o que o STF fez foi delimitar os contornos constitucionais adequados da Lei nº 1.079/1.950 à luz da CF/88, tanto para presidente, quando para governadores. Ali, enfim, a e. Corte Suprema validou e definiu as liturgias aplicáveis.**

27. O **primeiro caso** mais recente se refere ao julgamento da ADPF 378-MC/DF, no qual se discutiu várias questões referentes ao *Impeachment* da Exma. ex-Presidente do Brasil, Sra. Dilma Rousseff. Nessa ocasião, o Tribunal Pleno do STF, por maioria, sob a relatoria designada para acórdão do Exmo. Min. Luís Roberto Barroso, no dia 17.12.2015, definiu as bases do rito de *Impeachment* a ser adotado perante o Congresso Nacional, notadamente à luz do *Impeachment* do Exmo. Ex-Presidente do Brasil, Sr. Fernando Collor de Mello. Algumas



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

dessas questões foram ainda mais bem solidificadas ao julgar, no dia 16.3.2016, os embargos de declaração opostos contra esse acórdão.

28. Não obstante se trate de julgamento que definiu o rito de *Impeachment* perante o Congresso Nacional, várias questões se aplicam, por analogia, a todos os *Impeachments* de membros do Poder Executivo do Brasil. Isso porque, como já dito, compete à União legislar sobre o tema.

29. O **segundo caso** recente se refere ao julgamento da ADI 5.835/RR, no qual se discutiu várias questões referentes ao *Impeachment* da Exma. ex-Governadora do Estado de Roraima, Sra. Suely Campos. Nessa ocasião, o Tribunal Pleno do STF, por unanimidade, sob a relatoria do Exmo. Min. Alexandre de Moraes, no dia 27.9.2019, **definiu as bases do rito de Impeachment a ser adotado perante as Assembleias Legislativas dos Estados do Brasil. E o que o STF decidiu, nessa ocasião, basicamente, é que esse rito deve ser aquele definido no atual Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, porque restou elaborado adequadamente, de forma exaustiva, à luz da CF/88, da Súmula Vinculante 46 e da Lei nº 1.079/1.950.**

30. O objeto dessa ADI 5895/RR foi, basicamente, a impugnação das disposições dos art. 280 e 280-A a 280-H do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, que tratam das normas de processo e julgamento dos crimes de responsabilidade. No seu julgamento, o e. Ministro Alexandre de Moraes entendeu pela constitucionalidade dos mencionados dispositivos, e assinalou ser “salutar a iniciativa da Casa Parlamentar em explicitar o procedimento definido pela legislação federal de regência em seu Regimento Interno, seja para fins de organização administrativa ou mesmo para antecipar com clareza a todos os órgãos e autoridades envolvidos o itinerário procedimental a ser percorrido, desde que observando o previsto pela União”. Naquele julgamento, destacou-se, ainda, que “**as normas regimentais impugnadas espelham fiel e materialmente o figurino descrito acima, respeitando ainda o que foi decidido pelo SUPREMO na ADPF 378 MC (Rel. Min. EDSON FACHIN, Relator p/ Acórdão Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, DJ de 7/3/2016)**”.

31. **Reconheceu-se, pois, ali não só a regularidade formal do procedimento previsto no Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Roraima, mas a sua absoluta adequação ao decidido no julgamento da ADPF 378. Ou seja, reconheceu-se, ali, seu caráter modular, paradigmático, a orientar a compreensão da matéria, no que tange ao rito do processo de impedimento a ser adotado para governadores.** Não há outro precedente do STF, referente ao rito de *Impeachment* de Governador, depois do julgamento da ADI 5895/RR. E **nem mesmo seria razoável que o STF definisse para cada 1 dos 27 Estados da Federação (26 + DF) qual deveria ser o procedimento, já que, repita-se, ele já fez isso no caso de Roraima.**

32. Até porque, o julgamento se deu em sede de controle concentrado, por acórdão já transitado em julgado. **Uma decisão, portanto, ex vi do art. 102, § 2º, da CF/88, dotada de eficácia vinculante para todo o Poder Público. Afinal, o que vincula, num regime de precedente vinculante, a ratio**



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

decidendi do julgado, e não o seu dispositivo. Este, como é elementar, diz com a coisa julgada, com eficácia *inter partes*. Mas a razão de decidir do julgado paradigmático, esta, sim, se aplica a todos os casos análogos. **E é essa a hipótese aqui. A ALERJ, na condução do Impeachment do impetrante, destoou de várias normas de procedimento já abonadas e chanceladas pela Suprema Corte, em releitura atualizadora da Lei 1.079/50 e à luz da Súmula vinculante 46.**

33. De fato, em ambos os casos se definiu, especificamente, que o rito do processo de *Impeachment* de membros do Poder Executivo deve respeitar a CF/88, a Súmula Vinculante 46, a Lei nº 1.079/1.950 e, só no que couber, residualmente, o Regimento Interno das respectivas Casas Legislativas (*modus in rebus*). É exatamente esse o motivo pelo qual o impetrante demonstrará que, **no caso, a ALERJ descumpriu essas regras, à luz das delimitações feitas pelo STF ao julgar a ADPF 378-MC/DF e a ADI 5.895/RR.**

34. Contudo, os posicionamentos alhures não são novidades na Corte nem surgem do casuísmo desses procedimentos. A tormentosa questão acerca da competência para a definição do processo de *Impeachment* de governadores já havia sido enfrentada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI n.º 1.628-8, *leading case* que teve por relator o Min. Nelson Jobim (na medida cautelar; e o Min. Eros Grau, no julgamento definitivo).

35. **Nesse julgado, assentou-se que essa competência seria da União; não dos Estados. De fato, ali ficou registrado que o art. 85 da CRFB/88, ao estabelecer que os crimes de responsabilidade “serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento”, apenas reproduziu o que já continham as Constituições de 1969, 1967 e 1946, razão pela qual não apenas “a definição dos crimes de responsabilidade, mas também o estabelecimento de normas de processo e julgamento, é da competência da União Federal” (voto do relator, p. 104).**

36. Não há, nesse contexto, espaço para a teoria dos atos *interna corporis*. *Interna corporis*, com efeito, *modus in rebus*. As imputações de impedimento derivam, alegadamente, de atos de improbidade. E improbidade é tema de normativa federal, no conteúdo e na forma; na substância e no procedimento.

Isso já está assentado em súmula vinculante. Isso já foi escrutinado pelo e. Supremo Tribunal Federal em julgamento abstrato, também com eficácia vertical para todo o Poder Público. **Consequentemente, o que escapa ao que ali foi decidido, foge ao direito, e é nulo.**

37. Os arts. 211 e 212 do Regimento Interno da ALERJ⁵ apenas apontam previsão quanto ao rito de impedimento de Governador, “às disposições da lei federal em vigor”. Atestam, pois, que, no caso, a edição de suposto “rito” por meio de ato administrativo-normativo do Exmo. Presidente da ALERJ, ora uma das autoridades impetradas, mostra-se inválida e denota **dúplice mácula jurídica**: incontestemente inconstitucionalidade e evidente ilegalidade, além de ferir a súmula vinculante nº 46 do STF, bem como mácula à jurisprudência quanto ao caso firmada pela Corte Suprema. Afinal, “o fato de ser o *Impeachment* processo político não significa que ele deva ou possa marchar à margem da lei”.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

38. Não se aplica, aqui, a exceção do legislador, porque também, numa República, o Poder Legislativo é limitado, como há tempos adequadamente entende o STF⁷. Afinal, “as leis, também elas, devem possuir seus limites (...)”, como há tempos assertivamente ressaltava Benjamin Constant⁸. A democracia, já dizia Roscoe Pound⁹, “*não permite que seus agentes disponham de poder absoluto*”. Até porque, como também destacava Jacques Chevallier¹⁰, o “*objetivo do Estado de Direito é limitar o poder do Estado pelo Direito*”.

39. Nessa linha, como arremate, na nossa República, o Poder Legislativo Estadual não tem competência para editar normas, materiais ou processuais, sobre improbidade. Só o Poder Legislativo Federal, e ele já o fez, na Lei 1.079/50. E o STF já fixou, em exegese atualizada e conforme à CF de 1988, a interpretação desse diploma, em dois precedentes vinculantes – tanto para presidente, quanto para governadores. Admitir, então, que as assembleias estaduais não estivessem vinculadas a eles, e às razões de decidir ali estabelecidas – não, portanto, ao regimento de outras assembleias estaduais, mas aos dois acórdãos do STF -, implicaria admitir que elas poderiam dispor sobre tema a respeito do qual não podem legislar. A incongruência seria manifesta, o sistema entraria em curto circuito, e não faria sentido algum. Por isso, em boa hora, foi editada a Súmula Vinculante n. 46, que obriga a todo Poder Público, inclusive ao Poder Legislativo. Essa é a hipótese aqui.

40. Assim, os acórdãos do STF são precedentes constitucionalmente vinculantes (CF/88, art. 102, § 2º). Já a referida súmula vinculante possui igual vinculação à ALERJ (CF/88, art. 103-A). Mas, no caso, como dito, a **ratio decidendi** desses precedentes (que, por óbvio, é o que possui vinculação erga omnes) foi substancialmente descumprida, como a seguir será detalhado.

DIREITO LÍQUIDO E CERTO DO IMPETRANTE

PRIMEIRO MOTIVO:

PURA ENCENAÇÃO + CARTA MARCADA =

NULIDADE ABSOLUTA DO PROCESSO POR FALTA DE PROVAS E MOTIVAÇÃO

41. No dia 10.6.2020, à luz das 2 (duas) denúncias feitas com base, 100%, em meras alegações (ou seja, sem documentação mínima que poderia lastreá-las), a ALERJ decidiu que, a despeito disso, deveria ser dado prosseguimento aos processos administrativos contra o impetrante. Após a decisão de prosseguimento das denúncias, na sessão do dia 18.6.2020, a Comissão Especial de *Impeachment*, que processará o pedido de afastamento do impetrante, foi instaurada.

42. Também como comprovação do jogo de cartas marcadas atrelado ao “efeito arrebanhador” do proposital “esquecimento” da instrução documental da denúncia, foi a declaração do Sr. Luís Paulo Correa em entrevista televisiva. Afirmou, ali, que “quando você tem 69 (sessenta e nove) votos para abrir o procedimento é o sinal que você tem ampla maioria para aprovação.”

43. Logo após a eleição do parlamentar Presidente e do relator da citada Comissão (ora também autoridades coatoras), o Exmo. Deputado Estadual Luiz Paulo, um dos autores das denúncias, confirmou/assumiu/confessou que não instruiu o



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

requerimento de instauração do processo administrativo com os documentos necessários para comprovar os fatos narrados. **Tudo foi processado, portanto, desde a largada, de modo banal, e por puro impulso político.**

44. **Tentou-se, em seguida, corrigir o passo em falso.** Diante do reconhecimento da ausência dos documentos, o Exmo. Deputado Estadual Bacelar solicitou, em diligência, informações e subsídios aos seguintes órgãos:

Procuradoria Geral da República, Superintendência da Polícia Federal e Ministério Público do Rio de Janeiro, para ter acesso ao inteiro teor do inquérito em trâmite no STJ.

45. Paralelamente, diante dessa evidente violação às garantias do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal (CF/88, art. 5º, LIV e LV), o impetrante requereu à ALERJ que pelos menos ele pudesse ter acesso à íntegra dos documentos, nos quais as denúncias se basearam. No dia 23.6.2020, a ALERJ deferiu a suspensão dos processos administrativos objeto deste mandado de segurança. **E assim procedeu exatamente por ter reconhecido que, de fato, votara pelo prosseguimento de denúncias que não possuíam nenhum suporte probatório.**

46. Tanto é assim, que, dias depois, foi ao STJ postular o acesso integral aos autos do inquérito civil no qual se investiga o impetrante. **Mas o STJ negou esse acesso, porque os autos estão sob o manto do segredo de justiça. E o próprio Ministério Público Federal, antes, ao emitir parecer, já havia deixado claro que se trata de inquérito penal ainda em fase substancialmente embrionária.** Confirmam-se, respectivamente, trechos do parecer do MPF e da decisão proferida pelo Ministro do STJ relator do IC 1.338/DF sobre a petição apresentada pela ALERJ no dia 23.6.2020:

TRECHOS DO PARECER DO MPF EXARADO NO DIA 25.6.2020:

“(…) O INQ nº 1338/DF tem por escopo apurar possíveis delitos praticados no âmbito da administração do Estado do Rio de Janeiro. A existência de indícios envolvendo, em tese, o Governador WILSON JOSÉ WITZEL ensejou o Pedido de Busca e Apreensão nº 27/DF, medida que foi deferida pelo Exmo. Ministro Relator e as diligências devidamente executadas em 26/5/2020, coletando-se diversos elementos de prova.

O material probatório amealhado ainda **está sob análise da Polícia Federal** e poderá, em momento futuro, ensejar outras providências que se mostrarem pertinentes.

Portanto, *nesse momento da investigação*, **o mais prudente é que as informações contidas no inquérito e aquelas obtidas com a busca e apreensão circulem o menos possível.** Com efeito, o compartilhamento de provas com a ALERJ, nesse momento, quando ainda pendem diligências e uma melhor análise das provas coletadas para ensejar eventual aprofundamento da investigação e tomada de novas medidas judiciais, **mostra-se prematura e temerária**, porque a remessa de cópia dos autos, inclusive elementos sigilosos, poderia acarretar na frustração da coleta de novas evidências e na publicização da linha investigativa.

Outrossim, a ALERJ, querendo, pode requisitar da própria Secretaria de Estado da Saúde a cópia dos procedimentos administrativos, contratos, pagamentos etc., bem assim o



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

compartilhamento dos inquéritos e processos que tramitam em primeiro grau, tanto na Justiça Estadual quanto na Federal.

Ante o exposto, por considerar prematuro o compartilhamento de provas num momento em que os elementos de convicção ainda estão sob análise da Polícia Federal e há diligências pendentes, não se podendo vislumbrar qualquer prejuízo a ALERJ, mas sim, ao contrário, grande **risco de prejudicar a investigação**, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL **manifesta-se contrariamente ao pedido de compartilhamento**, o que deverá ser feito somente ao final do inquérito policial.” (doc. 2)

TRECHOS DA DECISÃO PROFERIDA PELO MINSTRO DO STJ NO DIA 29.6.2020:

“(…) O instituto do compartilhamento de elementos de informação ou de prova é extraído do sistema jurídico brasileiro, sobretudo dos princípios da razoável duração do processo (CPC, art. LXXVIII; CPC, art. 139, II) e da unidade da jurisdição, assim como, de forma mais abrangente até, do art. 372 do Código de Processo Civil de 2015 – aplicável subsidiariamente ao processo penal (CPP, art. 3º) –, cujo teor é o seguinte: “O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório”.

O STJ tem jurisprudência consolidada na Súmula n. 591, oriunda da 1ª Seção, no sentido de que “É permitida a prova emprestada no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa”.

No presente caso, contudo, segundo se extrai da precisa manifestação do MPF, é prematuro o compartilhamento dos elementos de informação ou de prova num momento em que os elementos colhidos ainda estão sob análise da Polícia Federal e há diligências pendentes, bem como se configura prudente estabelecer que as informações contidas no inquérito e aquelas obtidas com a busca e apreensão circulem o menos possível, valendo destacar, no particular, o disposto no art. 20 do Código de Processo Penal: “A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade”.

Ante o exposto, **INDEFIRO O REQUERIMENTO** de compartilhamento de elementos de informação e de prova formulado pelo Excelentíssimo Senhor Deputado-Presidente da Comissão Especial do Processo por Crime de Responsabilidade da ALERJ.

Caso Sua Excelência tenha interesse futuro, por ocasião, por exemplo, do encerramento das investigações, deverá formular novo requerimento, sem prejuízo de eventual encaminhamento de ofício, se couber. (...)” (doc. 2)

47. Note-se que não há, até o momento, elementos mínimos de nada. Ainda assim, como visto, a ALERJ, **por unanimidade**, deferiu o prosseguimento das denúncias feitas contra o impetrante objeto deste mandado de segurança.

48. Mais grave: no dia 6.7.2020, com o fim do prazo de 10 (dez) dias de suspensão concedido ao impetrante, a ALERJ, após indeferir pedido de vista de um Deputado Estadual (Sr. Dionísio), decidiu o seguinte: **não só as denúncias contra o impetrante prosseguirão, como eventuais documentos só serão apresentados na fase jurídica do processo de Impeachment.**



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Mas essa fase jurídica, como se sabe, só se inicia com o recebimento da denúncia, é dizer, só depois do exaurimento da presente fase política, que se dá com o recebimento da denúncia e o afastamento do cargo do denunciado. **O prejuízo, então, já estaria consumado. O direcionamento político do processo já teria alcançado seu escopo.**

49. É claro que essa fase política do processo, tal como consta de parecer exarado pela Procuradoria da ALERJ no dia 29.6.2020 (doc. 2), não se destina “a provar a procedência da Denúncia”. É claro, no entanto, que este não é o ponto aqui. Até porque, obviamente, essa “procedência da Denúncia” só poderia se dar na fase jurídica. **O que se coloca, aqui e agora, precipuamente neste tópico, é que a ALERJ deu prosseguimento às denúncias, na sessão do dia 10.6.2020, sem qualquer base probatória. Deputados, portanto, votaram pelo prosseguimento de uma denúncia leviana e carente de provas.**

50. **Votaram, então, com base em quê? Como poderiam justificar seu voto? Quais fontes ou documentos consultaram? Elas deveriam estar necessariamente no processo. Porque essa é a essência do devido processo legal. Quem julga deve julgar com base no que está nos autos, não no que está fora dos autos. Essa é uma garantia mínima do denunciada, mas que, no caso restou confessadamente violada. O procedimento está maculado desde a origem. A árvore está contaminada, na sua raiz, no seu tronco e nos seus frutos. Consequentemente, o prejuízo ao impetrante já está consumado.**

1. De fato, naquela sessão ocorrida no dia 6.7.2020, a ALERJ, após acolher parecer exarado por sua Procuradoria no dia 2.7.2020, delimitou a denúncia a 2 (dois) fatos, quais sejam:

- i) “a Denúncia mencionou um processo administrativo específico, afirmando que o Excelentíssimo Senhor Doutor Governador do Estado nele proferira Decisão pessoalmente e que esta fora publicada no Diário Oficial do Poder Executivo. **Tais documentos, em decorrência de louvável esforço dessa Egrégia Comissão, agora instruem o processo nº 5.328/2020.**” e
- ii) “Especificamente quanto à menção ao PBAC nº 27-DF, ora em processamento perante a Egrégia Corte Especial do Colendo Superior Tribunal de Justiça, é pública a erudita, enfática e detalhadíssima Peça por meio da qual o Excelentíssimo Senhor Doutor Governador do Estado prestou esclarecimentos ao Egrégio Tribunal da Cidadania. A Peça, de lavra de consagrados Escritórios de Advocacia, demonstra, a mais não poder, que **o Excelentíssimo Senhor Doutor Governador do Estado teve pleno acesso** ao supramencionado PBAC nº 27-DF. De qualquer forma, **anexo-a a este Parecer**”

52. Não há nenhuma dúvida, portanto – trata-se de fato incontroverso, pré-constituído - que, **no dia 10.6.2020, quando a ALERJ votou por unanimidade pelo prosseguimento das denúncias, os processos não estavam minimamente instruídos com documentos que pudessem lastreá-los.** E mesmo após, quando a votação pelo prosseguimento já estava concluída, só foi carreada aos autos cópia de procedimento administrativo em que o impetrante profere uma decisão e nada mais (decisão essa, aliás, que o impetrante nem sequer poderia deixar de proferir, já que de sua competência; mas tão logo a proferiu, logo em seguida, no dia 15.5.2020, a desqualificou, em razão da ação criminal denominada “Operação Favorito” – doc. 2) e alguns outros documentos (doc. 2).

53. **Seja como for, e aqui retorna-se ao busilis da narrativa. Como os deputados votaram? Com lastro em que? Com**



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

base em nada, ou melhor, em conjecturas e queremismos políticos. Os processos, por isso, são nulos, integralmente nulos. Fica evidente que todos os deputados votaram ao léu, com base em meras conjecturas e alegações carentes do mínimo lastro probatório. Esse fato é inconteste, e já foi reconhecido a partir das próprias medidas já anteriormente intentadas pela ALERJ, quais sejam:

i) No dia 18.6.2020, após a formação da Comissão Especial de *Impeachment*, o próprio deputado estadual denunciante **confessou** que não teria instruído a denúncia com os documentos necessários (doc. 5);

ii) No dia 23.6.2020, a ALERJ deferiu o pedido do impetrante, de suspensão do processo, justamente para que esses documentos fossem juntados aos autos (doc. 2);

iii) Dias depois, o STJ negou o pedido da ALERJ de acesso aos autos (doc. 2); e

iv) Agora, no dia 2.7.2020, muito depois de já ter sido deliberada o prosseguimento da denúncia a Procuradoria da ALERJ **confessou**, uma vez mais, que só nessa ocasião é que alguns documentos foram juntados aos autos do processo, enquanto na verdade já deveriam dali constar ao menos antes do dia 10.6.2020, para viabilizar a votação do prosseguimento das denúncias feitas contra o impetrante (doc. 2).

54. Em outras palavras, **deputados, sem ter acesso a provas mínimas, que devem necessariamente ser carreadas ao processo, formalmente instruído, simplesmente não podem deliberar sobre o impedimento de governador. E isso simplesmente porque não podem se louvar, para formação de um juízo de tal natureza, em elementos extra autos, ou em notícias da mídia, ou ainda em mera decisão do STJ que defere a busca e apreensão de documentos. Deputados, enfim, não podem deliberar no vazio, ou no escuro, ou com base em puro quererismo político, sem que haja qualquer elemento de prova que possa conduzir a uma acusação de prática de ilícito, minimamente fundada. Um mínimo de liturgia, para que as instituições não sejam banalizadas, é devido. Do contrário, tudo, confessadamente, não passa de uma grande encenação orquestrada.**

55. **E essa é a correta exegese do art. 76 da Lei n. 1.070/51. A ótica, que ali se aguçá, é a do denunciado: não haverá cerceamento de defesa, nem violação ao contraditório, se, não juntadas aos autos as provas que lastreiem a denúncia, indicar-se a fonte delas àquele. Mas isso não vale para os deputados votantes. Como julgadores, eles não podem julgar nada com base naquilo que esteja fora dos autos. Seus votos, com efeito, devem justificar-se a partir do que restou provado no processo, não na mídia.** Do contrário, não haveria garantias jurídicas mínimas a um processo político. O impulso político prevaleceria, sem freios. E o político também deve ceder ao jurídico, notadamente quando se trata de processo sancionatório. O julgamento é político porque, fundamentalmente, se processa perante um corpo político. Mas isso não significa a completa abdicação de garantias jurídicas mínimas. E estas faltaram aqui.

56. Lembrem-se que os fatos objeto das denúncias, que ensejaram este mandado de segurança, basicamente se referem a atos que teriam sido praticados pelo impetrante, à



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

época da pandemia, e que supostamente seriam ilegais. A esse respeito, o Ministério Público Estadual ajuizou ação civil pública (processo nº 0127970-77.2020.8.19.0001, em curso perante o MM. Juízo da 2ª Vara de Fazenda Pública da Capital – doc. 6).

Mas o impetrante nem sequer é parte nesta ação coletiva.

Pela leitura da petição inicial, verifica-se que essa ação civil pública foi fruto de investigações promovidas pela 3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Capital, com o auxílio da força Tarefa de Atuação Integrada na Fiscalização de Ações Estaduais e Municipais de Enfrentamento à COVID-19, no âmbito do inquérito civil nº 2020.00284171, cujo objeto são supostos ilícitos praticados na contratação, pelo Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Saúde, das empresas (i) A2A Comércio e Representações LTDA., (ii) ARC Fontoura Indústria Comércio e Representações Ltda. e (iii) MHS Produtos e Serviços EIRELI, na contratação de respiradores (ventiladores) destinados ao tratamento de pacientes com COVID-19 (contratos n: 2020.001633, 2020.001868 e 2020.001859). Além das referidas empresas e seus representantes, nela figuram como réus o então Secretário de Saúde do Estado (Edmar Santos), seu subsecretário executivo (Gabriell Neves), e o servidor responsável pelo processo de contratação (Gustavo Borges). **Das mais de 120 (cento e vinte) páginas daquela petição inicial, contudo, não há nenhuma referência à participação do impetrante em tais eventos. E o fato do nome do impetrante nem sequer ser citado naquela ação é prova cabal de que o Ministério Público, por meio dos seus órgãos especializados de investigação, não foi capaz de encontrar indícios, mínimos que fossem, da participação do impetrante nos aludidos eventos.** Não obstante, a ALERJ, como visto, por meio da sessão ocorrida no dia 6.7.2020, entendeu por bem dar prosseguimento ao processo de *Impeachment*, no qual se discutem exatamente os mesmos fatos.

57. Outro exemplo: a mídia, recentemente, no dia 11.7.2020, noticiou que o Exmo. Sr. Presidente do STJ determinou a suspensão de um depoimento agendado para essa data sobre a investigação instaurada pelo MPF para apurar casos de fraude na saúde estadual no contexto da pandemia. A suspensão foi decidida depois que o impetrante pediu acesso aos documentos da referida investigação, já que o caso está em segredo de Justiça. O Ministro do STJ entendeu que o impetrante somente deve prestar depoimento depois que a sua defesa tivesse acesso às informações, notadamente para evitar eventuais nulidades dos atos processuais praticados (“(...) *considero prudente determinar a remarcação do depoimento em data breve, mas seguramente depois de esclarecida a situação da falta de acesso integral aos elementos probatórios*”).

58. Fica bastante evidente, então, que o que há, aqui, nestas denúncias, é uma **pura encenação de 2 (dois) processos que, não obstante ainda se encontrem na fase política, já estão viciados na origem, com o único fim de performar uma carta marcada**: afastar o impetrante, ainda que provisoriamente, do atual cargo (porque é exatamente essa a sanção que se dá com o recebimento formal da denúncia pela ALERJ). E é exatamente por esse motivo que os processos administrativos objeto deste mandado de segurança são integralmente nulos.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

59. Nessa linha, como é elementar, para a validade de qualquer ato público – e, por conseguinte, de **todo o procedimento administrativo que o ensejou** – é indispensável a observância dos requisitos formais: a) agente habilitado à prática do ato (*rectius*, competente); b) objeto lícito, possível, certo e moral; c) motivo; e d) finalidade. O motivo, por sua vez, se divide nos pressupostos de fato e de direito: enquanto este é o próprio dispositivo legal em que se estriba o ato, o pressuposto de fato “*corresponde ao conjunto de circunstâncias, de acontecimentos, de situações que levam a Administração a praticar o ato.*”

60. **Nem o fato de ser político o procedimento, em sua primeira fase, justificaria o total alheamento do direito. Sem provas mínimas carreadas num processo formal, não há como deputados motivarem seu voto; não há como eles justificarem seu voto; não há, enfim, como eles votarem. Mas o fato é que já o fizeram. O processo então é nulo.**

61. **Devido processo legal é o meio jurídico. E não há fim, muito menos político, que justifique sua supressão. Suprimi-lo, afinal, é afastar o Estado de Direito.** Seria descer muito fundo, em nome de um obscuro fim mais alto. Seria a negação da racionalidade. Seria o vale tudo (“*Desça fundo quem aspire tanto quanto subiu*”¹⁷). **Foi o que a ALERJ fez: atropelou todas as formalidades constitucionais obrigatórias para prosseguir, a todo custo, com as denúncias contra o impetrante.**

62. Além das garantias constitucionais já mencionadas, essas condutas adotadas pela ALERJ violam, diretamente, as seguintes regras:

i) **art. 76 da Lei nº 1.079/1.950**: é a regra da lei federal específica à *Impeachment* de Governador. Dispõe que a denúncia “*deve ser acompanhada dos documentos que a comprovem, ou da declaração de impossibilidade de apresentá-los com a indicação do local em que possam ser encontrados*”.

Essa regra existe, por óbvio, para que sejam atendidas 2 (duas) finalidades: a primeira, a de cientificar os deputados estaduais das Assembleias Legislativas do lastro probatório das alegações feitas pelo denunciante. Só com isso é que os deputados conseguirão aferir se a denúncia poderá ou não ser deferida, para que, então, haja o seu prosseguimento.

Se a denúncia prosseguir, então o cumprimento integral dessa regra atenderá à sua segunda finalidade: ao denunciado é garantido o exercício pleno da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal. Ele só pode ser submetido ao prosseguimento da denúncia, se antes a Assembleia tiver votado à luz da íntegra das alegações e dos documentos da denúncia. Depois disso, o denunciado deverá ter o mesmo acesso para fins de apresentação da defesa prévia;

Mas, no caso, como visto, nada disso aconteceu. A ALERJ simplesmente atropelou todo esse ritual procedimental, com o fim evidente de muito em breve tentar receber formalmente a denúncia feito contra o impetrante, para, com isso, afastá-lo provisoriamente do cargo de chefe do Executivo estadual.

ii) **arts. 41 e 648, I e VI, do CPP**: pelo CPP também o denunciante possui a obrigação de instruir a denúncia com elementos mínimos, inclusive sob pena de se prosseguir, caracterizar coação ilegal. E foi exatamente essas situações que aconteceram aqui no caso do impetrado.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

63. Nessa linha, escusado seria dizer que **o elemento de prova da narrativa acusatória possui capacidade de influenciar na decisão do colegiado. Mas esse ato formal, no caso, inclusive já aconteceu, por meio da votação ocorrida no dia 10.6.2020, na qual se deferiu o pedido de prosseguimento das denúncias.** E, por conseguinte, o impetrante ainda deve ter conhecimento prévio do que realmente está sendo denunciado, bem como das provas que lastreiam tais denúncias, para ser oportunizado o exercício do seu direito de defesa no prazo legal, o que igualmente não aconteceu.

64. A questão, aqui, é simples: num julgamento, que se inicia político, **o devido processo legal, com todas as suas garantias, não se direciona apenas ao denunciado. Ele é mais amplo, e abarca a todos os participantes, isto é, a todos os deputados reunidos num corpo político.** A existência de elementos mínimos, portanto, a instruir a demanda, tem a ver com a necessidade de que todos os deputados, ao votarem politicamente pelo prosseguimento ou não processo de impedimento, disponham de elementos oficiais, importados a um processo regular formal, com base nos quais possam emitir seu voto. Não basta, destarte, que o impetrante possa ou tenha tido acesso as provas alocadas em outros procedimentos (o que não ocorreu no caso). É imprescindível que essas provas instruam os procedimentos, através dos quais seu impedimento será julgado, para que seus julgadores (ou seriam algozes?) possam formar seu próprio convencimento e não seguir, simplesmente, o que diz a imprensa ou a opinião pública.

65. **Sem essa base probatório mínima, o processo carece de um mínimo de juridicidade. E o julgamento político, para ser compatível com a garantia do devido processo legal, não pode ser puramente político, calcado em mera vontade política. Ele deve revestir-se de juridicidade mínima, de elementos básicos. Pouco importa, portanto, aqui, que os arts. 16 e 76 da Lei nº 1.079/1.950 aludam à circunstância de que poderá ser indicado ao denunciado a fonte onde se encontram os documentos. Não é essa a hipótese aqui. O que importa é que os deputados que participem do processo possam, para votar, ter acesso a documentos que amparem a denúncia. Sem isso, o processo todo não passa de um simulacro, de uma encenação política, de um jogo de cartas marcadas, com violação do devido processo legal.**

66. E ainda que se admita que o início do procedimento possa se dar, apenas com a indicação da fonte da prova a ser obtida, como admite expressamente a lei (art. 16 da Lei 1.079/1950), o prosseguimento deste depende, necessariamente, da coleta destas provas, que devem ser carregadas aos autos.

Não há outra interpretação possível, à luz dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

67. A hipótese, pois, é grave: o julgamento já ocorrido no dia 10.6.2020 jamais poderia ter ocorrido; jamais as denúncias deveriam ter prosseguido; e os 70 deputados da ALERJ jamais poderiam ter determinado o prosseguimento de denúncias, referentes a 2 (dois) processos de *Impeachment*, porque confessamente nem sequer possuíam lastro probatório; a



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

nulidade do processo é patente; essas denúncias deveriam ter sido indeferidas liminarmente.

68. **Mas há um fato ainda mais grave: no dia 6.7.2020, a ALERJ já denunciou/prejulgou que haverá provável afastamento do impetrante (Lei nº 1.079/1.950, art. 77), ao final da atual fase política, sem elementos mínimos de prova (doc. 2).**

69. Os deputados simplesmente não poderiam ter votado porque não dispunham de elementos probatórios no dia 10.6.2020, fato esse que foi inclusive confessado na sessão do dia 18.6.2020, após a Comissão Especial de *Impeachment* ser instituída.

70. E agora, na sessão ocorrida no dia 6.7.2020, eles confessaram mais uma nulidade processual intransponível, até mesmo temerária: anunciaram que haverá oportunidade de fazer prova, após o recebimento das denúncias. Ou seja, prenunciam que acolherão as denúncias, mesmo antes da apresentação da defesa do impetrante, o que, nos termos da lei, ensejará o afastamento do impetrante, **tudo isso sem lastro probatório**, ao afirmarem que a instrução probatória poderá ser feita após o recebidas as denúncias.

71. Ora, aqui, constata-se uma **genuína inversão da ordem legal e constitucional**. **Primeiro, a denúncia. Depois, o denodo em se provar.** Não é este, contudo, como sabido, o devido processo legal. Primeiro se prova. A prova é essencial, indispensável para que qualquer denúncia seja acolhida seja em processo político ou judicial. Requisito *sine qua non*. Essa regra, não há dúvida, aplica-se a todo ou qualquer procedimento, menos, ao que parece, para estes simulacros de procedimento legal, verdadeiros processos kafkanianos, que ora se impugna.

72. Diga-se, por fim, que há ainda um fundamento de que *per se* se mostra suficiente para anular integralmente os 2 (dois) processos administrativos objeto deste mandado de segurança. **O STF, ao julgar a ADI 5.895/RR, também manteve o entendimento de que as denúncias devem ser instruídas com os respectivos documentos ou da indicação de onde os documentos podem ser encontrados (o que, como dito, não houve no caso, já que o STJ indeferiu o pedido de acesso dos autos do processo do inquérito no qual o impetrante está sendo investigado)**, ao considerar constitucional o art. 280-A, parágrafo único, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

73. Outra acachapante jurisprudência do STF aplicável ao caso é a seguinte:

“(…) À toda evidência, se não houver a intercessão do Poder Judiciário, poder-se-á esperar que, em pouco tempo, seja ressuscitada a bizarra tese da insindicabilidade das questões políticas, a opor-se a concepção de que é possível, sim, o controle jurisdicional dos atos de caráter político, sempre que suscitada questão de índole constitucional.” (STF, Pleno, MS 26.441/DF, Relator Min. Celso de Mello, DJE 18.12.2009).

74. Como no processo penal, o denunciado aqui se defende dos fatos narrados e imputados pela denúncia. É forçoso que os fatos constantes da exordial acusatória sejam determinados e limitados e, ainda, devida e previamente ladeados pelas indicadas provas e demais documentos para que o acusado possa exercer plenamente o direito de defesa. **E o mais grave, repita-se: não obstante essa necessidade, o fato é que, para**



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

que os deputados da ALERJ votassem no dia 10.6.2020, é óbvio que assim deveriam proceder após analisar os referidos documentos.

75. Conforme aferido na jurisprudência consolidada do STF e por força dos princípios da reserva legal e da finalidade e vinculação dos atos administrativos, ora cânones corolários do devido processo legal, há motivação suficiente para anular integralmente os 2 (dois) processos administrativos objeto deste mandado de segurança, diante da patente violação de normas procedimentais que conferem um dever impositivo às partes, em especial aos denunciante, e que deveriam ter sido tuteladas pelos ora impetrados – o que não ocorreu – quanto à formação prévia de um acervo probatório de modo a garantir a devida e plena votação dos deputados da ALERJ no dia 10.6.2020 (preclusão temporal/consumativa). Como cediço, inexistiu direito à “ampla acusação” ou um suposto alargamento de denúncia inicial, data vênua, diante de encenação política, de um jogo de cartas marcadas, repita-se, em violação clara ao devido processo legal.

76. Assim, confia o impetrante em que será concedida a segurança, para preservar ao impetrante as suas garantias constitucionais processuais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, notadamente para que somente com isso possa eventualmente ser submetido a um processo tão grave como o de impedimento.

SEGUNDO MOTIVO:

COMISSÃO ESPECIAL DE IMPEACHMENT INSTITUÍDA SEM QUALQUER VOTAÇÃO

77. Como devidamente explicado no primeiro tópico desta petição inicial, em decisão proferida no dia 10.6.2020, quarta-feira, publicada em 15.6.2020, o Exmo. Sr. Presidente da ALERJ, após votação pelos seus membros, deu prosseguimento às denúncias objeto deste mandado de segurança (doc. 3). No mesmo dia, o mesmo Exmo. Sr. Presidente da ALERJ editou o Ato 41/2020, por meio do qual definiu o rito processual do processo de *Impeachment* do impetrante (doc. 4).

78. Em seguida, foi instalada, **sem votação**, a Comissão Especial de *Impeachment* no dia 18.6.2020, quarta-feira (doc. 5). Os líderes de cada partido da ALERJ indicaram um membro e, com isso, **automaticamente**, a comissão foi instituída. Não houve absolutamente nenhuma votação, nem sequer fechada ou simbólica.

79. Violou-se, pois, a publicidade dos atos do Poder Legislativo. Até porque, é um princípio que decorre, de forma imediata, (i) do princípio democrático (CF/88, art. 1º, *caput*), (ii) do sistema representativo (CF/88, art. 1º, parágrafo único), (iii) do regime republicano (CF/88, art. 1º, *caput*), e (iv) do princípio da publicidade (CF/88, art. 37, *caput*). E isso sem contar que a própria Constituição do Estado do Rio de Janeiro, em seu art. 96, parágrafo único, impõe essa conduta. A inconstitucionalidade aqui, pois, é evidente, sob todos os aspectos.

80. Também foi violada a reserva de plenário. E essa supressão fulmina a higidez do feito com a inaceitável retirada da legalidade do procedimento, o que enseja na sua nulidade, como novel desobediência ao devido processo legal.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

81. Violou-se, ainda, a representatividade, que atinge, por sua vez, o sistema democrático. Afinal, “isto pode servir de advertência para aqueles que são os verdadeiros e absolutos representantes do povo, a fim de ensinarem a todos a natureza de seu cargo, e tomarem cuidado com a maneira como admitem a existência de qualquer outra representação geral, em qualquer ocasião que seja, se pretendem corresponder à confiança neles depositada.” (HOBBS, Thomas. Leviatã). Ou seja, a partir dessa reflexão da citação de Hobbes, muito se recorda do Estado forte, que, em breves palavras, veio a ser criado para tentar conter os excessos cometidos no estado de natureza, no qual a sociedade se encontrava antes da instituição do Estado. A citação acima reproduzida destaca que a representação legítima é fundamental para existência de um governo voltado para os administrados.

82. A representatividade é conferida na Constituição da República pelo exercício mais legítimo do sufrágio universal, ou seja, a delegação de Poder se concretiza por meio do voto na escolha dos representantes do Executivo e do Legislativo. Tal escolha também remete à vontade geral, conceito eivado de diferentes interpretações, todavia pode se associar em termos políticos à soma da vontade de todos que assim o exerceram, em sua maioria quantitativa, por meio da votação legítima recebida no devido processo eleitoral. Logo, foram respeitadas as formas de escolha da sociedade, no momento do exercício do sufrágio universal. Em tal contexto, tanto os representantes do Poder Legislativo e do Executivo são ‘ungidos’ pelo voto para exercer a delegação que o povo deu para o Estado, por meio de cada Poder em sua função delegada, em nome dos representados e em cumprimento aos ditames da Constituição da República.

83. Por outro lado, há que se questionar a retirada de tal representação popular por meio dos institutos democráticos, tal como o processo de impedimento de representação, quando existem suspeitas, ou seja, não há contundentes provas de que as condutas praticadas pelos eleitos tenham sido efetivamente praticadas contra os interesses da vontade geral, isto é, que tenham sido voltadas para qualquer outro interesse.

84. Nessa linha, o STF, ao julgar a ADPF 378-MC/DF, no dia 17.12.2015, decidiu que a formação final da Comissão Especial de Impeachment deve ser submetida à votação. E essa votação deve ser i) aberta, ii) ainda que simbólica, iii) com veiculação no Diário Oficial. Como o voto possui mais de 400 laudas, confirmam-se alguns trechos da ementa e da fundamentação específicos sobre essa questão:

“(…) **III.5. A ELEIÇÃO PARA FORMAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DEVE SE DAR POR VOTO ABERTO (CAUTELAR INCIDENTAL)**

64. Na segunda medida cautelar incidental apresentada, o autor também requereu provimento liminar para garantir que a eleição da Comissão Especial do Impeachment seja feita por meio do voto aberto do Plenário da Câmara dos Deputados. Acolho o pedido. No processo de Impeachment do Presidente da República, todas as votações e deliberações devem ser abertas.

65. A publicidade dos atos do Poder Legislativo decorre de forma imediata (i) do princípio democrático (CF/1988, art. 1º, caput), (ii) do sistema representativo



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

(CF/1988, art. 1º, parágrafo único), (iii) do regime republicano (CF/1988, art. 1º, caput), e (iv) do princípio da publicidade (CF/1988, art. 37, caput). A regra geral que se extrai desses princípios é a de que as votações no âmbito das Casas Legislativas devem se dar por meio de voto ostensivo, de modo a permitir maior transparência e controle dos representantes eleitos pelos titulares da soberania (accountability). Praticamente toda deliberação ou votação do Congresso deve ser realizada sob as vistas da sociedade.

66. Devo dizer que não considero que o escrutínio secreto encontra-se proscrito pela ordem constitucional. Tampouco entendo que a Constituição Federal tenha definido de forma taxativa as hipóteses de deliberações das Casas Legislativas que possam ser realizadas por voto sigiloso. Porém, a previsão desta forma de votação ostenta caráter absolutamente excepcional em uma democracia representativa, que pressupõe que os representantes eleitos prestem contas aos eleitores de seus votos e ações.

67. Feitas tais observações preliminares, parece-me claro que no processo de *Impeachment* não há lugar para voto secreto. E isso por quatro fundamentos. Em primeiro lugar, a exigência de votação ostensiva no caso decorre do conjunto normativo aplicável ao processo por crime de responsabilidade. Ao disciplinar o processamento do *Impeachment*, a Constituição de 1988 não estabeleceu nenhuma hipótese de votação secreta. Do mesmo modo, a Lei n. 1.079/1950, embora tenha previsto em seu art. 19 a existência de uma “comissão especial eleita”, não instituiu escrutínio sigiloso nesta situação. Finalmente, Constituição, da Lei n. 1.079/1950 e do Regimento Interno, não é admissível que o Presidente da Câmara dos Deputados possa, por decisão unipessoal e discricionária, estender hipótese inespecífica de votação secreta prevista no RI/CD, por analogia, à eleição para a Comissão Especial de *Impeachment*.

68. Em segundo lugar, o sigilo do escrutínio é incompatível com a natureza e a gravidade do processo por crime de responsabilidade. O processo de *Impeachment* tem natureza político-administrativa, constituindo ferramenta de preservação da legitimidade da representação popular. Contudo, a responsabilização do Presidente nesse caso não se dá por uma decisão dos eleitores, mas dos parlamentares eleitos. Em outras palavras, o Presidente pode ser afastado e perder o mandato conquistado nas urnas por decisão não daqueles que os elegeram, mas dos congressistas. Em processo de tamanha magnitude institucional, é preciso garantir o maior grau de transparência e publicidade possível. A exigência de votação ostensiva torna-se ainda mais evidente, tendo em conta que a mera aceitação da denúncia contra o

69. ocupante do mais elevado cargo da Nação já instaura no país um clima de instabilidade política, econômica e social. Em terceiro lugar, o processo de *Impeachment* se sujeita à incidência direta e com especial vigor dos princípios democrático, representativo e republicano. O voto aberto é aquele que melhor realiza referidos princípios, conferindo aos representados ferramentas para que possam exercer o controle social sobre todas as etapas deste procedimento e examinar a atuação de seus representantes. Na realidade social brasileira, de grave crise de representatividade e desconfiança dos



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

eleitores em relação aos governantes, a exigência de publicização das votações adquire um destaque ainda maior. Como já afirmei, o Brasil é um país no qual o imaginário social supõe que por trás de cada porta fechada são conduzidas tenebrosas transações e – acrescento – que cada votação secreta está a encobrir barganhas e acordos pouco republicanos. Portanto, em um processo de tamanha seriedade como o do *Impeachment*, não é possível invocar como justificativa para o voto secreto a necessidade de garantir a liberdade e independência dos congressistas, afastando a possibilidade de ingerências indevidas (por exemplo, de lideranças partidárias, dos pares ou de outras autoridades). Se a votação secreta pode ser capaz de afastar determinadas pressões, ao mesmo tempo, ela enfraquece a possibilidade de pressão e controle popular sobre os representantes, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados dispôs expressamente sobre as comissões temporárias especiais no art. 33, mas tampouco trouxe previsão de eleição secreta para sua formação. E mais: seu art. 188 elenca os casos de votação por escrutínio secreto, sem prever expressamente, entre eles, a Comissão Especial do *Impeachment*. No silêncio da que vai na contramão das exigências dos princípios democrático, representativo e republicano. Daí porque não se pode admitir o escrutínio sigiloso em processo desta natureza.

70. Em quarto e último lugar, trata-se da mesma forma de votação que foi adotada para a composição da Comissão Especial no processo de *Impeachment* de Collor. Na ocasião, a chapa única formada por indicação dos líderes foi eleita em votação aberta (simbólica) do Plenário da Câmara dos Deputados. A manutenção do mesmo rito seguido em 1992 contribui para a segurança jurídica e a previsibilidade do procedimento, evitando casuísmos indesejados e manipulações das regras do jogo ao sabor das lideranças políticas de ocasião.”(STF, ADPF 378-MC/DF, Tribunal Pleno, Rel. p/ acórdão Min. Luís Roberto Barroso, j. 17.12.2015; (grifou-se)

85. Insatisfeita com o resultado do acórdão, a Mesa da Câmara dos Deputados opôs embargos de declaração, ocasião na qual, dentre outras matérias, apontou essa parte da votação, como um dos supostos vícios do acórdão. Mas o STF, ao julgá-los, reforçou a posição já exarada, agora por meio de um voto de mais de 130 laudas:

86. Note-se que no caso do *Impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff o que se colocou perante o STF foi a possibilidade de a Comissão Especial de *Impeachment* ser instituída por votação secreta. **Nem se cogitou da hipótese de não ter votação.** Mas, no caso, foi exatamente isso o que aconteceu: **a ALERJ nem sequer fez alguma votação para escolher a Comissão Especial de Impeachment do impetrante,** o que caracteriza que o ato legislativo, além de descumpridor do princípio democrático, deu-se com a celeridade dos atos de exceção, típicos do regimes totalitários.

87. Já não bastasse, o STF, ao julgar a ADI 5.895/RR (com efeito *erga omnes*), também manteve esse entendimento, ao considerar constitucional o art. 280-C, §1º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Roraima. Para evitar remissão excessiva, confira-se íntegra dessa regra:



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

“Art. 280-C. Caberá à Comissão Especial a emissão de parecer sobre a autorização para instauração de processo por crime de responsabilidade contra o Governador, o Vice-Governador ou os Secretários de Estado. (Incluído pela Resolução nº 017, de 2016).

§1º A Comissão será constituída de um quarto da composição da Assembleia Legislativa e eleita na mesma sessão em que se fizer a leitura da denúncia, por deliberação da maioria absoluta dos seus membros, em votação aberta, obedecida a proporcionalidade das representações partidárias ou dos blocos parlamentares, vedada a apresentação de candidatura ou chapa avulsas.

(Incluído pela Resolução nº 017, de 2016).” (STF, ADI 5895/RR, Tribunal Pleno, Rel. Min. Alexandre de Moraes, j. 27.9.2019; grifou-se)

88. Como se observa do excerto supracitado, o Regimento Interno da unidade federativa referenciada foi considerado legal porque repetiu a regência da Lei Federal nº 1079/1950, à luz da CF/88 e da SV 46. A *contrario sensu*, a ALERJ não poderia ter alterado o rito de regência federal que prevê o obrigatoriedade da eleição para a formação da Comissão Especial do *Impeachment*.

89. Assim, o impetrante possui direito líquido e certo, com provas já pré-constituídas, razão pela qual confia em que esse e. Órgão Especial afastará a aplicação do Ato 41/2020 do Presidente da ALERJ, para determinar que as autoridades coatoras votem, expressamente, de forma aberta, ainda que simbólica, quais serão os membros da ALERJ que comporão a Comissão Especial de *Impeachment*.

TERCEIRO MOTIVO:

PRESIDENTE DA ALERJ NÃO INDICOU QUANTIDADE DE MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE IMPEACHMENT E NEM A LIMITOU 1/4 DOS MEMBROS DA ALERJ

90. Arrebatada pelo momento pandêmico vivenciado e na ânsia de dar agilidade ao processo de *Impeachment* contra o impetrante, a ALERJ atropelou o procedimento em mais um aspecto. Ao exarar o Ato 41/2020, o Exmo. Deputado Estadual Presidente da ALERJ, dentre outras determinações, estabeleceu, logo como primeiro ato, “*abrir prazo de quarenta e oito horas a cada um dos Excelentíssimos Senhores Líderes a fim de que indiquem cada qual um Membro da Comissão Especial*”. Ou seja, tal como prevê o art. 19 da Lei 1.079/50, determinou-se a criação de uma Comissão Especial que, segundo o Ato, foi formada pela indicação de um membro por cada um dos líderes de cada partido:

“Art. 1º Abrir o prazo de quarenta e oito horas a cada um dos Excelentíssimos Senhores Líderes a fim de que indiquem cada qual um Membro da Comissão Especial competente para emitir Parecer sobre a Denúncia por contra o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado documentada no processo ALERJ nº 5.328/2020.

Parágrafo único - Esgotado o prazo sem indicação de Liderança, o Presidente da Assembleia Legislativa fará as indicações necessárias, sempre respeitando, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária.”

91. Não obstante a exatidão em determinar a formação da Comissão Especial de *Impeachment*, esse Ato não observou as



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

formalidades necessárias previstas no próprio Regimento Interno da ALERJ. Dele há previsão do art. 29 o qual dispõe que o ato que institui a referida comissão **deve indicar, além da finalidade, o número dos membros que a compõe:**

“Art. 29. As comissões especiais são constituídas para fins predeterminados, por proposta da Mesa Diretora ou a requerimento de um décimo dos Deputados, com aprovação do Plenário.

§1º. O requerimento para constituição de comissão especial, submetido à discussão e votação únicas, decorridas vinte e quatro horas de sua apresentação, deverá indicar, desde logo:

I - finalidade; II - número de membros; III - prazo de funcionamento”

92. Nessa linha, deveria ter constado do ato o número de membros da Comissão Especial de *Impeachment*. E **esse número deveria ser equivalente a um quarto do número dos membros da ALERJ**, como definido no parágrafo 1º do art. 280-C do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Foi exatamente essa a determinação referendada pelo STF ao julgar a ADI 5895.

93. Para que se faça ainda mais claro, como o Regimento Interno da ALERJ não especifica o número de membros que deve ter a Comissão Especial para o processamento dos crimes de responsabilidade do Governador, deve-se adotar o parâmetro estabelecido no parágrafo 1º do art. 280-C do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Roraima, que dispõe que “*a Comissão será constituída de um quarto da composição da Assembleia Legislativa*”. Confirma-se a íntegra dessa regra:

“Art. 280-C. Caberá à Comissão Especial a emissão de parecer sobre a autorização para instauração de processo por crime de responsabilidade contra o Governador, o Vice-Governador ou os Secretários de Estado.

§1º **A Comissão será constituída de um quarto da composição da Assembleia Legislativa** e eleita na mesma sessão em que se fizer a leitura da denúncia, por deliberação da maioria absoluta dos seus membros, em votação aberta, obedecida a proporcionalidade das representações partidárias ou dos blocos parlamentares, vedada a apresentação de candidatura ou chapa avulsas.” (grifou-se)

94. Com base nessa regra, como a ALERJ é composta por 70 (setenta) deputados estaduais²², a Comissão Especial de *Impeachment* deveria ser composta por 25% (ou 1/4) desse número, o que seria equivalente a 17 (dezessete) ou 18 (dezoito) membros no máximo (considerando que o cálculo não chega a número certo – dá 17,6). Pontue-se que **a norma não fala em “ao menos” 25%, mas em exatos 1/4 do número de membros da Assembleia Legislativa**. Acima desse montante também não pode ser considerado em consonância com o compreendido pelo STF.

95. No entanto, como dito, a Comissão Especial de *Impeachment* formada para os processos administrativos objeto deste mandado de segurança é composta por 25 (vinte e cinco) Deputados Estaduais. Isso porque, em cumprimento ao Ato 41/2020, é constituída por 1 (um) membro de cada um dos 25 (vinte e cinco) partidos com representação na ALERJ (doc. 4 e doc. 5).



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

96. Em síntese, não foi respeitado o quantitativo definido pelo STF, ao julgar a ADI 5895/RR, de um quarto dos membros da ALERJ (ao invés de 25, deveria ser formada por 17 ou 18 deputados estaduais). Eis, portanto, mais um equívoco na formação da Comissão Especial de *Impeachment* do impetrante, a inquirir de ilegal o ato coator.

QUARTO MOTIVO:

A FORMAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE IMPEACHMENT DESRESPEITOU A PROPORCIONALIDADE

97. Na linha do tópico anterior, há, ainda, mais um ponto que não foi observada pela ALERJ ao compor a Comissão Especial de *Impeachment*: a necessária proporcionalidade partidária. Como já pontuado, através do Ato 41/2020 (doc. 4), foi determinado que “*cada um dos Excelentíssimos Senhores Líderes (...) indiquem cada qual um Membro da Comissão Especial*”. Conseqüentemente, a comissão foi formada por um representante de cada partido.

98. Deve-se observar, no entanto, que o art. 23 do Regimento Interno da ALERJ dispõe que na composição das comissões “*deve ser obedecida, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária*”. Essa previsão reflete o previsto no art. 19 da Lei 1.079/50, que estabelece, igualmente, a necessidade de ser observada a proporcionalidade partidária:

Regimento Interno da ALERJ:

Art. 23. Na composição das comissões permanentes e temporárias deve ser obedecida, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária, a qual se define como o número de lugares reservados aos partidos em cada comissão.

Lei 1.079/50:

Art. 19. Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma.

99. O fato de a comissão ser composta por representantes de todos os partidos que compõem a ALERJ, embora garanta a representatividade partidária de todos os partidos, não atende ao princípio constitucional da proporcionalidade partidária. Como consta do próprio *site* do Congresso Nacional, proporcionalidade partidária é o “*princípio segundo o qual a representação dos partidos políticos e dos blocos parlamentares na Casa Legislativa deve ser reproduzida proporcionalmente, tanto quanto possível, na composição da Mesa Diretora, das comissões e de outros órgãos colegiados fracionários que a integram*”.

100. Desta forma, há flagrante violação ao princípio constitucional da proporcionalidade da composição partidária e, outrossim, existe visível mácula aos arts. 19 e 76 da Lei nº 1079/50, o que nulifica todos os atos executivos praticados pela Comissão Processante, com flagrante prejuízo ao impetrante. Diga-se, ademais, que os dispositivos constitucional e legal fulminados pela ALERJ não podem ser albergados sob a égide da “soberania do Parlamento” e nem interpretados como matéria *interna corporis* porque atos inconstitucionais e ilegais não são convalidáveis ao arrepio de normas reguladores que dispõem sobre o funcionamento do processo de *Impeachment*.

101. Esse princípio da proporcionalidade, aliás, decorre da necessidade de ser garantida a vontade popular, refletida na



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

composição das Casas Legislativas, nos demais órgãos fracionados que a integram. **Atender o princípio da proporcionalidade partidária na formação de comissões não significa garantir a presença de representantes de todos os partidos que compõem aquela legislatura, mas, sim, garantir que seja ali refletida, na mesma proporção, a representação dos partidos na Assembleia Legislativa**, a fim de que esses órgãos não destoem da vontade dos eleitores que compuseram a Casa Legislativa. É nesse sentido que dispõe a CF/88 e a Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Confira-se: **Constituição do Estado do Rio de Janeiro:**

Art. 109. A Assembleia Legislativa terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas nos respectivos Regimento ou ato legislativo de sua criação. § 1º **Na constituição da Mesa Diretora e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares com participação na Assembleia Legislativa.**

Constituição Federal:

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º **Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.**

102. Nessa linha, por exemplo, se um partido detém 20% de participação na Assembleia Legislativa, deve ele deter os mesmos 20% de participação no âmbito das suas comissões. Da mesma forma, um partido que detenha pouca participação na casa legislativa, deterá pouca participação no órgão fracionado, mesmo que isso signifique a ausência da sua representação. Exatamente por essa possibilidade é que todas as normas que versam sobre proporcionalidade partidária dispõem que a observação do princípio deve ocorrer *“tanto quanto possível”*.

103. Sobre esse aspecto, o Regimento Interno da ALERJ dispõe, no art. 23, que *“na constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participem da Casa, incluindo-se sempre um membro da Minoria, ainda que pela proporcionalidade não lhe caiba lugar”*.

Da leitura desse dispositivo torna-se claro que o atendimento à proporcionalidade partidária não exige a inclusão de todos os partidos. Ainda que não seja possível a inclusão de todos os partidos – o que, pelo número limitado de lugares nas Comissões, não será – a participação da minoria deverá ser assegurada.

104. Outro exemplo: a Comissão Especial formada na Câmara dos Deputados na ocasião da instauração do processo de *Impeachment* da Presidente Dilma Rousseff (PT). Em 2015, foram empossados para mandato na Câmara dos Deputados, para a 55ª legislatura, 513 (quinhentos e treze) deputados de 28 (vinte e oito) partidos²⁴. Para a formação da Comissão Especial, composta por 65 (sessenta e cinco) deputados federais, apenas continha deputados de 24 (vinte e quatro) partidos. Ademais, os partidos com maior representação na Câmara, como o PMDB e



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

o PT, tinham participação maior que os partidos com menor representação. Confira a lista dos membros divididos por partido:

105. O que se evidencia, portanto, é que a proporcionalidade partidária não é alcançada meramente pela presença de todos os partidos na Comissão, como fez a ALERJ, mas, na verdade, pela **representatividade equânime (e proporcional, passe o truísmo)** de membros dos partidos existentes na Casa Legislativa. O objetivo é o de que aquele órgão fracionado, integrante da Casa Legislativa, reflita a vontade dos eleitores que a compuseram.

106. Como mencionado, na Comissão Especial, como formada hoje, com 25 (vinte e cinco) participantes, cada partido possui participação idêntica de 4%. Contudo, a participação desses 25 (vinte e cinco) partidos na ALERJ não é equânime, como se apresenta na Comissão Especial. Conforme consta do próprio site da ALERJ, os 70 (setenta) deputados estaduais, que compõem atualmente a ALERJ, estão distribuídos, ente os 25 (vinte e cinco) partidos, gerando a seguinte representatividade partidária:

Partido / Vagas na ALERJ	Representatividade na ALERJ
PSL - 9 deputados	12,86%
PSOL - 5 deputados	7,14%
DEM - 5 deputados	7,14%
PSD - 5 deputados	7,14%
PSC - 4 deputados	5,71%
REP - 4 deputados	5,71%
SDD - 4 deputados	5,71%
MDB - 4 deputados	5,71%
PT - 3 deputados	4,29%
PDT - 3 deputados	4,29%
PSDB - 3 deputados	4,29%
NOVO - 2 deputados	2,86%
PP - 2 deputados	2,86%
PTC - 2 deputados	2,86%
DC - 2 deputados	2,86%
PSB - 2 deputados	2,86%
PODE - 1 deputado	1,43%
PL - 1 deputado	1,43%
PC DO B - 1 deputado	1,43%
AVANTE - 1 deputado	1,43%
PTB - 1 deputado	1,43%
PMB - 1 deputado	1,43%
PRP - 1 deputado	1,43%
PROS - 1 deputado	1,43%
PATRIOTA - 1 deputado	1,43%
CIDADANIA - 1 deputado	1,43%

107. O que se evidencia é que na atual formação da Comissão Especial não foi atendida a proporcionalidade partidária, na medida em que estão ali igualmente



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

representados, tanto os partidos com representação expressiva na ALERJ quanto os que detém mínima. **Tome-se, por exemplo, o PSL, que detém 12,86% da ALERJ, mas, na comissão, representa apenas 4% dos seus membros. Ao passo que partidos com 1,43% de representação na ALERJ acima mencionados estão com os mesmos 4% de participação na Comissão.** Essa conta não fecha; a representação partidária na Comissão não reflete, como deveria, a composição da Casa Legislativa.

108. Nem se diga que, dentro dessa realidade, a minoria não teria representação na comissão. Isso porque, **considerando que 15 (quinze) partidos detém menos de 3% dos membros da ALERJ, eles, conjuntamente, representam quase 30% da Casa Legislativa. Por óbvio, esses 30% terão participação na Comissão Especial mesmo que não seja possível a participação de todos os partidos individualmente.** Exatamente para abranger essas hipóteses que as normas que dispõem a respeito da proporcionalidade partidária possuem a ressalva de que o princípio deve ser atendido “*tanto quanto possível*”.

109. Sobre esse aspecto, o Regimento Interno Câmara dos Deputados dispõe, no art. 23, que “*na constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participem da Casa, incluindo-se sempre um membro da Minoria, ainda que pela proporcionalidade não lhe caiba lugar*”. **Da leitura desse dispositivo torna-se claro que o atendimento à proporcionalidade partidária não exige a inclusão de todos os partidos.** Ainda que não seja possível a inclusão de todos os partidos – o que, pelo número limitado de lugares nas Comissões, não será – a participação da minoria deverá ser – e será – assegurada.

110. O prestígio do critério da proporcionalidade constitui autêntico **direito subjetivo e respeito ao princípio democrático.** Como funciona de acordo com o número de membros de cada legenda na Casa Legislativa, está diretamente relacionado à força da representatividade popular. De tal forma, repita-se, aplicável “tanto quanto possível”, como assim disposto no citado Ato nº 41/2020 e não sendo alcançado tal princípio meramente pela presença de todos os partidos na Comissão.

111. Formar uma comissão de outra forma, pois, significa desrespeitar a vontade popular, pilar do Estado Democrático de Direito (CF, art. 1º, *caput*). A doutrina ainda explica o seguinte: “A Constituição da República (Art. 58, §1º), tanto quanto possível, assegura a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares junto às Comissões, com o propósito de preservar o princípio democrático e pluralista, além de homenagear o aspecto partidário da democracia brasileira. Com o viés de criar procedimentos para conferir maior efetividade ao processo legislativo, bem como de valorizar os órgãos técnicos, o Constituinte de 1988 atribuiu poderes às Comissões Parlamentares (art. 58, § 2º da C.R.) para substituir o Plenário nas deliberações dos projetos de leis.”²⁵

112. Não há dúvida, portanto, do direito líquido e certo do impetrante, de ser julgado na forma prevista na lei, que dá representatividade proporcional na citada comissão, tendo em vista que a sua formação desrespeita não só o número de componentes (como compreendido pelo STF), como também o



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

princípio constitucional e a regra legal da proporcionalidade partidária.

QUINTO MOTIVO:

INSTITUÍDA, A COMISSÃO ESPECIAL DE IMPEACHMENT NÃO ELABOROU PARECER INICIAL PARA DELIMITAR EXATAMENTE AS DENÚNCIAS

113. Diga-se, por fim, que ainda há um quinto motivo para a segurança ser concedida ao impetrante, ainda que analisado isoladamente. Isso porque, além de não ter havido votação para a instituição da Comissão Especial de *Impeachment* e o desrespeito ao número de membros da ALERJ que a compõe e a proporcionalidade entre eles, essa comissão adotou ilegal conduta omissiva.

114. Segundo constou do Ato 41/2020 exarado pelo Presidente da ALERJ (doc. 4), depois que a referida comissão fosse instituída, o impetrante seria citado para apresentar defesa em até 10 sessões parlamentares. No entanto, após a instituição, mas antes da citação, a comissão deveria elaborar um parecer inicial. E a razão desse parecer é singela: ele nortearia, num filtro técnico de admissibilidade, a ampla defesa e o contraditório a ser exercido pelo impetrante, porque delimitaria, exatamente, o escopo das denúncias objeto deste mandado de segurança.

115. Foi exatamente esse o rito delimitado pelo STF ao julgar a ADI 5.895/RR. Essa formalidade se perfaz exatamente no art. 280-C, *caput*, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Para evitar transcrição excessiva, os trechos do voto do STF, inclusive com essa regra, já foram transcritos no tópico desta petição inicial referente ao “PRIMEIRO MOTIVO”. Somente para facilitar a análise, essa regra dispõe o seguinte:

“Art. 280-C. Caberá à Comissão Especial a emissão de parecer sobre a autorização para instauração de processo por crime de responsabilidade contra o Governador, o Vice-Governador ou os Secretários de Estado. (Incluído pela Resolução nº 017, de 2016).” (grifou-se)

116. Aliás, o próprio parecer da Procuradoria da ALERJ, referendado na sessão do dia 6.7.2020 (doc. 2), faz clara alusão à necessidade de se delimitar especificamente a denúncia feita contra o impetrante, especialmente à luz do precedente do STF que decidiu a ADPF 378-MC. Mas até o momento, além da ausência do parecer inicial, o impetrante ainda não possui absoluta certeza de quais serão exatamente os fatos que ser objeto das denúncias objeto dos processos administrativos os quais o impetrante neste mandado de segurança pretende ver suspensos/anulados.

117. Nem alegue que o parecer inicial, de incumbência da Comissão Especial de *Impeachment*, seria o referido parecer apresentado pela Procuradoria da ALERJ. Se, eventualmente, algum impetrado assim alegar, então o impetrante realmente estará convicto de que todo o processo está eivado de vícios. Isso porque, se assim ocorrer, então o impetrante não saberá, exatamente, quais fatos prevalecem no prosseguimento do processo: os fatos descritos nas petições iniciais das 2



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

(duas) denúncias? Os fatos que constaram do parecer da Procuradoria da ALERJ? Os 2 (dois)?

118. É evidente que a conduta omissiva da Comissão Especial de *Impeachment* criou mais um relevante problema processual. **As denúncias revestem-se, pois, de elementos de dubiedade. E denúncias dúbias, ou ambíguas, são nulas. Quais, efetivamente, hoje, os fatos imputados ao denunciado? Do que ele deverá se defender? Daqueles constantes da peça inicial? Daqueles do parecer apresentado e ratificado? Há imprecisões entre ambos.**

119. A exigência de elaboração de parecer prévio é peça indispensável para a motivação dos atos legislativos e de formação de convicção prévia parlamentar, ainda que seja ato processual perfunctório, de instauração de processo de crime de responsabilidade. Isso porque tem incalculável repercussão nos direitos subjetivos do impetrante, ainda que não haja imputação de direta de culpa.

120. É evidente que há violação a direito líquido e certo do impetrante no prosseguimento das denúncias em curso na ALERJ, sem que previamente ele tenha a oportunidade de ter acesso ao parecer inicial da ilegal Comissão Especial de *Impeachment*. Isso, evidentemente, vulnera as suas garantias fundamentais ao contraditório, à ampla defesa e ao devido processo legal, consagrados na Constituição Federal (assegurados no art. 5º, LIV e LV).

121. Por mais essas circunstâncias, confia o impetrante em que será concedida a segurança, com vistas a assegurar o seu direito líquido e certo de apresentar defesa tão somente após a Comissão Especial de *Impeachment* elaborar parecer inicial, que deve conter ao menos quais fatos exatamente o impetrante será investigado e eventualmente punido, de modo a que seja garantido o seu direito de defesa substantivo, em respeito às garantias do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

TUTELA DE URGÊNCIA IMPOSITIVA

122. O art. 7º, III, da Lei nº 12.061/2009 possibilita ao magistrado, ao receber a petição inicial do mandado de segurança, determinar a suspensão da eficácia do ato coator, desde que demonstrados, cumulativamente, fundamentos relevantes (*fumus boni iuris*) e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida (*periculum in mora*). E há, no caso, farto respaldo fático-jurídico a justificar a concessão desse provimento de urgência.

123. Em síntese, como demonstrado, por meio de documentos idôneos:

i) no dia 10.6.2020, **mesmo sem a indispensável documentação de suporte**, a ALERJ decidiu que as denúncias feitas contra o impetrante, objeto deste mandado de segurança, deveriam prosseguir. Diante dessa evidente violação às garantias do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, o impetrante requereu à ALERJ, no dia 22.6.2020, que a ele fosse ao menos concedido o direito de ter acesso à íntegra dos documentos que deveriam dar lastro à denúncia. No dia 23.6.2020, a ALERJ deferiu a suspensão dos processos administrativos, para tentar acesso aos documentos. Poucos dias depois o STJ negou tal pleito. **No dia 6.7.2020, o impetrante soube que a ALERJ decidiu que as denúncias**



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

prosseguirão, e que os referidos documentos instruirão o processo só na sua eventual fase jurídica, pressupondo-se, então, que a denúncia será recebida, **sem a apresentação de qualquer prova**. A encenação que este procedimento simboliza é patente; o simulacro de devido processo é ululante; e o arbítrio de um desejo político já encomendado é gritante. Tudo isso, com efeito, tornou manifesto o intuito de vendeta da ALERJ contra o impetrante; A ALERJ, com efeito, se colocou acima de todas as garantias basilares de qualquer processo; o processo, pois, é nulo;

ii) Com base nos acórdãos do STF que julgaram a ADPF 378-MC/DF (em 2015, *Impeachment* “Dilma Rousseff”) e a ADI 5.895/RR (em 2019, *Impeachment* “Governadora de Roraima”), a formação final formal (ou instituição) da Comissão Especial de Impeachment deve ser submetida à votação aberta, ainda que simbólica, com veiculação no Diário Oficial. Mas nada disso aconteceu aqui no caso do impetrante. Aliás, nem sequer houve votação no caso. Os líderes de cada partido da ALERJ indicaram um membro e, com isso, automaticamente, a comissão foi instituída;

iii) Tal como já decidido pelo STF, ao julgar a ADI 5.895/RR, a Comissão Especial, formada para instruir o prosseguimento de denúncia de Impeachment contra Governador, deve possuir 1/4 dos membros da Assembleia Legislativa. Mas o Exmo. Sr. Presidente da ALERJ, ao definir como seria composta a Comissão Especial de *Impeachment* do caso do impetrante, não delimitou que deveria ser composta por 1/4 dos deputados da ALERJ (ou 18, porque a ALERJ possui um total de 70). Diante dessa ilegalidade, a comissão instituída possui 25 membros da ALERJ;

iv) Esses 25 membros são exatamente a soma de 1 deputado escolhido pelo líder de cada partido que possui representação na ALERJ. Mas, à luz dos votos que decidiram a ADPF 378-MC/DF e a ADI 5.895/RR, essa comissão deveria respeitar a proporcionalidade/representatividade partidária, tanto quanto possível. Os percentuais dos membros de cada partido da ALERJ são facilmente aferíveis do próprio site da ALERJ; e à luz do acórdão do STF que decidiu a ADI 5.895/RR, a Comissão Especial de Impeachment deve exarar um parecer inicial para que as denúncias sejam devidamente esmiuçadas/esclarecidas para, só depois, citar o denunciado. Mas, no caso, a comissão do caso do impetrante não procedeu dessa forma, na medida em que não há parecer algum (na verdade, como dito acima, sequer há documentos necessários que poderiam dar algum lastro às denúncias).

124. O *fumus boni iuris* decorre, pois, da inobservância manifesta, por parte das autoridades coatoras, dentre outros, dos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legislativo e da publicidade, ao prosseguirem com as denúncias objeto do Processo Administrativo nº 5.328/2020 (principal) e do Processo Administrativo nº 5.360/2020 (apenso), ambos em trâmite perante a ALERJ. Violou-se pelos 5 (cinco) motivos demonstrados ao longo desta petição inicial, a CF/88, a Súmula Vinculante 46, a Lei nº 1.079/1.950, com as delimitações já feitas pelo STF ao julgar a ADPF 378-MC/DF e a ADI 5.895/RR.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

125. A gravidade da afronta aos preceitos fundamentais fala por si mesma. A Casa Legislativa de representação popular estará à frente de um processo de *Impeachment* eivado de vícios processuais e sob evidentes máculas a inúmeras garantias constitucionais (cláusulas pétreas constitucionais).

126. Note-se, nessa linha, que definir o rito é definir o texto da lei do processo. Sem isso, nenhum passo pode ser dado. Se, não obstante, o procedimento seguir mesmo assim, ele seguirá, então, por caminho próprio, insuflado, quiçá, por ventos políticos, quiçá, por ventos do arbítrio, mas não pela bitola da lei. Seguirá, enfim, no escuro, e não sob a luz da lei. Tudo não passaria, então, de um simulacro de processo, travestido em mera formalidade externa, marcada por uma sequência *ad hoc* de atos para se chegar, por derradeiro, ao fim já traçado.

127. **Mas Direito não é fim, ainda mais quando se trata de direito punitivo. Direito é meio. Se o meio não é legal, o fim, seja ele qual for, é ilícito.** Direito, lembrava Scalia, é essencialmente forma; ela é que legitima o conteúdo; os meios é que legitimam os fins. Essa é a essência do devido processo legal (CF, art. 5º, LIV). Essa é a essência do contraditório e da ampla defesa (CF, art. 5º). E devido processo legal, contraditório e ampla defesa integram o núcleo duro do Estado Democrático de Direito (CF, art. 1º, *caput*).

128. Definir o rito, portanto, sem vícios legais, é definir o texto; e definir o texto, é definir, de antemão, qual será a lei aplicável. Afinal, seguir o rito, é seguir o texto; e ser fiel ao texto, é ser fiel à lei. No caso, essas definições elementares foram violadas. **Tudo isso já foi definido pelo e. STF. Mas a ALERJ destoou da liturgia ali chancelada em vários aspectos.**

129. O *periculum in mora*, por sua vez, também se faz presente. Afinal, o prazo da suspensão do processo terminou com a sessão da ALERJ ocorrida no dia 6.7.2020, segunda-feira. Nessa ocasião, como a ALERJ decidiu que os processos administrativos objeto deste mandado de segurança prosseguirão, **o prazo de 10 sessões parlamentares para o impetrante apresentar defesa começou a fluir a partir do dia 8.7.2020, quarta-feira (data na qual foi veiculada no Diário Oficial a decisão da ALERJ), cujo prazo chega a termo no dia 29.7.2020, quarta-feira.**

130. Mas como um processo tão relevante, notadamente à sociedade carioca, poderia prosseguir eivado de tantas inconstitucionalidades/ilegalidades? **Essa resposta, no dia 6.7.2020, foi respondida pela ALERJ: não obstante a completa/integral ausência de provas, e as demais ilegalidades acima apontadas, as denúncias objeto deste processo prosseguirão; do jeito que a ALERJ decidiu nesse dia, eventuais documentos somente serão apresentados na próxima fase (na jurídica), na qual o impetrante já estará afastado do cargo.**

131. Em outras palavras, o *periculum in mora* se baseia no prosseguimento das denúncias com o prazo da defesa e o possível impedimento do representante eleito (na verdade, o recebimento da denúncia já foi anunciado pela ALERJ na sessão do dia 6.7.2020; lamentável). **Isso viola, diretamente, o próprio resultado do processo eleitoral e a força da soberania popular. O processo, desde o início é nulo, por**



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

nulidades insanáveis e inconvalidáveis, que se comunicam aos atos posteriores.

132. Não há, por outro lado, nenhum perigo de dano inverso. Fazer com que o devido processo legal seja respeitado, na forma já explicitada, no pior cenário, apenas retardará por pouco tempo o curso destes procedimentos, até que seja devidamente instruído e sejam ajustadas as condutas aos termos da lei. Nada além.

133. Qual prejuízo terá a assembleia ou a sociedade fluminense, se os procedimentos de *Impeachment* vierem a ser retardados por umas poucas semanas ou até por um mês ou outro, para que sejam respeitados dogmas constitucionais tão caros à democracia, como o contraditório e a ampla defesa? E veja-se que os vícios apontados são todos, sem exceção, sanáveis. Dir-se-ia até: fáceis de serem corrigidos.

134. O que custa às autoridades coatoras juntar as provas da acusação aos autos, antes de abrir o prazo para defesa, ao menos, antes de julgar? O que impede de formar a Comissão Especial de *Impeachment*, obedecida a proporcionalidade representativa, prevista na constituição e na lei? Nada, absolutamente nada, a não ser o açodamento e a precipitação da realização do interesse político momentâneo. Em verdade, corrigir as ilegalidades ora apontadas, desde logo, trará a estes processos mais segurança jurídica e, por conseguinte, legitimidade.

135. Conquanto o impetrante e seus patronos reconheçam a soberania do Parlamento, conforme proclamaram John Locke²⁷ e Montesquieu²⁸, nesse momento é fundamental a suspensão dos processos administrativos enquanto os vícios objeto deste mandado de segurança não forem sanados. O processo de impedimento decorre da prática de atos vinculados à legislação procedimental sem que haja qualquer espaço para o “ativismo parlamentar”.

136. E a necessidade de deferimento de liminar de imediato se justifica, na medida em que o prazo para defesa do impetrante já está em curso e chegará a termo em 29.7.2020. Cada dia que passa, menos prazo o impetrante dispõe para apresentar sua defesa regular, à luz dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

137. Por isso, o impetrante requer a V. Exa. a concessão de tutela de urgência, *inaudita altera parte*, para determinar que as autoridades coatoras abstenham-se de retomar o prosseguimento das denúncias objeto do Processo Administrativo nº 5.328/2020 (principal) e do Processo Administrativo nº 5.360/2020 (apenso), ambos em trâmite perante a ALERJ: **i)** sem antes instruir adequadamente as denúncias, com as provas da acusação, para somente então o prosseguimento delas ser apreciado, **ii)** bem como para instituir uma Comissão Especial de *Impeachment* de forma adequada (deve haver votação aberta ainda que simbólica + 1/4 dos membros da ALERJ + membros eleitos com respeito à proporcionalidade partidária), que depois deverá elaborar um parecer inicial, no qual deverá conter, no mínimo, os fatos exatos sobre os quais o impetrante será investigado, para somente depois o impetrante ser citado para apresentar a sua defesa. Essa é a forma de se assegurar, até o momento, o direito líquido e certo do impetrante ao devido processo legal, à ampla defesa,



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

ao contraditório, à legalidade e à publicidade dos atos públicos, como. (...)" (grifos originais)

Por fim, o impetrante concluiu o mandado de segurança, manifestando confiança de que lhe seria concedida a medida liminar postulada e, na oportunidade, requereu ainda a notificação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e demais integrantes do polo passivo para que prestassem as informações que julgassem convenientes. Solicitou, ainda, a intimação da Procuradoria Geral da ALERJ para que ingressasse no feito. Em suma: requereu, no mérito, a concessão de medida liminar para que fossem anulados todos os atos praticados, nos seguintes termos: *“anulação integral ou ao menos após o Ato 41/2020 do Exmo. Deputado Estadual Presidente da ALERJ, quais sejam: i) a indicação dos membros da Comissão Especial de Impeachment; ii) a instituição da Comissão Especial de Impeachment; iii) a votação do Presidente e do Relator da Comissão Especial de Impeachment; iv) a citação do impetrante para apresentar defesa, no prazo de até 10 sessões parlamentares”*.

VII – DA RESPOSTA OFERECIDA PELA PROCURADORIA GERAL DA ALERJ AO MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO PELO DENUNCIADO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Ao tomar conhecimento do Mandado de Segurança impetrado pela defesa do Chefe do Poder Executivo, a Procuradoria Geral da ALERJ, espontaneamente, através do Ofício PGPR nº 33/2020, datado de 14 de julho de 2020, protocolou resposta nos termos que se seguem:

“(…)

FATOS

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor WILSON JOSÉ WITZEL, impetrou este Mandado de Segurança alegando, em síntese, defeito na instalação e na composição da Comissão Especial destinada a oferecer parecer quanto à Denúncia formulada contra o insigne Impetrante pelos Excelentíssimos Senhores Deputados Luiz Paulo e Lucinha em virtude de alegado cometimento de crime de responsabilidade, bem como a nulidade de uma suposta decisão colegiada que,



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

em 10 de junho de 2020 teria decidido o prosseguimento de tal ação por crime de responsabilidade.

SÚMULA VINCULANTE N° 46

Os Impetrados concordam plenamente que a tipificação e o processo por crime de responsabilidade, à luz do Verbete n° 46 da Súmula Vinculante do Colendo Supremo Tribunal Federal só podem ser feitos por lei federal.

Tal verbete sumular vinculante tem a seguinte redação:

"A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são de competência legislativa privativa da União." (grifou-se)

Exatamente por isso, os Impetrados se pautam quanto ao processo por crime por responsabilidade, exclusivamente, pela Lei federal n° 1.079/1950 e pelo venerando Acórdão que julgou o mérito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n° 378-DF, doravante mencionado por sua célebre sigla "ADPF" e publicado no Diário de Justiça eletrônico de 8 de março de 2016.

Em outras palavras: nenhum regimento interno - nem o do próprio Parlamento fluminense, ora impetrado, nem o da Augusta Assembleia Legislativa do Estado de Roraima - foi utilizado como parâmetro no processo por crime de responsabilidade. Isso seria juridicamente impossível porque, nos termos do pré-falado Verbete n° 46 da Súmula Vinculante do Pretório Excelso, as normas de processo e julgamento por crime de responsabilidade são de competência legislativa privativa da União.

Aliás, como *Impeachment* de governador de Estado só pode ser regulado por lei federal, os Impetrados elogiam e subscrevem a citação do saudoso ex-Senador da República, ex-Ministro de Estado e ex-Ministro do Colendo Supremo Tribunal Federal, Professor Doutor Paulo Brossard, no sentido de "o fato de ser o *Impeachment* processo político não significa que ele deva ou possa marchar à margem da lei" (grifou-se).

Indubitavelmente! Todo processo de *Impeachment* deve marchar de acordo com a lei. Todavia, não basta ser lei: deve ser lei federal, a qual, seja processo por crime de responsabilidade federal, seja estadual, deve ser a Lei federal n° 1.079/1950.

INTERNA CORPORIS?

Em absolutamente nenhum momento os Impetrados invocaram a doutrina de ato *interna corporis* no processo por crime de responsabilidade.

Desde o início do processo por crime de responsabilidade, os Impetrados, nos termos do pré-falado verbete sumular vinculante, recusaram a incidência de normas regimentais fluminenses - e, evidentemente, também de normas regimentais roraimenses... - a fim de, exclusivamente, utilizarem a Lei federal n° 1.079/1950 e o supramencionado Acórdão decorrente do julgamento do mérito da ADPF n° 378-DF.

Assim, não se pode compreender, com todas as vênias devidas, o porquê de o insigne Impetrante preocupar-se tanto em afirmar que não se cuida de ato *interna corporis*.

ADPF n° 378-DF

Anexado a estas Informações, junta-se o inteiro teor do venerando Acórdão decorrente do julgamento do mérito da ADPF n° 378-DF.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Os Impetrados, aliás, elogiam e subscrevem a citação da ADPF nº 378-DF, ressaltando que a menção a trecho daquele venerando Acórdão pode não permitir sua integral compreensão.

No venerando Acórdão, há várias menções a "bloco parlamentar". Posto que a Augusta Câmara dos Deputados, composta por quinhentos e treze Excelentíssimos Senhores Deputados Federais, tenha organizado Blocos Parlamentares, o Parlamento fluminense não formou nenhum bloco parlamentar. O bloco parlamentar não é uma instituição regimental: é constitucional, porque prevista no art. 58, § 1º, da Lei Maior e no art. 109, § 1º, da Carta do Estado.

O bloco parlamentar é, em determinado Parlamento e durante determinada Legislatura, a reunião, perante o correspondente plenário e as respectivas comissões, de dois ou mais partidos políticos com a finalidade de aumentar a representatividade, perante a Casa Legislativa, de determinadas ideias políticas. Destarte, a instituição de bloco parlamentar é uma decisão de partidos políticos destinada a facilitar a consecução dos elevados objetivos políticos comuns no que tange as suas atividades finalísticas: a atuação política perante o plenário e as comissões.

Repita-se: na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, nesta 12ª Legislatura, pelo menos por ora, não há nenhum bloco parlamentar formado. Em virtude de não haver blocos parlamentares na Impetrada, não se destacarão os trechos do venerando Acórdão da ADPF nº 378-DF que mencionem os blocos parlamentares da Augusta Câmara dos Deputados.

ESCOLHA DA COMISSÃO ESPECIAL

O trecho destacado na primeira folha da primorosa Inicial, ora transcrito sem nenhum grifo e encontrável na página 10 do venerando Acórdão, é:

"13. Cautelar incidental (forma de votação): concessão integral para reconhecer que, havendo votação para a formação da comissão especial do *Impeachment*, esta somente pode se dar por escrutínio aberto."

Em primeiro lugar, os Impetrados repetirão a transcrição - com a qual concordam e ora subscrevem - permitindo-se, apenas, o grifo da parte essencial:

"13. Cautelar incidental (forma de votação): concessão integral para reconhecer que, havendo votação para a formação da comissão especial do *Impeachment*, esta somente pode se dar por escrutínio aberto." (grifou-se)

Como se vê, o trecho da ementa do venerando Acórdão estabelece que, se houver votação para formação da comissão especial, então ela deverá ser aberta. Todavia, esse tipo de escrutínio deve ocorrer se houver votação.

Como o venerando Acórdão da ADPF nº 378-DF tem quatrocentas e três páginas, destacar-se-ão os trechos que abordam a "forma de votação" para formação da comissão especial. Na página 2 do venerando Acórdão, lê-se:

"2. A cautelar incidental requerida diz respeito à forma de votação (secreta ou aberta) e ao tipo de candidatura (indicação pelo líder ou candidatura avulsa) dos membros da Comissão Especial na Câmara dos Deputados. A formação da referida Comissão foi questionada na inicial, ainda que sob outro prisma.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Interpretação da inicial de modo a conferir maior efetividade ao pronunciamento judicial. Pedido cautelar incidental que pode ser recebido, inclusive, como aditamento à inicial. Inocorrência de violação ao princípio do juiz natural, pois a ADPF foi à livre distribuição e os pedidos da cautelar incidental são abrangidos pelos pleitos da inicial." (grifos acrescidos)

Por ora, observe-se que no precedente do Caso Dilma, a própria ADPF nº 378-DF, debateram-se, quanto à formação da comissão especial, duas questões: a) se, havendo votação para a comissão especial, ela seria aberta ou secreta; b) se seriam permitidas candidaturas avulsas ou somente as indicadas pelos eminentes Líderes partidários.

Lendo mais, agora na página 5 do venerando Acórdão:

"4. NÃO É POSSÍVEL A APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS OU CHAPAS AVULSAS PARA FORMAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL (CAUTELAR INCIDENTAL): É incompatível com o art. 58, caput e § 1º, da Constituição que os representantes dos partidos políticos ou blocos parlamentares deixem de ser indicados pelos líderes, na forma do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para serem escolhidos de fora para dentro, pelo Plenário, em violação à autonomia partidária. Em rigor, portanto, a hipótese não é de eleição. Para o rito de *Impeachment* em curso, contudo, não se considera inválida a realização de eleição pelo Plenário da Câmara, desde que limitada, tal como ocorreu no caso Collor, a ratificar ou não as indicações feitas pelos líderes dos partidos ou blocos, isto é, sem abertura para candidaturas ou chapas avulsas. Procedência do pedido.

• A VOTAÇÃO PARA FORMAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL SOMENTE PODE SE DAR POR VOTO ABERTO (CAUTELAR INCIDENTAL): No *Impeachment*, todas as votações devem ser abertas, de modo a permitir maior transparência, controle dos representantes e legitimação do processo. No silêncio da Constituição, da Lei nº 1.079/1950 e do Regimento Interno sobre a forma de votação, não é admissível que o Presidente da Câmara dos Deputados possa, por decisão unipessoal e discricionária, estender hipótese inespecífica de votação secreta prevista no RI/CD, por analogia, à eleição para a Comissão Especial de *Impeachment*. Em uma democracia, a regra é a publicidade das votações. O escrutínio secreto somente pode ter lugar em hipóteses excepcionais e especificamente previstas. Além disso, o sigilo do escrutínio é incompatível com a natureza e a gravidade do processo por crime de responsabilidade. Em processo de tamanha magnitude, que pode levar o Presidente a ser afastado e perder o mandato, é preciso garantir o maior grau de transparência e publicidade possível. Nesse caso, não se pode invocar como justificativa para o voto secreto a necessidade de garantir a liberdade e independência dos congressistas, afastando a possibilidade de ingerências indevidas. Se a votação secreta pode ser capaz de afastar determinadas pressões, ao mesmo tempo, ela enfraquece o controle popular sobre os representantes, em violação aos princípios democrático, representativo e republicano. Por fim, a votação aberta (simbólica) foi adotada para a composição da Comissão Especial no processo de *Impeachment* de Collor, de modo que a manutenção do mesmo rito seguido em 1992



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

contribui para a segurança jurídica e a previsibilidade do procedimento." (grifos acrescidos)

Aqui, o ponto essencial: os representantes de cada Partido Político na Comissão Especial devem ser indicados pelos respectivos Líderes o que permite concluir que, nos termos do venerando Acórdão, em "rigor, portanto, a hipótese não é de eleição". Em verdade, se fosse permitida uma rigorosa eleição dos membros da Comissão Especial, partidos políticos com pequenas bancadas poderiam ser derrotados e seus membros rejeitados, o que, novamente nos termos do venerando Acórdão, implicaria "violação à autonomia partidária".

Lendo um pouco mais, depara-se com o já transcrito parágrafo na página 10 do venerando Acórdão:

"12. Cautelar incidental (candidatura avulsa): concessão integral para declarar que não é possível a formação da comissão especial a partir de candidaturas avulsas, de modo que eventual eleição pelo Plenário da Câmara limite-se a confirmar ou não as indicações feitas pelos líderes dos partidos ou blocos; e

13. Cautelar incidental (forma de votação): concessão integral para reconhecer que, havendo votação para a formação da comissão especial do *Impeachment*, esta somente pode se dar por escrutínio aberto." (grifos acrescidos)

Na página 12 do venerando Acórdão, mais uma vez se reafirma que, havendo votação para formação da comissão especial, além de o escrutínio dever ser aberto não se admitirão candidaturas avulsas. Confira-se:

"Quanto à cautelar incidental (candidatura avulsa), por maioria, em deferir integralmente o pedido para declarar que não é possível a formação de comissão especial a partir de candidaturas avulsas, vencidos os Ministros Edson Fachin (Relator), Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Celso de Mello. Quanto à cautelar incidental (forma de votação), por maioria, em deferir integralmente o pedido para reconhecer que a eleição da comissão especial somente pode se dar por voto aberto, vencidos os Ministros Edson Fachin (Relator), Teori Zavascki, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Celso de Mello." (grifos acrescidos)

Nas páginas 27 e 28, leem-se os seguintes trechos essenciais à compreensão histórica do venerando Acórdão:

"Em 09.12.2015, em virtude da concessão do pedido liminar, a Presidência da Câmara dos Deputados prestou informações complementares e requereu a imediata revogação da liminar (eDOC 51), aduzindo que:

(...)

- c) em virtude da ausência de pacificação nas bancadas no tocante às indicações oficiais dos partidos, a Presidência da Câmara adiou a votação dos integrantes da comissão especial, estabelecendo as regras para que as candidaturas avulsas fossem registradas, tendo como parâmetro os artigos 7º, inciso I e 8º do RICD;
- d) nesse sentido, os deputados que desejassem concorrer deveriam registrar chapas com pelo menos 33 integrantes (metade mais um da composição da comissão especial, respeitando-se a proporcionalidade das bancadas e o número de vagas destinadas a cada partido). Caso fossem registradas chapas incompletas, far-se-ia eleição suplementar para o preenchimento das vagas restantes; formaram-se duas chapas: uma constituída com os candidatos indicados pelos líderes de partidos e de blocos parlamentares e outra integrada por candidatos avulsos;" (grifos acrescidos)

Chega-se, finalmente, ao ponto crucial para que se compreenda o quadro fático do venerando Acórdão decorrente do julgamento



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

de mérito da ADPF nº 378-DF: no Caso Dilma, havia conflito interno entre as bancadas partidárias e, por força de tais desavenças, o então Presidente da Augusta Câmara dos Deputados editou regras sobre composição de chapas, admitindo candidaturas avulsas.

Todavia, na Impetrada, a composição da Comissão Especial do processo de *Impeachment* transcorreu em total harmonia, cabendo a cada Líder indicar o representante do respectivo Partido Político. Não ocorreram conflitos partidários, não houve registros de chapas nem candidatos avulsos.

Nas páginas 87 e 88 do venerando Acórdão, lê-se:

"Isso porque a escolha de membros dessa comissão deve respeitar os preceitos constitucionais e legais, especialmente o sufrágio e a participação de todos os partidos. No caso, seja a indicação feita por líderes a ser submetida à votação perante o Plenário da Câmara dos Deputados, seja a concorrência entre chapas oficial e avulsa, ambas as formas satisfazem os critérios formativos da comissão." (grifos acrescidos)

Assim como já se destacara no trecho da página 10 do venerando Acórdão, a indicação dos membros da Egrégia Comissão Especial por Líderes é, de novo, reputada constitucional.

Entretanto, o art. 19 da Lei federal nº 1.079/1950 tem a seguinte redação:

"Art. 19 Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma." (grifou-se)

Então, como essa tal "eleição" deve ser feita? Consulte-se, então, as páginas 139 e 140 do venerando Acórdão:

"'Eleita' pode ter dois sentidos: 'sujeita à votação', ou pode ter o sentido de 'escolhida' - Comissão Especial escolhida. Eu até fui ao Aurélio hoje pela manhã, e a primeira acepção de 'eleita' é 'escolhida', não é 'votada'. Portanto, essa é uma acepção possível, e não só é uma acepção possível, como é a única que faz sentido. Por que ela é a única que faz sentido? É que não há lógica que possa sustentar que os candidatos do partido 'A' que vão integrar a Comissão Especial sejam escolhidos não pelo partido 'A', que eles vão representar, mas pelo Plenário. Não! A indicação tem que ser pelos líderes. Você não pode ter o representante de um partido em uma Comissão eleito pelo Plenário."

Repita-se: o vocábulo "eleita" significa "escolhida"; escolhida pelos Líderes. Simplesmente, não se pode correr o risco de submeter-se a um plenário de Casa Legislativa a aprovação de indicações partidárias: se isso acontecesse, um partido político minoritário jamais escolheria seus membros nas mais importantes comissões parlamentares, marcantemente na Comissão Especial de *Impeachment*. Como cada partido político, com grande ou minúscula bancada, tem direito a indicar seu representante em comissão especial de *Impeachment*, admitir-se votação pelo respectivo plenário implicaria tolerar que um partido político minoritário não conseguiria indicar o membro que elegeisse - que escolhesse - para tão importante comissão. A eleição da comissão especial significa, assim, escolha; a escolha se dá pelos respectivos Líderes. Na página 175 do venerando Acórdão, a dúvida é, finalmente, sepultada:



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

"62. A partir dessa premissa é que se deve examinar o art. 19 da Lei nº 1.079/1950, que prevê uma "comissão especial eleita" para emissão de parecer no rito de *Impeachment* na Câmara dos Deputados. Restam, assim, duas interpretações possíveis acerca do preceito legal: (i) a expressão 'eleita', nele prevista, implica comissão aprovada por votação do Plenário da Casa, destinada a validar ou não a indicação apresentada pelos líderes partidários; ou, o que me parece mais adequado, (ii) 'eleita' significa apenas escolhida, de maneira que a formação da comissão de *Impeachment* segue, por completo, o regramento padrão do RI/CD, que é de designação dos membros das Comissões pelos líderes.

- f) Não há sentido na primeira interpretação. Não pode caber ao Plenário da Casa Legislativa escolher os representantes dos partidos ou blocos parlamentares. Tal mecanismo enfraqueceria, sobremaneira, a autonomia partidária e a garantia constitucional de representação proporcional dos partidos nas comissões. Logo, eleita deve significar escolhida, que é, aliás, uma das acepções léxicas possíveis. Portanto, esta é a interpretação que se entende correta e que se propõe seja adotada daqui por diante." (grifos acrescidos)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA NA COMISSÃO ESPECIAL
Relembre-se, inda mais uma vez, o teor do art. 19 da Lei federal nº 1.079/1950:

"Art. 19 Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma." (grifos acrescidos)

A Lei federal nº 1.079/1950 exige que a Comissão Especial do *Impeachment* seja composta por representantes de todos os Partidos Políticos da respectiva Casa Legislativa.

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro é, em obediência ao comando insculpido no caput do art. 27 da Constituição da República, composta por setenta Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais, os quais são filiados a vinte e cinco diferentes Partidos Políticos.

Neste ponto, é essencial lembrar-se as regras sobre sistema eleitora, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas aplicáveis aos Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais são normas estabelecidas pela Constituição da República. Em outras palavras, absolutamente nada cabe às Assembleias Legislativas - nem mesmo à do Estado de Roraima ou do Rio de Janeiro - quanto aos temas acima mencionados.

Da mesma forma, a composição numérica das vinte e seis Assembleias Legislativas e da Augusta Câmara Legislativa do Distrito Federal é, também, norma estabelecida pela Constituição da República, motivo por que o número de setenta Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais é imposto pelo comando insculpido no caput do art. 27 da Lei Maior.

Fixada a premissa de que o número de Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais é norma estabelecida na Constituição da República, confira-se, de acordo com documento oficial da Secretaria Geral da Mesa Diretora, a composição partidária da Impetrada:

DEPUTADOS	PARTIDO	APRO	DEPUTADOS	PARTIDO	APRO
RODRIGO AMORIM	PSL		WALDECK CARNEIRO	PT	
ALANA PASSOS	PSL		DANNIEL LIBRELO	REP	
ALEXANDRE KROPLOCH	PSL		DR. SERGIUNHO	REP	
CORONEL SALEMIA	PSL		CAP. PAULO TEIXEIRA	REP	
ANDERSON MORAES	PSL		CARLOS MACEDO	REP	
GUSTAVO SCHMIDT	PSL		V ANDRÉ FAMILIA	SDD	
RENATO ZACA	PSL		RODRIGO BACELLAR	SDD	
PEDRO RICARDO	PSL		ANDERSON ALEXANDRE	SDD	
FILIPPE POUBEL	PSL		MARCOS MULLER	SDD	
MARCELO DINO	PSL		MARCOS VINICIUS	PTB	
MARCIO GUALBERTO	PSL		DIONÍSIO LINS	PP	
SAMUEL MALFAIA	DEM		JAIR BITTENCOURT	PP	



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

A fim de que se cumpra a regra de um representante por partido político em comissão especial de *Impeachment*, na Impetrada, ela terá, no mínimo, vinte e cinco Membros, porque, atualmente, há vinte e cinco Partidos Políticos nela representados.

Ocorre que o multicitado Acórdão decorrente do julgamento do mérito da ADPF n° 378-DF pelo Egrégio Plenário do Colendo Supremo Tribunal Federal também determinou a representação de todos os partidos políticos de uma Casa Legislativa em comissão especial de *Impeachment*.

Na página 87 do venerando Acórdão, leem-se:

"Posto isso, extrai-se do diploma legal dois critérios formativos no que se refere à comissão especial: (i) a eleição de seus membros integrantes; e (ii) a participação em sua composição de representantes de todos os partidos políticos, observada a proporção partidária.

(...)

Isso porque a escolha de membros dessa comissão deve respeitar os preceitos constitucionais e legais, especialmente o sufrágio e a participação de todos os partidos." (grifos acrescidos)

Em primeiro lugar, se todos os partidos políticos representados numa Casa Legislativa têm direito a vaga em comissão especial de *Impeachment*, não se pode, previamente, determinar nenhuma fração ou número máximo de tal comissão especial.

Em segundo lugar, a Lei federal n° 1.079 foi publicada em 12 de abril de 1950. Como ela foi promulgada entre 1° de fevereiro de 1947 e 31 de janeiro de 1951, o início de sua vigência ocorreu durante a trigésima oitava Legislatura da Augusta Câmara dos Deputados.

Na pré-falada trigésima oitava Legislatura da Augusta Câmara dos Deputados, havia trezentos e cinco Excelentíssimos Senhores Deputados Federais divididos, naquela época, entre dez Partidos Políticos. Considerada tal composição político-partidária, a garantia de pelo menos um Membro de cada Partido Político em comissão especial de *Impeachment* talvez



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

implicasse composição menor do que a necessária na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Em terceiro lugar, a Lei federal não determina o número máximo de membros ou a fração da composição plenária que deva ser imposta a comissão especial de *Impeachment*. Todavia, a Lei federal determina que haja pelo menos um membro de cada partido político em comissão especial de *Impeachment*.

Em quarto lugar, é democrático que se assegure a cada partido político representado em uma Casa Legislativa uma vaga em comissão especial de *Impeachment*. Se não fosse assim, seriam justamente os partidos políticos com menores bancadas que não teriam acesso a tal comissão especial, porque, evidentemente, ela seria partilhada apenas entre os grandes partidos políticos.

PROPORCIONALIDADE PARTIDÁRIA NA COMISSÃO

Inicialmente, destaque-se que é impossível cumprir-se a proporcionalidade!

De novo, relembre-se o teor do multicitado art. 19 da Lei federal nº 1.079/1950:

"Art. 19 Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma." (grifos acrescidos)

Literalmente, além de um representante por partido político, cada comissão especial deveria espelhar a composição plenária da respectiva Casa Legislativa. Com o devido respeito e acatamento, essa interpretação, além de ser literal, anula completamente a regra constitucional pertinente.

Consulte-se, em primeiro lugar, o parágrafo único do art. 40 da Constituição da República de 1946, vigente quando foi publicada a Lei federal nº 1.079/1950:

"Art. 40

Parágrafo único - Na constituição das Comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos nacionais que participem da respectiva Câmara." (grifos acrescidos)

Confira-se, agora, o § 1º do art. 58 da Constituição da República de 1988:

"Art. 58

§ 1º Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa." (grifos acrescidos)

É comezinho que se interpreta uma lei - mesmo uma Lei federal - à luz da Constituição da República e nunca o contrário. Assim, quer se analise a Constituição da República de 1946, vigente na época da publicação da Lei federal nº 1.079/1950, quer se considere a atual Constituição da República de 1988, o comando legal de respeito à proporcionalidade partidária é podado pela determinação constitucional de que isso se dê "tanto quanto possível".

Aliás, a questão da cláusula "tanto quanto possível", inscrita na Lei Maior, não é exclusividade brasileira. Ela é tão rotineira nos Parlamentos mundiais que se a pode encontrar, por exemplo, no Regimento Interno do Augusto Parlamento Europeu, literalmente em português, um dos idiomas oficiais da União Europeia.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Confira-se em
https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/RULES-9-2019-07-02-RULE-209_PT.html:

"Artigo 209: Composição das comissões:

1.

A composição das comissões deve refletir, tanto quanto possível, a composição do Parlamento. A distribuição dos lugares nas comissões entre os grupos políticos deve corresponder ao número inteiro imediatamente superior ou inferior ao resultado do cálculo proporcional.

Se não houver acordo entre os grupos políticos quanto à sua proporção numa ou mais comissões específicas, a Conferência dos Presidentes decide da distribuição....." (grifos acrescentados)

No caso da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, já se demonstrou que a composição da Comissão Especial de vinte e cinco Excelentíssimos Senhores Deputados, porque vinte e cinco Partidos Políticos nela são representados. Considerando-se que o Colendo Plenário da Impetrada conta com setenta Parlamentares, a Comissão Especial já representa 35,7% da composição plenária do Parlamento fluminense.

A busca obsessiva pela irretocável proporcionalidade aritmética, além de ignorar a expressão constitucional "tanto quanto possível", implicaria a composição da Comissão Especial com número de Membros perto da totalidade da Casa Legislativa fluminense.

Neste passo, inda mais uma vez, é necessário reler-se o art. 19 da Lei federal nº 1.079/1950:

"Art. 19 Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma." (grifou-se)

Com o devido respeito, por que uma comissão destinada a opinar - isto é, a emitir parecer - sobre uma denúncia por crime de responsabilidade precisa ser tão grande a ponto de ultrapassar 35,7% da composição plenária do Parlamento fluminense? Simplesmente, não precisa!

Pelo exposto, considerados os vinte e cinco Partidos Políticos representados na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a imposição legal de um representante de cada Partido Político na Comissão Especial do *Impeachment*, a composição plenária constitucionalmente imposta de setenta Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais e, finalmente, a cláusula constitucional do "tanto quanto possível", a única solução juridicamente possível era a composição da Comissão Especial com vinte e cinco Membros.

Como se vê, é impossível cumprir-se a proporcionalidade.

ADI nº 5.895-RR

Ao julgar, em 27 de setembro de 2019, o mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.895-RR, o Egrégio Plenário do Colendo Supremo Tribunal Federal afirmou - como aliás o insigne Impetrante muito bem destacou - que:

"1. Ação Direta não conhecida em relação ao inciso I do art. 65 da Constituição do Estado de Roraima, pois sua inconstitucionalidade já foi declarada no julgamento da ADI 4.805, Relator Ministro LUIZ FUX.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

2. Compete apenas à União (art. 22, I, c/c art. 85, parágrafo único, da CF) legislar sobre a definição de crimes de responsabilidade e sobre o processo e julgamento desses ilícitos. Essa competência foi exercitada pela edição da Lei Federal 1079/1950, em grande parte recepcionada pela Constituição de 1988. (Enunciado 722 da Súmula do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, convertida na Súmula Vinculante 46).

64 No caso, são inconstitucionais os artigos e 65, § 2º, da Constituição de Roraima, por afronta à competência legislativa da União para legislar sobre crimes de responsabilidade, seja tipificando os ilícitos ou disciplinando questões inerentes ao processo e ao julgamento.

4. A mera repetição, pela Assembleia Legislativa em seu Regimento Interno, da legislação federal de regência – tanto do regimento da Lei 1.079/1950, como do conteúdo prescrito pelo precedente firmado pela CORTE na ADPF 378-MC – denota uma coerente harmonização das normas sobre o funcionamento interno da Casa Legislativa na apuração dos crimes de responsabilidade do Governador e dos Secretários de Estado, o que não se confunde com a alegada invasão de competência legislativa da União." (grifos acrescidos)

Assim, o que fez a Augusta Assembleia Legislativa do Estado de Roraima foi, em seu Regimento Interno, meramente repetir a Lei federal nº 1.079/1950, que tipifica as condutas e rege o processo e julgamento por crime de responsabilidade. Ocorreu, nos termos do venerando Acórdão, "mera repetição".

Quanto à limitação da composição de comissão especial de *Impeachment* a um quarto da composição plenária da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, há três problemas:

a) o Regimento Interno do Parlamento roraimense não é lei em sentido formal a ponto de tornar-se obrigatório para outros Estados;

b) o Regimento Interno do Parlamento roraimense não é lei federal a ponto de tornar-se obrigatório para outros Estados;

c) como o Regimento Interno do Parlamento roraimense prevê que a Comissão Especial de *Impeachment* será composta por um quarto dos Membros do Parlamento, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, ela teria dezoito Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais, o que implicaria deixar sete Partidos Políticos sem representação.

CARÁTER OPINATIVO DA COMISSÃO ESPECIAL

Mesmo que se admitisse que houve ilegalidade na composição da Comissão Especial do *Impeachment*, o que ora se imagina apenas a título de argumentação, nenhuma lesão poderia ser arguida pelo insigne Impetrante.

Em primeiro lugar, o Excelentíssimo Senhor Deputado Relator da Comissão Especial pode elaborar Voto no sentido da rejeição da Denúncia em virtude de alegado crime de responsabilidade.

Em segundo lugar, qualquer que seja o Voto do Excelentíssimo Senhor Deputado Relator, a própria Comissão Especial poderá aprovar parecer - repita-se: parecer - no sentido da rejeição de tal Denúncia.

Por fim e o mais importante, o Parecer da Comissão Especial é meramente opinativo. Ele não vincula o Plenário da Assembleia Legislativa, o qual pode sempre decidir em sentido oposto ao parecer da Comissão Especial. Mais uma vez: quem decide é o



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Plenário da Assembleia Legislativa, não a Comissão Especial, legalmente incumbida de apenas oferecer parecer.

Na página 88 do venerando Acórdão decorrente do julgamento do mérito da ADPF nº 378-DF, lê-se:

"Aliás, o trabalho da comissão especial é essencialmente instrutório e opinativo, tendo em conta que as decisões políticas de deliberar sobre a denúncia e de autorizar a instauração do processo estão reservadas ao Plenário da Câmara dos Deputados, por força da Lei 1.079/50." (grifos acrescidos)

Na página 93 do venerando Acórdão, constata-se:

"De novo, cabe-se frisar que a Comissão Especial possui funções instrutórias e opinativas." (grifos acrescidos)

Por fim, novamente, é fundamental reler-se o art. 19 da Lei federal nº 1.079/1950:

"Art. 19 Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma." (grifou-se)

Como se vê, se houvesse inconstitucionalidade ou ilegalidade na composição da Comissão Especial - e essa possibilidade já foi refutada - não haveria risco para o insigne Impetrante, porque a deliberação sobre a Denúncia é de competência exclusiva do Plenário da Impetrada.

INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Leia-se, inicialmente, o caput do art. 76 da pré-falada Lei federal nº 1079/1950:

"Art. 76 A denúncia assinada pelo denunciante e com a firma reconhecida, deve ser acompanhada dos documentos que a comprovem, ou da declaração de impossibilidade de apresentá-los com a indicação do local em que possam ser encontrados. Nos crimes de que houver prova testemunhal, conterão rol das testemunhas, em número de cinco pelo menos.

Parágrafo único " (grifos acrescidos)

A Denúncia por alegado cometimento de crime de responsabilidade foi oferecida por dois Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais indicando o local em que se poderiam encontrar os documentos que a esclarecessem.

Repita-se, porque essencial: esclarecessem.

Sim, no dispositivo do venerando Acórdão que julgou o mérito da ADPF nº 378-DF, precisamente na página 402, lê-se:

"quanto ao item C, por maioria, deferiu parcialmente o pedido para (1) declarar recepcionados pela CF/88 os artigos 19, 20 e 21 da Lei nº 1.079/1950, interpretados conforme à Constituição, para que se entenda que as "diligências" e atividades ali previstas não se destinam a provar a improcedência da acusação, mas apenas a esclarecer a denúncia; e (2) para declarar não recepcionados pela CF/88 o artigo 22, caput, 2ª parte [que se inicia com a expressão "No caso contrário..."], e §§ 1º, 2º, 3º e 4º, da Lei nº 1.079/1950, que determinam dilação probatória e segunda deliberação na Câmara dos Deputados, partindo do pressuposto que caberia a tal casa pronunciar-se sobre o mérito da acusação, vencidos os Ministros Edson Fachin (Relator), Dias Toffoli e Gilmar Mendes;" (grifos acrescidos)

É, aliás, importante, recordar-se como o Egrégio Plenário do Colendo Supremo Tribunal Federal, no mesmo julgamento, reputou o ônus probatório que recai sobre comissão especial de *Impeachment*. Na página 4 do venerando Acórdão, lê-se:



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

"Conforme indicado pelo STF e efetivamente seguido no caso Collor, o Plenário da Câmara deve deliberar uma única vez, por maioria qualificada de seus integrantes, sem necessitar, porém, desincumbir-se de grande ônus probatório. Afinal, compete a esta Casa Legislativa apenas autorizar ou não a instauração do processo (condição de procedibilidade)."

O principal documento indicado na Denúncia era o processo administrativo nº E-08/001/1170/2019. Segundo a Denúncia, nele se conteria a Decisão do insigne Impetrante e sua publicação. Nos termos do caput do art. 76 da Lei federal nº 1.076/1950, isso foi indicado, cabendo à Comissão Especial do *Impeachment* juntá-lo.

A Comissão Especial juntou-o e os eruditos Advogados que elaboraram a preciosíssima Inicial receberam a integralidade de tais documentos.

Assim, no dia 10 de junho de 2020, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa recebeu monocraticamente a Denúncia, conforme o parágrafo nº 7 da preciosa Inicial.

Naquele momento, Denúncia com firma reconhecida descrevia fato que, em tese, pode configurar o crime de proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo, conforme o art. 9º, item nº 7, da Lei federal nº 1.079/1950, sendo certo que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado não deixara, por qualquer motivo, o elevado cargo que ora ocupa.

A juntada de documentação, que ocorreu em data posterior à respeitável Decisão monocrática do Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, mas anterior à intimação dos cultíssimos Advogados do insigne

Impetrante, não era essencial para que, à luz dos argumentos da Denúncia, fosse reconhecida sua viabilidade.

Nos parágrafos nº 49 e nº 50 da preciosa Inicial, impugna-se o fato de "na sessão do dia 10.6.2020, sem qualquer base probatória. Deputados, portanto, votaram pelo prosseguimento de uma

denúncia leviana e carente de provas." Naquela data, como já se demonstrou, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, monocraticamente, decidiu dar prosseguimento à Denúncia.

Mesmo que juridicamente competisse ao Plenário tal decisão, não era necessária, naquele momento e em virtude do pré-falado art. 76, caput, da Lei federal nº 1.079/1950, nenhuma prova. Bastava o fortíssimo indício decorrente da transcrição da respeitável Decisão do Excelentíssimo Senhor Ministro Benedito Gonçalves no PBAC nº 27/DF.

Enfrentando-se o parágrafo nº 53 da erudita Inicial, pode-se resumir assim a questão:

a) em 18 de junho de 2020, os Denunciantes não confessaram que não instruíram a Denúncia com os "documentos necessários",

porque, nos termos do art. 76, caput, da Lei federal nº 1.079/1950, indicaram onde se os poderiam obter;

b) no dia 2 de julho de 2020, com os documentos juntados aos autos, foi possível a intimação dos eminentes Advogados do insigne Impetrante, que receberam o conjunto completo de documentação que instrui o processo de *Impeachment*.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Segundo o insigne Impetrante, no parágrafo n° 54 de sua preciosa Inicial, "deputados, sem ter acesso a provas mínimas, que devem necessariamente ser carreadas ao processo, formalmente instruído, simplesmente não podem deliberar sobre o impedimento de governador."

Em primeiro lugar, os Denunciantes indicaram onde as provas poderiam ser obtidas, nos termos do caput do art. 76 da Lei federal n° 1.079/1950.

Em segundo lugar, o Excelentíssimo Senhor Presidente, monocraticamente, julgou viável a Denúncia, porque elaborada por cidadãos brasileiros, cujas firmas foram reconhecidas por tabelião, descrevendo conduta que, em tese, estaria adequada ao tipo do art. 9°, item n° 7, da Lei federal n° 1.079/1950, sendo certo que o Governado do Estado não deixara - como não deixou - o prestigioso cargo por qualquer motivo.

Por fim, nunca é demais repetir que o pré-falado processo administrativo n° E-08/001/1170/2019, expressamente mencionado na Denúncia e ora integralmente carreado aos autos, contém Decisão exclusiva do insigne Impetrante. (...)" (grifos originais)

Ao final do documento, oferecido em resposta ao Mandado de Segurança impetrado pelo denunciado, a Procuradoria Geral da ALERJ concluiu sua exposição, requerendo a declaração de integral improcedência do pedido formulado pela defesa do governador afastado, Exmo. Sr. Wilson José Witzel.

VIII – DA DECISÃO DO EXMO. SR. DESEMBARGADOR DR. ELTON LEME SOBRE O MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO PELO DENUNCIADO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

No dia 15 de julho de 2020, após a juntada espontânea da resposta da Procuradoria Geral da ALERJ ao Mandado de Segurança impetrado pelo denunciado, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, decidiu o Eminente Desembargador Elton Leme, nos termos que passo a citar:

"(...)

DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança impetrado por Wilson José Witzel, contra atos praticados pelo Exm° Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro ALERJ, pelo Exm° Sr. Presidente da Comissão Especial de *Impeachment* da Assembleia Legislativa do Estado Rio de Janeiro e do Exm° Sr. Relator da Comissão Especial de *Impeachment* da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Deputados Estaduais, narrando que, no dia 27/05/2020, o Deputado Estadual Luiz Paulo Correa da Rocha e a Deputada Estadual Lúcia Helena Pinto de Barros ofereceram "denúncia" perante a ALERJ contra o impetrante. Menciona que a primeira recebeu o n° 5.328/2020



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

e a segunda, apensada à primeira, é identificada pelo nº 5.360/2020, ambas com fundamento nos arts. 4º V, 9º, VII, 74 a 79, da Lei nº 1.079/1.950.

Ressalta a competência exclusiva da União para legislar sobre crime de reponsabilidade e sobre processo-julgamento desse ilícito, não havendo espaço para a teoria dos “atos *interna corporis, modus in rebus*”. Destaca que o suposto “rito” adotado por meio de ato administrativo-normativo do Presidente da ALERJ, uma das autoridades impetradas, mostra-se inválido e denota dúplice mácula jurídica: uma incontestemente inconstitucionalidade e evidente ilegalidade, além de ferir a súmula vinculante nº 46 do STF, bem como afrontar a jurisprudência da Corte Suprema.

Sustenta, em resumo, a nulidade do processo, por falta de provas e motivação. Narra que, no dia 10/06/2020, mesmo sem a indispensável documentação de suporte, a ALERJ decidiu que os processos em questão, com as denúncias feitas contra o impetrante, objeto deste mandado de segurança, deveriam prosseguir. Relata que, diante da evidente violação às garantias do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, requereu à ALERJ, no dia 22/06/2020, a concessão do direito de ter acesso à íntegra dos documentos que deveriam dar lastro à denúncia. E, no dia 23/06/2020, a ALERJ deferiu a suspensão dos processos administrativos para tentar obter o compartilhamento de documentos junto ao Superior Tribunal de Justiça, o que foi negado por aquela Corte Superior de Justiça. Prossegue mencionando que, no dia 06/07/2020, o impetrante soube que a ALERJ decidiu que as denúncias prosseguiriam e que os referidos documentos instruiriam o processo somente na sua eventual fase jurídica, fazendo supor que a denúncia será recebida sem a apresentação de qualquer prova, em detrimento das garantias processuais básicas, sendo, pois, nulo o processo. Destaca que, com base nos acórdãos do Supremo Tribunal Federal que julgaram a ADPF 378-MC-DF em 2015 (*Impeachment* da Presidenta “Dilma Rousseff”) e a ADI 5.895/RR em 2019 (*Impeachment* da “Governadora de Roraima”), a composição final formal da Comissão Especial de *Impeachment* deve ser submetida à votação aberta, ainda que simbólica, com veiculação no Diário Oficial. Entretanto, nada disso aconteceu no caso do impetrante. Aliás, sequer houve votação no caso, pois o líder de cada um dos partidos da ALERJ indicou um membro e, com isso, automaticamente, a comissão foi instituída.

Descreve que, tal como já decidido pelo Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADI 5.895/RR, a comissão especial, formada para instruir o prosseguimento da denúncia de *Impeachment* contra Governador deve possuir 1/4 dos membros da Assembleia Legislativa, ou seja, 18 deputados, porque a ALERJ possui um total de 70 deputados. Aponta que a comissão instituída pela ALERJ possui 25 membros, constituindo ilegalidade.

Menciona que os 25 membros são exatamente a soma de um deputado escolhido pelo líder de cada partido com representação na ALERJ, sendo que de acordo com os votos que decidiram a ADPF 378- MC/DF e a ADI 5.895/RR, essa comissão deveria observar, tanto quanto possível, a proporcionalidade-representatividade partidária, à medida que



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

os percentuais dos membros de cada partido da ALERJ são facilmente aferíveis a partir do próprio site da ALERJ.

Ressalta que, à luz do acórdão do Supremo Tribunal Federal que decidiu a ADI 5.895/RR, a Comissão Especial de *Impeachment* deve exarar um parecer inicial para que as denúncias sejam devidamente esclarecidas para, só depois, citar o denunciado. Contudo, no caso, a comissão não procedeu dessa forma, na medida em que não há parecer algum e sequer há documentos para lastrear as denúncias.

Sustenta que o *fumus boni iuris* decorre da inobservância manifesta pelas autoridades apontadas como coatoras, dentre outros, dos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa, do processo legislativo e da publicidade, ao prosseguirem com a denúncia objeto do Processo Administrativo nº 5.328/2020 (principal) e do Processo Administrativo nº 5.360/2020 (apenso), ambos em trâmite perante a ALERJ, violando a Constituição Federal, a Súmula Vinculante 46, a Lei nº 1.079/1950, com as delimitações já feitas pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar a ADPF 378-MC/DF e a ADI 5.895/RR. Alega a existência de vícios processuais e inúmeras máculas às garantias constitucionais e cláusulas pétreas constitucionais.

Salienta que, em decisão do dia 10/06/2020, publicada em 15/06/2020, o Presidente da ALERJ, mesmo à míngua da indispensável documentação de suporte, deferiu o prosseguimento das denúncias, vindo a definir o rito por meio do ATO/E/GP/nº 41/2020.

Aduz a existência de *periculum in mora*, uma vez que o prazo da suspensão do processo terminou com a sessão da ALERJ ocorrida no dia 06/07/2020, segunda-feira, na ocasião em que a ALERJ decidiu que os processos administrativos objeto deste mandado de segurança prosseguirão. O prazo de 10 sessões parlamentares para o impetrante apresentar defesa começou a fluir a partir do dia 08/07/2020, quarta-feira (data em que foi veiculada a decisão da ALERJ no Diário Oficial), com término no dia 29/07/2020, quarta-feira. Assim, eventuais documentos somente serão apresentados na próxima fase (jurídica).

Aponta violação ao próprio resultado do processo eleitoral e a força soberana do voto popular, sendo nulo o processo, por vícios insanáveis e inconvalidáveis, que contaminam os atos posteriores.

Afirma a ausência de perigo de dano inverso com o deferimento da liminar, pois o respeito ao devido processo legal apenas retardará pouco tempo o curso desses procedimentos, até que sejam devidamente instruídos e sejam ajustadas as condutas nos termos da lei.

Sustenta a existência de direito líquido e certo.

Desse modo, postula a concessão da liminar “inaudita altera parte”, com fundamento no disposto no art. 7º, III, da Lei nº 12.016/2009, para determinar que as autoridades coatoras abstenham-se de retomar o prosseguimento das denúncias objeto do Processo Administrativo nº 5.328/2020 (principal) e do Processo Administrativo nº 5.360/2020 (apenso), ambos em trâmite perante a ALERJ, sem antes instruir adequadamente as denúncias com as provas da acusação, para somente então o prosseguimento delas ser apreciado, bem como para instituir uma Comissão Especial de *Impeachment* de forma adequada, com votação aberta, ainda que simbólica, mais 1/4 dos membros



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

da ALERJ eleitos com respeito à proporcionalidade partidária, que depois deverá elaborar um parecer inicial, no qual deverá conter, no mínimo, os fatos exatos sobre os quais o impetrante será investigado, para somente depois o impetrante ser citado para apresentar sua defesa, a fim de assegurar o direito líquido e certo ao devido processo legal, à ampla defesa, à legalidade e à publicidade dos atos públicos.

Manifestação do impetrante a fls. 48, informando o recolhimento de custas complementares, conforme guia a fls. 50-51.

As autoridades impetradas prestaram informações a fls. 52- 83, afirmando a ausência de defeito na instalação e composição da comissão especial destinada a oferecer parecer quanto à denúncia formulada contra o impetrante. Ressaltam que a tipificação e o processo por crime de responsabilidade, à luz do verbete 46 da Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal, só podem ser estabelecidos por lei federal. Mencionam que se pautam, quanto ao processo por crime de responsabilidade, exclusivamente na Lei nº 1.079/1950 e no acórdão que julgou o mérito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 378/DF, publicado no Diário de Justiça eletrônico no dia 08/03/2016. Mencionam que nenhum regimento interno, nem o do próprio Parlamento Fluminense, nem o da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima foi utilizado como parâmetro. Destacam que em nenhum momento invocaram a doutrina de ato *interna corporis* no processo por crime de responsabilidade contra o impetrante. Salientam que no acórdão da mencionada ADPF 378/DF há várias menções a bloco parlamentar, mas o Parlamento Fluminense não formou nenhum bloco parlamentar.

Apontam, em síntese, que o voto na ADPF 378/DF menciona o seguinte: a) se houver votação, esta deve ser aberta; b) os representantes de cada partido serão indicados pelos respectivos líderes, não sendo, a rigor, hipótese de eleição para a Comissão Especial; c) havendo votação para formação da comissão especial, o escrutínio deve ser aberto, não se admitindo candidaturas avulsas; d) a compreensão histórica do acórdão da ADPF 378/DF obriga à análise do conflito interno existente entre as bancadas partidárias; e) na assembleia impetrada a escolha da comissão especial do processo de *Impeachment* transcorreu em total harmonia, cabendo a cada líder indicar o representante do respectivo Partido Político; f) não ocorreram conflitos partidários no presente caso; g) não houve registros de chapas, nem candidatos avulsos; h) a indicação dos membros da comissão especial por líderes é considerada constitucional; i) o vocábulo “eleita” utilizado no art. 19 da Lei nº 1.079/1950 significa “escolhida”, no caso, escolhida pelos líderes, sob pena de enfraquecimento da autonomia partidária; j) a Lei nº 1.079/1950 exige que a Comissão Especial do *Impeachment* seja composta por representantes de todos os partidos políticos da respectiva Casa Legislativa; l) o acórdão na ADPF 378/DF determinou a representação de todos os partidos políticos de uma Casa Legislativa em Comissão Especial de *Impeachment*; m) a impossibilidade de cumprimento da proporcionalidade partidária; n) quer se analise a Constituição da República de 1946, vigente na época da publicação da Lei nº 1.079/1950, quer se considere a Constituição da República de 1988, o comando legal de respeito à proporcionalidade partidária



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

tem alcance limitado pela expressão “tanto quanto possível”; o) a Comissão Especial é composta de 25 membros, porque 25 partidos políticos nela estão representados, o que constitui 37,5% da composição plenária do Parlamento Fluminense; p) a comissão destinada a emitir parecer sobre uma denúncia por crime de responsabilidade não precisa ultrapassar 35,7% da composição plenária do Parlamento Fluminense de 70 deputados; q) a Assembleia Legislativa de Roraima, em seu Regimento Interno, reproduziu a Lei nº 1.079/1950; r) o descabimento de limitação da composição da Comissão Especial de *Impeachment* a 1/4 da composição plenária nos moldes da Assembleia Legislativa de Roraima; s) o caráter opinativo da comissão especial; t) a deliberação sobre a denúncia é de competência exclusiva do Plenário; u) a denúncia por alegado cometimento de crime de responsabilidade foi oferecida indicando expressamente os documentos e onde poderiam ser obtidos; v) o processo administrativo nº E-08/001/1170/2019 foi juntado pela Comissão Especial, dando-se acesso aos advogados do impetrante; x) o impetrante não deixou o cargo de Governador do Estado; z) o processo administrativo nº E-08/001/1170/2019, expressamente referido na denúncia, foi integralmente trazido aos autos, constando ali decisão administrativa da lavra exclusiva do Impetrante. Assim, pedem a declaração integral de improcedência do pedido.

Consta certidão da secretaria deste Órgão Especial a fls. 487, atestando a manifestação das autoridades impetradas e que as custas foram devidamente recolhidas.

É o breve relatório. Decido.

Inicialmente, destaca-se a competência deste Órgão Especial para conhecer e apreciar a matéria, nos termos do art. 3º, inciso I, alínea “e”, do Regimento Interno deste Tribunal e art. 161, IV, alínea “e”, item 3, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, cabendo a apreciação do pleito liminar pelo relator, de acordo com o art. 124 do referido Regimento Interno e do art. 7º da Lei nº 12.016/09, que disciplina o mandado de segurança.

Com efeito, verifica-se que são imputados ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, ora impetrante, os crimes de responsabilidade tipificados no art. 4º, V, e no art. 9º, VII, ambos da Lei nº 1.079/1.950. Nesse caso, o procedimento a ser adotado nos processos nº 5.360/2020 (fls. 5-29) e nº 5.328/2020 (fls. 31-43), que tratam do tema, encontra previsão expressa nos arts. 74 a 79 da aludida lei federal, sendo que os referidos feitos se encontram apensados por força do despacho de fls. 45 do anexo.

Deve-se ser observado desde logo que não se vislumbra, em sede de cognição sumária, a utilização do Regimento Interno da ALERJ para ditar o curso dos processos administrativos em questão. Como dito, esses feitos tramitam lastreados na Lei nº 1.079/1950 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, notadamente nos termos sedimentados quando do julgamento da ADPF nº 378/DF, de relatoria do Ministro Edson Fachin, tendo como redator do acórdão o Ministro Luís Roberto Barroso.

Note-se que o próprio Regimento Interno da ALERJ, em seu art. 211, dispõe que “o processo nos crimes de responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado obedecerá às disposições da lei federal em vigor”.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Por sua vez, o Supremo Tribunal Federal, no acórdão que julgou a ADPF nº 378-DF, “deferiu parcialmente o pedido para estabelecer em interpretação conforme à Constituição do art. 38 da Lei nº 1.079/1950, que é possível a aplicação subsidiária dos Regimentos Internos da Câmara e do Senado ao processo de *Impeachment*, desde que sejam compatíveis com os preceitos legais e constitucionais pertinentes”, conforme cópia acostada a fls. 485 dos presentes autos.

Em uma análise superficial, parece não proceder a alegação do impetrante de ausência de prova a lastrear o oferecimento da “denúncia”. Neste ponto, observa-se que a respectiva peça de “denúncia”, ao narrar os fatos imputados ao impetrante, faz alusão expressa ao procedimento administrativo instaurado no âmbito da Secretaria de Estado sob o número E-08/001/1170/2019, bem como aponta a decisão supostamente ilícita proferida pelo impetrante, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro no dia 24/03/2020 (cópia a fls. 06 do anexo). Há indicação, portanto, dos fatos e atos administrativos que possibilitam a identificação e localização dos respectivos documentos públicos que lastreiam a denúncia, conforme exige o art. 76, caput, da Lei nº 1.079/1950, que assim dispõe:

“Art. 76 - A denúncia, assinada pelo denunciante e com a firma reconhecida, deve ser acompanhada dos documentos que a comprovem, ou da declaração de impossibilidade de apresentá-los com a indicação do local em que possam ser encontrados. Nos crimes de que houver prova testemunhal, conterá o rol das testemunhas, em número de cinco pelo menos.”

Neste sentido, por não se tratar de ato reservado ao Plenário da Assembleia Legislativa, o Presidente da ALERJ, no dia 10/06/2020, decidiu monocraticamente o seguinte: “(...) dou prosseguimento à denúncia por crime de responsabilidade no Processo 5328/2020 do Excelentíssimo Sr. Governador. (...) Declaro que dou prosseguimento ao processo de *Impeachment* (...) que não há qualquer pré-julgamento aqui, não estamos fazendo qualquer juízo de valor, mas estamos dando prosseguimento ao procedimento de apuração de crime de responsabilidade, no qual vamos garantir, como sempre fazemos, até o presente momento, todo direito à ampla defesa do Sr. Governador” (Diário Oficial do Estado, 15/06/2020; fls. 1.168 do anexo).

Outrossim, no momento da apresentação da “denúncia” não se fazia imprescindível a apresentação das provas, tendo em vista, como acima ressaltado, o disposto no art. 76 da Lei nº 1.079/1950. Dessa forma, revelam-se suficientes os indícios extraídos da transcrição da decisão proferida pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Benedito Gonçalves no PBAC nº 27/DF e a referência aos documentos públicos mencionados. Nesse ponto, é de especial relevância o entendimento do Supremo Tribunal Federal manifestado quando do julgamento da ADPF nº 378-DF, no sentido de “(1) declarar recepcionados pela CF/88 os artigos 19, 20 e 21 da Lei nº 1.079/1950, interpretados conforme à Constituição, para que se entenda que as “diligências” e atividades ali previstas não se destinam a provar a improcedência da acusação, mas apenas a esclarecer a denúncia; (...)” (cópia a fls. 485 destes autos).



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

E ainda, ao apreciar o item (2.2) (Rito do *Impeachment* na Câmara), entendeu Supremo Tribunal Federal que “(...) Conforme indicado pelo STF e efetivamente seguido no caso Collor, o Plenário da Câmara deve deliberar uma única vez, por maioria qualificada de seus integrantes, sem necessitar, porém, desincumbir-se de grande ônus probatório. Afinal, compete a esta Casa Legislativa apenas autorizar ou não a instauração do processo (condição de procedibilidade). (...)” (fls. 87 destes autos).

Tem aqui especial relevância o fato de que a cópia do Processo Administrativo nº E-08/001/1170/2019, mencionado na inicial da denúncia, foi disponibilizada ao impetrante, conforme demonstrado pela parte impetrada à fls. 94-483. Nesse passo, embora a alegação de que a juntada dos documentos ocorreu em data posterior à decisão do Presidente da ALERJ que determinou o prosseguimento do processo administrativo, verifica-se, em verdade, que a juntada se efetivou em data anterior à intimação dos advogados do impetrante da referida decisão (02/07/2020). Na ocasião, os advogados receberam o conjunto completo da documentação que instrui o processo de *Impeachment* (fls. 82), o que, a princípio, afasta qualquer prejuízo potencial à defesa.

É oportuno observar, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao se manifestar quanto ao momento da apresentação da defesa, decidiu expressamente na ADPF nº 378-DF que “a apresentação de defesa prévia não é uma exigência do princípio constitucional da ampla defesa: ela é exceção, e não a regra no processo penal. Não há, portanto, impedimento para que a primeira oportunidade de apresentação de defesa no processo penal comum se dê após o recebimento da denúncia. No caso dos autos, muito embora não se assegure defesa previamente ao ato do Presidente da Câmara dos Deputados que inicia o rito naquela Casa, colocam-se à disposição do acusado inúmeras oportunidades de manifestação em ampla instrução processual. Não há, assim, violação à garantia da ampla defesa e aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em tema de direito de defesa”.

Desse modo, em análise ainda que breve, não se evidencia a alegada falta de prova e motivação nos processos administrativos em questão a macular as garantias do devido processo legal, ampla defesa e do contraditório.

No tocante à formação da Comissão Especial de *Impeachment*, sem votação prévia, destaca-se que o Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 378-DF reconheceu que “(...) 12. Cautelar incidental (candidatura avulsa): concessão integral para declarar que não é possível a formação da comissão especial a partir de candidaturas avulsas, de modo que eventual eleição pelo Plenário da Câmara limite-se a confirmar ou não as indicações feitas pelos líderes dos partidos ou blocos.” E segue: “(...) 13. Cautelar incidental (forma de votação): concessão integral para reconhecer que, havendo votação para a formação da comissão especial do *Impeachment*, esta somente pode se dar por escrutínio aberto (...)” (fls. 93 destes autos).

Ainda na reiteradamente mencionada ADPF nº 378-DF, quanto aos temas “votação aberta ou secreta para a formação da comissão especial”, e “candidaturas avulsas em contrapartida à indicação pelos líderes partidários”, decidiu o Supremo Tribunal



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Federal que "(...) 4. NÃO É POSSÍVEL A APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS OU CHAPAS AVULSAS PARA FORMAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL (CAUTELAR INCIDENTAL): É incompatível com o art. 58, caput e § 1º, da Constituição que os representantes dos partidos políticos ou blocos parlamentares deixem de ser indicados pelos líderes, na forma do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para serem escolhidos de fora para dentro, pelo Plenário, em violação à autonomia partidária. Em rigor, portanto, a hipótese não é de eleição. Para o rito de *Impeachment* em curso, contudo, não se considera inválida a realização de eleição pelo Plenário da Câmara, desde que limitada, tal como ocorreu no caso Collor, a ratificar ou não as indicações feitas pelos líderes dos partidos ou blocos, isto é, sem abertura para candidaturas ou chapas avulsas". (fls. 88 destes autos).

Muito embora a ADPF nº 378-DF faça menção à existência de "bloco parlamentar", é de toda evidência que inexistente, no caso da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a organização de alianças de representações parlamentares em bloco.

Assim, por simetria à hipótese decidida pela Suprema Corte, a formação da comissão especial nas Assembleias Legislativas estaduais deve ocorrer mediante indicação de membros pelos líderes dos partidos políticos, a afastar a suscitada necessidade de eleição. Desta feita, entendeu também o Supremo Tribunal Federal que a expressão "**comissão eleita**" contida no art. 19 da Lei nº 1.079/1951 significa "**escolhida**", pois entendimento contrário constituiria violação à autonomia partidária, como se extrai dos itens 62 e 63 do acórdão trazido por cópia a fls. 175 destes autos.

No que diz respeito à alegação de que o Presidente da ALERJ não indicou o número de membros da Comissão Especial de *Impeachment* e nem o limitou a 1/4 dos membros da ALERJ, verifica-se que a Lei nº 1.079/1950 exige que essa comissão especial seja composta por representantes de todos os partidos políticos da Casa Legislativa. Tal assertiva se extrai do respectivo art. 19, a saber:

Art. 19. - Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, **representantes de todos os partidos** para opinar sobre a mesma.

Nos termos do regramento inserto no art. 27 da Constituição Federal, a ALERJ é composta de 70 Deputados Estaduais, que são filiados a 25 partidos políticos, conforme consta a fls. 68. Assim, informam as impetradas que para atender à referida regra, ou seja, de um representante por partido político, a Comissão Especial de *Impeachment* deverá ter no mínimo 25 membros, guardada a razão direta do número de partidos políticos ali representados.

Na mesma linha, o acórdão na ADPF nº 378-DF estabeleceu que a escolha de membros dessa comissão deve ter a participação de todos os partidos, como se depreende do trecho a seguir transcrito:

"(...) "Posto isso, extrai-se do diploma legal dois critérios formativos no que se refere à comissão especial: (i) a eleição de seus membros integrantes; e (ii) a participação em sua



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

composição de representantes de todos os partidos políticos, observada a proporção partidária. (...) Isso porque a escolha de membros dessa comissão deve respeitar os preceitos constitucionais e legais, especialmente o sufrágio e a participação de todos os partidos (...)" (fls. 170 dos presentes autos).

Nesse contexto, não é possível estabelecer antecipadamente regramento numérico ou de fração para integrar a comissão em análise, sem antes conhecer a composição partidária da Casa Legislativa que é alterada a cada eleição. Ademais, a Lei nº 1.079/1950 não determina o número máximo de membros ou a fração da composição a ser adotada para integrar a comissão. No que se refere ao ventilado desrespeito à proporcionalidade, verifica-se, a princípio, a impossibilidade prática, no caso concreto, de observar tal recomendação concomitantemente à representação de todos os partidos políticos da Casa Legislativa. Isso porque os 25 membros que representam todos os partidos já espelham o percentual de 35,7% da composição plenária da ALERJ, não sendo razoável que a comissão especial tenha em sua composição número ainda maior de Deputados.

Com relação à pretendida aplicação da limitação a 1/4 da composição, que é prevista no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – regramento este que foi apreciado na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.895-RR – não é possível transpor para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro os termos regimentais da Casa Legislativa de outro Estado da federação. Além disso, a adoção da limitação a 18 membros, como ocorre naquele Estado, deixaria no caso do Rio de Janeiro sete partidos políticos sem representação na comissão, o que não pode ser acolhido em razão do evidente conflito com o que dispõe o art. 19 da Lei nº 1.079/1950.

Ressalte-se que o art. 58, § 1º, da Constituição Federal assegura, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos junto às comissões. Todavia, no caso em análise, essa proporcionalidade não se mostra possível por malferir a própria representação numérica partidária na comissão especial. Cumpre mencionar que o parecer da Comissão Especial de *Impeachment* é meramente opinativo, como ressaltado no acórdão da ADPF nº 378/DF (fls. 170 destes autos), a saber: "(...) o trabalho da comissão especial é essencialmente instrutório e opinativo, tendo em conta que as decisões políticas de deliberar sobre a denúncia e de autorizar a instauração do processo estão reservadas ao Plenário da Câmara dos Deputados, por força da Lei 1.079/50. (...)".

Registre-se que o art. 4º do Ato/E/GP nº 41/2020 do Presidente da ALERJ, publicado no Diário Oficial de 15/06/2020, transcrito na inicial a fls. 04, estabelece que o parecer da Comissão Especial de *Impeachment*, sobre a admissibilidade ou não da denúncia, deverá ser emitido em cinco sessões, contadas do oferecimento da defesa pelo impetrante ou do término do prazo mencionando no caput do art. 2º. Dado a seu caráter meramente opinativo, como acima destacado, não procede a alegação do impetrante no sentido de que deveria haver parecer prévio da comissão especial para viabilizar a defesa.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Por fim, vale relembrar a sempre lúcida lição do saudoso Ministro Paulo Brossard, em sua obra clássica sobre o tema, conforme citado pelo Ministro Gilmar Mendes no MS 33921 MC/DF:

“O *Impeachment* terá inspiração política, motivação política, estímulos políticos. Políticos serão os resultados perseguidos. É natural que seja assim; dificilmente assim não será. Contudo, isto não quer dizer que o *Impeachment* seja inteiramente discricionário e que o seu desenvolvimento se processe ao inteiro sabor de uma e outra casa do Congresso, tanto é certo que, uma vez instaurado, deve desdobrar-se segundo a lei, que minuciosamente o disciplina. Em glosa ao Regimento do Senado norte-americano, Thomas Jefferson, que o presidiu, escreveu que, em matéria de *Impeachment*, a decisão senatória ‘*must be secundum, non ultra legem*’. E não só a sentença, mas o processo todo, no que diz respeito a suas fases e formalidades”. (BROSSARD, Paulo de Souza Pinto. *O Impeachment*. 3ª ed. São Paulo, Saraiva. 1992) (...)”

Ao final de sua decisão, o Exmo. Sr. Desembargador Elton Leme indeferiu a liminar postulada, por não ter vislumbrado, no transcurso dos procedimentos realizados pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, qualquer afronta à Constituição, à lei de regência ou à inteligência dos precedentes do Supremo Tribunal Federal, razão pela qual não considerou presentes os requisitos ensejadores do provimento liminar.

IX – DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL AJUIZADA PELO DENUNCIADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Inconformado com o indeferimento da liminar pleiteada no Mandado de Segurança que tramitou no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o denunciado deu entrada em Reclamação Constitucional perante o Supremo Tribunal Federal (STF), na data de 22 de julho de 2020, contra dois atos administrativos praticados no transcurso do processo, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que não teriam proporcionado: a) a suspensão do prazo para apresentação de defesa escrita à Comissão Especial de *Impeachment* enquanto a peça acusatória não fosse instruída com os documentos solicitados em diligência; b) a realização de votação aberta, ainda que simbólica, dos membros eleitos para integrarem a Comissão Especial de *Impeachment*, respeitada a proporcionalidade partidária. Cumulativamente, a Reclamação ajuizada no STF se insurge contra a respeitável decisão judicial proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador, Dr. Elton



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Martinez Carvalho Leme, Relator do Mandado de Segurança no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que ratificou os atos praticados pela ALERJ por não ter neles vislumbrado qualquer ofensa à Constituição. Assim, para expressar seu inconformismo face à decisão desfavorável no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, buscando revertê-la, o denunciado ajuizou a Reclamação, nos seguintes termos:

“(…)

I. SÍNTESE DA PRETENSÃO E DA FINALIDADE DESTA RECLAMAÇÃO.

1. Trata-se de reclamação contra 2 (dois) atos desviantes praticados pela ALERJ e seus membros (sua mesa Diretora, seu Presidente, o Presidente da Comissão Especial de *Impeachment* e o Relator da Comissão Especial de *Impeachment*), no âmbito do processo de *Impeachment* movido contra o ora reclamante (doc. 3).

2. Cumulativamente, trata-se de reclamação, também, contra decisão judicial proferida pelo Exmo. Desembargador Elton Martinez Carvalho Leme, que, ao indeferir o pedido de medida liminar veiculado nos autos do Mandado de Segurança nº 0045844-70.2020.8.19.0000 – TJ/RJ, culminou por **referendar e encampar** os atos da ALERJ, assim igualmente desafiando a **autoridade dos julgados proferidos por essa c. Suprema Corte, nas seguintes ações de controle concentrado de constitucionalidade: i) a ADPF 378-MC/DF; e ii) a ADI 5.895/RR, além do desrespeito à Súmula Vinculante 46.**

3. Assim, com esta reclamação – encartada, para todos os reclamados, na hipótese do art. 988, III, do CPC/15 –, pretende-se seja restaurada a autoridade decisória dessa c. Corte.

II. SÍNTESE DOS FATOS.

II.A SÍNTESE DAS 2 (DUAS) DENÚNCIAS RECEBIDAS PELA ALERJ ATÉ O DEFERIMENTO DE SUSPENSÃO DOS 2 (DOIS) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS CONTRA O RECLAMANTE.

4. Em 27.5.2020, o Exmo. Deputado Estadual Sr. Luiz Paulo Correa da Rocha e a Exma. Deputada Estadual Sra. Lúcia Helena Pinto de Barros ofereceram denúncias perante a ALERJ contra o reclamante (doc. 3). A primeira, foi distribuída sob o no 5.328/2020, e a segunda, apensada à primeira, sob o no 5.360/2020, ambas com fundamento nos arts. 4º, V, 9º, VII, 74 a 79, da Lei nº 1.079/1.950.

5. Tais processos ficaram com prazo de defesa suspenso até o dia 3.7.2020, sexta-feira (doc. 3). Isso porque, no dia 23.6.2020, quarta-feira, a ALERJ deferiu o pedido de suspensão formulado pelo reclamante, deduzido com base em 2 (dois) relevantes motivos: **(i) a ALERJ deveria informar o rito processual a ser adotado para julgamento dos Processos Administrativos de nos 5328/2020 (principal) e 5360/2020 (apenso); e (ii) deveriam ser acostados aos autos os documentos que motivaram as denúncias, para somente então ser avaliada a pertinência ou não do prosseguimento dos gravíssimos processos políticos administrativos (o principal e o apenso).**



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

6. Sobre o item (ii), em sessão posterior, o eminente relator da Comissão Especial de *Impeachment*, para evitar coação ilegal (CPP, art. 648, I), solicitou ao STJ o compartilhamento da documentação relativa à medida cautelar de produção antecipada de provas. Esse pedido, no entanto, foi indeferido pelo Ministro Benedito Gonçalves (doc. 3), o que não impediu o procedimento de anormalmente retomar o seu curso.

7. Já sobre o item (i), o reclamante se surpreendeu, ao pesquisar nos Diários Oficiais do Estado do Rio de Janeiro. Constatou, então, ali, que a ALERJ já tinha definido o rito de prosseguimento das denúncias e que alguns atos dessa liturgia ad hoc já tinham sido praticados de forma inidônea, porque destoantes do rito fixado por essa e. Corte para o processo de Impeachment (ADPF 378 e da ADI 5.895), a partir da Lei 1.079/50, cuja disciplina é de competência é exclusiva da União Federal (SV 46).

II.B SÍNTESE DO ATOS ILEGAIS OBJETO DO MANDADO DE SEGURANÇA, E QUE TAMBÉM SÃO OBJETO DESTA RECLAMAÇÃO – A COMISSÃO ESPECIAL DE *IMPEACHMENT* FOI INSTITUÍDA SEM VOTAÇÃO; POSSUI 25 MEMBROS DA ALERJ (AO INVÉS DE 18), NÃO RESPEITOU A PROPORCIONALIDADE (POR PARTIDO), NEM TAMPOUCO EXAROU O NECESSÁRIO PARECER INICIAL

8. Em decisão do dia 10.6.2020, publicada em 15.6.2020, o Exmo. Deputado Estadual Presidente da ALERJ, à míngua da indispensável documentação de suporte, deferiu o prosseguimento das denúncias. E assim o fez, após submetê-las à apreciação do colegiado, como se infere da referida publicação (doc. 3), nos seguintes termos:

“Eu, André Luiz Ceciliano, baseado no parecer técnico da douta Procuradoria, dou prosseguimento à denúncia por crime de responsabilidade no Processo 5328/2020 do Excelentíssimo Sr. Governador.

Como manifestei no início, vamos dar todo direito à ampla defesa ao Governador. Temos certeza de que de onde vem, como juiz, terá também a possibilidade de esclarecer os fatos nos quais está baseado o pedido de *Impeachment* no Processo 5328/2020.

Declaro que dou prosseguimento ao processo de *Impeachment*. Nós vamos publicar o ato, abrir prazo para que cada partido indique um representante para a comissão e, depois, essa comissão terá 48 horas para eleger o presidente e o relator. Rogo aos líderes que façam as indicações. O prazo vai contar a partir de segunda-feira. Não indicando, a Presidência indicará o representante do partido nessa comissão.

Volto a dizer que não há qualquer pré-julgamento aqui; não estamos fazendo qualquer juízo de valor, mas estamos dando prosseguimento ao procedimento de apuração de crime de responsabilidade, no qual vamos garantir, como sempre fazemos, até o presente momento, todo direito à ampla defesa do Sr. Governador.”

9. No mesmo dia, com publicação oficial em 15.6.2020, o Exmo. Sr. Presidente da ALERJ (ora reclamado) editou o Ato 41/2020, no qual definiu o rito processual a ser seguido nos processos políticos administrativos (o principal e o apenso) movidos contra este Governador de Estado (doc. 3), o que fez nos seguintes termos:



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

“Atos do Presidente ATO/E/GP/Nº 41/2020

Dá cumprimento, nos termos da Súmula Vinculante nº 46, à Legislação federal sobre crime de responsabilidade.

O Presidente da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições e em estrito cumprimento à Súmula Vinculante nº 46 e às normas da Lei federal nº 1.079/1950, RESOLVE:

Art. 1º Abrir prazo de quarenta e oito horas a cada um dos Excelentíssimos Senhores Líderes a fim de que indiquem cada qual um Membro da Comissão Especial competente para emitir Parecer sobre a Denúncia por crime de responsabilidade contra o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado documentada no processo ALERJ nº 5.328/2020. Parágrafo único - Esgotado o prazo sem indicação de Liderança, o Presidente da Assembleia Legislativa fará as indicações necessárias, sempre respeitando, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária.

Art. 2º Determinar a citação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para, querendo, defender-se, no prazo de dez sessões, perante a Comissão Especial dos fatos articulados na Denúncia.

Parágrafo único A citação deverá ser acompanhada do inteiro teor do processo ALERJ nº 5.328/2020 e eventuais apensos.

Art. 3º Depois que os Membros forem indicados, a Comissão Especial terá quarenta e oito horas para reunir-se, elegendo seu Presidente e seu Relator.

Art. 4º A Comissão Especial terá cinco sessões para emitir Parecer sobre a admissibilidade ou não da Denúncia, contadas do oferecimento da Defesa do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ou do término do prazo mencionado no caput do art. 2º.

Art. 5º O Parecer será lido em Plenário da Assembleia Legislativa e publicado no Diário Oficial, sendo imediatamente inserido na Ordem do Dia.

Art. 6º Os Excelentíssimos Senhores Deputados, no limite máximo de cinco por Partido, poderão discutir o Parecer por uma hora, ressalvado ao Excelentíssimo Senhor Deputado Relator da Comissão Especial o direito de responder a cada um.

Art. 7º Encerrada a discussão do Parecer, e submetido à votação nominal, será a Denúncia, com os documentos que a instruem, arquivada, se não for considerada objeto de deliberação ou recebida, hipótese em que, publicado o resultado, comunicar-se-á o Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça para a composição do Tribunal previsto no art. 78, § 3º, da Lei federal nº 1.079/1950.

Art. 8º A Denúncia será arquivada se não for recebida até o final do mandato do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Art. 9º Este Ato Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Tiradentes, 10 de junho de 2020

Deputado ANDRÉ CECILIANO,

Presidente Em 10.06.2020.” (doc. 2)”

10. Em cumprimento ao referido ato, instituiu-se, então, sem qualquer tipo de votação e a partir de mera indicação pelos Líderes, a Comissão Especial de *Impeachment*, no dia 18.6.2020 (doc. 2).



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

11. É exatamente com base na formação dessa atual Comissão Especial de *Impeachment* que o reclamante deduziu, no writ objeto desta reclamação e naquilo que para ela importa, 2 (duas) evidentes ilegalidades praticadas pelas autoridades coatoras (ora reclamados), em claro desrespeito às balizas vinculantes firmadas por esta Suprema Corte:

1. a Comissão Especial de *Impeachment* foi instituída pela simples indicação de líderes partidário, sem qualquer posterior votação (aberta, ainda que simbólica, veiculada no Diário Oficial); e

2. a formação da Comissão Especial desrespeitou por completo da regra da proporcionalidade partidária, tendo em vista que cada partido teve direito a indicar um membro. Com isso, partidos restaram sub representados (aqueles com as maiores bancadas, mas com apenas um representante na Comissão Especial), enquanto outros, de bancadas pequenas, foram super-representados, com artificial desvirtuamento das próprias forças políticas existentes no Parlamento.

12. Dentre outras ilegalidades apontadas no mandado de segurança, o fato inquestionável é o de que as 2 (duas) acima mencionadas revelam claro descumprimento de parâmetros já bem definidos pelo STF ao interpretar, em sede de controle concentrado (com caráter vinculante – CF /88, 102, § 2º), a Lei nº 1.079/50, fonte normativa exclusiva, em tema de crime de responsabilidade. Assim procedeu o STF ao julgar a ADPF 378-MC/DF e a ADI 5.895/RR e ao editar a súmula vinculante 46 do STF (CF/88, art. 103-A).

13. Nesse contexto, o reclamante, por meio do mandado de segurança, deduziu, inicialmente, pedidos de urgência, a fim de que o Órgão Especial do e. Tribunal a quo suspendesse ou anulasse os referidos atos ilegais, praticados pela ALERJ em total descumprimento à autoridade decisória de precedentes vinculantes desta Suprema Corte e do rito a ser compulsoriamente observado em tema de crime de responsabilidade.

14. No entanto, o Ilustre Desembargador Relator, também indicado como autoridade reclamada, indeferiu o pedido de medida liminar ali formulado, chancelando, assim, ele próprio, os descumprimentos dos comandos deste Supremo Tribunal Federal realizados pelo Poder Legislativo.

15. Daí a presente reclamação, com pedido urgente de medida liminar.

III. MANIFESTO CABIMENTO DA RECLAMAÇÃO: DOIS ATOS PRATICADOS PELAS AUTORIDADES COATORAS (ORA RECLAMADOS) E DECISÃO JUDICIAL (TAMBÉM OBJETO DESTA RECLAMAÇÃO) QUE OS MANTEVE.

III.A DOS ATOS RECLAMADOS E PARADIGMAS VIOLADOS.

16. Reclamação, como se sabe, é instrumento processual que objetiva resguardar, contra atos do Poder Público, a competência desse e. Supremo Tribunal Federal e a autoridade de seus julgados, notadamente quando impregnados de eficácia vinculante, como se dá com aqueles proferidos em sede de fiscalização normativa abstrata. A respeito do cabimento desta reclamação para essa e. Corte, dispõe o art. 102, I, 'I', da CF/88 que “compete ao Supremo Tribunal Federal (...) processar e julgar (...) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões”. Já o art. 103-A, §3º,



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

da CF/88 prevê que, “do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal”.

17. Nesse mesmo sentido dispõe o art. 988, III, do CPC/15, ao prever que “caberá reclamação da parte interessada” para “garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade”. E em sintonia com essa regra, o art. 9º, I, ‘c’ do RI STF ainda prevê que compete às Turmas do STF processar e julgar, originariamente, “a reclamação que vise a preservar a competência do Tribunal ou a garantir a autoridade de suas decisões ou Súmulas Vinculantes”.

18. Com bases nessas premissas é que esta reclamação – encartada na hipótese dos arts. 102, I, ‘I’, 103-A, , §3º, da CF/88 c/c art. 988, III, do CPC/15 – é o meio processual adequado para a correção dos desvios dos atos administrativos e da decisão judicial reclamados em relação a parâmetros já previamente definidos em acórdãos proferidos em sede de controle de constitucionalidade e em Súmula Vinculante. Afinal, esta reclamação é proposta contra os seguintes atos:

i) Os 2 (dois) atos administrativos praticados no processo de impedimento do reclamante pelo Presidente da ALERJ, pelo Presidente da Comissão Especial de *Impeachment* e pelo Relator da Comissão Especial de *Impeachment*; e

ii) A decisão judicial proferida pelo Exmo. Desembargador Elton Martinez Carvalho Leme, Relator do Mandado de Segurança nº 0045844- 70.2020.8.19.0000, por meio da qual indeferiu os pedidos de tutela de urgência formulados pelo ora reclamante, a qual permitiu a manutenção dos referidos atos administrativos.

19. Os reclamados, ao praticarem todos esses atos (dois administrativos e um judicial), violaram a autoridade:

i) da Súmula Vinculante nº 46, a qual prevê ser competência legislativa privativa da União a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas para processo e julgamento; e

ii) dos acórdãos proferidos por esta Suprema Corte ao julgar a ADPF 378- MC/DF (analisou a recepção das normas previstas na Lei nº 1.079/1950 à luz da CF/88) e a ADI 5.835/RR (em que se fez o filtro de constitucionalidade da disciplina atinente ao processo por crime de responsabilidade contra Governadores de Estado, considerado o monopólio da União Federal na matéria).

20. dos acórdãos proferidos por esta Suprema Corte ao julgar a ADPF 378- MC/DF (analisou a recepção das normas previstas na Lei nº 1.079/1950 à luz da CF/88) e a ADI 5.835/RR (em que se fez o filtro de constitucionalidade da disciplina atinente ao processo por crime de responsabilidade contra Governadores de Estado, considerado o monopólio da União Federal na matéria).

21. Esse entendimento se reforça à luz do art. 85, parágrafo único, da CF/88, que exige lei especial federal para definir, processar e julgar crimes de responsabilidade. É a Lei 1.079/1.950, recepcionada, com algumas ressalvas, pela CF/88 (ADPF 378-MC/DF, Rel. para o acórdão Min. Luís Roberto Barroso, DJe 8.3.2016).

22. O que, em suma, o reclamante busca, nesta reclamação, é valer-se do meio processual mais adequado, célere, eficaz para preservar a autoridade das decisões dessa e. Corte. Até porque, diga-se logo, o prejuízo já milita contra o reclamante, na medida



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

em que o prazo para apresentar defesa no processo de *Impeachment* (permeado de ilegalidades em seu rito) já está em curso, com termo em 29.7.2020, quarta-feira. Pretende-se, pois, aqui, restaurar a autoridade desse e. STF e os parâmetros já definidos na Súmula Vinculante 46 e nos acórdãos da ADPF 378-MC/DF e da ADI 5.895/RR.

III.B JURISPRUDÊNCIA DO STF ESPECÍFICA SOBRE O CABIMENTO DE RECLAMAÇÃO PARA ANULAR ATOS PRATICADOS PELO PODER LEGISLATIVO EM PROCESSOS DE IMPEACHMENT

23. Não é incomum o ajuizamento de reclamações perante esta Suprema Corte, contra atos praticados em “processos de *Impeachment*” que desrespeitem o rito federal previsto pela Lei nº 1.079 (fonte normativa exclusiva na matéria, tal como estabelece a SV 46) e a filtragem constitucional realizada por esta Suprema Corte nos julgamentos da ADPF 378 e da ADI 5.895.

24. Em recente caso análogo, o eminente Ministro Luís Roberto Barroso deferiu pretensão de urgência postulada por 2 (dois) vereadores em uma medida cautelar na Reclamação 38.371/PR, que se voltava contra decisão proferida pela Câmara Municipal que prestigiou legislação estadual/local em detrimento da federal, dentro de um processo de *Impeachment* (no caso, do Prefeito). Nas palavras do eminente relator, que inclusive citou vários outros precedentes, “ao afastar o regramento federal, para aplicar o princípio da simetria e a legislação estadual e local, o ato reclamado, aparentemente, acabou por contrariar a Súmula Vinculante. Nessa linha, confirmam-se, entre outras, Rcl 22.034, da minha relatoria; Rcl 24.727, Rel. Min. Dias Toffoli; e Rcl 37.923, Rel. Min. Alexandre de Moraes. Presente, portanto, o *fumus boni iuris*. Igualmente presente o *periculum in mora*, em face do eminente encerramento da sessão legislativa.”

25. Em outro caso ontologicamente análogo e bastante recente, agora sob a relatoria do eminente Ministro Edson Fachin (Reclamação 40.561/RS, DJe. 14.5.2020), igualmente foi deferida a pretensão de urgência contra ato que, em sede de *Impeachment* de Prefeito Municipal, criou uma modalidade de Sessão de julgamento não prevista em Lei Federal, em afronta à Súmula Vinculante 46 do STF.

26. Também assim Vossa Excelência, Ilustre Ministro Dias Toffoli, que, ao deferir medida liminar na Rcl 24.727 (já julgada monocraticamente em seu mérito e também movida tanto contra ato de Tribunal de Justiça, como contra ato do Poder Legislativo em processo em *Impeachment*), assim se manifestou:

“(…). Em juízo de estrita delibação, próprio dos provimentos liminares, e da perspectiva da definição, do processo e do julgamento de crimes de responsabilidade estarem regulamentados por lei nacional, da competência privativa da União, entendendo que assiste razão jurídica à tese de violação à SV nº 46 e à decisão na ADPF nº 378/DF pelo TJ/PA ao legitimar o recebimento de denúncia e a deliberação pela cassação do mandato de prefeito do Município de Novo Progresso por escrutínio secreto (...).”

27. Também assim as decisões proferidas na Reclamação 37.923/SP, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe 20.11.2019 e na Reclamação 22.034-MC/SP, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe 24.11.2015.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

28. Vê-se, portanto, que se mostra viável a presente reclamação (movida contra decisão judicial e também contra atos praticados pela ALERJ na tramitação do processo de *Impeachment*) sendo plenamente legítimos os pedidos nela veiculados, já acolhidos por esta Suprema Corte em outras reclamações movidas em contexto em tudo idêntico, considerado o desrespeito à SV 46 e aos julgamentos vinculantes proferidos na ADPF 378 e na ADI 5.895.

IV. MÉRITO:

DO MANIFESTO DESCUMPRIMENTO À AUTORIDADE DAS DECISÕES PROFERIDAS NA ADI 5.895, NA ADPF 378, BEM ASSIM À FORÇA VINCULANTE DA SV 46:

COMISSÃO ESPECIAL DO IMPEACHMENT FORMADA SEM QUALQUER VOTAÇÃO DE SEUS MEMBROS E À REVELIA DE QUALQUER CRITÉRIO DE PROPORCIONALIDADE PARTIDÁRIA – CRIAÇÃO DE UM NOVO RITO PELA AUTORIDADE ESTADUAL.

29. Como sintetizado, a ALERJ, ao fixar o rito que está sendo seguido nos processos políticos administrativos (o principal e o apenso) movidos contra este Governador, determinou que a Comissão Especial do *Impeachment* seria assim constituída: mediante “indicação” dos seus membros por cada partido, sendo certo que cada agremiação faria jus a um único assento no órgão, independentemente do número de parlamentares eleitos. Eis o que se contém no pronunciamento do Ilustre Presidente da ALERJ:

“(…). Nós vamos publicar o ato, abrir prazo para que cada partido indique um representante para a comissão e, depois, essa comissão terá 48 horas para eleger o presidente e o relator. Rogo aos líderes que façam as indicações. O prazo vai contar a partir de segunda-feira. Não indicando, a Presidência indicará o representante do partido nessa comissão”.

30. Esse rito fixado pela Nobre Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro destoa daquele fixado no art. 19 da Lei nº 1.079, sede normativa exclusiva na matéria, nos exatos termos da Súmula Vinculante 46 desta Suprema Corte, verbis:

“Art. 19. Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma”

31. “Art. 19. Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma”.

32. Há, portanto, no art. 19 da Lei Federal especial sobre a matéria, dupla exigência a ser observada em tema de constituição da Comissão Especial encarregada de inicialmente analisar acusações de crime de responsabilidade contra Chefes do Poder Executivo: a de que os nomes dos integrantes da Comissão Especial sejam submetidos à eleição e a de que a composição dessa mesma Comissão Especial deve ao máximo refletir a proporção partidária da Casa.

33. A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, no entanto, inovou na matéria e criou rito até então inexistente, além de flagrantemente destoante daquele previsto na Lei nº 1.079, pois DISPENSOU a votação, ainda que simbólica, dos membros da



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Comissão Especial, contentando-se com a mera indicação partidária, além de ter criado um Colegiado completamente descolado das reais forças políticas que compõem o Parlamento Estadual, com total quebra de qualquer mínima regra de proporcionalidade, já que cada agremiação foi contemplada com uma vaga, independentemente do tamanho de sua bancada.

34. Assembleias Legislativas, no entanto, não podem criar ritos para processos políticos administrativos por crime de responsabilidade, nos exatos termos da Súmula Vinculante 46, claramente violada na espécie.

35. Provocado o tema em sede de mandado de segurança, o Ilustre Desembargador Relator, também apontado como autoridade coatora, ao indeferir o pedido de tutela de urgência, chancelou o novo rito criado pela ALERJ (em que os membros não são jamais eleitos, apenas indicados, e no qual não se observa a regra da proporcionalidade partidária), invocando, para tanto, em resumo, os seguintes fundamentos:

“Assim, por simetria à hipótese decidida pela suprema Corte, a formação da comissão especial nas Assembleias Legislativas estaduais deve ocorrer mediante indicação de membros pelos líderes dos partidos políticos, a afastar a suscitada necessidade de eleição. Desta feita, entendeu também o Supremo Tribunal Federal que a expressão “comissão eleita” contida no art. 19 da Lei nº 1.079/51 significa “escolhida” (...)

(...)
No que se refere ao ventilado desrespeito à proporcionalidade, verifica-se, a princípio, a impossibilidade prática, no caso concreto, de observar tal recomendação concomitantemente à representação de todos os partidos políticos da Casa Legislativa. Isso porque os 25 membros que representam todos os partidos já espelham o percentual de 35,7% da composição plenária da ALERJ, não sendo razoável que a comissão especial tenha em sua composição número ainda maior de Deputados”.

36. Com todo o respeito devido, há, por parte da Nobre Assembleia Legislativa (que inovou em tema de processo por crime de responsabilidade), e por parte do ilustre Desembargador apontado como reclamado, claro desrespeito à Súmula Vinculante 46/STF, explícita no sentido de que compete exclusivamente à União Federal disciplinar as normas materiais e procedimentais em tema de crimes de responsabilidade, sendo vedado às autoridades estaduais dispor de forma diferente daquela estabelecida na Lei nº 1.079, fonte normativa exclusiva na matéria.

37. Em primeiro lugar porque, como dito, o art. 19 é claríssimo ao prever que os membros da Comissão Especial do *Impeachment* devem ser “eleitos”. A eleição dos integrantes do órgão, portanto, é requisito imposto pela Lei nº 1.079.

38. Não por outro motivo, no “Caso Collor”, os membros da Comissão, após indicação de seus nomes pelos líderes partidários respectivos, foram eleitos, ainda que de forma simbólica, pelo Plenário da Casa, em rito chancelado por este Supremo Tribunal.

39. Como se não bastasse a expressa previsão no art. 19 da Lei nº 1.079, o que impediria qualquer ritualística diferente, sob pena de violação à Súmula Vinculante 46, tal como ocorrente na espécie, o fato é que esta Suprema Corte, no julgamento da ADPF 378, ao realizar uma filtragem constitucional da Lei de



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Crimes de Responsabilidade (fonte exclusiva na matéria), foi expressamente provocada a ser pronunciada sobre o art. 19 da Lei nº 1.079, mais precisamente sobre a exigência de “eleição” dele constante.

40. E o fato é o de que o Ministro Luís Roberto Barroso, em verdadeira posição de auto contenção e em reconhecida deferência ao antecedente do “caso Collor”, não impôs qualquer interpretação conforme ou qualquer restrição semântica à exigência de “eleição” dos membros da Comissão Especial, tal como constante do art. 19 da Lei nº 1.079.

41. É dizer: não assiste razão à decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência por este Governador de Estado, quando afirma que esta Suprema Corte teria assentado que o termo “eleição” significaria “escolha”.

42. Não foi isso o que esta Suprema Corte fez, no julgamento da ADPF 378, justamente em respeito à legislação existente e à experiência já consolidada sob a égide da Carta Política de 1988, precisamente num tema com a delicadeza institucional como o é o *Impeachment*.

43. Eis o que se contém no voto proferido pelo Ministro Luís Roberto Barroso, acompanhado pela maioria desta Casa:

“Eleita pode ter dois sentidos: ‘sujeita à votação’, ou pode ter o sentido de ‘escolhida’ – Comissão Especial escolhida. Eu até fui ao Aurélio hoje pela manhã, e a primeira acepção de eleita é escolhida, não é votada. Portanto, essa é uma acepção possível, e não só é uma acepção possível, como é a única que faz sentido (...).

(...).

Porém, eu não vou fazer a retificação para aplicar nesse caso, por enquanto, porque eu estou seguindo tudo como feito no precedente “Collor” e, no precedente “Collor”, a Comissão foi efetivamente eleita, homologada pelo Plenário”.

44. A gravidade inerente aos processos políticos administrativos de *Impeachment*, portanto, fez com que esta Suprema Corte, ao submeter a Lei nº 1.079 a uma clivagem constitucional, prestigiasse, tanto quanto possível, não apenas as disposições já expressas na lei, mas, também, a própria experiência do “caso Collor”, com o que se atribuiria ao regime jurídico constitucional dos crimes de responsabilidade tónus de estabilidade e previsibilidade.

45. Não por outro motivo, a parte dispositiva do julgamento proferido na ADPF 378 atesta a declaração de recepção do art. 19 da Lei nº 1.079, sem qualquer ressalva quanto a ele.

46. Nesse contexto, portanto, em que esta Suprema Corte, no julgamento da ADPF 378, expressamente opta, em típica filtragem constitucional, por validar a integralidade do art. 19 da Lei nº 1.079 (em especial no que concerne à necessidade de eleição, ainda que simbólica, tal como previsto em lei e tal como praticado tanto no “caso Collor” como no “caso Dilma”), descabe às autoridades estaduais inovar em tal ritualística e ir além daquilo que está na Lei Federal específica e daquilo que consta do julgado vinculante desta Suprema Corte.

47. Ao assim proceder, as autoridades reclamadas desrespeitaram a autoridade decisória não apenas do julgamento proferido na ADPF 378 (ignorando o juízo de recepção, sem ressalvas, que ali foi feito quanto ao art. 19), mas, por igual, a própria força vinculante da SV 46, claríssima no



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

sentido de que a disciplina jurídica em tema de crimes de responsabilidade é exclusiva da União Federal, falecendo aos Estados Membros fugir, adequar ou restringir os termos da Lei nº 1.079.

48. Como se não bastasse, em momento posterior à ADPF 378, esta Suprema Corte ratificou orientação de que a Comissão Especial do *Impeachment*, inclusive de âmbito estadual, deve ser eleita.

49. É o que se contém no julgamento da ADI 5.895/RR, também descumprido, ocasião em que o Plenário desta Casa assentou a constitucionalidade de dispositivo interno de Assembleia Legislativa que continha tal exigência, justamente por entender que se tratava de reprodução obrigatória de exigência constante do art. 19 da Lei nº 1.079, já chancelada por este Supremo Tribunal Federal, quando da ADPF 378.

50. Isso significa, portanto, que as autoridades reclamadas, ao entenderem ser “dispensável” que os nomes dos integrantes da Comissão Especial do *Impeachment*, após indicação dos líderes partidários respectivos, fossem submetidos à eleição, mesmo que simbólica, desrespeitaram a autoridade decisória dos julgamentos proferidos na ADPF 378 e na ADI 5.895 e, ainda, ao criarem uma ritualística que destoava daquela prevista na Lei nº 1.079 bem assim da prática institucional brasileira nos casos “Collor” e “Dilma”, violaram em idêntica medida a SV 46.

51. Tudo a autorizar, portanto, o deferimento dos pedidos ora formulados na presente reclamação.

52. Mas há mais. Isso porque, como visto, a Comissão Especial do *Impeachment* foi composta por um membro de cada partido político, independentemente do tamanho e da expressão de sua respectiva bancada, com o que se nulificou integralmente a regra da proporcionalidade, expressamente fixada no mesmo art. 19 da Lei nº 1.079.

53. No caso concreto, insista-se, cada partido político teve direito a um único representante na Comissão Especial, o que desvirtuou por completo a equivalência de forças existente no âmbito do Poder Legislativo, tornando desviada eventual manifestação de vontade por este órgão.

54. No caso concreto, insista-se, cada partido político teve direito a um único representante na Comissão Especial, o que desvirtuou por completo a equivalência de forças existente no âmbito do Poder Legislativo, tornando desviada eventual manifestação de vontade por este órgão.

55. No caso concreto, insista-se, cada partido político teve direito a um único representante na Comissão Especial, o que desvirtuou por completo a equivalência de forças existente no âmbito do Poder Legislativo, tornando desviada eventual manifestação de vontade por este órgão.

56. Em resumo: é uma Comissão Especial que não reflete nem de longe a realidade política da própria Assembleia e que ignora por completo a exigência constante não apenas do art. 58, § 1º da Carta Política, mas, por igual, do art. 19 da Lei nº 1.079, claro ao prever que, da “Comissão Especial”, devem participar “representantes de todos os partidos”, “observada a respectiva proporção”.

57. Ora, se a Lei Federal é clara ao exigir a observância da proporcionalidade partidária na composição da Comissão Especial do *Impeachment*, não poderia a ALERJ criar um



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

“NOVO RITO”, com previsão concebida justamente para neutralizar e esvaziar a exigência legal e constitucional.

58. Ao assim proceder, ou seja, ao innovar, ao criar rito novo, em que não há proporcionalidade alguma, claramente destoante daquele previsto no art. 19 da Lei nº 1079, a ALERJ claramente ofendeu a SV 46.

59. Houve, também, ofensa clara ao julgamento vinculante da ADPF 378-MC/DF, ocasião em que esta Suprema Corte, ao realizar uma filtragem constitucional do art. 19 da Lei nº 1.079, MANTEVE A EXIGÊNCIA DA OBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE, que também está na Constituição da República, apenas entendendo pela possibilidade também “de se calcular a proporcionalidade na Comissão a partir dos blocos parlamentares”..

60. Eis o que se contém no voto proferido pelo Ilustre Ministro Luís Roberto Barroso:

“(…) se, por força do art. 58, § 1º da Constituição, a representação proporcional é do partido ou bloco parlamentar, os nomes do partido não podem ser escolhidos heteronomamente, de fora para dentro, em violação ao princípio constitucional da autonomia partidária (CF/1988, art. 17, § 1º). Isso é claro, desfiguraria a proporcionalidade. De acordo com as normas regimentais, as comissões devem ser compreendidas como órgãos formados por partidos ou blocos parlamentares, sendo a estes que se assegura, tanto quanto possível, o direito de participação proporcional à representação no Plenário da Casa. Há, portanto, direito subjetivo dos partidos ou blocos de serem contemplados nas comissões, na proporção que ocupem no Plenário”.

61. Para que dúvidas não pairassem, Vossa Excelência, Ilustre Ministro Presidente Dias Toffoli, após o voto do saudosíssimo Ministro Teori Zavascki, travou o seguinte debate com o Ministro Gilmar Mendes:

“O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI: Uma questão que eu gostaria de trazer, Ministro Teori, se me permite, até porque eu fui assessor parlamentar na Câmara dos Deputados durante cinco anos, é que candidaturas avulsas são admitidas para as eleições, por exemplo, da composição da mesa, tanto para a Presidência quanto para a Vice-Presidência e para as secretarias da Mesa da Câmara dos Deputados. O que a Constituição exige é a proporcionalidade, que se respeite a proporcionalidade partidária.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Partidária ou de bloco, não é?

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI: Partidária ou de bloco. A questão se a vaga vai ser do a ou do b na eleição, eu penso que é uma questão *interna corporis* da Câmara dos Deputados. O que não se pode ter aqui é uma comissão que seja eleita com desrespeito à proporção prevista na Constituição (...). O que a Constituição exige - e aqui eu entendo que, aí, sim, nós podemos analisar e enfrentar - é se foi respeitada a proporcionalidade, isso sim”.

62. Em sede de embargos declaratórios na mesma ADPF 378, Vossa Excelência, Ilustre Ministro Presidente, voltou a asseverar: “O que a Constituição garante, e eu disse, quando do voto em dezembro, é que haja a proporcionalidade. E nós estamos aqui sim, aptos a interferir”.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

63. Data vênia, ao simplesmente desconfigurar, neutralizar, esvaziar a regra da proporcionalidade prevista no art. 19 da Lei nº 1.079 e no art. 58, §1º da Carta Política, as autoridades reclamadas claramente instauraram rito novo, completamente dissociado das balizas firmadas por esta Corte Suprema na ADPF 378, cujo julgamento foi frontalmente desrespeitado, e em claro desrespeito à Súmula Vinculante 46.

64. Consoante dito por esta Casa no julgamento da ADPF 378, claramente violado, é direito subjetivo das agremiações partidárias se fazerem representar na Comissão Especial do *Impeachment*, observada, tanto quanto possível, o peso de sua representatividade e o tamanho de sua bancada.

65. De idêntica forma, é direito do acusado ter sua defesa submetida à análise de uma Comissão Especial que revele, ao máximo possível, a dinâmica de forças presente na Assembleia, sob pena de burla à própria regra da representatividade que timbra as Casas Legislativas.

66. Data vênia, como assentar que partidos que o PSL (09 deputados eleitos) ou o PSOL (05 deputados eleitos) ou o DEM (05 deputados) possuam o mesmo número de representantes na Comissão Especial (um único) que partidos que possuem apenas um único representante na Assembleia?

67. Fixar número igual de representantes a partidos com bancadas tão assimétricas, portanto, é criar rito novo, em que não há exigência de qualquer mínima proporcionalidade.

68. Tal proceder, contudo, ofende claramente o julgado desta Casa na ADPF 378, a Súmula Vinculante nº 46 e se afasta em absoluto da ritualística prevista no art. 19 da Lei nº 1.079 e na própria Carta Política (art. 58, § 1º). Tudo a justificar, também aqui, o deferimento dos pedidos veiculados na reclamação.

69. Não custa mencionar, finalmente, que esta Corte Suprema, ao projetar, para o âmbito estadual, as regras atinentes aos crimes de responsabilidade, tais como fixadas na Lei 1.079, igualmente reafirmou a imprescindibilidade de respeito à regra da proporcionalidade, na formação da Comissão Especial do *Impeachment*, o que fez no julgamento da ADI 5.895, Rel. Min Alexandre de Moraes, também desrespeitado na espécie.

70. Nesse contexto, portanto, constatada a clara desconsideração da regra da proporcionalidade, com nítido desrespeito à baliza legal federal (art. 19 da Lei de Crimes de Responsabilidade), com clara desconsideração do precedente vinculante firmado na ADPF 378 e reafirmado na ADI 5.895, tudo isso com igual ofensa à Súmula Vinculante 46 (que não permite inovações pelas autoridades locais, nem mesmo mediante invocação do princípio da “razoabilidade”, em tema de *Impeachment*), pede-se sejam deferidos os pedidos acautelatórios postulados na presente reclamação, cuja procedência, no mérito, também se requer.

V. DO PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA.

71. Senhor Ministro Presidente: é de todos sabido a gravidade político institucional de procedimentos que visem à destituição de seus mandatos de Governadores de Estado legitimamente eleitos, com a grave daí decorrente.

72. Não por outro motivo, esta Suprema Corte consolidou sua jurisprudência no sentido de que apenas lei federal específica pode disciplinar a matéria, com o que se consolida uma arquitetura legal única e segura, capaz de conferir o maior grau



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

de confiabilidade e previsibilidade possível aos processos por crime de responsabilidade movidos contra Chefes do Poder Executivo.

73. No caso, como demonstrado, a ALERJ, em atos chancelados pelo Ilustre Desembargador Relator do MS 0045844-70.2020.8.19.0000 no TJ/RJ, se afastou não apenas das balizas previstas no art. 19 da Lei nº 1.079, mas, por igual, da jurisprudência vinculativa desta Suprema Corte, firmada no julgamento da ADPF 378 e da ADI 5.895, criando ritualística local nova e distinta, em clara ofensa à Súmula Vinculante 46.

74. Ajustes precisam ser feitos, até mesmo para fins pedagógicos, já que, como sabido, num momento de grave crise de saúde pública e de clara polarização política, diversos pedidos de *Impeachment* contra Governadores de Estados tramitam nas Assembleias Legislativas, sendo temerário que cada uma possa, ao seu critério, criar sua própria ritualística, em total desrespeito aos parâmetros da Lei Federal e desta Suprema Corte.

75. No caso concreto, acha-se em curso o prazo de 10 sessões parlamentares deste Governador de Estado para apresentação de sua defesa, a expirar em 29.7.2020, quarta-feira.

76. É iminente, portanto, o término do prazo para que este Governador de Estado apresentar peça defensiva a uma Comissão Especial manifestamente ilegítima, seja porque o nome de seus membros jamais foi submetido à eleição, mesmo que simbólica, seja, ainda, porque formada em total descondição da cláusula legal e constitucional da proporcionalidade partidária.

77. Imperioso, com todo respeito, uma correção de rumos, até porque descabe cogitar-se da apresentação de um parecer em tema institucionalmente tão sensível, por uma Comissão Especial completamente dissociada e descolada da composição de forças existente no âmbito da própria Casa Legislativa.

78. Quanto antes forem feitos os devidos ajustes, menor os vícios a serem corrigidos.

79. Presentes, portanto, os requisitos do *periculum in mora* (já que o prazo para defesa por este Governador se encerra em poucos dias) e da probabilidade jurídica do direito invocado, considerada as violações aos precedentes vinculantes firmados na ADPF 378, na ADI 5.895, bem assim a ofensa à Súmula Vinculante 46, pede-se, em sede de tutela de urgência, que Vossa Excelência, *inaudita altera pars*:

1) Conceda medida liminar, susstando-se os efeitos dos atos reclamados, para que seja imediatamente desconstituída a Comissão Especial formada no âmbito da ALERJ (Processo Administrativo nº 5.328/2020 e Processo Administrativo nº 5.360/2020), formando-se outra em seu lugar, agora com observância dos parâmetros vinculantes desta Corte, ou seja, com representantes que correspondam tanto quanto possível à proporcionalidade partidária e apenas após votação plenária dos nomes apresentados pelos respectivos líderes, ainda que o escrutínio seja feito de modo simbólico;

2) Caso assim não se entenda, pede-se a concessão de medida liminar ao menos em parte, para que, ao menos por ora, seja susgado o prazo para apresentação da respectiva defesa por este Governador de Estado, prazo que se consuma em 29/07 (risco de perecimento do direito), até que possam ser recebidas



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

as respectivas informações das autoridades reclamadas e também da ALERJ, além de coletado o parecer da douta PGR, quando a medida de urgência poderá ser novamente avaliada por esta Suprema Corte.

VI. DOS PEDIDOS.

80. Ante todo o exposto, pede e espera o ora reclamante:

1) A concessão de medida liminar, suspendendo-se os efeitos de todos os atos reclamados, para que seja imediatamente desconstituída a Comissão Especial formada no âmbito da ALERJ (Processo Administrativo nº 5.328/2020 e Processo Administrativo nº 5.360/2020), determinando-se a formação de outra em seu lugar, agora com observância dos parâmetros vinculantes desta Corte e da Lei Federal específica, ou seja, com representantes que correspondam tanto quanto possível à proporcionalidade partidária e apenas após votação plenária dos nomes apresentados pelos respectivos líderes, ainda que o escrutínio seja feito de modo simbólico, comunicando-se com urgência as autoridades reclamadas;

2) Caso assim não se entenda, pede-se a concessão de medida liminar ao menos em parte, para que, ao menos por ora, seja susinado o prazo para apresentação da respectiva defesa por este Governador de Estado, prazo que se consuma em 29/07 (risco de perecimento do direito), até que possam ser recebidas as respectivas informações das autoridades reclamadas e também da ALERJ, além de coletado o parecer da douta PGR, quando a medida de urgência poderá ser novamente avaliada por esta Suprema Corte, comunicando-se com urgência as autoridades reclamadas.

81. Após a concessão da medida liminar postulada acima, pede-se sejam requisitadas as informações aos reclamados (CPC/15, art. 989, I), bem como a intimação/citação de eventuais beneficiários, tal como a Procuradoria da ALERJ (CPC/15, art. 989, III e RI STF, art. 159).

82. Pede-se, ainda, seja ouvida a douta Procuradoria Geral da República e, no mérito, seja confirmada a medida liminar anteriormente deferida, com o decreto de PROCEDÊNCIA da presente reclamação, para que:

i) Seja desconstituída a Comissão Especial formada no âmbito da ALERJ (Processo Administrativo nº 5.328/2020 e Processo Administrativo nº 5.360/2020), com anulação de todos eventuais atos por ela praticados, determinando-se a formação de outra em seu lugar, agora com observância dos parâmetros vinculantes desta Corte e da Lei Federal específica, ou seja, com representantes que correspondam tanto quanto possível à proporcionalidade partidária e apenas após votação plenária dos nomes apresentados pelos respectivos líderes, ainda que o escrutínio seja feito de modo simbólico, comunicando-se com urgência as autoridades reclamadas. (...)” (grifos originais)

Declinado o conteúdo da Reclamação constitucional ajuizada pelo denunciado, a primeira no transcurso do presente processo, passemos às próximas etapas.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

X – DA RESPOSTA DA PROCURADORIA GERAL DA ALERJ À RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL AJUIZADA PELO DENUNCIADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ao tomar conhecimento da Reclamação Constitucional ajuizada pela defesa do Governador Wilson Witzel, a Procuradoria Geral da ALERJ, mais uma vez de forma espontânea, através do Ofício PGPR nº 35/2020, datado de 23 de julho de 2020, ofereceu resposta à mencionada Reclamação, na forma que passo a citar:

“(…)

FATOS

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, Doutor WILSON JOSÉ WITZEL, ajuizou esta Reclamação alegando, em síntese, defeito na instalação e na composição da Comissão Especial destinada a oferecer parecer quanto à Denúncia formulada contra o insigne Reclamante pelos Excelentíssimos Senhores Deputados Luiz Paulo e Lucinha em virtude de alegado cometimento de crime de responsabilidade.

CARÁTER OPINATIVO DA COMISSÃO ESPECIAL

Mesmo que se admitisse que houvesse ilegalidade na composição da Comissão Especial do *Impeachment*, o que ora se imagina apenas a título de argumentação, nenhuma lesão poderia ser arguida pelo insigne Reclamante.

Em primeiro lugar, o Excelentíssimo Senhor Deputado Relator da Comissão Especial pode elaborar Voto no sentido da rejeição da Denúncia em virtude de alegado crime de responsabilidade. Em segundo lugar, qualquer que seja o Voto do Excelentíssimo Senhor Deputado Relator, a própria Comissão Especial poderá aprovar parecer - repita-se: parecer - no sentido da rejeição de tal Denúncia.

Por fim e o mais importante, o Parecer da Comissão Especial é meramente opinativo. Ele não vincula o Plenário da Assembleia Legislativa, o qual pode sempre decidir em sentido oposto ao parecer da Comissão Especial. Mais uma vez: quem decide é o Plenário da Assembleia Legislativa, não a Comissão Especial, legalmente incumbida de apenas oferecer parecer.

Na página 88 do venerando Acórdão decorrente do julgamento da ADPF nº 378-DF, lê-se:

"Aliás, o trabalho da comissão especial é essencialmente instrutório e opinativo, tendo em conta que as decisões políticas de deliberar sobre a denúncia e de autorizar a instauração do processo estão reservadas ao Plenário da Câmara dos Deputados, por força da Lei 1.079/50." (grifos acrescidos)

Na página 93 do venerando Acórdão, constata-se: "De novo, cabe-se frisar que a Comissão Especial possui funções instrutórias e opinativas." (grifos acrescidos)

Por fim, leia-se o art. 19 da Lei federal nº 1.079/1950:

"Art. 19 Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma." (grifou-se)



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Como se vê, se houvesse inconstitucionalidade ou ilegalidade na composição da Comissão Especial, não haveria risco para o insigne Reclamante, porque a deliberação sobre a Denúncia é de competência exclusiva do Plenário da Reclamada.

SÚMULA VINCULANTE N° 46

Os Reclamados concordam plenamente que a tipificação e o processo por crime de responsabilidade, à luz do Verbete n° 46 da Súmula Vinculante do Colendo Supremo Tribunal Federal, só podem ser feitos por lei federal.

Tal verbete sumular vinculante tem a seguinte redação:

"A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são de competência legislativa privativa da União." (grifou-se)

Exatamente por isso, os Reclamados se pautam quanto ao processo por crime por responsabilidade, exclusivamente, pela Lei federal n° 1.079/1950.

Em outras palavras: nenhum regimento interno - nem o do próprio Parlamento fluminense, ora reclamado, nem o da Augusta Assembleia Legislativa do Estado de Roraima - foi utilizado como parâmetro no processo por crime de responsabilidade. Isso seria juridicamente impossível porque, nos termos do pré-falado Verbete n° 46 da Súmula Vinculante do Pretório Excelso, as normas de processo e julgamento por crime de responsabilidade são de competência legislativa privativa da União.

ADPF n° 378-DF

Os Reclamados elogiam e subscrevem a invocação ao venerando Acórdão que julgou o mérito da ADPF n° 378-DF, publicado no Diário de Justiça eletrônico de 8 de março de 2016. Exatamente por isso, os Reclamados, nos pontos em que a Lei federal n° 1.079/1950 é omissa ou não foi recepcionada pela vigente Constituição da República, utilizam o precedente consubstanciado na ADPF n° 378-DF.

ADI n° 5.895-RR

Em primeiro lugar, registre-se que estas Informações procuram veicular o mais profundo respeito pela fulgurante história do antigo Território Federal do Rio Branco, atualmente Estado de Roraima, prestes a completar seu septuagésimo sétimo aniversário de criação no próximo dia 13 de setembro. A "Amazônia do Norte da Pátria" sempre deve ser para todo brasileiro motivo de orgulho, desde seu "lindo berço, rincão Pacaraima".

Em segundo lugar, não se discute que a legislação do Estado de Roraima declarada constitucional pelo Pretório Excelso na ADI n° 5.895-RR não pode ser juridicamente questionada. Como é óbvio, a respetiva veneranda Decisão tem efeito vinculante.

Entretanto, nada permite que se obriguem os outros vinte e cinco Estados-membros e o Distrito Federal a cumprir legislação do Estado de Roraima, inda que declarada constitucional por decisão definitiva, dotada de efeito vinculante e proferida pelo Colendo Plenário do Egrégio Supremo Tribunal Federal.

O efeito vinculante de que é dotada a veneranda Decisão na ADI n° 5.895-RR implica a vedação jurídico-constitucional de o Poder Judiciário e o Poder Executivo recusarem cumprimento ou questionarem a higidez da Legislação roraimense dela objeto. Contudo, esse efeito vinculante não obriga o Estado do Rio de Janeiro a cumpri-la.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Numa Federação - inda que marcadamente centralizadora com a Brasileira -, a declaração de constitucionalidade com efeito vinculante de norma de um Estado-membro não tem o efeito de vincular os outros Estados-membros a obedecer a tal Legislação. O efeito vinculante significa, apenas, que não mais se pode juridicamente questionar, no âmbito espacial de validade da legislação objeto do controle abstrato de constitucionalidade, sua plena adequação à Lei Maior.

Além disso, ao julgar, em 27 de setembro de 2019, o mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.895-RR, o Egrégio Plenário do Colendo Supremo Tribunal Federal afirmou que:

"1. Ação Direta não conhecida em relação ao inciso I do art. 65 da Constituição do Estado de Roraima, pois sua inconstitucionalidade já foi declarada no julgamento da ADI 4.805, Relator Ministro LUIZ FUX. 2. Compete apenas à União (art. 22, I, c/c art. 85, parágrafo único, da CF) legislar sobre a definição de crimes de responsabilidade e sobre o processo e julgamento desses ilícitos. Essa competência foi exercitada pela edição da Lei Federal 1.079/1950, em grande parte recepcionada pela Constituição de 1988. (Enunciado 722 da Súmula do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, convertida na Súmula Vinculante 46). 3. No caso, são inconstitucionais os artigos 64 e 65, § 2º, da Constituição de Roraima, por afronta à competência legislativa da União para legislar sobre crimes de responsabilidade, seja tipificando os ilícitos ou disciplinando questões inerentes ao processo e ao julgamento. 4. A mera repetição, pela Assembleia Legislativa em seu Regimento Interno, da legislação federal de regência – tanto do regramento da Lei 1.079/1950, como do conteúdo prescrito pelo precedente firmado pela CORTE na ADPF 378-MC – denota uma coerente harmonização das normas sobre o funcionamento interno da Casa Legislativa na apuração dos crimes de responsabilidade do Governador e dos Secretários de Estado, o que não se confunde com a alegada invasão de competência legislativa da União." (grifos acrescidos)

Assim, o que fez a Augusta Assembleia Legislativa do Estado de Roraima foi, em seu Regimento Interno, meramente repetir a Lei federal nº 1.079/1950, que tipifica as condutas e rege o processo e julgamento por crime de responsabilidade. Ocorreu, nos termos do venerando Acórdão, "mera repetição".

Quanto à limitação da composição de comissão especial de *Impeachment* a um quarto da composição plenária da Augusta Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, há três problemas: a) o Regimento Interno do Augusto Parlamento roraimense não é lei em sentido formal a ponto de tornar-se obrigatório para outros Estados;

b) o Regimento Interno do Augusto Parlamento roraimense não é lei federal a ponto de tornar-se obrigatório para outros Estados;

c) como o Regimento Interno do Augusto Parlamento roraimense prevê que a Comissão Especial de *Impeachment* será composta por um quarto dos Membros do Parlamento, na Reclamada, ela teria dezoito Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais, o que implicaria deixar sete Partidos Políticos sem representação.

Sim, na Reclamada, como adiante se demonstrará, há vinte e cinco Partidos Políticos representados, motivo por que a limitação do número de Membros da Comissão Especial de



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Impeachment nos termos da legislação roraimense implicaria, na melhor das hipóteses, a exclusão de sete deles, o que, sem dúvida, violaria o comando insculpido no art. 19 da Lei federal nº 1.079/1950 de nela haver "representantes de todos os partidos". Além disso, nenhuma lei federal determina o número máximo de membros ou a fração da composição plenária que deva ser imposta a comissão especial de *Impeachment*. Todavia, a Lei federal determina que haja pelo menos um membro de cada partido político em comissão especial de *Impeachment*.

BLOCO PARLAMENTAR

No venerando Acórdão da ADPF nº 378-DF, há várias menções a "bloco parlamentar". Posto que a Augusta Câmara dos Deputados, composta por quinhentos e treze Excelentíssimos Senhores Deputados Federais, tenha organizado Blocos Parlamentares, o Parlamento fluminense não formou nenhum bloco parlamentar.

O bloco parlamentar é, em determinado Parlamento e durante determinada Legislatura, a reunião, perante o correspondente plenário e as respectivas comissões, de dois ou mais partidos políticos com a finalidade de aumentar a representatividade, perante a Casa Legislativa, de determinadas ideias políticas. Destarte, a instituição de bloco parlamentar é uma decisão de partidos políticos destinada a facilitar a consecução dos elevados objetivos políticos comuns no que tange as suas atividades finalísticas: a atuação política perante o plenário e as comissões.

Repita-se: na Reclamada, nesta 12ª Legislatura, pelo menos por ora, não há nenhum bloco parlamentar formado.

ESCOLHA DA COMISSÃO ESPECIAL

O insigne Reclamante impugna o Ato/E/GP/nº 41/2020, afirmando que ele violou o Verbete nº 46 da Súmula Vinculante na medida em que não determinou a "eleição" dos Excelentíssimos Senhores Deputados que ora compõem a Egrégia Comissão Especial do *Impeachment*.

Com o devido respeito, o Ato/E/GP/nº 41/2020, o qual expressamente menciona a Súmula Vinculante nº 46 e a legislação federal sobre *Impeachment*, cumpriu o art. 19 da Lei federal nº 1.079/1950 nos termos da ADPF nº 378-DF.

Como o venerando Acórdão da ADPF nº 378-DF tem quatrocentas e três páginas, destacar-se-ão os trechos que abordam a "forma de votação" para formação da comissão especial. Na página 2 do venerando Acórdão, lê-se:

"2. A cautelar incidental requerida diz respeito à forma de votação (secreta ou aberta) e ao tipo de candidatura (indicação pelo líder ou candidatura avulsa) dos membros da Comissão Especial na Câmara dos Deputados. A formação da referida Comissão foi questionada na inicial, ainda que sob outro prisma. Interpretação da inicial de modo a conferir maior efetividade ao pronunciamento judicial. Pedido cautelar incidental que pode ser recebido, inclusive, como aditamento à inicial. Inocorrência de violação ao princípio do juiz natural, pois a ADPF foi à livre distribuição e os pedidos da cautelar incidental são abrangidos pelos pleitos da inicial." (grifos acrescidos)

Por ora, observe-se que no precedente do Caso Dilma, a própria ADPF nº 378-DF, debateram-se, quanto à formação da comissão especial, duas questões: a) se, havendo votação para a comissão especial, ela seria aberta ou secreta; b) se seriam



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

permitidas candidaturas avulsas ou somente as indicadas pelos eminentes Líderes partidários.

Lendo mais, agora na página 5 do venerando Acórdão:

"4. NÃO É POSSÍVEL A APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS OU CHAPAS AVULSAS PARA FORMAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL (CAUTELAR INCIDENTAL): É incompatível com o art. 58, caput e § 1º, da Constituição que os representantes dos partidos políticos ou blocos parlamentares deixem de ser indicados pelos líderes, na forma do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para serem escolhidos de fora para dentro, pelo Plenário, em violação à autonomia partidária. Em rigor, portanto, a hipótese não é de eleição. Para o rito de *Impeachment* em curso, contudo, não se considera inválida a realização de eleição pelo Plenário da Câmara, desde que limitada, tal como ocorreu no caso Collor, a ratificar ou não as indicações feitas pelos líderes dos partidos ou blocos, isto é, sem abertura para candidaturas ou chapas avulsas. Procedência do pedido.

5. A VOTAÇÃO PARA FORMAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL SOMENTE PODE SE DAR POR VOTO ABERTO (CAUTELAR INCIDENTAL): No *Impeachment*, todas as votações devem ser abertas, de modo a permitir maior transparência, controle dos representantes e legitimação do processo. No silêncio da Constituição, da Lei nº 1.079/1950 e do Regimento Interno sobre a forma de votação, não é admissível que o Presidente da Câmara dos Deputados possa, por decisão unipessoal e discricionária, estender hipótese inespecífica de votação secreta prevista no RI/CD, por analogia, à eleição para a Comissão Especial de *Impeachment*. Em uma democracia, a regra é a publicidade das votações. O escrutínio secreto somente pode ter lugar em hipóteses excepcionais e especificamente previstas. Além disso, o sigilo do escrutínio é incompatível com a natureza e a gravidade do processo por crime de responsabilidade. Em processo de tamanha magnitude, que pode levar o Presidente a ser afastado e perder o mandato, é preciso garantir o maior grau de transparência e publicidade possível. Nesse caso, não se pode invocar como justificativa para o voto secreto a necessidade de garantir a liberdade e independência dos congressistas, afastando a possibilidade de ingerências indevidas. Se a votação secreta pode ser capaz de afastar determinadas pressões, ao mesmo tempo, ela enfraquece o controle popular sobre os representantes, em violação aos princípios democrático, representativo e republicano. Por fim, a votação aberta (simbólica) foi adotada para a composição da Comissão Especial no processo de *Impeachment* de Collor, de modo que a manutenção do mesmo rito seguido em 1992 contribui para a segurança jurídica e a previsibilidade do procedimento." (grifos acrescidos)

Aqui, o ponto essencial: os representantes de cada Partido Político na Comissão Especial devem ser indicados pelos respetivos Líderes o que permite concluir que, nos termos do venerando Acórdão, em "rigor, portanto, a hipótese não é de eleição". Em verdade, se fosse permitida uma rigorosa eleição dos membros da Comissão Especial, partidos políticos com pequenas bancadas poderiam ser derrotados e seus membros



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

rejeitados, o que, novamente nos termos do venerando Acórdão, implicaria "violação à autonomia partidária".

Lendo um pouco mais, depara-se na página 10 do venerando Acórdão:

"12. Cautelar incidental (candidatura avulsa): concessão integral para declarar que não é possível a formação da comissão especial a partir de candidaturas avulsas, de modo que eventual eleição pelo Plenário da Câmara limite-se a confirmar ou não as indicações feitas pelos líderes dos partidos ou blocos; e 13. Cautelar incidental (forma de votação): concessão integral para reconhecer que, havendo votação para a formação da comissão especial do *Impeachment*, esta somente pode se dar por escrutínio aberto." (grifos acrescidos)

Na página 12 do venerando Acórdão, mais uma vez se reafirma que, havendo votação para formação da comissão especial, além de o escrutínio dever ser aberto não se admitirão candidaturas avulsas. Confira-se:

"Quanto à cautelar incidental (candidatura avulsa), por maioria, em deferir integralmente o pedido para declarar que não é possível a formação de comissão especial a partir de candidaturas avulsas, vencidos os Ministros Edson Fachin (Relator), Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Celso de Mello. Quanto à cautelar incidental (forma de votação), por maioria, em deferir integralmente o pedido para reconhecer que a eleição da comissão especial somente pode se dar por voto aberto, vencidos os Ministros Edson Fachin (Relator), Teori Zavascki, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Celso de Mello." (grifos acrescidos)

Nas páginas 27 e 28, leem-se os seguintes trechos essenciais à compreensão histórica do venerando Acórdão:

Em 09.12.2015, em virtude da concessão do pedido liminar, a Presidência da Câmara dos Deputados prestou informações complementares e requereu a imediata revogação da liminar (eDOC 51), aduzindo que: (...)

e) em virtude da ausência de pacificação nas bancadas no tocante às indicações oficiais dos partidos, a Presidência da Câmara adiou a votação dos integrantes da comissão especial, estabelecendo as regras para que as candidaturas avulsas fossem registradas, tendo como parâmetro os artigos 7º, inciso I e 8º do RICD;

f) nesse sentido, os deputados que desejassem concorrer deveriam registrar chapas com pelo menos 33 integrantes (metade mais um da composição da comissão especial, respeitando-se a proporcionalidade das bancadas e o número de vagas destinadas a cada partido). Caso fossem registradas chapas incompletas, far-se-ia eleição suplementar para o preenchimento das vagas restantes;

g) formaram-se duas chapas: uma constituída com os candidatos indicados pelos líderes de partidos e de blocos parlamentares e outra integrada por candidatos avulsos;" (grifos acrescidos)

Chega-se, finalmente, ao ponto crucial para que se compreenda o quadro fático do venerando e célebre Acórdão da ADPF nº 378-DF: no Caso Dilma, havia conflito interno nas bancadas partidárias e, por força de tais desavenças, o então Presidente da Augusta Câmara dos Deputados editou regras sobre composição de chapas, admitindo candidaturas avulsas.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Todavia, na Reclamada, a composição da Comissão Especial do processo de *Impeachment* transcorreu em total harmonia, cabendo a cada Líder indicar o representante do respectivo Partido Político. Não ocorreram conflitos partidários, não houve registros de chapas nem candidatos avulsos.

Nas páginas 87 e 88 do venerando Acórdão, lê-se:

"Isso porque a escolha de membros dessa comissão deve respeitar os preceitos constitucionais e legais, especialmente o sufrágio e a participação de todos os partidos. No caso, seja a indicação feita por líderes a ser submetida à votação perante o Plenário da Câmara dos Deputados, seja a concorrência entre chapas oficial e avulsa, ambas as formas satisfazem os critérios formativos da comissão." (grifos acrescentados)

Assim como já se destacara no trecho da página 10 do venerando Acórdão, a indicação dos membros da Egrégia Comissão Especial por Líderes é, de novo, reputada constitucional.

Entretanto, o art. 19 da Lei federal nº 1.079/1950 tem a seguinte redação:

"Art. 19 Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma." (grifou-se)

Então, como essa tal "eleição" deve ser feita? Consulte-se, então, as páginas 139 e 140 do venerando Acórdão:

'Eleita' pode ter dois sentidos: 'sujeita à votação', ou pode ter o sentido de 'escolhida' - Comissão Especial escolhida. Eu até fui ao Aurélio hoje pela manhã, e a primeira acepção de 'eleita' é 'escolhida', não é 'votada'. Portanto, essa é uma acepção possível, e não só é uma acepção possível, como é a única que faz sentido. Por que ela é a única que faz sentido? É que não há lógica que possa sustentar que os candidatos do partido 'A' que vão integrar a Comissão Especial sejam escolhidos não pelo partido 'A', que eles vão representar, mas pelo Plenário. Não! A indicação tem que ser pelos líderes. Você não pode ter o representante de um partido em uma Comissão eleito pelo Plenário."

Repita-se: o vocábulo "eleita" significa "escolhida"; escolhida pelos Líderes. Simplesmente, não se pode correr o risco de submeter-se a um plenário de Casa Legislativa a aprovação de indicações partidárias: se isso acontecesse, um partido político minoritário jamaiz escolheria seus membros nas mais importantes comissões parlamentares, marcadamente na Comissão Especial de *Impeachment*. Como cada partido político, com grande ou minúscula bancada, tem direito a indicar seu representante em comissão especial de *Impeachment*, admitir-se votação pelo respectivo plenário implicaria tolerar que um partido político minoritário não conseguiria indicar o membro que elegeisse - que escolhesse - para tão importante comissão. A eleição da comissão especial significa, assim, escolha; a escolha se dá pelos respectivos Líderes. Na página 175 do venerando Acórdão decorrente do julgamento de mérito da célebre ADPF nº 378-DF, a dúvida é, finalmente, sepultada:

"62. A partir dessa premissa é que se deve examinar o art. 19 da Lei nº 1.079/1950, que prevê uma "comissão especial eleita" para emissão de parecer no rito de *Impeachment* na Câmara dos Deputados. Restam, assim, duas interpretações possíveis



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

acerca do preceito legal: (i) a expressão 'eleita', nele prevista, implica comissão aprovada por votação do Plenário da Casa, destinada a validar ou não a indicação apresentada pelos líderes partidários; ou, o que me parece mais adequado, (ii) 'eleita' significa apenas escolhida, de maneira que a formação da comissão de *Impeachment* segue, por completo, o regramento padrão do RI/CD, que é de designação dos membros das Comissões pelos líderes.

63. Não há sentido na primeira interpretação. Não pode caber ao Plenário da Casa Legislativa escolher os representantes dos partidos ou blocos parlamentares. Tal mecanismo enfraqueceria, sobremaneira, a autonomia partidária e a garantia constitucional de representação proporcional dos partidos nas comissões. Logo, eleita deve significar escolhida, que é, aliás, uma das acepções léxicas possíveis. Portanto, esta é a interpretação que se entende correta e que se propõe seja adotada daqui por diante." (grifos acrescidos)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA NA COMISSÃO ESPECIAL
Relembre-se, inda mais uma vez, o teor do art. 19 da Lei federal nº 1.079/1950:

"Art. 19 Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma." (grifos acrescidos)

A Lei federal nº 1.079/1950 exige que a Comissão Especial do *Impeachment* seja composta por representantes de todos os Partidos Políticos da respectiva Casa Legislativa.

A Reclamada é, em obediência ao comando insculpido no caput do art. 27 da Constituição da República, composta por setenta Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais, os quais são filiados a vinte e cinco diferentes Partidos Políticos.

Fixada a premissa de que o número de Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais é norma estabelecida na Constituição da República, confira-se, de acordo com documento oficial da Secretaria Geral da Mesa Diretora, a composição partidária da Reclamada:

(...)

A fim de que se cumpra a regra de um representante por partido político em comissão especial de *Impeachment*, na Reclamada, ela terá, no mínimo, vinte e cinco Membros, porque, atualmente, há vinte e cinco Partidos Políticos nela representados.

Ocorre que o multicitado Acórdão decorrente do julgamento da ADPF nº 378-DF também determinou a representação de todos os partidos políticos de uma Casa Legislativa em comissão especial de *Impeachment*.

Na página 87 do venerando Acórdão, leem-se:

"Posto isso, extrai-se do diploma legal dois critérios formativos no que se refere à comissão especial: (i) a eleição de seus membros integrantes; e (ii) a participação em sua composição de representantes de todos os partidos políticos, observada a proporção partidária.

(...)

Isso porque a escolha de membros dessa comissão deve respeitar os preceitos constitucionais e legais, especialmente o sufrágio e a participação de todos os partidos." (grifos acrescidos)



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Em primeiro lugar, se todos os partidos políticos representados numa Casa Legislativa têm direito a vaga em comissão especial de *Impeachment*, não se pode, previamente, determinar nenhuma fração ou número máximo de tal comissão especial.

Em segundo lugar, a Lei federal nº 1.079 foi publicada em 12 de abril de 1950. Como ela foi promulgada entre 1º de fevereiro de 1947 e 31 de janeiro de 1951, o início de sua vigência ocorreu durante a trigésima oitava Legislatura da Augusta Câmara dos Deputados.

Na pré-falada trigésima oitava Legislatura da Augusta Câmara dos Deputados, havia trezentos e cinco Excelentíssimos Senhores Deputados Federais divididos, naquela época, entre dez Partidos Políticos. Considerada tal composição político-partidária, a garantia de pelo menos um Membro de cada Partido Político em comissão especial de *Impeachment* talvez implicasse composição menor do que a necessária na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Em terceiro lugar, a Lei federal não determina o número máximo de membros ou a fração da composição plenária que deva ser imposta a comissão especial de *Impeachment*. Todavia, a Lei federal determina que haja pelo menos um membro de cada partido político em comissão especial de *Impeachment*.

Em quarto lugar, é democrático que se assegure a cada partido político representado em uma Casa Legislativa uma vaga em comissão especial de *Impeachment*. Se não fosse assim, seriam justamente os partidos políticos com menores bancadas que não teriam acesso a tal comissão especial, porque, evidentemente, ela seria partilhada apenas entre os grandes partidos políticos.

É importante observar-se que tal partilha exclusiva entre grandes partidos políticos ocorreria se houvesse eleição dos membros da comissão especial pelo respetivo plenário ou se fosse adotado estrito critério de proporcionalidade. Repita-se: ambos os argumentos tão rigidamente defendidos pelo Reclamante implicariam, sempre, a lesão ao direito dos pequenos partidos políticos de serem representados em comissão especial de *Impeachment*.

PROPORCIONALIDADE PARTIDÁRIA NA COMISSÃO

De novo, relembre-se o teor do multicitado art. 19 da Lei federal nº 1.079/1950:

"Art. 19 Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma." (grifos acrescidos)

Literalmente, além de um representante por partido político, cada comissão especial deveria espelhar a composição plenária da respetiva Casa Legislativa. Com o devido respeito e acatamento, essa interpretação, além de ser literal, anula completamente a regra constitucional pertinente.

Consulte-se, em primeiro lugar, o parágrafo único do art. 40 da Constituição da República de 1946, vigente quando foi publicada a Lei federal nº 1.079/1950:

"Art. 40

Parágrafo único - Na constituição das Comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos nacionais que participem da respectiva Câmara." (grifos acrescidos)



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Confira-se, agora, o § 1º do art. 58 da Constituição da República de 1988:

"Art. 58 § 1º Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa." (grifos acrescidos)

É comezinho que se interpreta uma lei - mesmo uma Lei federal - à luz da Constituição da República e nunca o contrário. Assim, quer se analise a Constituição da República de 1946, vigente na época da publicação da Lei federal nº 1.079/1950, quer se considere a atual Constituição da República de 1988, o comando legal de respeito à proporcionalidade partidária é podado pela determinação constitucional de que isso se dê "tanto quanto possível".

Aliás, a questão da cláusula "tanto quanto possível", inscrita na Lei Maior, não é exclusividade brasileira. Ela é tão rotineira nos Parlamentos mundiais que se a pode encontrar, por exemplo, no Regimento Interno do Augusto Parlamento Europeu, literalmente em português, um dos idiomas oficiais da União Europeia. Confirase em

https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/RULES-9-2019-07-02-RULE-209_PT.html:

"Artigo 209º: Composição das comissões 1. 2. A composição das comissões deve refletir, tanto quanto possível, a composição do Parlamento. A distribuição dos lugares nas comissões entre os grupos políticos deve corresponder ao número inteiro imediatamente superior ou inferior ao resultado do cálculo proporcional. Se não houver acordo entre os grupos políticos quanto à sua proporção numa ou mais comissões específicas, a Conferência dos Presidentes decide da distribuição." (grifos acrescidos)

No caso da Reclamada, já se demonstrou que a composição da Comissão Especial é de vinte e cinco Excelentíssimos Senhores Deputados, porque vinte e cinco Partidos Políticos nela são representados. Considerando-se que o Colendo Plenário da Reclamada conta com setenta Parlamentares, a Comissão Especial já representa 35,7% da composição plenária do Parlamento fluminense.

A busca obsessiva pela irretocável proporcionalidade aritmética, além de ignorar a expressão constitucional "tanto quanto possível", implicaria a composição da Comissão Especial com número de Membros perto da totalidade da Casa Legislativa fluminense, ora Reclamada.

Neste passo, inda mais uma vez, é necessário reler-se o art. 19 da Lei federal nº 1.079/1950:

"Art. 19 Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma." (grifou-se)

Com o devido respeito, por que uma comissão destinada a opinar - isto é, a emitir parecer - sobre uma denúncia por crime de responsabilidade precisa ser tão grande a ponto de ultrapassar 35,7% da composição plenária do Parlamento fluminense? Simplesmente, não precisa!



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Pelo exposto, considerados os vinte e cinco Partidos Políticos representados na Reclamada, a imposição legal de um representante de cada Partido Político na Comissão Especial do *Impeachment*, a composição plenária constitucionalmente imposta de setenta Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais e, finalmente, a cláusula constitucional do "tanto quanto possível", a única solução juridicamente possível era a composição da Comissão Especial na Reclamada com vinte e cinco Membros.

PERICULUM IN MORA

Sendo a atribuição da Comissão Especial, cuja composição ora se impugna, apenas a de oferecer parecer sobre a Denúncia por crime de responsabilidade, a apresentação de Defesa pelo Reclamante não lhe pode trazer nenhum prejuízo. Em qualquer hipótese, o Egrégio Plenário da Reclamada terá a mesma composição e ele - somente ele - pode determinar o prosseguimento do processo, motivo por que não há, com o devido respeito, *periculum in mora* que justifique a concessão da liminar ora requerida.

SÍNTESE DOS ARGUMENTOS DO INSIGNE RECLAMANTE

Nos parágrafos n° 38 a n° 48, o insigne Reclamante insiste, citando parte do venerando Acórdão da ADPF n° 378-DF, em que o Pretório Excelso, por força do Caso Collor, decidiu no sentido de a comissão especial de *Impeachment* ser formalmente eleita, isto é, submetida a processo de aprovação pela maioria do plenário do eventual parlamento. É necessário, todavia, reler-se o trecho específico, páginas 87 e 88, do venerando Acórdão:

"Isso porque a escolha de membros dessa comissão deve respeitar os preceitos constitucionais e legais, especialmente o sufrágio e a participação de todos os partidos. No caso, seja a indicação feita por líderes a ser submetida à votação perante o Plenário da Câmara dos Deputados, seja a concorrência entre chapas oficial e avulsa, ambas as formas satisfazem os critérios formativos da comissão." (grifos acrescidos)

Repita-se: "ambas as formas satisfazem".

Nos parágrafos n° 52 a n° 58, o insigne Reclamante insiste, invocando exclusivamente o art. 19 da Lei federal n° 1.079/1950, em que deve haver estrita proporcionalidade na composição de comissão especial de *Impeachment*. Contudo, a "clivagem constitucional", nos termos da preciosa Inicial, impõe a leitura do pré-falado art. 19 - e, por conseguinte, a determinação de proporcionalidade - segundo o art. 58, § 1°, da Constituição da República:

"Art. 58 § 1° Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa." (grifos acrescidos)

Repita-se: "tanto quanto possível".

Por fim, além de a proporcionalidade dever ser respeitada tanto quanto possível, é necessário identificar-se quem seria o titular do direito subjetivo de maior representação na Comissão Especial do *Impeachment* da Reclamada.

Os célebres Partidos Políticos PSL, PSOL e DEM, mencionados pelo ínclito Reclamante, não impugnaram a forma de composição da Comissão Especial, sem embargo, segundo o



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

insigne Reclamante, de as prerrogativas de tais agremiações partidárias terem sido lesadas. Com o devido respeito, não cabe ao erudito Reclamante vindicar em nome próprio suposto direito alheio.

Repita-se: direito alheio (...).”

A Procuradoria Geral da ALERJ conclui sua resposta à Reclamação Constitucional em apreço, requerendo o indeferimento da Medida Cautelar pretendida pelo denunciado e, no mérito, a declaração de improcedência integral do pedido.

XI – DA DECISÃO DO EMINENTE MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DIAS TOFFOLI QUE DEFERIU O PEDIDO LIMINAR NO ÂMBITO DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL

No dia 27 de julho de 2020, o Exmo. Sr. Dias Toffoli, Ministro do Supremo Tribunal Federal, à época presidente da Suprema Corte brasileira, respondendo pelo plantão judiciário daquela elevada Corte, proferiu decisão liminar sobre a Reclamação Constitucional ajuizada pelo denunciado naquela Corte Constitucional, que doravante passo a citar:

“(...)

Decisão:

Vistos.

Trata-se de reclamação constitucional, com pedido de tutela provisória de urgência, ajuizada por Wilson José Witzel em face de um conjunto de atos administrativos da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ, pelo Presidente da Comissão Especial de impeachment do Processo nº 5.328/20 – ALERJ, pelo Relator da Comissão Especial de impeachment do Processo nº 5.328/20, de pronunciamento unipessoal do Desembargador Elton Martinez Carvalho Leme, Relator do Mandado de Segurança nº 0045844-70.2020.8.19.0000, em trâmite perante o Órgão Especial do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por suposta violação ao enunciado nº 46 da Súmula Vinculante e às autoridades das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 378-MC/DF e da ADI 5.835/RR. O reclamante diz que “[e]m 27.5.2020, o Exmo. Deputado Estadual Sr. Luiz Paulo Correa da Rocha e a Exma. Deputada Estadual Sra. Lúcia Helena Pinto ofereceram denúncias perante a ALERJ contra [si]. A primeira, foi distribuída sob o nº 5.328/2020, e a segunda, apensada à primeira, sob o nº 5.360/2020, ambas com fundamento nos arts. 4º, V, 9º, VII, 74 a 79, todos da Lei nº 1.079/1950.”

Afirma que “[t]ais processos ficaram com prazo de defesa suspenso até o dia 3.7.2020, sexta-feira (doc.3). Isso em razão, segundo entende, com de base em 2 (dois) relevantes motivos: i) a ALERJ deveria informar o rito processual a ser adotado para



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

julgamentos dos Processos Administrativos de n^{os} 5328/2020 (principal) e 5360/2020 (apenso); e (ii) deveriam ser acostados aos autos os documentos que motivaram as denúncias, para somente então ser avaliada a pertinência ou não do prosseguimento dos gravíssimos processos políticos administrativos (o principal e o apenso).”

Informa que “[s]obre o item (ii), em sessão posterior, o eminente relator da Comissão Especial de Impeachment, para evitar coação ilegal (CPP, art. 648, I), solicitou ao STJ o compartilhamento da documentação relativa à medida cautelar de produção antecipada de provas. Esse pedido, no entanto, foi indeferido pelo Ministro Benedito Gonçalves (doc. 3), o que não impediu o procedimento de anomalmente retomar seu curso.”

Alega que “[...] sobre o item (i), o reclamante se surpreendeu, ao pesquisar nos Diários Oficiais do Estado do Rio de Janeiro e ali constatar, então, que a ALERJ já tinha definido o rito de prosseguimento das denúncias e que alguns atos dessa liturgia ad hoc já tinham sido praticados de forma inidônea, porque destoantes do rito fixado por esta e. Corte para o processo de impeachment (ADPF 378 e da ADI 5.895), a partir da lei 1.079/50, cuja disciplina é de competência exclusiva da União Federal (SV 46).”

O autor aduz que “[a] Comissão Especial de Impeachment foi instituída pela simples indicação de líderes partidários, sem qualquer posterior votação (aberta, ainda que simbólica, veiculada no Diário Oficial) [...]”

Assevera que “a formação da Comissão Especial desrespeitou por completo a regra da proporcionalidade partidária, tendo em vista que cada partido teve direito a indicar um membro. Com isso, partidos restaram sub representados (aqueles com as maiores bancadas, mas com apenas um representante na Comissão Especial), enquanto outros, de bancadas pequenas, foram super-representados, com artificial desvirtuamento das próprias forças políticas no Parlamento.”

Relata que “por meio do mandado de segurança, deduziu, inicialmente, pedidos de urgência, a fim de que o Órgão Especial do e. Tribunal a quo suspendesse ou anulasse os referidos atos ilegais, praticados pela Alerj em total descumprimento à autoridade decisória de precedentes vinculados desta Suprema Corte e do rito a ser compulsoriamente observado em tema de crime de responsabilidade.”

Expõe que “[...] o Ilustre Desembargador Relator, também indicado como autoridade reclamada, indeferiu o pedido de medida liminar ali formulado, chancelando, assim, ele próprio, os descumprimentos dos comandos deste Supremo Tribunal Federal realizados pelo Poder Legislativo.”

Argumenta “[...] que se mostra viável a presente reclamação (movida contra decisão judicial e também contra atos praticados pela ALERJ na tramitação do processo de impeachment) sendo plenamente legítimos os pedidos nela veiculados, já acolhidos por esta Suprema Corte em outras reclamações movidas em contexto em tudo idêntico, considerado o desrespeito à SV 46 e aos julgamentos vinculantes proferidos na ADPF 378 e na ADI 5.895.”

O reclamante sustenta a presença dos pressupostos para a concessão da tutela provisória de urgência. No mérito, requer a procedência do pedido para que “seja desconstituída a



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Comissão Especial formada no âmbito da ALERJ (Processo Administrativo nº 5.328/2020 e Processo Administrativo nº 5.360), com a anulação de todos os eventuais atos por ela praticados, determinando-se a formação de outra em seu lugar, agora com observância dos parâmetros vinculantes desta Corte e da Lei Federal específica, ou seja, com representantes que correspondam tanto quanto possível à proporcionalidade partidária e apenas após a votação em plenário dos nomes apresentados pelos respectivos líderes, ainda que o escrutínio seja feito de modo simbólico, comunicando-se com urgência as autoridades reclamadas”.

Em 23/07/2020, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro prestou, voluntariamente, informações nos autos, ocasião em que defendeu o respeito à Lei federal 1.059/1950 e ao julgado desta Corte na ADPF 307. Informa que “o Parlamento fluminense não formou nenhum bloco parlamentar” e que “[n]o caso da Reclamada, (...) a composição da Comissão Especial é de vinte e cinco Excelentíssimos Senhores Deputados, porque vinte e cinco Partidos Políticos nela são representados. Considerando-se que o Colendo Plenário da Reclamada conta com setenta Parlamentares, a Comissão Especial já representa 35,7% da composição plenária do Parlamento fluminense.

A busca obsessiva pela irretocável proporcionalidade aritmética, além de ignorar a expressão constitucional ‘tanto quanto possível’, implicaria a composição da Comissão Especial com número de Membros perto da totalidade da Casa Legislativa fluminense (...).”

Quanto ao argumento de necessidade de eleição da comissão especial, defende que, nos termos do julgamento da ADPF 378-MC, “[a] eleição da comissão especial significa, assim, escolha; escolha se dá pelos respectivos Líderes.”

Por fim, pugnam pelo “indeferimento da medida liminar e, no mérito, a declaração de integral improcedência do pedido”.

É o relato do necessário. Decido.

Preliminarmente, assento a competência desta Suprema Corte para processar e julgar a presente reclamação constitucional.

A reclamação constitucional é ação cabível para garantir a observância de súmula vinculante e do conteúdo da decisão proferida em controle abstrato de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. (Nesse sentido: MITIDIERO, Daniel. Precedentes – da Persuasão à vinculação. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. p.108; CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. Os precedentes fortes e as técnicas para garantir soluções jurídicas iguais para casos iguais. Dissertação - Mestrado em Direito – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 424; MONNERAT, Fábio Victor da Fonte. Súmulas e precedentes qualificados. Saraiva: São Paulo, 2019, p. 469-470).

Estando em jogo a desatenção quanto às regras que conformam o processo de impeachment, versadas em enunciado da Súmula Vinculante da Suprema Corte, revela-se adequado o cabimento da reclamação constitucional para a preservação da autoridade dos julgados da Suprema Corte (Nesse sentido: Rcl 38.371/PR, relatoria do Ministro Roberto Barroso; Rcl 24.727/PA, da minha relatoria; Rcl 40.561/RS, relatoria do Ministro Edson Fachin).



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

De acordo com o Professor Pedro Miranda de Oliveira, “[o] efeito vinculante da súmula pode ser visto como uma consequência do respeito à estrutura hierárquica do Poder Judiciário, e não de limitação à liberdade de convencimento dos juízes de primeiro e segundo graus. Afinal, em última análise, a função do Supremo Tribunal Federal é, precipuamente, ser o fiel guardião da Constituição Federal. O Supremo é a máxima instância de superposição em relação todos os órgãos de jurisdição.” (OLIVEIRA, Pedro Miranda de. *Novíssimo sistema recursal conforme o CPC/2015*. 3ª ed. Empório do Direito: Florianópolis, 2017. p.257)

O autor aponta como paradigma de confronto na presente reclamação constitucional o verbete do enunciado nº 46 da Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal, cuja redação transcrevo:

“A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União.”

Como é sabido, o procedimento de edição de súmula vinculante por esta Suprema Corte pressupõe “reiteradas decisões sobre matéria constitucional” (art. 103-A, caput, da Carta da República) e, portanto, o alcance de sua eficácia em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta perpassa pela compreensão do conteúdo decisório anterior da jurisprudência desta Suprema Corte acerca do tema constitucional.

No ato de subsunção do enunciado sumular é necessário analisar as razões de decidir dos julgados que deram ensejo a sua edição, lançando um olhar sobre as questões de fato e de direito examinadas nos precedentes. Mas faz-se imprescindível também voltar os olhos para as decisões subseqüentes que aplicaram o verbete. Nesse sentido, é importante a lição do Professor Ronaldo Cramer ao ponderar que “[...] a tese jurídica sintetizada pela súmula deve ser compreendida não só a partir do precedente que a criou, mas também das decisões posteriores.” (CRAMER, Ronaldo. *A súmula e o sistema de precedentes no CPC*. In: NUNES, Dierle, MENDES, Aluísio, JAYME, Fernando Gonzaga (org). *A nova aplicação da jurisprudência e precedentes no Código de Processo Civil/2015: estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 972).

O paradigma evocado deriva de proposta de conversão do enunciado nº 722 da súmula da jurisprudência dominante em enunciado com força vinculante, aprovada nos autos da PSV nº 106, na qual o Ministro Presidente Ricardo Lewandowski consignou que:

“Mesmo após a edição da Súmula 722-STF, ocorrida em novembro de 2003, este Tribunal – seja por meio de seus órgãos colegiados, seja pela atuação individual de seus membros – tem se debruçado diversas vezes quanto ao tema ora em debate, sobretudo em razão da permanente insistência de Estados membros e Municípios em caracterizar uma série de novas condutas como crimes de responsabilidade.” a oportunidade, ressaltou-se manifestação do Ministro Celso de Mello, no RE nº 367.297/SP, após ressalva de posicionamento individual, *in verbis*:



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

‘A orientação consolidada na Súmula 722/STF, hoje prevalecente na jurisprudência desta Suprema Corte, conduz ao reconhecimento de que não assiste, ao Estado-membro e ao Município, mediante regramento normativo próprio, competência para definir tanto os crimes de responsabilidade (ainda que sob a denominação de infrações administrativas ou político-administrativas) quanto o respectivo procedimento ritual:

(...)

Cabe assinalar que têm sido reiteradas as decisões proferidas por esta Suprema Corte, cujo magistério jurisprudencial se orienta - considerados os precedentes mencionados - no sentido da impossibilidade de outros entes políticos, que não a União, editarem normas definidoras de crimes de responsabilidade, ainda que sob a designação formal de infrações político-administrativas ou infrações administrativas:

(...)

O que me parece incontroverso, no entanto, a partir da edição da Súmula 722/STF, é que resultou superada, agora, prestigiosa corrente doutrinária (PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO, 'O Impeachment', p. 88/112, 2ª ed., 1992, Saraiva; JOSÉ AFONSO DA SILVA, 'Curso de Direito Constitucional Positivo', p. 629/630, 32ª ed., 2009, Malheiros; HELY LOPES MEIRELLES, 'Direito Municipal Brasileiro', p. 805, 16ª ed., item n. 4.2.1, 2008, Malheiros), que admite a possibilidade de os Estados-membros ou os Municípios definirem, eles próprios, os modelos tipificadores dos impropriamente denominados crimes de responsabilidade.

O Estado-membro e o Município, portanto, considerada a jurisprudência predominante nesta Suprema Corte, não dispõem de competência para estabelecer normas definidoras de crimes de responsabilidade (ainda que sob a designação de infrações administrativas ou político-administrativas), bem assim para disciplinar o respectivo procedimento ritual.’

Ainda nesse sentido, rememoro a ADI nº 2.220/SP, julgada procedente na parte conhecida para, com fundamento no art. 85 da Lei Maior, declarar a inconstitucionalidade de dispositivos da Constituição do Estado de São Paulo que pretendiam regulamentar a definição, o processo e o julgamento de crimes de responsabilidade, assim ementada na parte de interesse:

“2. A definição das condutas típicas configuradoras do crime de responsabilidade e o estabelecimento de regras que disciplinem o processo e julgamento das agentes políticos federais, estaduais ou municipais envolvidos são da competência legislativa privativa da União e devem ser tratados em lei nacional especial (art. 85 da Constituição da República). Precedentes.” (ADI nº 2.220/SP, Rel. Min. Carmen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe de 7/12/2011).

É convencional o conhecimento de que, em sua acepção moderna, o princípio republicano se concretiza pela presença de três elementos característicos: a eletividade dos governantes, a temporariedade dos mandatos e a responsabilidade dos agentes públicos. De fato, a responsabilidade dos governantes traduz-se em uma das pedras angulares essenciais à forma de governo republicana pensada pelos norte-americanos quando da fundação daquele país. Na verdade, a ideia de que tal princípio envolvia o elemento da responsabilização dos governantes já contava das famosas Notas de Thomas Jefferson sobre a



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

ciência do governo republicado que tanto influenciaram seus compatriotas (GISH, Dustin; KLINGHARD, Daniel. *Thomas Jefferson and the science of republican government: a political biography of notes on the State of Virginia*. Cambridge University Press. Cambridge: 2017, p. 200 e ss.) No Brasil, o princípio republicano tem recebido uma compreensão equivalente. Tal princípio, ao lado do princípio democrático e do princípio federativo, integra o núcleo essencial de nossa Constituição (LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Reflexões em torno do Princípio Republicano. In: Carlos Mário da Silva Velloso e outros (Coord.), *Princípios Constitucionais Fundamentais. Estudos em Homenagem ao Professor Ives Gandra da Silva Martins*, 2001 p. 375).

De fato, em nosso sistema constitucional a feição do princípio republicano também exprime a ideia de que todos os agentes públicos são igualmente responsáveis perante a lei, entendimento este reverenciado por esta Suprema Corte em diversos precedentes importantes, inclusive naqueles evocados pelo reclamante.

Embora corolário do princípio republicano, o impeachment é uma experiência gravíssima em uma democracia constitucional (Nesse sentido, conferir: TRIBE, Laurence; MATZ, Joshua. *To end a Presidency : the power of impeachment*. New York: Basic Book, 2019; SUNSTEIN, Cass. *Impeachment – a citizen’s guide*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2017). É por essa razão que o processo de impeachment se reveste de caráter de excepcionalidade em sistemas constitucionais presidencialistas. Exatamente por isso a realização de um processo de impeachment precisa guardar a higidez constitucional e legal em relação ao seu procedimento.

Ressalte-se, nesse sentido, diversos precedentes desta Corte que, em sede de Reclamação, analisou exatamente a não observância, em processos de impeachment, do rito previsto na legislação federal e no julgamento da ADPF 378. Nesse sentido: Rcl 38.371 MC/PR, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe 17/12/19; Rcl 24.727/PA, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe 7/5/18; Rcl 31.850/PB, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe 14/11/18.

Na presente reclamação constitucional, indica-se como violada autoridade do pronunciamento formalizado na decisão cautelar na ADPF nº 378/DF, por meio da qual esta Corte realizou verdadeira filtragem constitucional da Lei nº 1.079/50. Confira-se a ementa que recebeu esse julgado, na parte de interesse:

“3. A PROPORCIONALIDADE NA FORMAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PODE SER AFERIDA EM RELAÇÃO A BLOCOS [...]: (i) a possibilidade de se assegurar a representatividade por bloco (art. 58, §1º) e (ii) a delegação da matéria ao Regimento Interno da Câmara (art. 58, caput). A opção pela aferição da proporcionalidade por bloco foi feita e vem sendo aplicada reiteradamente pela Câmara dos Deputados na formação de suas diversas Comissões, tendo sido seguida, inclusive, no caso Collor. Improcedência do pedido. (Rel. Min. Edson Fachin, Rel. P/ acórdão Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, DJe de 8/3/2016, grifei).

Com efeito, a Constituição de 1988 estabelece, em seu art. 58, § 1º, a necessidade de se respeitar a representatividade proporcional nas Comissões. Vide:



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

“Art. 58 (...) § 1º Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.”

No mesmo sentido estabelece o art. 19 da Lei 1.079/50, especificamente quanto à formação da comissão especial:

“Art. 19. Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma.”

No julgamento da ADPF 378-MC, decidiu-se que, em razão das elevadas funções exercidas, a deliberação institucional para escolha dos membros da comissão especial deveria observar a representação proporcional dos partidos políticos ou blocos parlamentares, assegurando-se, na medida do possível, a dinâmica das forças políticas na proporção que ocupem no Parlamento.

Conforme assentado por esta Corte, a comissão especial deve revelar em sua composição a representação proporcional do ambiente parlamentar. Nesse sentido, fui expresso em meu voto no julgamento da ADPF 378 MC, quando destaquei:

“(...) O que a Constituição exige é a proporcionalidade, que se respeite a proporcionalidade partidária.

(...)

Partidária ou de bloco. A questão se a vaga vai ser do a ou do b na eleição, eu penso que é uma questão *interna corporis* da Câmara dos Deputados. O que não se pode ter aqui é uma comissão que seja eleita com desrespeito à proporção prevista na Constituição.”

No presente caso, a forma de composição da comissão especial no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, formada por um representante de cada legenda, inovou o processo para apuração de responsabilidade política previsto no art. 19 da Lei nº 1.079/50, contrariando, assim, o verbete nº 46 da Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal.

É o que se verifica da leitura do Ato 41/2020, editado pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no qual estabelece o rito processual a ser seguido no referido processo:

“Ato do Presidente ATO/E/GP/Nº 41/2020

Dá cumprimento, nos termos da Súmula Vinculante nº 46, à Legislação federal sobre crime de responsabilidade.

O Presidente da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições e em estrito cumprimento à Súmula Vinculante nº 46 e às normas da Lei federal nº 1.079/1950, RESOLVE:

Art. 1º Abrir prazo de quarenta e oito horas a cada um dos Excelentíssimos Senhores Líderes a fim de que indiquem cada qual um Membro da Comissão Especial competente para emitir Parecer sobre a Denúncia por crime de responsabilidade contra o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado documentada no processo ALERJ nº 5.328/2020.

Parágrafo único - Esgotado o prazo sem indicação de Liderança, o Presidente da Assembleia Legislativa fará as indicações necessárias, sempre respeitando, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Art. 2º Determinar a citação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para, querendo, defender-se, no prazo de dez sessões, perante a Comissão Especial dos fatos articulados na Denúncia.

Parágrafo único A citação deverá ser acompanhada do inteiro teor do processo ALERJ nº 5.328/2020 e eventuais apensos.

Art. 3º Depois que os Membros forem indicados, a Comissão Especial terá quarenta e oito horas para reunir-se, elegendo seu Presidente e seu Relator.

Art. 4º A Comissão Especial terá cinco sessões para emitir Parecer sobre a admissibilidade ou não da Denúncia, contadas do oferecimento da Defesa do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ou do término do prazo mencionado no *caput* do art. 2º.

Art. 5º O Parecer será lido em Plenário da Assembleia Legislativa e publicado no Diário Oficial, sendo imediatamente inserido na Ordem do Dia.

Art. 6º Os Excelentíssimos Senhores Deputados, no limite máximo de cinco por Partido, poderão discutir o Parecer por uma hora, ressalvado ao Excelentíssimo Senhor Deputado Relator da Comissão Especial o direito de responder a cada um.

Art. 7º Encerrada a discussão do Parecer, e submetido à votação nominal, será a Denúncia, com os documentos que a instruem, arquivada, se não for considerada objeto de deliberação ou recebida, hipótese em que, publicado o resultado, comunicar-se-á o Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça para a composição do Tribunal previsto no art. 78, § 3º, da Lei federal nº 1.079/1950.

Art. 8º A Denúncia será arquivada se não for recebida até o final do mandato do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Art. 9º Este Ato Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Tiradentes, 10 de junho de 2020
Deputado **ANDRÉ CECILIANO**, Presidente
Em 10.06.2020.”

Tal medida não se acomoda à jurisprudência desta Corte e, de fato, contraria os precedentes e enunciados evocados pelo reclamante, além de incidir em desconformidade com o texto constitucional tanto quanto em relação ao art. 58, § 1º, quanto no que diz respeito à competência da União para disciplinar o processo e o julgamento de crimes de responsabilidade.

Também assiste razão ao reclamante, quanto à ausência de eleição da comissão. O art. 19 da Lei 1.179 estabelece que a comissão especial será eleita. Tal exigência se faz necessária ainda que se limite a confirmar ou não as indicações realizadas pelos líderes dos partidos ou do bloco, o que pode se dar inclusive por aclamação ou votação simbólica, tal qual ocorreu nos casos dos Presidentes Fernando Collor de Melo e Dilma Vana Rousseff.

No julgamento da ADPF 378-MC, conquanto o Ministro Roberto Barroso, redator para o acórdão, tenha salientado que, a título de esclarecimento, não se tratava propriamente de votação, Sua Excelência concluiu:

“Apesar disso, como se reconhece que, em 1992, a Câmara dos Deputados adotou a interpretação de que haveria uma votação no Plenário para ratificação dos nomes indicados pelos líderes,



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

vota-se por manter, para o rito do impeachment em curso, a realização de eleição pela Câmara, limitando-se a confirmar ou não as indicações feitas pelos líderes dos partidos ou blocos, sem admissão de candidaturas avulsas”.

Assim, em juízo de cognição sumária, próprio das tutelas provisórias de urgência, e a partir da perspectiva da definição, do processo e do julgamento de crimes de responsabilidade estarem disciplinados por lei nacional (Lei nº 1.079/50), da competência privativa da União, entendo que assiste razão jurídica à tese de violação ao enunciado nº 46 da Súmula Vinculante da Jurisprudência Dominante do STF e à autoridade da decisão proferida na ADPF-MC nº 378/DF pelo Desembargador Elton Martinez Carvalho Leme, Relator do Mandado de Segurança nº 0045844- 70.2020.8.19.0000, em trâmite perante o Órgão Especial do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ao legitimar o ato de formação da comissão especial de impeachment sem a obediência à necessária configuração proporcional dos partidos políticos e blocos parlamentares e sem a realização de votação plenária dos nomes apresentados pelos líderes, ainda que de forma simbólica.

Ante a iminência do prazo para o reclamante apresentar sua defesa (29/07/2020), defiro a medida liminar para sustar os efeitos dos atos impugnados, desconstituindo-se, assim, a comissão especial formada, para que se constitua outra comissão, observando-se a proporcionalidade de representação dos partidos políticos e blocos parlamentares, bem como a votação plenária dos nomes apresentados pelos respectivos líderes, ainda que o escrutínio seja feito de modo simbólico, consoante o previsto no art. 19 da Lei nº 1.079/50 e o assentado no julgamento da ADPF 378 -MC/DF. (...)” (grifos originais)

Assim, em decorrência da decisão liminar acima citada, proferida pelo Eminentíssimo Ministro Dias Toffoli, os trabalhos da Comissão Especial de *Impeachment* da ALERJ foram interrompidos, até que sobreveio nova decisão, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, sobre a Reclamação apresentada pelo denunciado.

XII – DA DECISÃO DO EMINENTÍSSIMO MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ALEXANDRE DE MORAES QUE REFORMOU A DECISÃO ANTERIOR SOBRE A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL, REVOGANDO A LIMINAR CONCEDIDA EM PLANTÃO JUDICIÁRIO

Designado como relator no Supremo Tribunal Federal da Reclamação em tela, após a declaração de impedimento manifestada por seu antecessor na relatoria desta matéria, o novo relator, Exmo. Sr. Ministro Alexandre de Moraes, decidiu, na data de 28 de agosto de 2020, nos seguintes termos:

“(…)”



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

DECISÃO

Trata-se de Reclamação, com pedido de tutela de urgência, proposta por Wilson José Witzel, Governador do Estado do Rio de Janeiro, contra atos praticados pelo Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, pelo Presidente da Comissão Especial de Impeachment do Processo nº 5.328 da ALERJ, pelo Relator do Processo nº 5.328 da Comissão Especial de Impeachment da ALERJ, bem como contra o indeferimento do pedido liminar nos autos do Mandado de Segurança 0045844-70.2020.8.19.0000, em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por suposta violação à Súmula Vinculante 46 e às autoridades das decisões proferidas no julgamento da ADPF 378 MC (Redator p/ o Acórdão Min. ROBERTO BARROSO, Pleno, julgamento em 17/12/2015, DJe de 8/3/2016) e da ADI 5.895 (Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Pleno, julgamento em 27/9/2019, DJe de 15/10/2019).

Em razão de sua completude, reproduzo o relatório lançado pelo Presidente desta SUPREMA CORTE na decisão que analisou a medida liminar requerida:

O reclamante diz que [e]m 27.5.2020, o Exmo. Deputado Estadual Sr. Luiz Paulo Correa da Rocha e a Exma. Deputada Estadual Sra. Lúcia Helena Pinto ofereceram denúncias perante a ALERJ contra [si]. A primeira, foi distribuída sob o nº 5.328/2020, e a segunda, apensada à primeira, sob o nº 5.360/2020, ambas com fundamento nos arts. 4º, V, 9º, VII, 74 a 79, todos da Lei nº 1.079/1950.

Afirma que [t]ais processos ficaram com prazo de defesa suspenso até o dia 3.7.2020, sexta-feira (doc.3). Isso em razão, segundo entende, com de base em 2 (dois) relevantes motivos: i) a ALERJ deveria informar o rito processual a ser adotado para julgamentos dos Processos Administrativos de nºs 5328/2020 (principal) e 5360/2020 (apenso); e (ii) deveriam ser acostados aos autos os documentos que motivaram as denúncias, para somente então ser avaliada a pertinência ou não do prosseguimento dos gravíssimos processos políticos administrativos (o principal e o apenso).

Informa que [s]obre o item (ii), em sessão posterior, o eminente relator da Comissão Especial de Impeachment, para evitar coação ilegal (CPP, art. 648, I), solicitou ao STJ o compartilhamento da documentação relativa à medida cautelar de produção antecipada de provas. Esse pedido, no entanto, foi indeferido pelo Ministro Benedito Gonçalves (doc. 3), o que não impediu o procedimento de anomalmente retomar seu curso.

Alega que [...] sobre o item (i), o reclamante se surpreendeu, ao pesquisar nos Diários Oficiais do Estado do Rio de Janeiro e ali constatar, então, que a ALERJ já tinha definido o rito de prosseguimento das denúncias e que alguns atos dessa liturgia ad hoc já tinham sido praticados de forma inidônea, porque destoantes do rito fixado por esta e. Corte para o processo de impeachment (ADPF 378 e da ADI 5.895), a partir da lei 1.079/50, cuja disciplina é de competência exclusiva da União Federal (SV 46).

O autor aduz que [a] Comissão Especial de Impeachment foi instituída pela simples indicação de líderes partidários, sem qualquer posterior votação (aberta, ainda que simbólica, veiculada no Diário Oficial) [...]



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Assevera que a formação da Comissão Especial desrespeitou por completo a regra da proporcionalidade partidária, tendo em vista que cada partido teve direito a indicar um membro. Com isso, partidos restaram sub representados (aqueles com as maiores bancadas, mas com apenas um representante na Comissão Especial), enquanto outros, de bancadas pequenas, foram super-representados, com artificial desvirtuamento das próprias forças políticas no Parlamento.

Relata que por meio do mandado de segurança, deduziu, inicialmente, pedidos de urgência, a fim de que o Órgão Especial do e. Tribunal a quo suspendesse ou anulasse os referidos atos ilegais, praticados pela Alerj em total descumprimento à autoridade decisória de precedentes vinculados desta Suprema Corte e do rito a ser compulsoriamente observado em tema de crime de responsabilidade.

Expõe que [...] o Ilustre Desembargador Relator, também indicado como autoridade reclamada, indeferiu o pedido de medida liminar ali formulado, chancelando, assim, ele próprio, os descumprimentos dos comandos deste Supremo Tribunal Federal realizados pelo Poder Legislativo.

Argumenta [...] que se mostra viável a presente reclamação (movida contra decisão judicial e também contra atos praticados pela ALERJ na tramitação do processo de impeachment) sendo plenamente legítimos os pedidos nela veiculados, já acolhidos por esta Suprema Corte em outras reclamações movidas em contexto em tudo idêntico, considerado o desrespeito à SV 46 e aos julgamentos vinculantes proferidos na ADPF 378 e na ADI 5.895.

O reclamante sustenta a presença dos pressupostos para a concessão da tutela provisória de urgência. No mérito, requer a procedência do pedido para que seja desconstituída a Comissão Especial formada no âmbito da ALERJ (Processo Administrativo nº 5.328/2020 e Processo Administrativo nº 5.360), com a anulação de todos os eventuais atos por ela praticados, determinando-se a formação de outra em seu lugar, agora com observância dos parâmetros vinculantes desta Corte e da Lei Federal específica, ou seja, com representantes que correspondam tanto quanto possível à proporcionalidade partidária e apenas após a votação em plenário dos nomes apresentados pelos respectivos líderes, ainda que o escrutínio seja feito de modo simbólico, comunicando-se com urgência as autoridades reclamadas.

Em 23/07/2020, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro prestou, voluntariamente, informações nos autos, ocasião em que defendeu o respeito à Lei federal 1.059/1950 e ao julgado desta Corte na ADPF 307. Informa que o Parlamento fluminense não formou nenhum bloco parlamentar e que [n]o caso da Reclamada, (...) a composição da Comissão Especial é de vinte e cinco Excelentíssimos Senhores Deputados, porque vinte e cinco Partidos Políticos nela são representados. Considerando-se que o Colendo Plenário da Reclamada conta com setenta Parlamentares, a Comissão Especial já representa 35,7% da composição plenária do Parlamento fluminense. A busca obsessiva pela irretocável proporcionalidade aritmética, além de ignorar a expressão constitucional tanto quanto possível, implicaria a composição da Comissão Especial com



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

número de Membros perto da totalidade da Casa Legislativa fluminense (...).

Quanto ao argumento de necessidade de eleição da comissão especial, defende que, nos termos do julgamento da ADPF 378-MC, [a] eleição da comissão especial significa, assim, escolha; escolha se dá pelos respectivos Líderes.

Por fim, pugnam pelo indeferimento da medida liminar e, no mérito, a declaração de integral improcedência do pedido.

Em 27/7/2020, o Presidente deste TRIBUNAL, nos termos do art. 13, VIII, do RISTF, deferiu a medida liminar requerida “para sustar os efeitos dos atos impugnados, desconstituindo-se, assim, a comissão especial formada, para que se constitua outra comissão, observando-se a proporcionalidade de representação dos partidos políticos e blocos parlamentares, bem como a votação plenária dos nomes apresentados pelos respectivos líderes, ainda que o escrutínio seja feito de modo simbólico, consoante o previsto no art. 19 da Lei nº 1.079/50 e o assentado no julgamento da ADPF 378 -MC/DF”. Na ocasião, o Ministro Presidente determinou, ainda, a citação da beneficiária da decisão reclamada (art. 989, III, do CPC), a requisição de informações e a manifestação da Procuradoria-Geral da República.

Em 1º/8/2020, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro apresentou manifestação contra a liminar deferida, reiterando os argumentos aduzidos na prestação de informações, anteriormente apresentadas (doc. 18).

Em 3/8/2020, o TJRJ prestou informações sobre o indeferimento do pedido liminar requerido no MS 0045844-70.2020.8.19.0000, cuja transcrição segue abaixo:

Nesse contexto, destaca-se que a decisão reclamada entendeu que não houve contrariedade à regra da proporcionalidade, diante da composição partidária da Assembleia Legislativa deste Estado, com representação por 25 partidos políticos, percebendo, num juízo de cognição sumária, a possibilidade de indicação dos membros da comissão especial pelos líderes de cada partido com representação na ALERJ, entendendo inexistir incompatibilidade com as orientações firmadas pelo Supremo Tribunal Federal e tampouco existir contrariedade à Súmula Vinculante 46 também da Suprema Corte.

Em 3/8/2020, o eminente Ministro LUIZ FUX, relator sorteado, declarou sua incompatibilidade para julgamento da presente ação reclamationária, com fundamento no art. 277 do RISTF, sendo os autos redistribuídos para minha relatoria.

Em 20/8/2020, a Procuradoria-Geral da República apresentou parecer pela improcedência do pedido reclamationário, em manifestação assim ementada:

RECLAMAÇÃO. CONSTITUCIONAL. PROCESSO DE IMPEACHMENT. COMPOSIÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL. INDICAÇÃO DE LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS. ELEIÇÃO DE MEMBROS. VOTAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. PROPORCIONALIDADE. REGRA CONDICIONADA À POSSIBILIDADE. PARECER PELA IMPROCEDÊNCIA.

1. A indicação dos membros da Comissão Especial de impeachment, prevista no art. 19 da Lei 1.079/50, é prerrogativa dos partidos políticos, por meio de suas lideranças, não estando sujeita a deliberação por partidos diversos.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

2. Havendo a Suprema Corte decidido que a função de indicação de membros para a composição da comissão especial de impeachment recai sobre as lideranças partidárias e inexistindo previsão constitucional e legal de votação para referendar tais indicações, não há que se impor tal procedimento às Casas Legislativas.

3. Existindo número alargado de partidos políticos na assembleia legislativa, a formação de comissão especial de impeachment com um representante de cada partido atende ao comando constitucional de proporcionalidade na medida de sua possibilidade, conferindo legitimação material e formal para a sua atuação.

— Parecer pela improcedência do pedido.

O reclamante peticionou, contrapondo à ALERJ, no que diz respeito ao pedido de reconsideração do deferimento da medida cautelar (doc. 46).

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro peticionou, reiterando o requerimento de revogação da liminar e o pedido de julgamento da improcedência do pedido (doc. 48).

Por fim, o reclamante, mais uma vez, defendeu a subsistência da medida liminar (doc. 50).

É o relatório. Decido.

A respeito do cabimento da reclamação para o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, dispõe o art. 102, I, I, e o art. 103-A, caput e § 3º, ambos da Constituição Federal:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

Veja-se também o art. 988, I, II e III, do Código de Processo Civil de 2015:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

Na presente hipótese, o reclamante invoca como parâmetro principal de controle a Súmula Vinculante 46, cujo teor é o seguinte:



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são de competência legislativa privativa da União.

A questão primordial da presente reclamação, portanto, é saber se, em respeito à Separação de Poderes, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro respeitou as normas constitucionais e legais referentes ao processo de responsabilização do Governador do Estado por crime de responsabilidade, em especial os termos da Lei Federal 1.079/1950 no tocante a composição da Comissão Especial.

A Constituição Federal, visando, principalmente, a evitar o arbítrio e o desrespeito aos direitos fundamentais do homem, previu a existência dos Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, repartindo entre eles as funções estatais para que bem pudessem exercê-las, bem como criando mecanismos de controles recíprocos, sempre como garantia da perpetuidade do Estado Democrático de Direito (MARCELO CAETANO. Direito constitucional. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987. v. 1, p. 244; NUNO PIÇARRA. A separação dos poderes como doutrina e princípio constitucional. Coimbra: Coimbra Editora, 1989; JOSÉ ALFREDO DE OLIVEIRA BARACHO. Aspecto da teoria geral do processo constitucional: teoria da separação de poderes e funções do Estado. Revista de Informação Legislativa, Brasília: Senado Federal, ano 19, n° 76, p. 97, out./dez. 1982; JOSÉ LUIZ DE ANHAIA MELLO. Da separação de poderes à guarda da Constituição: as cortes constitucionais. 1969. Tese (Cátedra) – Fadusp, São Paulo; MARILENE TALARICO MARTINS RODRIGUES. Tripartição de poderes na Constituição de 1988. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política, São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 3, N° 11, p. 16, abr./jun. 1995; MÁRCIA WALQUÍRIA BATISTA DOS SANTOS. Separação de poderes: evolução até à Constituição de 1988: considerações. Revista de Informação Legislativa, Brasília: Senado Federal, ano 29, N° 115, p. 209, jul./set. 1999).

Assim, apesar de independentes, os Poderes de Estado devem atuar de maneira harmônica, privilegiando a cooperação e a lealdade institucional e afastando as práticas de guerrilhas institucionais, que acabam minando a coesão governamental e a confiança popular na condução dos negócios públicos pelos agentes políticos.

Para tanto, a Constituição Federal consagra um complexo mecanismo de controles recíprocos entre os três poderes, de forma que, ao mesmo tempo, um Poder controle os demais e por eles seja controlado. Esse mecanismo denomina-se teoria dos freios e contrapesos (WILLIAM BONDY. *The separation of governmental powers. In: History and theory in the constitutions.* New York: Columbia College, 1986; JJ. GOMES CANOTILHO; VITAL MOREIRA. Os poderes do presidente da república. Coimbra: Coimbra Editora, 1991; DIOGO DE FIGUEIREDO MOREIRA NETO. Interferências entre poderes do Estado (Fricções entre o executivo e o legislativo na Constituição de 1988). Revista de Informação Legislativa, Brasília: Senado Federal, ano 26, n° 103, p. 5, jul./set. 1989; JAVIER GARCÍA ROCA. *Separación de poderes y disposiciones del ejecutivo con rango de ley: mayoría, minorías, controles.* Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política, São Paulo: Revista dos



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Tribunais, ano 7, nº 7, p. 7, abr./jun. 1999; JOSÉ PINTO ANTUNES. Da limitação dos poderes. 1951. Tese (Cátedra) – Fadusp, São Paulo; ANNA CÂNDIDA DA CUNHA FERRAZ. Conflito entre poderes: o poder congressional de sustar atos normativos do poder executivo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994. p. 2021; FIDES OMMATI. Dos freios e contrapesos entre os Poderes. Revista de Informação Legislativa, Brasília: Senado Federal, ano 14, nº 55, p. 55, jul./set. 1977; JOSÉ GERALDO SOUZA JÚNIOR. Reflexões sobre o princípio da separação de poderes: o “parti pris” de Montesquieu. Revista de Informação Legislativa, Brasília: Senado Federal, ano 17, nº 68, p. 15, out./dez. 1980; JOSÉ DE FARIAS TAVARES. A divisão de poderes e o constitucionalismo brasileiro. Revista de Informação Legislativa, Brasília: Senado Federal, ano 17, nº 65, p. 53, jan./mar. 1980).

Dentro do mecanismo de controles recíprocos constitucionalmente previstos em uma República, a Constituição Federal estabelece várias hipóteses, entre elas encontra-se, exatamente, o processo e julgamento do Chefe do Poder Executivo por crime de responsabilidade – impeachment pelo Poder Legislativo, que deverá sempre ser utilizada com precaução, por tratar-se da mais devastadora arma à disposição do Poder Legislativo contra o Chefe do Poder Executivo (conferir: MADISON, *The federalist papers LXVI*; KURLAND, Philip B. *The rise and fall of the doctrine of separation of powers*. Michigan Law Review. Ann Arbor, ano 3, v. 85, p. 605, dez. 1986. Conferir, ainda: KURLAND, Philip B. *The rise and fall of the doctrine of separation of powers*. Michigan Law Review. Ann Arbor, ano 3, v. 85, p. 605, dez. 1986; YODER, Edwin M. *The presidency and the criminalization of politics*. Saint Louis University Law Journal. Saint Louis, ano 3, v. 44, p. 749-760, 1999; GRIESBACH, John M. *Three levels of trouble: a comment on Edwin Yoder's*. Saint Louis University Law Journal. Saint Louis, ano 3, v. 43, p. 761-777, 1999; CAVALCANTI, Themistocles Brandão. A constituição federal comentada. Rio de Janeiro: Forense, 1948. v. 2, p. 263 ss.; MAXIMILIANO, Carlos. Comentários à Constituição brasileira... Op. cit. p. 643 ss; BROSSARD, Paulo. O impeachment. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 118).

Diferentemente do princípio da absoluta irresponsabilidade, inerente ao caráter vitalício do cargo real – The King can do no wrong –, as constituições presidencialistas, seguindo o modelo norte-americano, preveem regras especiais de responsabilização do Presidente da República, integralmente aplicáveis aos Governadores de Estado, permitindo sua responsabilização, tanto por infrações político-administrativas, quanto por infrações penais (ALBUQUERQUE, Roberto de. A Revolução Francesa e o princípio da responsabilidade. Revista de Informação Legislativa. Brasília, ano 26, no 104, p. 299, out./dez. 1989; SIQUEIRA, Galdino. O impeachment no regime constitucional brasileiro. 1912. Dissertação no concurso ao lugar de Professor Extraordinário Efetivo da 1ª Seção da Faculdade de Direito de São Paulo;

FRANCO, Ary Azevedo. Em torno de impeachment. 1926. Tese (cátedra) – Fadusp, São Paulo; FIGUEIREDO, Paulo de. Impeachment: sua necessidade no regime presidencial. Revista



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

de Informação Legislativa. Brasília: Senado Federal, ano 2. no 6, p. 31, abr./jun. 1965).

O regime republicano, diferentemente do monárquico, não pode ficar indefeso, desprovido de mecanismos que garantam a aplicabilidade das constituições e as defendam, principalmente, dos governantes que buscam ultrapassar os limites das funções conferidas a eles pelas normas constitucionais (PIOUS, Richard M. *Impeaching the president: the intersection of constitutional and popular law*. Saint Louis University Law Journal. Saint Louis, ano 3, v. 43, p. 864, 1999; FITTS, Michael A. *The legalization of the presidency: a twenty-five year watergate retrospective*. Saint Louis University Law Journal. Saint Louis, ano 3, v. 44, p. 728, 1999).

Como, historicamente, salientado por HAMILTON, o princípio republicano requer que o senso deliberado da comunidade governe a conduta daqueles a quem ela confia a administração de seus assuntos (The Federalist papers nº LXVIII).

RUI BARBOSA sempre advertiu para a grande importância da previsão constitucional de responsabilização política do Chefe do Executivo, afirmando que:

“o presidencialismo americano sem a responsabilidade presidencial, porém, é a ditadura canonizada com a sagração constitucional. Basta a eliminação deste correctivo, para que todo esse mecanismo aparente de freios e garantias se converta em mentira. Todos os poderes do Estado então vão sucessivamente desaparecendo no executivo, como nas espiraes revolteantes de um sorvedoiro” (BARBOSA, Rui. Comentários à Constituição Federal Brasileira. São Paulo: Saraiva, 1933. p. 435).

Nesse sentido, essa CORTE SUPREMA entende que o impeachment concretiza “o princípio republicano, exigindo dos agentes políticos responsabilidade civil e política pelos atos que praticassem no exercício do poder” (ADPF 378/DF, Rel. Min. EDSON FACHIN, 16, 17 e 18-12-2015).

Tal previsão, tanto no âmbito federal quanto estadual, torna-se necessária quando se analisa que a eficácia da Constituição é dependente de fatores alheios à mera vontade do legislador constituinte. Por esse motivo, a Constituição Federal não pode ficar indefesa, desprovida de mecanismos que garantam sua aplicabilidade e a defendam, principalmente, dos governantes que buscam ultrapassar os limites das funções conferidas a eles pelas normas constitucionais.

Dentro deste mecanismo de defesa, que corresponde ao já citado sistema de “freios e contrapesos” existente em um sistema de Separação de Poderes, o processo e julgamento por crime de responsabilidade são estabelecidos pela Lei Federal 1.079/1950, em sua maior parte recepcionada pela Constituição de 1988.

Em que pese minha posição doutrinária – no sentido de que, em relação aos chamados crimes de responsabilidade, deveria ser a própria Constituição de cada Estado a fixar competência para o processo e julgamento, em face de sua autonomia em um Estado Federal (Constituição do Brasil Interpretada. 9. ed. São Paulo, Atlas, p. 1.284), conforme ressaltei na ADI 5895/RR, de minha relatoria, é entendimento assentado do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL de que compete apenas à União (art. 22, I, c/c art. 85, parágrafo único, da CF) legislar sobre a definição



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

de crimes de responsabilidade e sobre o processo e julgamento deles.

Nesse sentido, essa SUPREMA CORTE aprovou, por unanimidade, a Súmula Vinculante 46 editada em 9 de abril de 2015, mediante a conversão da antiga Súmula 722 da CORTE, aprovada em 26 de novembro de 2003, que estabelecia o mesmo enunciado, porém sem caráter vinculante, para, finalmente, pacificar a questão:

A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são de competência legislativa privativa da União.

Com a edição da SV 46, o posicionamento adotado pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL tornou-se vinculante no tocante à competência privativa da União para legislar sobre a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento; ou seja, o verbete vinculante tanto se refere às normas de direito material – a definição dos crimes de responsabilidade –, quanto às de direito processual – o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento (ADI 1.890, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, Tribunal Pleno, julgado em 10/12/1998, DJ de 19/9/2003; ADI 1.628, Rel. Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 10/08/2006, DJ de 24/11/2006; ADI 2.220, Rel. Min. CARMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 16/11/2011, DJe de 6/12/2011; e ADI 4.791, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 12/2/2015, DJe de 23/4/2015).

O Ato 41/2020, editado pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, portanto, deve estar plenamente de acordo com a Constituição Federal e a citada legislação federal e, especificamente, para a análise da presente reclamação, o ato deve ser compatível com as normas previstas para a formação da Comissão Especial de impeachment.

Eis o ato impugnado:

Atos do Presidente ATO/E/GP/Nº 41/2020

Dá cumprimento, nos termos da Súmula Vinculante nº 46, à Legislação federal sobre crime de responsabilidade.

O Presidente da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições e em estrito cumprimento à Súmula Vinculante nº 46 e às normas da Lei federal nº 1.079/1950, RESOLVE:

Art. 1º Abrir prazo de quarenta e oito horas a cada um dos Excelentíssimos Senhores Líderes a fim de que indiquem cada qual um Membro da Comissão Especial competente para emitir Parecer sobre a Denúncia por crime de responsabilidade contra o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado documentada no processo ALERJ nº 5.328/2020.

Parágrafo único - Esgotado o prazo sem indicação de Liderança, o Presidente da Assembleia Legislativa fará as indicações necessárias, sempre respeitando, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária.

Art. 2º Determinar a citação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para, querendo, defender-se, no prazo de dez sessões, perante a Comissão Especial dos fatos articulados na Denúncia.

Parágrafo único A citação deverá ser acompanhada do inteiro teor do processo ALERJ nº 5.328/2020 e eventuais apensos.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Art. 3º Depois que os Membros forem indicados, a Comissão Especial terá quarenta e oito horas para reunir-se, elegendo seu Presidente e seu Relator.

Art. 4º A Comissão Especial terá cinco sessões para emitir Parecer sobre a admissibilidade ou não da Denúncia, contadas do oferecimento da Defesa do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ou do término do prazo mencionado no *caput* do art. 2º.

Art. 5º O Parecer será lido em Plenário da Assembleia Legislativa e publicado no Diário Oficial, sendo imediatamente inserido na Ordem do Dia.

Art. 6º Os Excelentíssimos Senhores Deputados, no limite máximo de cinco por Partido, poderão discutir o Parecer por uma hora, ressalvado ao Excelentíssimo Senhor Deputado Relator da Comissão Especial o direito de responder a cada um.

Art. 7º Encerrada a discussão do Parecer, e submetido à votação nominal, será a Denúncia, com os documentos que a instruem, arquivada, se não for considerada objeto de deliberação ou recebida, hipótese em que, publicado o resultado, comunicar-se-á o Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça para a composição do Tribunal previsto no art. 78, § 3º, da Lei federal nº 1.079/1950.

Art. 8º A Denúncia será arquivada se não for recebida até o final do mandato do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Art. 9º Este Ato Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

O reclamante, entretanto, aponta duas ordens de nulidades do referido ato, por flagrante desrespeito à legislação federal, no tocante a formação da Comissão Especial:

(i) “desrespeitou por completo a regra da proporcionalidade partidária, tendo em vista que cada partido teve direito a indicar um membro. Com isso, partidos restaram sub representados (aqueles com as maiores bancadas, mas com apenas um representante na Comissão Especial), enquanto outros, de bancadas pequenas, foram super-representados, com artificial desvirtuamento das próprias forças políticas existentes no Parlamento” (doc. 1, fl. 5); e

(ii) “a Comissão Especial de impeachment foi instituída pela simples indicação de líderes partidários, sem qualquer posterior votação (aberta, ainda que simbólica, veiculada no Diário Oficial)”.

A questão essencial a ser analisada, portanto, diz respeito à regularidade na composição da Comissão Especial, prevista expressamente no artigo 19 da Lei 1.079/1950:

Art. 19. Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma.

Importante ressaltar, entretanto, que a recepção do referido artigo 19 da Lei 1.079/1950 deve ser interpretada nos exatos termos do artigo 58 da Constituição Federal, conforme salientado pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no julgamento da ADPF 378 MC (Pleno, red. p/ o Acórdão Min. ROBERTO BARROSO, j.17/12/2015), no sentido de que houve delegação ao próprio Poder Legislativo – seja por meio de seu



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

regimento interno, seja pela próprio ato específico – para a constituição de suas Comissões, nos seguintes termos:

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

Dessa maneira, o artigo 58 da Constituição Federal assegurou a possibilidade da Comissão Especial ser constituída “na forma e com as atribuições previstas no ato de que resultar sua criação”, como ocorreu com a edição do Ato do Presidente ATO/E/GP/Nº 41/2020 e, nos termos de seu §1º, indicou a necessidade de observar “tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares”, no sentido de espelhar a escolha popular de seus representantes parlamentares, garantindo, por consequência, o pluralismo político e a democracia representativa; e, principalmente, para garantir a participação da “maioria” e “minoridade” do órgão legislativo.

Não me parece que o Ato do Presidente da Assembleia Legislativa tenha desrespeitado o texto constitucional ou mesmo a legislação federal, pois refletiu o consenso da Casa Parlamentar ao determinar que cada um dos partidos políticos, por meio de sua respectiva liderança, indicasse um representante, garantindo ampla participação da “maioria” e da “minoridade” na Comissão Especial. Basta verificar que não houve irrisignação por parte de nenhum dos partidos políticos representados na Assembleia Legislativa.

Tratando-se de legítima opção política realizada pela Assembleia Legislativa, com observância do consenso dos partidos políticos e nos termos do artigo 58 da Constituição Federal, em proteção ao princípio fundamental inserido no artigo 2º da Constituição, segundo o qual, são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, fica afastada a possibilidade de ingerência do Poder Judiciário em escolhas eminentemente políticas, dentro das opções constitucionais, conforme posicionamento pacificado no SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (MS 34.099, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Plenário, Sessão Virtual de 28/9/2018 a 4/10/2018; MS 33.558 AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, DJe de 21/3/2016; MS 34.578, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe-073, 10/4/2017; MS 26.062 AgR, Rel. Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, DJe de 4/4/2008; MS 30.672 AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Pleno, DJe de 17/10/2011; MS 26.074, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, DJ de 13/9/2006; MS 34.406, Rel. Min. EDSON FACHIN, DJe-139, 26/6/2017; MS 21.374, Rel. Min. MOREIRA ALVES, Pleno, DJ de 2/10/1992).

Anoto, ainda, que, no julgamento da ADPF 378/MC, o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL não analisou a possibilidade do Poder Legislativo, por ato consensual e unânime dos partidos com representação no órgão legislativo, garantir a participação de todos os partidos – mediante indicação dos respectivos líderes – na Comissão Especial.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

A discussão à época foi quanto a proporcionalidade na formação da Comissão Especial “poder ser aferida em relação a blocos parlamentares”, conforme consta no item III, 3 da Ementa, tendo sido, por unanimidade, reconhecido que “a proporcionalidade na formação da comissão especial pode ser aferida em relação aos partidos e blocos partidários:

3. A PROPORCIONALIDADE NA FORMAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PODE SER AFERIDA EM RELAÇÃO A BLOCOS (ITEM D DO PEDIDO CAUTELAR) : O art. 19 da Lei nº 1.079/1950, no ponto em que exige proporcionalidade na Comissão Especial da Câmara dos Deputados com base na participação dos partidos políticos, sem mencionar os blocos parlamentares, foi superado pelo regime constitucional de 1988. Este estabeleceu expressamente: (i) a possibilidade de se assegurar a representatividade por bloco (art. 58, § 1º) e (ii) a delegação da matéria ao Regimento Interno da Câmara (art. 58, caput). A opção pela aferição da proporcionalidade por bloco foi feita e vem sendo aplicada reiteradamente pela Câmara dos Deputados na formação de suas diversas Comissões, tendo sido seguida, inclusive, no caso Collor. Improcedência do pedido.

Por fim, importante observar que, em momento algum, essa SUPREMA CORTE afirmou a necessidade de realização de eleições para a escolha dos representantes dos partidos políticos ou blocos parlamentares para a Comissão Especial, tendo reafirmado que o artigo 58, caput e §1º da Constituição Federal estabelece a indicação pelos líderes como mecanismo para sua composição, exatamente como ocorreu no procedimento instaurado pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

A CORTE, expressamente, declarou que “a hipótese não é de eleição”, somente deixando de invalidá-la desde que a eleição a ser realizada fosse limitada “a ratificar ou não as indicações feitas pelos líderes dos partidos ou blocos”, como expressamente constou no item II. 4 da Ementa do julgamento da ADPF 378/MC:

4. NÃO É POSSÍVEL A APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS OU CHAPAS AVULSAS PARA FORMAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL (CAUTELAR INCIDENTAL): É incompatível com o art. 58, caput e § 1º, da Constituição que os representantes dos partidos políticos ou blocos parlamentares deixem de ser indicados pelos líderes, na forma do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para serem escolhidos de fora para dentro, pelo Plenário, em violação à autonomia partidária. Em rigor, portanto, a hipótese não é de eleição. Para o rito de impeachment em curso, contudo, não se considera inválida a realização de eleição pelo Plenário da Câmara, desde que limitada, tal como ocorreu no caso Collor, a ratificar ou não as indicações feitas pelos líderes dos partidos ou blocos, isto é, sem abertura para candidaturas ou chapas avulsas. Procedência do pedido.

Diante do exposto, com base no art. 161, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, mantendo a plena validade do art. 1º do Ato 41/2020, editado pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e regular a consequente composição da Comissão Especial, ficando revogada a medida liminar deferida. (...)” (grifos originais).



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Em face da nova decisão, acima citada, sobre a Reclamação ajuizada pela Defesa no Supremo Tribunal Federal, que revogou a decisão liminar e julgou improcedente a aludida Reclamação, o presidente da Comissão Especial de Impeachment da ALERJ, Exmo. Sr. Deputado Estadual Chico Machado, publicou, em 01 de setembro de 2020, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, ato de Intimação para dar publicidade à retomada da contagem do prazo de apresentação da defesa pelo denunciado, no âmbito daquela colenda Comissão Especial.

XIII - DA DEFESA APRESENTADA PELO DENUNCIADO À COMISSÃO ESPECIAL DO IMPEACHMENT DA ALERJ

Apresentada tempestivamente à Comissão Especial do Impeachment na data de 02 de setembro de 2020, a peça de Defesa do denunciado está estruturada nos seguintes eixos ou seções: a) tempestividade; b) histórico dos procedimentos administrativos; c) dubiedade e ambiguidade da denúncia; d) razões de mérito; e) conclusão.

Quanto às razões de mérito, elas se dividem em sete subseções, que versam sobre as seguintes questões: I) ausência de motivação e lastro probatório para sustentar o processo administrativo; II) sobre a competência do denunciado para julgar recurso hierárquico; III) ausência de dolo ou má-fé nos fatos apontados contra o denunciado; IV) inexistência material do ato impugnado dado como ímprobo; V) ausência de provas da participação do denunciado nos fatos contra ele apontados; VI) fragilidade de provas contra o denunciado nos autos da medida cautelar adotada pelo Superior Tribunal de Justiça; VII) demanda do denunciado por produção de provas.

No tocante à conclusão, destacam-se três aspectos: I) o denunciado requer, antes da continuidade do processo, que lhe sejam esclarecidos os fatos que fundamentam a denúncia; II) o denunciado requer, em decorrência do item anterior, que lhe seja concedido novo prazo de defesa; c) o denunciado reitera sua postulação acerca da produção de provas testemunhais e periciais, estas de natureza contábil.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Valho-me do resumo da defesa apresentada pelo denunciado, contido no Parecer do relator na Comissão Especial de *Impeachment* da ALERJ, Exmo. Sr. Deputado Estadual Rodrigo Bacellar, para destacar os principais elementos de conteúdo da peça defensiva apresentada à aludida Comissão, que doravante passo a citar:

“(…)

O denunciado argui, a título de preliminar, a ausência de provas que viabilizem qualquer deliberação sobre o prosseguimento ou não da denúncia e, por conseguinte, seu recebimento.

Argumenta que a leitura genérica da denúncia não traz a devida clareza a respeito dos aspectos especificamente imputados ao denunciado que ensejariam a caracterização de crime de responsabilidade e, que tal fato, portanto, vulnera as garantias fundamentais constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Alega que o próprio fato, “vaga e genericamente narrado na denúncia”, nem sequer existe mais, pois foi desconstituído com a nova desqualificação do Instituto UNIR como Organização Social de Saúde apta a contratar com o governo do Estado, não subsistindo o pilar sobre o qual se apoia a denúncia.

Afirma que a Comissão Especial de *Impeachment* deveria prestar esclarecimentos sobre a denúncia recebida com a emissão de parecer prévio delimitando exatamente o escopo da denúncia.

No que tange às razões de mérito, alega que o processo administrativo foi instaurado sem motivação e sem o necessário lastro probatório da denúncia.

Sustenta que a decisão do denunciado nos autos do processo administrativo nº E-08/001/1170/2019 foi realizada dentro de sua competência, estando assentada nos seguintes fundamentos:

- a) presunção do cumprimento das disposições contratuais em decorrência de celebração de Termo Aditivo;
- b) autotutela administrativa;
- c) princípio da proporcionalidade;
- d) necessidade da preservação do caráter competitivo diante das contratações públicas.

Argumenta que os pareceres dos quais o denunciado discorda em sua decisão não são vinculantes e que ele se pautou no melhor interesse da sociedade, pois a prestação do serviço encontrava-se satisfatória, mesmo após a verificação de atos de descumprimento contratual por parte da prestadora do serviço.

Além disso, a desqualificação de uma OSS configuraria medida gravosa não só para a própria OSS, como para a Administração Pública, pois importaria na rescisão do contrato de gestão, deixando 10 UPAs sem funcionamento.

Assevera que não se verificou tentativa da Administração Pública de utilizar todos os mecanismos legais e contratuais disponíveis para apurar e sanar as irregularidades verificadas, a fim de manter o contrato vigente.

Sustenta que o administrador público deve buscar alcançar o princípio da eficiência, calculando os benefícios e prejuízos do



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

ato a ser praticado para os administrados que serão diretamente afetados, bem como para a sociedade como um todo.

Entende que ao fazer uso do instrumento jurídico da revogação por motivos de conveniência e oportunidade, não violou os princípios insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, tampouco os demais princípios norteadores da Administração Pública, não havendo improbidade nem crime de responsabilidade.

Alega, ainda, que não houve dolo a ser imputado à conduta do denunciado, nem nada lesivo à Administração Pública. Afirma que o STJ entende, em jurisprudência pacífica, a necessidade do elemento anímico do dolo para a imposição de qualquer sanção prevista na Lei nº 8.429/1992, sendo imprescindível a existência de má-fé qualificada por parte do acusado, evidenciando a finalidade de causar lesão à Administração Pública e violação a alguns de seus princípios, caracterizando dolo ou culpa grave por parte do agente, o que não aconteceu. Além disso, argumenta que o inquérito sobre o qual a denúncia se funda está em fase embrionária e foi motivado por “denúncia” de cunho político.

Também afirma que a narrativa do Ministério Público Federal neste inquérito se pauta em presunções inexistentes quanto ao seu conhecimento dos detalhes envolvendo as contratações emergenciais

Alega que o Ministério Público se socorre da teoria do domínio do fato para tentar contornar a mais absoluta falta de provas ou mesmo indícios de que houve participação do denunciado nas irregularidades investigadas.

Entende incabível a criminalização do exercício da advocacia como pretendeu fazer o Ministério Público Federal em relação à primeira-dama.

Em seguida, a defesa protesta pela produção de provas testemunhais e periciais.

Por fim, solicita o denunciado que, caso a ALERJ vote pelo prosseguimento da denúncia, seu eventual afastamento do cargo ocorra apenas após juízo positivo do Tribunal Especial Misto.

Juntamente com a defesa foram apresentados os seguintes documentos:

1. Cópia da intimação do Governador em Diário Oficial, para apresentação de defesa perante Comissão Especial;
2. Páginas do site da ALERJ, demonstrando a realização de sessões ordinárias nos dias 08, 09, 14, 15, 16, 21, 22, 23, 28 e 29 de julho;
3. Decisão do Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, julgando improcedente a Reclamação 42.358;
4. Cópia da intimação do Governador em Diário Oficial, para apresentar defesa “pelo número de sessões remanescentes”;
5. Sentença da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em face do ex-Governador Luiz Fernando de Souza, por ato de improbidade administrativa;
6. Medida Cautelar ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em face de Edmar José Alves dos Santos, ex-Secretário de Saúde, em decorrência da Operação “Mercadores do Caos”;



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

7. Cópia do Diário Oficial contendo a exoneração do ex-Subsecretário Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos;
8. Inicial da Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em face de autoridades do setor de saúde fluminense no âmbito da pandemia;
9. Petição Inicial da Denúncia da Operação Favorito;
10. Inicial da segunda Ação Civil Pública de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em face de autoridades do setor de saúde fluminense no âmbito da pandemia.”

Restituídos os elementos centrais da peça defensiva apresentada pelo denunciado à Comissão Especial de *Impeachment*, passo à etapa ulterior.

XIV - DO VOTO DO RELATOR NA COMISSÃO ESPECIAL DE *IMPEACHMENT* DA ALERJ

O voto do Relator na Comissão Especial de *Impeachment* da ALERJ, Exmo. Sr. Deputado Estadual Rodrigo Bacellar, integra o Parecer de sua lavra, datado de 14 de setembro de 2020, que é composto por três partes: a “Introdução”, o “Relatório” e o “Voto” propriamente dito.

No que se refere à Introdução, trata-se de preâmbulo em que o relator reflete sobre a responsabilidade de que estava investido, menciona adversidades que precisou superar e declina agradecimentos a pessoas que lhe prestaram auxílio e apoio, inclusive na esfera familiar. No tocante ao Relatório, trata-se, como se supõe, de restituição descritiva dos fatos relacionados ao objeto do Parecer, qual seja, o processo de *impeachment* do governador Wilson Witzel. Ora, como a “Introdução” do aludido Parecer se revestiu principalmente de elementos subjetivos e, ainda, como o “Relatório” produzido pelo relator da Comissão Especial contém elementos que já estão aqui claramente restituídos, visto que o presente documento é também um relatório sobre o mesmo objeto, fixar-me-ei apenas no relato do “**Voto**” proferido pelo relator na Comissão Especial.

Na primeira seção, o voto do relator cuida de aspectos históricos e conceituais em relação ao instituto do *impeachment*, concluindo que o referido instituto é, com efeito, o processo adequado para a punição de governantes que cometem crime de



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

responsabilidade, ressalvando que a penalidade daí decorrente não tem caráter penal, mas antes político-administrativo: perda do cargo e inabilitação para o exercício da função pública.

Na segunda seção, o voto do relator discute, levando em conta o contexto brasileiro, o lastro constitucional, legal e jurisprudencial do julgamento de governadores por cometimento de crime de responsabilidade.

Na terceira seção, dialogando diretamente com a defesa apresentada à Comissão Especial, cujo resumo expandido já citei anteriormente, o voto aborda a demanda do denunciado por produção de provas naquela fase do processo, o que o relator entendeu não ser pertinente.

Na quarta seção do voto, o relator da Comissão Especial da ALERJ passa a tratar dos requisitos referentes à admissibilidade da denúncia e, por consequência, do prosseguimento do processo de *impeachment*. Nessa esteira, considera a legitimidade ativa, a legitimidade passiva, os requisitos formais da denúncia, a justa causa da denúncia e os indícios de autoria do denunciado.

Nesse âmbito, o relator discorre, com certa minúcia, sobre os fatos relativos às contratações, no governo de Wilson Witzel, da Organização Social de Saúde Instituto Unir Saúde e da Organização Social de Saúde Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde (IABAS), dissertando notadamente sobre as fraudes e os prejuízos ao erário e à população, que derivam daquelas contratações. Após fazê-lo, o relator conclui ter sido “*demonstrada a justa causa para o prosseguimento do processo de impeachment.*”

Ainda no âmbito da quarta seção de seu voto, o relator menciona “fortes indícios” de relações próximas entre empresários da área da saúde, que se beneficiaram de desvios, e o denunciado. Acrescenta que tais danos ao erário só puderam se viabilizar com a interveniência direta do próprio denunciado. Adiciona sua interpretação de que o denunciado tinha “plena consciência” de todos os seus atos relacionados às contratações das aludidas Organizações Sociais. E chega o relator a afirmar que o denunciado, no exercício da função de governador do Estado do Rio de



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Janeiro, “agiu dolosamente contra os interesses públicos e em benefício de interesses privados”.

Assim, na Conclusão, quinta e última seção de seu voto, o relator da Comissão Especial de *Impeachment* da ALERJ, Exmo. Sr. Deputado Estadual Rodrigo Bacellar, assevera que “*após a análise dos autos, não existe outra resposta possível senão a de que o presente processo de impeachment deve prosseguir.*” Seu voto, portanto, foi pela “*admissibilidade da denúncia e consequente autorização para prosseguimento do processo pela Comissão Mista, com vistas a julgar o Exmo. Sr. Governador do Estado, Wilson José Witzel, pela prática de crime de responsabilidade.*”

XV – DA APROVAÇÃO DO PARECER PELOS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE IMPEACHMENT DA ALERJ

No dia 17 de setembro de 2020, no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, Palácio Tiradentes, sede do Poder Legislativo fluminense, bem como por meios digitais, via Plataforma “Zoom”, reuniram-se 24 (vinte e quatro) dos 25 (vinte e cinco) Deputados Estaduais, membros da Comissão Especial de *Impeachment*, sob a presidência do Exmo. Sr. Deputado Estadual Chico Machado, para a terceira reunião ordinária.

A reunião teve como objetivo discutir e votar o Parecer do relator, Exmo. Sr. Deputado Estadual Rodrigo Bacellar, que propugnava pela admissibilidade da denúncia e consequente continuidade do processo de *impeachment*.

Após a leitura integral do Parecer pelo relator, o documento foi debatido pelos membros da Comissão, tendo sido aprovado por unanimidade pelos deputados estaduais presentes.

Cabe destacar que o único membro da Comissão ausente naquela reunião foi o Deputado Estadual João Peixoto, que se encontrava hospitalizado e licenciado por motivo de saúde, razão pela qual não participou da aludida sessão. Infelizmente, o referido parlamentar veio a falecer poucos dias depois.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Concluída a votação e proclamado o resultado, foi elaborado o Projeto de Resolução, de iniciativa da Comissão Especial, sobre o prosseguimento do processo de *impeachment*, que seria encaminhado para deliberação, em Plenário, pelos deputados estaduais fluminenses.

XVI – DA APROVAÇÃO EM PLENÁRIO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DE AUTORIA DA COMISSÃO ESPECIAL DE *IMPEACHMENT* DA ALERJ

No dia 23 de setembro de 2020, em sessão ordinária da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, foi pautado o Projeto de Resolução nº 433/2020, com a seguinte ementa: “*Autoriza o processo por crime de responsabilidade contra o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Wilson José Witzel, nos termos da Denúncia documentada nos Processos ALERJ nº 5328/2020 e nº 5360/2020*”.

A sessão contou com a participação de 45 (quarenta e cinco) parlamentares, em caráter presencial, e de outros 24 (vinte e quatro) parlamentares, que dela participaram de forma virtual. Após os debates, foi aprovado por unanimidade (69 votos favoráveis) o Projeto de Resolução, que autoriza o prosseguimento do processo de *impeachment* em desfavor do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Exmo. Sr. Wilson José Witzel, nos termos das denúncias constantes nos processos ALERJ nº 5.328/2020 e 5.360/2020.

Após a aprovação unânime da matéria pelos deputados estaduais, foi promulgada pelo Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Deputado André Luiz Ceciliano, a Resolução ALERJ nº 294/2020, publicada em Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ), na data de 24 de setembro de 2020, oriunda do Projeto de Resolução aprovado, com a seguinte ementa: “*Autoriza o processo por crime de responsabilidade contra o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Wilson José Witzel, nos termos da Denúncia documentada nos processos ALERJ nº 5.328/2020 e nº 5.360/2020.*”

Na mesma data, em cumprimento ao disposto no art. 2º da Resolução 294/2020, foram encaminhadas ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) as cópias integrais dos processos ALERJ nº 5.328/2020 e 5.360/2020,



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

devidamente acompanhadas dos demais documentos referentes à autorização para processar o Chefe do Poder Executivo fluminense por suposta prática de crime de responsabilidade, de modo a ensejar a instalação do competente Tribunal Especial Misto para o devido julgamento.

XVII – DO ENVIO PELA ALERJ DOS DOCUMENTOS SOBRE O PROCESSO DE IMPEACHMENT AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA INSTALAÇÃO DO TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Após a aprovação na ALERJ do Projeto de Resolução nº 294/2020, que autoriza o processo por crime de responsabilidade contra o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Wilson José Witzel, nos termos da Denúncia documentada nos processos ALERJ nº 5.328/2020 e nº 5.360/2020, e a consequente publicação da Resolução nº 294/2020, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, na data de 24 de setembro de 2020, o Exmo. Sr. Presidente do parlamento estadual, Deputado André Luiz Ceciliano, remeteu o processo ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), encaminhando os documentos eletrônicos correspondentes à autorização para abertura de processo em desfavor do Chefe do Poder Executivo por suposta prática de Crime de Responsabilidade, na forma do disposto na Lei Federal nº 1.079, de 10 de abril de 1950.

Recebidos os referidos documentos encaminhados pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, foi inaugurado, no Poder Judiciário estadual, o Processo nº 2020-0661953 e determinado, em despacho da lavra do Exmo. Sr. Presidente do E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Claudio Mello Tavares, o que se segue:

“1) Intime-se o denunciante, o acusado e seus representantes legais da data da sessão do Tribunal Pleno que será realizada para fins de sorteio dos Desembargadores que irão integrar o Tribunal Especial Misto para, se assim desejarem, comparecerem presencialmente ou, caso não desejem estar presentes fisicamente na sessão, poderão assistir a mesma por videoconferência ou através do canal do Tribunal de Justiça no YouTube, conforme link que segue abaixo:

<https://cnj.webex.com/cnj-pt/onstage/g.php?MTID=e3c9e6e8e978b00b79df832293d3007c8>



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

2) Oficie-se ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Procurador-Geral do Estado, ao Presidente da ALERJ, com a finalidade de informar a data da sessão do Tribunal Pleno, que será realizada para fins de sorteio dos Desembargadores que irão integrar o Tribunal Especial Misto, solicitando que indiquem representantes para comparecer a mesma, de modo a presenciar o sorteio que será realizado manualmente por globo sorteador com bolas numeradas, onde os números representam a antiguidade do Desembargador no Tribunal;

3) Junte-se aos autos a cópia da decisão exarada no processo nº 2020-0661953, que determinou a convocação do Tribunal Pleno para fins de sorteio dos Desembargadores que irão integrar o Tribunal Especial Misto.

4) Ao DEMOV para juntar aos autos certidão dos Desembargadores que se encontram fora do mapa da Distribuição ordinária, por estarem de férias, licença ou afastados por qualquer motivo.”

Na mesma data, foi proferida a respeitável Decisão (Id1204182) da Presidência do TJRJ, que apresenta a sugestão sobre o rito a ser seguido para julgamento do processo de *impeachment* do Governador do Estado do Rio de Janeiro, bem como convoca Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno para realização do sorteio dos Exmos. Senhores Desembargadores que passariam a integrar o E. Tribunal Especial Misto, o que foi realizado na data de 28 de setembro de 2020. Foram sorteados, na referida sessão, os seguintes eminentes Desembargadores:

- 1- Desembargadora Teresa de Andrade Castro Neves;
- 2- Desembargador José Carlos Maldonado de Carvalho;
- 3- Desembargadora Maria da Glória Bandeira de Mello;
- 4- Desembargador Fernando Foch de Lemos Arigony da Silva;
- 5- Desembargadora Inês da Trindade Chaves de Melo.

Também em Sessão Plenária da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, na data de 29 de setembro de 2020, foram eleitos os 5 (cinco) Deputados Estaduais que passariam a compor o E. Tribunal Especial Misto, o que foi devidamente publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, na mesma data. Foram eleitos, por ordem de votação, os seguintes Exmos. Srs. Deputados Estaduais:

- 1- Deputado Alexandre Freitas;
- 2- Deputado Chico Machado;
- 3- Deputado Waldeck Carneiro;



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

- 4- Deputada Dani Monteiro;
- 5- Deputado Carlos Macedo.

A composição do Tribunal Especial Misto foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro, em 30 de setembro de 2020. No dia seguinte, 01 de outubro de 2020, foi realizada a Sessão Inaugural de Instalação daquele E. Tribunal, tendo como pauta a aprovação do roteiro sugerido para julgamento do processo de *impeachment* do Governador do Estado do Rio de Janeiro e a realização de sorteio para definição do Relator.

Na oportunidade, foi aprovado o rito sugerido para julgamento do presente processo, com algumas modificações pontuais, e foi também realizado o sorteio do relator, sendo na ocasião sorteado para tal função o Exmo. Sr. Deputado Estadual Waldeck Carneiro.

No mesmo dia, em seu primeiro ato, o relator determinou a notificação do denunciado para que oferecesse, no prazo de 15 (quinze) dias, sua resposta à denúncia perante o E. Tribunal Especial Misto.

XVIII – DA CITAÇÃO DO DENUNCIADO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA AO TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Após sorteio do relator do processo de *impeachment* em curso no Tribunal Especial Misto, em 01 de outubro de 2020, o relator sorteado, na mesma data, determinou a notificação do denunciado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar sua resposta à denúncia, conforme disposto no artigo 514, do Código de Processo Penal (CPP).

A decisão foi devidamente publicada em Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro (DJERJ), bem como no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ), conforme documentos constantes nos autos (Id1214319 e Id1214321, respectivamente).

No dia 02 de outubro de 2020, o denunciado foi notificado pessoalmente, conforme documento constante às fls. 02 e respectiva certidão positiva às fls. 03 do



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

arquivo Id121909, devidamente juntados aos autos pela Oficial de Justiça e Avaliadora (OJA), Ilma. Sra. Ana Maria Monteiro Braga.

No dia 05 de outubro de 2020, primeiro dia útil subsequente à data do recebimento pessoal da notificação pelo denunciado, iniciou-se a contagem do prazo para apresentação de sua defesa ao Tribunal Especial Misto, conforme entendimento pacificado na Súmula 710 do Supremo Tribunal Federal (STF), qual seja: “No processo penal, contam-se os prazos da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.” Portanto, o prazo de defesa do denunciado chegaria a termo em 19 de outubro de 2020.

XIX – DA DEFESA APRESENTADA PELO DENUNCIADO AO TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Durante a vigência do prazo para apresentar a sua defesa, o denunciado protocolou petição, na data de 09 de outubro de 2020, para solicitar a interveniência do relator, de modo que seus representantes legais pudessem ter acesso ao Processo ALERJ nº 11.371/2020, que, segundo o denunciado, poderia conter elementos relevantes para a sua defesa. Movido pelo respeito ao princípio da Ampla Defesa, o relator despachou nos autos do processo, em 12 de outubro de 2020, nos seguintes termos:

“Em atenção à petição juntada aos autos deste processo pelo acusado, por meio de seus advogados regularmente constituídos, na data de 09 de outubro do corrente, comunico que oficiei ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), solicitando que assegure ao acusado o acesso à íntegra dos autos do processo ALERJ nº 11.371/2020, com máxima urgência, se possível na data de 13 de outubro do corrente, primeiro dia útil subsequente à data da referida petição. Notifique-se o acusado sobre a providência tomada, que, ressalte-se, não modifica o prazo de resposta à denúncia já fixado por esta relatoria.”

Com efeito, a defesa do denunciado teve acesso aos autos do processo solicitado, na íntegra, no dia seguinte à data do despacho do relator.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

No dia 19 de outubro de 2020, o denunciado protocolou sua defesa, tempestivamente, anexando à peça defensiva 34 (trinta quatro) documentos, a saber:

1. Procuração;
2. Decreto Estadual nº 46.991/2020;
3. Trecho da Cautelar Inominada Criminal nº 35/DF– Trecho da declaração do Sr. Edmar Santos ;
4. “Proposta de Trabalho” apresentada pelo IABAS em 27.3.2020 ;
5. Ata das Reuniões presenciais, ocorridas perante a Subsecretaria Executiva da Secretaria da Saúde e proposta de readequação do Contrato enviada ao Subsecretário Executivo Iran Aguiar;
6. Termo Aditivo – Contrato de Gestão firmado entre IABAS e Estado do Rio de Janeiro;
7. Declaração da Subsecretaria Executiva da Secretaria de Estado de Saúde acerca da inexistência de repasses financeiros ao IABAS após a publicação do Decreto nº 47.103/2020 e Planilha com os valores repassados ao IABAS referente a Contratação alheia ao escopo da denúncia (Contrato de Gestão nº 003/2016) ;
8. Inicial da ação de produção de provas IABAS e Ofício enviado pelo IABAS à Fundação Saúde ;
9. Trecho da Cautelar Inominada Criminal nº 35/DF ;
10. *Habeas Corpus* nº 5005110-96.2020.4.02.0000;
11. Relatório da interceptação telefônica – processo 0500358-69.2019.4.02.5101 ;
12. Petição protocolizada na ALERJ pelo Sr. Mário Peixoto no dia 18.9.2020
13. Parecer SSJ/SES nº 237/2019;
14. Parecer jurídico elaborado pelo ex-ministro do STJ Sr. Nilson Naves;
15. Sentença proferida nos autos da ACP por improbidade nº 0053368-86.2018.8.19.0001;
16. Decisão proferida nos autos do Processo nº 5010476-42.2020.4.02.5101 em 7.5.2020;



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

17. Planilha de pagamentos questionados pela ALERJ feitos pelo Estado à UNIR;
18. Relatório de auditoria nº 51/2019 elaborado pela Controladoria Geral do Estado – CGE;
19. Processos administrativos sancionatórios OSS;
20. Procedimentos E-08/001/1168/2019 e E-08/001/1169/2019;
21. Regularidade dos contratos advocatícios;
22. Documentos societários das empresas DPAD, Cootrab, e Quali;
23. Petição do Ministério Público Federal acerca da relação entre o Sr. Mário Peixoto e as empresas DPAD, Cootrab, e Quali;
24. Contratação da Primeira-Dama pelo Hospital Jardim Amália – HINJA;
25. Atuação da Primeira-Dama no agravo de instrumento nº 5002001-74.2020.4.02.0000;
26. Atuação da Primeira-Dama na execução fiscal nº 0000899-05.2009.4.02.5104;
27. Atuação da Primeira-Dama na execução fiscal nº 0000437-43.2012.4.02.5104;
28. Juntada de procuração em nome da Primeira-Dama em 8.4.2020 nos autos do agravo de instrumento nº 5002001-74.2020.4.02.0000;
29. Suspensão do agravo de instrumento nº 5002001-74.2020.4.02.0000 em 26.6.2020 e pedido de reconsideração protocolizado no dia 12.10.2020;
30. Cópia das decisões proferidas no processo de partilha do denunciado com a ex-esposa;
31. Sentença judicial que declarou a comunhão universal de bens entre o governador com a sua ex-esposa, proferida em setembro/2019;
32. Cópia do seguro de vida (Primeira-Dama como beneficiária);
33. Cópia da petição inicial da ação civil pública (processo nº 0127970-77.2020.8.19.0001);
34. Cópia da petição da inicial da ação civil pública (processo nº 45099-95.2020.8.19.0001);



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Sobre a defesa apresentada pelo denunciado ao Tribunal Especial Misto, em resposta à denúncia, passo a citar o Memorial que resume seus aspectos mais centrais:

“(…) ANTECEDENTES RELEVANTES DESTES PROCESSOS

Para se analisar os fatos, objeto deste processo, é importante salientar o contexto no qual eles ocorreram. Para tanto, inicialmente, deve-se pontuar que o Estado do Rio de Janeiro possui o segundo maior PIB do Brasil (perde apenas para o Estado de São Paulo), é dividido em 92 municípios, possui um orçamento anual de aproximadamente 90 bilhões de reais e a sua estrutura organizacional dispõe de 27 secretarias.

Ao Governador deste Estado, como o de qualquer outro estado, cabe acompanhar as políticas públicas estrategicamente elaboradas, conforme o plano de governo e as promessas eleitorais. Não se imiscui na rotina diária de cada Secretaria. Aliás, o Governador nem mesmo é o ordenador de despesas (na Secretaria de Saúde, por exemplo, à época dos fatos objeto deste processo, era o subsecretário Executivo, o Sr. Gabriell Neves).

O Governador, nesse contexto, implementou, a partir de 2019, em conjunto com a SEFAZ, o Sistema Eletrônico Integrado — SEI no Estado do Rio de Janeiro, a fim de dar total transparência ao que acontece no dia a dia de cada secretaria. Esse sistema, desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, modificou completamente a transparência de toda e qualquer contratação estadual. Inclusive, permitiu à imprensa e até mesmo aos próprios cidadãos se cadastrarem no SEI, para terem informações diretas a respeito de licitações em andamento, dotações orçamentárias, dentre outras relevantes informações sobre as contas públicas.

Note-se, já aqui, e como inclusive restou demonstrado na defesa, que o Governador sempre atuou, de forma eficaz e imediata, para sanar eventuais irregularidades que apareceram. Essa atuação do Governador sempre se pautou pelo respeito ao sistema jurídico -- no qual ele atuou como Juiz Federal por quase 20 anos, sem a mais mínima mácula --, em prol da sociedade fluminense. E tudo isso se deu num contexto dantesco: conter o avanço, de uma pandemia mundial nunca antes vivenciada, com uma infraestrutura de saúde pública estadual sucateada, herdada de governos anteriores.

De todo modo, como sabido, aberto este processo, ainda na ALERJ, após o Governador apresentar a sua defesa, foi aprovado o relatório apresentado pelo Exmo. Relator Deputado Rodrigo Bacellar, por meio do qual concluiu-se pela existência de irregularidades relacionados a 2 (dois) eventos específicos, ocorridos durante o combate à pandemia da Covid-19, quais sejam:



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

(i) a revogação da desqualificação da Organização Social de Saúde — OSS denominada Instituto Unir Saúde (fls. 31/57 do relatório); e

(ii) a contratação da Organização Social de Saúde — OSS denominada “IABAS” (Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde), para a construção de hospitais de campanha (fls. 57/62 do relatório). O relatório ainda imputou a participação da Dra. Helena Witzel, no alegado esquema delituoso, ao aduzir que “as investigações e a denúncia apontam existirem fortes indícios de recebimento de vantagens indevidas pelo Governador, através do pagamento de honorários à sua esposa, a senhora Helena Alves Brandão Witzel”.

A lamentável história política deste Estado, nas últimas décadas, mostra que vários governadores se envolveram em gravíssimos escândalos de corrupção. Essa triste circunstância, infelizmente, contribuiu para que os fatos objeto deste processo ensejem conclusões precipitadas acerca da prática pelo Governador de supostos atos de improbidade. Mas, em sua defesa, o Governador demonstrou que sua biografia não pode ser lançada na mesma vala comum da história política deste Estado, notadamente porque, no caso, não há contra ele qualquer prova, nem sequer indiciária. Muito ao contrário: já há prova robusta de que o Governador agiu regularmente.

SÍNTESE DA DEFESA

Por meio da defesa, atualmente submetida à judiciosa apreciação de V. Exa.,

o Governador Wilson Witzel expôs, com base na farta documentação que a instruiu, os seguintes motivos, que justificam o não recebimento das 2 (duas) denúncias contra ele apresentadas:

SOBRE A CONTRATAÇÃO DO IABAS:

i) não há provas e nem indícios de que o Governador ao menos teria participado da contratação do IABAS. Todo o contexto pré e pós-contratação do IABAS se deu entre o Sr. Edmar Santos o Sr. Gabriell Neves e os membros do IABAS. Esses fatos foram confirmados pelos próprios protagonistas ao MPF;

ii) após notícias da imprensa, sobre a existência de superfaturamento na referida contratação do IABAS, tomando conhecimento dos fatos, o Governador promulgou o Decreto n° 47.039, no dia 17.4.2020, para que a Controladoria Geral do Estado - CGE passasse a fazer auditoria prévia em todas as contratações emergenciais;

iii) não há prova de prejuízo do Estado na contratação do IABAS. Ao contrário. Ao que se saiba, o IABAS ajuizou uma ação de antecipação de provas contra o Estado do Rio de Janeiro, justamente para comprovar a inadimplência pelos vários serviços prestados pelo autor; e

iv) o Sr. Mário Peixoto não é um dos donos ocultos do IABAS. Segundo as próprias provas colhidas pelo MPF, nos autos da cautelar Inominada n° 35/DF, o IABAS estaria “sob o comando” do Sr. Roberto Bertholdo. Inexistindo este vínculo, impossível



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

coGITAR de benefício indevido do Governador, no tocante a recebimentos da primeira dama, em seu escritório de advocacia. SOBRE A DECISÃO DO GOVERNADOR QUE JULGOU RECURSO DA UNIR;

i) o Sr. Mário Peixoto não é um dos donos ocultos da UNIR. O MPE já chegou a esta constatação em investigação já concluída. O Sr. Mário Peixoto se manifestou no mesmo sentido, em sua defesa. Se a UNIR possui ligação política com alguém, notadamente com base nas próprias provas colhidas pelo próprio MPE e pelo MPF, é com o Sr. Nelson Bornier;

i) a UNIR já possuía relação contratual com o Estado do Rio de Janeiro anos antes de o Governador assumir o cargo. A UNIR celebrou com o Estado, ainda sob a gestão de Luiz Fernando Pezão, 7 (sete) contratos de gestão, entre janeiro e dezembro de 2018, que somam aproximadamente R\$ 172.514.848,00. Desses contratos, 5 foram aditados entre o fim do mandato de Pezão e início do governo de Witzel;

ii) a decisão de revogação de descredenciamento, proferida pelo Governador, foi totalmente regular (fundamentada e motivada). Ainda assim o Governador revogou essa decisão tão logo soube do aparente uso criminoso da UNIR. E essa revogação ainda se deu antes dos protocolos das denúncias objeto deste processo;

v) eram devidos todos os valores pagos à UNIR entre novembro/2019 e janeiro/2020 (período em que a UNIR estava desqualificada). Referiram-se a serviços já prestados antes do descredenciamento. Perdoe-se outra obviedade, mas, para aferir a regularidade do pagamento, não se deve observar a data em que ele foi efetuado (fundamento do Exmo. Deputado Rodrigo Bacellar, encampado pela ALERJ). Deve-se focar na data da realização do serviço; e

vi) o Governador recebeu a saúde estadual em péssimo estado. Várias outras OSS estavam em situação muito pior que a UNIR (inclusive com mais condenações administrativas), como evidenciam a farta documentação juntada aos autos. Consequentemente, manter a UNIR afastada, à luz da pandemia, seria prejudicial à população fluminense, já que ao descredenciá-la, não se planejou sua substituição adequada na gestão dos contratos em curso.

• SOBRE OS CONTRATOS DE HONORÁRIOS DA DRA. HELENA WITZEL;

i) não há provas e nem indícios de que a contratação do escritório da Dra. Helena Witzel teria beneficiado ilegalmente o Governador e, menos ainda, o Sr. Mário Peixoto;

ii) as empresas privadas DPAD, COOTRAB e QUALI nem sequer possuem qualquer relação com o Sr. Mário Peixoto;

iii) a empresa privada HINJA também não possui relação com o Sr. Mário Peixoto e a Dra. Helena Witzel prestou vários serviços advocatícios àquela entidade desde 2017, como comprovam os documentos anexados aos autos; e

iv) a alteração do regime de bens que rege o casamento de Wilson Witzel e a Dra. Helena Witzel é absolutamente irrelevante, no caso, e, ainda assim, plenamente justificável, já que realizada logo após a homologação da partilha patrimonial



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

do primeiro casamento do Governador, como comprovam os documentos anexados à defesa.

• SOBRE A AUSÊNCIA DE PROVAS/INDÍCIOS DE ATO DOLOSO OU DE MÁ-FÉ:

Não há provas e nem indícios de que o Governador teria agido de má-fé ou dolo (como impõe a jurisprudência pacífica do STF e do STJ), com o intuito de causar dano ao erário ou de que teria infringido algum princípio administrativo de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo. A lógica do MPF, encampada pela ALERJ, atribui responsabilidade penal objetiva ao Governador meramente por estar ele no exercício do mandato de governador, o que é vedado pelo sistema jurídico (também com farta jurisprudência nesse sentido).

Ficou demonstrado que o Sr. Mario Peixoto não tem qualquer relação ou, se tem, o que se admite para argumentar, não se teria beneficiado de qualquer ato do Governador, objeto deste processo. Consequentemente, não há como se sustentar a acusação de que o Governador teria tido algum benefício, causado dano ao erário, ou violação algum princípio, seja com a contratação do IABAS ou com a requalificação da UNIR.

Não há uma linha sequer a apontar que o Governador efetivamente sabia de fraudes supostamente cometidas na contratação do IABAS, nem que ele teria participado das atividades das pessoas que supostamente cometeram os atos (o Sr. Edmar Santos e o Sr. Gabriell Neves. v.g.) e nem que ele teria beneficiado a UNIR com a decisão por ele proferida. O que há nos autos deste processo é exatamente o oposto: o Governador agiu, por várias vezes, à luz dos fatos deste processo, com eficiência e agilidade, diante de grave crise na área da saúde estadual, notadamente decorrente dos governos anterior (como dito) e da pandemia (para piorar o cenário). Tanto é que ele nem sequer consta como réu de 2 recentes ações de improbidade administrativa ajuizadas pelo MPE justamente para apurar irregularidades de temas relacionadas ao combate da Covid-19 no Estado do Rio de Janeiro.”

CONCLUSAO

Diante do exposto, o Governador confia em que V. Exa., ao elaborar o relatório, opinará pela rejeição total das denúncias ou, eventualmente, parcial (com relação à contratação do IABAS ou à decisão proferida pelo Governador que requalificou a UNIR).”

XX – DA SESSÃO DE ADMISSIBILIDADE DA DENÚNCIA

Após juntada da defesa técnica pelos patronos do Governador, o Relator incorporou seu Relatório (id. 1329005) aos autos do presente processo, no dia 29 de outubro de 2020, oportunidade em que solicitou ao Presidente a convocação de



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

sessão do Tribunal Especial Misto, com o objetivo de deliberar sobre a admissibilidade da denúncia por crime de responsabilidade contra o chefe do Poder Executivo, Sr. Wilson José Witzel.

Na mesma data, o então Presidente do Tribunal Especial Misto, Desembargador Claudio de Mello Tavares, proferiu decisão, designando a realização da sessão plenária solicitada pelo Relator para o dia 05 de novembro de 2020, às 10 horas, no plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Iniciada a sessão, o Relator proferiu seu voto, nos seguintes termos:

“(…)1. Resumo da Denúncia

A Denúncia oferecida pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Luiz Paulo Correa da Rocha e pela Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Lucia Helena Pinto de Barros imputa ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, Excelentíssimo Senhor Wilson José Witzel, a prática de crimes de responsabilidade, caracterizados na forma do disposto no art. 4º, inciso V, e no art. 9º, item 7, todos da Lei Federal nº 1.079, de 10 de abril de 1950, em dois eixos de acusação: a) requalificação da Organização Social de Saúde Instituto Unir Saúde (OSS Unir Saúde); b) contratação da Organização Social de Saúde Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde (OSS IABAS).

Com relação ao primeiro eixo, qual seja, a requalificação da OSS Unir Saúde, aduz a Denúncia que, no exercício de 2019, foi instaurado o processo administrativo nº E-08/001/1170/2019, com vistas à apuração de indícios de irregularidades cometidas pela OSS Unir Saúde na execução dos contratos de gestão das unidades estaduais de saúde sob sua responsabilidade.

Após assegurado o contraditório e a ampla defesa nos autos do referido processo administrativo, teriam restado comprovados os indícios de irregularidades na execução dos contratos de gestão sob a responsabilidade da OSS Unir Saúde, razão suficiente para aplicação da sanção de desqualificação da referida entidade, o que se deu com a edição da Resolução Conjunta SES/SECCG nº 664/2019, de 16 de outubro de 2019, ato conjunto firmado pelo Secretário de Estado de Saúde e pelo Secretário de Estado da Casa Civil e Governança.

A citada Resolução tinha amparo na Lei Estadual nº 6.043, de 19 de setembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 43.261, de 27 de outubro de 2011, que disciplina a qualificação de entidades sem fins lucrativos como organizações sociais, na área de saúde, bem como dispõe sobre a celebração de contratos de gestão entre o Poder Executivo e as entidades qualificadas na forma da aludida Lei. Com efeito, neste diploma legal, está claramente prevista, em seu art. 38, a possibilidade de o Poder Executivo desqualificar a entidade como Organização Social, o que acarreta a rescisão do contrato de gestão, assim como a reversão dos bens permitidos e dos



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

valores entregues à entidade, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Ocorre que, em 23 de março do corrente, o denunciado, “sem fundamento idôneo” e fazendo uso de poder discricionário, fundado unicamente nos elementos subjetivos da oportunidade e da conveniência da Administração Pública, deu provimento a recurso administrativo interposto pela OSS Unir Saúde, inconformada com sua desqualificação.

Com isso, a Resolução Conjunta SES/SECCG nº 664/2019 foi revogada e, conseqüentemente, restaurou-se a qualificação da OSS Unir Saúde, sendo-lhe restituídos, não apenas todos os direitos e obrigações de que gozava antes de sua desqualificação, mas também o direito de participar de novos certames licitatórios e contratações com o Estado do Rio de Janeiro e demais entes federativos. O ato de requalificação como Organização Social da referida entidade foi devidamente publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ), em 24 de março de 2020.

O provimento do recurso administrativo interposto pela OSS Unir Saúde, segundo a Denúncia, sem fundamento legal, amparado apenas em elementos subjetivos, quais sejam, a oportunidade e a conveniência da Administração Pública, teve como principal justificativa o reconhecimento da situação de emergência no Estado do Rio de Janeiro, na área de saúde pública, nos termos do Decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020, posteriormente convalidado pela Lei nº 8.794, de 17 de abril do corrente, que reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo coronavírus.

A situação reconhecidamente calamitosa impôs a necessidade de aumento exponencial do número de leitos hospitalares, notadamente de leitos para tratamento intensivo, disponibilizados para atendimento à população, bem como a aquisição de equipamentos hospitalares e demais insumos necessários ao abastecimento das unidades estaduais de saúde, com especial destaque para os respiradores mecânicos, dada a importância de sua aplicação no tratamento da COVID-19.

Tamanha seria a importância dos respiradores mecânicos no tratamento dos pacientes contaminados pelo novo coronavírus, que o Poder Executivo realizou a compra de 1.000 (mil) unidades deste equipamento, em valores que estariam supostamente muito acima dos preços praticados no mercado, o que, no entanto, não compõe o escopo da Denúncia em apreço, embora seja objeto de investigações ainda em curso, no âmbito do Ministério Público Estadual.

Em relação ao segundo eixo da acusação, qual seja, a contratação da OSS IABAS, afirmam os denunciantes que o Ministério Público Federal teria identificado robustos indícios de participação do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Excelentíssimo Senhor Wilson José Witzel, de forma ativa, na prática de atos ilícitos referentes à mencionada contratação. Acrescentam os denunciantes que elementos comprobatórios teriam sido encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, o que ensejou a deflagração do Inquérito nº 1.338/DF e, em consequência, a adoção de medida cautelar baseada no pedido de Busca e Apreensão Criminal nº 27-DF (2020/0114014-7), acolhido por iniciativa do eminente relator, Excelentíssimo



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Senhor Ministro Benedito Gonçalves, tendo sido, então, autorizada a expedição de doze mandados de busca e apreensão, no âmbito da “Operação Placebo”, em endereços direta ou indiretamente ligados ao ora denunciado e seus supostos colaboradores.

Conforme destacado ainda na Denúncia, o eminente Ministro do Superior Tribunal de Justiça acima citado relatou que os investigadores afirmam existir “prova robusta” de ilicitude nos processos que levaram à contratação da OSS IABAS para construir e gerir os hospitais de campanha no Rio de Janeiro, tudo sempre com a presumível anuência do denunciado, que teria agido de modo a assegurar todo suporte necessário à realização das fraudes constatadas no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro.

Assim, nos termos da respeitável Decisão do Excelentíssimo Senhor Ministro Benedito Gonçalves, o denunciado teria criado *“uma estrutura hierárquica para a prática de delitos dentro da estrutura do poder executivo fluminense para dar suporte aos contratos fraudulentos para originar ações de combate ao coronavírus no Estado do Rio”*. Ainda segundo o eminente relator no Superior Tribunal de Justiça, as provas estariam nas diferentes propostas orçamentárias apresentadas ao Poder Executivo, que teriam sido fraudadas para dar aparência de concorrência e legalidade à contratação da referida instituição, com vistas à prestação dos serviços de montagem e desmontagem de tendas, instalação de caixas d’água e de geradores de energia, colocação de piso, entre outros itens, para a estruturação dos hospitais de campanha.

Em suma, é possível afirmar que, em pouco mais de um ano de governo, com o advento da pandemia do novo coronavírus, tragédia sanitária e humanitária de proporções inéditas no Rio de Janeiro, no Brasil e no planeta, todos os holofotes fluminenses se voltaram, como era de se supor, para a gestão pública da saúde. Na esfera estadual, descortinou-se, então, um cenário que evidenciava fragilidade na gestão da crise, revelando-se nítido despreparo da administração estadual para adotar, em caráter efetivo, as necessárias ações emergenciais de gestão para o enfrentamento à COVID-19, embora o denunciado, como Governador, tivesse anunciado, de início, medidas firmes e, em geral, sintonizadas com as recomendações das autoridades sanitárias e científicas, nacionais e internacionais.

Contudo, decretado o estado de calamidade pública em virtude da pandemia, com a suspensão de várias atividades presenciais, em função da adoção das medidas de isolamento ou distanciamento social, imprescindíveis à contenção da curva de contágio, começaram a ser anunciados os investimentos emergenciais para aparelhamento de hospitais e para aquisição dos insumos necessários ao atendimento de pacientes que apresentassem sintomas ou tivessem a confirmação do contágio pelo novo coronavírus. Naquele mesmo período, foi anunciada também a montagem de 8 (oito) hospitais de campanha no estado, de modo a possibilitar o aumento de 1.800 (mil e oitocentos) leitos, aqui incluídos os leitos intensivos, para serem disponibilizados à população fluminense, com previsão de inauguração até 30 de abril do corrente, o que jamais ocorreu.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Dos 8 (oito) hospitais de campanha prometidos, apenas 2 (dois) foram entregues (Maracanã e São Gonçalo), mesmo assim, com muito atraso na montagem e com a quantidade de leitos reduzida, muito aquém da propagada, além das crescentes suspeitas de irregularidade e dos fortes indícios de fraude nos processos de contratação da organização social responsável pelo serviço.

Com base nesses fatos, aqui restituídos em apertado resumo, porém detalhadamente expostos no Relatório que antecede este Voto, cabe sublinhar que, nos termos da Denúncia, a conduta do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, ora denunciado, no que se refere às decisões tomadas em sua administração, no tocante à OSS Unir Saúde e à OSS Instituto IABAS, foi qualificada, além de ímproba, como incompatível com a dignidade, a honra e o decoro requeridos para o exercício de tão elevado cargo público.

2. Qualificação do denunciado

A qualificação do denunciado é pública e notória. O Chefe do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, ora afastado por decisão cautelar adotada pelo Superior Tribunal de Justiça, assumiu seu mandato de Governador, após ter sido eleito democraticamente, em segundo turno de votação, nas eleições de 2018. De origem socioeconômica modesta, o denunciado integrou os quadros da Marinha do Brasil, chegando à patente de Segundo-Tenente. Graduou-se em Tecnologia de Processamento de Dados e posteriormente em Direito. Ingressou, no ano de 1998, como Defensor nos quadros da valorosa Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, onde ficou por apenas três anos, pois, em 2001, passou a integrar a magistratura como Juiz Federal. Concluiu o Mestrado em Processo Civil (UFES, 2010) e o Doutorado em Ciência Política (UFF, 2019). Em março de 2018, pediu exoneração do cargo público de Juiz Federal para filiar-se ao Partido Social Cristão (PSC) e disputar, com êxito, naquele mesmo ano, a eleição para Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Durante a campanha eleitoral de 2018, o denunciado adotou discurso de renovação, pregando não apenas uma “nova política”, mas também a defesa de uma gestão pública eficiente, feita por agentes públicos qualificados, extremamente técnicos, que em seu governo ocupariam, segundo o então candidato, todas as áreas da administração estadual.

Especificamente na área de saúde, seu programa de governo prometia, entre outras medidas, o efetivo cumprimento do dispositivo constitucional que obriga os estados a aplicar, no mínimo, 12% (doze por cento) do orçamento em saúde; a realização de auditoria em todos os contratos celebrados entre o Poder Executivo estadual e organizações sociais, assim como em contratos de terceirização firmados no governo de seu antecessor; reforma dos hospitais de referência; criação de mecanismos de *accountability* na gestão dos recursos da área de saúde, de modo a impedir novas fraudes e desvios; apoiar a força-tarefa da “Operação Lava-Jato” no Rio de Janeiro, com foco especial na investigação de atos de corrupção na saúde pública nos últimos 20 (vinte) anos. Aqui foram selecionadas estas promessas de campanha, entre várias outras, porque são as que mais flagrantemente se chocam com o quadro de desvios na Secretaria de Estado de Saúde, durante a administração do



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

denunciado, o que inclusive deu origem à Denúncia ora em exame.

3. Formalidades da Denúncia

A Denúncia em análise é de caráter estritamente documental, pois nela não se faz qualquer menção a rol ou lista de testemunhas que poderiam atestar os fatos denunciados. Caso ocorra o recebimento integral ou parcial da Denúncia e a consequente instauração de processo por crime de responsabilidade contra o denunciado, aí sim, poderão ser realizadas diligências com o concurso de testemunhas. Nesse cenário, provas documentais suplementares, para além daquelas já anexadas ao presente processo, provas testemunhais e, eventualmente, até provas periciais poderão ser requeridas pelas partes, pelo relator ou por qualquer membro do Tribunal Especial Misto.

Quanto à tipicidade, os fatos narrados na Denúncia estão, em tese, adequados aos tipos previstos no art. 4º, V, e no art. 9º, item 7, da Lei Federal nº 1.079, de 10 de abril de 1950. Vejamos o que dispõe o primeiro artigo citado:

“Art. 4º: São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal, e, especialmente, contra:

(...)

V - A probidade na administração:

(...)” (grifos nossos)

Vale enfatizar que a mesma norma deixa suficientemente clara sua aplicabilidade em relação aos crimes, de idêntico teor, cometidos por Governadores de Estado, nos seguintes termos:

“Art. 74: Constituem crimes de responsabilidade dos governadores dos estados ou dos seus secretários, quando por eles praticados, os atos definidos como crimes nesta Lei.”

Convém salientar que o dispositivo acima citado foi recepcionado pela Constituição do Estado do Rio de Janeiro, em seu art. 146. Ademais, está consolidada a simetria do processamento de crimes de responsabilidade cometidos pelo Presidente da República e por Governadores dos Estados, conforme voto da Relatora na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 740-DF, eminente Ministra Rosa Weber, recentemente julgada, nos termos do voto da insigne relatora, aprovado por unanimidade, no Supremo Tribunal Federal.

Vale destacar que a definição de “improbidade” é motivo de acalorados debates doutrinários entre juristas. Parte dos autores entende que a probidade é dever máximo do agente público, mas outros doutrinadores preferem enfatizar que ela é, a rigor, um dos princípios basilares da Administração Pública. Ambas as correntes, porém, são confluentes quanto ao dever legal e moral do agente público em servir à administração com honestidade, boa fé e zelo para com a *res publica*.

Nas lições da ilustríssima jurista Maria Sylvania Zanella di Pietro¹, a improbidade administrativa seria a lesão à probidade e à moralidade administrativa, acrescentando ainda a autora que, quando tratada como infração, a improbidade ganha um sentido

¹ DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2001.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

mais extenso e preciso, abarcando os atos imorais ou desonestos, como também os atos ilegais.

Vejamos agora o enquadramento dos fatos narrados na Denúncia em face do art. 9º, item 7, da Lei Federal nº 1.079, de 10 de abril de 1950, qual seja, o modo de agir incompatível com a dignidade, a honra e o decoro exigível em razão do cargo ocupado. Eis o que reza o citado dispositivo:

“Art. 9º São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração:

(...)

7 - proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo.”

Como se percebe, em relação ao modo de agir compatível com a dignidade, a honra e o decoro, impõe-se ao agente público, na forma da Lei, o dever do atendimento a padrões éticos, tais como honestidade, lealdade, boa fé e probidade.

Nesse sentido, o saudoso jurista Hely Lopes Meirelles² ensina que *“o agente administrativo, como ser humano dotado de capacidade de atuar, deve, necessariamente, distinguir o Bem do Mal, o Honesto do Desonesto. E, ao atuar, não poderá desprezar o elemento ético da sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas também entre o honesto e o desonesto.”*

Diante do exposto, considerados os fatos narrados nos termos da Denúncia, reconhecimento, do ponto de vista formal, sua viabilidade, vale dizer, entendo que estão presentes indícios, tanto de improbidade administrativa como de conduta incompatível com a honra e o decoro do cargo, seja no que tange à rumorosa requalificação da OSS Unir Saúde para manter e até ampliar seus contratos de gestão com o Poder Executivo; seja em relação à não menos rumorosa contratação da OSS IABAS para construir e gerir hospitais de campanha.

Cumpra aqui acrescentar que se constata, no presente processo, a inexistência ou inaplicabilidade de qualquer das causas extintivas de punibilidade, tal como elencadas nos incisos que integram o art. 107 do Código Penal.

Importa também sublinhar que a causa especial de extinção de punibilidade prevista no parágrafo único do art. 76, da Lei Federal nº 1.079, de 10 de abril de 1950, citada a seguir, também não se verifica no presente processo:

Art. 76. (...)

Parágrafo único. Não será recebida a denúncia depois que o Governador, por qualquer motivo, houver deixado definitivamente o cargo. (grifos nossos)

Cabe ainda adicionar que o crime de responsabilidade, na forma tentada ou consumada, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 1.079, de 10 de abril de 1950, é punível da mesma forma. Senão vejamos:

“Art. 2º Os crimes definidos nesta lei, ainda quando simplesmente tentados, são passíveis da pena de perda do cargo, com inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, imposta pelo Senado Federal nos processos contra o Presidente da República ou Ministros de

² MEIRELLES, Hely Lopes *et al.* Direito Administrativo Brasileiro. 44ª ed. Salvador, Juspodivm; São Paulo: Malheiros, 2020.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Estado, contra os Ministros do Supremo Tribunal Federal ou contra o Procurador Geral da República.” (grifos nossos).

4. Sobre a Defesa apresentada pelo denunciado ao Tribunal Especial Misto

Apresentada tempestivamente ao Tribunal Especial Misto, em 19 de outubro do corrente, a respeitável Defesa protocolada pelo denunciado é uma peça de 53 (cinquenta e três) páginas, acrescida de robusto material anexo, distribuído em 34 (trinta e quatro) diferentes documentos, que somam, no total, 1.933 (mil novecentas e trinta e três) páginas anexadas.

De modo cuidadoso, a Defesa busca esclarecer diferentes aspectos, todos de mérito, que constituem a Denúncia protocolada na ALERJ contra o Exmo. Sr. Governador Wilson Witzel. Em primeiro plano, ressalte-se que a Defesa insiste na tese de que o Relatório aprovado pela Comissão Especial de *Impeachment* da ALERJ e, em seguida, acolhido pelo plenário do parlamento fluminense não teria sido capaz de demonstrar a existência de ato ímprobo ou doloso praticado pelo denunciado. De maneira enfática, a Defesa também busca desmontar as questões centrais da Denúncia: a requalificação da OSS Unir Saúde e a contratação da OSS IABAS. Neste segundo caso, alega a Defesa que o denunciado não teve qualquer participação na contratação da entidade para implantar e gerir os hospitais de campanha, vale lembrar, símbolo dos desvios ocorridos na administração estadual no contexto do enfrentamento à pandemia do novo coronavírus. Sobre esse ponto da Denúncia, a peça defensiva afirma com veemência que os denunciantes apenas se limitaram a reproduzir excertos da decisão do eminente Ministro Benedito Gonçalves, sem apresentar qualquer elemento probatório, ainda que em caráter indiciário.

Sobre o conflito de datas entre a proposta de trabalho apresentada pela OSS IABAS e a data de abertura do processo administrativo, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, a Defesa invoca o argumento do erro material, o que, na linha do denunciado, não corroboraria os elementos da Denúncia.

Acerca da questão relativa à requalificação da OSS Unir Saúde, decisão monocrática e discricionária tomada pelo denunciado, contrariando ato conjunto de duas Secretarias de seu próprio governo, a Defesa se manifesta de modo a enfatizar a excepcionalidade da situação de calamidade pública, a inexistência de comprovada motivação pessoal ou política do denunciado e, ainda, a atitude diligente do denunciado, que revogou sua própria decisão, “tão logo tomou ciência do suposto uso criminoso da OSS”.

A respeito da colaboração premiada efetivada pelo ex-Secretário de Estado de Saúde do denunciado, Sr. Edmar Santos, a Defesa lembra que o conteúdo dessas delações não são provas em si mesmas, devendo ser cotejadas com outros elementos probatórios para que sejam, digamos, validadas no processo investigativo. Assim, seja em relação à eventual participação do denunciado nos fatos constantes da Denúncia, seja em relação ao vínculo entre o Sr. Mario Peixoto e as organizações sociais citadas na peça denunciatória, a Defesa sublinha que, além de vaga, não há elementos probatórios que confirmem o conteúdo da aludida delação premiada.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

A propósito, importa destacar aqui as questões atinentes ao envolvimento do Sr. Mario Peixoto, em suposto conluio com o denunciado, no comando da OSS Unir Saúde e da OSS IABAS. Sobre tal tema, a Defesa é contundente, quando assevera que não há qualquer comprovação ou menção esclarecedora acerca do alegado comando exercido pelo Sr. Mario Peixoto sobre aquelas entidades, nem mesmo no material colhido pelo Ministério Público Federal ou pelo Ministério Público Estadual. A esse respeito, a Defesa surpreende, quando aponta para outra linha de investigação, que vincula, não o Sr. Mario Peixoto, mas o Sr. Nelson Bornier, ex-prefeito de Nova Iguaçu e ex-Deputado Federal, às organizações sociais citadas nos eixos centrais da Denúncia.

Ora, tendo em vista que nesta etapa de deliberação o Tribunal Especial Misto tende a se concentrar no exame da presença dos requisitos formais para recebimento ou rejeição da Denúncia, não se revela oportuno aprofundar agora a análise do mérito da Defesa. Contudo, levando em elevada consideração os argumentos defensivos brandidos pelo denunciado, inclusive a perspectiva de abertura de novos veios de investigação, e, ainda, em homenagem ao espesso conjunto de documentos anexados à Defesa, que merecem ser analisados verticalmente à exaustão, penso que ganha fôlego a ideia de que apenas o recebimento da Denúncia e a consequente instauração do processo poderiam propiciar uma análise rigorosa, minudente e esclarecedora dos graves fatos apontados pela Denúncia, que envolveriam diretamente o denunciado, bem como dos diversos e relevantes elementos apresentados na Defesa. Afinal, o próprio denunciado julgou adequado anexar à peça de Defesa quase duas mil páginas de documentos, que, decerto, precisam, a bem da verdade, ser minuciosamente examinados.

Nesse diapasão, não é demasiado ressaltar que o fato alegado na Defesa, qual seja, os denunciantes não teriam apresentado elementos mínimos probatórios, não é apto a afastar a justa causa para o prosseguimento do processo por crime de responsabilidade.

5. Sobre a ocupação do Palácio das Laranjeiras pelo denunciado

Com relação ao Palácio das Laranjeiras, construído entre os anos de 1910 e 1913 para ser residência da Família Guinle, o imóvel foi adquirido pela União, em 1947, para servir como hospedagem de convidados ilustres e de chefes de Estado em visita ao Brasil. Após a transferência da capital para Brasília, em 1960, o Palácio das Laranjeiras passou a hospedar também presidentes da República durante suas estadas na Cidade do Rio de Janeiro.

Após 15 de março de 1975, data da fusão do Estado da Guanabara e do antigo Estado do Rio de Janeiro, a Velha Província, o referido Palácio foi doado ao novo Estado do Rio de Janeiro, passando, então, a integrar o patrimônio imobiliário estadual e a funcionar como residência oficial do Governador fluminense.

Importa mencionar, ainda, com relação ao Palácio das Laranjeiras, que o edifício foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC),



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

dada sua importância histórica e cultural para o país e para o Estado do Rio de Janeiro.

Tendo em vista que o Palácio das Laranjeiras pertence ao Estado do Rio de Janeiro e tem seu uso afetado à moradia de quem chefia o Poder Executivo estadual, não se justifica sua ocupação por quem não preenche os requisitos necessários fixados em Lei. A esse respeito, dispõe a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, em seu art. 68:

“Art. 68. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação nem de utilização gratuita por terceiros, nem de aluguel, salvo mediante autorização do Governador, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, entidade componente de sua administração indireta ou fundação instituída pelo Poder Público, bem como nos casos legalmente previstos para regularização fundiária.” (grifos nossos)

Na mesma perspectiva, dispõe o artigo 3º da Lei Complementar Estadual nº 08, de 25 de outubro de 1977:

Art. 3º - Os imóveis do Estado são imprescritíveis, **insusceptíveis de doação, a qualquer título, ou de cessão de uso gratuita** e somente alienáveis ou utilizáveis nas modalidades e sob as formas previstas nesta Lei. (grifos nossos) Assim, se vier a ser afastado do cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro, por decisão deste colendo Tribunal Especial Misto, o Exmo. Sr. Wilson José Witzel, ora denunciado, não reunirá mais as condições para utilizar, de modo justificável, na forma da Lei, o Palácio das Laranjeiras como sua residência particular.

6. Conclusão

Por fim, **considerando** que a existência de justa causa é o requisito legal para o recebimento da Denúncia e conseqüente instauração e processamento da ação penal, conforme disposto no artigo 395, inciso III, do Código de Processo Penal (CPP); **considerando**, também, que estão presentes seus componentes fundamentais, quais sejam: a) **TIPICIDADE** (“adequação de uma conduta fática a um tipo penal”); b) **PUNIBILIDADE** (“além de típica, a conduta precisa ser punível, ou seja, não existir quaisquer das causas extintivas da punibilidade”); c) **VIABILIDADE** (“existência de fundados indícios de autoria”)³; **considerando**, ainda, o preenchimento dos requisitos do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), quais sejam, a exposição do fato apontado como criminoso com suas respectivas circunstâncias; a qualificação do denunciado e a tipificação da conduta como crime, é possível afirmar, sem adentrar o juízo de mérito, que a narrativa exposta pelos denunciadores é suficiente para ensejar o competente processo de *impeachment*. Em outras palavras, pelo exame dos requisitos formais da Denúncia, que fundamentam sua justa causa, sem abordar, insisto, os aspectos de mérito, parece-me claro que se encontram aqui reunidos seus componentes essenciais, tipicidade, punibilidade e viabilidade, exatamente nos termos do voto do relator, eminente Ministro Alexandre de Moraes, quando

³ Agravo Regimental no Habeas Corpus nº 185.914/RN, Supremo Tribunal Federal, Acórdão publicado nos termos do voto do Relator (e. Ministro Alexandre de Moraes), em 14/07/20.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

da apreciação do Agravo Regimental no Habeas Corpus nº 185.914/RN, no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, **VOTO PELO RECEBIMENTO INTEGRAL DA DENÚNCIA contra o EXMO. SR. WILSON JOSÉ WITZEL e, em decorrência, PELA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO POR CRIME DE RESPONSABILIDADE CONTRA O DENUNCIADO, PELO AFASTAMENTO DO DENUNCIADO DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, durante a vigência do presente processo, e PELA DESOCUPAÇÃO POR PARTE DO DENUNCIADO DO PALÁCIO DAS LARANJEIRAS, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação do Acórdão.** (grifos originais)

Aberta a votação, acordaram os membros do e. Tribunal Especial Misto, por unanimidade de votos, receber a denúncia por crime de responsabilidade quanto ao eixo referente à Organização Social de Saúde Instituto Unir Saúde e também, por maioria de votos, vencido o Excelentíssimo Senhor Deputado Alexandre Freitas, decidiram receber a denúncia por crime de responsabilidade quanto ao eixo referente à Organização Social de Saúde Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde, contra o Governador do Estado, Sr. Wilson José Witzel.

Ainda em votação, por maioria de votos, vencidos o Excelentíssimo Senhor Desembargador Fernando Foch de Lemos Aragony da Silva, o Excelentíssimo Senhor Deputado Chico Machado, o Excelentíssimo Senhor Deputado Alexandre Freitas e a Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria da Glória Oliveira Bandeira de Mello, o Tribunal Especial Misto determinou, em decorrência do recebimento da denúncia, a desocupação, pelo denunciado, do Palácio das Laranjeiras, no prazo de dez dias, contado da data de publicação do Acórdão.

Por fim, ao deliberar sobre a última matéria em votação, mediante proposta do Presidente, o Tribunal Especial Misto decidiu, por unanimidade, em virtude do recebimento da Denúncia e nos termos do art. 57, c, combinado com o art. 77 da Lei Federal nº 1.079/1950, fixar a redução de 1/3 (um terço) do subsídio do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Wilson José Witzel, sendo que os valores subtraídos por tal decisão serão ressarcidos ao denunciado, em caso de absolvição.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

XXI - DO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0078852-38.2020.8.19.0000, VISANDO À PERMANÊNCIA NO PALÁCIO DAS LARANJEIRAS

Com a aprovação, pela maioria dos membros do Tribunal Especial Misto, da desocupação, pelo agora já Réu, do Palácio das Laranjeiras, o governador afastado, antes mesmo de ser notificado de tal decisão, mudou-se imediatamente, com sua família, para o imóvel de sua propriedade localizado no bairro do Grajaú, na cidade do Rio de Janeiro.

Surpreendentemente, porém, na data de 11 de novembro de 2020, demonstrando estar irresignado com a decisão, o Réu impetrou o mandado de segurança nº 0078852-38.2020.8.19.0000 no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a fim de garantir sua “permanência” na residência oficial, sob o argumento de que o imóvel de sua propriedade não oferecia a infraestrutura necessária à sua segurança e de sua família.

Recebido o mandado de segurança pela 1ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a peça foi distribuída à relatoria do Excelentíssimo Senhor Desembargador Antônio Iloízio Barros Bastos, que proferiu a seguinte decisão:

Mandado de Segurança nº 0078852-38.2020.8.19.0000

Relator: Des. Antônio Iloízio Barros Bastos

DECISÃO DO RELATOR

MANDADO DE SEGURANÇA impetrado por WILSON JOSÉ WITZEL “contra (i) o TRIBUNAL ESPECIAL MISTO, instituído na forma previsto no art. 78 da Lei nº 1.079/50, em razão de ato judicial teratológico, violador de garantias fundamentais (doc. 2), praticado pelos seus membros, e (ii) o EXMO. SR. PRESIDENTE DESSE E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO, DESEMBARGADOR CLAUDIO DE MELLO TAVARES, enquanto presidente do mencionado Tribunal Especial Misto”.

O ora impetrante se insurge especificamente contra a ordem de desocupação do Palácio das Laranjeiras; aduz **“E aqui reside, principalmente, o risco do ato impugnado, para a segurança do impetrante e de sua família já que, embora afastado temporariamente, o impetrante ainda é o Chefe do Poder Executivo e como tal, sofre com constantes ameaças a sua vida, agravadas, inclusive, pelo Processo de Impeachment”.** Ao final de substancial peça inaugural, o impetrante pugna pela **“concessão de tutela de urgência, inaudita altera parte, para determinar a revogação da determinação ilegal proferida pelas autoridades coatoras, mantendo-se (...) o e.**



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Governado do Estado do Rio de Janeiro no Palácio Laranjeiras até decisão final no Processo nº 2020- 0667131”.

Esse, a propósito, é o objeto final do presente remédio constitucional.

É o breve Relatório. DECIDO.

Em que pese o brilhantismo da cuidadosa peça inaugural, com a devida vênia, não parece ser o caso de se deferir a tutela de urgência, a começar pela aparente ausência de *periculum in mora*.

Ora, já foi noticiado na imprensa que o ora impetrante, quase que imediatamente, apesar do prazo de dez dias, cumpriu a determinação ora atacada e desocupou o Palácio das Laranjeiras, retornando para a sua residência pessoal no bairro do Grajaú.

Iniludivelmente, esse é um fator de esvaziamento desse requisito da tutela liminar pretendida, pois não está caracterizado que ao final do mandado de segurança será ineficaz a eventual medida concedida se não for suspenso o ato impugnado *in limine*; sobretudo diante do objeto da ação que é a manutenção da ocupação do Palácio das Laranjeiras pelo impetrante e sua família.

O certo é que se afigura plenamente verossímil a possibilidade da espera até final julgamento sem que com isso eventual retorno ao Palácio das Laranjeiras se torne ineficaz. É bem verdade que o impetrante trabalha a ideia da segurança de sua família – questão de ordem indeferida pelo Desembargador Presidente²–; no entanto, trata-se de alegação também esvaziada pelo fator acima explicitado; que demanda ser incorporada com prova real de que existe iminente e concreto perigo contra a vida e que, de toda sorte, poderia ser remediado sem necessariamente o uso e ocupação do Palácio das Laranjeiras.

Em relação ao *fumus boni iuris* o caso também não aparenta, em um primeiro olhar, qualquer inconsistência que justifique o deferimento liminar; até em função da juridicidade, da lógica jurídica, de preceitos consagrados (como o acessório segue o principal ou quem pode o mais pode o menos). Em termos, ora, se não há cargo sem funções, na medida em que o denunciado fica suspenso do exercício das funções, logicamente fica afastado do cargo; e se o Palácio das Laranjeiras, que pertence ao Estado, tem o seu uso afetado à moradia de quem chefia o Poder Executivo, *data venia*, afigura-se até mesmo lógico e intuitivo que não pode ser usado por quem não mais chefia por que foi afastado de suas funções de Chefe do Poder Executivo, sob pena de fazer uso gratuito de um bem público⁴ afetado a quem preenche a condição de chefiar o Poder Executivo, função essa em relação a qual o impetrante foi afastado.

Portanto, não é porque algo não está expresso na lei, facilitando uma descansada e limitada interpretação literal, que, por isso, seja ilegal. Aquilo que parece ilegal aos olhos de uns pode ser inferido da interpretação do Sistema de Direito.

O impetrante concorda que *o afastamento temporário do cargo reflete uma medida absolutamente acauteladora* (fls.5), como também o é essa desocupação do imóvel do ERJ, em homenagem à moralidade administrativa que seria violada caso fosse expressamente possível o uso por quem foi afastado das funções de chefia do Poder Executivo.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Ao lado da juridicidade acima desvelada, sabe-se que o Julgador, modernamente, tem amplo poder geral de cautela para adotar medidas adequadas e nem por isso se pode falar em ilegalidade. Desengadamente, afigura-se, sim, ao menos em um primeiro olhar, uma medida adequada a desocupação do imóvel nas circunstâncias em que se encontra o impetrante, o que confere efetividade ao afastamento do cargo, atende à moralidade, se coaduna aos anseios da maioria da população que busca soluções mais justas e coerentes.

Enfim, ainda que o impetrante bem discorra sobre inexistência de previsão legal; princípios da inércia da jurisdição e da demanda; sobre devido processo legal e supressão da ampla defesa; precedentes históricos, o fato é que, na espécie, *fumaça do bom direito e perigo na demora* não apresentam contornos suficientes para um deferimento in limine e sem manifestação dos personagens que atuam na presente ação mandamental.

Indefiro, por isso, o pedido liminar” (grifos originais)

Relatado o indeferimento do mandado de segurança acerca da desocupação, pelo Réu, do Palácio das Laranjeiras, passo à etapa seguinte

XXII – DO REQUERIMENTO DE PROVAS APRESENTADO PELA ACUSAÇÃO

Instaurado o processo de *impeachment*, conforme Acórdão (Id 1357272), devidamente publicado em 09 de novembro de 2020, no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro (DJERJ), e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ), em 10 de novembro de 2020, conforme certidão (Id 1365769), a Acusação se manifestou sobre as provas que pretendia produzir. Nesse sentido, protocolou petição (Id 1374749) nos seguintes termos:

“(…) Prova Testemunhal

1- Luiz Roberto Martins Soares, de qualificação ignorada, sendo certo que é um dos responsáveis pela OS UNIR, a necessidade de oitiva desta testemunha se justifica em razão do fato de que ele seria o “operador” do Grupo de Mario Peixoto, no caso UNIR, que também foi preso, disse em um grampo telefônico ter pago propina a um agente público não identificado para reabilitar a empresa. A partir da interceptação telefônica de 20 de março de 2020 fica claro o envolvimento de LUIZ ROBERTO MARTINS (um dos responsáveis pela UNIR), anunciando o pagamento de propina pela revogação e o, provável, acerto entre **Mario e o Réu** para revogação da desqualificação da UNIR.

2- Lucas Tristão do Carmo (Lucas Tristão), brasileiro, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.776.547-78, nascido aos 16/01/1987, residente e domiciliado na Avenida Érico Veríssimo, nº 135, apto. 201, Barra Da Tijuca, CEP 22.621-180, Rio De Janeiro/ RJ, atualmente custodiado no Presídio Pedrolino Werling de Oliveira



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

(SEAPPO), localizado em Bangu, Complexo de Gericinó, foi o homem de confiança do **Réu. (...)**

3-Everaldo Dias Pereira (Pastor Everaldo), inscrito no CPF/MF sob o nº 258.815.587-15, com endereço na Estrada Benvindo de Novaes, nº 181, apto. 302, Recreio, CEP 22.795-712, Rio de Janeiro/RJ, Telefone (21) 2428-1853, atualmente custodiado no Presídio Pedrolino Werling de Oliveira (SEAPPO), localizado em Bangu, Complexo de Gericinó;

4-Victor Hugo Amaral Cavalcante Barroso (Victor Hugo), inscrito no CPF/MF sob o nº 117.225.887-21, com endereço na Rambla Arménia, nº 1.624, Buceo, Montevideu, Uruguai, atualmente custodiado no Presídio Pedrolino Werling de Oliveira (SEAPPO), localizado em Bangu, Complexo de Gericinó;

5-Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos (Gabriell Neves), brasileiro, advogado, inscrito no CPF/MF sob o número 099.842.177-44, residente à Avenida Ataulfo de Paiva, 1335/304, Leblon, Rio de Janeiro, CEP 22440-035, atualmente sob custódia do Estado do Rio de Janeiro.

3- Ramon de Paula Neves, de qualificação ignorada, inscrito no CPF/MF sob o nº 101.489.547-23, a oitiva desta testemunha é necessária em razão do Ex-Secretário Edmar Santos, em sua delação, ter afirmado que o mesmo “pressionava para a contratação de empresas de Mario Peixoto, queixando-se do controle da secretaria (de saúde) pelo grupo do Pastor Everaldo”. E, ainda, teria ido ao **Governador**, em março de 2020, para repassar sobre o que Mariana Scardua, então subsecretária de Gestão Integral da Saúde, tinha lhe falado sobre a nomeação de Gabriell Neves (fevereiro de 2020) e que haveria suspeitas de irregularidades na Secretaria de Saúde e que traria problemas. Dias após Witzel ser notificado, Mariana Scárdua foi demitida. (Guilherme Amado- Época, 17/07/20). E teria, também, a troca de e-mail, intitulado “Operação Amanhã”, em 13/05/20, véspera da operação Favorito entre o mesmo e o Sr. Alessandro de Araújo Duarte, apontado pelo MPF como um dos operadores financeiros do empresário Mario Peixoto.

4- Roberto Bertholdo, inscrito no CPF/MF sob o nº 478.913.869-00, advogado do Instituto IABAS, teria sido o supervisor da contratação da IABAS.

Prova Documental

A requisição ao Ministério Público Federal do inteiro teor dos depoimentos decorrentes dos acordos de colaboração premiada celebrados por Edmar Santos e Edson Torres.

Seja requerido ao Ministro Benedito Gonçalves, Relator no STJ do Inquérito nº 1138/DF, o compartilhamento das provas.

(...)” (grifos originais)

Ato contínuo, os patronos do Réu apresentaram nova peça de defesa (Id1455369), além do requerimento sobre produção de provas, como será declinado em seguida.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

XXIII – DO REQUERIMENTO DE PROVAS E DA NOVA PEÇA APRESENTADA PELA DEFESA

Intimada a apresentar a sua defesa, após a admissibilidade da denúncia, o Réu assim procedeu, reunindo, no mesmo documento, argumentos defensivos e pedido de provas testemunhais, documentais e periciais. Segue o essencial do conteúdo dessa peça:

“(…)

CONTEXTO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

2. Como bem sintetiza o próprio e. Tribunal Superior Eleitoral, “é o governador que exerce o Poder Executivo na esfera dos estados e do Distrito Federal. Cabe a ele representar, no âmbito interno, a respectiva Unidade da Federação em suas relações jurídicas, políticas e administrativas. No exercício da sua função de administrador estadual, ele é auxiliado pelos secretários de estado. O governador participa do processo legislativo e responde pela segurança pública. Para isso, o governador conta com as Polícias Civil e Militar e com o Corpo de Bombeiros. Em razão da autonomia dos estados e do Distrito Federal, cada constituição estadual e a lei orgânica do DF dispõem sobre competências, atribuições e responsabilidades do cargo de governador” (grifou-se).

3. Essa deve ser a perspectiva a nortear a análise dos fatos e das provas objeto das denúncias. Deve-se, a essa definição, somar os seguintes fatos relevantes, substancialmente sumariados neste tópico: o Estado do Rio de Janeiro possui o segundo maior PIB do Brasil (perde apenas para o Estado de São Paulo), é composto por 92 municípios”, possui um orçamento anual de aproximadamente 90 bilhões de reais” e se divide em 27 secretarias.

4. Ao Governador deste Estado, então, como ao de qualquer outro, cabe acompanhar as políticas públicas estrategicamente elaboradas, conforme definido no plano de governo e externado na campanha eleitoral. Ele não se imiscui na rotina diária de cada Secretaria. É até mesmo intuitivo não caber ao Governador gerir, de forma individualizada, menos ainda diariamente, cada um dos milhares de contratos firmados pelo Estado. Essa rotina compete aos Secretários, subsecretários e demais órgãos vinculados à Administração Pública, no âmbito de suas respectivas secretarias.

5. Mais dois fatos importantes relacionados à Administração Pública estadual: dentre outras atribuições, compete à Secretaria de Fazenda — SEFAZ fiscalizar o orçamento estadual e implementar mecanismos para sua melhor gestão, notadamente à luz da Resolução da SEFAZ nº 48/2019. E nem mesmo ordenar as próprias despesas orçamentárias estaduais é competência do Governador; a ordenação de despesas compete a funcionários com essa atribuição específica dentro



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

das respectivas secretarias (na SEFAZ, por exemplo, é o Superintendente de Orçamento e Despesas; já na Secretaria de Saúde, à época dos fatos das denúncias, era o subsecretário Executivo, o Sr. Gabriell Neves, pessoa que muito será citada ao longo desta defesa). Ou seja, compete à SEFAZ atuar, ativamente, no controle do orçamento; e às demais Secretarias compete fazer uso adequado do dinheiro público para cumprir com lisura todos os milhares de compromissos assumidos.

6. Justamente diante desses fatos superlativos, o Governador Wilson Witzel implementou neste Estado, a partir de 2019, em conjunto com a SEFAZ, o Sistema Eletrônico Integrado — SEI, a fim de dar total transparência ao que acontece no dia a dia de cada Secretaria. Como bem explica o site principal do SEI, “é um sistema de gestão de processos administrativos e documentos eletrônicos. É a substituição do papel como suporte para documentos institucionais. Com ele, os calhamaços envolvidos em uma capa, presos por bailarinas e cheio de carimbos deixam de ser parte da rotina dos servidores públicos. Com acesso via web, é um software público desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF/4) e escolhido como a solução de processos eletrônicos, no âmbito do projeto Processo Eletrônico Nacional (PEN), iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da administração pública e coordenada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Por isso, foi cedido gratuitamente ao Estado do Rio de Janeiro via acordo de cooperação firmado com o Governo Federal. Com o SEI, as informações, conhecimento e decisões são compartilhados em tempo real, proporcionando melhoria no desempenho dos processos da administração pública, com ganhos em agilidade, produtividade, transparência, satisfação do público usuário e redução de custos” (grifou-se)”.

7. Esse sistema modificou completamente a transparência de toda e qualquer contratação estadual. Inclusive, permitiu à imprensa e até mesmo aos próprios cidadãos cadastrarem-se no SEI para terem informações diretas a respeito de licitações em andamento, dotações orçamentárias, etc. O compromisso do Governador Wilson Witzel com a transparência e o respeito do uso dinheiro público pode ser inequivocamente constatado pela implantação desse importante sistema.

8. Nessa linha, como será demonstrado ao longo desta defesa, o Governador sempre atuou, de forma eficaz e imediata, para sanar eventuais irregularidades que aparecessem. Como igualmente será demonstrado, essa atuação do Governador sempre se pautou no respeito ao sistema Jurídico em prol da sociedade fluminense. E tudo isso se deu num contexto dantesco: conter o avanço de uma pandemia mundial, nunca antes vivenciada, com uma infraestrutura de saúde pública estadual tão maltratada/vilipendiada/marginalizada pelos últimos governos estaduais.

RETORNO À RAZÃO

9. Agora, também como uma premissa geral desta defesa, um elogio à razão: ela, afinal, deverá presidir este julgamento; e ela, só ela, deverá orientar e conduzir seu resultado.

10. Diz-se, comumente, e de modo acrítico, que o processo de impeachment é político. Essa assertiva é falsa, ou apenas parcialmente verdadeira. Precisa, então, ser bem compreendida.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

11. Ele é político na medida em que se inicia, na sua primeira fase, perante uma casa de representação popular; é político, ainda, na medida em que integrantes do Poder Legislativo participam, na fase jurisdicional, também como julgadores — daí a existência de um tribunal misto.

12. Mas o político cessa aí. E a partir daí o político deve ceder ao jurídico; e a vontade, à razão; e a paixão (o elemento irracional), à reflexão (o elemento racional). Num processo, todas as alegações devem ceder a fatos e provas, isto é, todo fato deve ser provado. Norma e fato (provado) são os dois lados, colados, da legalidade. Essa é a racionalidade do processo num Estado de Direito.

13. Julgamentos políticos, ademais, são uma *contradictio in terminis*. Se um julgamento pauta-se por convicções políticas, então não há julgamento, mas ato de vontade. E, se o que condena é a vontade, então não há julgamento, mas inquisição, ou teatro armado. Se impeachment, enfim, pressupõe crime de responsabilidade, e crime é um conceito jurídico, então inequivocamente o jurídico deverá filtrar o político, com todas as garantias inerentes a um processo justo.

14. É o que se espera aqui. O acusado já demonstrou anteriormente, e demonstrará aqui e adiante, que não há provas acerca das ilações e imputações que lhe são feitas. A razão, então — a razão jurídica —, se a ela se retornar, e se ela, ao final, prevalecer, imporá a sua absolvição.

15. Espera-se que não se invoque o político, como tese sido feito até aqui, como jargão vazio para condenar. Impeachment, afinal, não é instrumento para se afastar representante eleito por simples querer político, ou por simples vontade política direcionada e de ocasião.

16. Em 27.5.2020, o Exmo. Deputado Estadual Luiz Paulo Correa da Rocha e a Exma. Deputada Estadual Lucia Helena Pinto de Barros ofereceram denúncias, perante a ALERJ, contra o Governador Wilson Witzel. A primeira, distribuída sob o nº 5.328/2020, e a segunda, apensada, sob o nº 5.360/2020, ambas com fundamento nos arts. 4º, V, 9º, VII, 74 a 79 da Lei nº 1.079/1.950.

17. Em decisão proferida no dia 10.6.2020, o Exmo. Deputado Estadual Presidente da ALERJ, Sr. André Luiz Ceciliano deferiu o prosseguimento das denúncias após submetê-las à apreciação do colegiado. No mesmo dia 10.6.2020, o Exmo. Sr. Presidente da ALERJ definiu o rito processual e, em cumprimento ao referido ato, instalou a Comissão Especial de Impeachment por meio do ATO/E/GP/Nº 42/2020, que regulou o processamento das denúncias naquela fase.

18. Após a eleição do parlamentar Presidente e do Relator da Comissão Especial de Impeachment, o Exmo. Deputado Estadual Luiz Paulo, um dos autores das denúncias, reconheceu que deixou de instruir o seu requerimento de instauração do processo com os documentos necessários a comprovar os fatos narrados. Para contornar essa lacuna fundamental, o Exmo. Deputado Estadual Rodrigo Bacellar, relator dos processos, solicitou informações e subsídios à Procuradoria Geral da República, Superintendência da Polícia Federal e Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro”.

19. Em 23.6.2020, também em razão da instrução deficiente do procedimento, a Comissão Especial deferiu o pedido de



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

suspensão do processo formulado pelo Governador, a fim de que ele fosse devidamente esclarecido acerca do rito processual a ser adotado para o julgamento dos Processos Administrativos nº 5328/2020 e nº 5360/2020, bem como para que fossem acostados aos autos os documentos que teriam motivado as denúncias. Isso porque os denunciantes só haviam juntado à denúncia a decisão proferida pelo eminente Ministro Benedito Gonçalves do e. Superior Tribunal de Justiça, no âmbito de Inquérito Penal nº 1338, cujo objeto consiste na coleta de provas sobre eventuais práticas de atos ilícitos, bem como notícias veiculadas na mídia sobre o tema.

20. A Comissão Especial, no entanto, decidiu pelo prosseguimento do procedimento no dia 6.7.2020, ao fundamento de que eventuais provas deveriam ser produzidas nesta atual fase “jurídica” do processo de Impeachment, isto é, só após eventual recebimento da denúncia (quando, na verdade, como ora se vê ainda mais claramente, já se fizera ali um pré-julgamento), com o afastamento do Governador do cargo para o qual foi eleito por quase 5 milhões de eleitores.

21. Em seguida, após o Governador apresentar sua defesa, o Exmo. Relator Deputado Rodrigo Bacellar elaborou parecer, por meio do qual entendeu pela existência de irregularidades relacionados a 2 (dois) eventos específicos, ocorridos durante o combate à pandemia da Covid-19 quais sejam: (i) a revogação da desqualificação da Organização Social de Saúde — OSS denominada Instituto Unir Saúde (fls. 31/57 do relatório); e (ii) a contratação da Organização Social de Saúde — OSS denominada “IABAS” (Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde) para a construção de hospitais de campanha (fls. 57/62 do relatório). Confirmam-se trechos do referido relatório:

i“(...) A peça de denúncia descreve os fatos ocorridos nos autos do processo administrativo nº E-08/001/1170/2019, instaurado no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde, com o fim de apurar indícios de irregularidades cometidas pelo INSTITUTO UNIR SAÚDE na execução dos contratos de gestão das unidades de saúde sob sua responsabilidade (...)”; e ii) “Segundo decidido pelo Exmo. Ministro do Superior Tribunal de Justiça Benedito Gonçalves no Pedido de Busca e Apreensão Criminal nº 27 — DF

(2020/0114014-7), fora levantado em investigação realizada pelo Ministério Público Federal, nos autos do inquérito nº 1338, a existência de prova robusta de fraudes no processo de contratação da IABAS para gerir os hospitais de campanha no Rio de Janeiro.”

22. O relatório, no entanto, vai além. Imputa, ainda, a participação da Primeira-Dama, Dra. Helena Witzel, no alegado esquema delituoso, ao aduzir que “as investigações e a denúncia apontam existirem fortes indícios de recebimento de vantagens indevidas pelo Governador através do pagamento de honorários à sua esposa, a senhora Helena Alves Brandão Witzel”.

23. Na sessão ordinária realizada no dia 23.9.2020, a ALERJ aprovou a abertura do processo de impeachment. Determinou-se, então, o prosseguimento deste processo perante esse e. Tribunal Especial Misto, para que os fatos fossem apurados e os documentos apresentados, avaliados, com maior profundidade, nesta nova fase processual e jurisdicional.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

24. Nesse sentido, o Governador, em 19.10.2020, apresentou resposta, pela qual demonstrou que o relatório aprovado pela ALERJ, lastreado nos mencionados fatos (à luz das denúncias que originaram este processo), não aponta a existência de quaisquer atos ímprobos, quanto mais dolosos (como exige a jurisprudência do STF e do STJ), ligados ao denunciado. E nem poderia, porque ele não praticou ato ilícito, muito menos ímprobo.

A SESSÃO REALIZADA NO DIA 5.11.2020 POR ESTE E. TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

25. Esse e. Tribunal Especial Misto, em sessão realizada no dia 5.11.2020, quinta-feira, deliberou por receber as denúncias e, conseqüentemente, instaurar processo por crime de responsabilidade. Ao assim decidir, afastou temporariamente o Governador, ora investigado, de suas atribuições, bem como determinou, de ofício, sua retirada do Palácio da Guanabara!?

26. Nos termos do voto do relator, Exmo. Sr. Deputado Waldeck Carneiro, estariam presentes “indícios, tanto de improbidade administrativa como de conduta incompatível com a honra e o decoro do cargo, seja no que tange à rumorosa requalificação da OSS Unir Saúde para manter e até ampliar seus contratos de gestão com o Poder Executivo; seja em relação à não menos rumorosa contratação da OSS IABAS para construir e gerir hospitais de campanha” (fl. 9 do voto).

27. Por outro lado, o voto proferido pelo Exmo. Sr. Deputado Waldeck Carneiro, que, em linhas gerais, reflete a opinião dos demais membros desse e. Tribunal Especial Misto, foi enfático em reconhecer a relevância dos argumentos defensivos deduzidos pelo denunciado. Esclareceu, para tanto, que a análise realizada recaiu sobretudo sobre os “requisitos formais para recebimento ou rejeição da denúncia” (grifou-se) e que “apenas o recebimento da Denúncia e a conseqüente instauração do processo poderiam propiciar uma análise rigorosa, minudente e esclarecedora (...) dos diversos e relevantes elementos apresentados pela Defesa” (fl. 12 do voto).

28. Não obstante o posicionamento unânime dos membros desse e. Tribunal Especial pela abertura de processo para apurar a prática de crime de responsabilidade, o fato é que o Exmo. Sr. Deputado Estadual Alexandre Freitas, ao tratar da “suposta gestão administrativa do Denunciado para benefício da IABAS”, divergindo do relator, declarou voto pelo qual reconheceu que “a imputação carece de indícios mínimos e, portanto, deve ser rejeitada, neste ponto” (fl. 10 da declaração de voto; grifou-se e negritou-se). Isso porque, conforme ali asseverado, “a ausência de provas ou, no menos, indícios de que o Denunciado tenha atuado ou direcionado as condutas de Edmar Santos e Gabriel] Neves não autoriza a imputação das irregularidades na contratação da TABAS” (cf. fl. 11).

29. Seja como for, será demonstrado, nesta defesa, que o relatório aprovado pela ALERJ e o referido acórdão proferido por esse e. Tribunal Especial Misto, ambos lastreados nos mencionados fatos (à luz das denúncias que originaram este processo), não apontam a existência de quaisquer atos ímprobos, dolosos (como exige a jurisprudência do STF e do STJ), praticados pelo Governador Wilson Witzel. E nem poderiam, porque, repita-se, o Governador não praticou nenhum ato ilícito, muito menos ímprobo. Por isso, ele confia em que



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

esse e. Tribunal Especial Misto concluirá, ao final da instrução, pela improcedência das denúncias.

SÍNTESE DA HISTÓRIA DO SR. WILSON JOSÉ WITZEL E DA PRIMEIRA-DAMA

30. Antes de adentrar as razões de mérito, as quais, como acredita o Governador, levarão à improcedência das denúncias, é importante resgatar!!, para a devida contextualização, o passado do Governador Wilson Witzel e sua esposa, a advogada Helena Witzel. Ambos, até o ano de 2018, eram pessoas absolutamente dissociadas do mundo da política e de tudo que orbita em seu entorno.

31. Wilson José Witzel nasceu em Jundiaí/SP, filho de uma empregada doméstica (Olívia Vital Witzel) e de um metalúrgico (José Witzel). Após concluir o ensino fundamental e médio, formou-se num curso técnico de topografia. Aos 18 anos, entrou na Escola de Formação de Oficiais da Marinha e, aos 20 anos, foi fuzileiro naval. Permaneceu na Marinha até o ano de 1992, quando chegou ao posto de segundo-tenente. Em 1991, concluiu a sua primeira graduação em Tecnologia de Processamento de Dados, na Faculdade Integrada Anglo-Americano.

32. Em 1993, iniciou o curso de Direito, no Instituto Metodista Bennett, no Estado do Rio de Janeiro, graduando-se em 1996. Após a conclusão desta etapa de sua vida profissional, prosseguiu com os estudos, no âmbito do Direito, e concluiu o Mestrado em Processo Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo — UFES, no ano de 2010. Posteriormente, tornou-se doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense — UFF, no ano de 2019.

33. Paralelamente à vida acadêmica, foi Defensor Público no Estado do Rio de Janeiro de 1998 até 2001, quando ingressou na magistratura como Juiz Federal. Ao todo, foram 17 (dezessete anos) de magistratura, exercida, com afinco, em Varas Cíveis e Criminais. Em março de 2018, pediu exoneração para se filiar ao Partido Social Cristão — PSC e, com isso, disputar as eleições como candidato a Governador do Estado do Rio de Janeiro. Sagrou-se vitorioso, no dia 28.10.2018, com 59,87% dos votos válidos (ou 4.675.355 votos), no segundo turno.

34. Helena Witzel, nascida em 1981, formou-se em direito no ano de 2006, na faculdade de Direito em Vila Velha/ES, na qual, inclusive, foi aluna do Governador. Após conseguir sua habilitação profissional perante a OAB, passou a atuar, em demandas judiciais e consultorias, como advogada.

35. O patrimônio do casal, amealhado até hoje, resume-se a uma casa no Grajaú, além de uma nada relevante poupança. Essa casa é onde o casal morava antes de Wilson Witzel assumir o governo do Estado e para onde pretende voltar a morar, quando chegar a termo o seu mandato.

36. O resumo, ainda que sumário, da vida do casal Witzel, revela, para além de qualquer dúvida razoável, que, neófito na política, e de origem simples, e vida modesta, e de formação jurídica, tanto Wilson Witzel quanto sua mulher desconheciam ou, ao menos, conheciam muito pouco, o universo político brasileiro ou fluminense, bem como as pessoas, aí incluídos políticos e empresários, que sobre ele orbitam. É fato público e notório que o Governador era um outsider do mundo político, fato



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

que, aliás, foi decisivo para a sua vitória na eleição para o governo do Estado.

37. A lamentável história política deste Estado, nas últimas décadas, mostra que vários governadores se envolveram em escândalos de corrupção. Essa triste circunstância, infelizmente, contribui para que os fatos objeto deste processo ensejem conclusões precipitadas acerca da real culpa do Governador.

38. O Governador demonstrará, contudo, que sua biografia não pode ser colocada na mesma vala comum da história política deste Estado, nos últimos 20 anos. Será cabalmente esclarecido que não há qualquer prova efetiva contra ele da prática de qualquer irregularidade. Nem sequer há indícios. Muito pelo contrário: já há prova robusta de que o Governador agiu regularmente, como será novamente explicado ao longo desta defesa. E certamente no decurso deste processo ele produzirá outras provas sobre a sua inocência.

A VERDADE DOS FATOS: O GOVERNADOR NEM SEQUER PARTICIPOU DA ESCOLHA E CONTRATAÇÃO DO "IABAS"

a) Absoluta ausência de provas/indícios contra o Governador:

39. Uma das duas imputações contidas nas denúncias objeto deste Processo de Impedimento consiste numa suposta ilegalidade na contratação do IABAS, para a construção dos hospitais de campanha, destinados ao enfrentamento da pandemia do Covid-19. Os fatos relacionados à acusação formulada contra o Governador são, em síntese, os seguintes:

i) De acordo com a decisão proferida pelo Ministro do STJ Benedito Gonçalves, no Pedido de Busca e Apreensão Criminal nº 27/DF, haveria suposta fraude, no processo de contratação do IABAS, para construir e gerir os hospitais de campanha no Estado do Rio de Janeiro;

ii) O processo administrativo nº SEI-080001/007073/2020, que gerou a contratação do IABAS para prestação dos serviços nos hospitais de campanha, foi instaurado em 27.3.2020. Mas a Proposta de Trabalho apresentada pelo IABAS teria sido elaborada em 26.3.2020;

ii) Em 3.4.2020, foi firmado o Contrato nº 027/2020, tendo como signatário o Subsecretário Sr. Gabriel Neves. Porém, apenas no dia 20.4.2020, o contrato foi submetido à Subsecretaria Jurídica, que opinou pela abertura de sindicância, para apurar supostas irregularidades;

iv) Teriam sido apurados pagamentos realizados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro ao IABAS, no valor de R\$ 256.532.002,84, após o Decreto nº 47.103/2020, que determinou a intervenção nos hospitais de campanha sob a gestão do IABAS; e

v) Haveria provas de que o Sr. Mário Peixoto vem ampliando seu espectro de atuação, com o domínio sobre outras OSS, e, nessa linha, no caso, haveria indícios de participação ou influência dele sobre o IABAS.

40. Sucede, no entanto, que, não obstante os fatos narrados, in genere, na denúncia, não restou comprovado, nem antes, nem agora, sob nenhuma perspectiva, de que forma o Governador poderia ter participado neste procedimento administrativo, que resultou na celebração do Contrato nº 027/2020 entre o Estado do Rio de Janeiro e o IABAS. E a demonstração desse vínculo é essencial. Afinal, se o Governador não participou, nem sequer



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

minimamente, de nenhum dos fatos acima elencados, não há como se cogitar de qualquer denúncia a este respeito contra ele. Reitere-se, como mencionado na abertura desta defesa, que não está nas atribuições do Governador do Estado verificar contratos e ordenar despesas.

41. A esse respeito, aliás, a denúncia limitou-se a reproduzir trecho da decisão proferida pelo eminente Ministro Benedito Gonçalves, no âmbito de medida cautelar criminal, na qual simplesmente se afirma existirem, mas não se indica quais, supostas provas acerca da existência de orçamentos fraudados para serviços de montagem e desmontagem de tendas, instalação de caixas d'água, geradores de energia e piso para a formação da estrutura dos hospitais de campanha, no que tange ao IABAS. Essa menção, além de desvinculada de qualquer ato concreto, especificamente atribuível ao Governador, é desacompanhada, ressalte-se, de qualquer comprovação.

42. Estribado apenas em trechos da decisão liminar em processo cautelar de busca e apreensão deferida monocraticamente no âmbito do STJ — precária e provisória por definição —, passou a constar da fl. 57 do relatório elaborado pelo Exmo. Relator Rodrigo Bacellar uma afirmação genérica, no sentido de que “o Exmo. Governador Wilson Witzel “tinha o comando ' da estrutura que deu suporte a fraudes na Secretaria de Estado de Saúde, tendo criado uma estrutura hierárquica para a prática de delitos dentro da estrutura do poder executivo fluminense” (fl. 58 do relatório).

43. Com base, então, em afirmação rarefeita, despida de explicação detalhada de como se chegou a esta conclusão, e sem que tivessem sido apresentadas quaisquer provas concretas ou mesmo indícios que pudessem lastrear a afirmação de que o Governador estaria envolvido diretamente na contratação do IABAS, foi feita a denúncia. E é verdadeiramente assustador que assim tenha sido feita, e que assim se tenha procedido em pleno Estado de Direito. A razão, aqui, foi violentada.

44. De fato, não foi anexada às denúncias nenhuma prova, nem mesmo indiciária, que pudesse demonstrar qualquer relação do Governador com o suposto esquema de corrupção, relacionado à contratação do IABAS. Não foi descrita nenhuma conduta sua, capaz de ligá-lo, direta ou indiretamente, à contratação dessa OSS. Mas ainda assim, somente porque há trecho mencionando o IABAS na indigitada decisão do Min. Benedito Gonçalves, a acusação persiste.

45. Não há indícios, nem muito menos provas, de nenhuma natureza, que demonstrem a participação do Governador nos fatos que conduziram a celebração de contrato entre o Estado do Rio de Janeiro e o IABAS. Há, na verdade, evidências contrárias a essa participação.

46. Foi exatamente nesse sentido, inclusive, que se posicionou o Exmo. Sr. Deputado Estadual Alexandre Freitas, na sessão realizada no dia 5.11.2020, quinta-feira. Por meio de esclarecedor voto, asseverou o deputado o seguinte: “Depois de ler e reler os autos, esmiuçar as provas neles contidas, não é possível detectar um mínimo indício de que o Denunciado operou em favor da contratação emergencial da IABAS, para construção e gestão de hospital de campanha, especificamente



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

quanto ao Termo de Referência e Contrato 027/20” (fl. 10, documento 1358686; grifou-se).

47. Ainda nos termos da r. decisão proferida pelo Exmo. Sr. Deputado Estadual Alexandre Freitas, “a ausência de provas ou, no menos, indícios de que o Denunciado tenha atuado ou direcionado as condutas de Edmar Santos e Gabriell Neves não autoriza a imputação das irregularidades na contratação da IABAS” (fl. 11, documento 1358686). Afinal, “não há só uma circunstância que induza a sua colaboração no fato que lhe é imputado — que a contratação da [ABAS se deu de forma fraudulenta com a colaboração direta ou mediata do Denunciado. E jamais se poderia aceitar um processo de impedimento de um Governador baseado em presunções” (fl. 13, documento 1358686; grifou-se).

b) Robusta prova de inexistência de qualquer relação do Governador com os fatos investigados, relacionados ao IABAS:

48. Além da mais absoluta ausência de provas, não há como essa denúncia ser julgada procedente, especialmente em relação aos fatos que precederam a contratação emergencial do IABAS, diante da inexistência de vínculo do Governador com esse fato. A narrativa trazida pelo Ministério Público Federal — nos autos da cautelar inominada criminal, em que é apontado a suposta existência de corrupção nesta contratação —, demonstra, sem margem para dúvida, que todos as provas colhidas, relativas à contratação do IABAS, convergiram, exclusivamente, para a responsabilização do Sr. Gabriell Neves (à época Subsecretário Executivo de Saúde) e do Sr. Edmar Santos (à época Secretário de Saúde).

49. Relembrem-se os fatos. Diante da grave crise na área da saúde, ocasionada pela COVID-19, o Governador, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, autorizou, em 24.3.2020, “a celebração de contrato de gestão com entidade qualificada como organização social de forma simplificada, cujos prazos poderão ser reduzidos, mediante justificativa detalhada de sua necessidade, observados os princípios contidos no caput do art. 37 da CRFB/88” (document 1284751). E assim o fez na forma do art. 5º do Decreto nº 46.991/2020 dentre outros atos visando a combater a ameaça representada pelo Covid-19.

50. Com base nessa autorização, perfeitamente legal, nas circunstâncias — já estava presente a pandemia naquele momento —, nos termos do art. 4º-E da Lei nº 13.979/2020 e no art. 5º do Decreto nº 46.991!2, o Sr. Gabriell Neves se encarregou da contratação da OSS que seria responsável pela construção e gestão dos hospitais de campanha. Ato contínuo, em 3.4.2020, o Sr. Gabriell Neves autorizou a tramitação, sem pesquisa de mercado, com fundamento art. 4º, 82º, da Lei nº 13.979/2020. E, no mesmo dia, junto ao Sr. Edmar Santos, foi assinado o referido contrato com o IABAS, objeto da denúncia que instaurou este processo.

51. Em 20.3.2020, a Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro analisou a juridicidade do contrato administrativo nº 027/2020 e apontou a existência de vícios. Opinou, então, ali, pela nulidade do contrato ou, alternativamente, para duas alternativas jurídicas:

(i) a manutenção do contrato, convalidando-o, por meio de alterações no Termo de Referência, nas cláusulas contratuais



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

tidas como imprecisas e ilegais, bem como no equilíbrio da equação econômico-financeira, mediante termo aditivo;

ou

(ii) a viabilização da celebração de contrato de gestão emergencial, com a mesma ou outras OSS, desde que extinto o ajuste inicial, mediante a aplicação da hipótese de dispensa de seleção, prevista no art. 17 da Lei Estadual nº 6.043/2011.

e p.s.: Como já salientado, foi essa opção “(ii)” a acatada pelo Estado do Rio de Janeiro.

52. Registre-se que, em toda esta tramitação, após a autorização para a contratação de OSs, sem qualquer especificação de qual seria (o que não tem nada de irregular ou ilegal, muito ao contrário, era a conduta que se esperava de um Governador diligente), não houve qualquer intervenção pelo Governador no procedimento de contratação. Nem mesmo o MPF ousa afirmar ou indicar ato imputável ao Governador na escolha e contratação do IABAS para gestão da crise.

53. E mais: após notícias da imprensa sobre a existência de superfaturamento, na referida contratação do IABAS, tomando conhecimento dos fatos, e atento à repercussão negativa do assunto, o denunciado promulgou o Decreto nº 47.039, no dia 17.4.2020, para que a Controladoria Geral do Estado - CGE passasse a fazer auditoria prévia em todas as contratações emergenciais. Confirmam-se as regras específicas:

“Art. 1º - Fica determinado à Controladoria Geral do Estado (CGF-RJ), a realização de avaliações dos atos de controle para o enfrentamento da propagação e medidas decorrentes do Covid-19 que incorram em saída, ainda que futura, de recursos públicos e garantia da transparência, conforme preconiza a Lei Estadual nº 7.989/2018.

(...)

Art. 2º - A Controladoria Geral do Estado (CGE) deverá avaliar, de forma preventiva e com vistas à melhoria dos controles e à aderência normativa, os riscos identificados nos procedimentos de contratações e aquisições realizadas pelos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual.”

54. Note-se que o Governador, uma vez mais, agiu de forma célere para evitar eventuais danos ao erário do Estado do Rio de Janeiro. Isso porque, ordinariamente, a CGE atua apenas depois de eventuais contratações.

55. A propaganda negativa massiva, acerca da contratação do IABAS, que se iniciava na imprensa, acabou por criar obstáculos para sua própria execução, que não mais conseguiu contratar profissionais, mão de obra para a construção dos hospitais, adquirir material para os hospitais, etc. Para piorar o cenário, vários membros da ALERJ, e por várias vezes, atuaram ativamente para dificultar, sobremaneira, o bom funcionamento dos hospitais de campanha (ora com invasões! Ora com carreatas!), insuflados pelo negacionismo da “bancada bolsonarista”, que era contra a política de saúde de enfrentamento da pandemia, adotada pelo Governador neste Estado.

56. Diante, então, dos atrasos na montagem dos hospitais e dos demais fatos repercutidos pela imprensa, o Governador decretou a intervenção nos hospitais de campanha, sob a gestão



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

do IABAS, no dia 2.6.2020, por meio do Decreto nº 47.103/2020. O Governador, portanto, uma vez mais, não deixou de tomar as medidas necessárias à preservação da saúde estadual e ao cumprimento dos contratos.

57. É preciso salientar, ainda, que o próprio Sr. Gabriell Neves — que o Parquet aponta como sendo o principal articulador da contratação do IABAS —, já afirmou, em depoimento prestado ao Ministério Público Federal, que o Governador não participou da escolha e contratação do IABAS, até porque, diga-se e repita-se, não está nas atribuições do Governador do Estado do Rio de Janeiro a gestão de contratos e ordenação de despesas, in verbis. Cite-se trecho esclarecedor do depoimento:

“29 — Em relação à contratação que envolve o IABAS: sabe informar de quem foi a decisão de não realizar o processo licitatório em relação ao objeto do contrato nº. 27/20? Houve alguma reunião entre o Senhor, o Secretário de Saúde e Governador antes do dia 27 de março de 2020 para tomada desta decisão?

Que estava seguindo o Decreto do Governador do estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, e a Lei 13979/2020: Que não houve reunião, inclusive não tendo tido contato com o Governador Wilson Witzel, apenas com o Secretário de Estado de Saúde.”

58. De igual modo, o ex-Secretário de Saúde, Sr. Edmar Santos, foi enfático ao afirmar, na delação premiada que celebrou com o Ministério Público Federal, que todos os fatos relativos à contratação do IABAS estão vinculados exclusivamente a atuação de Gabrielli Neves. Confirmam-se trechos (documento 1284751):

“(…) EDMAR SANTOS asseverou que GABRIELL NEVES, à época Subsecretário de Saúde, foi o responsável por conduzir todo o trâmite para a contratação, a qual restou eivada de vícios, ocasionando inclusive recomendação do Tribunal de Contas do Estado.” (fl. 217 da cautelar inominada criminal)

xxx

“Existem fortes elementos que demonstram que GABRIELL NEVES, ex-Subsecretário Executivo de Saúde, responsável por iniciar o processo no SEI 080001/007073/2020 e assinar o Termo de Referência e o Contrato 027/2020, atuou ativamente para camuflar as irregularidades e dificultar a fiscalização pelos órgãos de controle.” (fl. 244 da cautelar inominada criminal)

59. Nesse contexto, restaurada a razão, não se poderá fatiar a prova em pedaços e dela excluir o que interessa, para adotá-la apenas em parte, quando for conveniente. E se a própria delação premiada, que é usada contra o Governador no processo criminal, o inocenta no tocante ao episódio envolvendo o IABAS, não se poderia descartar seu trecho que o isenta de qualquer responsabilidade.

60. Assim, não bastasse a ausência de provas contra o Governador, ainda há um robusto acervo probatório produzido que demonstra que o Governador nem sequer atuou na contratação do IABAS, tampouco foi omissivo quando se tornou necessária sua atuação para fiscalização e auditoria imediata, seja ao determinar a fiscalização do contrato pela CGE, seja ao intervir na sua gestão. Ir além dessas evidências seria ir contra a razão, arrastado pelo turbilhão da paixão.

c) A regularidade da contratação do IABAS:



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

61. Até o presente momento não houve qualquer ilegalidade, tendo-se por parâmetro um administrador diligente e probo, que pudesse ser atribuída ao Governador. E menos ainda alguma ilegalidade cometida com dolo ou má-fé pelo Governador, nos limites de suas atribuições legais. O único fato que pode ser atribuído a ele é a nomeação de um secretário, que posteriormente atuou de

forma desonesta e desastrosa. Mas nomeações equivocadas não configuram crime de responsabilidade, nem poderiam ensejar o impedimento de um governador de Estado.

62. O fato de a “Proposta de Trabalho” apresentada pelo IABAS ter sido assinada em 26.3.2020, um dia antes do ato de abertura do referido processo administrativo (em 27.3.2020), cujo objeto foi definido como “Contratação de serviços administrativos e outras atividades de natureza operacional, para atender a demanda do Hospital de Campanha”, em absolutamente nada colabora para a alegada irregularidade na contratação. Afinal, a assinatura do documento, com apenas um dia de antecedência, consubstancia mero erro material, que certamente passou despercebido. Até porque, como consta do próprio processo administrativo de contratação, essa proposta foi ali indexada no dia 27.3.2020, ou seja, somente depois de aberta a contratação (documento 1284726).

63. Além disso, o relatório menciona que o contrato foi celebrado em 3.4.2020, mas que apenas em 20.4.2020 teria sido submetido à Subsecretaria Jurídica da Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro, que apresentou parecer relatando irregularidades no referido Contrato nº 027/2020. Ocorre que, diante do cenário de pandemia e da urgência (pela Defesa Civil, só no Estado do Rio de Janeiro teria aproximadamente 100 mil mortos!º), em que as medidas precisavam ser tomadas pela chefia do Poder Executivo de todo o Brasil (Presidente, Governadores e Prefeitos), o próprio Presidente editou a Lei nº 13.979/2020, que, por meio de seu art. 4º, determinou que, “nas aquisições ou contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado ” (grifou-se).

64. Nesse contexto, as formalidades de uma contratação com a Administração Pública, em situações normais, foram expressamente dispensadas, para atender às necessidades da população (no caso, da fluminense), na contenção da Covid-19. O intuito sempre foi o de conter um aumento do número de infectados e até mesmo de óbitos.

65. Nesse cenário, então, absolutamente extraordinário, caso entendesse pertinente, a Secretária de Saúde do Estado do Rio de Janeiro poderia requisitar, inclusive, a prestação do serviço diretamente a qualquer empresa. Mas, ainda assim, optou por seguir os protocolos legais, pelo menos em alguma medida. De todo modo, quem pode o mais, pode o menos.

66. Não obstante a ausência de necessidade de cumprir algumas formalidades, ainda na tentativa de solucionar as dificuldades apontadas, foi realizada reunião presencial na Subsecretaria Executiva da Secretaria da Saúde (documento 1284735). Nessa ocasião, restou reconhecida a



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

responsabilidade da Administração Pública sobre os erros constantes do primeiro termo de referência, motivo pelo qual foi proposta a readequação das condições inicialmente contratadas.

67. Esse equivoco deu origem, em 30.4.2020, ao Termo Aditivo, ocasião em que transformou o contrato originário em um contrato de gestão. Com isso, o Estado do Rio de Janeiro atendeu prontamente a uma das soluções dadas pela Procuradoria ao contrato em questão (transformar o contrato firmado em contrato de gestão — documento 1284750). Consequentemente, não se sustenta o fato apontado pelo Exmo. Deputado Rodrigo Bacellar, em seu relatório, como irregular.

68. E nem se diga, como transcrito no relatório do Exmo. Deputado Rodrigo Bacellar, v.g., que teriam sido apurados pagamentos irregulares ao IABAS, após o Decreto nº 47.103/2020, de autoria do Governador, que determinou a intervenção estadual nos hospitais de campanha sob a gestão do IABAS, com o seu imediato afastamento. Não consta dos autos deste processo qualquer documento que possa, ou pudesse, ainda que indiciariamente, apontar algum repasse financeiro superfaturado ou que consubstanciasse alguma ilegalidade de pagamento, notadamente em relação à contratação emergencial.

69. A verdade dos fatos, também nesse aspecto, foi substancialmente deturpada. Não houve nenhum repasse ao IABAS após a publicação do Decreto nº 47.103/2020, referente ao Contrato nº 027/2020. Todos os pagamentos ao IABAS ocorridos, após aquela data, decorreram, exclusivamente, do Contrato de Gestão nº 003/2016, totalmente alheio aos fatos da denúncia, cujo objeto foi a gestão e a operacionalização dos serviços de saúde no Hospital Estadual Adão Pereira Nunes — HEAPN, conforme informado pela Superintendência de Orçamentos e Finanças da Secretaria de Estado de Saúde, em 13.10.2020 (documento 1284742):

“Quanto ao item 11, esclarecemos que o Contrato 027/2020, foi celebrado com a Organização Social de Saúde IABAS, para gerir os Hospitais de Campanha, cuja Planilha financeira segue em anexo. Em atenção ao item 12, informamos que nenhum pagamento foi executado em favor da IABAS, após a publicação do Decreto nº 47.103/2020, que versa sobre a intervenção da Organização acima citada pela

Fundação Saúde; E por fim, em atenção ao item 13, informamos que os motivos dos pagamentos a IABAS, são decorrentes do Contrato de Gestão nº 003/2016, cujo objeto foi a gestão e operacionalização dos serviços de saúde no Hospital Estadual Adão Pereira Nunes - HEAPN, cuja planilha financeira segue acostada a presente demanda. Sendo assim, retomamos o presente para conhecimento dos esclarecimentos prestados” (grifou-se).

70. Quanto ao eventual e suposto superfaturamento na contratação emergencial do IABAS, é preciso esclarecer que o Tribunal de Contas do Estado nem sequer se manifestou sobre este tema. Não há que se falar, então, em superfaturamento. Não há qualquer prova de sua ocorrência.

71. Insista-se: no tocante a contratação emergencial do IABAS, nem sequer houve repasse, após a intervenção, muito menos



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

ilegal. Qualquer afirmação nesse sentido, evidentemente, é meramente especulativa e visa a denegrir a imagem do Governador. Seria, enfim, também aqui, outra violência à razão. 72. Não obstante a falta de provas, o IABAS ainda ajuizou, em 2.7.2020, uma ação de produção antecipada de provas, em face do Estado do Rio de Janeiro e da Secretaria de Saúde. Busca-se, ali, justamente, quantificar o valor da indenização ocasionada pela extinção do contrato, que, na prática, mesmo após o Decreto estadual de intervenção, permaneceu valendo nos hospitais de campanha, conforme ofício enviado pelo IABAS à Fundação Saúde, em 19.6.2020. Confira-se trecho (documento 1284742):

“Em resposta aos esclarecimentos solicitados pelo Instituto IABAS, a Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro encaminhou planilhas especificando os contratos que entendem que devem ser validados pela Secretaria Estadual de Saúde; necessitam de renegociação de valores e prestação de serviço; findaram; e os que devem ser interrompidos.” (...) Destaca-se ainda que os contratos firmados com os fornecedores citados possuem cláusulas de aviso prévio, com prazo de trinta dias para rescisão unilateral, bem como multa contratual que podem constituir prejuízos ao erário público, uma vez não havendo mais saldo para sua quitação pelo Instituto IABAS, conforme já mencionado em documento anterior.” (grifou-se)

73. À toda evidência, o que se denota não é um prejuízo ao erário, que foi preservado, graças à atuação oportuna e enérgica do Governador, mas, sim, ao IABAS que, mal ou bem, presto serviço, investiu e não foi remunerado nem pelo que gastou. Também por mais esses motivos é que os pedidos devem ser julgados improcedentes.

d) Ausência de ligação do Sr. Mario Peixoto com o IABAS:

74. Com relação ao fato de que haveria provas do envolvimento do Sr. Mário Peixoto na contratação do IABAS, a denúncia hauriu-se na denominada “Operação Favorito”, para aduzir que: “MARIO PEIXOTO vem ampliando seu espectro de atuação com o domínio velado sobre outras Organizações Sociais (...) havendo, ainda, indícios de participação ou influência sobre a OS IABAS, recentemente contratada pelo Estado do Rio de Janeiro para a implantação de hospitais de campanha para tratamento de pacientes contaminados pelo COVID-19” (fl. 62 do relatório).

75. Mas essa assertiva, desacompanhada de qualquer indício, retirada da mera narrativa criada pelo Ministério Público Federal, é uma afirmativa solta, e, portanto, também ela, atentatória da razão, já que tem assento num universo solto e imaginário de especulações. Por isso, não se sustenta. E essa ausência de indícios (uma afirmativa baseada em suposição inviabiliza a própria defesa do denunciado).

76. Não é só: não há prova e nem mesmo indícios da ligação/relação do Sr. Mário Peixoto com o IABAS. Ao contrário, segundo as provas colhidas pelo próprio Ministério Público Federal, nos autos da cautelar Inominada nº 35/DF, a Organização Social estaria “sob o comando” do Sr. Roberto Bertholdo. As provas produzidas pelo Parquet Federal, em momento algum, citam o Sr. Mário Peixoto. A prova mais expressiva, sobre a qual se debruçou o Ministério Público



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Federal, foi a delação premiada do Sr. Edmar Santos (documento 1284750), que, como sabido, para ter validade, tem que ser corroborada por outras provas. A razão, portanto, também aqui, não ampara as alegações da denúncia, só a vontade política.

77. Cite-se, ainda, outra prova contundente, qual seja, o Habeas Corpus nº 5005110-96.2020.4.02.0000, impetrado pelo Sr. Mário Peixoto em face da decisão proferida no Processo nº 5010476-42.2020.4.02.5101, que determinou a prisão preventiva dele. Na petição inicial domandamus, o próprio Sr. Mário Peixoto afirma que “não possui nenhuma relação com o IABAS, nem com os componentes da antiga gestão, tampouco com os membros da atual gestão”, tanto que “medidas cautelares foram determinadas judicialmente contra membros da antiga gestão do IABAS, como prisões temporárias e preventivas, em face de supostos contratos fraudulentos firmados com entes públicos. Mário Peixoto não foi correlacionado a qualquer fraude. Não foi de nada acusado. Não foi alvo de medida judicial” (doc. 1284761). Ele afirma, ainda, que “tentativa de relacionar o paciente ao IABAS visa a somente conceder atualidade à justificativa da prisão” (doc. 1284761).

78. O que se conclui, também sob esse enfoque, é que foi construída uma narrativa em cima de meras digressões, sem qualquer lastro probatório idôneo, legalmente aceitável. Nada do que foi dito, a este respeito, é demonstrado com clareza, muito menos provado, o que inclusive — repita-se — dificulta/inviabiliza a defesa do Governador, premido a produzir provas negativas notadamente em demanda cujo objeto é crime de responsabilidade. A razão, também aqui, foi violentada.

79. Indaga-se: qual exatamente é o vínculo do Sr. Mário Peixoto com o IABAS? Qual a vantagem que o Sr. Mário Peixoto teria recebido do IABAS, que o motivasse a interferir nesta contratação? Em que termos? Em que extensão? Em que medida? Qual o lastro probatório? D.v., nada existe de concreto, palpável e consistente, muito menos comprovado, nem sequer indiciariamente.

80. Ainda que existisse esse fantasioso vínculo, o que só se admite aqui pela eventualidade, sem nada conceder, o fato é que o Governador, tal como acima explicitado, não participou, direta ou indiretamente, da escolha e contratação do IABAS, notadamente porque não faz parte de suas atribuições fiscalizar contratos e ordenar despesas. É, destarte, sobre esta parte da denúncia, absolutamente despiciendo perquirir se o Sr. Mário Peixoto tem ou não vínculo com o IABAS, que pudesse inquirir de ilicitude sua contratação emergencial. E se o Governador não participou desta contratação, o seu suposto relacionamento com o Sr. Mário Peixoto não poderia ter qualquer relevância.

81. O que se vê, claramente, destas afirmações vagas e imprecisas, é o propósito do Parquet de dar ares de verdade às suas especulações açodadas e impressionar, com adjetivos abundantes, os julgadores. Ao se lançar, dentro de um contexto complexo, envolvendo diversos fatos, afirmações genéricas e incomprovadas, que, no conjunto da narrativa, possam passar a ideia de conluio e ilicitude, quando, na verdade, desnudadas e devidamente contextualizadas, nada representam, o que se faz é confundir e desvirtuar a verdade. Tais assertivas, com efeito, só contribuem para a desinformação, como se prestam hoje as



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

fake news. Consequentemente, também por esses motivos, o Governador confia em que os pedidos serão julgados improcedentes.

LISURA DA ATUAÇÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO E-08/001/1170/2019: ESCORREITA DECISÃO DE TEMPORÁRIO RECREDECENCIAMENTO DA “UNIR”

82. Essa denúncia se pauta, ainda, na suposta ilegalidade da decisão proferida pelo Governador, no âmbito do Processo Administrativo E-08/001/1170/2019, que levou à temporária requalificação da OSS UNIR sob os seguintes aspectos:

i) O Processo Administrativo de Desqualificação teria sido regular, com a observância do contraditório e da ampla defesa. Logo, segunda a denúncia, teria sido injustificável a decisão do Governador de dar provimento ao recurso administrativo da UNIR para requalificá-la;

ii) A desqualificação se justificaria à luz das inúmeras irregularidades perpetradas pela UNIR, que culminaram na instauração de 19 (dezenove) procedimentos administrativos punitivos. Logo, a decisão que revoga a desqualificação foi “uma transgressão ao ordenamento jurídico, em que pese a atribuição tenha sido prevista em lei formalmente válida”;

ii) A relevância desse pontual caso, dentro do cenário atual, se justificaria em razão da constatação, nos autos do Processo Criminal nº 5010476-42.2020.4.02.5101, em trâmite perante a 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro. A OSS UNIR estaria inserida no âmbito de atuação do Sr. Mário Peixoto, tido pelo Ministério Público Federal como o principal personagem do esquema criminoso envolvendo a saúde no Estado do Rio de Janeiro: e

iv) Teriam ocorrido pagamentos irregulares à UNIR, entre novembro de 2019 e janeiro de 2020, que totalizam o montante de R\$ 26.883.245,88. Isso porque, nesse período, a UNIR estava desqualificada.

83. Deve-se, antes de mais nada, estabelecer a necessária distinção entre o fato da OSS UNIR e do IABAS. A UNIR era uma OSS responsável pela gestão de 9 (nove) Unidades de Pronto Atendimento — UPAs no Estado do Rio de Janeiro. A sua contratação, muito anterior a qualquer evento pandêmico (anterior, inclusive, à gestão do Governador Wilson Witzel), não possui qualquer relação com a situação extrema vivenciada nesse ano de 2020.

84. A questão aqui é, principalmente, relativa ao sucateamento do serviço de saúde no Estado do Rio de Janeiro, que teve início na gestão de seus antecessores, Luiz Fernando Pezão e Sérgio Cabral, notoriamente conhecida pelo desinvestimento na saúde e por ter entregado a pasta em situação lamentável ao Governador Wilson Witzel. É, portanto, reflexo de questão endêmica, que não seria resolvida com adoção de medida precipitada, mas através de extenso trabalho que pudesse restaurar a lisura na pasta sem impactar na prestação do serviço à população fluminense.

85. Como será demonstrado, não houve, qualquer motivação política ou pessoal. Tudo depurado, imputa-se, in extremis, ao Governador um “delito de hermenêutica”, absolutamente insustentável e repudiado pelo ordenamento. Sua decisão, afinal, para além de motivada, pautou-se em princípios e



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

orientações de interpretação consolidadas no âmbito da jurisprudência dos Tribunais.

a) Governador recebeu saúde sucateada e estava pretendendo sanear as irregularidades:

86. Como mencionado, não é nenhuma novidade que o Governador Wilson Witzel recebeu o Governo do Estado do Rio de Janeiro em situação crítica, notadamente na área da saúde. A gestão de seu antecessor foi notoriamente conhecida pelo desinvestimento na saúde e por ter entregado a pasta em situação deplorável”, tendo sido amplamente noticiado o baixo investimento e a situação deplorável em que se encontrava!

87. O descaso com a saúde fluminense não foi “privilegio” do ex-governador Pezão. Este recebeu governo igualmente assolado em escândalos envolvendo o serviço de saúde. O também ex-Governador Sérgio Cabral coleciona condenações, inclusive envolvendo esquemas de corrupção na saúde, como recentemente ocorreu em ação oriunda da Operação “Fratura Exposta”!?. Trata-se, portanto, de problema endêmico, que o atual Governador pretendia, finalmente, solucionar.

88. Tanto é assim, que o Governador, como um dos primeiros atos de sua gestão, determinou ao Controlador Geral do Estado e ao Secretário de Saúde imediata auditoria em todas as unidades de saúde, o que resultou no dramático relatório de auditoria nº 51/2019. O objetivo do mencionado relatório, datado de dezembro/2019, era, como ali disposto, “examinar e comprovar a legalidade e legitimidade dos fatos e atos administrativos, avaliar os controles internos dos setores envolvidos a fim de verificar possíveis impropriedades existentes nos procedimentos internos que possam levar a uma malversação dos recursos públicos, seja por se mostrarem em desacordo com os normativos vigentes, seja por não alcançarem os objetivos previstos dentre eles a eficiência, a eficácia e a economicidade” (fl. 7 — documento 1284791).

89. O ágil trabalho, realizado entre fevereiro e agosto de 2019, pretendia, ainda, aferir o “grau de maturidade dos controles internos, esta auditoria pretende orientar e auxiliar os gestores na implantação e aperfeiçoamento dos procedimentos adequados às principais práticas de melhoria de governança, no que tange a política pública de gestão da saúde estadual por meio de organizações sociais de saúde entre 2012 e 2018, permitindo assim, que a entidade debruçe sobre os seus principais objetivos e busque sustentar a melhora no seu desempenho e aumentar o grau satisfatório de eficiência na entrega de resultados à sociedade” (fl. 7 — documento 1284791).

90. Dentre as inúmeras irregularidades constatadas pelo extenso relatório, citem-se (i) graves problemas concernentes à fiscalização do cumprimento das políticas públicas pelas OSS, bem como (ii) a ausência de critérios de fiscalização que não acompanhava não só o desenvolvimento dos trabalhos das OSS como o cumprimento da proposta econômica contratada. Ou seja, ao proferir a decisão questionada nas denúncias, objeto deste processo, o Governador já estava ciente das inúmeras falhas existentes nos mecanismos fiscalizatórios que não estavam atendendo a seu objetivo primordial: garantir a eficiência da prestação do serviço de saúde.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

91. Esse é outro relevante motivo para o Governador não confiar “cegamente” nas constatações dos órgãos fiscalizadores. Havia o fundado receio de que a investigação, como nos demais casos objeto de estudo no relatório, não teria sido procedido da forma idônea. E as suas suspeitas se concretizaram, já que, como demonstrado, não havia, no momento da prolação da decisão que revogou a desqualificação da UNIR, um conjunto de decisões apontando descumprimentos contratuais pela OSS que justificasse a adoção de medida tão drástica.

92. O trabalho desnudou a existência de algumas OSS em situação igual ou até mesmo mais problemática, tais como, por exemplo, a da Hospital Maternidade Therezinha de Jesus (HMT), a da Viva Rio (VIVA), a da Pro Saúde, a da Cruz Vermelha e a da Mahatma Gandhi, sobre as quais pretendia se debruçar como início da solução da questão endêmica que vive o serviço de saúde no Estado do Rio de Janeiro. Imagine-se, então, se o Governador também tivesse que descredenciar todas essas OSS, notadamente — repita-se — à luz da pandemia? Seria, certamente, uma catástrofe.

93. O mencionado relatório indicou que “1/3 Contratos de Gestão apresentaram majoritariamente Conceitos € durante a sua vigência, nos períodos avaliados pelas CAF” e esse Termo de Referência significa que “a unidade hospitalar receberá Notificação da SES/RJ para a apresentação de justificativas e repactuação do Contrato de Gestão. Caso as justificativas não sejam acolhidas ou a unidade hospitalar não cumpra a repactuação, deverá ser observada a Cláusula Contratual que especifique sobre as penalidades em que a Organização Social de Saúde, ora CONTRATADA, é sujeita caso ocorra infração contratual” (fls. 80 — documento 1284791 Ou seja, são as unidades que seriam as mais críticas, in verbis:

OSS	Unidade	CG	Período Avaliado	% Conceitos C	Data de Celebração	Situação da Repactuação
PRO SAÚDE	SERVIÇO ORTOPIEDIA TRAUMATOLOGIA NEUROCIRURGIA ANESTESIOLOGIA HOSPITAL GETÚLIO VARGAS	007/2013	2013- 2014	57%	08/2013	Não há informação no Sítio da SES sobre Aditvação ou Rescisão do Contrato ¹¹
HMTJ	UPA 24H JACAREPAGUÁ	006/2017	2018	100%	12/2017	Rescindido em 04/2018 por descumprimento contratual.
Mahatma Gandhi	UPA BANGU	013/2017	2018	73%	12/2017	Em 12/2018
VIVARIO	UPA ENGENHO NOVO	007/2017	2018	80%	12/2017	Em 12/2018
GNOSIS	HOSPITAL DA MÃE	018/2018	2018	67%	07/2018	Em 07/2019
IABAS	HEAPN	003/2016	2017- 2018	96%	11/2016	Prorrogado quatro vezes, mas repactuado apenas por ocasião do 1º Termo Aditivo, em 2017, e do 3º Termo Aditivo, em 2018
IDOR	HOSPITAL DA CRIANÇA	021/2017	2018	100% ^a		Recebeu apenas uma avaliação em janeiro de 2018
VIVARIO	UPA IRAJÁ	003/2017	2017- 2018	62%	09/2017	Em 09/2018
ILR	UPA MAGÉ	012/2018	2018	100% ^a	05/2018	- ¹¹
VIVARIO	UPA MARÉ	008/2017	2018	91%	12/2017	Em 12/2018
VIVARIO	UPA PENHA	018/2017	2018	100% ^a	12/2017	Em 12/2018
Mahatma Gandhi	UPA RICARDO DE ALBUQUERQUE	011/2017	2018	60%	12/2017	12/2018
ILR	UPA SÃO GONÇALO II	017/2017	2018	55%	12/2017	12/2018

94. Note-se que nesse documento inclusive foram listadas as OSS que representavam maior risco de dano ao erário e, embora a UNIR esteja listada, o valor apontado para ela é de R\$ 616.727,69 (seiscentos e dezesseis mil, setecentos e vinte e sete reais e sessenta e nove centavos). Mas algumas OSS



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

possuíam valores substancialmente superiores. Por exemplo: para a OS Hospital Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ) foi apontado o gritante valor de R\$ 27.099.212,03 (vinte e sete milhões, noventa e nove mil, duzentos e doze reais e três centavos) e para a OS Viva Rio (VIVA), R\$ 128.514.033,55 (cento e vinte e oito milhões, quinhentos e quatorze mil, trinta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

95. Não há dúvida de que havia — e ainda há, já que o contrato da OS Viva ainda se encontra vigente — OSS com maiores potenciais lesivos ao erário, confira-se a planilha apresentada, no relatório que sintetiza os valores que causariam potencial dano ao erário:

Processo	Unidade	OSS	Potencial dano ao erário (R\$)
E-08/001/186/2018	MATERNIDADE DA MÃE E CLÍNICA DA MULHER	HMTJ	7.060.174,33
E-08/001/103023/2018	HOSPITAL DA MULHER HELENEIDA STUARDI	HMTJ	8.163.719,33
E-08/001/103024/2018	HOSPITAL ESTADUAL VEREADOR MELCHIADES CALAZANS	HMTJ	3.705.923,24
E-08/001/103423/2018	HOSPITAL ESTADUAL VEREADOR MELCHIADES CALAZANS	HMTJ	31.772,20
E-08/001/1095/2019	HOSPITAL ESTADUAL DA MULHER HELENEIDA STUARDI	HMTJ	5.800.253,05
E-08/001/2824/A/2018	HOSPITAL ESTADUAL ADAO PEREIRA NUNES	IABAS	141.859,32
E-08/001/103132/2018	HMTJ	HMTJ	2.305.597,68
E-08/001/498/2018	UPA NOVA IGUAÇU	IDR	207.000,00
E-08/001/499/2018	UPA NOVA IGUAÇU	IDR	207.000,00
E-08/001/500/2018	UPA MESQUITA	IDR	207.000,00
E-08/001/1070/2019	UPA MESQUITA, UPA QUEIMADOS, UPA NOVA IGUAÇU I e II, UPA DUQUE DE CAXIAS II, UPA CAMPO GRANDE II, e UPA SANTA CRUZ	UNIR	568.770,00
E-08/001/502/2018	UPA ILHA DO GOVERNADOR	VIVA	14.982,00
E-08/001/503/2018	UPA ENGENHO NOVO	VIVA	18.256.596,09
E-08/001/504/2018	UPA MARE	VIVA	17.536.596,00
E-08/001/506/2018	UPA PENHA	VIVA	17.776.596,18
E-08/001/2758/A/2018	UPA IRAJA	VIVA	4.994.263,28
E-08/001/2755/A/2018	UPA IRAJA	VIVA	10.327.000,00
E-08/001/2774/A/2017	UPA PENHA	VIVA	16.627.000,00
E-08/001/2757/A/2018	UPA ENGENHO NOVO	VIVA	15.277.000,00
E-08/001/2776/A/2018	UPA MARE	VIVA	15.277.000,00
E-08/001/2756/A/2018	UPA ILHA DO GOVERNADOR	VIVA	12.427.000,00
E-08/001/764/2019	UPA MESQUITA	UNIR	47.957,69
Total			156.961.060,39

96. Diga-se, ainda, que as mencionadas OSS batem recordes de processos, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde. Por exemplo: a OSS Hospital Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ) possui 82 (oitenta e dois) processos administrativos sancionatórios, a OSS Viva Rio (VIVA) possui 104 (cento e quatro), a OSS Pro Saúde possui 42 (quarenta e dois) e a OSS Cruz Vermelha (CVB) possui 48 (quarenta e oito) (documento 1284794).

97. Aliás, a OSS Pro Saúde e a OSS Cruz Vermelha (CVB) também estão com processos de desqualificação pendentes perante a Secretaria de Estado de Saúde e com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Contudo, embora essas OSS se mostrem mais preocupantes, os mencionados procedimentos (E-08/001/1168/2019 e E-08/001/1169/2019, respectivamente) ainda não foram encerrados pelos órgãos competentes (documento 1284796).

98. Diga-se, por fim, que depois que a OSS UNIR foi desqualificada, várias OSS a substituíram, como consta didaticamente do documento anexo recentemente fornecido pela Secretaria de Saúde (doc. 1). Confira-se a seguir resumo das substituições que ocorreram:

1- UPA CAMPO GRANDE I



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

1.1. Contrato de Gestão nº 019/2018 celebrado com a OSS INSTITUTO UNIR SAÚDE

Vigência 1º/11/2018 a 31/10/2019

Contratos posteriores;

1.2. Contrato Emergencial nº 002/2019 celebrado com OSS ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA NOVA ESPERANÇA (AFNE)

Vigência: 1º/11/2019 a 30/11/2019

1.3. Contrato de Gestão nº 005/2019 celebrado com OSS ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA NOVA ESPERANÇA (AFNE)

Vigência: 1/12/2019 a 30/11/2021

2 - UPA CAMPO GRANDE II

2.1. Contrato de Gestão nº 021/2018 celebrado com a OSS INSTITUTO UNIR SAÚDE

Vigência: 1º/11/2018 a 31/10/2019

Contratos posteriores:

2.2. Contrato Emergencial nº 003/2019 celebrado com a OSS ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA NOVA ESPERANÇA (AFNE)

Vigência: 1/11/2019 a 30/11/2019

2.3. Contrato de gestão nº 006/2019 celebrado com a OSS ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA NOVA ESPERANÇA (AFNE)

Vigência: 1º/12/2019 a 30/11/2021

3 - UPA DUQUE DE CAXIAS II

3.1. Contrato de Gestão nº 020/2018 celebrado com a OSS INSTITUTO UNIR SAÚDE

Vigência: 19/11/2018 a 31/10/2019

Contratos posteriores:

3.2. Contrato Emergencial nº 004/2019 celebrado com a OSS HOSPITAL PSIQUIÁTRICO ESPÍRITA MAHATMA GANDHI

Vigência: 1º/11/2019 a 30/04/2020

3.3. Contrato de gestão nº 008/2020 celebrado com a OSS INSTITUTO DIVA ALVES DO BRASIL (IDAB)

Vigência: 27/03/2020 a 26/03/2022

4 - UPA MESQUITA

4.1. Contrato de Gestão nº 001/2018 celebrado com a OSS INSTITUTO UNIR SAÚDE

Vigência: 02/01/2018 a 1/01/2020

Contratos posteriores:

4.2. Contrato Emergencial nº 008/2019 celebrado com a OSS HOSPITAL PSIQUIÁTRICO ESPÍRITA MAHATMA GANDHI

Vigência: 30/12/2019 a 30/06/2020

4.3. Contrato de gestão nº 015/2020 celebrado com a OSS HOSPITAL PSIQUIÁTRICO ESPÍRITA MAHATMA GANDHI

Vigência: 27/07/2020 a 26/07/2021

5 - UPA NOVA IGUAÇUI

5.1. Contrato de Gestão nº 003/2018 celebrado com a OSS INSTITUTO UNIR SAÚDE

Vigência: 19/01/2018 a 18/01/2020

Contratos posteriores:

5.2. Contrato Emergencial nº 002/2020 celebrado com a OSS INSTITUTO DOS LAGOS RIO (ILR)

Vigência: 19/01/2020 a 18/07/2020

5.3. Contrato de Gestão nº 010/2020 celebrado com a OSS INSTITUTO DOS LAGOS RIO (ILR)

Vigência: 19/07/2020 a 18/07/2021

6 - UPA NOVA IGUAÇU II



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

6.1. Contrato de Gestão nº 004/2018 celebrado com a OSS INSTITUTO UNIR SAÚDE

Vigência: 19/01/2018 a 18/01/2020

Contratos posteriores:

6.2. Contrato Emergencial nº 003/2020 celebrado com a OSS HOSPITAL PSIQUIÁTRICO ESPÍRITA MAHATMA GANDHI

Vigência: 19/01/2020 a 18/07/2020

6.3. Contrato de Gestão nº 011/2020 celebrado com a OSS HOSPITALPSIQUIÁTRICO ESPÍRITA MAHATMA GANDHI

Vigência: 19/07/2020 a 18/07/2021

7 - UPA QUEIMADOS

7.1. Contrato de Gestão nº 002/2018 celebrado com a OSS INSTITUTO UNIR SAÚDE

Vigência: 19/01/2018 a 18/01/2020

Contratos posteriores:

7.2. Contrato Emergencial nº 001/2020 celebrado com a OSS INSTITUTO DIVA ALVES DO BRASIL (IDAB)

Vigência: 19/01/2020 a 18/07/2020

7.3. Contrato de Gestão nº 012/2020 celebrado com a OSS INSTITUTO DIVA ALVES DO BRASIL (IDAB)

Vigência: 19/08/2020 a 18/08/2021

8 - UPA SANTA CRUZ

8.1. Contrato de Gestão nº 022/2018 celebrado com a OSS INSTITUTO UNIR SAÚDE

Vigência: 1/11/2018 a 31/10/2019

Contratos posteriores:

8.2. Contrato Emergencial nº 001/2019 celebrado com a OSS ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA NOVA ESPERANÇA (AFNE)

Vigência: 1/11/2019 a 31/11/2019

8.3. Contrato de Gestão nº 007/2019 celebrado com a OSS ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA NOVA ESPERANÇA (AFNE)

Vigência: 19/12/2019 a 30/11/2021

9 - UPA TIJUCA

9.1. Contrato de Gestão nº 009/2018 celebrado com a OSS INSTITUTO UNIR SAÚDE

Vigência: 02/04/2018 a 19/07/2018

9.2. Contrato de Gestão nº 017/2018 celebrado com a OSS INSTITUTO UNIR SAÚDE

Vigência: 02/07/2018 a 1/01/2020

Contratos posteriores:

9.3. Contrato Emergencial nº 005/2019 celebrado com a OSS VIVA RIO

Vigência: 24/11/2019 a 23/02/2020

9.4. Contrato de Gestão nº 001/2020 celebrado com a OSS VIVA RIO

Vigência: 22/01/2020 a 21/01/2022

99. Note-se, facilmente, que algumas OSS que substituíram a UNIR se encontravam em situação mais grave. Com absoluta certeza, na linha do que já restou explicado neste tópico, ao menos duas OSS possuíam avaliação pior do que a UNIR e ainda assim assumiram seu lugar: MAHATMA GANDHI e VIVA RIO.

100. Essas substituições refletem a situação lamentável da saúde do Estado do Rio de Janeiro. A absoluta falta de opções. Nessa linha, como dito, ou o Governador descredenciava todas



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

as OSS em plena pandemia ou ele mantinha a OSS UNIR. Preferiu essa opção, em prol do povo fluminense e não por outro motivo.

101. Nesse contexto, a intenção do Governador era acabar, finalmente, com a sequência de gestão desastrosa na saúde. Contudo, era imprescindível a cautela, não só para manter a prestação serviço de saúde, como também para que seu trabalho fosse efetivamente proveitoso.

b) AUNIRea sua relação com o Estado do Rio de Janeiro — os contratos celebrados e os processos administrativos contra a UNIR na Secretaria de Saúde:

102. Antes de analisar a retidão da decisão proferida pelo Governador, nos autos do Processo Administrativo E-08/001/1170/2019, deve-se contextualizar a relação da UNIR com o Estado do Rio de Janeiro. A UNIR celebrou com o Estado do Rio de Janeiro, ainda sob a gestão de Luiz Fernando Pezão, 7 (sete) contratos de gestão, entre janeiro e dezembro de 2018, que somam aproximadamente R\$ 172.514.848,00 (cento e setenta e dois milhões, quinhentos e quatorze mil, oitocentos e quarenta e oito reais). Desses contratos, 5 (cinco) foram aditados entre o fim do mandato de Pezão e início do governo de Witzel. Não foi, portanto, na gestão do Governador que se iniciou a relação do Estado do Rio de Janeiro com a UNIR.

103. Foi apurado, no Processo Administrativo E-08/001/1170/2019, que, em relação à UNIR, a Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro iniciou 19 (dezenove) processos administrativos punitivos, entre os anos 2018 e 2019, que visavam apurar eventuais irregularidades, a respeito de 7 (sete) contratos. Nessa linha, em um universo de 7 (sete) contratos, e em um contexto de sucateamento do sistema de saúde deixado pelo antigo governador, a existência de 19 (dezenove) processos não deveriam ser considerado um número expressivo.

104. No entanto, a questão mais relevante é a de que, desses 19 (dezenove) procedimentos, a UNIR só foi intimada a efetuar o pagamento de multas em 2 (dois) deles e tão somente em setembro/2020. Ou seja, para apenas 2 (dois) procedimentos as penalidades aplicadas tornaram-se efetivamente definitivas, ainda assim muito recentemente, meses depois da decisão proferida pelo Governador.

105. Reitere-se que há crasso equívoco do relatório elaborado pelo Exmo. Deputado Rodrigo Bacellar, aprovado pela ALERJ. Embora ali se tenha afirmado que, no momento do decreto de descredenciamento da UNIR, teria ocorrido trânsito em julgado das penalidades impostas no processo E-08/001/1070/2019, da consulta do procedimento no endereço eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda (módulo SEN, é possível verificar que, até o momento, o mencionado procedimento pende de decisão o recurso administrativo interposto pela UNIR?

106. Ainda que tivesse transitado em julgado, o valor da multa aplicada foi de apenas R\$47.990,60 (quarenta e sete mil, novecentos e noventa reais e sessenta centavos), que representa menos de 0,03% do valor dos contratos celebrados com a UNIR. Em um contexto ordinário, essa multa, passe o truísmo, jamais poderia ser considerada penalidade relevante para justificar a desqualificação de uma OSS. Menos ainda na extraordinária situação vivida (simplesmente uma pandemia), à



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

época da indigitada decisão, que deixou os cidadãos do Rio de Janeiro, que dependem das 9 (nove) UPAS geridas pela UNIR, sob ameaça séria à vida.

107. Ademais, foi omitido no relatório do Exmo. Deputado Rodrigo Bacellar o fato de que, desses 19 (dezenove) procedimentos, 6 (seis) foram julgados improcedentes, não sendo passíveis, portanto, de embasar a decisão que desqualifica a OSS. São os seguintes: (i) E-08/001/100548/2018; (ii) E-08/001/103014/2018; (iii) E-08/001/1074/2019; (iv) E-08/001/1094/2019; (v) E-08/001/1102/2019; (vi) E-08/001/1100/2019.

108. Outro aspecto que merece atenção é o de que esses processos administrativos, em sua maioria, já existiam e tramitavam há algum tempo. Já se apuravam, portanto, naquela altura, quando celebrados os contratos aditivos, condutas irregulares da UNIR. Repita-se: os procedimentos foram instaurados, majoritariamente, em 2018 e começo de 2019, e os aditivos celebrados em dezembro de 2018 e início de 2019. Há, no mínimo, um curioso comportamento paradoxal da Secretaria de Estado de Saúde. A existência de procedimentos punitivos, ainda não definitivamente julgados, não impediu a assinatura de contratos aditivos (ampliam a relação — inclusive financeira — do Estado com a OSS), mas deveria ensejar na desqualificação da UNIR para prestar o mesmo serviço? Por certo, não.

109. Essas duas realidades não coexistem. E foi exatamente para corrigir essa contradição e preservar a prestação do serviço de saúde, no período de pandemia, que se posicionou o Governador pela requalificação da UNIR.

c) Regularidade da decisão proferida pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, nos autos do Processo Administrativo E-08/001/1170/2019:

110. Já foram feitas, ainda que sucintamente, necessárias considerações para bem se compreender as circunstâncias que permeavam a relação do Estado com a OSS Unir. Deve-se, agora, afastar qualquer ideia de que há alguma irregularidade, na decisão proferida pelo Governador, nos autos do Processo Administrativo E-08/001/1170/2019.

111. O mencionado processo administrativo foi instaurado com a CI OP SCIC nº 268/2019, com o objetivo de apurar irregularidades, na Gestão de Unidades de Saúde da OSS UNIR. Após apresentação de defesa da OSS, a Subsecretaria Jurídica da Secretaria de Estado de Saúde concluiu que haveria indícios de irregularidades; reconheceu, ao fim, que “a desqualificação é ato de natureza discricionária, podendo ser feita, inclusive, fora do rol do art. 75 [do Decreto 43.261/2011P]. Editou, para tanto, a Resolução Conjunta SES/SECCG nº 664, de 16.10.2019, que a desqualificou do âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

112. Nessa linha, embora afirme que havia indícios de irregularidades, a referida decisão também dispõe que a desqualificação é “ato de natureza discricionária, podendo ser feita, inclusive, fora do rol do art. 75 [do Decreto 43.261/2011P]”. Diante da realidade dos fatos (não havia nem sequer procedimentos administrativos definitivamente julgados quando proferida a decisão de desqualificação), esse aspecto da decisão da Secretaria de Saúde torna-se relevante. O ato de desqualificação foi, confessadamente, um ato discricionário.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

113. Essa discricionariedade se sobressai, inclusive, quando se analisa o teor do Parecer SSJ/SES nº 237/2019. Embora aponte alguns pontos críticos da atuação da UNIR, também afirma que “esta Organização Social assumiu uma unidade após uma grave Crise Financeira do Estado com uma unidade sucateada em alguns pontos”, que “houve empenho por parte de toda a Coordenação, assim como a Sede” e que “durante as visitas existe uma população satisfeita com o atendimento prestado pelos profissionais da unidade”. No mesmo documento é apontado que a UNIR teria alcançado conceitos A e B?! ao longo do ano de 2019 (documento 1284772).

114. Note-se que a situação da UNIR não era tão alarmante quanto o relatório do Exmo. Rodrigo Bacellar tenta fazer crer. Havia aspectos favoráveis, também, a justificarem a manutenção do serviço, tendo sido a decisão de desqualificação um ato discricionário da SES - Secretaria de Estado de Saúde — e da SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

115. Contra essa decisão a UNIR interpôs, tempestivamente, Recurso Administrativo, motivo pelo qual os autos foram remetidos para parecer, respectivamente, à Subsecretaria Jurídica da Secretaria de Estado de Saúde (pronunciou-se através do Parecer SSJ/SES nº 248/2019 — fls. 345/354) e à Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança (manifestou-se através do Parecer ASJUR/SECCG nº 67/2019 — ACSC — fls. 358/367). Ambas foram uníssonas em opinar no sentido de que o acolhimento do recurso administrativo se insere na competência do Chefe do Executivo, conforme sua avaliação, o que tem respaldo nos 57 e 63 da Lei Estadual nº 5.427/20092, 116. Procedendo, então, à análise ampla, de modo a ponderar acerca dos atos praticados e/ou dos descumprimentos contratuais perpetrados pela UNIR, com os prejuízos que seriam suportados pelos usuários do serviço, a fim de concluir pela medida em que fosse a menos onerosa não só para OSS, mas principalmente para a sociedade fluminense, o Governador deu provimento ao recurso interposto pela UNIR. De forma mais simplificada: o Governador, basicamente, proferiu uma decisão proporcional/razoável à luz da realidade de todos os fatos, em que se vivia à época (maio/2020). E invocou, para tanto, os seguintes fundamentos normativos: arts. 37 e 93 da CF/88; e arts. 2º, 51, 57 e 63 da Lei Estadual nº 5.427/2009.

117. O relatório do Exmo. Deputado Rodrigo Bacellar, contudo, adjetivou e qualificou a decisão proferida pelo Governador da seguinte forma:

(1) A decisão teria sido proferida “sob o pávido e genérico argumento de atendimento ao interesse público” (fl. 73 do relatório);

(ii) Nessa linha, configuraria uma “transgressão ao ordenamento jurídico, em que pese a atribuição tenha sido prevista em lei formalmente válido” por compreender que ao usar de seu poder discricionário violou os “princípios constitucionais administrativos do interesse público, da moralidade, da impessoalidade, da razoabilidade, da legalidade, da igualdade e da autotutela” (fl. 55 do relatório);

(iii) E, como consequência, “permitiu que a empresa fosse contratada por valores mais uma vez milionários” fl. 73 do relatório).



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

118. Não há como se dar razão a este relatório. Como acima explicitado, em relação aos itens “(1)” e “(ii)”, o Governador agiu de forma regular, baseado em dispositivos legais claros, que o autorizavam a rever a decisão, ainda que no uso do seu poder discricionário.

119. Já sobre o último ponto “(iii)”, trata-se de mais uma inconsistência do relatório. A decisão proferida pelo Governador não “permitiu que a empresa fosse contratada”; ela já prestava serviço ao poder público desde 2018, ainda sob o mandato do ex-governador Luiz Fernando Pezão.

120. No limite, a decisão apenas retardou o desligamento da UNIR, mas, como visto, em benefício da população fluminense, que, como todos no mundo, encontrava-se (e ainda se encontra) sob a ameaça da pandemia. A decisão, ademais, pautou-se no seguinte racional:

(i) a presunção de que, se, mesmo diante da existência de procedimentos administrativos punitivos contra a UNIR, foram celebrados Termos Aditivos, renovando a relação com o Governo do Estado, sob pena de soar contraditório, os mesmos fatos não poderiam justificar a desqualificação da oss;

(ii) seguindo nessa mesma linha, a aplicação do princípio da proporcionalidade já que não havia notícia de que teriam sido adotadas outras medidas para garantir a efetiva prestação do contrato, sendo, desta forma também, a desqualificação medida desproporcional e, acima de tudo, precipitada, no contexto da pandemia do coronavírus; e

(iii) a autotutela administrativa que visava, dentro de uma avaliação proporcional e adequada, garantir que a população não fosse sobremaneira afetada, já que a rescisão do contrato importaria no desatendimento, imediato, de 10 (dez) UPAs.

121. Embora o relatório do Exmo. Deputado Rodrigo Bacellar dê ares de arbitrariedade na decisão proferida pelo Governador, o que houve, na verdade, foi a correção de uma desqualificação que não parecia adequada, naquele momento, diante das circunstâncias. O mero fato de o Governador discordar dos demais pareceres jurídicos não torna a decisão “sem fundamento legal idôneo” (como argumentaram os denunciante) ou genérico (como afirma o relatório aprovado pela ALERJ).

122. Afinal, os Pareceres Jurídicos proferidos por órgão de Assessoria Jurídica não são vinculantes, independentemente de serem pareceres facultativos ou obrigatórios, como inclusive já devidamente decidido pelo Supremo Tribunal Federal. O jurista Nilson Naves, em parecer sobre o tema, reiterou esse aspecto, ao pontuar que “a consulta jurídica é facultativa, a autoridade competente não precisa requerer a manifestação do órgão consultivo, mas se o fizer o seu poder de decisão não se altera pela manifestação do mesmo, pois o parecer concedido é apenas uma opinião jurídica, não vinculativa” (fl. 17; documento 1284778).

123. Ademais, a decisão proferida pelo Governador foi amplamente fundamentada, no art.48, VIL da Lei Estadual nº 5.427/2009, e no próprio art. 93, IX, da CF, bem como pautada no melhor interesse da sociedade fluminense. Compreendeu o Governador que a assinatura de diversos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, celebrado com a UNIR, no sentido de



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

prorrogar a vigência contratual, mesmo após a verificação de alguns atos de descumprimento contratual, geraria, de certo modo, a presunção de que os requisitos de habilitação se mantiveram preenchidos, assim como a prestação do serviço encontrava-se satisfatória, de modo a convergir com o interesse público.

124. Admitir o prosseguimento da desqualificação implicaria não só em um movimento contraditório do Poder Público. Também diante desse cenário, haveria uma incongruência, já que a existência de procedimentos punitivos não serviria para obstar o prolongamento da relação, mas se prestaria à sua rescisão antecipada.

125. À evidência, a fundamentação da decisão do Governador de requalificar a UNIR não somente existe e é razoável, como tem respaldo lógico e jurídico, o que é atestado pelo jurista Nilson Naves, em parecer sobre o tema (documento 1284778). No limite, então, o Governador seria punido, aqui, por um “crime de exegese”, algo absolutamente descabido, tanto mais nas circunstâncias do caso, em que a decisão, além de ampla e devidamente fundamentada, justificava-se à luz do contexto. E também isso não se coaduna com o império da razão.

126. Além disso, não foi verificado, nos autos do Processo Administrativo nº E-08/001/1170/2019 ou por meio de qualquer outra medida, a tentativa por parte da Administração Pública de se utilizar de todos os mecanismos legais e contratuais disponíveis para garantir o cumprimento dos contratos, que tinham como contraparte a UNIR, que beneficiavam uma considerável parcela da população fluminense. Compreendeu-se que a Administração Pública não adotou, antes de tomar a decisão extrema de desqualificar a UNIR e com isso prejudicar a prestação do serviço de saúde, outras medidas capazes de garantir que os contratos — que foram inclusive renovados pela mesma Secretaria de Saúde que desqualificou a UNIR — fossem prestados a contento por terceiros, sem solução de continuidade.

127. Somado a isso, observe-se que a desqualificação de uma OSS configuraria medida gravosa não só para a própria OSS, como, também, para a própria Administração Pública. Mais grave: 24 Art. 48. As decisões proferidas em processo administrativo deverão ser motivadas, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando: (...) VII. importem em anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo para a própria população fluminense. Isso porque, na forma do art. 38, §2º, da Lei Estadual nº 6.043/2011, que dispõe sobre a qualificação de entidades, sem fins lucrativos, como Organizações Sociais, no âmbito da saúde, a desqualificação importará rescisão do contrato de gestão, fazendo com que a população fosse sobremaneira prejudicada pela carência do serviço.

128. Além de reduzir a competitividade para futuras contratações, caso a Administração não dispusesse, de imediato, de mecanismos para realizar todos os serviços até então prestados pela UNIR, a população será sobremaneira prejudicada pela carência do mesmo. No caso, 10 (dez) UPAs correriam o risco de ficar sem funcionamento, o que prejudicaria uma parcela significativa da população, que ficaria temporariamente privada do acesso ao serviço de saúde, ainda



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

mais em tempos de pandemia. Isto em um momento em que já se avizinhava a pandemia.

129. Cite-se, nesse sentido, recentíssima sentença proferida, nos autos da ação civil pública por improbidade administrativa ajuizada contra o ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, julgada improcedente? Naquele julgado, foram sopesadas as consequências dos atos praticados pelo Exmo. Governador a fim de mitigar os danos, tendo sido ali pontuado que, “ainda que se identifique uma opção pelo bem jurídico de menor valor abstrato, não há dúvidas de que tal escolha se fez premida pela anormalidade das circunstâncias, notadamente pela severa escassez de recursos e por fatores de pressão política e social de tal significação que seria impossível exigir do gestor um comportamento diverso” (grifou-se; documento 1284783).

130. O MM. Juízo da 14^o Vara de Fazenda Pública ainda concluiu que os atos do chefe do executivo não poderiam ser considerados improbos, já que, “adaptadas as balizas da dogmática penal à seara da improbidade administrativa, é forçoso concluir pela inaplicabilidade das gravosas sanções cominadas na Lei 8429/92, haja vista a impossibilidade de se estabelecer, em face das circunstâncias que limitaram e condicionaram a liberdade de conformação do agente público, um juízo de censura — reprovabilidade — de sua conduta, o que afasta a própria caracterização do ato improbo”. Convalidou-se, pois, o fato de que fica a cargo do Administrador Público sopesar, à luz da razoabilidade, da proporcionalidade e da eficiência, a gravidade dos seus atos.

131. Foi o que fez o Governador no caso. Ao revogar a grave pena de descredenciamento, ele ponderou os atos praticados e/ou dos descumprimentos contratuais perpetrados pela OSS UNIR, ora contratada (ainda objeto de procedimento administrativo não concluído, sujeito a recurso), com os prejuízos que seriam suportados pelos usuários do serviço. Priorizou, naquele momento, a adoção de medida menos onerosa, não só para a UNIR, mas, principalmente, para a sociedade fluminense.

Com as devidas vênias, mas estranho, neste procedimento, à vista deste contexto, que exsurge de uma análise serena e imparcial, foram os irresponsáveis pareceres pela desqualificação da UNIR.

132. A decisão proferida pelo Governador, que revogou a desqualificação da UNIR, embora tenha partido do poder discricionário dele (como reconhecidamente foi a desqualificação pela Secretaria de Estado de Saúde) é fundamentada e, portanto, absolutamente regular.

Consequentemente, o Governador confia em que os pedidos serão julgados improcedentes.

d) Inexistência de ato improbo — Governador revogou sua decisão após 54 dias:

133. Tal como não poderia gerar qualquer suspeita a decisão proferida pelo Governador, que revogou a desqualificação da UNIR, não deveria causar também qualquer estranheza a revogação dessa decisão por ele mesmo. Ela foi igualmente fundamentada.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

134. Até então, o Governador dispunha de informações relativas a pontuais descumprimentos contratuais, já devidamente investigados pelo Poder Público, embora ainda não de forma definitiva. Só depois sobreveio-lhe informação que colocava em xeque a contratação como um todo. Isso porque, por meio de decisão proferida em 7.5.2020, nos autos do Processo nº 5010476-42.2020.4.02.5101 (documento 1284786), em curso perante o MM. Juízo da 7ª Vara Federal Criminal do Estado do Rio de Janeiro, foi ventilado — embora já demonstrado aqui a inexatidão das conclusões do Ministério Público Federal — que a UNIR fosse parte de uma organização criminosa engendrada, desde o Governo do Sergio Cabral, e liderada pelo Sr. Mário Peixoto.

135. Ciente, então, agora, de que havia outras questões mais contundentes, de relevância inclusive criminal, o Governador, novamente ao se valer de seu poder discricionário (Súmula 473/STF), determinou, em 15.5.2020, a desqualificação da UNIR, Entendeu, também em atenção ao interesse público, que a situação demandava medidas mais extremas.

136. Aliás, diante da revogação do ato, não subsiste o pilar sobre o qual se apoiam as denúncias objeto deste processo. É que o fato imputado ao Governador, que revogou a desqualificação da UNIR e que aos olhos dos denunciadores seria ímprobo, não mais existe. O ato em que as denúncias se pautam esteve vigente por menos de 2 (dois) meses e hoje não mais existe. A UNIR está desqualificado. E essa desqualificação já existia antes mesmo do momento do oferecimento das denúncias (27.5.2020).

137. Nesse sentido, aliás, já se posicionou, com firmeza, o eminente Desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueiras, no âmbito da Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, no julgamento do agravo de instrumento nº 0054697-73.2017.8.19.0000, em ação civil pública por improbidade administrativa ajuizada contra o ex-Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. Naquele caso, em que o ato objeto da lide foi revogado após o ajuizamento da ação civil pública, compreendeu-se inexistir ato ímprobo, já que “o ato administrativo tido por lesivo não mais existir no mundo jurídico a partir de sua revogação, produzida no regular exercício de atribuição e competência pela autoridade pública”. E esse acórdão foi confirmado não só pelo Superior Tribunal de Justiça? como, recentemente, pelo Supremo Tribunal Federal”.

138. Se inexistir objeto, as denúncias não podem prosseguir. Esse também foi o entendimento exarado pelo Superior Tribunal de Justiça, em julgado de relatoria do eminente Ministro Luiz Fux, que compreendeu que, em sede de improbidade administrativa, quando o ato considerado ilícito é revogado, deve ser rejeitada a petição inicial, porquanto o ato ímprobo não produziu nenhum resultado?

139. Assim, como inexistir o ato reputado caracterizador de crime de responsabilidade, antes mesmo dos próprios protocolos das denúncias objeto deste processo, não subsiste matéria para instauração do processo por este e. Tribunal Especial Misto, outro imperativo categórico, aqui, da razão.

e) Regularidade dos valores pagos à UNIR entre novembro/2019 e janeiro/2020:



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

140. O relatório aprovado pela ALERJ ainda questiona a “justificativa para continuar a pagar vultosos valores a uma empresa que foi punida”, o que indicaria “Yortes indícios de dano ao erário, uma vez que sequer se buscou proteger o Estado contra o direcionamento de dinheiro público por pagamento de serviços que não vinham sendo prestados” (fls. 55 e 56 do relatório do Exmo. Deputado Rodrigo Bacellar). A afirmação demonstra, d.v., uma completa falta de conhecimento, seja sobre as competências de um Governador de Estado, seja a respeito das burocracias que envolvem pagamentos por serviços públicos (que em nada se compara com o imediatismo da relação entre particulares).

141. Foram listados, como pagamentos irregulares à UNIR, 53 (cinquenta e três) pagamentos feitos entre novembro/2019 e janeiro/2020, período em que a UNIR estava desqualificada, que totalizam o montante de R\$ 26.883.245,88. Inicialmente, deve-se lembrar que o Governador, perdoe-se o óbvio, não é ordenador de despesa. E isso sem contar que, embora esses pagamentos sejam posteriores à decisão de desqualificação da UNIR, eles não significam, por si só, que exista, ou tenha existido, qualquer irregularidade com o direcionamento desses valores.

142. A leviana presunção desconsidera que, para garantir a legalidade e a lisura dos atos administrativos, os pagamentos efetuados pelo Poder Público não são simples transações. Elas decorrem de minuciosos Processos Administrativos que tramitam entre as diversas Subsecretarias Executivas dentro da Secretaria de Saúde a fim de garantir que o dinheiro público está sendo bem aplicado. Essa burocracia tem, contudo, por vezes, um preço: a discrepância entre a competência daquele pagamento e o efetivo desembolso.

143. Exatamente por isso, para aferir a regularidade do pagamento, não se deve observar a data em que ele foi efetuado. Por exemplo, nos 15 (quinze) casos apontados no relatório do e. Deputado Rodrigo Bacellar datados de janeiro/2020, o serviço é relativo ao ano de 2018, ou seja, são valores em atraso, devidos pelo Poder Público. Confira-se parte desses lançamentos:

RESTOS A PAGAR REPASSADOS EM 2020 - INSTITUTO UNIR SAÚDE									
PD	FAVORECIDO	STATUS	EMPENHO	COMP.	OBSERVAÇÃO	OB	UNIDADE	VALOR	DATA DE PG
2019PD02512	00083837000141 - INSTITUTO UNIR SAÚDE - UNIR	Pago	2018NE07604	09/2018	PAGAMENTO DO (S) DOCUMENTO (S) C/CCOS 854/18 CONFORME PROCESSO CONTRATO DE GESTÃO 009/2018. OP. DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NA UPA NOVA IGUAÇU I. VIGÊNCIA: 19/01/18 A 18/01/19. PARTE DA 10ª, 11ª E 12ª TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS C/CCOS/SAC Nº 854/2018. (PESSOAL).	20200800490	UPA Nova Iguaçu I	R\$ 1.296.513,28	23/01/20
2019PD02514	00083837000141 - INSTITUTO UNIR SAÚDE - UNIR	Pago	2018NE07599	11/2018	PAGAMENTO DO (S) DOCUMENTO (S) C/CCOS/SAC/978 CONFORME PROCESSO CONTRATO DE GESTÃO 022/2018 UPA SANTA CRUZ PARTE 1ª e 2ª TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS CONFORME C/CCOS/SAC/978 CUSTEIO	20200800491	UPA Santa Cruz	R\$ 33.125,04	23/01/20
2019PD02515	00083837000141 - INSTITUTO UNIR SAÚDE - UNIR	Pago	2018NE07593	09/2018	PAGAMENTO DO (S) DOCUMENTO (S) C/CCO 853/18 CONFORME PROCESSO CONTRATO DE GESTÃO 002/2018 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NA UPA QUEIMADO VIG. 19/01/2018 A 18/01/2019. PARTE DA 10ª, 11ª E 12ª TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS C/CCOS 853/2018 (PESSOAL).	20200800492	UPA Queimados	R\$ 1.288.724,96	23/01/20
2019PD02517	00083837000141 - INSTITUTO UNIR SAÚDE - UNIR	Pago	2018NE07591	11/2018	PAGAMENTO DO (S) DOCUMENTO (S) C/CCOS/SAC/975 CONFORME PROCESSO CONTRATO DE GESTÃO 019/2018. UPA GPO GRANDE I PARTE 1ª e 2ª TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS CONFORME C/CCOS/975/2018 - CUSTEIO	20200800493	UPA Campo Grande I	R\$ 24.817,13	23/01/20

144. A planilha acima é meramente explicativa. A explicação integral de todos os pagamentos questionados pela ALERJ segue anexa (documento 1284787). Outros 20 (vinte)




TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

lançamentos também possuem fato gerador anterior à desqualificação da OSS UNIR, como foi esclarecido pela própria Secretaria de Fazenda, tendo indicado, ainda, os Procedimentos Administrativos dele decorrente:

ORDEN BANCÁRIA	NATUREZA DA DESPESA/COMPETÊNCIA	PROCESSO	UNIDADE DE SAÚDE	CONTRATO DE GESTÃO
2019OB15104	Pessoal	jan/19	08/001/004972019 UPA Santa Cruz	022/2018
2019OB15105	Custeio	jan/19	06/001/004962019 UPA Campo Grande II	010/2018
2019OB15106	Custeio	jan/19	06/001/004972019 UPA Santa Cruz	022/2018
2019OB15107	Custeio	jan/19	06/001/004942019 UPA Caxias II	020/2018
2019OB15108	Pessoal	jan/19	06/001/004992019 UPA Campo Grande II	021/2018
2019OB15109	Pessoal	jan e abril/19	06/001/004972019 UPA Quatzenberg	002/2018
2019OB15110	Pessoal	jan e abril/19	06/001/004942019 UPA Distrito de Caxias II	020/2018
2019OB15111	Custeio	mar e abril/19	06/001/005282019 UPA Nova Iguaçu II	004/2018
2019OB15112	Pessoal	jan/19	06/001/004952019 UPA Campo Grande I	016/2018
2019OB15113	Custeio	jan/19	06/001/004952019 UPA Campo Grande I	019/2018
2019OB15114	Pessoal	fev e abril/19	06/001/004922019 UPA Nova Iguaçu I	003/2018
2019OB15115	Pessoal	jan/19	06/001/005282019 UPA Nova Iguaçu II	004/2018
2019OB15237	Pessoal	mar/19	06/001/004912019 UPA Mesquita	001/2018
2019OB15238	Custeio	mar/19	06/001/004912019 UPA Mesquita	001/2018
2019OB15261	Pessoal (complemento)	jan/19	06/001/004912019 UPA Mesquita	001/2018
2019OB15262	Custeio (complemento)	jan/19	06/001/005282019 UPA Nova Iguaçu II	004/2018
2019OB15263	Pessoal (complemento)	jan/19	06/001/005282019 UPA Nova Iguaçu II	004/2018
2019OB15264	Custeio (complemento)	jan/19	06/001/005282019 UPA Nova Iguaçu II	004/2018
2019OB15642	Pessoal (complemento)	jan/19	06/001/004922019 UPA Nova Iguaçu I	003/2018
2019OB15643	Custeio (complemento)	jan/19	06/001/004922019 UPA Nova Iguaçu I	003/2018

145. A respeito dos 18 (dezoito) lançamentos faltantes há uma peculiaridade. Esses valores decorrem de processo de empenho relativo aos Aditivos celebrados nos Contratos n°s 1/2018 (SEI-08/001/027350/2019), 2/2018 (SEI-08/001/027330/2019), 3/2018 (SEI-08/001/027365/2019), 4/2018 (SEI-08/001/027316/2019) e 17/2018 (SEI-08/001/027491/2019). Nesses processos são efetuados pagamentos em novembro de 2019 relativos a outubro do mesmo ano. Cite-se, um desses despachos a título exemplificativo:


Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira,

Solicitamos empenhamento, conforme abaixo:

Dados:

Competência: OUTUBRO 2019

Entidade - Instituto Unir Saúde

Valor - R\$ 287.490,00(Custeio)

Valor - R\$ 752.515,00(Pessoal)

Fonte: 122

Atenciosamente,

Berenice Leite de Souza

146. Ademais, nesses Processos Administrativos foram aprovados pagamentos em dezembro de 2019 relativos a novembro do mesmo ano que, contudo, não são, de nenhuma forma, ilegais. A decisão que desqualifica a OSS é, como já se disse à exaustão, datada de 22.10.2020. Embora naquele momento tenha havido rescisão dos contratos firmados entre o Estado do Rio de Janeiro e a OSS UNIR, para se evitar risco à população fluminense com a descontinuidade do serviço prestado, a OSS UNIR não deixou automaticamente de atuar.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Por isso, ainda em novembro/2020, enquanto não eram celebrados contratos emergenciais, a UNIR ainda participou da gestão das UPAs, se fazendo devida, portanto, a contraprestação. Essa informação também consta expressamente dos Processos Administrativos mencionados:

Considerando que a rescisão unilateral do contrato de gestão 004/2018 importaria na ausência de Organização Social de Saúde para assumir a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde na Unidade de Pronto Atendimento NOVA IGUAÇU II, pois o processo seletivo do edital nº 006/2019, referente ao lote 08, foi fracassado, nos termos da publicação do DOERJ, em anexo, e, de imediato, a Secretaria de Estado de Saúde não possuía meios e condições operacionais para assumir a execução dos serviços de forma direta.

Considerando que, até o presente momento, não se tem notícias a respeito do julgamento definitivo do recurso administrativo da OSS UNIR, interposto nos autos do processo físico E-08/001/1170/2019, que trata da desqualificação da OSS e, sobretudo, dos efeitos modulares do ato de desqualificação em relação à imediata e automática rescisão dos contratos.

Considerando os questionamentos do despacho (1830444), informa-se que o contrato de gestão nº 004/2018 está em vigência, não foi rescindido de imediato pela SES, a fim de evitar a descontinuidade dos serviços assistenciais à população.

(SEI-08/001/027316/2019)

Considerando que a rescisão unilateral do contrato de gestão 001/2018 importaria na ausência de Organização Social de Saúde para assumir a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde na Unidade de Pronto Atendimento MESQUITA, pois o processo seletivo do edital nº 005/2019, referente ao lote 08, foi fracassado, nos termos da publicação do DOERJ, em anexo, e, de imediato, a Secretaria de Estado de Saúde não possuía meios e condições operacionais para assumir a execução dos serviços de forma direta.

Considerando que, até o presente momento, não se tem notícias a respeito do julgamento definitivo do recurso administrativo da OSS UNIR, interposto nos autos do processo físico E-08/001/1170/2019, que trata da desqualificação da OSS e, sobretudo, dos efeitos modulares do ato de desqualificação em relação à imediata e automática rescisão dos contratos.

Considerando os questionamentos do despacho (1844425), informa-se que o contrato de gestão nº 001/2018 está em vigência, não foi rescindido de imediato pela SES, a fim de evitar a descontinuidade dos serviços assistenciais à população.

(SEI-08/001/027350/2019)

Considerando que a rescisão unilateral do contrato de gestão 002/2018 importaria na ausência de Organização Social de Saúde para assumir a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde na Unidade de Pronto Atendimento QUEIMADOS, pois o processo seletivo do edital nº 006/2019, referente ao lote 08, foi fracassado, nos termos da publicação do DOERJ, em anexo, e, de imediato, a Secretaria de Estado de Saúde não possuía meios e condições operacionais para assumir a execução dos serviços de forma direta.

Considerando que, até o presente momento, não se tem notícias a respeito do julgamento definitivo do recurso administrativo da OSS UNIR, interposto nos autos do processo físico E-08/001/1170/2019, que trata da desqualificação da OSS e, sobretudo, dos efeitos modulares do ato de desqualificação em relação à imediata e automática rescisão dos contratos.

Considerando os questionamentos do despacho (1844351), informa-se que o contrato de gestão nº 002/2018 está em vigência, não foi rescindido de imediato pela SES, a fim de evitar a descontinuidade dos serviços assistenciais à população.

(SEI-08/001/027330/2019)

Considerando que a rescisão unilateral do contrato de gestão 003/2018 importaria na ausência de Organização Social de Saúde para assumir a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde na Unidade de Pronto Atendimento NOVA IGUAÇU I, pois o processo seletivo do edital nº 006/2019, referente ao lote 08, foi fracassado, nos termos da publicação do DOERJ, em anexo, e, de imediato, a Secretaria de Estado de Saúde não possuía meios e condições operacionais para assumir a execução dos serviços de forma direta.

Considerando que, até o presente momento, não se tem notícias a respeito do julgamento definitivo do recurso administrativo da OSS UNIR, interposto nos autos do processo físico E-08/001/1170/2019, que trata da desqualificação da OSS e, sobretudo, dos efeitos modulares do ato de desqualificação em relação à imediata e automática rescisão dos contratos.

Considerando os questionamentos do despacho (1844497), informa-se que o contrato de gestão nº 003/2018 está em vigência, não foi rescindido de imediato pela SES, a fim de evitar a descontinuidade dos serviços assistenciais à população.

(SEI-08/001/027365/2019)

Considerando que a rescisão unilateral do contrato de gestão 017/2018 importaria na ausência de Organização Social de Saúde para assumir a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde na Unidade de Pronto Atendimento TLUCA, pois o processo seletivo do edital nº 006/2019, referente ao lote 07, ainda está na fase de análise recursal, não tendo sido homologado o resultado final, nos termos da publicação do DOERJ, em anexo, e, de imediato, a Secretaria de Estado de Saúde não possuía meios e condições operacionais para assumir a execução dos serviços de forma direta.

Considerando que, até o presente momento, não se tem notícias a respeito do julgamento definitivo do recurso administrativo da OSS UNIR, interposto nos autos do processo físico E-08/001/1170/2019, que trata da desqualificação da OSS e, sobretudo, dos efeitos modulares do ato de desqualificação em relação à imediata e automática rescisão dos contratos.

Considerando os questionamentos do despacho (1844587), informa-se que o contrato de gestão nº 017/2018 está em vigência, não foi rescindido de imediato pela SES, a fim de evitar a descontinuidade dos serviços assistenciais à população.

(SEI-08/001/027491/2019)



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

147. Foi igualmente noticiado naqueles autos a celebração de contrato emergencial o que fez cessar, conseqüentemente, os pagamentos à UNIR, já que, a partir de então, deixou de atuar para o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Ou seja, estão explicados todos os 53 (cinquenta e três) desembolsos efetuados à UNIR no período de novembro/2019 a janeiro/2020, quando a OSS estaria desqualificada. O pagamento a posteriori ocorreu apenas em função de questões burocráticas. Restou atestado, portanto, que os valores são referentes a serviços prestados enquanto a UNIR ainda atuava na gestão das 9 (nove) UPAs. E, se são valores regulares, não há qualquer dano ao erário.

148. À luz dessas provas, o fato é que todos os valores que somam R\$ 26.883.245,88 eram efetivamente devidos à UNIR, já que, em relação a todos eles, o serviço prestado data de muito antes da decisão que a desqualificou. Trata-se, tão somente, de valores pagos em atraso, em razão da inegável burocracia do Poder Público e justificados, também, pela situação deplorável em que o Governador recebeu o Estado do Rio de Janeiro.

149. O que se tem, portanto, é uma decisão embasada não só na lei, como, também, nas circunstâncias vivenciadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (saúde sucateada e em vias de adequação) e pela sociedade (situação pandêmica, não podendo ficar a população desassistida). Seria então, este gravíssimo processo de impeachment realmente é o meio adequado para sanar esse ato praticado pelo Governador (que, na verdade, como visto, não possui qualquer irregularidade)? Se não há nem sequer indícios de que o Governador, agindo com dolo ou má-fé, causou algum dano ao erário (já se provou, dentre outras questões, a retidão de todos os pagamentos feitos à UNIR) ou teria infringido algum princípio (de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo), não há, portanto, como se admitir a procedência dos pedidos. Também isso é um imperativo de razão.

f) Equívoco primordial: a inexistência de relação entre a unir e o Sr. Mário Peixoto:

150. Esclarecida a lisura da atuação do Governado do Estado do Rio de Janeiro nos autos no Processo Administrativo E-08/001/1170/2019, deve-se, então, infirmar uma premissa absolutamente equivocada, que norteou este processo: a suposta existência de relação entre a UNIR e o Sr. Mário Peixoto. Ou, indo mais além: a existência de qualquer benefício de Sr. Mário Peixoto, com a decisão proferida pelo Governador que requalificou a UNIR.

151. Não se nega que o Sr. Mario Peixoto é objeto de investigação pelo Ministério Público Federal. Contudo, não há elementos suficientes para se afirmar, indene de dúvidas, de que exista ligação do Sr. Mário Peixoto e UNIR. Muito pelo contrário, a prova testemunhal, a ser produzida nestes autos, será categórica em constatar o descabimento desta relação inventada pelo Parquet.

152. O entendimento de que o Sr. Mário Peixoto seria ligado à UNIR adveio dos devaneios ficcionais do Ministério Público Federal, que, para fechar a sua cinematográfica narrativa, vale-se de temerárias conclusões. Segundo essa fantasiosa narrativa, todos os caminhos, imaginários, levariam à Roma, personificada no Sr. Mário Peixoto. Só que essa Roma não



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

existe. E, se existe, o Governador não está na Cidade Eterna. Antes, há um oceano de distância entre eles. Tanto é assim, que nenhuma prova efetiva, nem sequer indiciária, foi apresentada nesse sentido contra o Governador.

153. Consta do relatório do Exmo. Deputado Rodrigo Bacellar que o Ministério Público Federal, nos autos do Processo Criminal nº 5010476-42.2020.4.02.5101, em trâmite perante a 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, alegou que, “não obstante a ausência de qualquer vinculação formal entre LUIZ ROBERTO MARTINS e o INSTITUTO UNIR SAÚDE, no curso das interceptações telefônicas, foram captados diálogos que deixam claro que o denunciado [Luiz Roberto Martins], assim como MÁRIO PEIXOTO, que são os verdadeiros donos da Organização Social” (grifou-se).

154. Esse trecho acima transcrito, que faz menção à interceptação telefônica, teria sido o elo de ligação — especulativo — entre a decisão proferida pelo Governador no processo da UNIR, que a requalificou, e os eventos que levaram ao recebimento da denúncia pela ALERJ. Segundo a denúncia, a decisão do Governador teria, de alguma forma, beneficiado a UNIR e, por conseguinte, ao seu suposto dono, o Sr. Mário Peixoto.

155. Em outras palavras, a decisão proferida pelo Governador, que visava, como será melhor exposto, garantir à população regular acesso ao serviço de saúde, em meio a uma pandemia nunca antes vista/vivida no último século, só tomou relevância e ares de irregularidade dada à suposta relação entre a UNIR e o Sr. Mário Peixoto (colocado, pelo Ministério Público Federal, como sendo o principal personagem do esquema criminoso, envolvendo a saúde no Estado do Rio de Janeiro). Mas nada há de minimante concreto a este respeito, muito pelo contrário.

156. Cumpre chamar a atenção, ainda, para outra circunstância relevante, deixada no escuro e ofuscada por achismos/suposições/malabarismos especulativos. Esses ares especulativos do Ministério Público Federal foram denunciados pelo próprio Sr. Mário Peixoto nos autos do Habeas Corpus, por ele impetrado, já mencionado nesta defesa, nos seguintes termos: “Esta Corte de Justiça irá se deparar, ao examinar o ilegal decreto de prisão, o tempo inteiro, com expressões tais e quais:

“Esta Corte de Justiça irá se deparar, ao examinar o ilegal decreto de prisão, o tempo inteiro, com expressões tais e quais:

- (...) MÁRIO PEIXOTO, aparentemente, controlava a organização social IDR (...);
- (...) aparente manutenção do esquema delituoso (Evento 22);
- (...) aparente continuidade do esquema (...);
- (...) o que leva a crer que (...);
- (...) fazendo alusão, em tese, a (...);
- (...) o primeiro teria telefonado para o terminal (...);
- (...) parecem corroborar a tese (...), etc.

Todas elas, constantes do texto do próprio decisão, denotam a existência de dúvida. Há, no fundo, suspeitas, que deveriam, de acordo com a legislação processual penal, levar a uma investigação, não à prolação de uma espécie de sentença condenatória prévia.

Coloca-se, no caso em debate, a carroça na frente dos bois. Inverte-se o consagrado princípio constitucional da presunção de inocência.” (documento 1284761)

157. A verdade é: não há qualquer prova da ligação do Sr. Mário Peixoto com a UNIR. Inclusive, o Presidente da UNIR, Sr. Marcus Velhote de Oliveira, em depoimento prestado perante a ALERJ, especificamente à “Comissão de Fiscalização dos



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Gastos na Saúde Pública Durante o Combate do Coronavírus” e pela “Comissão de Saúde”, negou conhecer o Sr. Mário Peixoto”. De fato, então, se esta OSS possui, efetivamente, ligação política com alguém, como as provas colhidas pelo próprio Ministério Público Estadual e Federal apontam, é com o Sr. Marcus Velhote de Oliveira e/ou Sr. Luiz Roberto Martins e/ou o Sr. Nelson Bornier.

158. Embora o Ministério Público Federal afirme a existência de relação entre o Sr. Mário Peixoto e a UNIR, as provas por ele mesmo produzidas apontam o contrário. A prova mais expressiva, sobre a qual o Ministério Público Federal se debruçou, para estabelecer a relação UNIR/Sr. Mário Peixoto, posta na denúncia, é o relatório da interceptação telefônica acostado aos autos da mencionada ação criminal (documento 1284767), em que foram analisados registros de conversas entre os seguintes personagens: Sr. Mário Peixoto, Sr. Luiz Roberto Martins e Sr. Nelson Bornier.

159. Não obstante o Sr. Mário Peixoto estivesse sendo monitorado, nenhuma das conversas dele tratou, nem por um segundo, da UNIR. As aparições do Sr. Mário Peixoto, na interceptação telefônica, segundo o MPF, são apenas duas. Uma para pedir comida*? (questiona-se, inclusive, a relevância dessa informação constar do relatório para justificar a manutenção do monitoramento) e outra, em que é mencionado apenas o nome Mário?!, pelo Sr. Luiz Roberto Martins, de forma totalmente isolada. E só, mais nada.

160. Indaga-se, pois: estas duas referências ao Sr. Mário Peixoto são suficientes para comprovar uma ligação entre ele e a UNIR, de tal modo próxima, que o coloque na posição de um dos seus proprietários? Recorde-se que o MPF afirma que ele seria um dos donos desta OSS.

161. Ou ainda: por que o tal “Mário”, mencionado na interceptação telefônica, teria que ser o Sr. Mário Peixoto? De onde se tirou esta conclusão? Somente existiria um Mário orbitando sobre o Palácio Guanabara? Não há outra pessoa, com o mesmo nome, que pudesse ter interesse em resolver os problemas da UNIR? Não se sabe. Não se investigou. Só presunções sobre presunções.

162. Nas conversas interceptadas, na investigação criminal, entre o Sr. Nelson Bornier e o Sr. Luiz Roberto Martins, revela-se uma ligação estreita entre a UNIR e o Sr. Nelson Bornier (o que não era do conhecimento do outsider da política, o Sr. Wilson Witzel). Nestas conversas foram tratadas não só das medidas a serem adotadas para que a UNIR fosse novamente qualificada, como, também, de outras para recompensar os supostos prejuízos decorrentes dessa decisão. Nesse sentido, citem-se trechos das conversas:

“LUIZ: Oi Nelson

NELSON: Luiz, eu estava vendo lá atrás a resolução conjunta lá atrás

LUIZ: sim

NELSON: Isso aí cabe danos para eles

LUIZ: cabe danos?

NELSON: para eles lá

LUIZ: É né?

NELSON: Isso tem que ser analisado profundamente pegar na íntegra esse processo todo porque aí. Isso não é brincadeira não



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

a resolução conjunta aquilo tirou a OS do páreo em todos os sentidos não podia fazer mais nada, foi jogada para escanteio. E agora vem de repente decisão dessa resolução do despacho do homem. Isso tem que ser bem analisado isso.

LUIZ: Está bom. Cabe então uma ...?

NELSON: você tem noção de ficar de outubro de 2019 agora até agora final de março. Sua firma julgada inidônea sem poder participar de porra nenhuma

LUIZ: E você contemplado no edital em dois lotes com sete unidades

NELSON: Isso

LUIZ: corresponde a 10 milhões de contrato.

NELSON: Isso é uma perda irreparável tem que ser revisto, analisado friamente

LUIZ: é uma briga boa né?

NELSON: pegar essas peças desde o início. E tem mais uma irresponsabilidade de ambos dos dois secretários. Não é só ele lá não os dois. Tudo bem.

LUIZ: boa, boa

NELSON: Tem que pegar todas as peças para ver onde chegou agora até a assinatura final do homem aqui. Isso não é brincadeira. Você sabe o que é pegar uma empresa e PUM!! Dar um tiro no peito e tchau e benção. E os prejuízos causados nisso aí, e o acervo e os problemas causados, problemas intemos, pessoal, administrativo. chegou deu um tiro e vai embora tchau e benção. Se ela tinha uma finalidade só que era isso. Finalidade dela é isso, atuar nessa área e agora até logo tchau não existe mais." (documento 1284767)

163. Aliás, em outro trecho da interceptação telefônica fica claro que o Sr. Luiz Roberto Martins é hierarquicamente subordinado ao Sr. Nelson Bornier. Este dá ordens expressas àquele para "tomar uma providência já", "reivindicar o ganho que você teve lá atrás" e "você está com o queijo e a faca na mão. Não pode esperar essa porra não." (documento 1284767). Confira-se:

"LUIZ: eu fiquei sabendo de uma situação hoje, lá em Caxias, eu estive em Caxias. Eu fiquei sabendo que as OSs que estão nessa quatro ai emergencialmente tinham pedido a carteira profissional do pessoal para assinar. Mas alguma coisa no meio do caminho eles voltaram atrás e demoveu as carteiras para os empregados sem assinatura

NELSON: estão prevendo alguma coisa.

LUIZ: a notícia rolou. O que que eu fiz eu peguei o rapaz do escritório lá e falei para ele não vamos esperar o fim do emergencial. Vamos entrar agora de uma vez NELSON: também acho. Acho que diante disso ai Luiz. Você tem que tomar uma providência já, você tomou uma porra e vieram aqui botaram o remédio em você, você ficou bom e você ficar quieto. Você tem que reivindicar o ganho que você teve lá atrás. Você tem que pegar o processo em embaraçar mais do que nunca, você tem que reivindicar o que ela ganhou de direito, entendeu?

LUIZ: não só as quatro, mas as outras também.

NELSON: lógico, tudo. Tem que ver isso correndo LUIZ, não passar isso não. Vão se empepinar todo entendeu?

LUIZ: vou entrar dentro disso ai com unhas e dentes

NELSON: correndo. Tem que entrar correndo e o babaca que fica ao lado do chefe ai assinou essa porra ai sem ter



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

conhecimento nenhuma. Se tiver que ir lá vocês têm noção da cagada que vocês fizeram aí, tem noção porra!! Você está com a faca e o queijo na mão. Não pode esperar essa porra não. Quem cala consente!”

164. Insista-se, então, que, notadamente com base nessa conversa, seria muito mais plausível ao Ministério Público entender que o tal “Mário” seria Mário Marques (leia-se, para evitar dúvidas, que aqui se faz exercício mental, tal como feito pelo Ministério Público: até porque, como visto, o Governador proferiu a decisão de requalificação da UNIR com base na legalidade e no contexto da época, sem qualquer intuito lesivo ao erário ou menos ainda que afrontasse algum princípio do cargo) do que o Sr. Mário Peixoto. Afinal, quem comandaria a UNIR, à luz das provas até agora produzidas pelo próprio Ministério Público, seria o Sr. Nelson Bornier. E Mário Marques, já à época da decisão proferida pelo Governador, era Subsecretário de Comunicação dele. E esse Mário Marques é, precisamente, filho do vice-prefeito do Sr. Nelson Bornier, nas eleições do ano de 2.000 em Nova Iguaçu. Especulação por especulação, esta parece muito mais plausível.

165. Aliás, a ausência de relação com a UNIR foi também pontuada pelo próprio Sr. Mário Peixoto, em petição protocolada na ALERJ, no dia 18.9.2020, que, “equivocadamente”, nunca foi acostada aos autos deste processo. Mais grave: mesmo após os patronos do Governador postularem à ALERJ o acesso da referida petição, inclusive por meio de petição formal à ALERJ, ainda assim a ALERJ somente viabilizou o acesso depois que o e. Relator deste Tribunal Especial Misto assim determinou expressamente.

166. Essa atitude da ALERJ desnuda a intenção de que esse aspecto não seja considerado pelos membros desse e. Tribunal Especial Misto. Contudo, a relevância da questão é extrema: não se pode julgar o caso sem que o processo esteja plenamente instruído com todas as provas e alegações.

167. Por meio dessa petição (omitida pela ALERJ, insista-se), o Sr. Mário Peixoto afirma que não tem relação com a UNIR, fato que é corroborado, agora, pelo Ministério Público Estadual, na denúncia que levou ao início da “Operação Filhote de Cuco” (documento 1284770). Essa operação, que se desenvolveu perante a Justiça Estadual do Rio de Janeiro e que redundou em denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual, detalha a utilização da empresa Instituto Data Rio — IDR, em supostos desvios de verbas públicas, ligadas à área de saúde do Estado do Rio de Janeiro. Essa empresa, segundo o Ministério Público Estado, teria passado a atuar, posteriormente, com a UNIR. Veja-se o que diz a denúncia do MPE sobre este ponto:

“Desde data que não se pode precisar, mas certo que o estado de permanência ininterrupto foi identificado a partir de março de 2016 até o oferecimento da presente denúncia, primordialmente na cidade de Duque de Caxias (RJ), em comunhão de ações e desígnios e prévio acordo de vontades e divisão de tarefas pormenorizadamente descritas abaixo, os denunciados LUIZ ROBERTO MARTINS, LUCIANO LEANDRO DEMARCHI, LISLE RACHEL DE MONROE CARVALHO, CARLA DOS SANTOS BRAGA e LEANDRO BRAGA DE SOUSA, associados a terceiros ainda não identificados, constituíram e integraram, pessoalmente e de maneira estável, organização criminoso



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

preordenada a obter vantagens da Administração Pública, com o fim específico de cometer crimes, e em especial o delito de peculato, mediante desvio de recursos públicos geridos por organização social de saúde.

A organização criminosa, que inicialmente controlava o INSTITUTO DATA RIO, expandiu sua atuação para alcançar também o INSTITUTO UNIR SAÚDE, organização social sucedeu ao IDR na gestão de Unidades de Pronto Atendimento da Secretaria Estadual de Saúde, ao longo do ano de 2018.

(...)

No topo da organização criminosa encontra-se LUIZ ROBERTO MARTINS, detentor último de poder decisório no seio da estrutura. Seu principal papel criminoso é deliberar quanto ao emprego e destino dos recursos públicos auferidos a partir dos contratos de gestão celebrados pelas organizações sociais que se encontrem subordinadas a seu controle, notadamente o INSTITUTO DATA RIO e o INSTITUTO UNIR SAÚDE.” (documento 1284770)

168. Ao longo da referida extensa denúncia, apresentada pelo Ministério Público Estadual, não é possível identificar qualquer menção ao Sr. Mário Peixoto, que, conseqüentemente, não foi denunciado pelo órgão acusador. Ali a relação identificada é, exatamente, entre a UNIR e o mencionado Sr. Nelson Bornier, chamado de “rei da baixada” em uma referência ao fato dele ter sido Prefeito de Nova Iguaçu e ex-deputado Federal (documento 1284770). Esse aspecto foi mencionado pelo próprio Sr. Mário Peixoto na petição protocolizada na ALERJ:

“A denúncia estadual, de quase 300 folhas (em anexo), não deixa nenhuma margem para dúvidas. IDR e UNIR nunca foram de Mário Peixoto, o qual também jamais foi sócio oculto das mesmas, ou controlador dos institutos, não possuindo nenhuma participação no episódio da requalificação da UNIR pelo governador atual.

Aliás, surge aqui um personagem que o próprio Ministério Público Estadual afirmou estar investigando, dentre outros tantos (menos Mário Peixoto): o rei da baixada. Acessando-se singelamente a ferramenta de buscas Google, tem-se que o “rei da baixada”, referido nos diálogos citados na operação “filhote de cuco”, tem nome e sobrenome: Nelson Bornier” (documento 1284770)

169. Nesse contexto, de duas, uma: ou bem tem razão o MPF, ou o MPE. Para o mesmo fato, não pode haver duas versões. Para o MPF, como visto, lastreado em uma imprecisa interceptação telefônica e uma inidônea delação, UNIR é do Sr. Mário Peixoto. Para o MPE, com base em prova robusta, UNIR é ligada, não ao Sr. Mário Peixoto, mas ao Sr. Nelson Bumier. O que, aliás, é corroborado também pela prova colhida pelo próprio MPF (interceptações telefônicas entre o Sr. Nelson Bornier e o Sr. Luiz Roberto Martins), acima já destacada. E se há dúvida sobre este fato, esta deve se operar em favor do Governador, ora acusado. Isso também é um imperativo da razão.

170. Diga-se, ainda, que o próprio Sr. Mário Peixoto prestou esclarecimentos relevantes em sua petição, que, repita-se, já deveria constar dos autos deste processo, especialmente para que os membros da ALERJ pudessem deliberar sobre a aprovação ou não do relatório elaborado pelo Exmo. Deputado Rodrigo Bacellar. Por meio desta petição ele afirma que a



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

vinculação promovida pelo Ministério Público Federal advém da sua pretérita participação societária na empresa ATRIO RIO SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, que teria prestado serviços para a empresa IDR - INSTITUTO DATA RIO, empresa essa que, na narrativa do Ministério Público, teria sido substituída pela UNIR. Contudo, ali ele esclarece que “Mário Peixoto não faz parte do quadro societário da Atrio, há muitos anos (...) havendo deixado o quadro social em 2014” bem como que “o último serviço prestado pela Atrio ao IDR remonta o ano de 2014 (documento 1284770).

171. Fez-se, portanto, como diz o próprio Sr. Mário Peixoto “um malabarismo presuntivo verdadeiro contorcionismo interpretativo, a fim de se vincular o nome de Mário Peixoto a um suposto diálogo interceptado do senhor Luiz Roberto Martins” (documento 1284770; grifou-se). Inclusive, confirma-se ali o que vem sendo afirmado aqui: o conto que narra o Ministério Público é absolutamente ficcional à luz do que as provas efetivamente apresentam. Confirmam-se mais alguns trechos para facilitar a análise deste e. Tribunal Especial Misto:

“A despeito do que realmente aconteceu, o fato é que se comprova ausência de liame de qualquer natureza com Mário Peixoto na questão da reabilitação do UNIR: falou-se em deputados, zero 1 da saúde, Elaine, Vanderley, Nelson Bornier e muitos outros personagens. Nada de Mário Peixoto, restando claro que quem estava orientando Luiz Roberto no ponto era Bornier, o “rei da baixada”

Por fim, acerca deste tema, Mário Peixoto não possuía, há anos, relação com Luiz Roberto Martins, sequer constando de sua agenda telefônica o contato de Luiz, como de resto não consta o nome de qualquer pessoa que tenha ainda que remotamente ligação com a OS IABAS — adianta-se. Mais uma vez, envolveu-se o nome de Mário Peixoto por especulação. Luiz Roberto não disse o que as autoridades afirmaram que ele disse. Há uma clara distorção dos fatos e encaminhamento específico de conclusões a um fim previamente desejado. Ainda a propósito, Luiz Roberto teve inúmeros diálogos interceptados, falou de negócios com muitas pessoas e sobre diversas pessoas. Não conversou nenhuma vez com Mário Peixoto, tampouco com alguém sobre Mário Peixoto em circunstância de que se possa inferir seu envolvimento em esquemas ilícitos. O Ministério Público Federal é que especula, supõe, presume e acusa sem provas Peixoto de envolvimento com Luiz Roberto.

Portanto, não há propósito algum em se insinuar que Mário Peixoto seria o dono da

UNIR Saúde, e que teria pago valores a Wilson Witzel por sua requalificação. Não existe verdade nesta assertiva.” (documento 1284770).

172. O que se percebe é que toda a narrativa fantasiosa do MPF advém de uma frase solta que, confrontada com as demais provas, não se sustenta. É fraco, precipitado e temerário presumir uma relação a partir de uma isolada menção em um contato telefônico e, mais grave, vincular o elaborado enredo à decisão proferida pelo Governador, em um processo administrativo que não possui qualquer cunho político.

173. Se, portanto, se deve presumir alguma vinculação política, o que se tem, de concreto, então, é que a relação da UNIR seria com o Sr. Luiz Roberto Martins e o Sr. Nelson Bornier. E que o



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

tal “Mário” poderia ser, perdoe-se o truísmo, qualquer “Mario”. De modo que, se não há relação comprovada entre o Sr. Mário Peixoto e UNIR (e as provas produzidas pelo Ministério Público Federal e Estadual apontam nesse sentido), não há como se presumir que a decisão proferida pelo Governador (nos autos do procedimento administrativo que desqualificou a UNIR) teria o objetivo de beneficiá-lo.

174. E mais, especificamente sobre esse ponto, quais são os indícios/provas de que o Sr. Mário Peixoto restou efetivamente beneficiado pela decisão proferida pelo Governador? Simplesmente não há! Não há absolutamente nada que ao menos indique que o Sr. Mário Peixoto realmente teria sido beneficiado pela decisão proferida pelo Governador. A atribuição de importância a uma decisão — repita-se, regular — a ponto de subsidiar uma denúncia por crime de responsabilidade, que em nada beneficia o Sr. Mário Peixoto, é, além de precipitada, absolutamente descabida.

175. As provas a serem produzidas neste processo sepultarão, de uma vez por todas, as insustentáveis suspeitas levantadas pelo Ministério Público Federal e, indevidamente, replicadas nas denúncias objeto deste processo. Será demonstrado, de uma vez por todas, não só a inexistência de qualquer benefício recebido pelo Sr. Mario Peixoto, como a sua completa desconexão com a OSS Unir, que levará, conseqüentemente, à improcedência dos pedidos dos denunciantes.

A VERDADE SOBRE OS CONTRATOS DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CELEBRADOS COM O ESCRITÓRIO DA PRIMEIRA-DAMA HELENA WITZEL

a) Narrativa falha — já foi devidamente demonstrado que os atos do Governador não beneficiaram, em nada, o Sr. Mario Peixoto:

176. Se até aqui esse procedimento é permeado pela ausência de prova, neste aspecto, especificamente, essa circunstância se intensifica. Além de questionar a própria mudança de regime de bens do casamento adotado pelo denunciado e a sua atual esposa (o que será demonstrado absolutamente irrelevante para os fatos objeto deste processo), o relatório elaborado pelo Exmo. Deputado Rodrigo Bacellar, encampado pela decisão proferida por este e. Tribunal Especial Misto, ao seguir a deturpada narrativa do Ministério Público Federal, afirma existirem “fortes indícios de recebimento de vantagens indevidas pelo denunciado através do pagamento de honorários à sua esposa, a senhora Helena Alves Brandão Witzel” (fl. 72 do relatório). Segue afirmando que “apontam os indícios que a primeira dama teria sido contratada por cerca de meio milhão de reais pela DPAD Serviços Diagnósticos LTDA, empresa, controlada, na verdade, por operadores do Sr. Mario Peixoto” (fl. 72 do relatório).

177. A intenção da Comissão Especial de Impeachment, que atuou perante a ALERJ, ao dar relevância a essa informação, era fazer a ligação com os atos do denunciado. A narrativa era a de que (1) os atos do denunciado que beneficiaram a UNIR e o IABAS, estavam (ii) igualmente beneficiando, financeiramente, o Sr. Mario Peixoto, já que (iii) a entrega da contrapartida seria por meio de contratos firmados entre empresas supostamente ligadas ao Sr. Mário Peixoto, com o Escritório da Primeira-Dama Helena Witzel. Esse seria o estratagema que o Governador estaria inserido, segundo a fantasiosa denúncia.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

178. Note-se que, demonstrado o equívoco da premissa de que o Sr. Mário Peixoto estaria sendo beneficiado, rompe-se o nexo de causalidade entre os contratos firmados pelo escritório de advocacia da Primeira-Dama, Helena Witzel e os fatos ditos criminosos objetos desta denúncia. Como já se provou, em tópico próprio desta defesa, não há qualquer relação entre o Sr. Mário Peixoto e as empresas UNIR e IABAS. Consequentemente, nenhuma irregularidade houve na celebração de contratos advocatícios com empresas privadas (que, aliás, nunca receberam nenhum centavo do Estado do Rio de Janeiro — documento 1284778). Também consequentemente não há qualquer ato criminoso praticado pelo Governador.

179. Onde estaria o dano ao erário? Qual teria sido o princípio violado pelo Governador capaz de ensejar crime de responsabilidade? Nenhum. Ou seja, as denúncias objeto deste processo novamente se apoiam nas embrionárias investigações do Ministério Público Federal que, embora tenham uma narrativa cinematográfica, não apontam evidências minimamente concretas de irregularidades perpetradas.

b) A empresa DPAD que contratou o escritório da Primeira-Dama não possui o Sr. Mário Peixoto como sócio:

180. Não obstante o fato de inexistir o necessário vínculo entre as atitudes do Governador com os contratos celebrados pela Primeira-Dama, o fato é que, como bem reconhece o Ministério Público Federal, o Sr. Mário Peixoto não figura no quadro societário da empresa DPAD, nem mesmo nas demais empresas que contrataram com o escritório da advogada Helena Witzel. Inclusive, para se estabelecer a relação entre o Sr. Mário Peixoto e as empresas privadas em questão, o Ministério Público Federal precisou fazer um verdadeiro juízo de abstração, tão complexo, que foi necessário desenhar e ainda explicá-lo por meio de uma petição de quase 500 (QUINHENTAS) laudas (documento 1284783).

181. O que se sabe efetivamente é que a empresa DPAD, liderada pelo Sr. Alessandro Duarte, tornou-se cliente do escritório da Dra. Helena Witzel através do Dr. Lucas Tristão. Esse fato, inclusive, é comprovado pelas provas produzidas pelo próprio Ministério Público Federal, já que se demonstrou ali que a relação foi intermediada pelo referido advogado (documento 1284786).

182. A deturpada narrativa do Ministério Público, equivocadamente endossada pelos denunciante, não procede. Não há como uma advogada, que recebe indicação de um colega advogado, ter conhecimento de toda a suposta organização criminosa, que nem mesmo o Ministério Público consegue demonstrar de forma lógica, clara e por meio de provas contundentes, embora certamente esteja trabalhando nisso há meses e com vários técnicos especializados envolvidos.

183. Lembre-se que o casal Witzel era outsider, não estava familiarizado ao contaminado ambiente político/empresarial deste Estado. Sua visão, não passava dos limites expressos nos contratos que assinaram. Nada além.

184. Nessa linha, sem terem o conhecimento dos esquemas de corrupção que já permeavam e impregnavam o Governo do



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Estado, a única informação que poderiam se apoiar seriam os documentos oficiais/públicos das empresas. E foi o que a Primeira-Dama fez diante da oportunidade de firmar contrato, não só com a empresa DPAP, mas com as empresas COOTRAB e QUALI.

185. Foram obtidas pelo Escritório de Helena Witzel certidões junto a JUCERJ e ali não constava o nome do Sr. Mário Peixoto como sócio ou qualquer pessoa envolvida em atos ilícitos.

Para facilitar a análise dos documentos anexos, confira-se planilha ilustrativa:

NOME DA EMPRESA E CNPJ	QUADRO DE SÓCIOS ADMINISTRADO
DPAD Serviços Diagnosticos LTDA 17.649.324/0001-58	Alessandro de Araujo Duarte Juan Elias Neves de Paula Andrea Sena Sassone Perrone
COOTRAB COOPERATIVA CENTRAL DE TRABALHO LTDA 08.623.284/0001-84	Flavio Carvalho Prado Guilherme Gomes Kruguer Laila Fabiana Rettore Mattos
QUALI CLÍNICAS GESTÃO E SERVIÇOS LTDA 10.853.496/0001-08	Maria Fernanda Ramos Mattos João Marcos Borges Mattos

186. Aliás, a investigação feita pelo MPF constatou que os pagamentos feitos pela empresa DPAD ao escritório da Dra. Helena Witzel, a título de honorários advocatícios, tiveram início em 13/08/2019. Mas, como já demonstrado, conforme a Resolução Conjunta SES/SECCG nº 664, a desclassificação da UNIR ocorreu em 16/10/2019, e o Governador apenas revogou a sua desclassificação em 23/03/2020. Ou seja, é completamente desarrazoada — para dizer o mínimo — a pretensão acusatória ao querer fazer crer que os pagamentos da suposta vantagem ilícita destinada ao Governador teriam começado antes mesmo da desclassificação da UNIR.

187. Em outras palavras, o MPF alega que os pagamentos realizados pelo agente corruptor, como contraprestação ao ato de corrupção, qual seja, a revogação da desclassificação da OSS UNIR, se iniciaram 2 meses antes de esta ser desclassificada. Seguindo o mesmo raciocínio do MPF, o Sr. Mário Peixoto teria, em 13.8.2019, determinado o pagamento de vantagem indevida ao Governador, de alguma forma adivinhando que, em 16.10.2019, a UNIR seria desclassificada, bem como também adivinhando que, em 23.3.2020, o Governador revogaria a referida decisão de desclassificação.

188. Nesse contexto, haveria atos criminosos (aqui, de corrupção, v.g.), em que a propina teria sido paga em virtude de ato que nem sequer poderia ter sido ser objeto de negociações entre os agentes. Isso porque, como visto, consistia na revogação de decisão que ainda não havia sido proferida. E o mais grave é que tudo isso teria ocorrido sem absolutamente nenhuma prova, nem sequer indiciária, de que o Governador teria solicitado, recebido ou se beneficiado com algum valor.

189. À luz dessas informações que estavam disponíveis à Dra. Helena Witzel, não poderia ter conhecimento do engendrado suposto esquema de corrupção indicado, ainda que de forma muito incipiente, pautado em ilações pelo Ministério Público. Logo, por mais esses motivos, o Governador confia em que este e. Tribunal Especial Misto deliberará pela não instauração do processo.

c) Regularidade da atuação da Primeira-Dama para o Hospital Jardim Amália (HINJA):



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

190. Embora não tenha sido citado pelo relatório aprovado pela ALERJ e nem tampouco pelas denúncias, mas apenas mencionado pelo Ministério Público Federal, a contratação feita pelo Hospital Jardim Amália — HINJA foi igualmente regular. A advogada Helena Witzel possuía antiga relação com essa empresa privada (desde 2017, como correspondente). Essa relação foi igualmente intermediada pelo escritório do Dr. Lucas Tristão, localizado em Vitória/ES, que aparece, ainda, como patrono de diversas ações do hospital (documento 1284787). Importante mencionar que a Dra. Helena Witzel captou o cliente e o indicou ao Dr. Lucas Tristão, que já vinha com forte atuação na área tributária. O HINJA, reconhecidamente, não possui qualquer relação com o Sr. Mário Peixoto.

191. O HINJA, aliás, nunca foi atrelado ao Sr. Mário Peixoto; nem o próprio MP e a ALERJ alegam alguma vinculação com o referido empresário. A explicação feita nesta defesa é apenas a título de argumentação, para demonstrar que nem à luz da contratação da Primeira-Dama pelo HINJA haveria alguma irregularidade. Antes de mais nada, porque, aqui também, à luz dos documentos oficiais/públicos, não há qualquer vinculação com o Sr. Mário Peixoto, in verbis:

NOME DA EMPRESA E CNPJ	QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES
Hospital Jardim Amália (HINJA) 32.513.459/0001-85	Alberto Isaac Servicos Medicos Ltda.
	Angela Maria Netto De Albuquerque
	Miltom Ferreira Oliveira Netto
	Paulo Cesar Lopes Netto
	Wilma Lopes Da Silva Netto

192. Desde 2016, como visto, a Primeira-Dama atuava como correspondente jurídico do Escritório do Dr. Lucas Tristão, sediado em Vitória/ES, em diversas execuções movidas contra o HINJA, que ali tramitavam. Em 2016, após ser admitida no exame da OAB e, com isso, abrir o próprio escritório, a relação advocatícia foi mantida. A advogada patrocinava, v.g., recurso que versa exatamente sobre a tese que ajudou a consolidar (documento 1284809).

193. Como foi apontado pelo próprio MPF, a advogada celebrou com o HINJA contrato de ampla assessoria jurídica como “efetivo departamento jurídico terceirizado”. E ali ainda se pontuou a necessidade de atuação no agravo de instrumento nº 5002001-74.2020.4.02.0000, em trâmite perante o e. Tribunal Federal Regional da 2º Região, e que tem o condão de estabelecer parâmetros a serem adotados em outras inúmeras ações que tramitam perante aquela e. Corte (documento 1284809).

194. A advogada Helena Witzel inclusive já atuava profissionalmente, em nome do HINJA, desde julho/2018, nos autos da execução fiscal nº 0000899-05.2009.4.02.5104, que deu ensejo ao mencionado agravo de instrumento, conforme cópia da petição, ora em anexo, extraída do evento 49 dos autos da ação fiscal (documento 1284810). Cite-se, ainda, que antes mesmo da celebração do questionado contrato de honorários, a advogada já havia recebido o mandato para atuar na defesa dos interesses do HINJA, como consta do substabelecimento, juntado aos autos da execução fiscal nº 0000437-43.2012.4.02.5104 (evento 62 — documento 1284816).

195. Ainda que o Ministério Público afirme, na denúncia, que a atuação da advogada no recurso seria “inócua”, já que “o recurso



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

estava suspenso”, deve-se retificar essa afirmação, já que a juntada de procuração, em nome da Dra. Helena Witzel, ocorreu em 8.4.2020, a efetiva suspensão do processo, em razão do recurso repetitivo afetado pelo Superior Tribunal de Justiça, deu-se apenas em 26.6.2020, e ela apresentou pedido de reconsideração em 12.10.2020 (documento 1284820), que se encontra pendente de apreciação (autos conclusos com o relator). Não se faz necessário explicar com mais detalhes aos membros deste e. Tribunal Especial Misto que a existência de matéria afetada pelo STJ não garante automaticamente que a tese ali suscitada seria compreendida como aplicável à hipótese daqueles autos. A atuação da Dra. Helena Witzel foi necessária e eficaz para garantir o possível sucesso na demanda.

196. A genérica imputação de irregularidades, nas atuações da Dra. Helena Witzel, é absolutamente inaceitável, já que, como demonstrado, a Primeira-Dama exercia regularmente seu ofício de advogada. Não se pode criminalizar a advocacia e, com mais razão ainda, não se pode criminalizar sem provas. E o mais grave, não se pode criminalizar o advogado em razão de quem ele representa, menos ainda terceiro (no caso, o Governador).

d) Absoluta irrelevância da alteração do regime de bens — questão atrelada, apenas e tão somente, ao fim da partilha do Governador com a sua ex-esposa:

197. Por fim, deve-se esclarecer a despropositada imputação a respeito da mudança no regime de bens do denunciado com a Primeira-Dama, Dra. Helena Witzel. Constou do relatório do Exmo. Deputado Rodrigo Bacellar, inclusive por alegação dos denunciantes, que, “em setembro de 2019 houve a mudança do regime de bens do casamento do denunciado, passando o casamento a ser regido pelo regime da comunhão universal de bens um mês depois da assinatura do contrato de serviços advocatícios firmado entre a DPAD Serviços Diagnósticos LTDA e a Primeira-Dama” (fl. 72 do relatório). Além de não apresentar a necessária justificativa para dar a esse argumento uma relevância que ele não tem, o relatório não apontou todos os fatos (tal como feito mais uma vez pelo Ministério Público Federal).

198. A questão é absolutamente simplória e não merece nem sequer grandes digressões. Como se casou com a Primeira-Dama, o denunciado obviamente era divorciado. Mas o processo de partilha com a sua ex-mulher ainda estava em curso (documento 1284794). E o regime de separação de bens era obrigatório, nos termos dos artigos 1.523, Hl e 1.641, 1, do CC/02.

199. Como a partilha de bens do divórcio do denunciado com a sua ex-esposa, somente transitou em julgado em 27.6.2019, foi nesse momento em que ele pode alterar o regime de bens com sua atual mulher. Passou, agora, para comunhão universal de bens, conforme registrado em sentença judicial proferida em setembro/2019 (documento 1284799). Exatamente por esse motivo, somente em setembro/2019, e não a partir da celebração do casamento, o casal alterou o regime de bens, a fim de garantir à Primeira-Dama o direito ao único bem do Governador, qual seja o imóvel em que a família residia no Grajau.

200. Aliás, essa medida também ia ao encontro do temor que o denunciado tinha e ainda tem pela sua própria segurança: para garantir que caso algo o aconteça, o denunciado pensa em



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

deixar a sua família amparada. Tanto é que após sair da magistratura — e essa motivação foi exacerbada após entrar para a política, diante das constantes ameaças que recebe — celebrou seguro de vida, na qual possui a sua atual esposa como beneficiária (documento 1284802).

201. Passe o truísmo, invocar a alteração do regime de bens do casamento do Governador com a Primeira-Dama, não é, d.v., um argumento sério. E menos sério ainda é dizer que haveria circulação de dinheiro entre o casal, como indício de prática delituosa. Como se trata de um casal, com filhos em idade escolar, é absolutamente regular — e chega a ser óbvio — que haja movimentação financeira entre eles, já que ambos detêm obrigações dentro da relação conjugal. Não pode causar estranheza o fato de a Dra. Helena Witzel transferir parte do recebido pelo seu escritório como pro labore ao seu marido para que possa quitar as contas do casal e vice-versa.

**AUSÊNCIA DE DOLO OU MÁ-FÉ DO GOVERNADOR:
AUSÊNCIA DE PRÁTICA DE ATO QUE VIOLE A LEI 1079/50**

202. As denúncias objeto deste processo imputam ao denunciado crime de responsabilidade com fundamento nos arts. 4º, V, 9º, VII, da Lei nº 1.079/1.950. Mas de tudo quanto já foi exposto nessa defesa, o que se tem, claramente, no caso, é que não há crime de responsabilidade, porque não há qualquer conduta dolosa a ser imputada ao Governador, nem nada de lesivo à Administração Pública. Isso porque ele agiu dentro de suas atribuições e ainda sempre agiu correta e agilmente. Tanto é assim, que não consta dos autos elemento de convicção que aponte para eventual dolo ou má-fé ou ganho ilícito do Governador, a caracterizar suposto crime de responsabilidade (por improbidade e nem por violação a princípios do cargo que ocupava).

203. Ímprobo, afinal, não é predicado banal, ou que admita tratamento banalizante. Isso significa dizer: nem todo ato administrativo que supostamente atente contra os princípios da Administração Pública ou que aparentemente encerre dano ao erário implicará no vício da improbidade. Só deve ser considerado ato ímprobo aquele revestido de relevante gravidade, refletindo inegável má-fé e desonestidade, o que nem de longe é a hipótese aqui.

204. O e. Superior Tribunal de Justiça, há tempos, em jurisprudência pacífica, entende pela necessidade de o elemento anímico do dolo ser demonstrado para a imposição de qualquer sanção prevista da Lei nº 8.429/1992, no mínimo culposo para a hipótese do art. 10 da referida lei (AgInt no AREsp 1596135/MA, 1º Turma, Min. Benedito Gonçalves, j. 6.10.2020; RESP 1.835.583/SE, 2º Turma, Min. Herman Benjamin, j. 12.11.2019; AgRg no AREsp 184.923/SP, 1º Turma, Min. Napoleão Maia, j. 2.5.2013; AgRg no REsp 1352541/MG, 2º Turma, Min. Mauro Campbell, j. 5.2.2013; AgRg no REsp 1248806/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, 2º Turma, j. 26.6.2012; Resp 939118/SP, 1º Turma, Min. Luiz Fux, j. 15.2.2011; v.g.). Aliás, o próprio c. Supremo Tribunal Federal também entende dessa forma (AO 1833, Rel. Min. Alexandre de Moraes, 1º Turma, j. 10.4.2018).

205. Nessa linha, se nem o Ministério Público reuniu provas no sentido da autoria de qualquer ato de improbidade pelo Governador, cometido com intenção manifesta de causar danos à Administração e ao erário público, notadamente à luz dos fatos



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

objeto das presentes denúncias, os pedidos das denúncias devem ser julgados improcedentes. A pretensão punitiva é grave; aqui não se tem certeza de que o Governador cometeu qualquer ato criminoso; muito pelo contrário, ao longo desta defesa o Governador provou a fundo a higidez de seus atos objeto deste processo.

206. A lógica do Ministério Público Federal, encampada pelos denunciadores e até mesmo pela ALERJ, atribui, portanto, responsabilidade penal objetiva ao Governador meramente por estar ele no exercício do mandato de governador, o que é vedado pelo sistema jurídico. Nas palavras do saudoso Ministro Teori Zavascki, “imputar a alguém uma conduta penal tão somente pelo fato de ocupar determinado cargo significa, na prática, adotar a responsabilização objetiva na esfera pena?” (grifou-se).

207. Nessa linha, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é enfática no sentido de que a mera posição de cargo de chefia ou direção não é suficiente para se presumir pelo pleno conhecimento do Governador, sendo necessária a imputação específica do ato praticado. Nesse sentido se decidiu, por exemplo, nos seguintes julgados: AP: 987 MG, 2º Turma, Rel. Min. Edson Fachin, j. 25.9.2018; AP: 975 AL, 2º Turma, Rel. Min. Edson Fachin, j. 3.10.2017.

208. Não há uma linha sequer a apontar que o Governador efetivamente sabia de fraudes supostamente cometidas nos processos de contratação do IABAS, nem que ele teria participado das atividades das pessoas que supostamente cometeram os atos (o Sr. Edmar Santos e o Sr. Gabriell Neves, v.g.) e nem que ele teria beneficiado a UNIR com a decisão por ele proferida. É nítido que o Ministério Público Federal, no que é acompanhado pela ALERJ, tenta contornar a mais absoluta falta de provas ou mesmo indícios de que houve participação do Chefe do Executivo, nas irregularidades apontadas, com base em teorias inadequadas, que nem de longe refletem a realidade dos fatos, a vontade da lei e até mesmo da jurisprudência.

209. O mesmo se diga da delação premiada do Sr. Edmar Santos, invocada pelo Ministério Público Federal — como se verdade fosse — para imputar diversas inverdades ao Governador. A fragilidade das informações prestadas (calcadas em meros “ouvi dizer”) foi objeto de notícia na imprensa”. E ali fica explícito que o delator teria apenas “ouvido que o governador afastado do Rio de Janeiro (...) recebia propina de contratos referentes a todas as 20 secretarias de sua gestão”. Mas, como dito, não apresentou absolutamente nenhuma prova do que ouviu dizer.

210. Trata-se, também ali, de outro frágil “testemunho de ouvir dizer”. Para além do conhecido desvalor do chamado testemunho de ouvir de dizer (“hearsay testimony”), maior será ele no caso, porque não advém de uma oitiva judicial em exame cruzado de testemunha (meio de prova com a aplicação do contraditório pleno e demais garantias), mas, sim, de uma única conversa informal, captada isoladamente em horas e horas de interceptação telefônica autorizada judicialmente há meses (com todas as fragilidades próprias dos meios de obtenção de prova).

211. E mais: delações premiadas, isoladamente, nada provam. Isso já foi reconhecido em diversas oportunidades. O próprio STF, em julgamentos recentes, tem decidido no sentido de que



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

delações premiadas não são consideradas provas, mas apenas um meio de obtenção de provas. Cite-se, a respeito, decisão do Ministro Dias Toffoli, na qual consigna que “depoimentos do colaborador premiado sem outras provas idôneas de corroboração não se revestem de densidade suficiente para lastrear um juízo positivo de admissibilidade de acusação” (Inq 3.994/DF — j. 18.12.2017).

212. Outro exemplo da fragilidade de delações premiadas serem analisadas, isoladamente, decorre da constatação, pela Polícia Federal, de que o depoimento do ex-ministro Antonio Palocci não teria suporte em fatos e provas. De reportagem recente”, datada de 16.8.2020, colhe-se que “os únicos elementos de corroboração da delação produzida pelo ex-ministro Antonio Palocci são notícias de jornais que, na coleta de provas, não se confirmaram”, e que, embora tente imputar a participação de outros personagens, os ilícitos, ao que parece, não foram, ali, de autoria dos delatados. Essa parece ser também a hipótese da delação do Sr. Edmar Santos: embora cite vários nomes, é dele principalmente, senão só dele, a responsabilidade pelos atos delituosos imputados.

213. Nessa linha, diga-se que essa delação não reflete as próprias investigações do Ministério Público Estadual. Isso porque o Ministério Público Estadual recentemente ajuizou ação civil pública (processo nº 0127970-77.2020.8.19.0001, em curso perante o MM. Juízo da 2ª Vara de Fazenda Pública da Capital — documento 1284806), a qual deriva de investigações promovidas pela 32 Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Capital, com o auxílio da força Tarefa de Atuação Integrada na Fiscalização de Ações Estaduais e Municipais de Enfrentamento à COVID-19, no âmbito do inquérito civil nº 2020.00284171, cujo objeto são supostos ilícitos praticados na contratação, pelo Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Saúde, das empresas (i) AZA Comércio e Representações LTDA., (ii) ARC Fontoura Indústria Comércio e Representações Ltda. e (iii) MHS Produtos e Serviços EIRELI, na contratação de respiradores (ventiladores) destinados ao tratamento de pacientes com COVID-19 (contratos n: 2020.001633, 2020.001868 e 2020.001859).

214. Além das referidas empresas e seus representantes, nela figuram como réus o então Secretário de Saúde do Estado (Sr. Edmar Santos), seu subsecretário Executivo (Sr. Gabriell Neves) e o servidor responsável pelo processo de contratação (Sr. Gustavo Borges). Das mais de 120 (cento e vinte) páginas daquela petição inicial, contudo, não se colhe qualquer referência à participação do Governador em tais eventos. E o fato do nome do Governador nem sequer ser citado naquela ação constitui mais um contundente elemento de convicção de que o Ministério Público — neste caso, o Estadual —, por meio dos seus órgãos especializados de investigação, mais uma vez não foi capaz de encontrar indícios da participação do Governador nos aludidos eventos.

215. Como outro exemplo, cite-se que o Ministério Público Estadual ajuizou mais uma? (a segunda) ação civil pública de improbidade administrativa contra atos praticados por autoridades do setor de saúde fluminense no âmbito da pandemia. E mais uma vez o Governador foi excluído do polo passivo, por não pesar sobre ele a mais vaga sombra do mais



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

ínfimo indício de participação nessas imputadas ilegalidades. Essa segunda ação coletiva tem por objeto “irregularidades envolvendo os contratos emergenciais de aquisição de testes rápidos para detecção da COVID-19 e os decorrentes atos de improbidade administrativa praticados pelos agentes públicos responsáveis e particulares beneficiados pelas contratações (Lei 8.429/92)” (documento 1284840).

216. Logo nas primeiras linhas da petição inicial, o Ministério Público esclarece, expressamente, não haver “indícios (...) de envolvimento do atual Governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, nas contratações objeto desta ação, a despeito das notícias veiculadas recentemente na mídia” (documento 1284840). E mais: de uma simples leitura da petição inicial também se constata que, não obstante ter sido divulgado na mídia que o ex-secretário de saúde Edmar Santos teria entregado provas do envolvimento do Governador e que estaria negociando uma delação premiada, “não houve até agora, no entanto, compartilhamento com o Parquet fluminense de quaisquer elementos que impliquem o Governador do Estado nos fatos objeto da presente ação” (documento 1284840). À luz disso, o Governador confia em que os pedidos deduzidos nas denúncias serão julgados improcedentes.

217. Diante desta realidade, como pode subsistir a afirmação vaga, despida de qualquer elemento probatório, de que o Governador participaria de esquema que lhe renderia participação em todos os negócios com estado? Se este fato fosse verdadeiro, o Governador teria que ser necessariamente réu nestas demandas propostas pelo MPE, v.g.. E se não é (aí um dado de realidade), é porque a afirmação do delator é flagrantemente mentirosa.

218. O Governador não cometeu nenhum ato ilícito, menos ainda ímprobo ou até mesmo criminoso, especialmente à luz das provas dos autos. Muito pelo contrário. O Governador, no caso, agiu com extrema transparência e rapidez.

219. Cite-se, nesse sentido, acórdão recente, proferido pelo e. Tribunal de Justiça de São Paulo, que manteve decreto de improcedência proferido em ação civil pública de improbidade administrativa ajuizada contra o ex-governador de São Paulo, Fernando Haddad. Ali, o Relator, Desembargador Coimbra Schmidt ressaltou a necessidade de apurar atos de corrupção, mas compreendeu ser imprescindível “exigir indícios suficientes na justificativa do constrangimento ínsito ao processo também representa garantia de todos tendente a evitar abusos do Estado” (TJ/SP, Apelação 1042137-88.2018.8.26.0053, 7º Câmara de Direito Público, j. 20.7.2020).

220. Nesses termos, diante da boa-fé do Governador demonstrada ao longo desta defesa (agiu com o foco no interesse público diante da situação notoriamente alarmante na qual se vive, sem precedentes), da absoluta ausência de elementos caracterizadores de desvios, beneficiamentos, locupletamentos ou imoralidades de quaisquer ordens, bem como da evidente, a essa altura, inexistência de prejuízo ao erário, ou violação a qualquer princípio da Administração, não há que se falar em ato que possa ensejar crime de responsabilidade. Com isso, o Governador confia em que esse e. Tribunal Especial Misto deliberará pela improcedência dos pedidos deduzidos nas denúncias.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

PROVAS A SEREM PRODUZIDAS: DOCUMENTAL SUPLEMENTAR, TESTEMUNHAL E PERICIAL

221. Não obstante as denúncias apresentadas encontrarem-se desprovidas de qualquer prova que lhes dê lastro, no sentido de confirmar a prática dos imputados e genéricos atos ilícitos que tivesse o condão de configurar crime de responsabilidade, a ponto de interromper um mandato outorgado pelo povo do Estado do Rio de Janeiro com quase 5 (cinco) milhões de votos, o Governador postula pela produção de (i) prova documental suplementar, (ii) prova testemunhal; (iii) prova pericial contábil (fatos relacionados ao IABAS e à UNIR); e (iv) prova pericial de engenharia (para comprovar que não houve superfaturamento na contratação emergencial do IABAS à luz da pandemia).

222. Com efeito, a prova testemunhal terá por finalidade esclarecer os fatos narrados nas denúncias que são objeto deste processo. Demonstrará, também por meio dessa prova, a inexistência de ato de ilícito doloso que configure a prática de um crime de responsabilidade.

223. Nesse sentido, cumpre esclarecer que, no julgamento da ADPF 378/DF, a e. Suprema Corte confirmou, incidentalmente, a aplicação subsidiária do CPP ao rito do processo de impeachment, como inclusive já adequadamente bem reconheceu esse e. Tribunal Especial Misto ao delimitar o rito do presente processo. E o art. 401 do CPP estabelece que “na instrução poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa”.

224. Com base nessa premissa, então, a Comissão Especial de Impeachment do Senado Federal, no caso Dilma Rousseff, asseverou ser “consolidado na doutrina e na jurisprudência que o número de testemunhas é por fato narrado na denúncia. Para um réu e um fato, portanto, cada parte pode arrolar até 8 testemunhas (art. 401 do CPP)” (grifou-se). Ali, como se impugnava a legalidade de dois decretos editados pela ex-presidente Dilma Rousseff, a Comissão Especial Processante do Senado determinou que a defesa aditasse a defesa, a fim de “indicar as 8 testemunhas para cada decreto” (doc. 2). Para tanto, o denunciado postula a oitiva das seguintes testemunhas:

a) Testemunhas referentes à contratação do IABAS:

1) Sr. Edmar Santos, ex-secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, brasileiro, inscrito no CPF nº 004.634.797-69, residente e domiciliado à Rua Dezenove de Fevereiro, 45, Apartamento 201, Bloco 3, Botafogo, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.280-030:

A testemunha poderá prestar esclarecimentos sobre eventual existência de fraude na contratação do IABAS e se houve participação do Governador no processo de contratação da empresa;

2) Sr. Gabriell Carvalho Neves do Franco Santos, ex-subsecretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CPF nº 099.842.177-44, Carteira de Identidade nº 12.085.777-6, residente e domiciliado à Avenida Ataulfo de Paiva, 1335, 304, Leblon — Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22440-034, atualmente custodiado no Presídio José Frederico Marques, localizado na R. Célio Nascimento, S/N-Benfica, Rio de Janeiro - RJ, 20930-050:



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

A testemunha, responsável pela contratação do IABAS, poderá prestar esclarecimentos sobre eventual existência de fraude na contratação do IABAS e se houve participação do Governador no processo de contratação da empresa;

3) Sr. Cláudio Alves França, presidente do IABAS, inscrito no CPF nº 263.501.758-16, Carteira de Identidade nº 22.280.822, residente e domiciliado com endereço na Avenida Luiz Carlos Prestes, 350, Loja C, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 22775-055:

A testemunha, na qualidade de presidente do IABAS e responsável pela celebração do contrato questionado, poderá esclarecer se houve fraude na contratação, se houve participação do Governador no processo de contratação, bem como eventual participação do Sr. Mário Peixoto na empresa;

4) Sr. Carlos Alberto Chaves, Secretário de Estado de Saúde, com endereço na Rua México, nº 128, 3º, 4º, 5º, 6º e 11º andares, Centro, Rio de Janeiro, CEP: 20031-142:

A testemunha, na qualidade de atual Secretário de Estado de Saúde, poderá esclarecer se o Estado parou ou não de realizar pagamentos ao IABAS, bem como atestar a regularidade dos pagamentos realizados após o Decreto nº 47.103/2020, que determinou a intervenção nos hospitais de campanha.

5) Sr. Mário Peixoto, inscrito no CPF nº 546.667.247-53, Carteira de Identidade nº 047866330, residente e domiciliado na Avenida do Pepê, nº 1200, apto. 302, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, atualmente custodiado no Presídio Pedrolino Werling de Oliveira (SEAPPO), galeria A, localizado em Bangu, Complexo de Gericinó:

A testemunha poderá esclarecer se houve fraude na contratação, se houve participação do Governador no processo de contratação, bem como eventual participação na empresa;

6) Sr. Roberto Bertholdo, inscrito no CPF nº 478.913.869-00, Carteira de Identidade nº 1304839, residente e domiciliado na SHIS QL 12, Conjunto 4, Casa 18, Setor de Habitações Individuais, Brasília, CEP: 71630-245:

A testemunha poderá esclarecer seu suposto envolvimento com a IABAS;

7) Sr. Luis Augusto Damasceno Melo, brasileiro, solteiro, funcionário público, endereço eletrônico luis augusto (Dhotmail.com, inscrito no CPF/MF sob o nº 051.576.037-46, residente e domiciliado na Rua Doutor João Francisco Motta, 201, Icaraí, Niterói-RJ, CEP.: 24220-130:

A testemunha, na qualidade de ordenador de despesas da Secretaria de Estado de Saúde, a partir do dia 20.5.2020, quarta-feira, poderá atestar a regularidade dos pagamentos realizados após o Decreto nº 47.103/2020, do dia 2.6.2020, terça-feira, que determinou a intervenção nos hospitais de campanha.

b) Testemunhas referentes à revogação da desqualificação da UNIR:

1) Sr. Hormindo Bicudo Neto, ex-Controlador Geral do Estado, inscrito no CPF nº 634.970.937-34, residente e domiciliado na Rua Siqueira Campos, nº 142, apto. 401, Copacabana, CEP: 22031-072:

A testemunha poderá confirmar os resultados da auditoria realizada pelo Governador na Secretaria de Estado de Saúde,



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

bem como o estado calamitoso da pasta no início da gestão do Governador;

2) Sr. Edmar Santos, ex-secretário de Estado de Saúde, brasileiro, inscrito no CPF nº 004.634.797-69, residente e domiciliado à Rua Dezenove de Fevereiro, 45, Apartamento 201, Bloco 3, Botafogo, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.280-030;

A testemunha, já arrolada, poderá confirmar os resultados da auditoria realizada pelo Governador na Secretaria de Estado de Saúde, bem como o estado calamitoso da pasta no início da gestão do Governador. Da mesma forma, poderá confirmar o teor dos processos administrativos abertos por conta de supostas irregularidades na UNIR, bem como o resultado deles;

3) Sr. Sergio D'Abreu Gama, ex-secretário de Estado de Saúde, inscrito no CPF nº 023.297.217-65, Carteira de Identidade nº 081671166, residente e domiciliado na Rua Barão de Mesquita, nº 164, Bloco 1, apto. 1208, Tijuca, Rio de Janeiro, CEP: 20540-006:

A testemunha ocupou o cargo de Secretário de Estado de Saúde antes do início da gestão do Governador Witzel. Poderá fornecer um panorama da saúde no Estado do Rio de Janeiro ao tempo em que o Governador assumiu, esclarecendo inclusive a situação da UNIR àquele tempo;

4) Sr. Felipe de Melo Fonte, Subsecretário Jurídico da Secretaria de Estado de Saúde, com endereço profissional na Rua do Carmo, nº 27, Sala 1025, Centro, Rio de Janeiro, CEP: 20011-020 (Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro):

A testemunha assinou o Parecer SSJ/SES 237/2019 que entendeu pela desqualificação da UNIR e que embasou a decisão pela desqualificação da UNIR e poderá prestar esclarecimentos sobre a situação da empresa naquele momento;

5) Sr. Mário Peixoto, inscrito no CPF nº 546.667.247-53, Carteira de Identidade nº 047866330, residente e domiciliado na Avenida do Pepê, nº 1200, apto. 302, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, atualmente custodiado no Presídio Pedrolino Werling de Oliveira (SEAPPO), galeria A, localizado em Bangu, Complexo de Gericinó:

Testemunha igualmente já arrolada para o outro fato, poderá prestar esclarecimentos sobre o seu envolvimento com a empresa;

6) Sr. Luiz Roberto Martins, ex-presidente do IDR, inscrito no CPF nº 233.267.357-15, residente e domiciliado na Rua Dr. Julio Xavier, nº 240, Laranjeiras, Valença, CEP: 27600-000:

É acusado pelo Ministério Público de ser o controlador da UNIR, em conjunto com o Sr. Mário Peixoto. Logo, poderá prestar esclarecimentos do seu envolvimento e do Sr. Mário Peixoto no controle da empresa;

7) Sr. Marcus Velhote de Oliveira, representante da UNIR, inscrito no CPF nº 510.517.027-04, com endereço na Rua Almirante Grenfall, 405, Bloco 02, 7º Andar, Sala 701 a 707, Vila São Luiz, Duque de Caxias;

Na qualidade de representante da UNIR, poderá prestar esclarecimentos sobre o suposto envolvimento do Sr. Mário Peixoto com a empresa; e

8) Dr. Luiz Octávio Martins Mendonça, ex-Chefe de Gabinete da ex-Subsecretaria de Gestão da Atenção Integral da Saúde, com



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

endereço na Rua São Clemente, nº 272, bloco 1, apto 1304, Botafogo, Rio de Janeiro, CEP: 22.260-004:

Poderá prestar esclarecimentos sobre o desempenho da UNIR e demais OSS do Estado do Rio de Janeiro.

225. Por sua vez, a prova pericial contábil terá por objetivo apurar a existência de eventual irregularidade com relação aos pagamentos feitos à UNIR à luz dos contratos firmados entre ela e o Governo do Estado, bem como aos pagamentos das obras e serviços de hospitais de campanha pelo IABAS à luz do contrato firmado com o Governo do Estado. Postula-se, ainda, a produção de prova pericial de engenharia, para comprovar que não houve superfaturamento, especificamente na contratação emergencial do IABAS pelo Governo do Estado, para construção, montagem e estruturação de hospitais de campanha (Contrato nº 027/2020), à luz do contexto da pandemia e de sucateamento da saúde pública estadual. São provas técnicas importantes também para comprovar que o Governador não agiu dolosamente a ponto de caracterizar algum dos crimes de responsabilidade objeto do processo, não obstante ao menos com relação aos fatos relacionados ao IABAS já se tenha constatado e provado que o Governador nem sequer participou de nenhuma fase (pré e pós-contratação).

CONCLUSÃO

226. Diante do exposto, após produzidas as provas postuladas, inclusive com interrogatório do Governador como último ato de instrução probatória, ele confia em que este e. Tribunal Especial Misto julgará improcedentes os pedidos das denúncias. (...)"

Diante da juntada das citadas manifestações, foi designada sessão para deliberação sobre os requerimentos de produção de provas para o dia 04 de dezembro de 2020, às 11 horas.

XXIV – DA SESSÃO PARA DELIBERAÇÃO SOBRE AS PROVAS

Recebida a Denúncia por crime de responsabilidade em desfavor do Excelentíssimo Senhor Governador Wilson José Witzel, em sessão realizada na data de 05 de novembro de 2020, com posterior publicação do respectivo Acórdão no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro (DJERJ), na data de 09 de novembro de 2020, foram apresentados requerimentos pela Acusação (Id:1374749) e pela Defesa (Id:1455369), em que se manifestam acerca das provas que pretendiam ver produzidas. Pelo Excelentíssimo Desembargador Claudio de Mello Tavares, então Presidente do Tribunal Especial Misto, foi designada sessão para deliberar sobre tais requerimentos e outras eventuais provas propostas pelos julgadores.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Iniciada a sessão, foi passada a palavra ao Relator, que proferiu seu voto nos seguintes termos:

“(…)

Tendo em vista os requerimentos apresentados pela Acusação e pela Defesa sobre as provas que pretendem ver produzidas, **VOTO:**

1. **Defiro, na íntegra**, adotando a fundamentação expendida pelas Partes, a produção de provas testemunhais requeridas pela Acusação e pela Defesa.

2. Ainda sobre a produção de provas testemunhais, **acrescento** as oitivas das pessoas abaixo relacionadas:

a) Nelson Roberto Bornier de Oliveira, ex-Prefeito de Nova Iguaçu e ex-Deputado Federal: investigações em curso no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e no Ministério Público Federal apontam, com base em interceptações telefônicas, a existência de vínculos entre o ex-Prefeito e a Organização Social de Saúde Instituto Unir Saúde (OSS Unir Saúde), cogitando-se inclusive a possibilidade de que ele exerça algum nível de comando sobre a entidade;

b) Mario Pereira Marques Neto, ex-Subsecretário de Estado de Comunicação Social da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança do RJ: apontado pela Defesa como sendo o “Mario” citado em conversas telefônicas interceptadas durante as investigações, em contraponto à ideia de que o “Mario” em questão seria o Sr. Mario Peixoto. A propósito, o Processo ALERJ nº 11371/2020 foi aberto exatamente pelo Sr. Mario Peixoto, em 18 de setembro do corrente, em estreita consonância com a tese da Defesa. Cabe lembrar que o Sr. Mario Pereira Marques Neto é filho do falecido ex-Prefeito de Nova Iguaçu, Sr. Mario Marques, histórico aliado político do Sr. Nelson Bornier, de quem foi Vice-Prefeito e sucessor na Prefeitura daquele município;

c) Edson da Silva Torres, Empresário: recorrentemente apontado pela imprensa e pelo Ministério Público Federal, com quem celebrou acordo de colaboração premiada, como “operador” financeiro do Partido Social Cristão, com fortes ligações com o Sr. Everaldo Dias Pereira, o Pastor Everaldo, principal dirigente nacional da referida agremiação partidária, função da qual se encontra afastado por estar sob custódia do Estado;

d) Gustavo Borges da Silva, ex-Superintendente de Logística, Suprimento e Patrimônio e ex-Subsecretário Executivo interino da Secretaria de Estado de Saúde do RJ: preso na Operação “Mercadores do Caos” e citado pelos Senhores Edmar Santos e Edson Torres, em suas respectivas colaborações premiadas com o Ministério Público Federal, como beneficiário de vantagens indevidas;

e) Carlos Frederico Verçosa Duboc, ex-Superintendente de Orçamento e Finanças da Secretaria de Estado de Saúde do RJ: preso na Operação “Mercadores do Caos” e citado pelos Senhores Edmar Santos e Edson Torres, em suas respectivas colaborações premiadas com o Ministério Público Federal, como beneficiário de vantagens indevidas;

f) Maria Ozana Gomes, ex-Superintendente de Compras e Licitações da Subsecretaria Executiva da Secretaria



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

de Estado de Saúde do RJ: gestora responsável pela condução da maioria das contratações emergenciais do órgão durante a pandemia do novo coronavírus, citada pelos Senhores Edmar Santos e Edson Torres, em suas respectivas colaborações premiadas com o Ministério Público Federal, como beneficiária de vantagens indevidas;

g) **Mariana Tomasi Scardua**, ex-Subsecretária de Gestão da Atenção Integral à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do RJ: gestora responsável pela fiscalização de contratos e pela execução de recursos do órgão, citada pelos Senhores Edmar Santos e Edson Torres, em suas respectivas colaborações premiadas com o Ministério Público Federal, como beneficiária de vantagens indevidas.

h) **Bruno José da Costa Kopke Ribeiro**, diretor médico da OSS UNIR SAÚDE e 5º (quinto) maior doador de campanha do então candidato ao governo do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, nas eleições de 2018.

3. **Defiro** a produção de provas documentais suplementares, nos termos requeridos pela Acusação, a saber: a) inteiro teor dos depoimentos decorrentes dos acordos de colaboração premiada celebrados pelos Senhores Edmar Santos e Edson Torres com o Ministério Público Federal; b) solicitação de compartilhamento das provas do Inquérito nº 1338/DF, que tramita no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, sob a relatoria do eminente Ministro Benedito Gonçalves.

4. **Defiro** a produção de provas documentais suplementares requeridas pela Defesa, aqui entendidas, na ausência de manifestação explícita, como sendo os dois documentos anexados à peça de defesa protocolada em 30 de novembro do corrente, a saber: a) Documento fornecido pela Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro sobre organizações sociais que substituíram a OSS Unir Saúde após seu descredenciamento; b) Decisão proferida no processo de impeachment da presidenta Dilma Vana Rousseff sobre a fixação do limite de testemunhas arroladas pelas partes.

5. **Indefiro** a produção de prova pericial contábil requerida pela Defesa cujo objetivo seria "apurar a existência de eventual irregularidade com relação aos pagamentos feitos à UNIR", posto que a Acusação criminalizou a requalificação da OSS Unir Saúde por ter sido ato pessoal discricionário do Réu, "sem fundamento legal idôneo", mas não especificamente por terem sido efetuados eventuais pagamentos indevidos pelo Tesouro estadual à aludida Organização Social. Assim, a prova pericial contábil requerida é impertinente, nos termos do art. 400, § 1º, do Código de Processo Penal combinado com o art. 79, *caput*, da Lei Federal nº 1.079/1950.

6. **Indefiro** a produção de prova pericial de engenharia requerida pela Defesa cujo objetivo seria "comprovar que não houve superfaturamento, especificamente na contratação emergencial do IABAS pelo Governo do Estado", posto que a Acusação se referiu, em relação a essa entidade, especificamente ao fato de que os hospitais de campanha contratados não tinham sido entregues à população fluminense até 27 de maio de 2020, data em que a Denúncia foi protocolada no parlamento estadual. Quanto ao superfaturamento, registre-se que o tema, embora abordado com ênfase pela Defesa, não é objeto da peça acusatória em relação à contratação da OSS IABAS. A rigor,



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

quando a Acusação se refere diretamente a superfaturamento, tal abordagem recai sobre a aquisição de respiradores pela Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, fato que não se constitui como eixo da Denúncia. Ademais, sua apuração dependeria simplesmente da análise do Contrato Administrativo SES n° 027/2020 e de outros documentos conexos, como relatórios de pesquisa de preços ou planilhas de custos, o que decerto dispensaria a perícia técnica solicitada. Além disso, os hospitais de campanha estaduais não existem mais, pois as duas únicas unidades inauguradas (São Gonçalo e Maracanã) foram desmontadas, ou sequer chegaram a existir (como no caso das demais unidades prometidas), o que inviabiliza, por óbvio, qualquer perícia de engenharia feita no campo. Assim, a prova pericial de engenharia requerida é impertinente, nos termos do art. 400, § 1º, do Código de Processo Penal combinado com o art. 79, *caput*, da Lei Federal n° 1.079/1950. É como voto.” (SIC)

Iniciada a votação, acordam os Membros do Tribunal Especial Misto, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Cláudio de Mello Tavares: **a)** por unanimidade de votos, deferir a produção de provas testemunhais e de provas documentais suplementares, tal como requeridas pelas partes; **b)** por maioria de votos, indeferir a prova pericial contábil, vencidas as Excelentíssimas Senhoras Desembargadoras Teresa de Andrade Castro Neves, Inês da Trindade Chaves de Melo e Maria da Glória Bandeira Oliveira de Mello e a Excelentíssima Senhora Deputada Dani Monteiro; **c)** por maioria de votos, indeferir a prova pericial de engenharia, vencida a Excelentíssima Senhora Deputada Dani Monteiro; **d)** por unanimidade, ouvir as testemunhas Nelson Roberto Bornier de Oliveira, Mario Pereira Marques Neto, Edson da Silva Torres, Gustavo Borges da Silva, Carlos Frederico Verçosa Duboc, Maria Ozana Gomes, Mariana Tomasi Scardua e Bruno José da Costa Kopke Ribeiro, arroladas pelo Relator, Deputado Waldeck Carneiro; **e)** por unanimidade, ouvir as testemunhas Helena Witzel e Alessandro de Araújo Duarte, arroladas pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Alexandre Freitas.

O competente Acórdão (Id. 1494648) foi publicado no DJERJ (id. 1502443), no dia 09 de dezembro de 2020, e no DOERJ (Id. 1502449), em 10 de dezembro de 2020.

XXV - DO MANDADO DE SEGURANÇA N° 0001341-27.2021.8.19.0000, VISANDO À PRODUÇÃO DE PROVAS PERICIAIS

Diante da publicação do Acórdão (Id. 1494648) referente à sessão realizada no dia 04 de dezembro de 2020, que deliberou sobre os requerimentos de produção de



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

provas protocolados pelas partes, bem como sobre os requerimentos de provas apresentados pelos julgadores, a defesa do Réu, reputando como necessária ao contraditório e à ampla defesa a produção de provas periciais, contábil e de engenharia, impetrou o mandado de segurança n° 0001341-27.2021.8.19.0000 no TJRJ.

Recebido o mandado de segurança, a peça foi distribuída ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Custódio de Barros Tostes, que proferiu a seguinte decisão:

“(…)

Wilson José Witzel impetra mandado de segurança para desafiar ato coator atribuído ao Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e também ao Egrégio Tribunal Especial Misto do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Aduz direito líquido e certo a produzir prova perícia contábil no âmbito do processo de impeachment no qual é réu. Parte, então, de assentar a viabilidade do *mandamus*, forte em que, irrecorrível a decisão indeferitória da diligência pericial, somente o remédio excepcional poderia preservar o direito subjetivo à ampla defesa, com estatura constitucional. Invoca, a propósito, o enunciado sumular n° 267 do E. Supremo Tribunal Federal.

Adiante, no mérito, prossegue a defender a necessidade de que um especialista contábil afira a regularidade dos pagamentos feitos pela contratação da O.S.S. IABAs e à O.S.S. UNIR. Tanto mais porque, na sessão de 28/12/2020, o Eminentíssimo Desembargador Maldonado de Carvalho, ainda que alegadamente fora do escopo delineado pelo Relator, procedeu à inquirição de testemunha sobre suposto superfaturamento havido na contratação da O.S.S. IABAs. A par disso, “ele próprio, na mesma ocasião, fez cálculos aritméticos, quando, sabe-se lá por quais motivos, concluiu, já naquele momento, que, aparentemente, teria havido superfaturamento.”

Ao ensejo, faz lembrar que, quando do julgamento da presidenta Dilma Rousseff, foi oportunizada a consulta ao *expert*, mormente porque o direito à ampla defesa, enquanto franquia constitucional fundamental, compõe-se, também e até essencialmente, pelo direito à prova.

Enfim, sustenta que, com a suspensão do processo-crime por ordem do E. Supremo Tribunal Federal, há tempo mais do que suficiente para realizar a prova essencial sem prejudicar ou protelar os trabalhos do Tribunal Especial.

Há pedido de liminar.

Vindo-me conclusos, determinei a integralização do preparo de ingresso, ao que ocorreu imediatamente o interessado.

É o relatório. DECIDO.

Logo de saída, constato, de ofício, que a impetração se ressente de seus requisitos de procedibilidade.

É que, de um lado, carece este Órgão Especial de investidura para arrogar-se à instância revisora do Tribunal Especial Misto, razão pela qual desborda o pedido como sucedâneo de recurso. Noutra eito, não poderia adjudicar o mérito das decisões



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

judicialiformes tomadas por aquela Corte; e daí a impossibilidade de definir quais provas são necessárias à compreensão da controvérsia.

Passo a escandir ambos os fundamentos.

I — O ÓRGÃO ESPECIAL NÃO É INSTÂNCIA REVISORA DO TRIBUNAL ESPECIAL MISTO: INVIABILIDADE DA IMPETRAÇÃO COM BASE EM INTEPRETAÇÃO A CONTRÁRIO SENSU DO ENUNCIADO SUMULAR N.º 267 DO E. STF

A leitura das razões iniciais leva ao preceito do enunciado sumular n.º 267 da Suprema Corte, segundo a qual “[n]ão cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correção.” Propõe o autor, então, um silogismo reverso para asseverar que, como no caso concreto o ato não é passível de recurso ou correção, seria cabível o *writ*.

Sucedo, contudo, que, embora a interpretação a contrário sensu tenha sido bem operada, a conclusão esbarra no fato de que o Órgão Especial não é instância revisora do Tribunal Especial Misto, ao qual o artigo 78 da Lei 1.079/50 1 comete competência soberana para julgar o Governador de Estado por crimes de responsabilidade.

Assim, não se defere o mandado de segurança a sucedâneo recursal, na medida em que sequer existe órgão julgante revisor para o qual poderia ser dirigido.

A toda evidência, a leitura que o impetrante fez do verbete sumular pressupõe uma hipótese em que o processo comporte o duplo grau de jurisdição em determinadas hipóteses, mas não em todas. Assim, para aquela excepcionalidade, quando sobrevier decisão teratológica, será possível acionar o remédio heroico, endereçado ao Tribunal.

Mas a tese, conquanto bem construída, não compraz a criar Tribunal de Apelação quando este não tenha sede legal. A corroborar, a convergente jurisprudência do Eg. TJRJ:

0049389-51.2020.8.19.0000 - MANDADO DE SEGURANÇA - Des(a). ELTON MARTINEZ CARVALHO LEME - Julgamento: 04/08/2020 - OE - SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E ORGAO ESPECIAL MANDADO DE SEGURANÇA. ACÓRDÃO DA DÉCIMA CÂMARA CÍVEL QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELA EXECUTADA MANTENDO A DECISÃO QUE DEFERIU A ADJUDICAÇÃO DO IMÓVEL PELA EXEQUENTE AGRAVADA EM EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA ANOTADA NA MATRÍCULA DO BEM JUNTO AO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS COMPETENTE ANTES DA AQUISIÇÃO DO IMÓVEL PELA IMPETRANTE. IMPETRAÇÃO DE SEGURANÇA POR TERCEIRO QUE TINHA PLENA CIÊNCIA DA DEMANDA ORIGINÁRIA E DA CONSTRIÇÃO QUE RECAIA SOBRE O IMÓVEL. EXCEPCIONALIDADE PARA O MANEJO DA SEGURANÇA NÃO CONFIGURADA. INAPLICAÇÃO DA SÚMULA 202 DO STJ. TERCEIRO QUE PODERIA INGRESSAR NOS AUTOS DA EXECUÇÃO OU OPOR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM FACE DO ACÓRDÃO PROFERIDO NOS AUTOS DO AGRAVO DE INSTRUMENTO AINDA NÃO TRANSITADO EM JULGADO. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 227 DO STF. INDEFERIMENTO DA INICIAL. 1. Acórdão impugnado na presente segurança que deu provimento



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

parcial ao agravo de instrumento interposto pela primeira executada, para reconhecer que o débito deve ser atualizado segundo os encargos previstos no contrato pactuado, mantendo a decisão do juízo singular que deferiu a adjudicação e mandou expedir a respectiva cada e o mandado de imissão na posse do imóvel então penhorado nos autos de execução por título extrajudicial. 2. A jurisprudência assente no Superior Tribunal de Justiça admite a utilização do mandado de segurança contra ato judicial quando, excepcionalmente, a decisão judicial for(a) manifestamente ilegal ou teratológica, (b) contra a qual não caiba recurso, ou para (c) imprimir efeito suspensivo a recurso desprovido de tal atributo, ou ainda quando manejado (d) por terceiro prejudicado por decisão judicial. 3. A incidência do verbete 202 da súmula de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça contempla apenas aquele que esteve impossibilitado de tomar ciência da decisão que lhe prejudicou, ficando impedido de utilizar o recurso cabível, pois a condição de terceiro pressupõe o desconhecimento do processo, o que não se constata no caso concreto. 4. Verifica-se que na averbação da transferência do imóvel para a impetrante em 2013 foi ressalvada a ciência desta quanto a penhora averbada junto à matrícula do imóvel em 2005, então determinada na execução por título extrajudicial em referência. Estava a impetrante, portanto, plenamente ciente da tramitação da execução por título extrajudicial, que foi ajuizada em 2001, quando o segundo executado ainda figurava como sócio da impetrante, ocorrendo sua saída do quadro societário somente em 2013. 5. Por isso, não pode prevalecer a alegação de desconhecimento das consequências naturais da execução, no caso a adjudicação do imóvel, o que equivale à alegação da própria torpeza, já que optou a impetrante por permanecer inerte ao longo de todos esses anos, apesar de ciente do gravame que formalmente recaía sobre o imóvel. 6. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que "o excepcional manejo do mandado de segurança por terceiro prejudicado contra ato judicial considerado teratológico poderá ocorrer na hipótese de ser completamente alheio ao processo causador de gravame". 7. Embora possa ser considerada como "terceira prejudicada" em relação à execução e ao agravo de instrumento nº 0007911-87. 2019.8.19. 0000, não se verifica a ventilada teratologia do acórdão aqui impugnado, uma vez que a questão da titularidade não foi suscitada perante o juízo da execução e muito menos perante a câmara julgadora que apreciou o agravo de instrumento objeto da presente segurança. 8. impossibilidade de se utilizar a via estreita do mandado de segurança como substituto de recurso, na medida em que o agravo de instrumento referido ainda não transitou em julgado, eis que não foi apreciado o agravo em recurso especial e, portanto, poderia a impetrante manejar embargos de declaração para ingressar nos autos daquele recurso. 9. O Órgão Especial não é a instância revisora das câmaras isoladas, ainda mais quando ausente a teratologia, somado ao fato de que a impetrante não foi surpreendida pelo resultado da execução diante de sua já destacada ciência da penhora sobre o imóvel que adquiriu. 10. Ausência de direito líquido e certo e da suscitada violação do devido processo legal no acórdão impugnado, a inviabilizar a presente segurança. 11.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Indeferimento da inicial, com fundamento no artigo 10 da Lei no 12.016/09 e ad. 124 do Regimento interno deste Tribunal.

0074642-75.2019.8.19.0000 - MANDADO DE SEGURANÇA - Des(a). ADOLPHO CORREA DE ANDRADE MELLO JUNIOR - Julgamento: 03/08/2020 - OE

- SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E ORGAO ESPECIAL PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO PRATICADO PELO TERCEIRO VICE-PRESIDENTE. BAIXA DOS AUTOS À ORIGEM ANTE O TRÂNSITO EM JULGADO. DECISÃO JUDICIAL DA QUAL CABE RECURSO. INADMISSIBILIDADE DO WRIT. IMPETRANTE ELETRONICAMENTE INTIMADO QUANDO SEU CADASTRO AINDA SE ENCONTRA VA ATIVO. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. ORDEM DENEGADA. Mandado de segurança ajuizado contra ato praticado pelo Terceiro Vice-Presidente deste Tribunal de Justiça, que determinou a baixa dos autos à origem ante o trânsito em julgado da decisão que inadmitiu o recurso especial interposto, a fim de que seja reconhecida a ausência de publicação da decisão que inadmitiu o referido recurso por ausência de observação dos trâmites legais. Inadmissível o *writ*, tendo em vista o que dispõe o artigo 5º, II, da Lei nº 12.016/09, que prevê a não concessão de mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso, sendo neste mesmo sentido o enunciado n 267 da súmula do Supremo Tribunal Federal. O impetrante, então autor, que figura e figurava como advogado em causa própria, foi eletronicamente intimado da decisão que inadmitiu o recurso especial quando o seu cadastro ainda se encontrava ativo. Impetrante que foi efetivamente intimado eletronicamente, deixando transcorrer in albis o prazo para a interposição do recurso, não havendo qualquer teratologia, ilegalidade ou abuso flagrante a dar azo ao cabimento do mandado de segurança. Não se pode utilizar de maneira inadequada a via mandamental, de forma a transformar o Órgão Especial em instância revisora de certidão de trânsito em julgado ou de decisão da Terceira Vice-Presidência. Prejudicado o agravo interno, denegada a ordem pleiteada.

Nada obstante, ainda assim, o expediente processual poderia ser acionado em seu viés mais comum, isto é, para coartar violação de direito subjetivo por ato do Poder Público.

Seria, de todo modo, incabível. Eis por quê.

II — INTANGIBILIDADE DO MÉRITO DAS DECISÕES DO TRIBUNAL MISTO. JUSTICIABILIDADE APENAS DOS ATOS QUE VIOLEM DIREITOS SUBJETIVOS.

Antiga e complexa é a questão acerca do processo de impedimento das autoridades políticas por crime de responsabilidade. E, transversalmente, a indagação sobre a possibilidade de controle judicial dos atos praticados pelos magistrados convocados a decidi-lo.

Entre nós, contudo, devido à multiplicidade de casos congêneres, o

E. Supremo Tribunal Federal já teve oportunidade de firmar jurisprudência sobre o ponto.

Ao julgar o M.S. nº 20.941, o Pretório Excelso definiu que a cláusula de inafastabilidade da jurisdição não se compaginaria à inafastabilidade das decisões do Senado Federal. Confirma-se a ementa do julgado:



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

IMPEACHMENT": DENUNCIA DE SENADORES, "UT CIVES", CONTRA O PRESIDENTE DA REPUBLICA, MINISTROS DE ESTADO E O CONSULTOR-GERAL DA REPUBLICA: REJEIÇÃO LIMINAR PELO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS: MANDADO DE SEGURANÇA DOS DENUNCIANTES: LITISCONSORCIO PASSIVO NECESSARIO DOS DENUNCIADOS; CONTROLE JURISDICIONAL DO STF SOBRE A REGULARIDADE PROCESSUAL DO "IMPEACHMENT"; LEGITIMIDADE ATIVA DOS DENUNCIANTES; SEGURANÇA DENEGADA POR FUNDAMENTOS DIVERSOS. I. "QUESTÕES PRELIMINARES" 1. NO MANDADO DE SEGURANÇA REQUERIDO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, QUE REJEITOU LIMINARMENTE A DENUNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OS DENUNCIADOS SÃO LITISCONSORTES PASSIVOS NECESSARIOS: CONVERSAO DO JULGAMENTO EM DILIGENCIA PARA A CITAÇÃO DELES: DECISAO UNANIME. 2. PRELIMINAR DE FALTA DE JURISDIÇÃO DO PODER JUDICIARIO PARA CONHECER DO ATO POR MAIORIA DE VOTOS SOB O FUNDAMENTO DE QUE EMBORA A AUTORIZAÇÃO PREVIA PARA A SUA INSTAURAÇÃO E A DECISAO FINAL SEJAM MEDIDAS DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE POLITICA - CUJO MÉRITO É INSUSCEPTIVEL DE CONTROLE JUDICIAL - A ESSE CABE SUBMETER A REGULARIDADE DO PROCESSO DE "IMPEACHMENT", SEMPRE QUE, NO DESENVOLVIMENTO DELE, SE ALEGUE VIOLAÇÃO OU AMEAÇA AO DIREITO DAS PARTES, VOTOS VENCIDOS, NO SENTIDO DA EXCLUSIVIDADE, NO PROCESSO DE "IMPEACHMENT", DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS CASAS DO CONGRESSO NACIONAL. 3. NO PROCESSO DE "IMPEACHMENT", REJEITADA LIMINARMENTE A DENUNCIA POPULAR PELO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, NO ART. 14 DA L. 1.079/50 RESULTA A LEGITIMAÇÃO ATIVA DOS AUTORES DA DENUNCIA PARA POSTULAR, EM MANDADO DE SEGURANÇA, A NULIDADE DO ATO, POR INCOMPETENCIA DA AUTORIDADE COATORA, E A SEQUENCIA DO PROCEDIMENTO; DISCUSSÃO SOBRE A NATUREZA DA DENUNCIA POPULAR E A QUALIFICAÇÃO DOS DENUNCIANTES NO PROCESSO DE "IMPEACHMENT"; VOTOS VENCIDOS PELA ILEGITIMIDADE, FUNDADOS EM QUE, NO PROCESSO DE "IMPEACHMENT", A DENUNCIA É MERA "NOTITIA CRIMINIS", CUJA FORMULAÇÃO NÃO CONFERE A QUALIDADE DE PARTE AOS DENUNCIANTES. II. "DECISÃO DE MÉRITO" 1. CONFLUENCIA DA MAIORIA DOS VOTOS, NÃO OBSTANTE A DIVERSIDADE OU A DIVERGENCIA PARCIAL DOS SEUS FUNDAMENTOS, PARA O INDEFERIMENTO DA SEGURANÇA: QUESTÕES ENFRENTADAS: A) NATUREZA DA AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE "IMPEACHMENT" PELO SENADO FEDERAL; DIFERENÇA, NO PONTO, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 EM RELAÇÃO AS ANTERIORES; B) DIVERGENCIA DOS VOTOS VENCEDORES EM TORNO DA RECEPÇÃO OU NÃO DA L. 1.079/50, NA PARTE RELATIVA AO PROCEDIMENTO DO "IMPEACHMENT" NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, QUE,



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

ENTRETANTO, NÃO COMPROMETEU, NO CASO CONCRETO, A CONCLUSÃO COMUM NO SENTIDO DE AUSÊNCIA DO ALEGADO DIREITO LÍQUIDO E CERTO DOS IMPETRANTES AO DESARQUIVAMENTO DA DENÚNCIA; C) COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, NO PROCESSO DO "IMPEACHMENT", PARA O EXAME LIMINAR DA IDONEIDADE DA DENÚNCIA POPULAR, QUE NÃO SE REDUZ A VERIFICAÇÃO DAS FORMALIDADES EXTRINSECAS E DA LEGITIMIDADE DE DENUNCIANTES E DENUNCIADOS, MAS SE PODE ESTENDER, SEGUNDO OS VOTOS VENCEDORES, A REJEIÇÃO IMEDIATA DA ACUSAÇÃO PATENTEMENTE INEPTA OU DESPIDA DE JUSTA CAUSA, SUJEITANDO- SE AO CONTROLE DO PLENÁRIO DA CAUSA, MEDIANTE RECURSO, NÃO INTERPOSTO NO CASO. 2. VOTOS VENCIDOS QUE, A VISTA DA L. 1.079/50 OU DA PRÓPRIA CONSTITUIÇÃO, NEGARAM AO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS PODER PARA A REJEIÇÃO LIMINAR DA DENÚNCIA PELOS MOTIVOS, QUE REPUTARAM DE MÉRITO, DA DECISÃO IMPUGNADA. (MS 20941, Relator(a): ALDIR PASSARINHO, Relator(a) p/ Acórdão: SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, julgado em 09/02/1990, DJ 31-08-1992 PP-13582 EMENT VOL-01673-01 PP-00022 RTJ VOL-00142-01 PP-00088)

Note-se, com efeito, a importante ressalva a que se procedeu: o juízo de admissibilidade e a decisão final são mesmo atos políticos, infensos à revisão pelo Judiciário. Idêntica orientação foi adotada no MS 21.689, Relator(a): CARLOS VELLOSO, Tribunal Pleno, julgado em 16/12/1993, DJ 07-04-1995 PP-08871 EMENT VOL-01782-02 PP-00193 RTJ VOL-00167-03 PP-00792.

Melhores exemplos desta sutil diferenciação vêm do repertório da Suprema Corte dos Estados Unidos, notadamente pelo contraste entre os precedentes nos casos *Powell v. McCormack*, 395 U.S. 486, 89 S.Ct. 1944, 23 L.Ed.2d 491; e *Nixon v. United States*, 506 U.S. 224 (1993).

No primeiro caso, *Powell v. McCormack*, decidiu-se que a Câmara dos Deputados americana não poderia desqualificar um de seus componentes por grave má conduta se os requisitos constitucionais eram apenas idade, cidadania e residência.

No voto condutor, o Justice Warren, respaldado em opiniões anteriores, consignou que:

Especialmente competente e próprio que esta Corte considere se os procedimentos legislativos estão em conformidade com a Constituição e com as leis, porque, vivendo sob uma constituição escrita, nenhum Poder ou departamento do Governo é supremo; e é o mister e dever do Poder Judiciário determinar nos casos que regularmente aprecia se os poderes de qualquer Poder do Estado, até mesmo o Legislativo na aprovação de leis, foram exercidos em conformidade com a Constituição; e, se não foram, tratar seus atos como nulos e vazios 2.

Sem prejuízo, ao julgar, posteriormente, o caso *Nixon v. United States*, o mesmo Sodalício Constitucional entendeu que não era justificável o pedido do juiz federal WALTER L. NIXON, JR. Visando a declarar a nulidade de seu julgamento pelo Senado Federal, formulado em razão de a colheita da prova ter sido realizada por uma comissão em vez de pelo Plenário.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

No voto condutor, da lavra do Chief Justice Rehnquist, ficou expressa a distinção do caso específico:

27. O peticionante, finalmente, afirma que uma decisão de não justiciabilidade não pode ser reconciliada com nossa opinião em *Powell v. McCormack*, 395 U.S. 486, 89 S.Ct. 1944, 23 L.Ed.2d 491 (1969). A questão relevante em *Powell* era se os tribunais poderiam revisar a conclusão da Câmara dos Representantes de que *Powell* era "desqualificado" para tomar assento como membro porque havia sido acusado de apropriação indébita de fundos públicos e abuso do processo dos tribunais de Nova York. Afirmamos que a questão da justiciabilidade girava em torno de se a Constituição conferia autoridade à Câmara para julgar as qualificações de seus membros e, em caso afirmativo, a extensão dessa competência. Id., Em 519, 521, 89 S.Ct., em 1962-1963, 1963-1964. O Artigo I, § 5 dispõe que "Cada Câmara será o Juiz das Eleições, Retornos e Qualificações de seus próprios Membros." Por sua vez, o Ad. I, § 2 especifica três requisitos para ser membro da Câmara: o candidato deve ter pelo menos 25 anos de idade, ser cidadão dos Estados Unidos há pelo menos sete anos e um habitante do Estado que for escolhido para representar. Defendemos que, à luz dos três requisitos especificados na Constituição, a palavra "qualificações" - das quais a Câmara deveria ser o juiz - era de natureza precisa e limitada. Id., Em 522, 89 S.Ct., em 1964; veja também *The Federalist* No. 60, p. 409 (J. Cooke ed. 1961) ("As qualificações das pessoas que podem escolher ou ser escolhidas, como foi observado em outra ocasião, são definidas e fixadas na constituição; e são inalteráveis pela legislatura.") (Ênfase adicionado) (citado em *Powell*, supra, 395 US, em 539, 89 S.Ct., em 1973).

28. Nossa conclusão em *Powell* foi baseada no significado fixo de "[q]ualificações" estabelecido no ad. I, §

2. A alegação da Câmara de que seu poder de "ser o Juiz das Eleições, Retornos e Qualificações de seus próprios Membros" era um compromisso textual de autoridade irreconhecível foi derrotado pela existência desta disposição separada especificando as únicas qualificações que pode ser imposto para os membros da Câmara. A decisão sobre se um membro satisfazia essas qualificações foi colocada com a Câmara, mas a decisão sobre em que essas qualificações consistiam não foi.

29. No caso que temos diante de nós, não há uma disposição separada da Constituição que poderia ser interpretada permitindo que a autoridade final do Senado determinasse o significado da palavra "julgar" na Cláusula de Julgamento de Impeachment. Concordamos com Nixon que os tribunais possuem poder de revisar ações legislativas ou executivas que transgridam os limites textuais identificáveis. Como deixamos claro, "se a ação [do Legislativo ou do Executivo] ultrapassa qualquer autoridade que tenha sido cometida, é em si um exercício delicado de interpretação constitucional, e é uma responsabilidade deste Tribunal como intérprete final da Constituição". *Baker v. Carr*, supra, 369 U.S., em 211, 82 S.Ct., em 706; acordo, *Powell*, supra, 395 U.S., em 521, 89 S.Ct., em 1963-1964. Mas concluímos, após exercer essa delicada responsabilidade, que a palavra "julgar" na Cláusula de Impeachment não fornece um limite textual identificável sobre a autoridade que é cometida ao Senado'.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Como se vê, ao perfilar os precedentes do qual se abeberou o Supremo Tribunal pátrio, nota-se que a justiciabilidade de atos praticados pelo tribunal de impeachment exhibe um gradiente médio entre a total intangibilidade e a absoluta sujeição ao controle judicial.

Neste sentido, embora o Judiciário possa e deva tutelar direitos individuais e a regularidade formal do processo, não pode se substituir aos magistrados com atribuição dada pela Constituição para formar convicção absolutória ou condenatória. É dizer: neste caso, tenho que seria possível conceder a segurança para garantir genericamente o direito à instrução probatória, mas não para definir os meios probatórios necessários e oportunos.

Afinal, como cediço, o acusado tem direito à prova, mas a gestão desta atividade, inclusive para indeferir diligências inúteis à formação de seu convencimento, fica a critério do juiz, destinatário final dos elementos produzidos.

Em outros termos, “ao magistrado é facultado o indeferimento de forma fundamentada, no requerimento de produção de provas que julgar protelatórias, irrelevantes ou impertinentes, devendo a sua imprescindibilidade ser devidamente justificada pela parte. Precedentes no STJ e no STF. 2. No caso dos autos foram declinadas justificativas plausíveis para a negativa de oitiva da testemunha indicada pela defesa em audiência, sendo certo que ultrapassado o prazo para a apresentação do rol de testemunhas, a colheita de novos depoimentos não configura direito subjetivo da parte, mas faculdade do juiz, caso considere as declarações imprescindíveis à busca da verdade real, o que, como visto, não ocorreu na hipótese em exame. Precedente. (AgRg no HC 539.979/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 19/11/2019)”.

No caso concreto, o próprio impetrante admite que não lhe foi negado o direito a produzir provas, sendo certo que as autoridades coatoras teriam apenas, como se lhes impõe, discernido entre as que mais interessavam à elucidação da controvérsia posta.

Não praticaram, destarte, qualquer violência a direito subjetivo que pudesse ser neutralizada na via eleita.

III. CONCLUSÃO E DISPOSITIVO

A par de todo o encimado, diviso, outrossim, a falta de interesse acionário.

Isto porque, no processo penal, o ônus probatório é integralmente da acusação, de modo que a insuficiência probatória reverte em favor do acusado. Isto é: cabe ao acusador provar sua versão, nunca ao réu demonstrar sua inocência.

Por isso, não se compreende qual seria o benefício ao impetrante em que se determinasse a produção de prova pericial contábil, cujo resultado é incerto e pode prejudica-lo. Máxime quando, conforme se vê de fls. 8 da peça inicial, o Relator do feito já averbou que o objeto da prova requerida não enfeixa a acusação.

Logo, nenhuma vantagem processual poderia advir de um laudo favorável, porquanto não seja possível provar inocência de algo que sequer se cogita. (...)” (SIC)



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Por fim, finaliza o magistrado sua r. decisão, indeferindo o pedido formulado pelo Réu no citado mandado de segurança, cujo mérito segue ainda sem resolução.

XXVI - DA PRIMEIRA SESSÃO DE OITIVA DE TESTEMUNHAS

No dia 17 de dezembro de 2020, ocorreu a primeira sessão de oitiva das testemunhas arroladas pelas partes e pelos membros do Tribunal Especial Misto, que foram devidamente intimadas:

1. Testemunhas arroladas pela Acusação:

- a) Luiz Roberto Martins;
- b) Lucas Tristão do Carmo;
- c) Everaldo Dias Pereira;
- d) Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos; e
- e) Ramon de Paula Neves.

Observação: Os senhores Victor Hugo Amaral Cavalcante Barroso e Roberto Bertholdo não foram encontrados nos endereços fornecidos.

2. Testemunhas arroladas pela Defesa:

- a) Edmar Santos
- b) Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos
- c) Carlos Alberto Chaves
- d) Mário Peixoto
- e) Luiz Augusto Damasceno Melo
- f) Hormindo Bicudo Neto
- g) Felipe de Melo Fonte
- h) Luiz Roberto Martins; e
- i) Marcos Velhote de Oliveira.

Observação: Os senhores Claudio Alves França, Roberto Bertholdo, Sergio D'Abreu Gama e Luiz Octávio Martins Mendonça não foram localizados nos endereços fornecidos.

3. Testemunhas arroladas pelo Juízo – Relator: Deputado Waldeck Carneiro:



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

- a) Carlos Frederico Verçosa Duboc; e
- b) Bruno José da Costa Kopke Ribeiro.

Observação: Os senhores Nelson Roberto Bornier de Oliveira, Mario Pereira Marques Neto, Edson da Silva Torres, Gustavo Bordes da Silva e as Senhoras Maria Ozana Gomes e Mariana Tomasi Scardua não foram localizados nos endereços fornecidos.

4. Testemunhas arroladas pelo Juízo – Deputado Alexandre Freitas
 - a) Helena Witzel; e
 - b) Alessandro de Araújo Duarte.

Os senhores Gustavo Borges da Silva, Nelson Roberto Bornier de Oliveira e Mario Pereira Marques Neto, apesar de não terem sido encontrados pelo Oficial de Justiça, compareceram espontaneamente à sessão.

Aberta a sessão para oitiva das testemunhas arroladas, em razão da devolução negativa pelo Oficial de Justiça de vários mandados de intimação, o então Presidente do Tribunal Especial Misto questionou a acusação, a defesa e o Relator se insistiriam na oitiva das pessoas acima mencionadas.

Pela Acusação, foi manifestado o interesse em desistir da oitiva de Victor Hugo Amaral Cavalcante Barroso; pela Defesa, foi manifestado o interesse de manter as oitivas de Claudio Alves França, Sérgio D'abreu Gama e Luiz Octávio Martins Mendonça, razão pela qual lhe foi deferido prazo de 5 (cinco) dias para fornecer novos endereços; pelo Relator, Deputado Waldeck Carneiro, foi manifestado o interesse de manter as oitivas de Edson da Silva Torres e Mariana Tomasi Scardua, razão pela qual lhe foi deferido também o prazo de 5 (cinco) dias para que fossem fornecidos novos endereços para intimação das testemunhas.

Na oportunidade foram ouvidas as seguintes testemunhas arroladas pela Acusação: Luiz Roberto Martins (Id.1553233); Lucas Tristão do Carmo (Id.1553195); Everaldo Dias Pereira (Id. 1553247); Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos (Id. 1571056), também arrolado pela Defesa; Ramon de Paula Neves (Id. 1571087).



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Nesta mesma sessão, foram ouvidas as seguintes testemunhas arroladas pela Defesa: Mario Peixoto (Id. 1571139); Edmar José Alves dos Santos (Id. 1553286); Carlos Alberto Chaves de Carvalho (Id. 1571195); Luiz Augusto Damasceno de Melo (Id.1553306); Hormindo Bicudo Neto (Id. 1571270).

Ainda nesta sessão, foram ouvidas as seguintes testemunhas arroladas pelo Relator: Nelson Roberto Bornier de Oliveira (Id. 1553334); Mario Pereira Marques Neto (Id. 1553342); Gustavo Borges da Silva (Id. 1553347); Carlos Frederico Verçosa Duboc (Id. 1553359); e Bruno José da Costa Kopke Ribeiro (Id. 1553399). E, ainda, o Sr. Alessandro de Araújo Duarte, testemunha arrolada pelo Exmo. Sr. Deputado Alexandre Freitas.

Importa destacar que, apesar de arrolada pelo Juízo, a senhora Helena Witzel protocolou petição (Id. 1507139), solicitando que lhe fosse deferido o direito constitucional ao silêncio, nos termos do inciso LXIII, do artigo 5º de nossa Carta Magna, bem como sua prerrogativa de recusar-se a depor em processo em que figure seu marido como imputado, nos termos do artigo 206, do Código de Processo Penal. Tal solicitação foi deferida pelo Desembargador Claudio de Melo Tavares e posteriormente submetida aos membros do Tribunal Especial Misto que, por maioria, concordaram com a dispensa, vencido o Deputado Alexandre Freitas.

Devido ao avanço da hora, a sessão foi encerrada pelo Presidente, que designou nova sessão de oitiva de testemunhas e de interrogatório do Réu para o dia 28 de dezembro de 2020.

XXVII – DA DECISÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SOBRE O COMPARTILHAMENTO DO *LINK* COM PARTE DAS PROVAS REQUISITADAS

Diante do pedido de compartilhamento das provas obtidas pelo Ministério Público Federal nos autos da Ação Penal nº 976/DF, da Cautelar Inominada Criminal nº 35/DF, do Inquérito nº 1338/DF e dos anexos da colaboração do Sr. Edmar Santos referentes ao Réu (anexos 3, 4, 9, 10, 11, 14, 18, 28, 29, 30 e 31), manifestou-se o Excelentíssimo Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Senhor Benedito Gonçalves, conforme correspondência eletrônica (Id. 1532029), Nos seguintes termos:



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

“(…)

Defiro, parcialmente, o pedido, ressalvados os anexos da colaboração que não digam respeito ao Governador Wilson José Witzel.

(…)

Relatada sumariamente esta fase processual, passo, então, à etapa imediatamente posterior.

XXVIII – DA PETIÇÃO DA DEFESA SOBRE DANOS NOS ARQUIVOS COMPARTILHADOS, SOLICITAÇÃO DE NOVO *LINK* PARA ACESSO E MUDANÇA DA DATA DE INTERROGATÓRIO DO RÉU

Após o deferimento do compartilhamento das colaborações e demais peças probatórias pelo Ministério Público Federal e posterior envio do material pelo Superior Tribunal de Justiça, através de transferência eletrônica de arquivos, a Defesa peticionou (Id. 1561788), no dia 22 de dezembro de 2020, requerendo o seguinte:

(…)

PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O DESLINDE DO PROCESSO: NECESSÁRIO RESPEITO AQ RECESSO FORENSE / FÉRIAS DOS ADVOGADOS

1. No dia 17.12.2020, quinta-feira, várias testemunhas foram ouvidas perante a audiência designada pelo Exmo. Presidente deste e. Tribunal Especial Misto. Ao fim da audiência, o Exmo. Presidente concedeu prazo de 5 dias para o Governador i) indicar novos endereços de 3 testemunhas arroladas que não receberam intimação positiva, bem como ii) ter pleno acesso dos documentos novos juntados aos autos naquele mesmo dia e no dia anterior, notadamente para viabilizar o adequado interrogatório do Governador.

2. Diga-se, antes de mais nada, que, ao assim decidir, o Exmo. Presidente decidiu, expressamente, sem fundamentar, que o recesso forense não seria levado em consideração.

Consequentemente, nas palavras do próprio Exmo. Presidente, o referido prazo de 5 dias chegaria a termo no dia 22.12.2020, terça-feira. Exatamente por esse mesmo motivo, já designou o dia 28.12.2020, segunda-feira, não só para ouvir as testemunhas que restam, bem como inclusive para já interrogar o Governador (último ato da instrução probatória).

3. No entanto, com as devidas vênias, o Exmo. Presidente deve ao menos expor os motivos pelos quais este e. Tribunal Especial Misto não respeitará o recesso forense. Até porque, como se sabe, o recesso forense foi uma relevante conquista da advocacia, notadamente para oportunizar aos advogados o devido descanso anual ao menos do dia 20 de dezembro ao dia 20 de janeiro.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

4. Tamaña é a relevância do período que restou expressamente positivada na lei estadual que “DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. Confira íntegra da regra específica que consta da Lei Estadual nº 6.956/15:

“Art. 66 Não haverá expediente nos órgãos do Poder Judiciário: (.)

§1º Os prazos processuais ficarão suspensos nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, período em que não serão designadas audiências e/ou sessões de julgamento, salvo casos de urgência, não havendo expediente no período compreendido entre 20 de dezembro e 06 de janeiro, inclusive.”

5. Embora a Lei nº 1.079/50, que rege o processo de impeachment, nada disponha sobre o recesso forense, ela possui o art. 79, que prevê, especificamente, a aplicação subsidiária do CPP e do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça. Como se sabe, nem o CPP nem os demais Regimentos Internos preveem o mencionado recesso forense. Mas, como acima demonstrado, essa é uma vitória da classe dos advogados que já restou positivado em lei estadual.

6. Diga-se, em passant, que o Governador não tem objetivo de procrastinar o julgamento do processo. Afinal, a ele nem sequer interessa que se prolongue mais do que o prazo adequado, notadamente porque já está afastado por mais alguns meses (até o dia 9.5.2021). Pretende-se, tão somente, como dito, que se respeite o recesso forense, notadamente por também se tratar de férias dos advogados.

7. Assim, o Governador confia em que o Exmo. Presidente reconsiderará a decisão proferida, a fim de que este e. Tribunal Especial Misto respeite o recesso forense, para que os próximos atos processuais sejam praticados em datas posteriores ao dia 20.1.2021, quarta-feira.

8. Independentemente da decisão a ser proferida pelo Exmo. Presidente com relação ao requerimento do tópico, o Governador, de boa-fé e cooperação processuais, informa os seguintes endereços novos de 1 testemunha por ele arrolada que não pode ser intimada até o momento:

Dr. Luiz Octávio Martins Mendonça:

Rua Doutor Mário Viana, número 758, apartamento 401, Bairro Santa Rosa, Niterói, RJ, CEP: 24.241-002;

Avenida Rio Branco, número 125, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20.040-006;

Rua Afonso Cavalcanti, número 455, Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20.071-004 (Prefeitura do Rio de Janeiro);

Largo dos Leões, número 50, Humaitá, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22.260-210;

Avenida Jornalista Alberto Francisco Torres, número 299, Icaraí, Niterói, RJ, CEP: 24.230-000;

Rua Nobrega, número 243, Icaraí, Niterói, CEP: 24220320; e/ou Email:

luizoctaviomartins2hotmail.com ou luizoctaviomm@yahoo.com.br;

9. Note-se que o Governador indicou vários endereços da referida testemunha a fim de que, em novas diligências, ela possa ser efetivamente encontrada. No entanto,



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

especificamente com relação às testemunhas CLÁUDIO ALVES FRAÇA e SÉRIO D'ABREU GAMA, o Governador, infelizmente, não conseguiu localizar novos contatos. Por esse motivo, ele requer a substituição das 2 referidas testemunhas pelas seguintes:

Coronel Alex Bousquet, ex-secretário de saúde do Estado do Rio de Janeiro (email: rrobadey@gmail.com): testemunha importante para o

Governador provar que não mediu esforços para combater a pandemia; e Coronel Roberto Robadey Júnior, ex-Secretário da Defesa Civil do

Estado do Rio de Janeiro e Comandante Geral do CBMERJ (email: dralexbousquet@gmail.com): testemunha importante também para o

Governador provar que não mediu esforços para combater a pandemia.

10. O Governador informa que se compromete a intimar essas 2 testemunhas. De toda forma, indicou devidamente o endereço eletrônico de cada uma delas, para facilitar os trabalhos dos serventuários deste e. Tribunal Especial Misto. Até porque, essas 2 novas testemunhas deverão ser ouvidas por videoconferência, na medida em que não se encontram no Município do Rio de Janeiro (com certeza, ao menos o Coronel Roberto Robadey Júnior).

11. Assim, o Governador requer que seja novamente intimada nos novos endereços a testemunha inicialmente já arroladas, bem como requer o deferimento do pedido de substituição de 2 testemunhas por aquelas arroladas nesta petição.

DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS NOS DIA 16.12.2020 E 17.12.2020: DOIS CORROMPIDOS E ALGUNS COM LINKS EXPIRADOS

12; Especificamente com relação aos documentos novos juntados aos autos nos dias 16.12.2020, quarta-feira, e 17.12.2020, quinta-feira, o Governador informa que ainda não foi possível acessar a íntegra. Como consta da troca de emails que ora segue anexa (doc. 1), havida entre serventuários deste e. Tribunal Especial Misto e advogados do Governador, os documentos que constam da pasta “202001068087” estão corrompidos. Também está corrompido o seguinte documento que consta da pasta “certidão FLS. 2563”: “2020.0053828-Apenso 1-até fls. 979/2020.09.117. E estão expirados os links dos documentos que constam das seguintes pastas: “(b) mídias inq 1338”; “Fl. 187; “202002042041”: “202002053893”; “PBAC34”: e “PBAC37”.

13; Para sanar o problema, a solícita serventuária, Sra. Regineyde Anete Reis, informou aos patronos do Governador alguns telefones, a fim de agilizar o acesso aos documentos. Nessa ocasião, em contato com o Sr. Rodrigo, mencionado no email pela referida serventuária, informou que o e. Tribunal Especial Misto entraria novamente em contato com o Superior Tribunal de Justiça para postular novos links e inclusive novos documentos (no caso dos que restaram corrompidos).

14. Nessa ocasião, a serventuária, hoje, reenviou email aos patronos do Governador, por meio do qual informou que novos links foram atualizados pelo Superior Tribunal de Justiça. No entanto, nas palavras da própria serventuária, “o êxito que obtivemos foi de quase 100% e, na pequena parte que ficou



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

pendente, as mesmas prosseguem junto ao Tribunal Superior” (doc. 1; grifou-se). Ou seja, ainda há documentos pendentes de serem adequadamente juntados aos autos.

15: Assim, como a íntegra de alguns documentos não constam dos autos do processo, o Governador requer seja redesignada a sua audiência de interrogatório para alguma data na qual haja pelo menos 5 dias de oportunidade para analisá-los.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o Governador requer a V. Exa o seguinte:

- i) reconsiderar da decisão proferida na audiência do dia 17.12.2020, quinta-feira, a fim de este e. Tribunal Especial Misto respeite o recesso forense previsto no art. 66, §1º, da Lei Estadual nº 6.956/15. Logo, todos os próximos atos processuais devem ser praticados em datas posteriores ao dia 20.1.2021, quarta-feira;
- ii) determinar a intimação da testemunha LUIZ OCTÁVIO MARTINS MENDONÇA nos novos endereços apontados;
- iii) deferir a substituição das testemunhas CLÁUDIO ALVES FRAÇA e SÉRIO D'ABREU GAMA pelas testemunhas CORONEL ALEX BOUSQUET e CORONEL ROBERTO ROBADEY JÚNIOR (como informado, essas novas testemunhas deverão ser ouvidas por videoconferência);
- iv) determinar a expedição de ofício ao Superior Tribunal de Justiça para que os documentos corrompidos e os documentos que possuem links expirados sejam todos adequadamente juntados aos autos do processo; e v) redesignar a audiência de interrogatório do Governador para alguma data posterior de pelo menos 5 dias após o acesso integral dos documentos novos referentes ao parágrafo anterior.

No mesmo dia, foi proferida pelo então Presidente do Tribunal Especial Misto, Desembargador Claudio de Melo Tavares, a seguinte decisão (Id. 1563351):

“(…)

Não assiste razão à defesa em suas alegações e requerimentos.

Primeiramente, cabe trazer à baila que o rito procedimental foi submetido ao Tribunal Especial Misto, e, aprovado, não foi sequer impugnado pela defesa.

Foi decisão expressa do Tribunal Especial Misto que os prazos e atividades não seriam suspensos durante o recesso forense. Inobstante, urge salientar que o chamado “recesso forense” é a suspensão de prazos processuais exclusivamente determinada por força de regra de organização judiciária.

Por exemplo, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tal suspensão se dá por força do § 1º do art. 66 da LODJ.

Tal não ocorre com o Tribunal Especial Misto, não lhe sendo oponível eventuais suspensões por recesso de outros tribunais, dado que o TEM é unidade jurisdicional, ainda que temporária, autônoma.

Não se alegue ainda que seria oponíveis as chamadas “férias dos advogados” instituídas pelo art. 220 do CPC.

Tal suspensão não se aplica ao processo penal.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Sobre tal controvérsia debulhou-se a Exm^a Ministra Carmen Lúcia, no bojo da reclamação 6866-92.2016.2.00.0200, veja-se:

“...A suspensão dos prazos processuais entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro, prevista no artigo 220 do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), não se aplica aos processos criminais. O entendimento é da ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça.

“O processo penal tem princípios, regras e conteúdos distintos do processo civil, razão pela qual não é possível aplicar indistintamente as normas do segundo sobre o primeiro, sob pena de subverter a lógica processual com base na qual foi construído o processo penal”, registrou a ministra, ao negar liminar requerida pela Ordem dos Advogados do Brasil de Pernambuco, que pretendia estender o recesso forense previsto no novo CPC para os processos criminais.

Regras do processo civil só podem ser aplicadas ao processo penal em caso de ausência de norma específica, diz Carmen. Inicialmente, a OAB-PE fez a requisição ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que negou o pedido. Inconformada, a OAB-PE recorreu ao CNJ que também não acatou os argumentos apresentados. “Além de haver norma específica sobre o tema, a não realização de sessões de julgamento, de audiências e a suspensão dos prazos processuais de 7 a 20 de janeiro representa restrição às garantias do réu, notadamente à duração razoável do processo (artigo 5º, Inciso LXIII, da Constituição da República)”, afirmou a ministra Cármen Lúcia. A ministra explicou ainda que as normas do processo civil podem ser aplicadas supletivamente ao processo penal em caso de ausência de norma específica, o que não é o caso analisado, devido a previsão do artigo 798 do Código de Processo Penal. Este dispositivo do CPP estabelece a continuidade de todos os prazos processuais, inclusive no período de férias, pela natureza jurídica do bem tutelado pelo Direito Penal, como o direito de ir e vir. O CPC, por sua vez, não reproduz esse entendimento legislativo. (Conjur)”

Não se perca de linha que é paradigma à solução de eventuais omissões do rito a regra insculpida pelo CPP, o que não seria o caso face a decisão expressa em sessão.

Nesse particular determinam os arts. 797 e 798 do CPP:

“...Art. 797. Excetuadas as sessões de julgamento, que não serão marcadas para domingo ou dia feriado, os demais atos do processo poderão ser praticados em período de férias, em domingos e dias feriados. Todavia, os julgamentos iniciados em dia útil não se interromperão pela superveniência de feriado ou domingo.

Art. 798. Todos os prazos correrão em cartório e serão contínuos e peremptórios, não se interrompendo por férias, domingo ou dia feriado...

Por fim, a própria lei 1079/50 determina, no art. 82, que o processo e julgamento dos crimes definidos naquela lei deve ser ultimado em 120 dias. Tal determinação legal inculca obviamente que os prazos e atividades não podem ser suspensos por fictício recesso forense ou férias de advogados. Intime-se a testemunha nos endereços indicados pela defesa, e, requisitem-se as demais testemunhas junto aos seus



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

comandos militares, uma vez que não oferecidos endereços para intimações.

Uma vez infrutífera a intimação para comparecimento pessoal intime-se por mensagem eletrônica para participação telepresencial.

Ao contrário do que alega, há certidão de que todos os documentos enviados pelo STJ lhe foram disponibilizados, ainda que em dois momentos.

Tendo sido designada sessão de instrução para o dia 28/12/2020 é forçoso reconhecer que haverá prazo mais que suficiente para análise dos documentos efetivamente enviados pelo STJ.

Os documentos sobre os quais houve erro de download por força do tamanho dos arquivos serão desconsiderados como prova.

Finalmente, ante a alegação da defesa sobre a ausência do acusado à sessão de interrogatório já designada, cabe ser alertada sobre a aplicabilidade do disposto no art. 397 do CPP ao caso.

Isto posto, mantenho a data de sessão anteriormente designada. (...)

XXIX – DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL Nº 45.366/RJ, COM VISTAS À SUSPENSÃO DO INTERROGATÓRIO DO GOVERNADOR WILSON WITZEL

Inconformada com a r. decisão proferida pelo Excelentíssimo Desembargador Claudio de Melo Taves, que indeferiu o pedido de suspensão do interrogatório do Governador Wilson José Witzel, na sessão designada para o dia 28 de dezembro de 2020, os patronos do Réu ingressaram com a Reclamação Constitucional nº 45.366/RJ. Vejamos o teor do pedido:

“(...)

SÍNTESE DA PRETENSÃO: ATROPELO PROCEDIMENTAL, INTERROGATÓRIO NO ESCURO – ATUALMENTE O PROTAGONISTA NEM SEQUER PODE SER OUVIDO!

1. Trata-se de reclamação proposta contra decisão proferida pelo Exmo. Presidente do e. Tribunal Especial Misto instituído para processar e julgar o impeachment do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Wilson Witzel, ora reclamante (Processo nº 2020-066713). Ao julgar a ADPF 378-MC/DF, essa e. Suprema Corte, em precedente de caráter vinculante (CF, art. 102, §1º c/c Lei nº 9.882/99, art. 10, §3º), placitou o entendimento de que o interrogatório, em processos de impedimento, deve ser o último ato da instrução probatória. No caso, no entanto, ao proferir a decisão objeto desta reclamação, o reclamado desafiou esse entendimento, ao designar, antes mesmo do encerramento da instrução probatória, audiência para interrogatório do reclamante (doc. 2).

2. O Sr. Edmar Santos é o protagonista do processo de impeachment e também do criminal que tramita no e. Superior



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Tribunal de Justiça. Suas ações estão na origem das imputações feitas em ambos processos. Afinal, todas as imputações se relacionam à área de saúde do Estado do Rio de Janeiro no contexto da pandemia. Sendo, então, o Sr. Edmar Santos, o Secretário de Saúde à época dos fatos, e já tendo ele confessado que praticou atos criminosos, é evidente que ele é o epicentro da instrução probatória.

3. Ocorre, no entanto, que ele negociou uma delação premiada no âmbito do processo criminal. E a delação ainda se encontra sob sigilo. Mais do que isso, o e. Min. Benedito Gonçalves, relator do processo criminal, o proibiu de prestar testemunho no processo de impeachment, sobre os fatos da delação prestada, enquanto a denúncia criminal do MPF não for apreciada.

4. Por esses motivos, o Sr. Edmar Santos, ao ser ouvido em audiência no processo de impeachment, invocou o direito de permanecer em silêncio. Só que é direito intangível do reclamante ouvi-lo, perante o e. Tribunal Especial Misto, de forma ampla e irrestrita, para que toda verdade seja debruçada. A verdade real. O decano do referido tribunal, o Des. José Carlos Maldonado, v.g., reiteradas vezes, já afirmou que a missão dos julgadores é a de buscar essa verdade.

5. Se o Sr. Edmar Santos é uma peça chave e se o reclamante por enquanto não pode ouvi-lo de forma minimamente satisfatória – há expectativa de que o STJ pautar para fevereiro/2021 a análise da denúncia criminal –, então o processo de impeachment ainda não está devidamente instruído. Se não está instruído, mantida a decisão reclamada, o reclamante será prematuramente interrogado – em plena escuridão probatória. Com isso, não será exercida, de forma adequada, conforme decidido na ADPF 378-MC/DF, a “autodefesa que densifica as garantias do contraditório e da ampla defesa”.

6. Além disso, como já aqui também fica de fácil percepção, o reclamado igualmente violou a Súmula Vinculante nº 14, seja porque não constam dos autos a íntegra da delação premiada do Sr. Edmar Santos, seja porque não dará ao reclamante o direito de ouvi-lo sem restrições, seja porque o reclamado ainda imputou ao reclamante o ônus manifestamente desproporcional de ser interrogado na sequência imediata de após várias testemunhas serem ouvidas. Um completo atropelo processual.

7. Pretende-se, assim, com esta reclamação, cabível e necessária, restaurar, com lastro nos arts. 102, I, 'I', e 103-A, §3º, da CF, e art. 988, III, do CPC, a autoridade do precedente vinculante dessa c. Corte e da Súmula Vinculante nº 14.

CABIMENTO DA RECLAMAÇÃO: ATO VIOLADOR DA SÚMULA VINCULANTE Nº 14 E DO PARADIGMA FIXADO NA ADPF 378-MC/DF

8. Reclamação é instrumento processual que objetiva resguardar, contra atos do Poder Público, a competência dessa e. Corte Suprema e a autoridade de seus julgados, notadamente quando dotados de eficácia vinculante, tal como se dá com aqueles proferidos em sede de fiscalização normativa abstrata. A respeito do cabimento desta reclamação, dispõe o art. 102, I, 'I', da CF que “compete ao Supremo Tribunal Federal (...) processar e julgar (...) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões. Já o art. 103-A, §3º, da CF/88 prevê que, “do ato administrativo ou



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal”.

9. Em linha com esse normativo constitucional, o art. 988, III, do CPC dispõe que “caberá reclamação da parte interessada” para “garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade”. Por fim, o art. 9º, I, ‘c’ do RISTF prevê, ainda, que compete às Turmas do STF processar e julgar, originariamente, “a reclamação que vise a preservar a competência do Tribunal ou a garantir a autoridade de suas decisões ou Súmulas Vinculantes”.

10. Esta reclamação encarta-se na hipótese dos arts. 102, I, ‘I’, e 103-A, §3º, da CF/88 c/c art. 988, III, do CPC. E constitui o meio processual adequado e necessário para a correção de desvio procedimental – com potenciais e iminentes efeitos nefastos no resultado do julgamento - incorrido na decisão reclamada, por destoar de parâmetro já assentado em acórdão proferido em sede de controle de constitucionalidade.

11. O desvio procedimental, como já exposto, consiste em que, na decisão reclamada, o e. Presidente do Tribunal Especial Misto designou, para o dia 28.12.2020, segunda-feira, audiência para interrogatório do reclamante. Mas isso sem que já estivesse, como, de fato, ainda não está, finalizada a instrução probatória (doc. 3).

12. Desrespeitou-se, com isso, o parâmetro fixado por essa e. Corte no julgamento da ADPF 378-MC/DF, que assentou a diretriz vinculante de que o interrogatório, por se tratar de “instrumento de autodefesa que densifica as garantias do contraditório e da ampla defesa, deve ser o último ato de instrução do processo de impeachment” (grifou-se). Desrespeitou, ao mesmo tempo, a Súmula Vinculante nº 14, porque além de a delação premiada do Sr. Edmar Santos não constar dos autos (prova já documentada em procedimento investigatório), conseqüentemente o reclamante não poderá ouvi-lo com toda liberdade.

13. Não tem sido incomum, aliás, o ajuizamento de reclamações perante essa e. Corte contra atos praticados em “processos de impeachment” em contrariedade à filtragem constitucional já realizada no julgamento da ADPF 378-MC/DF. De fato, em caso ontologicamente análogo, e bastante recente, o eminente Ministro Dias Toffoli deferiu medida liminar na Rcl 24.727 (já julgada monocraticamente em seu mérito), e assim se manifestou:

“(…) Em juízo de estrita delibação, próprio dos provimentos liminares, e da perspectiva da definição, do processo e do julgamento de crimes de responsabilidade estarem regulamentados por lei nacional, da competência privativa da União, entendo que assiste razão jurídica à tese de violação à SV nº 46 e à decisão na ADPF nº 378/DF pelo TJ/PA ao legitimar o recebimento de denúncia e a deliberação pela cassação do mandato de prefeito do Município de Novo Progresso por escrutínio secreto (...)” (grifou-se). 14. Nesse sentido foram as decisões proferidas na Reclamação 37.923/SP (Min. Alexandre de Moraes, DJe 20.11.2019), e na Reclamação 22.034-MC/SP (Min. Luís Roberto Barroso, DJe 24.11.2015).



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Neste mesmo processo de impeachment, aliás, o reclamante já apresentou a Reclamação 42.358/RJ, recebida, processada e julgada, cuja relatoria coube ao Ministro Alexandre de Moraes. O o intuito, ali, também era o de se preservar a autoridade da decisão proferida na ADF 378-MC/DF).

15. A reclamação, no caso, no entanto, não é apenas adequada e necessária: ela constitui, ainda, o meio mais célere e eficaz para obviar o risco de prejuízo real, efetivo e iminente contra o reclamante, na medida em que o seu interrogatório foi açodadamente agendado para o dia 28.12.2020, segunda-feira, num atropelo procedimental. Insista-se: essa data para interrogar o reclamante deve ser alterada porque o processo de impeachment ainda não está devidamente instruído. Muito pelo contrário!

ANTECEDENTES RELEVANTES

16. Antecedentes – instalação da Comissão Especial na ALERJ: Como já é público e notório, em 27.5.2020, quarta-feira, o Exmo. Deputado Estadual Luiz Paulo Correa da Rocha e a Exma. Deputada Estadual Lucia Helena Pinto de Barros ofereceram denúncias, perante a ALERJ, contra o Governador Wilson Witzel. A primeira, distribuída sob o no 5.328/2020, e a segunda, apensada, sob o no 5.360/2020, ambas com fundamento nos arts. 4º, V, 9º, VII, 74 a 79 da Lei nº 1.079/1.950. Depois de o Exmo. Deputado Estadual Presidente da ALERJ, Sr. André Luiz Ceciliano, deferir o prosseguimento das denúncias e determinar a instalação da Comissão Especial de Impeachment, decidiu-se pelo prosseguimento do rito em 6.7.2020 (doc. 3).

17. Cerne das denúncias – decisão proferida pelo e. Min. Benedito Gonçalves, no dia 21.5.2020, no PBAC nº 27/DF, relacionado com o Inquérito nº 1.338/DF: Os denunciante descreveram, como eixo e causa de pedir da denúncia, 2 (dois) eventos específicos, ocorridos durante o combate à pandemia da Covid-19, quais sejam: a revogação da desqualificação da Organização Social de Saúde – OSS denominada Instituto Unir Saúde; e a contratação da Organização Social Saúde – OSS denominada “IABAS” (Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde) para a construção de hospitais de campanha. E o cerne das denúncias radica, exatamente, em decisão proferida pelo eminente Min. Benedito Gonçalves no Pedido de Busca e Apreensão Criminal – PBACnº 27/DF, relacionado ao Inquérito nº 1.338/DF, em trâmite perante o e. Superior Tribunal de Justiça.

Das onze laudas das denúncias, cinco são dedicadas àquela decisão; nas demais, ela é a todo momento mencionada.

18. Parte do Inquérito nº 1.338/DF convolou-se na Ação Penal nº 976/DF, cuja principal prova é a delação premiada do Sr. Edmar Santos: Nos autos do referido inquérito, o Sr. Edmar Santos, ali também investigado, na condição de então secretário de saúde do Estado do Rio de Janeiro à época dos fatos narrados no parágrafo anterior, firmou um acordo de delação premiada com a Procuradoria da República. Para tanto, prestou depoimento nos dias 24, 25 e 26 de junho de 2020. E basta uma ligeira passada de olhos na petição inicial da Ação Penal nº 976/DF2 para inferir-se, sem nenhum erro, que, do início ao fim, ela gira em torno da referida delação premiada. Então, a aritmética racional do caso é simples:



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

- a) As denúncias do impeachment estribam-se no Inquérito nº 1.388/DF;
- b) E a Ação Penal nº 976/DF, parte do Inquérito nº 1.388/DF, que diz respeito exatamente aos fatos objeto do processo de impeachment, estriba-se fundamentalmente, na delação premiada, ali negociada, pelo Sr. Edmar Santos;
- c) Fixadas essas premissas, a primeira conclusão, necessária, que se extrai é a de que o denunciado, ora reclamante, não pode defender-se adequadamente no processo de impeachment enquanto não tiver acesso ao inteiro teor – ainda sob sigilo – dessa referida delação;
- d) A segunda conclusão necessária é a de que, enquanto essa delação, na sua inteireza, for ali juntada, o reclamante está impedido de ouvir, de forma ampla e irrestrita, o Sr. Edmar Santos;
- e) E a terceira conclusão necessária é a de que, seja como for, o reclamante não poderá ser interrogado, no âmbito do processo de impeachment;
- f) E isso porque, como suma das sumas, enquanto esse ato processual não se realizar ali, a instrução não estará ainda concluída.

19. Relatório aprovado pela ALERJ: No processo de impeachment, ainda na sua fase política, após o Governador apresentar defesa, o Exmo. Relator então designado, o Deputado Rodrigo Bacellar, elaborou parecer. À luz das denúncias, entendeu pela existência de irregularidades relacionados aos 2 (dois) referidos eventos (contratação da OSS IABAS e decisão proferida pelo reclamante que requalificou a OSS UNIR).

20. Instauração do Tribunal Especial Misto: Na sessão ordinária realizada em 23.9.2020, a ALERJ aprovou a abertura do processo. Determinou-se, então, seu rosseguimento perante o e. Tribunal Especial Misto, que deveria ser formado por igual número de Deputados e Desembargadores, com vistas à apuração dos fatos, agora na fase jurisdicional. Elaborado o roteiro do julgamento pelo e. Tribunal Especial Misto (doc. 3), após a designação de relator, que coube ao Deputado Estadual Waldeck Carneiro, o reclamante apresentou defesa. Em seguida, o relator apresentou relatório, em 29.10.2020, terça-feira. No dia 5.11.2020, quinta-feira, o e. Tribunal Especial Misto decidiu pela instauração do processo.

21. A deliberação do Tribunal Especial Misto sobre provas: Na sequência do roteiro definido pelo e. Tribunal Misto, o reclamante apresentou, no dia 19.11.2020, segunda-feira, defesa (doc. 3). Já não era mais a defesa prévia, mas a principal. E postulou, ali, pela produção das seguintes provas: (i) documental suplementar, (ii) testemunhal; (iii) pericial contábil (fatos relacionados ao IABAS e à UNIR); e (iv) pericial de engenharia (para provar que não houve superfaturamento na contratação emergencial do IABAS). No mesmo prazo designado para o reclamante apresentar defesa, o Exmo. Sr. Deputado Estadual Luiz Paulo Corrêa da Rocha, autor da denúncia, também postulou oitiva de testemunhas e a produção de prova documental (doc. 3).

22. No dia 4.12.2020, sexta-feira, em sessão específica para deliberar sobre a instrução do processo – com o saneamento do feito e a fixação não só dos pontos controvertidos, mas, também



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

dos meios de prova adequados para demonstrá-los –, o e. Tribunal Especial Misto, por unanimidade, deferiu a produção de prova testemunhal e documental suplementar para apurar exatamente os 2 fatos já anteriormente narrados (contratação da OSS IABAS e a decisão proferida pelo reclamante que requalificou a OSS UNIR). Por sua vez, por maioria de 7x4 (o e. Presidente do Tribunal Especial Misto também já proferiu voto), indeferiu a produção das periciais postuladas pelo reclamante. Confira-se íntegra do dispositivo da decisão (doc. 3):

“Por unanimidade de votos, foi deferida a produção de prova testemunhal e as provas documentais suplementares. Por maioria de votos, foram indeferidas as perícias, vencidas em parte as Desembargadoras Teresa de Andrade Castro Neves, Inês da Trindade Chaves de Melo e Maria da Glória Bandeira Oliveira de Mello, que deferiam a prova pericial contábil. A Deputada Dani Monteiro deferia todas as provas requeridas.

O Deputado Waldeck Carneiro indicou as testemunhas Nelson Roberto Bornier de Oliveira, Mario Pereira Marques Neto, Edson da Silva Torres, Gustavo Borges da Silva, Carlos Frederico Verçosa Duboc, Maria Ozana Gomes, Mariana Tomasi Scardua, Bruno José da Costa Kopke Ribeiro. O Deputado Alexandre Freitas indicou como testemunhas Helena Witzel e Alessandro de Araújo Duarte.” (grifou-se)

23. Naquilo que interessa especificamente à esta reclamação, tem-se que, ao deferir a produção de prova documental suplementar, o e. Tribunal Especial Misto deferiu:

(a) a juntada da documentação já acostada à defesa; e (b) a vinda aos autos de outros mais de 40 (quarenta) documentos solicitados pela eminente Desembargadora Inês da Trindade Chaves de Melo componente daquele e. Tribunal.

24. Na mesma ocasião, o reclamado designou, para as 9hs do dia 17.12.2020, quinta-feira, audiência para a inquirição de 28 testemunhas (algumas arroladas pelos denunciante e denunciados, e outras, de ofício, como testemunhas do Juízo, por membros do e. Tribunal Especial Misto). No dia 10.12.2020, quinta-feira, o reclamado proferiu nova decisão, para designar, para o dia 18.12.2020, sexta-feira, o interrogatório do reclamante. Veja-se:

(...)

25. Como já era de se esperar (pelas próprias regras de experiência – CPC, art. 375), não foi possível ouvir todas as dezenas de testemunhas arroladas, notadamente porque várias delas nem sequer foram intimadas. Também não foram juntados aos autos a íntegra de todas as dezenas de documentos suplementares. E mais, no dia, 2 membros do e. Tribunal Especial Misto postularam a produção de novos documentos, cuja necessidade surgiu com a oitiva de uma das testemunhas.

26. Nesse contexto, ao fim da referida audiência realizada no dia 17.12.2020, o reclamado proferiu nova decisão. Ao desconsiderar solenemente, e sem qualquer fundamentação mínima, o próprio recesso forense (férias dos advogados, sempre do dia 20 de dezembro ao dia 20 de janeiro, com previsão legal expressa – Lei do Estado do Rio de Janeiro nº 6.956/15, art. 66, §1º3), o reclamado designou para o dia 28.2.2020, segunda-feira, às 9 hs, a oitiva das testemunhas



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

remanescentes. Após, e para o mesmo dia, também designou o interrogatório do reclamante.

27. Nesse interim, o reclamado concedeu ao reclamante o prazo de 5 dias, com termo assinalado para o dia 22.12.2020, terça-feira, para indicar novos endereços com relação a três testemunhas por ele arroladas, que não haviam sido intimadas positivamente. Esse também seria o prazo concedido pelo reclamado ao reclamante para apreciar, nada mais e nada menos, do que 174

documentos novos, distribuídos em 16 pastas, que, somados, geram um conteúdo de 2,62 gigabytes, todos eles fornecidos pelo e. Superior Tribunal de Justiça.

28. Para facilitar a análise da decisão objeto desta reclamação, bem como a necessidade de se produzir outros novos documentos, confirmam-se trechos específicos (extraídos diretamente do Youtube porque, diante do atropelo processual, nem sequer há gravação formal):

“(…) 81min 32seg.: Presidente: Agora eu preciso indagar, fazer umas perguntas, pelo seguinte: algumas testemunhas que foram arroladas, inobstante o endereço apresentado e também o esforço desse Tribunal Misto em tentar localizar as testemunhas, algumas não conseguiram ser encontradas. Eu vou apenas arrolar os nomes e vou indagar.

(…)

82:53h Presidente: Então indago ao Deputado Luiz Paulo se vai abrir mão dessa testemunha ou não: Victor Hugo Amaral Cavalcante Barroso.

Deputado Luiz Paulo: Esse presente esse cidadão seria o pretense tesoureiro da quadrilha e também o doleiro, mas a dispensa do mesmo diante do caso UNIR e do caso IABAS não compromete as provas que já possuímos. Então, seu o presidente podemos liberar essa testemunha.

Presidente: Pergunta que faço a defesa: testemunhas arroladas pela defesa: Edmar Santos, mandado positivo, ou seja, encontrado. Gabriel Carvalho Neves Franco dos Santos, encontrado. Cláudio Alves França, não encontrado. Carlos Alberto Chaves, localizado. Mário Peixoto, preso. Foi feita a intimação da testemunha. Luiz Augusto Damasceno Melo, positivo. Hormindo Bicudo Neto, positivo. Sérgio de Abreu Gama, negativo, não localizado. Felipe de Melo Fonte, positivo. Luís Roberto Martins, positivo. Marcos Velhote de Oliveira, positivo. Luiz Otávio Martins Mendonça, negativo. Faço a pergunta a defesa, se abre mão das testemunhas que não foram encontradas: Cláudio Alves França, Sérgio de Abreu Gama e Luís Otávio Martins Mendonça.

Defesa: Senhor Presidente, a defesa não tem condições de abrir mão de qualquer

testemunha antes de ver o material que foi juntado aos autos. Eventualmente, depois de saber o que tem nos autos, eu posso abrir mão. Portanto, a gente insiste nas testemunhas e pede um prazo razoável para poder se manifestar. Eu não vi o contra mandado para saber qual a dificuldade que teve em localizá-los. Então, peço um prazo.

Presidente: Eu poderia, por gentileza, pedir ao senhor que fornecesse o novo endereço, porque como disse no início, o endereço que foi o fornecido pela defesa o oficial de justiça foi no endereço e não localizou. Então, eu entrei em contato com o



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Tribunal Regional Eleitoral para verificar se havia um outro endereço e foi fornecido esse outro endereço, em que também não foi localizado. Então, eu preciso que o Senhor, por gentileza, apresente esse endereço e, se possível, no prazo até amanhã, porque eu gostaria de ouvir na semana que vem.

Defesa: Senhor Presidente, eu peço um prazo razoável, pois nós passaremos o dia todo aqui hoje. Até amanhã não tenho condições de buscar o endereço.

Presidente: Qual o prazo o Senhor acha razoável?

Defesa: Acho que cinco dias é um prazo razoável para poder manifestar sobre a testemunha, o endereço e ir atrás disso. Se o próprio Tribunal Eleitoral não conseguiu, eu não conheço as pessoas. Eu vou tentar localizá-las.

Presidente: Pois não, então, hoje, deixa eu ver como é. Algum colega quer sugerir algum prazo?

Tribunal Misto: Cinco dias parece razoável.

Tribunal Misto: Eu também penso assim, Presidente Maldonado de Carvalho. Podese conceder o prazo de cinco dias, ele trazendo o endereço das testemunhas. Se ele não trouxer, ele deve formular sua desistência. Se ele também não conseguir, não podemos ficar na expectativa de uma hora, um dia, isso ser encontrado. Então, me parece razoável esse prazo de cinco dias. Nós vamos ouvir todas as testemunhas de hoje.

Presidente: Então, Doutor, até o dia 22.12.2020, cinco dias.

Defesa: Ok, agradeço Vossa Excelência. Uma questão de ordem. Nós pararemos no recesso?

Presidente: Continuaremos no recesso. (...)"

"(...) 10h 31min: Presidente: antes de encerrar, quero apenas informar aos eminentes julgadores. Bom, testemunhas arroladas pela defesa que ficaram de ser ouvidas, oportunamente, depois que os advogados apresentarem no prazo de cinco dias o endereço: Claudio Alves França, Sergio de Abreu Gama, Luiz Otavio Martins Mendonca, Mariana Tomasi Scardua. Testemunhas do deputado Waldeck Carneiro, que também não foram encontradas: Edson da Silva Torres e Mariana Tomasi Scardua e uma testemunha indicada pela Desembargadora Maria da Gloria Bandeira de Melo, que e Walter Alencar Pires Rebelo.

Deputado Alexandre Freitas: Senhor Presidente, gostaria de fazer um requerimento de envio do procedimento de registro do roubo que a testemunha Bruno. Seria interessante se fosse juntado aos autos o registro de ocorrência a respeito do roubo que tanto motivou a doação de campanha.

Presidente: Pode ser, ok. O Tribunal está de acordo? Ok, então, vou pedir que ele seja intimado para apresentar. Bom, nós estamos reunidos aqui em sessão desde cedo, terminando a sessão as 22:00 horas. Estou encerrando a sessão nesse momento e designando sessão de continuação para o dia 28 de dezembro de 2020, as 9:00h. Determinando, desde já, o prazo de cinco dias corridos para informação dos endereços das testemunhas que não foram encontradas ou eventual substituição. Resignação do interrogatório do acusado para a data acima mencionada, após o término da oitiva das testemunhas arroladas. A intimação das testemunhas e do acusado para a sessão acima designada. Intimar a defesa na presente sessão para ter acesso aos documentos encaminhados pelo Superior Tribunal de Justiça no curso da



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

presente ação que, inclusive, foram entregues agora, hoje, às 15 horas pelo Ministro Benedito Gonçalves. Foram encaminhados pelo Ministro para o Tribunal Especial Misto. Acabei de ser informado pela secretaria do Tribunal Especial Misto. Portanto, estou intimando a defesa, na presente sessão, para ter acesso aos documentos encaminhados pelo STJ.

Agradeço.

Deputada Dani Monteiro: Pela ordem Presidente, gostaria de solicitar a inclusão do imposto de renda de 2017/2018 da testemunha, se for possível.

Presidente: É possível. Doutora Reginelde, por favor, anota.”

29. No dia 22.12.2020, terça-feira, o reclamante cumpriu o prazo exíguo a ele concedido. Indicou novo endereço de 1 testemunha e pediu a substituição de outras 2 porque não conseguiu encontrar informações de onde se encontravam. Na mesma ocasião, informou ao reclamado que os próprios documentos novos, fornecidos pelo Superior Tribunal de Justiça, nem sequer constam dos autos do processo na íntegra. Como expressamente explicado por serventúria do e. Tribunal Especial Misto, no dia 22.12.2020, terça-feira, “o êxito que obtivemos foi de quase 100% e, na pequena parte que ficou pendente, as mesmas prosseguem junto ao Tribunal Superior” (doc. 3).

30. Sobre esses documentos, aliás, há um cuja relevância é central, conforme já exposto: a delação premiada do Sr. Edmar Santos. Requisitado pelo reclamado, o e. Superior Tribunal de Justiça deferiu, apenas em parte, seu acesso. E nessa mesma ocasião o e. Min. Benedito Gonçalves já decidiu que o Sr. Edmar Santos até poderia comparecer à sessão do dia 17.12.2020, quinta-feira, desde que mantivesse sigilo absoluto sobre os fatos da delação, o que, de fato aconteceu. Ele, do início ao fim, manteve-se em silêncio.

31. Também não consta dos autos a degravação dos depoimentos prestados por dezesseis testemunhas no dia 17.12.2020, quinta-feira. E, com absoluta certeza, notadamente pelas regras de experiência (CPC, art. 375), a degravação dos depoimentos a serem prestados pelas seis testemunhas (até o momento), no dia 28.12.2020, segunda-feira, também não constará dos autos, notadamente para que o reclamante disponha de prazo minimamente razoável para, em conjunto com os seus advogados, analisar seu conteúdo, e, somente depois, ser interrogado.

32. Não obstante todos esses aspectos, o reclamado, no dia mesmo dia 22.12.2020, terça-feira, proferiu nova decisão. Além de fundamentar os motivos pelos quais o processo de impeachment seguiria mesmo durante o recesso forense, decidiu que os documentos pendentes de apresentação pelo Superior Tribunal de Justiça não mais seriam juntados aos autos, bem como ao fim manteve a audiência do dia 28.12.2020, segunda-feira, para ouvir testemunhas e interrogar o reclamante, na medida em que o processo deve durar 120 dias. Confirmam-se os principais trechos da r. decisão que é o objeto desta reclamação:

“Não assiste razão à defesa em suas alegações e requerimentos. Primeiramente, cabe trazer à baila que o rito procedimental foi submetido ao Tribunal Especial Misto, e, aprovado, não foi sequer impugnado pela defesa. Foi decisão



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

expressa do Tribunal Especial Misto que os prazos e atividades não seriam suspensos durante o recesso forense.

Inobstante, urge salientar que o chamado “recesso forense” é a suspensão de prazos processuais exclusivamente determinada por força de regra de organização judiciária. Por exemplo, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tal suspensão se dá por força do § 1º do art. 66 da LODJ. Tal não ocorre com o Tribunal Especial Misto, não lhe sendo oponíveis eventuais suspensões por recesso de outros tribunais, dado que o TEM é unidade jurisdicional, ainda que temporária, autônoma.

Não se alegue ainda que seria oponíveis as chamadas “férias dos advogados” instituídas pelo art. 220 do CPC. Tal suspensão não se aplica ao processo penal.

Sobre tal controvérsia debulhou-se a Exm^a Ministra Carmen Lúcia, no bojo dareclamação 6866-92.2016.2.00.0200, veja-se: (...)

Por fim, a própria lei 1079/50 determina, no art. 82, que o processo e julgamento dos crimes definidos naquela lei deve ser ultimado em 120 dias. Tal determinação legal inculca obviamente que os prazos e atividades não podem ser suspensos por fictício recesso forense ou férias de advogados. Intime-se a testemunha nos endereços indicados pela defesa, e, requisitem-se as demais testemunhas junto aos seus comandos militares, uma vez que não oferecidos endereços para intimações. Uma vez infrutífera a intimação para comparecimento pessoal intime-se por mensagem eletrônica para participação telepresencial. Ao contrário do que alega, há certidão de que todos os documentos enviados pelo STJ lhe foram disponibilizados, ainda que em dois momentos.

Tendo sido designada sessão de instrução para o dia 28/12/2020 é forçoso reconhecer que haverá prazo mais que suficiente para análise dos documentos efetivamente enviados pelo STJ. Os documentos sobre os quais houve erro de download por força do tamanho dos arquivos serão desconsiderados como prova. Finalmente, ante a alegação da defesa sobre a ausência do acusado à sessão de interrogatório já designada, cabe ser alertada sobre a aplicabilidade do disposto no art. 397 do CPP ao caso. Isto posto, mantenho a data de sessão anteriormente designada.” (doc. 2; grifou-se)

33. Com as devidas vênias, se as denúncias do processo de impeachment foram mal propostas e de fato foram (o reclamante avisou desde o primeiro momento), se essas denúncias foram mal instruídas e de fato foram (o reclamante também apontou essa irregularidade desde o início), se no STJ não há provas contra o reclamante e de fato não há, se no Tribunal Especial Misto não há provas contra o reclamante e de fato não há, se o Tribunal Especial Misto possui 120 dias para processar e julgar o reclamante e pela lei federal possui (a CF/88 não possui essa regra), nada disso é justificativa para tolher do reclamante o direito de exercer amplamente a sua defesa. Todo esse contexto só demonstra que as denúncias não se sustentam. Perdoe-se o óbvio, mas essa situação processual atual – a de a delação premiada do Sr. Edmar Santos ainda estar sob sigilo – foi criada pelo próprio Poder Público (no caso, o STJ, que ainda não apreciou a denúncia criminal do MPF). Consequentemente, o interrogatório do reclamante, que está previsto para o dia



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

28.12.2020, segunda-feira, deve ser adiado, como será demonstrado.

INTERROGATÓRIO DO RECLAMANTE DESIGNADO PARA O DIA 28.12.2020, SEM QUE TENHA HAVIDO FIM DA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA

A) DELAÇÃO PREMIADA DO SR. EDMAR SANTOS NÃO JUNTADA NA ÍNTEGRA E, POR ISSO, FOI SUPRIMIDA A OITIVA ADEQUADA DO DELATOR – COM A APRECIÇÃO DA DENÚNCIA PELO STJ, TUDO RESTARÁ SANADO:

34. Sobre a produção de prova documental suplementar, é possível verificar, através de link público disponibilizado pela ALERJ, o inteiro teor do voto proferido pela eminente Desembargadora Inês da Trindade Chaves de Melo, dia 4.12.2020, sexta-feira, pelo qual foi requerida a produção dos seguintes documentos suplementares:

“(…) E a prova que eu acho de fundamental importância, que é o compartilhamento da degradação das interceptações telefônicas e outros documentos no âmbito da Operação Placebo, inquérito 1.338 do Distrito Federal, bem como os documentos e cópia abaixo listados com a denúncia, nos temos do artigo 7º, parágrafo terceiro, da Lei 12.850 de 2013, não interferindo em qualquer investigação, observado o sigilo processual, caso decretado pelo STJ, como informado pelo Ministro Relator na decisão de afastamento o ora réu, Cautelar Inominada nº 13 do Distrito Federal de 2020/0204204-1.

Documento 1: anexo três do termo de colaboração premiada de Edmar Santos.

Documento 2: anexo dez do termo de colaboração premiada de Edmar Santos.

Documento 3: termo de depoimento de Edson Torres, de 3 de setembro de 2020.

Documento 4: denúncia da Operação Favorito.

Documento 5: termo de depoimento de Edson Torres, de 8 de setembro de 2020.

Documento 6: anexo dois do termo de colaboração premiada de Edmar Santos.

Documento 7: RIF 51094.

Documento 8: termo de depoimento número quatro de Edmar Santos.

Documento 9: RIF 51093.

Documento 10: termo de depoimento número onze de Edmar Santos.

Documento 11: termo de depoimento número dezoito de Edmar Santos.

Documento 12: RIF 51091.

Documento 13: livro de entradas do Palácio Laranjeiras, apreendido na Operação Placebo.

Documento 14: contrato gestão Instituto Solidário.

Documento 15: depoimento número seis de Edmar Santos.

Documento 16: RIF 51042.

Documento 17: termo de depoimento número vinte e três de Edmar Santos.

Documento 18: termo de depoimento número vinte e cinco de Edmar Santos.

Documento 19: termo de depoimento número vinte e quatro de Edmar Santos.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Documento 20: relatório de análise do material apreendido, número 100/2020.

Documento 21: termo de depoimento número trinta e três de Edmar Santos.

Documento 22: depoimento de Carlos Fernando Riqueza Marinho.

Documento 23: auto circunstanciado número três.

Documento 24: RIF 51638.

Documento 25: cadastro CITEL.

Documento 26: informação policial número 20/2020.

Documento 27: RIF 5152.

Documento 28: RIF 51053.

Documento 29: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro do dia 30 de abril de 2020, página 19.

Documento 30: RIF 51054.

Documento 31: contrato SEDAE 062/2019.

Documento 32: termo de depoimento número trinta e cinco de Edmar Santos.

Documento 33: relatório de comunicações interceptadas da Polícia Federal.

Documento 34: relatório circunstanciado, imóvel José Carlos, inquérito 1338, equipe RJ58.

Documento 35: RIF 542.

Documento 36: certidão de casamento de Wilson Witzel e Helena Witzel.

Documento 37: relatório de análise de material apreendido número 150/2020.

Documento 38: processo Helena Witzel.

Documento 39: troca de mensagens Gotardo x Wilson Witzel.

Documento 40: Diário Oficial GLM.

Além desses documentos, requer mais precisamente os depoimentos mencionados da decisão da Cautelar Inominada Criminal número 35DF2020/0204204-1.

Tenho depoimento do anexo dez, depoimento anexo dois, depoimento anexo três, anexo quatro, anexo onze, anexo dezoito, anexo seis, anexo vinte e três, anexo vinte e cinco, anexo vinte e quatro, anexo trinta e três, anexo catorze, anexo cinco, anexo vinte e dois, anexo sete, anexo oito e anexo vinte e oito. Ressaltando que a denúncia contra Wilson Witzel já foi apresentada no STJ. É o que eu tenho a requerer, presidente.” (Trechos do voto proferido pela eminente Desembargadora na sessão de julgamento do dia 4.12.2020, sexta-feira, extraídos do seguinte link – 52m 50seg a 54m 35seg: <https://www.youtube.com/watch?v=zszNsFjikFU>)

35. Trata-se de extensa lista de documentos suplementares (mais de 40 no total), cujo ingresso nos autos demandará atuação concentrada do Superior Tribunal de Justiça. E além desta lista de documentos, o próprio relator do e. Tribunal Especial Misto, por meio do voto proferido na sessão do dia 4.12.2020, sexta-feira, também determinou a produção de provas documentais suplementares, cujos documentos são inclusive análogos a alguns postulados pela eminente Desembargadora Inês da Trindade Chaves de Melo. Para facilitar a compreensão e a relação existente entre os referidos documentos, confirmam-se trechos do voto proferido pelo eminente relator (doc. 3):



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

36. Mais do que atender à solicitação oriunda do e. Tribunal Especial Misto, o e. Min. Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça, relator do Inquérito nº 1.338/DF, atual Ação Penal nº 976/DF, ainda deverá analisar a viabilidade, por exemplo, do compartilhamento de provas acobertadas por sigilo judicial. Afinal, como ficou evidente na lista de documentos acima colacionada, o conteúdo da delação premiada do Sr. Edmar Santos interessa a todos.

37. E, assim, de fato, se deu. Ao apreciar uma petição direcionada pelo delator (que foi arrolado como testemunha pelo reclamante), o e. Min. Benedito Gonçalves decidiu, expressamente, que o conteúdo da delação premiada é sigiloso, ao menos até a apreciação da denúncia feita pela Procuradoria da República, contra o reclamante, perante o Superior Tribunal de Justiça, notadamente com base no referido documento. Já ao apreciar a petição apresentada pelo reclamado, o mesmo e. Min. Benedito Gonçalves decidiu que disponibilizaria apenas parte da delação premiada.

Para facilitar a análise das referidas decisões, confirmam-se trechos de cada uma, respectivamente:

“(…) De qualquer forma, pelo princípio da cooperação, cumpre seja informado o Presidente do Tribunal Especial Misto de que o acordo de colaboração premiada e os depoimentos prestados pelo colaborador EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS ainda se encontram sob total sigilo no Superior Tribunal de Justiça, nos termos art. 7º, § 3º, da Lei n. 12.850/2013, dado que não ainda houve exame das denúncias apresentadas pelo MPF/PGR ao STJ; bem como de que o referido colaborador, nos próprios termos ajustados com o MPF na cláusula 36ª, letra “i”, deve resguardar o mais amplo sigilo, sob pena de rescisão de seu acordo de colaboração premiada.” (doc. 3; grifou-se)

“(…) Defiro, parcialmente, o pedido, ressalvados os anexos da colaboração que não digam respeito ao Governador Wilson José Witzel.” (doc. 3; grifou-se)

38. Note-se que o e. Ministro afirmou que os termos de depoimento do delator estão sob “total sigilo”, bem como que o próprio estaria impedido de depor perante o e. Tribunal Especial Misto sobre os fatos relacionados à delação, sob pena de perder seu acordo de colaboração com o Ministério Público Federal. Ainda segundo o e. Ministro, tal situação perduraria até que se examinasse as denúncias formuladas pelo Parquet federal, quando então, nos termos da Lei nº 12.850/2013, haveria revogação do sigilo.

39. Ocorre que, como acima já demonstrado, as acusações feitas pelo mencionado delator dizem respeito ao núcleo do que o processo de impeachment busca esclarecer. Tanto é assim, que a sua oitiva foi deferida pelo e. Tribunal Especial Misto e, ainda, a juntada de seus depoimentos foi requerida por membros desse mesmo Tribunal.

40. Indaga-se, pois, o seguinte: como o processo de impeachment poderia seguir sem que a íntegra da delação premiada conste dos autos? E como o processo de impeachment poderia seguir sem que a oitiva do delator se desse de modo amplo e irrestrito? A resposta já foi dada pelo próprio e. Min. Benedito Gonçalves: quando a denúncia criminal ali deduzida for apreciada.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

41. Não se trata de entender que são processos distintos e independentes porque obviamente são. Não se discute aqui a independência e distinção entre os processos. O que se pretende, tão somente, é que a delação premiada do Sr. Edmar Santos se torne pública para que o reclamante tenha o direito de ouvi-lo de forma ampla e irrestrita. Até porque, não só a delação é documento que está na raiz do que se discute também no processo de impeachment como a própria pessoa do delator. Logo, não pode haver julgamento, muito menos conclusão da instrução, e menos ainda interrogatório do denunciado, sem que este tenha acesso ao que ali se diz para, conseqüentemente, o reclamante ter o direito de inquirir a testemunha.

42. Nos próprios termos da Súmula Vinculante nº 14, “é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa”. Também nesse sentido é a jurisprudência dessa c. Corte Suprema que se formou em torno da referida súmula, in verbis: “Nada, absolutamente nada, respalda ocultar de envolvido – como é o caso da reclamante – dados contidos em autos de procedimento investigativo ou em processo alusivo a ação penal, pouco importando eventual sigilo do que documentado. Esse é o entendimento revelado no verbete vinculante 14 (...). Tendo em vista a expressão acesso amplo”, deve-se facultar à defesa o conhecimento da integralidade dos elementos resultantes de diligências, documentados no procedimento investigatório, permitindo, inclusive, a obtenção de cópia das peças produzidas. O sigilo refere-se tão somente às diligências, evitando a frustração das providências impostas. Em síntese, o acesso ocorre consideradas as peças constantes dos autos, independentemente de prévia indicação do Ministério Público. 3. Defiro a liminar para que a reclamante, na condição de envolvida, tenha acesso irrestrito e imediato, por meio de procurador constituído, facultada inclusive a extração de cópia, aos elementos constantes do procedimento investigatório (...).” (STF, Rcl 31.213-MC, rel. min. Marco Aurélio, dec. monocrática, j. 20-8-2018, DJE 174 de 24-8-2018; grifou-se)

“Reclamação. 2. Direito Penal. 3. Delação premiada. “Operação Alba Branca”.

Suposta violação à Súmula Vinculante 14. Existente. TJ/SP negou acesso à defesa ao depoimento do colaborador (...), nos termos da Lei 12.850/2013. Ocorre que o art. 7º, § 2º, do mesmo diploma legal consagra o “amplo acesso aos elementos de rova que digam respeito ao exercício do direito de defesa”, ressalvados os referentes a diligências em andamento. É ônus da defesa requerer o acesso ao juiz que supervisiona as investigações. O acesso deve ser garantido caso estejam presentes dois requisitos. Um, positivo: o ato de colaboração deve apontar a responsabilidade criminal do requerente (Inq 3.983, rel. min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, julgado em 3-3-2016). Outro, negativo: o ato de colaboração não deve referir-se a diligência em andamento. A defesa do reclamante postulou ao relator do processo o acesso aos atos de colaboração do investigado. 4. Direito de defesa violado. 5. Reclamação julgada procedente, confirmando a liminar deferida.” (STF, Rcl 24.116,



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

rel. min. Gilmar Mendes, 2ª T, j. 13-12-2016, DJE 28 de 13-2-2017; grifou-se)

“O conteúdo dos depoimentos prestados em regime de colaboração premiada está sujeito a regime de sigilo, nos termos da Lei 12.850/2013 (...). 2. O sigilo perdura, em princípio, enquanto não “(...) recebida a denúncia” (art. 7º, § 3º) e especialmente no período anterior à formal instauração de inquérito. Entretanto, instaurado formalmente o inquérito propriamente dito, o acordo de colaboração e os correspondentes depoimentos permanecem sob sigilo, mas com a ressalva do art. 7º, § 2º, da Lei 12.850/2013 (...). 3. Assegurado o acesso do investigado aos elementos de prova carreados na fase de inquérito, o regime de sigilo consagrado na Lei 12.850/2013 guarda perfeita compatibilidade com a Súmula Vinculante 14, que garante ao defensor legalmente constituído (...)” (STF, Pet 6.164 AgR, rel. min. Teori Zavascki, 2ª T, j. 6-9-2016, DJE 201 de 21-9-2016; grifou-se)

43. Esses são os motivos pelos quais o reclamante ajuizou a presente reclamação. Ele possui o direito inafastável de ter acesso à delação em questão, notadamente para ver respeitada a autoridade da Súmula Vinculante nº 14. Essa também é, no caso, a adequada interpretação do art. 7º, §§2º e 3º, da Lei nº 12.850/13.

44. O reclamante jamais poderá ficar obstado de ouvir, irrestritamente, o delator, na condição de testemunha, no processo de impeachment. Mas, para que isso ocorra, a denúncia criminal, que possui o mesmo lastro probatório (a delação premiada), deve ser apreciada.

45. Sem essa prova e a possibilidade de ouvir o delator sem restrições, torna-se evidente o cerceamento do direito de defesa do reclamante. Afinal, com as devidas vênias, limitar o acesso aos depoimentos que supostamente o reclamante não teria sido diretamente citado é uma conclusão à qual, inclusive, o e. Ministro do Superior Tribunal de Justiça chegou de forma unilateral.

Dizer o que interessa ou não ao reclamante, d.v., é algo que incumbe a ele dizer, e a mais ninguém.

46. E mais: é de relevância óbvia e ululante que as partes e os próprios membros do e. Tribunal Especial Misto tenham acesso à íntegra dos depoimentos prestados pelo referido delator e, principalmente, que este possa ser inquirido sem restrições. Só assim todos (acusação, reclamante, membros do e. Tribunal Especial Misto e, mais importante, a população fluminense) poderão ser aclarados dos fatos que recaem contra o reclamante.

47. Pode-se dizer, sem receio de cometer qualquer exagero, que o único ato que não poderia ser suprimido no processo de impeachment é, justamente, o depoimento do delator, já que as denúncias do processo de impeachment o colocam no centro dos fatos; é o único elemento a conectar o reclamante aos ilícitos narrados. Ou seja, a absolvição do reclamante passa, indiscutivelmente, por aquilo que o delator em questão venha a afirmar perante o e. Tribunal Especial Misto.

48. Qualquer incerteza que o referido delator eventualmente expresse sobre as acusações ao reclamante, como deduções, suposições ou juízos baseados em “ouvi dizer” podem solapar o



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

mérito das acusações. Consequentemente, suprimir tal ato é impedir o direito à ampla defesa e tornar o processo em questão em mero simulacro, encenação, faz de conta.

49. Diga-se, em passant, que o reclamante não tem objetivo de procrastinar o julgamento do processo. Afinal, a ele nem sequer interessa que se prolongue mais do que o prazo adequado, notadamente porque já está afastado por mais alguns meses pelo próprio e. Tribunal Especial Misto constam dos autos a degravação dos referidos depoimentos.

52. E mais, por óbvio, também não consta dos autos do processo a degravação dos depoimentos a serem prestados pelas 6 testemunhas (até o momento), no dia 28.12.2020, segunda-feira. Ocorre que, como dito, o reclamado decidiu interrogar o reclamante nesse mesmo dia, razão pela qual o reclamante não possuirá absolutamente nenhum tempo razoável para, em conjunto com os seus advogados, analisar o conteúdo dos depoimentos.

53. Essa, inclusive, é a jurisprudência dessa c. Corte, como se extrai do seguinte julgado:

“No caso, conforme despacho da autoridade policial, já foram tomados os depoimentos de testemunhas, mas os respectivos termos não foram juntados aos autos. A autoridade policial argumentou que, por estratégia de investigação, o investigado deve ser ouvido antes de tomar conhecimento do depoimento das testemunhas. Acrescentou que o interrogatório e os depoimentos das testemunhas fazem parte de uma única diligência policial. Dessa forma, não haveria diligência concluída, de juntada obrigatória aos autos. O ato contraria o entendimento desta Corte representado pela Súmula Vinculante 14. O depoimento de testemunhas é uma diligência separada do interrogatório do investigado. Não há diligência única, ainda em andamento. De forma geral, a diligência em andamento que pode autorizar a negativa de acesso aos autos é apenas a colheita de provas cujo sigilo é imprescindível. O argumento da diligência em andamento não autoriza a ocultação de provas para surpreender o investigado em seu interrogatório. É direito do investigado tomar conhecimento dos depoimentos já colhidos no curso do inquérito, os quais devem ser imediatamente entranhados aos autos. Em consequência, a defesa deve ter prazo razoável para preparar-se para a diligência, na forma em que requerido. Ante o exposto, defiro o requerimento do investigado AÉCIO NEVES DA CUNHA, para determinar que a autoridade policial junte aos autos todos os depoimentos de testemunhas já colhidos, franqueando acesso à defesa, e suspenda o interrogatório do requerente, por pelo menos 48 horas, contados da juntada” (STF, Inq. 4.244, Rel. Min. Gilmar Mendes, dec. monocrática, j. 25-4-2017, DJE 87 de 26-4-2017; grifou-se)

54. Resta evidente, então, que, por mais esses motivos, o processo de impeachment, no qual o reclamante é denunciado, não está devidamente instruído. É ilegal – para dizer o mínimo – interrogar o reclamante no mesmo dia em que várias testemunhas serão ouvidas.

C) DESRESPEITO À SÚMULA VINCULANTE Nº 14 E À RATIO DECIDENDI DA ADPF Nº378-MC/DF:

55. É direito do reclamante, notadamente na condição especial e gravíssima de denunciado de um processo de impeachment,



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

comparecer à sessão de interrogatório ciente e munido de todas as provas já produzidas no processo. Ele não pode ser surpreendido, nem pode ser arguido no escuro.

56. Ainda que, por hipótese, todo esse volumoso acervo probatório viesse a ser juntado aos autos até o dia 28.12.2020, segunda-feira, o fato é que o reclamante jamais teria tempo hábil de examinar todas elas, nem muito menos de absorver todos os depoimentos das dezenas de testemunhas. Na verdade, mais grave, é evidente que o Sr. Edmar Santos, protagonista do processo de impeachment, deve ser ouvido de forma ampla e irrestrita.

57. De um modo ou de outro, é inequívoco o prejuízo aqui para a defesa da reclamante. Não há como, no atropelo, e aos cambulhões, se fazer, em sequência, esses atos: oitiva de testemunhas, seguida de interrogatório, com a vinda, ainda, para agravar a situação, de um calhamaço de provas documentais (a íntegra da delação), para somente depois ouvir o delator.

58. Essa ordem, evidentemente, não é a correta. Na audiência já designada para o dia 28.12.2020, segunda-feira, a 6 testemunhas restantes podem ser tranquilamente ouvidas. Mas, depois, deve-se aguardar cair o sigilo da delação premiada do Sr. Edmar Santos para, aí sim, designar uma audiência para ouvi-lo, nem se que seja em exíguo prazo de, por exemplo, 48h. Somente depois, e aí sim ao fim da instrução processo, é que o reclamante deve ser interrogado, notadamente para que ele tenha pleno conhecimento de todo acervo probatório.

59. É exatamente por esses motivos que o interrogatório do denunciado de um processo de impeachment deve ser o último ato de instrução probatória. Mas, no caso, à luz da designação do reclamado, não será. Não há como ser. Constrói-se, pois, ou corre-se o risco de que seja construído, um expediente que possa surpreender a defesa do reclamante, para dizer o mínimo.

60. Conseqüentemente, essa é a decisão objeto desta reclamação. Isso porque, ao assim decidir (designar o interrogatório do reclamante para o dia 28.12.2020, segunda-feira, mesmo dia em que serão ouvidas várias testemunhas, e tudo isso sem nem sequer constar dos autos a íntegra da delação premiada e a exaustiva oitiva do delator), o reclamado violou a Súmula Vinculante nº 14 e, ao mesmo tempo, o precedente vinculante proferido por esse e. Supremo Tribunal Federal.

61. A Súmula Vinculante nº 14 e os julgados que a aplicam são claros. O reclamante possui o direito de ter pleno acesso à delação premiada do Sr. Edmar Santos, que, embora seja protagonista do processo criminal, também o é no processo de impeachment. Conseqüentemente, o reclamante tem o direito, e é até mesmo recomendável (em busca da verdade real), que o delator seja ouvido de forma ampla e irrestrita. Por fim, é inconcebível o reclamante ser interrogado no mesmo dia em que 6 testemunhas serão ouvidas.

62. Já no julgamento da ADPF 378-MC/DF, ao interpretar os arts. 28 e 29 da Lei n. 1.079/50, e art. 400 do CPP, esta e. Corte Suprema concluiu que o interrogatório do denunciado deve ser necessariamente o último ato da instrução do processo de impedimento. E o motivo é tão simples quando adequado, porque se trata de “instrumento de autodefesa que densifica as



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

garantias do contraditório e da ampla defesa”. Confira-se trecho para facilitar a análise:

“(…) 7. O INTERROGATÓRIO DEVE SER O ATO FINAL DA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA (ITEM “F”): O interrogatório do acusado, instrumento de autodefesa que densifica as garantias do contraditório e da ampla defesa, deve ser o último ato de instrução do processo de impeachment. Aplicação analógica da interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal ao rito das ações penais originárias. Precedente: AP 528-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Plenário.

(…)

IV.9. O INTERROGATÓRIO DEVE SER O ATO FINAL DA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA (CAUTELAR “F” DA INICIAL)

97. O rito procedimental do processo e julgamento, elaborado pelo próprio STF, em seus itens 10 e 11, deixa claro que, tão logo formalmente instaurado no Senado Federal o processo de impeachment, deve ser realizado o interrogatório do Presidente da República. A deliberação administrativa, no ponto específico, levou em consideração o fato de que, à época (08.10.1992), o Código de Processo Penal estabelecia o interrogatório do acusado logo no início da instrução (em seguida à citação).

98. Contudo, não há como negar que o Código de Processo Penal sofreu expressiva alteração nessa matéria, tendo em vista que a Lei n.11.719/2008 modificou o art. 400 do Código de Processo Penal, transformando o interrogatório do acusado em ato final da instrução. Sendo certo, ainda, que o Plenário do STF, por entender que a referida alteração legislativa propicia maior eficácia à defesa, passou a considerar que a nova sistemática deve ser aplicada subsidiariamente às ações penais originárias em tramitação nesta Corte, em que pese o art. 7º da Lei n.8.038/90. Refiro-me à AP 528-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski.

99. Nessas condições, penso que idêntica solução deve ser adotada para o processo de impedimento. O interrogatório do acusado, instrumento de autodefesa que densifica as garantias do contraditório e da ampla defesa, deve ser o último ato de instrução do processo. Diante do exposto, dou interpretação conforme aos arts. 28 e 29 da Lei n.1.079/1950 para que o interrogatório do acusado (item 11 da deliberação administrativa do STF) se realize após o término da instrução probatória (item 12 da deliberação administrativa do STF).” (STF, ADPF 378-MC/DF, Tribunal Pleno, Rel. p/ acórdão Min. Luís Roberto Barroso, j. 17.12.2015; grifou-se; grifou-se)

63. Aliás, nos termos do item 33 do Rito do processo de impedimento (doc. 3), em apreço à referida tese vinculante, o próprio e. Tribunal Especial Misto inclusive definiu que o interrogatório do reclamante deveria ser “o último ato de instrução do processo”, in verbis:

“33. O interrogatório do denunciado, instrumento de autodefesa que densifica as garantias do contraditório e da ampla defesa, deve ser o último ato de instrução do processo de impeachment. Será o denunciado interrogado, pelo Relator, e demais membros do Tribunal Especial Misto, pela acusação e pela defesa, nessa ordem, devendo ser previamente cientificado pelo Relator, antes do início do interrogatório, acerca do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas.” (Rito deste processo, item 33; grifou-se)



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

64. Na verdade, a teratologia da decisão que violou a tese fixada no julgamento da ADPF 378-MC/DF é tão evidente que o próprio Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ao fundamentar a primeira designação do interrogatório do reclamante (aquela para o dia 18.12.2020, sexta-feira, que restou adiada porque várias outras providências deveriam e ainda devem ser adotadas), reconheceu que, em razão “dos princípios da ampla defesa e do contraditório, [o interrogatório] somente pode ocorrer após a produção de todas as provas deferidas”. Ou seja, o próprio reclamado já reconheceu que o interrogatório deve ser o ato final da instrução processual, mas, ainda assim, manteve o interrogatório do reclamante para o dia 28.12.2020, sexta-feira, no processo de impedimento em que ainda existe prova documental indispensável pendente de produção (notadamente para viabilizar a adequada oitiva do delator, que certamente é a testemunha principal/chave) e para o mesmo dia em que várias testemunhas ainda serão ouvidas.

65. Se, no caso, tudo é um simulacro de processo, um teatro orquestrado já com o fim previamente acordado, então a primeira frase citada no pórtico desta reclamação – da célebre obra –aplica-se como uma luva. Porque o que se vê, no caso, desde o início, é um processo que já nasceu com o intuito de condenar, em pleno século XXI e num Estado Democrático de Direito.

66. Assim, o reclamante confia em que essa c. Suprema Corte deferirá o pedido de revogação da decisão objeto desta reclamação, a fim de determinar a revogação da audiência de interrogatório do reclamante, em respeito à Súmula Vinculante nº 14 e ao precedente vinculante firmado na ADPF 378-MC/DF. Nessa linha, pelas razões demonstradas no tópico “A” acima, o reclamante postula que a nova audiência seja designada, agora sim para uma data posterior ao fim da instrução probatória do processo de impeachment no qual é denunciado, que deve ser depois de o e. Min. Benedito Gonçalves (ou outro eventual/futuro relator) apreciar a denúncia da Ação Penal nº 976/DF a qual possui como principal lastro probatório a delação premiada do Sr. Edmar Santos (também protagonista do processo de impeachment).

TUTELA DE URGÊNCIA IMPOSITIVA

67. Essa c. Suprema Corte, ao receber a petição inicial da reclamação, pode determinar a suspensão/reforma da eficácia da decisão judicial reclamada, desde que demonstrados, cumulativamente, *fumus boni iuris* e *periculum in mora*, nos termos do art. 989, III, do CPC15, e art. 158 do RI STF. E essa é a hipótese, no caso, a justificar a concessão desse provimento de urgência.

68. O *fumus boni iuris* decorre da manifesta inobservância, pelo reclamado, da Súmula Vinculante nº 14 e da delimitação já feita pelo STF ao julgar a ADPF 378-MC/DF. E esse desrespeito é evidente na medida em que constou do próprio Rito definido pelo e. Tribunal Especial Misto do Estado do Rio de Janeiro que o interrogatório do reclamante deve ser o último ato de instrução probatória. Mas, como visto, até o momento, há vários documentos a serem juntados aos autos do processo, bem como várias testemunhas a serem ouvidas exatamente no mesmo dia em que também foi designado o interrogatório do reclamante. E isso sem contar que somente depois da juntada dos documentos



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

é que será possível ouvir o protagonista do processo de impeachment: o delator (Sr. Edmar Santos).

69. O periculum in mora, por sua vez, também se faz presente. Afinal, a audiência para interrogar o reclamante foi designada para o dia 28.12.2020, segunda-feira. Mas, como demonstrado, até mesmo pelas regras de experiência (CPC, art. 375), resta evidente que o reclamante jamais poderá ser interrogado nessa data, nem muito menos antes de a denúncia da Ação Penal 976/DF ser apreciada.

Afinal, como explicado, é essencial para a instrução probatória do processo de impeachment não só que a íntegra da delação premiada do Sr. Edmar Santos seja apresentada como talvez mais importante que o reclamante tenha o direito de ouvi-lo sem qualquer restrição.

70. Não há, por outro lado, nenhum perigo de dano inverso. Muito pelo contrário: não se justifica esse atropelo e sofreguidão na realização do interrogatório o reclamante; o processo de impeachment segue regularmente o rito fixado pelo próprio e. Tribunal Especial Misto, sem delongas e atrasos. Nada justifica essa correria. E tudo isso sem contar que, como igualmente explicado, o reclamante, atualmente, ainda se encontra afastado também pelo próprio e. Tribunal Especial Misto, ao menos até maio/2021, razão pela qual se alguém deveria estar com pressa para retornar às atividades ordinárias esse alguém é o reclamante.

71. Assim, o reclamante requer a concessão de tutela de urgência, inaudita altera parte, a fim de que seja suspensa a decisão judicial objeto desta reclamação, para que a audiência de interrogatório do denunciado seja designada, apenas, em data posterior (sugestivamente, não inferior a 5 dias) à completa instrução probatória do processo de impeachment (quando o reclamante tiver acesso à íntegra da delação do Sr. Edmar Santos, quando o reclamante exercer o direito de ouvir o delator de forma ampla e irrestrita, e numa data que mais nenhum ato processual será exercido senão o interrogatório do reclamante).

CONCLUSÃO

72. Diante do exposto, após esta reclamação ser autuada e distribuída (CPC/15, art. 988, §3º), o reclamante confia em que V. Exa. concederá, inaudita altera pars, a medida liminar postulada no parágrafo anterior, na forma do art. 989, II, do CPC e do art. 158 do RISTF, com a conseqüente comunicação ao reclamado.

73. Após a concessão da medida liminar postulada acima, o reclamante requer sejam requisitadas as informações ao reclamado, nos termos do disposto no art. 989, I do CPC/15.

74. Requer, ainda, seja intimada a Procuradoria-Geral da República para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, conforme disposto no art. 991 do CPC/15 e no art. 160 da RISTF.

75. No mérito, nos termos do art. 992 do CPC/15, e art. 161, III, do RI STF, o reclamante confia em que será julgada procedente a reclamação, para cassar a decisão proferida pelo reclamado, o bojo do Processo de Impeachment nº 2020-0667131, em curso perante o e. Tribunal Especial Misto do Estado do Rio de Janeiro, para, com isso, respeitar a Súmula Vinculante nº 14 e restabelecer a autoridade da decisão proferida por esta c. Suprema Corte que julgou a ADPF 378-MC/DF, a fim de que seja revogada a audiência na qual o reclamante seria interrogado,



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

prematuramente designada para o dia 28.12.2020, segunda-feira, na medida em que o interrogatório de denunciado em processo de impeachment deve ser o último ato de instrução probatória (no caso, a data deve ser também depois de o Ministro relator da Ação Penal nº 976/DF apreciar a denúncia apresentada pela Procuradoria da República, para somente depois o reclamante ter amplo acesso à delação premiada e, conseqüentemente, poder ouvir livremente o delator, que também é o protagonista do processo de impeachment, e na condição de delator ele ainda não se sujeita à autoincriminação porque por lei é obrigado a responder e a responder a verdade – não pode ficar em silêncio – é obrigado a falar e a falar a verdade, sob pena de perder o acordo feito com o MPF).

76. Pelo princípio da eventualidade, caso não se entenda que a íntegra da delação premiada do Sr. Edmar Santos deva constar dos autos do processo de impeachment, bem como que o Sr. Edmar Santos não deva ser ouvido como testemunha do reclamante sem qualquer restrição, então o reclamante postula, pelos mesmos motivos sumariados no parágrafo anterior e notadamente em respeito ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório (CF, art. 5º, LIV e LV), que a decisão do reclamado seja revogada, para que o reclamante seja interrogado em audiência a ser designada somente depois de a instrução probatória do processo de impeachment estar finalizada, sendo certo que todo e qualquer fato relacionado à referida delação premiada não poderá ser levado em consideração pelos membros do e. Tribunal Especial Misto quando forem julgar definitivamente o reclamante. (...)

Diante dos pedidos da Defesa, no bojo da Reclamação Constitucional nº 45.366/DF, foi proferida, pelo Excelentíssimo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Senhor Alexandre de Moraes, a seguinte decisão:

(...)

Trata-se de reclamação, com pedido de medida liminar, ajuizada por WILSON JOSÉ WITSEL contra ato do PRESIDENTE DO TRIBUNAL ESPECIAL MISTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, alegando afronta ao teor da Súmula Vinculante 14 do Supremo Tribunal Federal, e à autoridade da decisão na ADPF 378-MC (Rel. Min. ROBERTO BARROSO), que designou o dia 28.12.2020 para a realização de audiência com interrogatório do Reclamante.

Afirma o Reclamante ofensa ao decidido na ADPF 378-MC, pois teria ocorrido desrespeito à determinação para que o interrogatório, em processo de impedimento, seja o último ato da instrução probatória.

Argumenta que o conteúdo da delação em processo criminal de Edmar Santos, figura central nas acusações no processo de impedimento, precisa ser previamente conhecida antes do interrogatório do Reclamante, estando aquela ainda em sigilo, afirmando que:

“Mais do que isso, o e. Min. Benedito Gonçalves, relator do processo criminal, o proibiu de prestar testemunho no processo



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

de *impeachment*, sobre os fatos da delação prestada, enquanto a denúncia criminal do MPF não for apreciada.”

E que,

“4. Por esses motivos, o Sr. Edmar Santos, ao ser ouvido em audiência no processo de *impeachment*, invocou o direito de permanecer em silêncio. Só que é direito intangível do reclamante ouvi-lo, perante o e. Tribunal Especial Misto, de forma ampla e irrestrita, para que toda verdade seja debulhada. A verdade real. O decano do referido tribunal, o Des. José Carlos Maldonado, v.g., reiteradas vezes, já afirmou que a missão dos julgadores é a de buscar essa verdade.

5. Se o Sr. Edmar Santos é uma peça chave e se o reclamante por enquanto não pode ouvi-lo de forma minimamente satisfatória – há expectativa de que o STJ pautar para fevereiro/2021 a análise da denúncia criminal –, então o processo de *impeachment* ainda não está devidamente instruído. Se não está instruído, mantida a decisão reclamada, o reclamante será prematuramente interrogado – em plena escuridão probatória. Com isso, não será exercida, de forma adequada, conforme decidido na ADPF 378-MC/DF, a “autodefesa que densifica as garantias do contraditório e da ampla defesa.” (doc. 1, fl. 2)

Pelos mesmos fundamentos, segundo o reclamante haveria ofensa à Súmula Vinculante 14 do Supremo Tribunal Federal, eis que:

“não constam dos autos a íntegra da delação premiada do Sr. Edmar Santos, seja porque não dará ao reclamante o direito de ouvi-lo sem restrições, seja porque o reclamado ainda imputou ao reclamante o ônus manifestamente desproporcional de ser interrogado na sequência imediata após várias testemunhas serem ouvidas. Um completo atropelo processual.” (doc. 1, fl. 3)

Busca, com a Reclamação, que se reconheça a ofensa aos precedentes citados, determinando-se a designação de nova audiência para o interrogatório do Reclamante, “depois de o e. Min. Benedito Gonçalves (ou outro eventual/futuro relator) apreciar a denúncia da Ação Penal nº 976/DF a qual possui como principal lastro probatório a delação premiada do Sr. Edmar Santos (também protagonista do processo de *impeachment*). (doc. 1, fl. 20)

Requer, ao final, a cassação da decisão proferida pelo Reclamado, nos seguintes termos:

“no bojo do Processo de *Impeachment* nº 2020-0667131, em curso perante o e. Tribunal Especial Misto do Estado do Rio de Janeiro, para, com isso, respeitar a Súmula Vinculante nº 14 e restabelecer a autoridade da decisão proferida por esta c. Suprema Corte que julgou a ADPF 378-MC/DF, a fim de que seja revogada a audiência na qual o reclamante seria interrogado, prematuramente designada para o dia 28.12.2020, segunda-feira, na medida em que o interrogatório do denunciado em processo de *impeachment* deve ser o último ato de instrução probatória (no caso, a data deve ser também depois de o Ministro relator da Ação Penal nº 976/DF apreciar a denúncia apresentada pela Procuradoria da República, para somente depois o reclamante ter amplo acesso à delação premiada e, conseqüentemente, poder ouvir livremente o delator, que também é protagonista do processo de *impeachment*, e na condição de delator ele ainda não se sujeita à autoincriminação



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

porque por lei é obrigado a responder e a responder a verdade – não pode ficar em silêncio – é obrigado a falar e a falar a verdade, sob pena de perder o acordo feito com o MPF.” (doc. 1, fl. 22)

Subsidiariamente, caso não se entenda pela necessidade de oitiva de Edmar Santos como testemunha e o ingresso aos autos do inteiro teor da delação feita nos autos da Ação Penal 976/DF, requer que “todo e qualquer fato relacionado à referida delação premiada não poderá ser levado em consideração pelos membros do e. Tribunal Especial Misto quando foram julgar definitivamente o reclamante.” (doc. 1, fl. 23)

Pretende a concessão de liminar, afirmando a existência de *fumus boni iuris* e *periculum in mora*, além da ausência de risco inverso, já que a postergação do interrogatório até a conclusão da instrução não traria riscos ao procedimento, considerando seu afastamento do cargo público ao menos até maio de 2021, pelo Tribunal Especial Misto.

O ato reclamado, emitido pelo Presidente do Tribunal Especial Misto, tem o seguinte teor (doc. 42):

“Não assiste razão à defesa em suas alegações e requerimentos. Primeiramente, cabe trazer à baila que o rito procedimental foi submetido ao Tribunal Especial Misto, e, aprovado, não foi sequer impugnado pela defesa.

Foi decisão expressa do Tribunal Especial Misto que os prazos e atividades não seriam suspensos durante o recesso forense. Inobstante, urge salientar que o chamado “recesso forense” é a suspensão de prazos processuais exclusivamente determinada por força de regra de organização judiciária.

Por exemplo, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tal suspensão se dá por força do § 1º do art. 66 da LODJ. Tal não ocorre com o Tribunal Especial Misto, não lhe sendo oponível eventuais suspensões por recesso de outros tribunais, dado que o TEM é unidade jurisdicional, ainda que temporária, autônoma. Não se alegue ainda que seria oponíveis as chamadas “férias dos advogados” instituídas pelo art. 220 do CPC.

Tal suspensão não se aplica ao processo penal.

Sobre tal controvérsia debulhou-se a Exm^a Ministra Carmen Lúcia, no bojo da reclamação 6866-92.2016.2.00.0200, veja-se: “...A suspensão dos prazos processuais entre o dia 20 de dezembro e 20 de janeiro, prevista no artigo 220 do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), não se aplica aos processos criminais. O entendimento é da ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça.

“O processo penal tem princípios, regras e conteúdos distintos do processo civil, razão pela qual não é possível aplicar indistintamente as normas do segundo sobre o primeiro, sob pena de subverter a lógica processual com base na qual foi construído o processo penal”, registrou a ministra, ao negar liminar requerida pela Ordem dos Advogados do Brasil de Pernambuco, que pretendia estender o recesso forense previsto no novo CPC para os processos criminais.

Regras do processo civil só podem ser aplicadas ao processo penal em caso de ausência de norma específica, diz Carmen. Inicialmente, a OAB-PE fez a requisição ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que negou o pedido. Inconformada, a



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

OAB-PE recorreu ao CNJ que também não acatou os argumentos apresentados. “Além de haver norma específica sobre o tema, a não realização de sessões de julgamento, de audiências e a suspensão dos prazos processuais de 7 a 20 de janeiro representa restrição às garantias do réu, notadamente à duração razoável do processo (artigo 5º, Inciso LXIII, da Constituição da República)”, afirmou a ministra Cármen Lúcia.

A ministra explicou ainda que as normas do processo civil podem ser aplicadas supletivamente ao processo penal em caso de ausência de norma específica, o que não é o caso analisado, devido a previsão do artigo 798 do Código de Processo Penal. Este dispositivo do CPP estabelece a continuidade de todos os prazos processuais, inclusive no período de férias, pela natureza jurídica do bem tutelado pelo Direito Penal, como o direito de ir e vir. O CPC, por sua vez, não reproduz esse entendimento legislativo. (Conjur)”

Não se perca de linha que é paradigma à solução de eventuais omissões do rito a regra inculpada pelo CPP, o que não seria o caso face a decisão expressa em sessão.

Nesse particular determinam os arts. 797 e 798 do CPP: “...Art. 797. Excetuadas as sessões de julgamento, que não serão marcadas para domingo ou dia feriado, os demais atos do processo poderão ser praticados em período de férias, em domingos e dias feriados. Todavia, os julgamentos iniciados em dia útil não se interromperão pela superveniência de feriado ou domingo.

Art. 798. Todos os prazos correrão em cartório e serão contínuos e peremptórios, não se interrompendo por férias, domingo ou dia feriado...

Por fim, a própria lei 1079/50 determina, no art. 82, que o processo e julgamento dos crimes definidos naquela lei deve ser ultimado em 120 dias. Tal determinação legal inculca obviamente que os prazos e atividades não podem ser suspensos por fictício recesso forense ou férias de advogados. Intime-se a testemunha nos endereços indicados pela defesa, e, requisitem-se as demais testemunhas junto aos seus comandos militares, uma vez que não oferecidos endereços para intimações.

Uma vez infrutífera a intimação para comparecimento pessoal intime-se por mensagem eletrônica para participação telepresencial. Ao contrário do que alega, há certidão de que todos os documentos enviados pelo STJ lhe foram disponibilizados, ainda que em dois momentos.

Tendo sido designada sessão de instrução para o dia 28/12/2020 é forçoso reconhecer que haverá prazo mais que suficiente para análise dos documentos efetivamente enviados pelo STJ.

Os documentos sobre os quais houve erro de download por força do tamanho dos arquivos serão desconsiderados como prova.

Finalmente, ante a alegação da defesa sobre a ausência do acusado à sessão de interrogatório já designada, cabe ser alertada sobre a aplicabilidade do disposto no art. 397 do CPP ao caso.

Isto posto, mantenho a data de sessão anteriormente designada.”

Os autos foram distribuídos por prevenção à Rcl 42.358, nos termos do art. 69, *caput* do RISTF.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

A medida liminar foi deferida em 26/12/2020.

As informações foram prestadas pela autoridade reclamada.

O Procurador-Geral da República manifestou-se pela procedência parcial da reclamação *para que o interrogatório do acusado ocorra apenas depois de (a) conferido integral acesso à Defesa aos elementos de prova já documentados nos autos; e (b) de realizada a oitiva de Edmar Santos sem restrição, ainda que antes do recebimento da denúncia na AP 976/STJ, desde que o sigilo das suas declarações sobre o conteúdo do acordo seja resguardado pelo Tribunal Especial Misto* (doc. 66).

É o relatório do essencial. Decido.

A respeito do cabimento da reclamação para o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, dispõe o art. 102, I, I e o art. 103-A, *caput* e § 3º, ambos da Constituição Federal:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

(...)

I) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

(...)

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem aplicação da súmula, conforme o caso.

Veja-se também o art. 988, I, II e III do Código de Processo Civil:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

- preservar a competência do tribunal;
- garantir a autoridade das decisões do tribunal;
- garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

Sobre a questão em debate, na apreciação da medida liminar, assentei que:

Na presente hipótese, o Reclamante invoca como parâmetros principais de controle o teor da Súmula Vinculante 14, além da decisão proferida nos autos da ADPF 378-MC/DF.

A Súmula Vinculante 14 assim estabelece:

“É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.”



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

A decisão na ADPF 378-MC/DF, no que interessa ao caso em questão, tem o seguinte teor:

“6. O INTERROGATÓRIO DEVE SER O ATO FINAL DA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA (ITEM F DO PEDIDO CAUTELAR): O interrogatório do acusado, instrumento de autodefesa que densifica as garantias do contraditório e da ampla defesa, deve ser o último ato de instrução do processo de *impeachment*. Aplicação analógica da interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal ao rito das ações penais originárias. Precedente: AP 528-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Plenário. Procedência do pedido.”

Dois são os pontos principais a serem decididos na presente reclamação.

O **primeiro**, se a realização do interrogatório do reclamante, antes de ter acesso à integralidade dos documentos remetidos pelo Superior Tribunal de Justiça, a pedido do Tribunal Especial Misto, após deferimento de pedido da defesa, consistiu ofensa à prerrogativa reconhecida à defesa pela Súmula Vinculante 14, bem como, ao mesmo tempo, ao direito de interrogatório como ato de defesa após o encerramento e conhecimento de todas as provas de interesse na solução da questão.

O **segundo**, se a realização de interrogatório do Reclamado antes da possibilidade de oitiva integral da testemunha de defesa Edmar Santos, que depôs com reservas ao Tribunal Especial Misto ante a condição de delator sob sigilo em inquérito policial sobre os mesmos fatos, consistiria ofensa ao que decidido na ADPF 378-MC/DF, eis que ainda não encerrada a instrução.

I) DESRESPEITO À SÚMULA VINCULANTE 14:

Assiste razão ao reclamante quanto ao primeiro argumento trazido aos autos, uma vez que, há necessidade da defesa ter integral acesso a todas as provas compartilhadas, inclusive os termos de colaboração premiada, sob pena de desrespeito ao princípio do *devido processo legal* e seus corolários: *ampla defesa* e *contraditório*.

A Constituição Federal de 1988 incorporou o *princípio do devido processo legal*, que remonta à *Magna Charta Libertatum* de 1215, de vital importância no direito anglo-saxão. Igualmente, o art. XI, nº 1, da Declaração Universal dos Direitos do Homem, garante que

“todo homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa”.

O *devido processo legal* configura dupla proteção ao indivíduo, atuando tanto no âmbito material de proteção ao direito de liberdade, quanto no âmbito formal, ao assegurar-lhe paridade total de condições com o Estado-persecutor e plenitude de defesa; tendo como corolários a *ampla defesa* e o *contraditório*, que deverão ser assegurados aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, conforme o texto constitucional expresso (art. 5º, LV).

Por *ampla defesa* entende-se o asseguramento que é dado ao réu de condições que lhe possibilitem trazer para o processo todos os elementos tendentes a esclarecer a verdade ou mesmo de omitir-se ou calar-se, se entender necessário, enquanto o



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

contraditório é a própria exteriorização da ampla defesa, impondo a condução dialética do processo (*par conditio*), pois a todo ato produzido pela acusação caberá igual direito da defesa de opor-se-lhe ou de dar-lhe a versão que melhor lhe apresente, ou, ainda, de fornecer uma interpretação jurídica diversa daquela feita pelo autor.

Em defesa da efetividade do princípio constitucional da ampla defesa, portanto, o Supremo Tribunal Federal editou a já citada Súmula Vinculante 14, que, porém, deixou de ser fielmente observada no procedimento de *impeachment* versado nos autos. Importante ressaltar, inclusive, por adequar-se à presente hipótese, que, em relação aos “Termos de colaboração premiada”, entendeu o Supremo Tribunal Federal que a SV 14: “assegura ao defensor legalmente constituído o direito de acesso às provas já produzidas e formalmente incorporadas ao procedimento investigatório, excluídas, conseqüentemente, as informações e providências investigatórias ainda em curso de execução e, por isso, não documentadas no próprio inquérito ou processo judicial”

(2ª TURMA – Rcl 22.009 AgR/PR, Rel. Min. Teori Zavascki, 16-2-2016.).

O Tribunal Especial Misto do Rio de Janeiro desrespeitou o Enunciado da Súmula Vinculante 14.

Em relação à prova documental, o Tribunal Especial Misto requereu ao Min. Benedito Gonçalves, relator do Inq 1.338/DF, documentos e cópias relacionados à apuração criminal decorrente da “Operação Placebo”, dentre eles, os Termos de Colaboração Premiada de Edmar Santos e o teor de seus depoimentos naqueles autos (doc. 37, fls. 48/49).

O Min. Benedito Gonçalves informou o compartilhamento da íntegra dos autos da Ação Penal 976/DF, da Medida Cautelar Inominada Criminal 35/DF, do Inquérito 1338/DF e dos anexos da colaboração referentes ao Governador (anexos 3, 4, 9, 10, 11, 14, 18, 28, 29, 30 e 31). (doc. 38, fl. 21)

Na sessão de 17.12.2020, houve intimação da defesa para ter acesso aos documentos encaminhados pelo Superior Tribunal de Justiça (doc. 38, fl. 50).

mediatamente, a defesa do Reclamante peticionou nos autos, afirmando que os documentos providos do STJ juntados aos autos em 16.12 e 17.12.2020, não foram acessados na íntegra, eis que parte dos documentos estava corrompida ou com links de acesso expirados e, mesmo após solução parcial por parte do Tribunal Especial Misto e do STJ, foi-lhe informada que “o êxito que obtivemos foi de quase 100% e, na pequena parte que ficou pendente, as mesmas prosseguem junto ao Tribunal Superior”.

Requereu, por isto, a redesignação do interrogatório com prazo de ao menos 5 dias para análise dos documentos em sua integralidade (doc. 41, fls. 20/21).

Como resposta, decidiu o Tribunal Especial Misto que os documentos não acessados por erro de *download* serão desconsiderados como prova (doc. 41, fl. 46). Ou seja, a instrução processual, no aspecto documental, se encerrou de maneira imprópria, pois a prova existe e, por uma falha em proceder acesso à defesa a seu conteúdo, será desconsiderada.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

A circunstância, por certo, caracteriza uma ofensa à ampla defesa, pois a prova a ser descartada, poderia ser favorável ao acusado, tanto que requerida e deferida sua produção. Desconsiderar uma prova que chegou a ser tecnicamente juntada aos autos, eis que remetidos os links de acesso a seu conteúdo pelo STJ, porque a defesa não consegue acessá-la por problemas técnicos é desconsiderar que a prova, uma vez nos autos, passa a ter eficácia para qualquer uma das partes, especialmente a defesa.

Não se mostra de acordo com a ampla defesa permitir-se a simples desconsideração de uma prova requerida pela defesa, juntada aos autos mas sem acesso concreto por falha técnica de informática, com potencial prejuízo à defesa.

Há, portanto, patente ferimento à Súmula Vinculante 14, com potencialidade de graves prejuízos ao exercício da ampla defesa e contraditório e, conseqüentemente, com desrespeito ao devido processo legal, consagrado constitucionalmente como garantia de todos os acusados.

II) DESRESPEITO À AUTORIDADE DA DECISÃO NA ADPF 378-MC:

O segundo fundamento da reclamação é a ofensa ao entendimento fixado no julgamento da ADPF 378-MC/DF, eis que determinado o interrogatório do Reclamante ao final da oitiva das testemunhas a ser realizada no dia 28.12.2020, sob a alegação que a circunstância caracterizaria interrogatório antes da conclusão da instrução processual, ou em outras palavras, ocorreria a realização de um ato processual de defesa em momento procedimental inadequado, em *desrespeito ao devido processo legal*.

Igualmente, assiste razão ao reclamante.

A amplitude do interrogatório como meio de defesa engloba não só o “*direito ao silêncio*”, mas também o “*direito de falar no momento adequado*”, sob a ótica da possibilidade do acusado manifestar-se após o término da produção probatória e de integral juntada de todas as provas com potencial lesivo à sua defesa.

A participação do réu em seu processo, inclusive nas hipóteses de *impeachment*, não é apenas um meio de assegurar que os fatos relevantes sejam trazidos à tona e os argumentos pertinentes considerados. Mais do que isso, o direito do acusado em manifestar-se livremente e em ser ouvido no momento processual adequado é intrínseco à natureza do julgamento, cujo principal propósito é justificar o veredicto final para o próprio acusado, como resultado legal justamente obtido, concedendo-lhe o respeito e a consideração que qualquer cidadão merece (T.R.S. ALLAN. *Constitutional Justice*. Oxford: University Press, 2006, p. 12 ss).

A previsão de interrogatório do acusado em procedimentos sancionatórios em momento processual adequado tornou-se tema obrigatório a ser respeitado em relação ao direito constitucional à ampla defesa, sendo direcionado no intuito de preservar o caráter voluntário de suas manifestações e a regularidade de seu julgamento, com um *diálogo equitativo entre o indivíduo e o Estado*, como bem salientado pelo citado professor da Universidade de Cambridge.

Esse *diálogo equitativo entre o indivíduo e o Estado* pressupõe absoluto respeito à dignidade da pessoa, a possibilidade de



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

acesso à defesa técnica de todas as provas produzidas contra o acusado e a participação do advogado em seu interrogatório, que deverá ser realizado em momento adequado e após toda a produção probatória, com prévia e integral ciência pela defesa do material produzido.

Observe-se, portanto, que a fixação do interrogatório do agente público sujeito ao processo de *impeachment* em momento posterior ao encerramento da instrução deve ser lido a partir de uma perspectiva material e não puramente formal.

A fixação temporal do interrogatório ao final da instrução, como forma de materializar sua eficácia como instrumento de defesa, exige que todas as provas, não só as testemunhais, tenham sido previamente produzidas e com acesso razoável à defesa, à fim de permitir que a fala do acusado se ampare no pleno conhecimento dos fundamentos de fato da acusação e, também, dos elementos de defesa produzido nos autos em seu favor.

A fala do acusado é, assim, qualificada pela necessidade de amplo acesso e conhecimento sobre todas as provas produzidas na instrução processual, sob pena de desvalidar-se o ato como último exercício em concreto da autodefesa pela carência dos elementos de convicção existentes nos autos.

Havendo provas deferidas por legítimas e pendentes de produção não se pode falar em interrogatório antes da conclusão da instrução processual, eis que elementos de convicção podem surgir que se mostrem aptos a alterar a própria dinâmica da autodefesa do acusado. O mesmo se diga quanto a provas externas aos autos cuja produção já se tenha deferido, restando apenas sua juntada e ciência pelas partes, eis que a relevância reconhecida no deferimento da prova exige que se considerem os argumentos havidos pela defesa a partir de sua existência e conhecimento.

O atropelo na designação de interrogatório do acusado, quando existem provas deferidas e não produzidas de forma válida ou, ainda, existentes pois externas e ainda não conhecidas em seu teor pela defesa, caracteriza ofensa ao conteúdo material da fixação do direito ao interrogatório, no processo de *impeachment*, como ato posterior ao encerramento da instrução processual, conforme o entendimento fixado no julgamento da ADPF 378-MC/DF.

No caso concreto, observa-se que em sua defesa (doc. 31, fls. 17/77), apresentou o Reclamante requerimento expresso para a oitiva de Edmar Santos na condição de testemunha de defesa, afirmando que

“a testemunha poderá prestar esclarecimentos sobre eventual existência de fraude na contratação do IABAS e se houve participação do Governador no processo de contratação da empresa” (doc. 31, fl. 74) e que “poderá confirmar os resultados da auditoria realizada pelo Governador na Secretaria de Estado de Saúde, bem como o estado calamitoso da pasta no início da gestão do Governador. Da mesma forma, poderá confirmar o teor dos processos administrativos abertos por conta de supostas irregularidades na UNIR, bem como o resultado deles”. (doc. 31, fl. 76)

Requeru, no mesmo ato, prova documental suplementar, que se concretizou pelo pedido de documentos produzidos na Ação Penal 976/DF e Inquérito 1.338/DF, em trâmite pelo Superior Tribunal de Justiça, com relatoria do Min. Benedito Gonçalves.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

O Tribunal Especial Misto, ao apreciar o pedido de provas apresentado pelo Reclamante, deferiu, por unanimidade, a produção de prova testemunhal e de provas documentais suplementares, designando o dia 17.12.2020 para a oitiva das testemunhas. (doc. 32, fls. 51/59) No que diz respeito à produção de prova complementar, assim decidiu o Tribunal Especial Misto: “3. **Defiro** a produção de provas documentais suplementares, nos termos requeridos pela Acusação, a saber: a) inteiro teor dos depoimentos decorrentes dos acordos de colaboração premiada celebrados pelos Senhores Edmar Santos e Edson Torres com o Ministério Público Federal; b) solicitação de compartilhamento das provas do Inquérito nº 1338/DF, que tramita no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, sob a relatoria do eminente Ministro Benedito Gonçalves.” (doc. 32, fl. 58)

Conforme anteriormente ressaltado, em relação à prova documental, o Tribunal Especial Misto requereu, e foi deferido pelo Min. Benedito Gonçalves, relator do Inq 1.338/DF, documentos e cópias relacionados à apuração criminal decorrente da “Operação Placebo”, dentre eles, os Termos de Colaboração Premiada de Edmar Santos e o teor de seus depoimentos naqueles autos (doc. 37, fls. 48/49).

Diante desse contexto, é irregular o encerramento da instrução apto a permitir o interrogatório do acusado, uma vez que houve a oitiva apenas parcial da testemunha Edmar José Alves dos Santos, após o deferimento de sua oitiva pelo Reclamado.

A testemunha Edmar José Alves dos Santos, ex-Secretário da Saúde do Estado do Rio de Janeiro, intimada a comparecer perante o Tribunal Especial Misto em audiência de instrução designada para o dia 17.12.2020, levou a questão ao Min. Sebastião Gonçalves, relator do Inquérito 1.338, que assim decidiu (doc. 37, fls. 95/96):

“**EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS** informa que foi intimado para comparecer à sessão de 17/12/2020, às 9h, do Tribunal Especial Misto, referente ao processo de impeachment, a fim de ser ouvido como testemunha arrolada pela defesa de WILSON JOSÉ WITZEL. A partir disso, pede que este Ministro-Relator officie com urgência ao Tribunal Especial Misto, na pessoa de seu Presidente, para que seja determinada a suspensão do comparecimento do requerente ao ato.

As instâncias jurisdicional criminal (crimes comuns) e político-administrativa (crimes de responsabilidade) são independentes. Dessa forma, o requerimento para não comparecer à sessão deve ser deduzido ao Tribunal Especial Misto, por meio de seu Desembargador- Presidente, sendo incabível ao STJ imiscuir-se no processamento de infração político-administrativa.

O sigilo previsto no art. 7º, § 3º, da Lei n. 12.850/2013 (“O acordo de colaboração premiada e os depoimentos do colaborador serão mantidos em sigilo até o recebimento da denúncia ou da queixa-crime, sendo vedado ao magistrado decidir por sua publicidade em qualquer hipótese”) tem ao menos duas finalidades. Uma delas é investigativa, evitando que o acesso de terceiros às declarações do colaborador inviabilize as diligências investigativas baseadas nos meios de obtenção de prova indicados pelo colaborador, permitindo-se, com isso, tanto ao Ministério Público a busca de elementos de informação e/ou de prova para subsidiar medidas ou eventual ação penal, como ao colaborador o usufruto dos benefícios previstos no art. 4º da



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

referida Lei (perdão judicial, redução da pena privativa de liberdade em até 2/3, substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos), caso sejam obtidos, a partir de sua colaboração, um ou mais dos resultados previstos nos incisos I a V desse dispositivo. Outra finalidade do sigilo é de proteção aos direitos do colaborador, nos moldes do art. 5º dessa Lei, impedindo-se que a autoridade judiciária publicize os depoimentos antes do recebimento da denúncia ou da queixa-crime. Todavia, não se extrai do citado art. 5º, como quer fazer crer o colaborador, a impossibilidade de ser arrolado como testemunha em procedimento em curso noutra instância, na medida em que podem ser formuladas perguntas que não guardem relação com a colaboração premiada.

De qualquer forma, pelo princípio da cooperação, cumpre seja informado o Presidente do Tribunal Especial Misto de que o acordo de colaboração premiada e os depoimentos prestados pelo colaborador EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS ainda se encontram sob total sigilo no Superior Tribunal de Justiça, nos termos art. 7º, § 3º, da Lei n. 12.850/2013, dado que não ainda houve exame das denúncias apresentadas pelo MPF/PGR ao STJ; bem como de que o referido colaborador, nos próprios termos ajustados com o MPF na cláusula 36ª, letra "i", deve resguardar o mais amplo sigilo, sob pena de rescisão de seu acordo de colaboração premiada.

Dessa forma, INDEFIRO o pedido; entretanto, à luz do princípio da cooperação, determino a expedição de OFÍCIO ao Excelentíssimo Desembargador-Presidente do Tribunal Especial Misto do Estado do Rio de Janeiro para informar que o acordo de colaboração premiada e os depoimentos prestados pelo colaborador EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS ainda se encontram sob total sigilo no Superior Tribunal de Justiça, nos termos art. 7º, § 3º, da Lei n. 12.850/2013, dado que não ainda houve exame das denúncias apresentadas pelo MPF/PGR ao STJ; **bem como que o referido colaborador, nos próprios termos ajustados com o MPF na cláusula 36ª, letra "i", deve resguardar o mais amplo sigilo, sob pena de rescisão de seu acordo de colaboração premiada.**" (grifei)

A decisão do Tribunal Especial Misto, ante tal situação, foi de reconhecer que:

"havendo sigilo, sob pena de quebra do acordo de colaboração, a testemunha em espeque não pode se manifestar em testemunho. Entretanto, isso não quer dizer que sobre outros fatos esta não seja obrigada a tal, o que, demanda e presença da mesma." (doc. 37, fl. 116).

Na sessão promovida em 17.12.2020, foram ouvidas diversas testemunhas, dentre elas Edmar José Alves dos Santos, assim constando a ata de sua oitiva (doc. 38, fls. 47/48):

"Pela defesa, foi dito que aguardará o recebimento da denúncia e declinou de fazer perguntas. Pela acusação e pelos membros do E. Tribunal Especial Misto, foi perguntado e respondido: termo em mídia digital, entregue ao depoente mediante assinatura e recibo. Quando da assinatura do Termo da Oitiva de testemunha a Dra. Ana Tereza Basílio fez a seguinte ressalva: *'Na verdade, a defesa afirmou que está impossibilitada de perguntar à testemunha sobre sua delação premiada, que originou todos os fatos arguidos pela acusação, e protesta pela oitiva da testemunha após o recebimento da denúncia pelo STJ,*



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

ocasião em que será pública e o depoente poderá sobre ela falar.”

Percebe-se, ante o teor da manifestação do eminente Min. Benedito Gonçalves e do teor do termo de audiência, que a testemunha arrolada não respondeu às questões de interesse da defesa, em respeito ao sigilo que deve manter quanto a fatos que digam respeito à delação realizada, antes que haja o recebimento da denúncia da ação penal em que se produziu.

Desde o momento da oitiva da testemunha em questão ficou claro que sua oitiva, pelo impedimento legal incidente, ao menos até o recebimento da denúncia da ação penal sobre fatos parcialmente idênticos, não seria realizada na profundidade necessária para o exercício da ampla defesa.

Diversas foram as manifestações no sentido de que a testemunha seria ouvida, mas não sobre os fatos objeto da delação que, por certo, guardam relação com os fatos em que se sustenta a denúncia oferecida no processo de *impeachment*. Ou seja, a testemunha que é corré em processo criminal juntamente com o Reclamante, baseado nos mesmos fatos, não foi ouvida sobre tudo o que sabe ou que poderia auxiliar no exercício do direito de defesa, por vedação legal que desaparecerá com o recebimento da denúncia na ação penal em que houve a delação.

Se se admitiu o testemunho de tal pessoa, não se pode limitar o conteúdo de sua manifestação, sob pena de grave ferimento ao exercício do direito de defesa, consagrado no art. 5º da Constituição Federal.

Encerrar-se a instrução e interrogar o acusado antes que se possa ouvir a testemunha sobre todos os fatos descritos nos autos e admitir o interrogatório antes que se realize a instrução em sua plenitude acarretará gravíssimo ferimento ao devido processo legal, consagrado constitucionalmente e secundado pelos princípios corolários da ampla defesa e contraditório.

Tal circunstância, claramente, ofende o direito ao interrogatório após o encerramento regular da instrução processual, com a produção de todas as provas deferidas nos autos pelo próprio julgador, quando reconhecidamente necessárias para o exercício da ampla defesa, desrespeitando a autoridade da decisão proferida por essa SUPREMA CORTE na ADPF 378-MC.

Diante de todo o exposto, nos termos do artigo 989, II do Código de Processo Civil e artigos 21, §1º e 161, *parágrafo único*, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, DEFIRO A MEDIDA CAUTELAR PARA SUSPENDER A REALIZAÇÃO DO INTERROGATÓRIO DE WILSON JOSÉ WITZEL nos autos do processo de *impeachment* 2020-066713, em sessão de instrução designada pelo Tribunal Especial Misto para o dia 28.12.2020 e DETERMINO que o interrogatório somente poderá ser realizado após a defesa ter acesso a todos os documentos remetidos pelo Superior Tribunal de Justiça, com prazo mínimo de 5 (cinco) dias entre o acesso integral e o ato processual, bem como após a complementação da oitiva da testemunha Edmar José Alves dos Santos, quando não mais incidirem as restrições decorrente da delação negociada nos autos da Ação Penal 976/DF (Inquérito 1338/DF), nos termos do art. 7º, § 3º da Lei 12.820/2013.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Com efeito, as circunstâncias que se apresentavam no momento da apreciação da medida liminar permanecem imutáveis, a sugerir, conseqüentemente, a confirmação do entendimento manifestado.

Nesse cenário, configura-se ofensa ao Enunciado Vinculante 14 a determinação da realização do interrogatório da parte reclamante, antes dela ter acesso à integralidade dos documentos remetidos pelo Superior Tribunal de Justiça, com prazo suficiente para a sua análise pela defesa técnica, permitindo-se o concreto exercício da ampla defesa.

Igualmente, afronta ao decidido na ADPF 378 (Min. Rel. ROBERTO BARROSO), ato do órgão jurisdicional impugnado, que não atendeu à determinação de que, no curso do procedimento de *impeachment*, a defesa do acusado tem a prerrogativa de se manifestar ao final da instrução probatória. A garantia material do exercício da ampla defesa exige o conhecimento, por parte do acusado, da integralidade das provas que possam vir a sustentar eventual decreto condenatório, bem como tese arguida pela defesa. Não se admite a realização de interrogatório judicial, ato de exercício concreto da ampla defesa dos acusados em geral, antes de encerrada toda a produção de provas que possam influenciar na formação da convicção dos julgadores, pena de vulneração do art. 5º, LV, da Constituição Federal.

A relação de antagonismo entre as versões da acusação e da defesa não deixa dúvidas sobre quem tem o “direito de falar por último”.

O direito de falar por último está contido no exercício pleno da ampla defesa englobando a possibilidade de refutar TODAS, absolutamente TODAS as informações, alegações, depoimentos, insinuações, provas e indícios em geral que possam, direta ou indiretamente, influenciar e fundamentar uma futura condenação.

E isso ocorre em todos os ordenamentos jurídicos democráticos, como se verifica em decisões da **Corte Suprema Alemã** (BGH 4 StR 240/97 - Urteil vom 28. August 1997 – LG Dortmund; BGH GSSt 1/04 - Beschluss vom 3. März 2005 – LG Lüneburg/LG Duisburg) e **na Itália**, ao estabelecer o desenvolvimento da discussão processual, no Capítulo V, do artigo 523 do Código Processual, estabelecendo no item 5, que “5. De qualquer forma, o acusado e o defensor devem ter, sob pena de nulidade, a última palavra, se o solicitarem”.

Na Espanha, igualmente, se consagrou que sempre haverá vulneração à ampla defesa e um prejuízo real e efetivo aos interesses do réu se não puder impugnar todos os argumentos apresentados, ou seja, se lhe for negado o direito à última palavra, com o conhecimento prévio e pleno de toda a atividade probatória realizada e de todos os argumentos apresentados e que possam ter influência em sua eventual condenação. Nas Sentenças 181/1994, 29/1995, 91/2000, 13/2006 e 258/2007, o Tribunal Constitucional da Espanha estabeleceu que o “direito à última palavra” no processo penal deve ser do acusado, que deve ter a oportunidade final de apresentar suas argumentações como garantia efetiva do princípio da ampla defesa.

Na América do Sul, a **Corte Constitucional Colombiana**, afirmou que compete a esse acusado o “último turno de intervenção argumentativa” (Corte Constitucional mediante



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Sentencia C-651 de 2011; Corte Constitucional mediante *Sentencia C-616* de 2014).

O devido processo legal, ampla defesa e contraditório exigem que o réu se manifeste após ter o pleno conhecimento de toda a atividade probatória realizada durante o processo, podendo contraditar todos os argumentos trazidos nos autos, inclusive aqueles trazidos pelo delator, como salientei no HC 166.373, no qual fiquei como redator para o Acórdão.

Não foi outro o entendimento da **Suprema Corte Americana**, no caso *Crawford vs. Washington (2003)*, em que a Corte decidiu que se toda e qualquer declaração de natureza testemunhal utilizada para comprovar a veracidade de fatos somente poderá ser admitida em juízo se o destinatário da imputação tiver a oportunidade de examinar o teor da declaração.

Esse é o mesmo entendimento do **Tribunal Europeu de Direitos Humanos**, em diversas decisões: *Asch vs. Áustria (1991)*; *Isgro vs. Itália (1991)*; *Kostovski vs. Países Baixos (1989)*, *Camilleri vs. Malta (2013)*, considerando que todo aquele que imputa um fato criminoso ao acusado deve ser considerado como “testemunha”, pouco importando o meio pelo qual o relato chegou ao conhecimento do julgador, somente podendo ser fundamento para a sentença condenatória se o acusado tiver oportunidade posterior, adequada e suficiente para contestar seu inteiro teor.

Dessa maneira, a defesa tem o direito de ter o “*último turno de intervenção argumentativa*”, com base nos princípios constitucionais do Devido Processo Legal e seus corolários, a Ampla Defesa e o Contraditório.

Diante do exposto, com base no art. 161, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, JULGO PROCEDENTE o pedido para cassar o ato impugnado, proferido pelo Tribunal Especial Misto nos autos do processo de *impeachment* 2020-066713, e DETERMINO que o interrogatório somente poderá ser realizado após a defesa ter acesso a todos os documentos remetidos pelo Superior Tribunal de Justiça, com prazo mínimo de 5 (cinco) dias entre o acesso integral e o ato processual, bem como após a complementação da oitiva da testemunha Edmar José Alves dos Santos, quando não mais incidirem as restrições decorrente da delação negociada nos autos da Ação Penal 976/DF (Inquérito 1338/DF), nos termos do art. 7º, § 3º da Lei 12.820/2013. (...)

Diante da r. decisão acima transcrita e de sua competente comunicação ao e. Tribunal Especial Misto, foi suspenso o interrogatório do Réu, até que a Defesa tivesse acesso integral aos documentos compartilhados pelo Superior Tribunal de Justiça e, assim, pudesse ser realizada a complementação da oitiva da testemunha Edmar José Alves dos Santos. Neste caso, quando não houvesse mais necessidade de aplicação das restrições decorrente da delação negociada nos autos da Ação Penal 976/DF (Inquérito 1338/DF), o que ocorreu no último dia 11 de fevereiro, com o recebimento da Denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal. Da mesma forma, a r. Decisão



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

do Ministro Alexandre de Moraes adiou o interrogatório do Réu, que ficou designada para a mesma ocasião da complementação da oitiva do Sr. Edmar Santos.

XXX – DA SEGUNDA SESSÃO DE OITIVA DE TESTEMUNHAS

Aberta a segunda sessão de oitiva das testemunhas, no dia 28 de dezembro de 2020, foram ouvidos: o senhor Luiz Octavio Martins Mendonça (Id.1571559), testemunha da Defesa; a senhora Mariana Tomasi Scardua (Id. 1571594), testemunha do Juízo; o senhor Roberto Robadey Costa Júnior (Id. 1571719), testemunha da Defesa; e o senhor Alex da Silva Bousquet (Id. 1571741), testemunha da Defesa.

Na oportunidade, não foi realizado o interrogatório do Réu, como previsto na primeira sessão de oitiva de testemunhas, em virtude de decisão prolatada pelo Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Reclamação Constitucional nº 45.366-RJ, conforme já relatado.

XXXI – DO REQUERIMENTO DO RELATOR PARA CONSULTA A BANCOS DE DADOS OFICIAIS A FIM DE LOCALIZAR A TESTEMUNHA EDSON TORRES

Diante do retorno negativo do mandado de intimação do senhor Edson da Silva Torres, foi requerido pelo Relator, conforme despacho (Id. 1592669), a busca dos endereços constantes nos bancos de dados oficiais, o que fez nos seguintes termos:

“Exmo. Sr. Presidente do Tribunal Especial Misto
Este Egrégio Tribunal diligenciou por diversos meios de busca, na tentativa de localizar o Sr. Edson da Silva Torres, testemunha arrolada por mim, na qualidade de relator. Porém, os resultados foram negativos, uma vez que em todos os endereços fornecidos para as diligências a testemunha não foi localizada.

Assim, com base no princípio da cooperação, insculpido no artigo 6º do Código de Processo Civil, requeiro, na condição de relator, auxílio deste elevado juízo para diligenciar junto ao Sistema de Informações ao Judiciário (INFOJUD), ao Sistema de Restrições Judiciais sobre Veículos Automotores (RENAJUD), ao Sistema de Informações Eleitorais (SIEL) e à Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública e Justiça (INFOSEG), com o fito de localizar o endereço da referida testemunha, que considero muito importante para a elucidação dos fatos examinados pelo Tribunal Especial Misto. (...)”



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Após conclusão ao Presidente do Tribunal Especial Misto, foi proferida, em 07 de janeiro de 2021, a seguinte decisão (Id. 1596070):

“Trata-se de requerimento do Exmº Sr Relator do processo de Impeachment no sentido de que fosse deferida busca nos sistemas INFOJUD, RENAJUD, SIEL e INFOSEG para apurar o endereço da testemunha Sr. Edson da Silva Torres.

A defesa do acusado oferece petição requerendo a expedição de guia para depósito à disposição do Tribunal Especial Misto de 1/3 do valor indevidamente depositado em sua conta.

Autos encaminhados para determinações.

É o recopilado relatório.

O pleito do Exmº Sr. Relator deve ser deferido eis que, a despeito do alegado princípio da cooperação, em processo penal, a despeito dos termos da lei 13964/19, o sistema acusatório implementado ainda não é puro, mas misto.

Nesse diapasão, há plena competência do julgador em complementar a atividade probatória, eis que não revogado o art. 156 do CPP pela lei acima citada.

Assim, cabe a diligência para encontrar a testemunha cuja oitiva é pretendida.

Para conferir maior efetividade à busca, e, por existir convênio para tais consultas entre os entes e o TJRJ, deve ser deferida busca aos sistemas LIGHT, NATURGY E CDL.

Tratando-se de afastamento de sigilo de dados tributário, deve ser mantida sigilosa a busca no sistema INFOJUD, devendo o endereço retornado na mesma ser inserido nos autos mediante certidão, e, após, destruído o arquivo gerado.

O requerimento da defesa, de igual sorte, deve ser deferido, entretanto não para depósito de 1/3 do valor indevidamente creditado, mas a integralidade deste, qual seja 1/3 dos vencimentos do Governador do Estado.

Isto posto, defiro a consulta aos sistemas INFOJUD, RENAJUD, SIEL, INFOSEG, LIGHT, NATURGY E CDL, autorizando o Sr. Juiz Auxiliar Dr. Marcello Rubioli a realizar as buscas nos sistemas.

Defiro o depósito à disposição do Tribunal Especial Misto do valor integral indevidamente depositado a favor do acusado, devendo ser oficiado à Secretaria de Estado da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro para que informe o valor a ser depositado com urgência.

Designo sessão para o dia 13/01/2021, às 11:00hs para oitiva das testemunhas faltantes e julgamento dos embargos declaratórios interpostos pela defesa do acusado.

Oficie-se à Eg. Presidência do Tribunal de Justiça do Piauí para aditamento da carta precatória expedida em função da data redesignada.

Intime-se a testemunha residente no Estado do Rio de Janeiro, por hora certa, caso necessário, e, sob pena de condução coercitiva. (...)

XXXII – DA TERCEIRA SESSÃO DE OITIVA DE TESTEMUNHAS



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Com a localização das testemunhas faltantes, quais sejam, os senhores Edson da Silva Torres e Valter Ferreira de Alencar Pires Rebelo (testemunha do Juízo), após realização da intimação (Ids. 1600131 e 1608547, respectivamente), no dia 13 de janeiro de 2021, foi realizada sessão do e. Tribunal Especial Misto para oitiva das referidas testemunhas: Edson da Silva Torres (Id. 1619687) e Valter Ferreira de Alencar Pires Rebelo (Id. 1619634).

XXXIII – DA REALIZAÇÃO DE NOVA SESSÃO PARA OITIVA DA TESTEMUNHA EDMAR SANTOS E PARA O INTERROGATÓRIO DO RÉU

Após o recebimento da denúncia em desfavor do Governador Wilson Witzel, nos autos da Ação Penal nº 976/DF, em 11 de fevereiro de 2021, no âmbito do STJ, em cumprimento às determinações do Excelentíssimo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Senhor Alexandre de Moraes, nos autos da Reclamação Constitucional nº 45.366/DF, foi proferido despacho (Id. 1935375) pelo novo Presidente do Tribunal Especial Misto, Exmo. Senhor Desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira, determinando a designação de sessão plenária para os dias 07 e 08 de abril do corrente ano, com vistas à realização da oitiva do senhor Edmar dos Santos e, posteriormente, do interrogatório do Réu.

Aberta a sessão designada para o dia 07 de abril, foi realizada a oitiva do senhor Edmar José Alves dos Santos (Ids. 1967300 e 1967322). Uma vez finalizada, após breve suspensão, deu-se início à oitiva do Réu, Governador afastado Wilson José Witzel, conforme mídia audiovisual (Ids. 1970566 e 1970594) constante nos autos do presente processo.

XXXIV – DAS ALEGAÇÕES FINAIS DA ACUSAÇÃO

Conforme intimação para apresentação das Alegações Finais, ocorrida ao término da sessão plenária do Tribunal Especial Misto do dia 07 de abril do corrente, a Acusação apresentou, no dia 08 de abril de 2021, sua peça acusatória final (Id. 1970624), nos seguintes termos:

“(…)

Inicialmente, é de se assinalar que o plenário do Tribunal Especial Misto do Estado do Rio de Janeiro - TEM/RJ, aprovou



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

por unanimidade, em 05 de novembro de 2020 a admissibilidade da denúncia oriunda da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ e o consequente afastamento do Governador do cargo e da residência oficial por seis meses, isto é, até 09/05/21.

1- A denúncia.

Em 27 de maio de 2020 perante Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ, o Deputado Luiz Paulo e a Deputada Lucinha denunciaram por Crime de Responsabilidade o Governador Wilson José Witzel (processos ALERJ 5.328/20 e 5.360/20, apensado ao primeiro), com pedido de impeachment, consoante a Lei 1079/50 e com fundamento no artigo 4º, inciso V, e no artigo 9º, item 7 e no art. 74.

Os principais fatos que sustentaram o pedido estão, também, contidos na decisão do Ministro Benedito Gonçalves do Superior Tribunal de Justiça – STJ, de 21 de maio de 2020, na concessão de liminar na Medida Cautelar de Busca e Apreensão Criminal requerida pelo Ministério Público Federal - MPF, fruto do inquérito Penal nº 1.138/20 que embasou a Operação Placebo. De tal operação derivaram outras que geraram 03 (três) denúncias da Procuradoria Geral da República - PGR ao Superior Tribunal de Justiça contra a Governador afastado Wilson José Witzel.

A primeira das denúncias criminais, por corrupção e lavagem de dinheiro, foi recebida em 11/02/2021 pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, passando o Governador a ser réu e com a determinação de afastamento do cargo por mais 1 (um) ano.

2- Das circunstâncias.

Consoante a Constituição Federal (Art. 84, XIII), o Presidente da República é o comandante supremo das Forças Armadas e pode, até, declarar guerra, nas condições do Art. 84, XIX.

Por analogia, o Governador do Estado é o comandante geral das ações do governo, que deveriam proteger a população fluminense, dando combate à invasão pandêmica do letal vírus COVID-19, com ações preventivas e de atendimento aos vitimados pelo vírus. Aliás, este é o mandamento do artigo 135 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro – CERJ:

“Artigo 135 – O Poder Executivo é exercido pelo Governador do Estado, auxiliado pelos Secretários de Estado.”

Quando o COVID-19 iniciava a sua propagação no Estado do Rio de Janeiro, o Governador editou o Decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020, estabelecendo Calamidade Pública na área da Saúde. A Calamidade foi reconhecida pela ALERJ, através da Lei nº 8.794/20, guardando semelhança com o rito previsto no inciso XIII c/com o inciso XIX, do art. 84 da CF, supracitado.

2.1- O Governador Wilson Witzel, em reuniões no Palácio Guanabara, em entrevistas jornalísticas, nas divulgações nas redes sociais e por decisões publicadas em Diário Oficial demonstrou que mantinha o comando de todas as ações na área da saúde. O Governador e o seu Secretário de Estado de Saúde, Edmar Santos, eram os tomadores de decisões para enfrentamento ao vírus, sendo que o Governador nomeou, em 17/02/2020, como Subsecretário Executivo da Secretaria da Saúde o Sr. Gabriell Neves e o Secretário Edmar Santos, por meio da Resolução SES nº 1191 de 28 de fevereiro de 2020, delegou competências amplas ao mesmo, criando-se uma estrutura hierárquica que viria a dar suporte aos contratos



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

fraudulentos e sucessivos atos de corrupção. Após tais atos ímprobos se tornarem públicos o Sr. Gabriell Neves foi exonerado em 20/04/2020 e preso em 07/05/2020.

2.2 – Tal comando hierárquico do Governador que foi oficial de Marinha (segundo-tenente) foi expresso nas oitivas do atual Secretário de Saúde Carlos Alberto Chaves (que foi da Marinha do Brasil), e do Ex-Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Sr. Cel. Roberto Robadey da Costa Junior na gestão do Governo Wilson Witzel, quando afirmaram que a “tropa seria reflexo de seu comandante” (Governador), consoante a hierarquia existente nos comandos militares.

Quanto ao Ex- Controlador Geral do Estado Sr. Hormindo Bicudo ele afirmou que:”. Então, esse é meu juízo de valor: confiou demais. Deveria ter confiado de menos e se cercado de mais técnicos mais comprometidos e, eu volto a dizer de funcionários públicos concursados, que é sempre a melhor saída”.

Na verdade, o Governador escolheu àqueles que refletiriam o seu comando improbo.

2.2.1- Oitiva do Secretário de Saúde Sr. Carlos Alberto Chaves (17/12/20) ao Tribunal Especial Misto.

“O SR. WALDECK CARNEIRO – Sim, claro. Pela sua experiência, insisto, o que o senhor está chamando de aparelhamento da Secretaria nessa dimensão, nessa envergadura, o senhor acha possível que isso possa acontecer sem que o Governador tome conhecimento?

O SR. CARLOS ALBERTO CHAVES – Eu? A minha opinião?

O SR. WALDECK CARNEIRO – Sim, claro.

O SR. CARLOS ALBERTO CHAVES – Eu tenho um ditado que aprendi na Marinha do Brasil, que é: “A tropa é reflexo do seu comandante,

O SR. WALDECK CARNEIRO – A tropa?

O SR. CARLOS ALBERTO CHAVES – É reflexo do seu comandante.”(grifos nossos)

2.2.2 – Oitiva, em 17/12/20, do ex- Controlador Geral do Estado Sr. Hormindo Bicudo, em resposta a acusação, quando o mesmo emite juízo de valor pessoal sobre a gestão do então Governador Wilson Witzel:

“O SR. LUIZ PAULO – Aí, eu queria um juízo de valor seu. O Presidente do PSC, Pastor Everaldo, tinha uma influência direta – está na delação premiada, o senhor está confirmando – na Saúde, no Detran e na Ciência e Tecnologia. Bom, são três pastas, mas Saúde e Detran eu lembro bem.

Pastor Everaldo, Presidente, comandante do partido, com influência direta na Secretaria de Saúde. Governador eleito e uma pessoa muito influente no PSC. Todo Governador, dentro do seu partido, se torna muito influente. Fica difícil que o Governador não tenha tido ciência, pelo menos, de parte de toda essa corrupção que acontecia na área da saúde. Queria saber o seu ponto de vista.

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – Ele é pessoal, Deputado.

O SR. LUIZ PAULO – Pessoal.

O SR. HORMINDO BICUDO NETO - Ele tem que ser pessoal porque, como controlador, eu não pude fazer esse exame porque eu não vivi esse mundo ali, naquele momento.

O SR. LUIZ PAULO - Nem era sua competência investigar o Governador.”



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – Pois é. Mas, no plano pessoal, eu vou fazer o meu juízo de valor, como eu tenho feito e já fiz até a ele mesmo. Confiou demais, entregou demais na confiança das pessoas, pela experiência na gestão pública. E ele, que veio do Poder Judiciário, não teve tanta experiência na área política. Então, esse é meu juízo de valor: confiou demais. Deveria ter confiado de menos e se cercado de mais técnicos mais comprometidos e, eu volto a dizer de funcionários públicos concursados, que é sempre a melhor saída. (grifos nossos)

2.2.3 – Oitiva do Ex-Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Cel. Roberto Robadey da Costa Junior (28/12/20) ao TEM:

Respondendo ao Dep. Luiz Paulo.

“(…)

Eu queria só uma última pergunta. Coronel Robadey, o senhor, como militar de carreira, avaliza o que foi dito aqui pelo Secretário de Saúde Chaves, que aprendeu na Marinha que a tropa é reflexo do seu comando

(…)

O SR. LUIZ PAULO - Mas a minha pergunta é direta, Coronel.

O SR. ROBERTO ROBADEY COSTA JÚNIOR – Sim. Mas eu concordo com essa frase. Essa frase é uma frase militar. Eu concordo, sim. (...)” (grifos e omissões nossas)

Fica, pois, demonstrado, conforme o itens 2 e seus subitens, que o Sr. Wilson José Witzel era o Comandante Geral das ações de seu Governo para o enfrentamento a COVID-19 e, portanto, responsável direto pelas ações implementadas pelos seus comandados que eram reflexo do seu comandante e quando delegava não havia os controles necessários para fazer as contratações, na linha que será demonstrado, não havia, pois, planejamento e nem controle o que era um facilitador para a corrupção, como ficará comprovado.

2.3. Esclarecimentos preliminares.

Sabemos que a Constituição Federal de 1988 em seus artigos 52, inciso I, 85 e 86 disciplinam os procedimentos do impeachment por Crime de Responsabilidade que são regulados pela Lei 1079/50.

O parágrafo 4º do artigo 86 diz que: “O Presidente da República, na vigência do seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções”, logo o Crime de Responsabilidade terá que ocorrer no exercício do mandato. Assim os Crimes de Responsabilidade cometidos pelo Governador Sr. Wilson Witzel serão considerados, no presente procedimento, desde o momento que ele assume o seu mandato de Governador, em 1º de janeiro de 2019 até o dia do seu afastamento do Cargo pelo STJ em 02/09/2020.

Entretanto, não há impedimento que se contextualize o mandato do Governador e suas relações, com tempos pretéritos ao mesmo, para melhor entendimento do contexto precedente e a sua devida conexão com a prática dos Crimes de Responsabilidade que veio a praticar.

Os primeiros elementos remontam a época que o Sr. Wilson Witzel exercia a função de Juiz Federal, sua renúncia da função, sua pré-candidatura e candidatura vitoriosa até a sua posse como Governador.

Registre-se que tais fatos compõem a narrativa de como se iniciou a relação do Sr. Wilson Witzel com o grupo criminoso que se instalou no Governo do Estado em parceria com agentes



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

públicos, depois da posse do mesmo no Governo do Estado do Rio de Janeiro.

2.3.1- Sobre a cooptação do Sr. Wilson Witzel para o esquema criminoso que estava em gestação, o Sr. Edson da Silva Torres, no termo de depoimento ao MPF, em 03/09/20, às fls. 7 e 8 de 11, assim se expressou:

“Que ao final de 2017 o declarante foi convidado por EVERALDO para participar de uma reunião com o Juiz Federal WILSON WITZEL; Que o propósito da reunião era conversar sobre a viabilidade política de WITZEL vir candidato a Governador do Estado do Rio de Janeiro pelo PSC; QUE WITZEL ainda não era filiado e nem poderia pois ainda era Juiz; Que tal reunião ocorreu na sede do PSC, Rua Senador Dantas, 71, 21º andar, presentes o declarante, EVERALDO, WITZEL e um empresário aposentado amigo do declarante VALDIR LOPES; Que nessa reunião WITZEL apresentou seu interesse em ser candidato ao Governo do Rio de Janeiro; Que nessa reunião, foram tratados apenas assuntos políticos e viabilidade; Que nada foi decidido nessa reunião; Que logo depois da reunião, o depoente e EVERALDO conversaram a necessidade de dar um conforto e segurança financeira para o então Juiz Federal, caso ele pedisse demissão e se perdesse a eleição não teria a garantia dos vencimentos que recebia enquanto Juiz, por um período de tempo até ele se estabelecer; Que o depoente marcou outras reuniões com alguns empresários e apresentou a eles esta oportunidade porém, diante da perspectiva mínima de chance da eleição, houve poucos interessados; Que dentre esses empresários à época, o declarante procurou MÁRIO PEIXOTO, conhecido do declarante no mercado e este não se interessou; Que em seguida, conversando com VICTOR HUGO, este mostrou interesse em apoiar o projeto financeiramente e trouxe JUAREZ FIALHO, seu sócio, para também integrar o projeto;”

2.3.2- Assinale-se o sagaz comentário do Jornalista Octavio Guedes, em 14/01/2021, na TV Globo, “que em outras épocas afirmava-se o político tinha um esquema e que agora o esquema tinha um político”, consoante as denúncias de corrupção efetivadas pelo MPF e MPE no Governo Wilson Witzel.

Vejam, pois, as oitivas do Sr. Hormindo Bicudo, ex-controlador Geral do Estado do Governo Wilson Witzel e do Sr. Edson Torres que demonstram o início da relação de plutocratas corruptos com o Sr. Wilson Witzel, então Juiz Federal. Tais depoimentos estimularam a nossa percepção de que o “O esquema avançava em direção ao, então, Juiz Federal”.

2.3.2.1 – Em oitiva ao TEM (17/12/2020) o Sr. Hormindo Bicudo respondendo a acusação, afirmou que o Sr. Mario Peixoto teria patrocinado pesquisa qualitativa para o então Juiz Federal Wilson Witzel embasar o seu futuro pedido de renúncia do Cargo.

“(…)”

O SR. LUIZ PAULO – Pois, não.

O senhor afirmou aqui, quando sentou-se, que era amigo do Sr. Wilson Witzel.

Eu poderia saber desde quando começou essa amizade?

O SR. HORMINDO BICUDO NETO - . Quando eu o conheci ele ainda era Presidente da Associação dos Juizes Federados do Rio de Janeiro, e eu era Procurador-Geral do Município de



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Itaguaí. E eu tive um contato com ele através de uma colega contadora que ela tinha uma tese sobre a eficácia da execução fiscal, e eu estava trabalhando exatamente uma reorganização no sistema de execução fiscal do Município. E, aí, ele fez a interface. Ela era colega dele de faculdade, faziam doutorado juntos. E eu tive a oportunidade de conhecê-lo, se eu não me engano, no ano de 2014. E, a partir daí, selamos uma boa amizade. Havia todo um trato institucional, um trato de amizade que acabou levando para as famílias também.

O SR. LUIZ PAULO - O senhor, de alguma forma, contribuiu, não é contribuiu pecuniariamente, contribuiu com a sua ajuda pessoal, seus conhecimentos, seus relacionamentos, com a campanha do Sr. Wilson Witzel?

O SR. HORMINDO BICUDO NETO - No início, sim. Eu participei até da ideia da candidatura, por ser uma candidatura vinda de magistratura, sendo uma candidatura proba, uma candidatura que poderia resgatar aí toda essa situação que o Estado vem passando nesses últimos anos. Uma pessoa fora do quadro político que pudesse dar uma nova dinâmica. Essa foi a nossa ideologia inicial. Mas, infelizmente, quando o barco continuou, de campanha eleitoral e tudo, infelizmente eu tive que trabalhar para viver, e eu fui obrigado a me afastar da campanha propriamente dita.

O SR. LUIZ PAULO - O senhor, nesse período, conheceu o Pastor Everaldo?

O SR. HORMINDO BICUDO NETO - Conheci o Pastor Everaldo já com o Dr. Witzel, eu conheci já com o Dr. Witzel.

O SR. LUIZ PAULO - E o senhor conheceu o Sr. Mario Peixoto?

O SR. HORMINDO BICUDO NETO - Conheci o Mario Peixoto bem antes. Conheci o Mario Peixoto quando eu fui Controlador Geral do Município de Nova Iguaçu, na gestão do Lindbergh, e o Mario Peixoto já representava nas cooperativas de trabalho. E havia tanto questionamento sobre a possibilidade de as cooperativas prestarem serviço público ou não.

Na época, como Controlador, e conhecendo bem a dinâmica do Tribunal de Contas, eu consegui emitir um parecer, naquela época era um parecer sazonal, de acordo com a necessidade da saúde naquela época, que foi inclusive aprovado pelo Tribunal de Contas depois. A partir dali, Mario Peixoto passou a ter um contato comigo praticamente profissional, porque houve um respeito e tudo.

Muitos anos depois se passaram, eu não tive mais contato com ele, fui ter um novo contato com ele justamente quando da candidatura. Porque ele tinha um instituto de pesquisa...

O SR. LUIZ PAULO - Ah, o Sr. Mario Peixoto tinha um instituto de pesquisa?

O SR. HORMINDO BICUDO NETO - Sim, ele tinha um instituto de pesquisa. Não sei se ele ainda tem hoje.

O SR. LUIZ PAULO - Não, não. Eu só fiquei curioso.

O SR. HORMINDO BICUDO NETO - Ele tinha um instituto de pesquisa e eu pedi a ele uma pesquisa. Porque essa ideia da candidatura pudesse ser válida, eu pedi a ele uma pesquisa. Ele me fez uma pesquisa, ele sempre faz pesquisa, ele inseriu lá alguns requisitos da pesquisa para a gente poder analisar tecnicamente e saber a viabilidade ou não. Afinal de contas a pessoa teria que largar a carreira de magistrado, não podia ir para uma aventura.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Então, foi assim. E dali eu acabei me desligando deles porque eu não pude mais continuar na campanha.

O SR. LUIZ PAULO – Pois é, mas nessa pesquisa que o Sr. Mario Peixoto patrocinou para o Sr. Wilson Witzel, seguramente deu um resultado...

O SR. HORMINDO BICUDO NETO - Posso corrigir um pouquinho, Deputado?

O SR. LUIZ PAULO – Pode, por favor.

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – Na verdade, quando eu fiz o pedido ao Mario Peixoto, ele nem conhecia ainda o Witzel, entendeu?

O SR. LUIZ PAULO – Sim, mas função dessa pesquisa que ele patrocinou...

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – Sim. Sim.

O SR. LUIZ PAULO – ... deve ter dado indicadores de que seria positiva a candidatura do Wilson Witzel.

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – É. Numa análise que o senhor conhece bem, não é?

O SR. LUIZ PAULO – Sim, sim, mas deu algum nível de positividade, tanto é que ele virou candidato.

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – Exatamente.

O SR. LUIZ PAULO – A partir daí o sr. Mario Peixoto passou a se relacionar com o então candidato Wilson Witzel?

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – Olha, eu confesso ao senhor que eu presumo isso. Eu não convivi mais com eles a esse nível, porque eu tinha, eu tive que cuidar do meu escritório que eu estava montando e tudo, eu não pude mais dar atenção a isso. Mas provavelmente sim. Até porque havia comentários ao longo da campanha, que um ajudava, o outro comentava – o senhor sabe como funciona, não é? Na verdade, é um grande concílio em favor de uma eleição.

O SR. LUIZ PAULO – Perfeitamente.” (Grifos e omissões nossas)

2.3.2.2 – Em oitiva no Tribunal Especial Misto –TEM, em 13/01/21, o Sr. Edson Torres respondendo ao Relator, afirmou que financiou o então Juiz Federal Wilson Witzel antes de sua desincompatibilização do cargo com quase R\$ 1 milhão. Tais recursos visariam a manutenção do mesmo ao deixar o cargo de Juiz, caso ele não ganhasse a eleição, confirmando a sua confissão espontânea ao Ministério Público Federal - MPF, citada no item 2.3.1. “(...)

O SR. WALDECK CARNEIRO – Entendi, entendi.

Eu queria fazer outra pergunta ao senhor, Sr. Edson Torres. O senhor no depoimento ao Ministério Público Federal, justamente sobre esse ponto, afirmou que houve frequentes repasses destinados ao Sr. Wilson Witzel, que ele teve que se desincompatibilizar se exonerou do cargo de Juiz Federal, como manda a lei, para ser candidato, com antecedência prevista em lei e ele precisava de recursos para se manter. E aí houve repasses com essa finalidade? O senhor cuidou disso? Participou disso de alguma forma?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Excelência, o senhor mesmo já tomou conhecimento do meu depoimento. Eu só estou relatando fatos dos quais eu depus e confessei. Esses fatos são verdadeiros. Eu participei dessa estrutura que eu venho lhe afirmando; eu, junto com esse empresário que eu procurei, e que ajudou - foi unicamente esse empresário que me ajudou. Nós,



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

durante esse período antes da desincompatibilização dele, então Juiz Federal, nós fizemos um caixa de subsistência caso ele não ganhasse a eleição, de um valor que era de aproximadamente de 1 milhão de reais - chegou a 980 mil reais esse valor - que foram pagos até a data da desincompatibilização.

O SR. WALDECK CARNEIRO – Entendi.

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Foram pagas algumas parcelas. Uma delas eu acabei de falar agora há pouco que foi entregue por mim a Lucas Tristão. Outras foram entregues a outras pessoas.

O SR. WALDECK CARNEIRO – Entendi. O senhor se lembra que outras pessoas eram essas às quais foram entregues esses outros repasses?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Entreguei algumas ao próprio Everaldo Dias Pereira; e uma dessas parcelas - numa das parcelas - eu não lembro se é a terceira ou se é a quarta, se a quinta ou se a sexta, mas, numa dessas parcelas que eu entreguei, eu entreguei na sala da EDP, na Rio Branco 109, 8º, e estava presente o próprio, então, Juiz Federal. Eu entreguei esse dinheiro para Everaldo que entregou ao então Juiz Federal para levar esse dinheiro.

O SR. WALDECK CARNEIRO – Entendi.

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Estávamos na sala nós três.

O SR. WALDECK CARNEIRO – Entendi.

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Estávamos na sala nós três.

O SR. WALDECK CARNEIRO – Entendi, entendi.

E o senhor se lembra de qual foi esse empresário que ajudou? Esse que deu a resposta positiva ao seu apelo e ajudou?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Sim.

O SR. WALDECK CARNEIRO – Quem era?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Victor Hugo.

O SR. WALDECK CARNEIRO – Victor Hugo Barroso, é isso?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Isso.

O SR. WALDECK CARNEIRO – Entendi. (...)"

O SR. WALDECK CARNEIRO – Entendo, entendo bem.

E o senhor continuou fazendo esse trabalho de apoio financeiro à campanha de Wilson Witzel? Quando a campanha começou, propriamente dita, no primeiro e no segundo turno, o senhor continuou atuando dessa forma?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Após a desincompatibilização, não tão substancialmente, mas, sim, até janeiro de 2020... 2019, até janeiro de 2019. Logo depois da eleição, de ele eleito, e até a posse dele, subsidiei algumas necessidades políticas, de campanha e de partido.

O SR. WALDECK CARNEIRO – Entendo, entendo.

E, uma vez eleito, em segundo turno, o candidato Wilson Witzel, o senhor, ao lado do Pastor Everaldo, ajudou de alguma forma na montagem da equipe de Governo, a indicar Secretários, a indicar membros para o futuro Governo que iria se instalar?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Diante da minha relação de amizade e de confiança com o Everaldo, sim. Participei de ajuda de algumas escolhas. (grifos e omissões nossas)



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Assertivas similares, também, fazem parte do Termo de depoimento do Sr. Edson da Silva Torres ao MPF, em 03/09/20 às fls. 8,9 e 10 de 11.

Assim, fica devidamente assentado, que o Sr. Edson Torres e seu esquema corrupto subsidiaram, com recursos pecuniários e benesses, o Sr. Wilson Witzel, desde o período em que foi Juiz Federal até a sua posse como Governador eleito, além, de terem indicado representantes para Cargos em seu Governo, para terem o retorno do investimento realizado, através da “caixinha da propina”, confirmando-se a premissa que “o esquema tinha um candidato a governador” que venceu o pleito.

3- O Crime de Responsabilidade.

Assim entendida a linha do tempo de comprometimento do Sr. Wilson José Witzel com o “esquema corrupto” vamos aos fatos e provas objetos da presente demanda que demonstrarão ter o então Governador atentado contra a probidade na administração a partir da sua posse em 1º de janeiro de 2019 até ser afastado de seu cargo pelo Superior Tribunal de Justiça, em 02/09/2020. Ficará, pois, demonstrado que o Exmo. Sr. Governador Wilson José Witzel cometeu Crime de Responsabilidade punível, em toda a sua amplitude, nas tipificações previstas no artigo 2º, no inciso V do artigo 4º combinado com o item 7 do artigo 9º e na forma do art. 74, da Lei 1079/50, abaixo transcritos:

“Art. 1º São crimes de responsabilidade os que esta lei especifica.

Art. 2º Os crimes definidos nesta lei, ainda quando simplesmente tentados, são passíveis da pena de perda do cargo, com inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, imposta pelo Senado Federal nos processos contra o Presidente da República ou Ministros de Estado, contra os Ministros do Supremo Tribunal Federal ou contra o Procurador Geral da República. (...)

Art. 4º São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal, e, especialmente, contra:

I - A existência da União;

II - O livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados;

III - O exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV - A segurança interna do país;

V - A probidade na administração;

VI - A lei orçamentária;

VII - A guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos;

VIII - O cumprimento das decisões judiciais (Constituição, artigo 89).

(...)

CAPÍTULO V

DOS CRIMES CONTRA A PROBIDADE NA ADMINISTRAÇÃO

Art. 9º São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração:

1 - omitir ou retardar dolosamente a publicação das leis e resoluções do Poder Legislativo ou dos atos do Poder Executivo;

2 - não prestar ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior;



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

3 - não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição;

4 - expedir ordens ou fazer requisição de forma contrária às disposições expressas da Constituição;

5 - infringir no provimento dos cargos públicos, as normas legais;

6 - Usar de violência ou ameaça contra funcionário público para coagí-lo a proceder ilegalmente, bem como utilizar-se de suborno ou de qualquer outra forma de corrupção para o mesmo fim;

7 - proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo.

(...)

(grifo nosso)

PARTE QUARTA

TÍTULO ÚNICO

CAPÍTULO I

DOS GOVERNADORES E SECRETÁRIOS DOS ESTADOS

Art. 74. Constituem crimes de responsabilidade dos governadores dos Estados ou dos seus Secretários, quando por eles praticados, os atos definidos como crimes nesta lei.

(...)

(grifos e omissões nossas)

3.1 – Os fatos ímprobos após a assunção do Sr. Wilson Witzel ao cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro (01/01/2019), ficam devidamente comprovados, função da sua responsabilidade objetiva, como se relata:

3.1.1 – A ausência de planejamento e a organização precária e criminosa aliada a falta de controle dos atos antecedentes as contratações fraudulentas.

O Doutor Wilson Witzel deveria ter exigido de seus subordinados que respeitassem os elementos principais da centenária Teoria Clássica da Administração, criada, por Taylor (1856/1915) e Fayol (1841/1921), ou seja: “prever, organizar, comandar, coordenar e controlar”. Tais princípios básicos foram negligenciados. A previsão ou planejamento foi tosco, as ações erráticas. A organização precária serviu de arcabouço para se instituir uma estrutura hierárquica, incompetente e corrupta. O comando, na área da saúde, estava contaminado pelo vírus da corrupção, visto que o Secretário de Saúde Edmar Santos e o Subsecretário Gabriell Neves foram presos e o próprio Governador denunciado pela PGR e afastado do cargo por 6(seis) meses, por decisão do STJ. Posteriormente, a denúncia foi acatada pelo STJ e se tornou réu em 11/02/2021, pela unanimidade dos presentes e, agora, afastado por 1(hum) ano. A coordenação serviu apenas para a divulgação dos atos iniciais, pois, a coordenação administrativa inexistiu. O controle veio a ocorrer após o erário ser pilhado.

As operações do MPF: Mercadores do Caos, Favorito e Placebo ocorreram, antes da presente denúncia, como, também, a operação do MPE “Filhote de Cuco”, que junto com a Placebo revelaram o total descontrole e a corrupção instalada.

Constata-se que o Ministro Benedito Gonçalves, na sua decisão, no inquérito 1138/20, relata que o MPF em sua denúncia, assim se expressou: “Por fim afirmam que as provas coletadas até esse momento indicam que, no núcleo do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, foi criada uma estrutura hierárquica,



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

devidamente escalonada a partir do Governador, que propiciou as contratações sobre as quais pesam fortes indícios de fraudes.

Afirmativa, totalmente comprovada e que se torna incontestável, como abaixo relatado.

3.1.2- Observe-se que o Governador, também, agia em consonância com os membros da caixinha da propina tendo participação na mesma, segundo o termo de depoimento do Sr. Edson da Silva Torres ao MPF, em 03/09/20 as fls.6 de 11 e a oitiva do mesmo, em 13/01/2021, ao Tribunal Especial Misto - TEM.

3.1.2.1 – Oitiva do Sr. Edson Torres ao TEM, em 13/01/21, onde o candidato Wilson Witzel virou Governador e as colaborações privadas oriundas do “esquema corrupto” com interesses escusos continuaram.

A defesa arguindo o Sr. Edson Torres:

“(…)

O SR. JOSÉ ROBERTO SAMPAIO – Ele fazia parte. Mas o senhor disse que não sabia se tinha recebido ou não.

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Inclusive no meu depoimento eu tenho um relato, em final de 2019, que especialmente eu separei um recurso de um milhão e quinhentos mil reais, que eu paguei parcelado durante dois meses, - setembro, outubro, se não me engano. Esse dinheiro eu dei para Everaldo para entregar a Gothardo. E que esse dinheiro Everaldo disse-me que era para estrutura do Governador.

(…)

(grifos e omissões nossas)

O Sr. Edson Torres, na oitiva ao TEM, respondendo a Desembargadora Teresa de Andrade Castro Neves:

A SRA. TERESA DE ANDRADE CASTRO NEVES – Eu só tenho uma pergunta. O colaborador já afirmou que, salvo o momento em que esteve presente com o então Juiz Wilson Witzel, nas outras duas ocasiões, ele não entregou valores nem foi combinada a entrega de propina. E também afirmou que sabia desse fato através do pastor Everaldo. Alguma vez o pastor Everaldo deu alguma prova de que de fato fazia a entrega de propina ao Governador?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – A prova que eu tenho é a confiança e o relacionamento com o Everaldo de 20 anos.

A SRA. TERESA DE ANDRADE CASTRO NEVES – Mas nenhum depósito de valor, ou ele comentou para onde seria entregue o valor ao Governador, ou em que ocasião? Algum detalhe sobre essa entrega de valores?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Olha, ao longo da gestão, foram pagas várias contas de empresas de turismo, passagens aéreas, viagens, e era o Everaldo o responsável por isso. E o dinheiro era remetido a ele, era entregue a ele por mim ou por Victor para assim fazê-lo. E era para justamente a questão do Governo.

A SRA. TERESA DE ANDRADE CASTRO NEVES – Só para deixar claro. Empresas de turismo, viagens, todas beneficiadas ou feitas, ou realizadas pelo Governador?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Sim.

(…)

(grifos e omissões nossas)

Sr. Edson Torres respondendo a defesa:



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

(...)

O SR. JOSÉ ROBERTO SAMPAIO – É só uma pergunta, excelência.

É a propósito de uma pergunta que foi feita pela Desembargadora Teresa. Gostaria que o depoente esclarecesse se esses pagamentos de viagens, que supostamente ocorreram, através do depoente, se deram antes ou depois do Governador assumir o cargo. Se foi no período pré-campanha, ou pós.

Só isso, excelência.

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Os recursos que foram por nós aportados, parte deles, eu volto a afirmar, que foi antes, enquanto o Wilson era Juiz Federal, que era para, se ele ganhasse a eleição, era um dinheiro que ele fizesse o que bem entendesse. Se ele não ganhasse a eleição, era para sustento dele durante um período. Ele estava desempregado, estaria desempregado.

Depois, que ele (FALHA NA TRANSMISSÃO SONORA), nós passamos a ajudar na campanha, e depois de ele eleito, durante o período dele eleito e tomar posse, e no primeiro mês dele já empossado, nós fizemos pagamento de empresas de turismo, Casablanca(?) e uma outra que eu não sei o nome, para custeio de viagens do então do Governador eleito e Governador empossado.

(grifos e omissões nossas)

3.1.2.2 – “O esquema tinha um Governador”, como se verificou na oitiva de Edson Torres.

O Sr. Edson Torres respondendo ao Relator:

(...)

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Agora, os recursos advindos da gestão dele como Secretário em alguns contratos na Secretaria de Estado de Saúde, esses havia uma divisão de destinatários.

O SR. WALDECK CARNEIRO – Certo.

E o senhor sabe dizer, se recorda que contratos eram esses onde havia esta divisão de propina?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Alguns contratos que houve a ingerência financeira na Secretaria de Saúde. Algumas OSs, a OS Mahatma Gandhi, a OS Nova Esperança, Solidário, Gnosis, essas OSs tinham a participação e quem cuidava desta arrecadação, arrecadava esse dinheiro, prestava conta e dividia proporcionalmente para quem de direito.

O SR. WALDECK CARNEIRO – Não é propriamente de direito, mas, enfim. O senhor sabe quem eram os outros beneficiados desta distribuição?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Sim.

O SR. WALDECK CARNEIRO – Pode dizer para nós, por favor?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Posso. Da arrecadação que se fez no período de 2019 até maio, junho de 2020, o percentual girava em torno, dos 100% arrecadados, 15% dos 100% arrecadados ficavam comigo; 15% ficavam como Victor Hugo; 30% ficavam com o Edmar, Secretário; e 40% iam para Everaldo e o Governo - e aí é estrutura de Governo.

O SR. WALDECK CARNEIRO – Então, só para eu fixar aqui a sua informação, esses 40% restantes iam para o Pastor Everaldo, o senhor disse, para o Governo? Mas sabe quem no Governo pilotava isso?



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Sim. Ia para o Pastor Everaldo porque aí era questão de foro íntimo dele, para que ia. Eu não posso lhe afirmar se ia para A, B ou C. Não tem essa garantia.

O SR. WALDECK CARNEIRO – Claro. Claro.

O senhor sabe dizer se, eventualmente, desse percentual restante, uma parte pode ter ido para o próprio Governador Wilson Witzel?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – É, me perdoe, excelência. Eu não posso lhe responder essa pergunta. Se ia para o próprio Governador especificamente desses 40%, eu não posso responder.

Verifica-se à similaridade da oitiva acima com os 2(dois) depoimentos, o do Sr. Edson Torres e o do Sr. Edmar Santos, a seguir:

a) No termo de depoimento do Sr. Edson da Silva Torres ao MPF, em 03/09/20 as fls. 6 de 11 consta: “Que a propina era sempre exigida em espécie; Que o percentual exigido variava caso a caso, de acordo com o contrato; Que em regra p percentual variava entre 3% a 7%; Que ficou combinada a seguinte divisão da propina: 15% para o depoente. 15% para VICTOR, 30% para EDMAR e 40% para a estrutura do governo; Que “estrutura do governo” engloba: EVERALDO e Governador; b- No termo de colaboração do Sr. Edmar Santos de 24/06/20, em sede de delação premiada, narrado ao MPF em seu Anexo 4- Divisão de propina entre o Governador Wilson Witzel, Pastor Everaldo, Edson Torres, Edmar e Victor e estruturação da organização criminoso, declarou:

“QUE os recursos auferidos ilicitamente iriam para um caixa único, administrado por VICTOR BARROSO; QUE tal caixa único seria distribuído da seguinte forma: 30% para o colaborador; 20% para o Governador WILSON WITZEL (que recebia de as secretarias, de acordo com o relato de EDSON); 20% para o PASTOR EVERALDO; 15% para EDSON TORRES e 15% para VICTOR BARROSO”.

(grifos nossos)

O Sr. Edson Torres respondendo a acusação:

“(…)

O SR. LUIZ PAULO – O senhor poderia informar ao Tribunal, de uma forma objetiva, se no período de 1º de janeiro de 2019 até meados de 2020, existia uma caixinha de propina derivada de recursos das Organizações Sociais na área da Saúde?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES - Sim.

O SR. LUIZ PAULO – O Governador Wilson José Witzel, de alguma forma, era beneficiado por essa caixinha de propina?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES - Sim.

O SR. LUIZ PAULO – Cabia a ele que percentual da caixinha de propina?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Excelência, é o que eu acabei de informar ao deputado anterior, relator, eu não tenho como lhe afirmar percentual, porque eu entregava um valor a Everaldo; a destinação deste valor era por conta de Everaldo.

O SR. LUIZ PAULO – Mas o senhor pode afirmar como já afirmou que ele participava da caixinha de propina, o Sr. Wilson Witzel?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Sim.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

O SR. LUIZ PAULO – O senhor podia dizer que valor estimativo, nesse período de 1º de janeiro a meados de 2020, a caixinha de propina arrecadou, ordem de grandeza?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Sim, eu já como confessei no Ministério Público Federal, esse valor girou em torno de 50 a 55 milhões de reais.

O SR. LUIZ PAULO – E o senhor tinha qual seria a projeção anual de recolhimento dessa caixinha nos anos de 2020, 21 e 22?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES - Não.

O SR. LUIZ PAULO – Não tinha projeção.

O SR. EDSON DA SILVA TORRES - Não.

O SR. LUIZ PAULO - Eu queria perguntar para o senhor: qual era o percentual médio que os contratos das Organizações Sociais pagavam à caixinha da propina?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES - Entre três a seis por cento.

O SR. LUIZ PAULO – 3 a 6.

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – É.

O SR. LUIZ PAULO - E essa variação se devia a quê?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES - Excelência, era de acordo com o resultado de cada contrato, cada OS, era de acordo com a negociação de cada OS.

O SR. LUIZ PAULO – O senhor podia informar a este Tribunal se a caixinha de propina também teria sido alimentada por pagamentos de restos a pagar de Organizações Sociais?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Sim.

O SR. LUIZ PAULO – Qual era o percentual médio que incidia sobre esses restos a pagar?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES - Esses restos a pagar houve dois casos específicos: um da HMTJ e outra da ... Eu me esqueci o da outra Organização Social agora, mas o percentual era de 20%, como honorário jurídico.

O SR. LUIZ PAULO – O senhor, posteriormente, poderia informar ao Tribunal qual é o nome dessa outra empresa?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES - Com certeza eu envio por escrito.

(...)

(grifos e omissões nossas)

Oitiva do Sr. Edson Torres sendo perguntado pela defesa:

(...)

O SR. JOSÉ ROBERTO SAMPAIO – Então entendido o que o senhor falou, mas o objeto da pergunta é saber... Para que o senhor entenda e possa esclarecer a este Tribunal de uma forma objetiva: não é se o senhor ouviu dizer, ou se o senhor acha que acontecia. A pergunta é se o senhor presenciou alguma conversa em que o Governador estivesse presente; ou o senhor ouviu diretamente do Governador, não ouviu dizer? A pergunta é: o senhor, pessoalmente, ouviu o Governador participar de algum acerto de propina em seu Governo, seja antes da sua eleição, seja depois de sua eleição? O senhor esteve presente em alguma reunião em que o Governador também estivesse presente e o senhor tenha ouvido da boca do Governador que ele estaria participando de algum esquema?

O SR. EDSON TORRES – Da boca do Governador, não, mas era o combinado com a estrutura de Governo. Eram combinados os percentuais, que já falei por duas vezes neste tribunal hoje, de 15%, 30% e 40% para a estrutura de Everaldo e Governo,



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

que intrinsecamente estava diretamente ligado ao Governador. Essa era a informação clara que nós tínhamos.

(...)

O Sr. Edson Torres respondendo a Exma. Desembargadora Maria da Glória Oliveira Bandeira de Mello.

A SRA. MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA BANDEIRA DE MELLO – Sim.

Sr. Edson, o senhor comentou já exaustivamente, aqui, a caixinha de propinas, administração dessa caixinha, e que seria beneficiário o Pastor Everaldo, o Sr. Victor Hugo, o senhor e a estrutura do Governo, tal. A participação, o senhor ser beneficiário dessa caixinha, assim como o Sr. Victor Hugo, seria um retorno pelo que o senhor investiu na campanha, o senhor e o Sr. Victor Hugo? Seria assim, uma compensação pelo que o senhor investiu naquela fase, até pré-campanha, para o sustento do Governador, em caso de não ser eleito? Pode ser atribuído a isso?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Excelência, não é só pré-campanha. Houve uma ajuda antes da desincompatibilização e, até janeiro de 2019, houve um custeio e um sustento da estrutura política.

A SRA. MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA BANDEIRA DE MELLO – Hum, hum.

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – ...na qual eu e Victor também colocamos recursos.

A SRA. MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA BANDEIRA DE MELLO – E esse retorno desse recurso veio com a sua participação na caixinha posteriormente?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Sim.

(grifos e omissões nossas)

Conclusão nº 1.

Consoante os cruzamentos da denúncia espontânea do Sr. Edson Torres e de parte da delação premiada do Sr. Edmar Santos (liberada pelo STJ), com a oitiva do Sr. Edson Torres e com o fardo material oriundo das operações realizadas pelo Ministério Público Estadual - RJ e Ministério Público Federal que sustentaram as denúncias da Procuradoria Geral da República ao Superior Tribunal Justiça - STJ é que se conclui que o Sr. Wilson José Witzel teve comportamento ímprobo desde o 1º dia de seu Governo e que se agravou no período pandêmico de março de 2020 até o mesmo ser afastado do cargo pelo Superior Tribunal de Justiça, em 02 de setembro de 2020, caracterizando o crime de responsabilidade previsto na Lei 1079/50, visto ter procedido de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo.

4- Detalhamento do Crime de Responsabilidade praticado pelo denunciado nos 2(dois) casos (revogação da desqualificação da OS UNIR e a contratação da OS IABAS) que foram considerados mais relevantes no pedido de impeachment protocolado contra o Governador Wilson Witzel, consoante a Lei 1079/50.

4.1- Caso Organização Social Instituto UNIR.

4.1.1 - A desqualificação da Organização Social UNIR, ocorreu em 16 de outubro de 2019, por Resolução Conjunta nº 64, (Saúde/Casa Civil), que importou na rescisão dos 9 (nove) contratos de gestão vigentes;

4.1.2 - O ato de revogação da desqualificação pelo denunciado, usando do seu Poder discricionário de conveniência e



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

oportunidade, foi publicada no D.O. de 24 de março de 2020, 08 dias após a decretação da Calamidade Pública. O ato restituiu à mencionada a UNIR todos os direitos contratuais anteriores, bem como a possibilidade de assinar novos contratos com o Estado do Rio de Janeiro, função da pandemia. Ficando a UNIR sob a custódia e amparo do Governador;

4.1.3 - A UNIR foi, novamente, desqualificada, agora, pelo denunciado, em 15 de maio de 2020, dia seguinte da realização da operação Favorito que prendeu 5 (cinco) suspeitos, entre eles, Mario Peixoto, Vinicius Ferreira Peixoto e Luiz Roberto Martins;

4.1.4 - A questão central sob a ótica do Crime Responsabilidade do Governador Sr. Wilson Witzel, não é definir quem era o detentor último do poder decisório na estrutura da UNIR, se era Luiz Roberto Martins ou Mario Peixoto. E, sim, que a requalificação da UNIR foi ato ímprobo, que não atendeu o interesse público, e que a sua desqualificação em seguida foi uma tentativa de se dar uma falsa aparência de imparcialidade, quando os atos ímprobos já tinham sido descobertos pelas operações do MPE-RJ e MPF. Tais operações tornaram públicas a existência de uma “caixinha de propinas” que eram irrigadas, principalmente, da área das OSs da Saúde, comprovadas em denuncia espontânea e, posteriormente, confirmada na oitiva do Sr. Edson Torres ao Tribunal Especial Misto - TEM. Destaque-se que a IDR e sua sucessora a UNIR, ambas, geridas pelo Sr. Luiz Roberto Martins pagaram a Caixinha de propina o percentual de 20% do valor dos restos a pagar recebidos por serviços prestados a Secretaria de Saúde. Ficou, inclusive, demonstrado que a requalificação da UNIR, consoante as escutas reveladas nas operações, teria sido comprada. Foi instituída uma plutocracia corrupta que geria a “caixinha da propina” do qual o Governador participava, via Pastor Everaldo. Tais corruptores sugeriam ao Governador nomeações, contratações, pagamento de restos a pagar e, até a aludida requalificação da UNIR e operavam de forma oculta e, eis, que tais ações criminosas foram reveladas pelas operações do Ministério Público Federal - MPF e Ministério Público Estadual – MPE-RJ e seus desdobramentos.

Restou demonstrado que a UNIR foi beneficiada por ato ímprobo do Sr. Wilson Witzel que a requalificou a favor de outrens, sem nenhum interesse público. Quando o cerco investigativo ocorreu, o denunciado desqualificou a UNIR para, tentar se eximir de sua responsabilidade. Os atos de ofício e as oitivas abaixo demonstram o delito cometido.

4.1.5 - Oitivas sobre a requalificação da UNIR.

Assim se manifestou o atual Secretário de Saúde, em oitiva ao Tribunal Especial Misto (17/12/2020), perguntado pela Desembargadora Maria da Glória Bandeira de Mello:

“(…)

A SRA. MARIA DA GLÓRIA BANDEIRA DE MELLO – Só um minutinho, especificamente, eu estou entendendo o seu enfoque, mas só para focarmos no ponto básico, em relação ao caso da Unir, que era uma empresa que estava em situação caótica.

O SR. CARLOS ALBERTO CHAVES – Sim.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

A SRA. MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA BANDEIRA DE MELLO – Poderia ato contínuo, ter se passado por uma prestação sem prejuízo...

O SR. CARLOS ALBERTO CHAVES – Sim. Naquela época, sim. (grifos e omissões nossas)

Assim se manifestou, em oitava ao Tribunal Especial Misto – TEM (17/12/20) o Sr. Hormindo Bicudo, ex- Controlador Geral do Estado em parte da gestão de Wilson Witzel quando perguntado pelo Relator:

O SR. WALDECK CARNEIRO – Tendo sido Controlador-Geral do Estado, o senhor não acha um pouco estranho que para ter havido uma resolução conjunta da Secretaria de Estado de Saúde, da Casa Civil e Governança para desabilitar, desqualificar a Unir, isso tenha sido precedido por um parecer técnico e para decretar a sua requalificação o Governador não tenha consultado ninguém, não tenha se baseado em parecer técnico nenhum, como Controlador o senhor acha que é fora do comum?

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – Não concordo.

O SR. WALDECK CARNEIRO – Não concorda?

O SR. HORMINDO BICUDO NETO - Não concordo com essa atitude, não concordo com o ato, não posso lhe dizer tecnicamente, porque eu não li, nunca tive acesso a esse processo e nem aos pareceres que o fundamentaram, mas seria de bom alvitre, por uma questão até de cuidado, a qualquer gestor, de que encaminhe para os órgãos de controle determinadas situações em que possa correr risco a sua gestão. Eu acho que isso aí... Mas, eu volto a lhe dizer, Deputado, e reproduzo a minha opinião, que eu dei: confiou demais. Eu volto a lhe dizer: confiou demais. A gente que vive no setor público durante anos, a gente é montado em pareceres, em páginas numeradas, em atos publicados. Isso gera a nossa história administrativa. Para isso, a gente faz o quê? Se cerca de bons pareceres; se cerca de boas informações, inclusive, de áreas antagônicas, áreas que não são interessadas ou com interessados na matéria...

4.1.6 - Consoante a operação do Ministério Público Estadual - MPE-RJ denominada “Filhote de Cuco”, deflagrada no mesmo dia da Operação Favorito, destacamos alguns trechos relevantes da denúncia constante do Procedimento Investigatório Criminal nº 02/2017 – GAEC- Procedimento MPRJ nº 217.00148690, as fls. E-STJ 4724, 4724 e seguintes que demonstram a forma deletéria que atuava o Sr. Luiz Roberto Martins Soares como o operador da IDR e da UNIR.

4.1.6.1- Núcleo de comando: LUIZ ROBERTO MARTINS

“ No topo da organização criminosa encontra-se LUIZ ROBERTO MARTINS, detentor último de poder decisório no seio da estrutura. Seu principal papel Criminoso é deliberar quanto ao emprego e destino dos recursos públicos auferidos a partir dos contratos de gestão celebrados pelas organizações sociais que se encontrem subordinadas a seu controle, notadamente o INSTITUTO DATA RIO e o INSTITUTO UNIR SAÚDE.

Assim, promove e organiza a cooperação no crime e dirige a atividade dos demais agentes (circunstância agravante prevista no art.62, I do Código Penal).



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Incluem-se, dentre as tarefas de LUIZ ROBERTO MARTINS na obra criminosa: definir os ocupantes dos cargos de direção das organizações sociais INSTITUTODATA RIO e o INSTITUTO UNIR SAÚDE, de modo a assegurar o controle sobre as deliberações das referidas entidades; diligenciar a obtenção de qualificação como “organização social” para novas entidades, de modo que o descarte da personalidade jurídica anterior e não interfira na continuidade da conduta delitativa; abordar e negociar com agentes públicos visando à obtenção de novos contratos de gestão em favor das organizações sociais sob seu controle; pactuar acordos com os fornecedores da organização social, quanto ao pagamento de vantagens indevidas em favor do comando da organização criminosa ou de terceiros indicados pelo mesmo; autorizar pagamentos extraoficiais (“por fora”) para dirigentes da organização social que participam das atividades ilícitas; e liberar pagamentos superfaturados em favor dos fornecedores da organização social, viabilizando o desvio e posterior apropriação dos recursos públicos.

LUIZ ROBERTO MARTINS ocupou ostensivamente a Presidência do INSTITUTO DATA RIO ao menos a partir do ano de 2007, à época em que a associação assumiu sua atual denominação⁴⁰. Embora a Presidência do INSTITUTO DATA RIO tenha sido assumida pelo ex-Diretor Financeiro JORGE CORRAL DE OLIVEIRA no ano de 2012. Anteriormente, a entidade se denominava “INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS RIO DE JANEIRO. Foi o próprio LUIZ ROBERTO MARTINS, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da organização social, quem subscreveu os contratos de gestão celebrados com a Secretaria Estadual de Saúde para administração das Unidades de Pronto Atendimento de Campo Grande I, Campo Grande II, Caxias I (Lafaiete), Caxias II (Sarapuí), Magé, Mesquita, Nova Iguaçu I (Cabuçu), Nova Iguaçu II (Bairro Botafogo), Queimados e Santa Cruz, entre os anos de 2012 e 2013.

Após vários termos aditivos de prorrogação, os contratos de gestão do

INSTITUTO DATA RIO foram se encerrando ao longo do ano de 2018: em janeiro de 2018, encerraram-se os contratos das UPAs de Mesquita, Nova Iguaçu I (Cabuçu), Nova Iguaçu II (Bairro Botafogo) e Queimados; em maio de 2018, os contratos das UPAs de Caxias I (Lafaiete) e Magé; e em novembro de 2018, os contratos de Campo Grande I, Campo Grande II, Caxias II (Sarapuí) e Santa Cruz. Das dez Unidades de Pronto Atendimento geridas pelo INSTITUTO DATA RIO, oito viriam a ser assumidas pelo INSTITUTO UNIR SAÚDE (CNPJ nº 00.083.837/0001-41), cujos contratos de gestão lhe proporcionariam uma receita anual superior a R\$ 121 milhões em recursos da Secretaria Estadual de Saúde. ”

(...)

(grifos e omissões nossas)

4.1.6.2 – As fls. 4730/31 e 32, dos autos, constata-se que:

“A atuação de LUIZ ROBERTO MARTINS como controlador do INSTITUTO UNIR SAÚDE restou evidenciada após a publicação da Resolução Conjunta SES/SECCG nº 664, de 16/10/2019, que desqualificou a entidade como organização social de saúde, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, em razão de irregularidades



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

constatadas na execução dos contratos de gestão celebrados com a Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro”.

“Dois dias após a publicação da citada Resolução Conjunta, LUIZ ROBERTO MARTINS queixa-se de que “querem pegar os contratos (da UNIR SAÚDE) na marra”:

MNI: Você está trabalhando hoje?

LUIZ ROBERTO: Tô chegando em Caxias.

MNI: Nossa... É...

LUIZ ROBERTO: Um stress muito grande com os contratos aí porque...

Nego querendo pegar os contratos da gente na marra.

MNI: Uhum.

LUIZ ROBERTO: Então eu tô trabalhando muito e pulando em cima dessa turma, que essa turma não vai levar...

“ Posteriormente, LUIZ ROBERTO MARTINS comenta com um interlocutor que quatro dos contratos de gestão do INSTITUTO UNIR SAÚDE estariam para vencer no dia 01 de novembro. LUIZ ROBERTO acrescenta que teria “cercado pelos sete lados” para assegurar a continuidade das contratações”:

LUIZ ROBERTO: Amanhã é o dia D pra mim.

HNI: É vai ver aí.

LUIZ ROBERTO: Ah passou pro (ininteligível)... O negócio da desqualificação. Eu cerquei pelos sete. Agora eu estou só esperando..

HNI: Amanhã eles vão dar a definição?

LUIZ ROBERTO: É o cara tinha da... dito que... É porque no dia primeiro vence 4 contratos nossos, 4 UPAS. Agora eu quero ver o que eles vão fazer. Vamos ver eu to... Eu cerquei pelos 7 lados. Agora é esperar pra ver.

HNI: Não... Vai dar certo. Deus é pai.

LUIZ ROBERTO: Eu não posso. Eu falo para eles o seguinte: " Eu não posso aos 47 do segundo tempo sair para um ataque em cima dessa turma, levar um contra ataque e perder o jogo por 1 X 0 aos 50.

HNI: É não pode não. Não pode não.

LUIZ ROBERTO: Então tem que ficar... Eu cerquei, eu to ouvindo todo mundo.

HNI: Mais vai dar certo.

LUIZ ROBERTO: Agora depois que a criança nascer aí eu tenho que fazer um

DNA... para ver que é o pai né.

HNI: É você trabalhou para tirar lá né.

LUIZ ROBERTO: Tudo que eu fiz... Ta tudo cercado. Vamos ver. (...)

Mais adiante temos o seguinte:

“Nos diálogos interceptados, LUIZ ROBERTO MARTINS deixa claro que pretende recorrer a agentes que possuem influência política para estaria promovendo interlocução com agentes políticos e/ou administrativos, cuja influência pudesse sustar – ou até mesmo reverter – os efeitos da desqualificação do INSTITUTO UNIRSAÚDE, referindo-se a um personagem ainda não identificado pela alcunha de “Rei da Baixada”, que iria “partir pra dentro dos caras”:

HNI: E o negócio de lá do Rio, tá indo tudo bem?

LUIZ ROBERTO: Tá.

HNI: Tá?



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

LUIZ ROBERTO: Tá, tá indo... O homem resolveu partir pra dentro dos caras

lá. Vamos ver o que que vai dar.

HNI: Ele, ele, o homem não resolveu partir não?

LUIZ ROBERTO: Resolveu

HNI: Ahhhh

LUIZ ROBERTO: O Rei da Baixada.

HNI: Isso, lá de baixo. Resolveu?

LUIZ ROBERTO: Pelo que ele mandou pra mim, tá dentro.

HNI: Então tá bom

LUIZ ROBERTO: Então vamos segurar.

HNI: Tá

4.1.6.3- As fls 4733/34: “Um dos personagens com quem LUIZ ROBERTO SOARES manteve contato, no intuito de preservar – e até mesmo expandir – a atuação das organizações sociais foi o empresário CÂNDIDO GILBERTO DA SILVA ARAÚJO51, que se ofereceu para exercer influência junto a agentes públicos ou políticos, para defesa dos interesses de LUIZ ROBERTO MARTINS, três dias após a desqualificação do INSTITUTO UNIR SAÚDE pela Secretaria Estadual de Saúde”:

CANDIDO GILBERTO: Oi meu amigo, boa tarde.

LUIZ ROBERTO: Você está bom?

CANDIDO GILBERTO: To bem e você? Tranquilo?

LUIZ ROBERTO: Risos, sobrevivendo.

CANDIDO GILBERTO: Não né? Tamo indo né?

LUIZ ROBERTO: Os cacetes estão comendo todos e mais alguma coisa.

CANDIDO GILBERTO: Hum?

LUIZ ROBERTO: As porradas estão comendo todas e mais algumas coisas.

CANDIDO GILBERTO: É né. Mais a gente vai... A gente vai, a gente vai ganhar essa luta aí cara. A gente tá somando aliado aí para vencer essa batalha. Tá tudo preparado aqui. Na hora certa eu vou te apresentando. Se você precisar, é claro né. De repente você nem precisa.

LUIZ ROBERTO: Hoje eu tenho um cartucho hoje a tarde...

CANDIDO GILBERTO: Bom né?

LUIZ ROBERTO: Eu tenho que fazer umas coisas. Ontem, olha... Terça, quarta e ontem foi de lascar, mas vai dar certo.

CANDIDO GILBERTO: Eu imagino.

LUIZ ROBERTO: No final vai dar certo.

CANDIDO GILBERTO: É eu, eu to, eu imagino, meu irmão tua guerra aí. Mas tamo junto cara, precisar eu to aqui. Te liguei para saber como é que está e pra te dar também uma coordenada que eu sei que o pessoal lá ta meio super atarefado né. Imagino eu. Eu tive ontem lá mas estavam tudo em reunião. Aí eu... Acabei não ficando muito tempo lá. Não pude esperar

LUIZ ROBERTO: Mas vai dar certo. Pode deixar que vai dar certo.

CANDIDO GILBERTO: É. Eu fiquei aguardando ele passar um e-mail pra mim. Não passou também... entendi. Eu falei: "não ta tudo certo", tamo aqui, tamo junto.

LUIZ ROBERTO: A gente tá na só nessa fase...

CANDIDO GILBERTO: Não... Imagina. To ligando mais só pra te dar um alô e dizer que nós estamos aqui. Ta bom? O que precisar...

LUIZ ROBERTO: Tamos juntos.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

CANDIDO GILBERTO: A gente é pequenininho mas... De repente, soma uma pedrinha pra derrubar o gigante.”

Obs: 51CÂNDIDO GILBERTO DA SILVA ARAÚJO é casado com DALILA PEIXOTO DE ARAÚJO, irmã do empresário MÁRIO PEIXOTO, controlador de grupo de empresas que recebeu mais de R\$ 43 milhões em pagamentos do INSTITUTO DATA RIO. CÂNDIDO GILBERTO, por sua vez, integrou as empresas NOVA LOCAL RIO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA (CNPJ nº 07.056.444/0001-98) e TECHNO EMPREENDIMENTOS EM INFORMÁTICA LTDA (CNPJ nº 12.112.414/0001-91), que ao todo receberam mais de R\$ 11,3 milhões do INSTITUTO DATA RIO.

4.1.6.4 – Registre-se a reunião intermediada por Candido Gilberto da Silva Araújo entre Luiz Roberto Martins e um agente público identificado como “LEO” para tratar de pagamentos atrasados de Organização Social ligada a Luiz Martins as fls. 4735/36.

“Posteriormente, Candido Gilberto da Silva Araújo também intermediou uma reunião entre Luiz Roberto Martins e um agente público identificado como “LEO”, que teria oferecido seus serviços para agilizar a liberação de pagamentos atrasados do Estado do Rio de Janeiro em favor do Instituto Data Rio. No entanto, Luiz Roberto Martins recusou a oferta, alegando que já teria um “contrato assinado”, pelo qual havia se comprometido a entregar a terceiros o percentual de 20% dos valores liberados.”

(...)

(grifo nosso)

4.1.6.5 - Uma das constatações fruto da operação “filhote de cuco” que se infere é que o Sr. Luiz Roberto Martins Soares, seguramente, era um dos responsáveis pela OS IDR antecessora da OS UNIR.

Verifica-se, ainda, consoante grampo telefônico que ele teria pagado propina a um agente público não identificado para reabilitar a empresa. A partir das interceptações telefônicas de 20 e 24 de março e 1 de abril de 2020 ficou claro o envolvimento de LUIZ ROBERTO MARTINS (um dos responsáveis pela UNIR), anunciando o pagamento de propina pela revogação da desqualificação e o, provável, acerto entre Mario... e o Réu para revogação da desqualificação da UNIR.

Luiz Roberto Martins Soares (20/03/20).

Destacamos os seguintes trechos das conversas.

Conversa de Luiz Roberto x usuário do terminal – gravação.

Elcy – vai pintar muita coisa, abrindo. Esse (inaudível) te falaram que vai revogar aquela decisão?

LUIZ: Diz o Mario que foi ele que acertou junto com o GOVERNADOR. Mas não publicou ainda. Eu estava comprando isso de um outro cara.

(Fonte: Denúncia MPF e PGR às fls.86; Inquérito 1338/DF).

No dia 1º de abril, Luiz Roberto Martins Soares volta a falar com Elcy:

Luiz Roberto Martins Soares: o cara que conseguiu a revogação para mim, que eu paguei lá de dentro. (Fonte: Denúncia MPF e PGR às fls. 87; Inquérito 1338/DF).

Em outra gravação em conversa com Nelson Bornier ele afirma que o próprio Bornier, também, teria a paternidade e metaforicamente afirma que teria que verificar o DNA do pai:



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Conversa de Luiz Roberto x Nelson Bornier.

Data 24/03/20

Degravação:

.....
LUIZ: estou te ligando para te dar uma boa notícia

Bornier: hum.

Luiz: O Zero 1 do Palácio assinou aquela revogação da desclassificação da UNIR.

Bornier: aquele relatório

.....
LUIZ: aquela desclassificação que impediu a gente de assumir as UPAS. Eu sei que tem muito pai aqui e eu teria que fazer um DNA para saber quem é o pai.

.....
Luiz: eu te passei isso aí porque eu sei que você tem uma parte da paternidade.

Bornier: esperar você para gente falar pessoalmente.

4.1.6.6 - Na oitiva do Sr. Nelson Bornier ao TEM (17/12/20) ele afirma que fez tal pleito de requalificação da UNIR ao Pastor Everaldo e que o Mario que se referia o Sr. Luiz Martins era o Mario Peixoto

(...)

O SR. WALDECK CARNEIRO – O senhor conhece o Sr. Luiz Roberto Martins?

O SR. NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA – Conheço.

O SR. WALDECK CARNEIRO – Conhece de onde?

O SR. NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA – Conheço quando da fundação das duas UPAs que existem na nossa cidade: uma no bairro Botafogo e outra no bairro de Cabuçu; uma se deu ali, precisamente, de Cabuçu, em 2008, e a de bairro Botafogo, em torno de 2010, 2011, que era administrada pela empresa que ele participa.

O SR. WALDECK CARNEIRO – Certo.

E o senhor se recorda do nome dessa empresa da qual ele participa?

O SR. NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA – É Unir.

(...)

E o senhor, por acaso, sabe que função ou que papel ele exercia nessa empresa ou exerce?

O SR. NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA – Não sei. Um dos responsáveis. O cargo que ele exercia se era Presidente ou alguma Diretoria, eu não sei, mas era um dos membros da Unir.

O SR. WALDECK CARNEIRO – Claro.

(...)

Durante a Operação Filhote de Cuco, no âmbito do Ministério Público Estadual, aparecem interceptações telefônicas de conversas que envolvem o Sr. Luiz Roberto Martins e o senhor mesmo...

O SR. NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA – Verdade.

O SR. WALDECK CARNEIRO – Não é verdade?

Tratando, tudo leva a crer, do episódio da requalificação da Unir, que tinha sido desqualificada, como o senhor conhece a história...

O SR. NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA – Verdade.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

O SR. WALDECK CARNEIRO – Em outubro de 19, foi por ato discricionário do Governador, ora afastado, reabilitado em março deste ano.

Nos diálogos, têm-se a impressão que o senhor tem uma relação muito forte com a UNIR, o senhor está diretamente interessado no episódio. Por que razão?

O SR. NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA – Deputado, se me permitir fazer uma exposição.

O SR. WALDECK CARNEIRO – Por favor.

O SR. NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA – Nós, políticos, o senhor também, sabe perfeitamente que a gente é procurado dia a dia por diversos correligionários, eleitores, que necessitam principalmente, no momento que a gente vive desse país, que é a questão do desemprego. Eu sou muito grato ao Sr. Luiz porque ele nunca me deixou de atender naquelas pessoas que a gente podia, efetivamente, apresentá-las, os currículos, e tratando-se de pessoa da cidade para que ali trabalhassem nessas UPAs. Aliás, o fiz ao longo de todo esse período, não só nelas mas todas as empresas que se instalavam na minha cidade para que a mão de obra ficasse ali dentro do nosso Município. Foi a partir daí que a gente teve um relacionamento e que se deu até esse momento do episódio que ocorreu e depois nós não tivemos mais contatos.

O pleito do Sr. Nelson Bornier para Edson Torres e outros que estivessem no mesmo espaço de reuniões com pautas não republicanas:

O SR. NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA – Deixa eu lhe dizer. Eu tive uma visita no escritório onde aparece inclusive essa filmagem lá do Edson, onde ali por uma ou duas vezes encontrei o secretário de saúde então da época, o Edmar. E eu mesmo, posso dizer aqui, até na subida do elevador, eu dizia para ele: secretário, olha com cuidado a renovação. Eu não estou falando das UPAs de modo geral, que eu não sei quantas ele administrava, essa Unir, mas principalmente as duas de Nova Iguaçu porque o senhor sabe, nós, políticos, vivemos dessas indicações, não só a Unir, estou falando de um modo geral, as empresas. A gente é procurado dia a dia e a gente podendo ter pessoas da nossa cidade, daqui a pouco vai se trocar, colocar uma outra qualquer que vai lá e tira todo mundo, que é contrato, vai lá e dá baixa em todo mundo, e vem pessoas que não têm nada a ver com a nossa cidade, de outros Municípios, tirando emprego daqueles que estão ali na cidade, que necessitam no dia a dia, que na sua maioria vinha até o para Rio de Janeiro porque a falta de emprego na Baixada é grande. Eis a única razão e motivo por que conversei e congratulei com ele por telefone.

O SR. WALDECK CARNEIRO – Entendi.

Oitiva do Sr. Nelson Bornier quando perguntado pela acusação sobre os responsáveis pela UNIR:

Quanto ao Sr. Luiz Martins

O senhor disse ainda há pouco que quando o senhor conheceu o Luiz Martins ele era um dos responsáveis pela Unir. A gente costuma dizer, quando diz “a gente” é mais de um, então, eu posso depreender que ele era um dos responsáveis pela Unir, um dos, mas não um só.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

O senhor saberia me dizer, pela sua experiência lá em Cabuçu e Botafogo, com duas UPAs. Quais seriam os outros responsáveis pela Unir?

O SR. NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA – Não sei. Não sei lhe dizer se ele teria outros sócios, se ele era Diretor, se ele era Gerente, se ele era empregado, enfim, eu não sei se teriam outras pessoas. Eu só sei que ele fazia o papel, que foi quando o conheci, como representante da Unir. Agora, nesse detalhe, se ele era dono, se ele tinha sócio, ou se ele tinha algum cargo de Diretoria contratado, isso eu não tenho conhecimento. Nunca entrei em detalhes nesse sentido.

Quanto ao Sr. Mario Peixoto.

O SR. LUIZ PAULO – Nem quero saber quem é, quero só no Sr. Luiz, aqui é o Luiz Roberto. Luiz diz o seguinte: “Diz o Mário que foi ele que acertou junto com o Governador, mas não publicou ainda, eu estava comprando isso de outro cara.” Essa é uma degravação de 20 de março de 2020, é uma degravação bem antes da sua, que foi de 24 de março, quatro dias antes.

Então, no sentido do senhor nos ajudar, “diz o Mário”, aí ficaram se colocando em dúvida se esse Mário podia ser o Mario Peixoto ou podia ser o Mário Marques Filho. Dessa frase o senhor depreende que esse Mário qual seria?

O SR. NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA – Eu acredito que seja o Mario que vocês tanto sabem, tão falado, que é o Mario Peixoto. Pode até ser que o Mário, o Mário Marques, que é o neto, conheça ele, eu não posso dizer isso aqui, isso aí eu não posso falar, mas acredito que não.

4.1.6.7 - Quanto à oitiva de Mario Marques de 17/12/20:

O SR. LUIZ PAULO – Eu fui Deputado estadual com o seu pai, na Assembleia Legislativa. O senhor tendo trabalhado cotidianamente com o Governador afastado Wilson Witzel, quando o seu nome veio à tona, o Governador poderia vir a público e dizer assim: “Este Mário pode ser qualquer Mário, menos o Sr. Mário Marques.”

Como eu não acredito que nada acontece por acaso, então, eu me lembrei do Abelardo Barbosa: “Eu não vim aqui para esclarecer, e sim para confundir”. Eu acho que, se o senhor está se sentindo magoado, aborrecido com isso, o senhor tem absoluta razão, porque eu, no seu lugar, teria o mesmo sentimento de profunda decepção com o ex-Governador Wilson Witzel.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO PEREIRA MARQUES NETO – Eu, assim que tomei conhecimento da defesa do Governador Wilson Witzel, mandei uma mensagem para ele, perguntando por que ele tinha feito aquilo, e ele respondeu que “Realmente você não tem nada a ver com isso; foi apenas para desacreditar o interlocutor.” Isso saiu na matéria do Sr. Pedro Figueiredo. Depois, ele disse, na matéria do UOL, que nunca tratou disso, de requalificação da Unir comigo. A defesa dele também deu uma resposta para a Globo, dizendo que não acreditasse que esse Mário seria eu. Então, assim, eu estou absolutamente tranquilo. Eu acho que foi uma estratégia equivocada que abalou bastante minha família, abalou todas as pessoas que giram em torno de mim. É isso.

4.1.6.8 - Na oitiva do Sr. Edson Torres ele afirma que o Sr. Mario Peixoto e Nelson Bornier lhe fizeram o tal pleito de requalificação da UNIR quando perguntado pela acusação.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Quanto a solicitação de Nelson Bornier a favor da UNIR:

(...)

O SR. LUIZ PAULO – Perfeitamente.

Nós tivemos aqui o depoimento, neste Tribunal, do senhor Nelson Bornier, que lutava muito, por questões lá de Nova Iguaçu, segundo o depoimento dele, pela requalificação da Unir. Alguma vez o senhor foi procurado por ele ou por alguma outra pessoa, pedindo para influenciar a requalificação da Unir?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Por algumas vezes, Nelson Bornier esteve comigo, no endereço da Rodrigo Silva, 18/10º andar, pedindo para ajudar nos contratos da Unir nas Upas e nos ajustes com a Unir.

Eu disse a ele que não tinha como ajudá-lo diante da situação administrativa da empresa, os processos que ela detinha.

(grifos e omissões nossas)

Quanto a solicitação de Mario Peixoto a favor da UNIR, assim se expressa o Sr. Edson da Silva Torres em oitiva ao TEM.

“Lembro-me que uma vez, depois de poucas vezes que eu estive com o Mario, que eu restabeleci um relacionamento com Mario Peixoto, em meados de 2019, Mario abordou o mesmo assunto, eu disse: - Mario, é melhor você providenciar uma outra OS porque a Unir está com muito problema.”

Foi a única vez que eu abordei o Mario sobre este assunto. E com Nelson, algumas vezes ele me procurou, eu disse que era impossível ajudar a Unir.

O SR. LUIZ PAULO – Eu fiquei aqui curioso, por que o Sr. Nelson Bornier insistia com o senhor, a fazer esse pedido para o senhor? Por que para o senhor especificamente?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Excelência, eu tinha uma relação pessoal e de... e comercial com o Secretário de Saúde. Provavelmente, é por causa desse conhecimento.

O SR. LUIZ PAULO – Perfeitamente, perfeitamente.

(...)

Ficou claro também que o Sr. Mario Peixoto intercedeu pela Unir com vossa senhoria, não é isso?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Uma única vez...

O SR. LUIZ PAULO – Uma única vez.

O SR. EDSON DA SILVA TORRES - ...numa reunião, no final de uma conversa, ele me abordou e eu disse: “Mario, profissionalmente, é melhor arrumar outra empresa.

(...)

(grifos e omissões nossas)

O Sr. Edson Torres respondendo a Desembargadora Maria da Glória Oliveira Bandeira de Mello:

A SRA. MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA BANDEIRA DE MELLO – Certo. Uma última colocação. Sobre essa reunião em que o Sr. Mario Peixoto estava defendendo os interesses da Unir e em que o senhor disse: - Olha, acho melhor o senhor mudar de OSS porque essa tá com muitos problemas. Não foi isso?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES - Foi.

O Sr. Edson Torres respondendo a defesa:

A SRA. ANA TERESA BASILIO – O senhor sabe o que ele respondeu o que ele ponderou quando o senhor disse isso, se ele aceitou ou se ele...

O SR. EDSON DA SILVA TORRES - Mario não ponderou. Mario fez um pedido muito clássico, se é possível ajudar resolver os problemas da Unir. Eu disse: - Mario, infelizmente, não tem



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

como, é melhor procurar outra empresa. E nós despedimos e ele saiu.

O Sr. Edson Torres respondendo a Desembargadora:

A SRA. MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA BANDEIRA DE MELLO – Quando o senhor fez esse, deu esse conselho, o senhor então já sabia que ele era, ele defendia os interesses da Unir, que ele tinha alguma participação na Unir? Ou o senhor foi pego de surpresa quando ele saiu pedindo pela Unir?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES - Eu já sabia que ele tinha interesse na Unir, já sabia, porque o mercado dizia.

A SRA. MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA BANDEIRA DE MELLO – Sim, mas o senhor sabe qual seria esse interesse?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES - Não, não sei, não sei.

A SRA. MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA BANDEIRA DE MELLO – Mas o senhor tinha ouvido no mercado que ele tinha interesse na Unir?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES - É.

A SRA. MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA BANDEIRA DE MELLO – E na IDR, empresa anterior, o senhor sabe também se ele tinha algum tipo de interesse?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES - Não sabia, não sabia, não sei, não sei.

4.1.6.9 - No termo de colaboração do Sr. Edmar José Alves dos Santos de 25/06/20, em sede de delação premiada, ao MPF, no seu Anexo 29- Reabilitação da UNIR por parte do Governador Wilson Witzel, declarou: “Que quanto a UNIR foi instaurado processo para a desqualificação; Que após tramite regular, contando com parecer jurídico favorável, a INIR foi desqualificado em outubro de 2019; QUE o decreto de Os no RJ prevê que tanto a qualificação quanto a desqualificação de uma OS depende da ato conjunto da SES e da Casa Civil; QUE foi isso o que ocorreu no caso da UNIR; Que houve assinatura dos dois secretários; QUE para a requalificação essa resolução conjunta não ocorreu; QUE em meados de março de 2020, após um almoço como governador WITZEL, o governador dá a notícia de que iria requalificar através de decreto; Que o colaborador sequer foi consultado; QUE quando o colaborador recebi a notícia ele pediu que o governador reconsiderasse porque havia muitas falhas na UNIR que levaram à sua desqualificação; QUE o governador manteve a sua posição porque teria que atender um pedido que lhe foi feito; (...)

Verifica-se, pois, que pessoas intercederam ao governador para requalificar a UNIR e, como adiante, ficará claro, que houve pagamento de propina na intermediação e nos pagamentos dos restos a pagar da UNIR e da IDR.

4.1.6.10 - Em escuta telefônica gravada constante na operação “Filhote de Cuco do MPE”, no item 4.1.6.4 da presente alegação, o genro de Mario Peixoto, Sr. Candido Gilberto da Silva Araújo tenta intermediar uma reunião entre Luiz Roberto Martins e um agente público identificado como “LEO” para tratar de pagamentos atrasados de Organização Social ligada a Luiz Roberto Martins. No entanto, Luiz Roberto Martins recusou a oferta, alegando que já teria um “contrato assinado”, pelo qual havia se comprometido a entregar a terceiros o percentual de 20% dos valores liberados.”

4.6.1.11- Na oitiva do Sr. Edson Torres quando perguntado pela acusação ele confirma que a Caixinha teria recebido 20% de



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

vinte e poucos milhões da IDR, sendo 13% para a caixinha e 7% para os advogados:

O SR. LUIZ PAULO – Agora, eu queria fazer umas perguntas sobre o caso Unir.

O senhor afirmou ao nosso relator que desconhece qualquer pagamento de propina da Unir. O senhor conhecia o Sr. Luiz Martins?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Não.

O SR. LUIZ PAULO – Não. O senhor já disse que conhecia o Sr. Mario Peixoto.

O SR. EDSON DA SILVA TORRES - Com certeza.

O SR. LUIZ PAULO – Houve uma operação denominada Filhote de Cuco em que se depreende que o Sr. Luiz Martins tinha já separado 20% sobre os restos a pagar da Unir ou da IDR, que é a firma que precede a Unir, que ele também trabalhava com ela, para uma caixinha de propina. O senhor teve ciência dessa notícia?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – IDR.

O SR. LUIZ PAULO – IDR.

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – IDR. O senhor agora está me trazendo o nome da empresa que eu falei que ia apresentar aos senhores. Lembrei agora: é IDR. Essa empresa tinha um resto a pagar de vinte e poucos milhões e foi feita uma gestão, através de advogados, e ela recebeu vinte e poucos milhões de restos a pagar. E ela pagou, de fato, 20% para os advogados que remeteram uma parte ao caixinha. A empresa é IDR.

O SR. LUIZ PAULO – Porque a IDR precede a Unir. Então, costumamos juntar as duas, mas sua resposta foi ...

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – CNPJ distintos.

(...)

(grifos e omissões nossas)

Restou, pois, comprovado que houve pagamento de propina.

Na escuta telefônica, o Sr. Luiz Martins, diz que teria um “contrato assinado”, pelo qual havia se comprometido a entregar a terceiros o percentual de 20% dos valores liberados. Possivelmente, visto a coincidência de datas, iria pagar 20% de propina para receber os restos a pagar do Instituto Data Rio de Administração Pública – IDR e da sucessora UNIR.

Verifica-se mediante consulta aos dados retirados do sistema SIG/Vision Flex, gerenciado pelo Poder Executivo, que o montante aproximado de Restos a Pagar recebido pela UNIR foi de R\$26,883 milhões, entre 07/11/2019 a 28/01/2020, através de 53 faturas e pela IDR, em 2020, foi de R\$ 8,731 milhões, através de 7(sete) CNPJs.

O montante pago a UNIR pelo Estado é similar aos vinte e poucos milhões de restos a pagar citado pelo Sr. Edson da Silva Torres em sua oitiva no TEM. Constata-se, ainda, que o montante de R\$26 milhões de restos a pagar foi uma demanda que surgiu nos meses finais de 2019, conforme foi expresso pelo mesmo em seu termo de depoimento ao MPF, de 03/07/21 às fls. 7 de 11.

“ Que registra ainda que existiu outro pagamento de restos a pagar em favor da OS IDR (Instituto Data Rio); Que, certa vez, VICTOR HUGO trouxe para o grupo a demanda quanto ao pagamento de atrasados em favor dessa OS no valor de R\$ 26 milhões. Que essa demanda surgiu nos meses finais de 2019; ”



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Eu acrescentaria que, quiçá, a caixinha da propina teria recebido o percentual de 20% de restos a pagar da IDR e UNIR, cujo operador comum era o Sr. Luiz Martins.

Conclusão nº 2

Fica, sem dúvida nenhuma, provado que o Sr. Luiz Martins, como operador da IDR/UNIR, comprou a requalificação da OS UNIR e efetuou o pagamento do percentual de 20% sobre o montante dos restos a pagar recebidos pela UNIR de R\$26,833 milhões (cruzando o valor pago com os termos da oitava do Sr. Edson Torres que explicitou que a caixinha recebeu o seu percentual que teria incidido sobre vinte e poucos milhões de restos a pagar), utilizando todos os intermediários possíveis junto ao Governador, mas, principalmente, os que geriam a “caixinha da propina” em que o Governador era beneficiado.

Constata-se, pois, que o Governador abrigou intermediações para requalificação da UNIR através de Decreto, cometendo Crime de Responsabilidade, pois atendeu demandas de terceiros (consoante demonstrado de Mario Peixoto e Nelson Bornier), contrariando o interesse público, estando incurso no artigo 4º, inciso V, e no artigo 9º, item 7 e no art. 74, na forma do artigo 2º, todos da Lei 1079/50, logo devendo ter seu impeachment aprovado por esse egrégio Tribunal Misto.

4.2 - Caso da OS Instituto de Atenção Básica – IABAS.

4.2.1 - A IABAS, tinha 96% de avaliação de desempenho semestral em conceito “C”, no contrato 03/2016, para gestão do HEAPN. Tal conceito representa o mais crítico desempenho e, mesmo assim, a IABAS foi selecionada pelo comando da área da Saúde estadual, com intenção não republicana, para implantar e gerir 7(sete) Hospitais de Campanha e que, ainda, tinha sido desqualificada no Município do Rio de Janeiro por gestão precária, que tinha sido investigada pelo MPE e que teve dirigente da mesma preso. E que, também, estava inscrita na dívida ativa do Município da Capital. O aparato institucional do Estado nada verificou, mesmo se tratando de um contrato de tal dimensão.

4.2.2 - Registre-se a oitava do Sr. Edson Torres no Tribunal Especial Misto-TEM (13/01/21) a acusação sobre a contratação da IABAS e sobre o contrato que a mesma desfrutava na gestão do Hospital Adão Pereira Nunes:

(...)

SR. LUIZ PAULO – Perfeitamente. Eu queria fazer algumas perguntas ao senhor, agora, especificamente, sobre os dois casos que eu tenho aqui grande interesse.

O primeiro caso, o labas. Eu perguntaria a V.Sa. se o labas pagava propina à caixinha por conta do seu contrato de gestão do Hospital Adão Pereira Nunes?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Inicialmente, não. Durante todo o ano de 2019, início de 2020, não. Depois, no início de 2020, por causa da pandemia, que Edmar trouxe um contrato fechado referente à pandemia, que, aí, colocou-se alguém para conversar com o labas sobre questão de participação de propina. Mas, durante 2019, é não, que eu saiba, não. Que eu saiba, não.

O SR. LUIZ PAULO - O senhor poderia me informar...

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Excelência, quero afirmar, que eu saiba, não.

O SR. LUIZ PAULO. Perfeitamente.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

É porque o labas tinha dois contratos com o Governo do Estado; um de gestão hospitalar do hospital Adão Pereira Nunes; e o segundo foi a de contratação da mesma para a construção e gestão dos sete hospitais de campanha.

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Sim.

O SR. LUIZ PAULO - Eu estou perguntando a V.Sa. e estou depreendendo do que o senhor falou, que em 2019 ela não pagava propina – pelo menos que o senhor saiba – e só tinha o contrato da Adão Pereira Nunes. Em 2020, o senhor está me dizendo, que a partir de um contrato novo, em função da pandemia, ela passou a pagar propina.

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – É.

O SR. LUIZ PAULO – Esse contrato novo seria dos sete hospitais de campanha?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Inicialmente, é o que eu lhe disse: 2019 eu não tenho nenhuma afirmação concreta de que ela pagou. Eu tenho... que eu saiba não pagou. 2020, por causa deste contrato novo, passou-se a conversar com eles, o pessoal do Victor Hugo passou a conversar com eles; mas eu não sei se houve propina em cima desses novos contratos, inclusive. Porque logo depois eu tive Covid, me afastei logo no início da pandemia, e não mais tive relações com relação a este contrato.

O SR. LUIZ PAULO – Deixe-me ver se eu entendi: então, o senhor está me dizendo que foram abertas relações negociais com o labas para pagar propina sobre os sete hospitais de campanha. Que o senhor não sabe se essas negociações tiveram um fechamento. É isso o que o senhor está me dizendo?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Com certeza. É a minha afirmação, doutor.

O SR. LUIZ PAULO – Perfeitamente.

Quería aqui continuar com o labas. O senhor aqui afirmou que as OSs pagariam propina de vinte pontos percentuais sobre os montantes realmente pagos de restos a pagar. O labas recebeu restos a pagar – o labas recebeu restos a pagar do hospital Adão Pereira Nunes, do hospital Adão Pereira Nunes. Ela pagou propina pelos restos a pagar?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Que eu saiba, são duas organizações sociais que pagaram, que foi feito, que eu sei que foi feito o acordo de 20%, dos quais devolviam-se 13% para o caixinha que foi montado; 7% eram honorários que ficavam com o advogado.

O SR. LUIZ PAULO – Então, eu estou entendendo...

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Agora, essas OSs que eu posso lhe afirmar, que eu lhe garanto é a HMTJ e uma outra OS que não é o labas, porque o labas eu não posso lhe afirmar, que eu não sei, eu não vou lhe afirmar aquilo que eu não sei.

O SR. LUIZ PAULO – Perfeitamente.

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Eu estou aqui como testemunha e eu sou responsável pelos meus atos.

O SR. LUIZ PAULO – Perfeitamente.

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Então, eu já confessei os meus atos. Então, eu vou informar os senhores, às senhorias, a questão da outra OS que eu não estou lembrando o nome agora. Eu não quero cometer o erro de falar uma OS errada.

O SR. LUIZ PAULO – Perfeitamente. Mas o senhor está nos informando algo que pelo menos não tinha sido ventilado na



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

mídia, que dessa propina de 20% dos restos a pagar, 13% iam para a caixinha da propina e outros 7% seriam intermediados por advogados, é isso?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – É. Os escritórios de advogados que representavam as OSs é que ficavam com esse percentual de honorário de trabalho deles.

O SR. LUIZ PAULO - O senhor nos afirmou que foi aberta uma negociação do labas com a caixinha, o senhor sabe dizer quem era o contato do labas? O contato, ou mais de um? Quem é que fazia esse contato, possivelmente com o Sr. Victor Hugo ou com quem de direito?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Eu não lembro, não lembro. Me perdoe, mas eu não posso afirmar.

O SR. LUIZ PAULO – Está bem. O senhor conheceu o Sr. Roberto Bertholdo?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Nunca vi.
(grifos e omissões nossas)

4.2.3 - A contratação da IABAS foi anunciada, publicamente, pelo Governador em 30 de março de 2020. E, logo, após, em 03 de abril, celebrou-se o contrato, de R\$ 835,8 milhões para construção e gestão hospitalar de 7 Hospitais de Campanha por um prazo de 6 meses. Não houve justificativa pertinente para a sua escolha. O montante inicial de R\$ 256,6 milhões foi empenhado e pago, sendo que foram entregues, apenas, 2 (dois) hospitais e, somente, o do Maracanã funcionou por breve tempo, e sob muitas ilegalidades, como sobre preço e superfaturamento.

4.2.4 - Destacaram-se na rapinagem, os senhores Gabriell Neves (preso em 07 de maio), Subsecretário Executivo e o Secretário de Saúde Edmar Santos (preso em 10 de julho), que estava sob o comando direto do denunciado.

4.2.5 - Verifica-se, em preliminar, ser improvável, que o Governador, ex-juiz federal, e seu experiente Secretário Edmar Santos, desconhecem as regras elementares da Lei das Licitações e Contratos, de que dois objetos distintos (obra de engenharia e gestão hospitalar) não cabiam em um mesmo contrato.

O Sr. Hormindo Bicudo sobre a contratação da IABAS, contrato de R\$ 850 milhões e que os órgãos de controle não foram alertados sobre tal contratação em sua oitiva ao Tribunal Especial Misto:

(...)

O SR. LUIZ PAULO – Que é um dos eixos aqui da nossa investigação.

O senhor é um homem de controle, há muitos anos, segundo a sua experiência, vai a três décadas. A labas havia sido desqualificada do Município do Rio de Janeiro no Governo de Marcelo Crivella e desqualificada por uma bagunça que ela vez lá, a bagunça era tão grande que tem uma Deputada que dizia que ela não era nem labas, era “Diabas”.

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – Eu me lembro disso.

O SR. LUIZ PAULO – Você vê como ela é conhecida, e ela foi convidada por alguém para construir, construir obra de engenharia e gerenciar serviços médicos...

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – Isso mesmo.

O SR. LUIZ PAULO – Serviços incompatíveis.

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – Totalmente.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

O SR. LUIZ PAULO – Que só faz aumentar o valor do contrato.
O SR. HORMINDO BICUDO NETO – E numa dimensão absurda.

O SR. LUIZ PAULO – Porque vai pagar um sobre preço sobre as obras de engenharia.

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – Exatamente.

O SR. LUIZ PAULO - Quem vai pagar? O Estado.

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – Perfeito.

(...)

O SR. LUIZ PAULO – Claro, o senhor vai investigar isso, é claro que isso salta aos seus olhos. Veio à tona algum dado de realidade para o senhor de quem teria colocado essa labas para fazer esse serviço?

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – Deputado, quando eu fiquei sabendo da dimensão dessa contratação, né?

O SR. LUIZ PAULO - Mais de 800 milhões.

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – Na época era 850...

O SR. LUIZ PAULO - Pois é, mais de 800...

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – Com 10 hospitais de campanha, que não é hospital simples, é um hospital... Hospital mesmo, porque hospital de campanha não é um piso, um ar condicionado, é um universo muito pesado, é uma responsabilidade muito grande e eu fiquei bem assustado como tudo aconteceu, sem planejamento nenhum, umas planilhas de orçamento totalmente equivocadas, o que sofreu uma ação nossa direta junto com a Procuradoria do Estado.

Numa primeira medida, nós reduzimos em mais de 150 milhões aquele contrato e me surpreendeu também por ser o labas porque ele aparece no nosso relatório e não aparece muito bem no nosso relatório de auditoria, aparece com deficiências graves e isso me surpreendeu profundamente, alertei todo setor, alertei o Secretário Edmar também por que dessa escolha, essa informação nunca me veio...

O SR. WALDECK CARNEIRO – ...mas apenas para questionar o seguinte: quando da decisão, a meu ver, temerária, desastrada de contratação da labas, o senhor afirmou que chegou a alertar o secretário de saúde e o próprio Governador.

Esse alerta foi feito de que maneira? Foi informalmente, teve algum documento?

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – Não, não foi alerta propriamente dito, porque quando eu soube da situação, ela já estava contratada. Tanto a Procuradoria quanto a CGE só ficaram sabendo dessa contratação quando ela já foi realizada.

O que nos deixou perplexos, porque da dimensão, o tamanho dela. Aliás, eu fiquei sabendo, Deputado, e aí, eu homenageio a Assembleia, foi pela ação de Deputados. Eu descobri por uma informação de um Deputado questionou o valor do contrato. Aí, eu fui levantar essa informação e descobri que havia um contrato de 850 milhões. Foi aí que começamos a bater em todos os mecanismos o que estava acontecendo porque realmente o controle não foi alertado sobre isso. E aí, descobri ainda que também o controle da Saúde não foi consultado. Havia um setor de controle na Saúde que não foi consultado. Os dois lados erraram né?

(...)

(grifos e omissões nossas)



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Para demonstrar, mais ainda, que a ausência de planejamento e controle, foram ingredientes que alimentaram a corrupção, se reproduz a oitava ao Tribunal Especial Misto (28/12/20) do Cel. Alex da Silva Bousquet que foi o 3º ex- Secretário de Saúde do Governo Wilson Witzel, respondendo a acusação:

(...)

O SR. LUIZ PAULO – Coronel Bousquet, o senhor foi o terceiro Secretário de Saúde no período da pandemia. Agora nós estamos no quarto.

Primeira pergunta, objetiva. Eu entendo que para enfrentar uma pandemia desta dimensão precisava atender àquela regra de ouro do planejamento: planejar, organizar, comandar, controlar, etc. Veja o senhor, e aí a primeira pergunta, se decidiu de uma forma, no meu entendimento, sem ter esse planejamento, de construção de 1.100 leitos de hospital de campanha. 1.100 leitos. Sete hospitais de campanha. Com as áreas escolhidas da forma mais aleatória possível. Depois se decide, o senhor participou disso, desmontar todos esses hospitais de campanha. E, dentro disso, evidentemente, está a IABAS. O contrato inicial foi de 835 milhões, depois teve uma redução, os leitos inicialmente eram 100, depois foi para 400, 700, 1.100, tudo caracterizando a total ausência de planejamento.

Então, pergunta específica aí para o IABAS, que se estende ao restante da Secretaria de Saúde. O senhor considera que o planejamento seja fundamental para fazer ações desse tipo?

O SR. ALEX DA SILVA BOUSQUET – Não tenho nenhuma dúvida disso.

O SR. LUIZ PAULO – O senhor não tem nenhuma dúvida, mas o senhor também não acha, estou lhe perguntando, se a falta de planejamento leva à desorganização e a desorganização e a falta de controle levam à corrupção?

O SR. ALEX DA SILVA BOUSQUET – É possível.

O SR. LUIZ PAULO – É possível.

O SR. ALEX DA SILVA BOUSQUET – Facilita, pelo menos.

(...)

(grifos e omissões nossas)

O Cel Bousquet respondendo a Desembargadora Teresa de Andrade Castro Neves sobre o Contrato da IABAS no mesmo sentido da precariedade do contrato:

(...)

A SRA. TERESA DE ANDRADE CASTRO NEVES – Com relação agora ao IABAS. Os contratos tinham a especificação de quantos leitos, qual o hospital de campanha, qual era o projeto de engenharia para construir o hospital? Tinha esse detalhamento para os sete hospitais que pretendiam ser contratados?

O SR. ALEX DA SILVA BOUSQUET – O contrato inicial, Excelência, salvo engano, tinha uma página e meia.

A SRA. TERESA DE ANDRADE CASTRO NEVES – Ou seja, não tinha nenhuma especificação.

O SR. ALEX DA SILVA BOUSQUET – Ele só dizia o número de leitos e durante quanto tempo eles deveriam ser disponibilizados. E aí depois disso, foram feitos aditivos e adicionados cronogramas, adicionadas metas de entrega. Mas o primeiro contrato ele é bastante precário.

4. 2. 6 - Para robustecer a acusação de que a contratação da IABAS foi escusa e se deu de forma irregular e improba através



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

de uma organização criminosa na gestão do acusado de Crime de Responsabilidade, o GOVERNADOR WILSON WITZEL, é que se transcreve o abaixo:

No termo de colaboração do Sr. Edmar José Alves dos Santos, em sede de delação premiada ao MPF em 24/06/20, as fls. 2 e 3 de 5, no Anexo 14 – IABAS, afirma: “ QUE, por ser aliada ao grupo do PASTOR EVERALDO o IABAS alimentava o pool de empresas que contribuía com o caixa da propina (...)

QUE, em janeiro de 2020, BERTHOLDO conversa com o colaborador sobre a perspectiva da contratação de hospitais de campanha, para a pandemia que se aproximava, Que o colaborador não deu muita importância para essa conversa porque os hospitais de campanha não estavam em seus planos; Que, com o avanço da pandemia, porém, o Estado SP decidiu montar hospitais de campanha e o colaborador voltou a conversar com BERTHOLDO, mas não definiu que seria o IABAS o contratado; Que o governador WITZEL e a primeira-dama HELENA começaram a pressionar o colaborador para a montagem de hospitais de campanha, já que as cobranças na mídia aumentaram; Que o colaborador voltou a orientar com sua equipe a montagem de hospitais de campanha, em modelos diferentes de SP, seguindo um raciocínio técnico; QUE quem bateu o martelo para a contratação do IABAS não foi o colaborador; QUE o colaborador recebeu de GABRIELL NEVES a notícia de que seria o IABAS a OS contratada; QUE o colaborador acreditou que essa escolha havia sido deliberada pelo grupo do PASTOR EVERALDO, já que o IABAS já tinha uma relação com o grupo; QUE, entretanto, o colaborador não teve a confirmação de VICTOR HUGO que essa decisão partiu do grupo; QUE PASTOR EVERALDO posteriormente informou ao colaborador que também não partiu dele essa decisão, mas é possível que tenha partido; Que VICTOR chegou a se queixar da interferência de CASSIO BARREIROS na relação com o IABAS; QUE a interface do grupo do empresário JOSÉ CARLOS narrado em anexo próprio era feita por CASSIO BARREIROS, que foi chefe de gabinete da casa civil e posteriormente assessor especial do governador WITZEL (...)

4.2.7- Para demonstrar que, posteriormente as prisões, principalmente, a de Gabriell Neves, a quadrilha continuou a agir, cite-se o termo de colaboração do Sr. Edmar José Alves dos Santos, em sede de delação premiada ao MPF em 25/06/20, as fls. 1 e 2 de 2, no Anexo 18 –Obstrução com pagamento de auxílio a Gabriell Neves e ligações para o colaborador. No referido Anexo, pelo relato do colaborador, sucintamente, fica claro como a quadrilha agiu. Por volta dos dias 19 e 20 de maio com grande preocupação e de forma concatenada, visto estarem preocupados com uma possível delação do Sr. Gabriell Neves que se encontrava preso nesse momento, mostraram a necessidade de se alinhar um discurso para se criar um alibi para o colaborador e que foi narrado pelo colaborador a entrega de R\$ 15.000,00 feita pelo Sr. Wilson Witzel ao Pastor Everaldo temendo busca e apreensão no Palácio, e que, até monitoramento de Gabriel na prisão por informante Ihe foi narrado para evitar que GABRIELL entrasse em desespero e resolvesse a falar sobre os esquemas e que, também, foi providenciado o pagamento de advogados , assim como o



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

pagamento de despesas pessoais de Gabriell e sua família fora da cadeia. (...)

“Que na véspera da exoneração de Edmar, ocorrida em 28 de maio de 2020, já após a operação Placebo, WITZEL ligou para o colaborador pelo WhatsApp perguntando se o colaborador já tinha advogado e falando sobre a necessidade de alinhamento dos discursos; QUE a proposta de WITZEL era um encontro entre os advogados e membros do governo para esse alinhamento;” (...)

4.2.8 - Resta, pois, comprovado a existência de negociações espúrias para a contratação da IABAS, a total ausência de planejamento e controle institucional na fase de contratação, a decisão foi tomada por voluntarismo e atendendo a interesses não republicanos dos partícipes da “caixinha da propina” e que continuaram a agir, mesmo depois de iniciadas as prisões de forma preventiva. Tal contratação da IABAS na gestão do Governador Wilson Witzel (denunciado ao Superior Tribunal Justiça-STJ e com denúncia acatada em 11/02/2021) por sua estrutura hierárquica corrupta composta pelo Secretário do Edmar Santos (foi preso, denunciado ao STJ e fez delação premiada) e do Subsecretário Executivo Gabriell Neves (foi preso e denunciado ao STJ). O contrato estava eivado de ilegalidades, com sobre preços, falta de qualidade dos materiais entregues, superfaturamentos, corrupção e a ineficiência no atendimento à população acometida de COVID-19. A tragédia da falta de planejamento associado a corrupção levou que, somente, 2 hospitais tenham sido concluídos, e efetivamente, tenha funcionado, exclusivamente o do Maracanã, e assim mesmo, com atendimento muito aquém do previsto e com perdas evidentes para os cofres públicos.

Constatou-se que o Governador só assinou o Decreto nº 47.103/20, de afastamento da IABAS, em 02 de junho de 2020, quando o erário já tinha sido pilhado, o Subsecretário Executivo da Secretaria de Saúde Sr. Gabriell Neves exonerado (20/04/20) e preso em 07/05/20, após a deflagração da “Operação Placebo”, onde o contrato da IABAS foi o alvo principal. Pela 2ª vez, agora no caso IABAS, o denunciado, só agiu, para tentar, de forma vã, se eximir de sua responsabilidade.

Conclusão nº 3

Fica, pois, demonstrado que o Governador, no mínimo, permitiu, a contratação da IABAS, sem licitação e sem os cuidados legais necessários, contrariando o interesse público, estando incurso no artigo 4º, inciso V, e no artigo 9º, item 7 e no art. 74 da Lei 1079/50 na forma do artigo 2º, logo devendo ter seu impeachment aprovado por esse egrégio Tribunal Misto.

Últimos Atos no âmbito do Tribunal Especial Misto.

Em 07/04/21, o Tribunal Especial Misto, a pedido da defesa e consoante a decisão do Exmo. Sr. Ministro Alexandre de Moraes do STF, ouviu o Sr. Edmar Santos, colaborador do Ministério Público Federal.

Quando perguntado pela defesa, em especial pelo Sr. Wilson Witzel, pela acusação e pelos membros do TEM, confirmou todas as acusações constantes dos Termos de Declaração em sede de delação premiada que foram liberadas pelo STJ e STF, reafirmando um amplo esquema de corrupção no âmbito da Secretaria de Saúde, conforme já relatado na presente alegação.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

O que fica devidamente registrado, que, também, no período da pandemia, que quase nada ocorria, em aquisições e contratações, principalmente, no que tange as OSs, na Secretaria de Saúde, se não houvesse propina. Triste, pois revela a dilapidação do erário e o desrespeito a dor da população fluminense. Ficou mais uma vez reforçada toda a narrativa da presente alegação final, com as devidas comprovações, da existência, nos casos UNIR e IABAS, de Crime de Responsabilidade do, então, Governador Wilson Witzel.

Posteriormente, a oitiva do Sr. Edmar Santos, foi ouvido o denunciado por Crime de Responsabilidade, o governador afastado Sr. Wilson Witzel.

Que após preleção inicial, do mesmo, em que se declarou inocente, foi ouvido pelos membros do TEM e pela acusação e pelos advogados de defesa.

Nas oitivas procurou desqualificar as denúncias do Srs. Edmar Santos e do Sr. Edson Torres e negar a sua responsabilidade em relação a UNIR, IABAS e Caixinha da propina.

Entende a acusação que a denúncia fundamentada da presente alegação final ficou na verdade robustecida com a oitiva, tão desejada pela defesa, do Sr. Edmar Santos, visto que ele respondendo ao Sr. Wilson Witzel, reafirmou com bastante ênfase tudo que já havia relatado ao MPF e já explicitado nesta alegação final.

5 -A tipificação por Crime de Responsabilidade, Lei 1079/50.

5.1-Torna-se imperioso destacar parte do artigo 2º da Lei 1079/50:

“Art. 2º - Os crimes definidos nesta lei, ainda quando simplesmente tentados, são passíveis de perda do cargo, com inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, ”...

5.2 – No caso UNIR, o denunciado foi o principal protagonista, visto ter requalificado a UNIR a favor de outrem, a margem do interesse público e, posteriormente, a desqualificou, para se proteger das operações investigativas. Assim, o Sr. Wilson José Witzel, cometeu Crime de Responsabilidade por ato ímprobo tipificado no artigo 4º, inciso V, combinado com o art. 9º, item 7, nos termos do artigo 74, todos da Lei 1079/50.

.3 – No caso IABAS, o denunciado, deu aval para que o seu Secretário de Saúde a contratasse, em 03 de abril, por R\$ 835,8 milhões para construir e gerir 7(sete) Hospitais de Campanha por um prazo de 6 meses. Não houve justificativa pertinente para a sua escolha, além de conter a ilegalidade flagrante de um contrato de gestão que seria executado por uma OSs conter obras de engenharia de razoável complexidade como edificar os 7 hospitais de campanha. O montante inicial de R\$ 256,6 milhões foi empenhado e pago, sendo que foram entregues, apenas, 2 (dois) hospitais e, somente, o do Maracanã funcionou por breve tempo, com muitas desconformidades. O contrato se revelou, ainda, eivado de ilegalidades e improbidades. Verifica-se, que, em 28 de fevereiro de 2020, antes do Decreto de Calamidade Pública na área de Saúde (16/03), o Secretário de Saúde Edmar Santos, subordinado do denunciado, delegou, em parte, suas funções, ao Subsecretario Executivo Gabriell Neves (ambos presos). Pelo exposto o Sr. Wilson José Witzel, cometeu Crime de Responsabilidade, tipificado no artigo 4º, inciso V,



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

combinado com o art. 9º, item 7, nos termos dos artigos 2º, e 74, todos da Lei nº 1079/50.

6- Agravantes.

6.1- No Crime de Responsabilidade cometido pelo Governador Doutor Wilson José Witzel, Oficial de Marinha, advogado, ex-Defensor Público do RJ, ex-Juiz Federal, com Mestrado em Processo Civil e Doutor em Ciência Política, o agravante é o denunciado ser conhecedor profundo das Leis, da hierarquia de Comando e de suas responsabilidades jurídico - administrativas ter atentado contra a probidade na administração, procedendo de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo, em período de pandemia.

6.2- Verifica-se, também, como agravante, que o Governador Wilson José Witzel, por denúncia do Ministério Público Federal ao Supremo Tribunal Justiça, em processo penal, foi afastado do cargo, em 20 de agosto de 2020, pelo período de 6 (seis) meses por decisão monocrática. E, em 02 de setembro de 2020, por votação do plenário da Corte Especial do STJ, confirmou-se o afastamento por 14x1. E, que, em 11/02/21 a primeira de três denúncias feitas pela Procuradoria Geral da República - PGR foi acatada pelo Superior Tribunal de Justiça pela unanimidade dos presentes (14 votos em 15 possíveis), o transformando em réu por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, além de ter sido afastado pelo cargo por mais 1(hum) ano.

7- Do pedido ao Egrégio Tribunal Especial Misto – TEM.

7.1 - Inicialmente solicitamos que o referido julgamento, mesmo com entrelaçamento de todos os componentes ocorra em 3(três) etapas:

7.1.1- A existência do Crime de responsabilidade, do Governador Wilson José Witzel, pelos atos ímprobos cometidos pelo mesmo, desde sua posse em 1º de janeiro de 2019 como Governador do Estado do Rio de Janeiro. Demonstrou-se a existência, de um poder paralelo ao governo formado por uma plutocracia corrupta estruturada por agentes privados e públicos que agiam de fora para dentro do Governo dilapidando o erário visto que administravam uma caixinha de propina. Constata-se que o Governador se beneficiava da mesma, cujos recursos escusos se originavam, entre outros, de propinas pagas por OSs da área da saúde para se tornarem detentoras de contratos, para receberem do Estado restos a pagar de seus contratos em plena pandemia acirrando o número de contaminados e óbitos. Todos os fatos devidamente comprovados pelo cruzamento de informações que se originaram das operações efetuadas pelo MPR e MPE-RJ, das denúncias efetuadas pela PGR ao STF, da denúncia espontânea e da oitiva do Sr. Edson Torres, dos documentos encaminhados pelo STJ, das oitivas do Tribunal Especial Misto, entre outras fontes, tudo consoante sínteses aqui efetuadas;

7.1.2 - O Crime de Responsabilidade do Governador Wilson José

Witzel já devidamente justificada tipificada nesta alegação final, pela requalificação e posterior desqualificação da OS UNIR;

7.1.3 - O Crime de responsabilidade do Governador Wilson Witzel pela contratação da IABAS para construir e gerir 7(sete) Hospitais de Campanha, também, devidamente justificada e tipificada.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Isto posto, verifica-se presente e comprovada a existência dos componentes legais essenciais: a tipicidade da conduta e autoria de Crime de Responsabilidade, punível. Assim a acusação, composta pelos Dep. Luiz Paulo e Dep. Lucinha, requer as Exmas. Desembargadoras e Desembargadores, a Exma. Deputada e Deputados que compõe este Egrégio Tribunal Especial Misto do Estado do Rio de Janeiro, que condenem, consoante a Lei 1079/50, o Sr. Governador Wilson José Witzel pelo cometimento de Crime de Responsabilidade declarando o seu impedimento para continuar no cargo que ultrajou.

E que, posteriormente, seja o acusado sancionado com a inelegibilidade por 05 (cinco) anos consoante o artigo 2º da Lei 1079/50, por ser de JUSTIÇA. (...)” (SIC)

XXXV – DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL Nº 46.835-RJ, COM VISTAS À DECLARAÇÃO DE NULIDADE PROCESSUAL POR AUSÊNCIA DO LIBELO ACUSATÓRIO

Diante da apresentação das Alegações Finais pela Acusação (Id. 1975947), foi proferido despacho do Presidente do Tribunal Especial Misto (Id. 1978568), determinando a intimação do Réu para que apresentasse suas Alegações Finais.

Ocorre que, no dia 14 de abril do corrente, a Defesa do Réu protocolou a Reclamação Constitucional nº 46.835-RJ, no Supremo Tribunal Federal, nos seguintes termos:

(...)

I – CABIMENTO DA PRESENTE RECLAMAÇÃO
GARANTIA DE OBSERVÂNCIA À SÚMULA VINCULANTE Nº 46 E ÀS DECISÕES DO STF: Rcl-MC 42.861/SC; ADI 1.628/SC, ADI-MC 1.890/MA, ADI 4.791/PR, ADI 5.895/RR e ADPF 378.

A Reclamação, como sabe, é cabível diante de atos do Poder Público e tem por escopo, a preservação da competência dos Tribunais e a garantia da autoridade de suas decisões.

Especificamente no caso tela, a Reclamação tem por objetivo garantir a observância de enunciado de Súmula Vinculante e de decisões do Supremo Tribunal Federal, as quais, conforme será demonstrado a seguir, foram frontalmente vulneradas.

Dito isso, consoante asseverou o em. Min. Luís Roberto Barroso, em voto específico acerca da matéria:

“A reclamação dirigida a esta Corte é cabível quando se tratar (i) de usurpação de sua competência, (ii) ofensa à autoridade de suas decisões ou (iii) violação a decisão dotada de efeito vinculante (arts. 102, I, I, e 103, § 3º, da Constituição). Nessa última hipótese, o Supremo Tribunal Federal entende que há necessidade de aderência estrita entre o ato impugnado e o paradigma supostamente violado.”

E prosseguiu, com a argúcia que lhe é própria, ao tratar de aspecto análogo ao objeto da presente:



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

“A Súmula Vinculante 46, um dos paradigmas apontados na inicial, consolidou o entendimento desta Corte no sentido de que a “definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência privativa da União”. Assim, questionado o rito de impeachment de Governador fixado em ato local em face de enunciado de Súmula Vinculante desta Corte que estabelece a competência da União para dispor sobre a matéria, revelase adequado o cabimento da reclamação constitucional”

Nesta toada, deve-se observar que a presente Reclamação, tem por objeto a manutenção das decisões proferidas por este Supremo Tribunal Federal e que, equivocadamente, não foram observadas pelo Tribunal Especial Misto do Rio de Janeiro, na medida em que não houve apresentação do libelo acusatório por parte da acusação.

Em outros termos, é dizer que, o Presidente do TEM estabeleceu o roteiro a ser seguido durante o processo de impeachment sem se atentar para necessidade de apresentação do libelo acusatório, preconizado pelos arts. 24 e 58 a Lei 1.079/50, indo de encontro, assim, ao posicionamento pacífico do STF.

Veja-se que, em momento algum, se questiona o mérito das decisões que culminaram no atual estado do processo de impeachment, mas tão somente a não observância ao rito próprio estabelecido pela Lei 1.079/50 referendado por esta Corte Constitucional.

Irretorquível, pois, que a presente Reclamação se mostra de todo consentânea com o regramento anteriormente delineado, porquanto visa restabelecer, com lastro nos arts. 102, I, 'I', e 103-A, §3º, da CF, e art. 988, II e III, do CPC, a autoridade das decisões proferidas por este sodalício nas Rcl-MC 42.861/SC; ADI 1.628/SC, ADI-MC 1.890/MA, ADI 4.791/PR, ADI 5.895/RR e ADPF 378, bem como do entendimento cristalizado pela Súmula Vinculante nº 46.

II – ANAMNESE NECESSÁRIA

Em 27.05.2020, o Exmo. Deputado Estadual do Rio de Janeiro Luiz Paulo Correa da Rocha, bem como a Exma. Deputada Estadual do Rio de Janeiro, Lucia Helena Pinto de Barros ofertaram, com arrimo nos artigos 75 e 76 da Lei nº 1.079/1950, denúncia em desfavor do ora Reclamante, no bojo dos Processos Administrativos nº 5360/2020 e 5328/2020.

À mingua, porém, dos requisitos taxativos do artigo 76 do supracitado diploma; o qual estabelece como imperativo para a apresentação de denúncia contra titular de cargo do Poder Executivo Estadual documentos que comprovem os fatos narrados e o respectivos rol de testemunhas; o Exmo. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), após submetê-la à apreciação do colegiado daquela Casa, entendeu por receber a frágil inicial acusatória e prosseguir com o famigerado processo, em 10.06.2020 (doc.01). Ato contínuo, ainda em 10.06.2020, após o recebimento da denúncia, foi instaurada a Comissão Especial através do ATO/E/GP/Nº 42/2020. Cumpre revelar, por oportuno, que Exmo. Deputado Estadual Luiz Paulo, um dos subscritores da acusação, admitiu que deixara de instruir a referida peça inaugural com documentos indispensáveis a corroborar os alegados fatos; uma das tantas irregularidades que permeiam o processo de impeachment do Reclamante.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Ainda em sede estritamente política perante a ALERJ, após apresentada a defesa pelo Reclamante (doc.02), o Relator, Deputado Rodrigo Bacellar, elaborou parecer (doc.03) no qual concluiu, em face das denúncias originárias, pela existência de indícios de irregularidades relacionadas a dois fatos específicos: i) contratação da Organização Social de Saúde — OSS denominada "IABAS" (Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde) para a construção de hospitais de campanha (fls. 57/62 do relatório) e ii) a revogação da desqualificação da Organização Social de Saúde — OSS denominada Instituto Unir Saúde (fls. 31/57 do relatório).

Com efeito, na sessão ordinária ocorrida em 23.09.2020, deliberou-se pela abertura do processo de impeachment em desfavor do Reclamante, cuja competência para processar e julgar, inequivocamente é do Tribunal Especial Misto.

Nessa perspectiva, o presidente do TEM à época, Desembargador Cláudio de Mello Tavares, elaborou o roteiro de julgamento do aludido Tribunal (doc. 4) e foi convocada sessão inaugural na qual foi deliberado acerca da sugestão de referido script (doc.05).

Antes, contudo, da realização da referida sessão, atento à singularidade do caso ante o ineditismo de impeachment de Governador levado a cabo, o Excelentíssimo Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Fábio Porto, apresentou despacho contemplando uma proposta de roteiro mais detalhado ao Presidente daquele Tribunal. Todavia, analisando a Ata da Sessão inaugural, verificou-se que restou aprovada a proposta anteriormente elaborada.

Pois bem.

Pese embora até este momento tenha sido parcialmente seguido o rito estabelecido pela Lei 1.079/50, com a devida adequação constitucional determinada por esta e. Corte, fato é, que com a instauração do processo de impeachment pelo Tribunal Especial Misto, antes de passar à fase de instrução probatória, era de rigor que tivesse sido apresentado libelo acusatório, nos termos dos arts. 24 e 58 do citado diploma legal; o que não se fez.

As consequências e prejuízos ao pleno exercício da defesa e contraditório são patentes, mormente em razão da ausência de delimitação do objeto da acusação o que tem dado azo, ex vi, a toda sorte de questionamentos aos depoentes naquele feito, para muito além dos dois fatos inicialmente imputados ao Reclamante.

Este prejuízo se revela, outrossim, na medida em que a defesa não consegue saber exatamente do que se defender, sendo surpreendida a cada depoimento, viciando, assim, o próprio julgamento perante o colegiado.

Agrega-se a isto, o fato de que se trata de Ação Originária, razão pela qual, inexistente a possibilidade de revisão por um colegiado isento em outro grau de jurisdição, afetando de forma flagrante a imparcialidade, ainda que tais provas sejam extirpadas dos autos e os depoimentos sejam novamente colhidos.

Atualmente, após o interrogatório do Reclamante – diga-se, por mais uma vez eivado de perguntas completamente alienígenas ao objeto da demanda –, o feito se encontra em fase de alegações finais, e, por conseguinte, brevemente se sucederá o veredito final invariavelmente contaminado pelo Tribunal



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Especial Misto, acaso não haja uma imediata, necessária e pontual interferência por parte desta e. Corte.

III – DESRESPEITO À AUTORIDADE DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SÚMULA VINCULANTE 46; APLICAÇÃO POR SIMETRIA AO RITO DE IMPEACHMENT DE PRESIDENTE; Rcl-MC 42.861/SC; Rcl-MC 42.627/SC; ADI 1.628/SC, ADI-MC 1.890/MA, ADI 4.791/PR, ADI 5.895/RR e ADFP 378; DESRESPEITO AO RITO DA LEI 1.079/1950; AUSÊNCIA DO LIBELO ACUSATÓRIO; NECESSÁRIA DELIMITAÇÃO DO OBJETO DA ACUSAÇÃO; INSOFISMÁVEL AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA (ART. 5º, LV DA CF).

É cediço que os processos de impeachment, historicamente, culminam em demandas direcionadas a este Pretório Excelso. Tal fato decorre, portanto, da excepcionalidade das circunstâncias que tangenciam os processos desta natureza, associado à Lei 1.079/50, que regula este procedimento e foi editada sob a vigência da Constituição de 1946.

Diante disso, exercendo a jurisdição constitucional, o Supremo Tribunal Federal é constantemente exigido, tendo em vista a necessidade de se adequar a aplicação do rito previsto na referida Lei aos preceitos e garantias fundamentais insculpidos pela Constituição Cidadã.

Assim ocorreu no impeachment do então presidente Fernando Collor, quando o Plenário deste Tribunal, à época, julgou o Mandado de Segurança 21564/DF e assentou pela recepção, em parte, da Lei 1.079/50, interpretada e aplicada conforme as normas da Constituição Federal de 88.

Desde então, inúmeros são os precedentes deste Supremo Tribunal Federal, com vistas a sanar as divergências decorrentes das lacunas da Lei 1.079/50 e a atribuir-lhe interpretação compatível com o regime democrático.

O caso em testilha, inclusive, não destoa de outros tantos onde não prescindiu da pontual e cirúrgica intervenção desta e. Corte para o desígnio de adequar o rito de impeachment à Lei 1.079/50, na esteira dos princípios fundamentais da CF de 88; notadamente, o respeito ao devido processo legal, ao contraditório e a ampla defesa, como, aliás, se reconheceu ao se conceder liminar na Reclamação 45366/RJ.

Inobstante a ilegalidade reconhecida naquela Reclamação, inúmeras outras maculam o processo de impeachment do Governador Wilson Witzel e merecem o mais imediato reproche, a fim de assegurar a autoridade do entendimento pavimentado por esta egrégia Corte.

Frise-se que tais ilegalidades só foram percebidas após o início da instrução, sem a apresentação do libelo acusatório, o que dificultou, até mesmo, a própria defesa no momento de impugnar perguntas, tornando impossível o exercício adequado da defesa para formação do juízo de convencimento das teses defensivas. Tais ilegalidades decorrem, decerto, das parcas experiências em se tratando de impeachment sob a égide Estadual, especialmente, após a redemocratização. Não há paradigma a ser seguido, e cada caso concreto impulsiona a evolução jurisprudencial, a fim de sanar as lacunas existentes na Lei 1.079/50, que ainda hoje, serve como parâmetro a ser seguido.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Neste passo, é importante observar que, nos termos da Súmula Vinculante nº 46, as normas de processo e julgamento nos crimes de responsabilidade são de competência legislativa privativa da União.

Destarte, ainda que se trate de processo de impeachment de Governador, como no vertente caso, descabe eventualmente à Assembleia Legislativa ou ao Tribunal Especial Misto criar normas que desbordem o regramento instituído pela Lei 1.079/50.

Decorrente disso, em razão da necessidade interpretação conforme a CF 88, em diversas oportunidades, o STF se manifestou no sentido da aplicação por simetria das regras previstas na aludida Lei, complementando, assim, as lacunas existentes.

Ao julgar a ADPF 378 MC/DF, este Tribunal entendeu que, assim como no caso do ex-presidente Collor, o rito aplicável ao julgamento do impeachment de Presidente da República deve seguir, necessariamente, o que preconiza a Lei 1.079/50, sobretudo o julgamento de denúncias por crime iais:

“3.2. Diante da ausência de regras específicas acerca dessas etapas iniciais do rito no Senado, deve-se seguir a mesma solução jurídica encontrada pelo STF no caso Collor, qual seja, a aplicação das regras da Lei nº 1.079/1950 relativas a denúncias por crime de responsabilidade contra Ministros do STF ou contra o PGR (também processados e julgados exclusivamente pelo Senado).”

Ainda no mesmo julgamento, no que tange à necessária observância aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, reconheceu-se que o rito previsto pela supracitada regra é formalmente compatível com a Constituição Federal vigente, além da validade material de parte de seus preceitos, no que não conflitantes com o modelo delineado por esta.

Em outros termos, a observância aos referidos princípios fundamentais é medida que se impõe, não apenas no aspecto formal, mas sobretudo no plano material, mormente quando do julgamento perante o Tribunal Especial Misto, como no caso em tela.

Designadamente no que concerne ao julgamento de Governador por crime de responsabilidade, a partir da decisão na ADPF 378 foram proferidas outras decisões pelo STF a respeito da matéria, corroborando o paralelismo entre os modelos do processo de impeachment de Presidente da República e aquele.

Neste espeque, cita-se, à guisa de exemplo, a ADI 1.628/SC; ADI 5.895/RR; Rcl-MC 42.627/SC, bem como as esclarecedoras palavras do Min. Luís Roberto Barroso, relator da Rcl 42.861-MC/SC, na qual se reconheceu a lacuna da Lei 1.079/1950 quanto ao rito de impeachment de Governador e assegurou a extensão dos efeitos da decisão na ADPF 378-MC sobre o procedimento na esfera Estadual:

“23. Embora adotado o sistema unicameral nos Estados-membros, não parece haver óbice à aplicação do princípio da simetria, tendo em conta que se tem, no âmbito estadual, a mesma estrutura de órgãos exigida no rito do Presidente da República, isto é: um órgão responsável por autorizar a instauração do processo (a Casa Legislativa) e o outro pelo julgamento (o Tribunal Especial Misto).



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Ressalte-se que esta Suprema Corte já assentou a recepção, pela ordem constitucional vigente, do art. 78, § 3º, da Lei nº 1.079/1950, que prevê o processo e julgamento dos Governadores de Estado, quanto aos crimes de responsabilidade, por um tribunal misto composto por membros do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. (ADI 4.791, Rel. Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno)”

Como se estivesse a mirar o caso em concreto, o Ilustríssimo Procurador Geral da República, proferiu hodierno parecer na Medida Cautelar na ADPF 7406:

“É dizer: ainda que se entenda eventualmente que deva ser afastada a reprodução do modelo federal na esfera estadual, o contexto atual, na prática, e em grande parte por conta da orientação firmada pelo STF, é o de simetria, não havendo razão para ser alterado em juízo cautelar – para valer para o procedimento em curso. Seria postura mais atentatória ao princípio que o requerente afirma querer prestigiar. Adentrando às questões relacionadas na inicial, a Procuradoria- Geral da República entende que o rito aplicável ao processo de impeachment de Governador há de seguir aquele delineado para o impedimento de Presidente da República, por ser a compreensão que melhor prestigia a segurança jurídica.

A despeito da autonomia política dos entes federados, é importante haver uniformidade no tratamento da matéria, entendendo-se que alterações locais afetariam o pacto federativo.

A recepção ou não do rito estabelecido na Lei 1.079 toma como parâmetro a Constituição Federal, em que previstas normas atinentes ao procedimento na esfera federal, sem referência àquele processado em âmbito estadual.

Sendo a Constituição o parâmetro vigente, e não sendo dado ao Judiciário inovar no plano legislativo para suprir a insuficiência normativa referente ao rito atinente ao impeachment de Governador, parece adequada (e necessária) a correspondência e simetria de normas, no que for possível.” –grifo nosso

Não sem razão, ao elaborar a sugestão de roteiro a ser seguido pelo Tribunal Especial Misto/RJ, o insigne juiz auxiliar da presidência, assinalou que (fls.06/07, doc.06):

“(…) Em seguida, utilizou-se, como parâmetro, o julgamento pelo STF das demais Ações Diretas de Inconstitucionalidade que tratam do tema, a lei federal que disciplina o rito de impeachment (Lei nº 1.079/50) e, por fim, o Código de Processo Penal. Somente em não se encontrando qualquer embasamento nos parâmetros acima apontados é que se buscou delimitar um rito utilizando-se por simetria aquele já consolidado para o caso dos pedidos de impedimento de Presidente da República.”

Estreme de dúvida, desta feita, que o rito do impeachment de Governador deve guardar simetria com o previsto para os casos de Presidente da República, nos moldes da Lei 1.079/50, com a devida filtragem constitucional realizada na ADPF 378/DF, sendo imperiosa, deste modo, a observância aos princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal.

Frise-se, a propósito, que os supracitados dispositivos legais não passaram despercebidos pelo cauteloso Presidente do Tribunal Misto do Estado do Rio de Janeiro, consoante se infere da decisão acartada ao processo originário (doc. 07):



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

“Nesse contexto, a Súmula Vinculante nº 46 consolidou o entendimento da Corte Constitucional no sentido de que a “definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência privativa da união”. Esta competência foi exercida por meio da edição da Lei nº 1.079/1950, que constitui norma de observância obrigatória para os Estados, devendo, portanto, ser reproduzida nas Constituições Estaduais e nos Regimentos Internos das Assembleias Legislativas Estaduais” – grifo nosso. Mais adiante, ao se debruçar sobre o rito processual na espécie, o douto Presidente do TEM chegou a mencionar, expressamente, o indispensável libelo acusatório. Todavia, fez tábula rasa aos ditames elencados na consolidada jurisprudência desta e. Corte, vez que deixou de observar, a taxatividade estada nos artigos 24 e 58 da Lei 1.079/50, que assim dispõem:

“Art. 24. Recebido no Senado o decreto de acusação com o processo enviado pela Câmara dos Deputados e apresentado o libelo pela comissão acusadora, remeterá o Presidente cópia de tudo ao acusado, que, na mesma ocasião e nos termos dos parágrafos 2º e 3º do art. 23, será notificado para comparecer em dia prefixado perante o Senado.”

“Art. 58. Intimado o denunciante ou o seu procurador da decisão a que aludem os três últimos artigos, ser-lhe-á dada vista do processo, na Secretaria do Senado, para, dentro de 48 horas, oferecer o libelo acusatório e o rol das testemunhas. Em seguida abrir-se-á vista ao denunciado ou ao seu defensor, pelo mesmo prazo para oferecer a contrariedade e o rol das testemunhas.”

Malgrado a jurisprudência pacífica supra referenciada, na hipótese dos autos, superada a fase estritamente política do processo de impedimento e, sendo instituído o Tribunal Especial Misto, antes de se intimar o Reclamante para que apresentasse sua defesa, era cogente que a acusação apresentasse o respectivo libelo acusatório, nos termos preconizados pelos arts. 24 e 58 da Lei 1.079/50; o que não ocorreu.

Nota-se, portanto, que a ausência do indispensável libelo acusatório, essencial à delimitação e formalização das acusações anteriormente à etapa de instrução probatória, mormente em observância aos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal, acarreta vício insanável, indo de encontro à jurisprudência pacificada do Supremo Tribunal Federal.

Conquanto inexista previsão expressa do libelo acusatório no capítulo dedicado ao processo de Governador, à luz da jurisprudência acima colacionada que determina, por simetria, a aplicação do rito de julgamento de crime de responsabilidade de Presidente da República ao Governador, seu oferecimento se faz imperativo.

De fato, existem inúmeras lacunas na Lei 1.079/50 no que se refere ao impeachment Estadual, de sorte que a sua interpretação sistemática e em harmonia com o que se consolidou em relação ao modelo Federal, conduz à inexorável constatação acerca da necessidade do oferecimento do libelo acusatório.

Muito ilustrativas, no ponto, as contemporâneas palavras do em. Ministro Luís Roberto Barroso, relator da MC na Rcl 42.861/SC, em 31.08.2020. Veja-se:



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

“A Lei nº 1.079/1950 é lacunosa no que diz respeito ao rito de impeachment dos Governadores. Na ADI 1.628-MC, o Min. Nelson Jobim estabeleceu um cronograma, confirmado em outras ações diretas de inconstitucionalidade, em simetria com o processo e julgamento do Presidente da República.

Observo que o respectivo voto, embora se inicie com menção ao disposto nos art. 75 e segs. da Lei nº 1.079/1950, analisa os arts. 19 e segs., para, na sequência, estabelecer o cronograma acima citado, com fases correspondentes às do procedimento do Presidente da República. Aliás, de uma simples leitura dos dispositivos em questão, é fácil perceber que o cronograma não externa matéria “tratada exclusivamente pela Lei federal n. 1.079/50, em seus artigos 74 a 79”, como pretende fazer crer o reclamante.”

Não por acaso, no processo originário regido pelo Excelentíssimo Presidente do Tribunal Misto do Estado do Rio de Janeiro, constatou-se que o roteiro de julgamento, contemplou inúmeras alusões a artigos para além do título “Dos Governadores e Secretários de Estado” previsto nos artigos 74 a 79 da Lei 1.079/50.

E mais: observa-se no mesmo roteiro de julgamento a “adaptação de item da sessão de julgamento do impeachment da Presidente Dilma Vana Rousseff.”

Nesse sentido, insta asseverar, que no processo da ex-Presidente, houve oferecimento de libelo acusatório, de sorte a fundamentar, in casu, a necessidade de acusação pormenorizadamente escrita na etapa anterior à instrução probatória, em atenção aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Cumprir consignar, por oportuno, que o aludido artigo 24 da Lei 1.079/50 restou recepcionado pela Corte Constitucional após a decisão da ADPF 378, possuindo, assim, inteira aplicabilidade no caso em testilha.

Merece especial atenção, neste ponto, o fato de que a jurisprudência desta Corte reconhece a natureza predominantemente criminal do processo de impeachment, sendo aplicável à espécie, as normas do Código de Processo Penal de maneira suplementar. Este posicionamento, aliás, foi mencionado durante a elaboração da sugestão de roteiro subscrito pelo Excelentíssimo Juiz Auxiliar da Presidência, Sr. Fábio Ribeiro Porto, em 28.09.2020, no processo originário. É de se ver:

“Daí sua feição, a um só tempo, densamente política e jurídica, com matrizes de ação penal, segundo parte da doutrina. A problematização é assim resumida por PAULO BROSSARD: “(...) é difícil indicar o rumo, a nota dominante da doutrina, da jurisprudência e da legislação (...) A fórmula que o tentasse teria que conciliar as posições mais antagônicas e contraditórias, para dizer mais ou menos assim: o processo político não é puramente criminal, mas marcadamente judicial, portanto, misto” (O impeachment. Aspectos da Responsabilidade Política do Presidente da República. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1992, p.86). Em relação aos controvertidos aspectos jurídicos, a invocação de alguma natureza penal possivelmente decorre de nossa tradição jurídica, que, para além das relações contratuais, concebia a sanção judicial essencialmente como consequência penal até pouco tempo atrás. A nossa própria Corte



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Constitucional confirma esse tónus ao pedido de impeachment, parametrizando o seu processamento a partir da liturgia processual penal.” – grifo nosso Nesta toada, impõe-se consignar que o libelo acusatório previsto pelos arts.24 e 58 da Lei 1.079/50 é de inspiração procedimental da antiga sistemática do Código de Processo Penal para Tribunal do Júri (antigos arts.406 e segs. do CPP).

No entanto, a despeito da revogação desta sistemática instituída pela reforma do CPP realizada em 2008, a alteração em nada modificou a vetusa lei que disciplina os processos de impeachment. Afinal, *lex posterior generali non derogat priori speciali*.

Prova disso é que, no citado impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, houve oferecimento do libelo acusatório e sua respectiva contrariedade.

Apenas a título elucidativo, para que se compreenda a importância do libelo acusatório nos moldes previstos pelo antigo art. 417 do CPP, os seus requisitos eram: I) “o nome do réu; II) a exposição, deduzida por artigos, do fato criminoso; III) a indicação das circunstâncias agravantes, expressamente definidas na lei penal, e de todas as circunstâncias que devam influir na fixação da pena e IV) a indicação da medida de segurança aplicável”.

Em outras palavras, a melhor doutrina instrui que: “Constitui o libellium accusatorium a exposição escrita e articulada do fato criminoso e de suas circunstâncias, deduzidas uma a uma, em proposições simples e claras(...)”

Nota-se, portanto, a relevância e imprescindibilidade do libelo acusatório, de modo a balizar, delimitar e expor detalhadamente a acusação.

Afinal, no Estado Democrático de Direito, é fundamental que o acusado tenha ciência de toda acusação para que, então, possa exercer plenamente seu intocável direito a ampla defesa e o contraditório (art.5º, LV da CF).

A sua ausência, especialmente no caso em concreto, para além de se configurar como desrespeito às decisões consolidadas desta e. Corte, tem dado azo a um julgamento, deveras tão descompassado quanto teratológico, porquanto os questionamentos em sede do Tribunal Especial Misto, estão destoando por completo do cerne da demanda, por flagrante indefinição da causa de pedir, o que, seguramente seria delimitado pelo libelo acusatório.

Pode-se aferir tais limites à luz do art. 212 do Código de Processo Penal, cuja observância se impõe como a mais genuína forma de homenagem aos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal, in verbis:

“Art. 212: As perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com a causa ou importarem na repetição de outra já respondida.

Parágrafo único: Sobre os pontos não esclarecidos, o juiz poderá complementar a inquirição. (Incluído pela Lei nº 11.690, de 2008)”

Os excertos a seguir carregados, entretanto, se mostram de todo dissonantes com os limites legais avalizados, na medida em que, na sessão de instrução do Tribunal Especial Misto, foram



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

declinadas perguntas, inclusive, a respeito de “financiamento de campanha”. Veja-se:

“Deputado Waldeck Carneiro: O senhor participou de, digamos, de financiamento de campanha, ajudou a arrecadar recursos para campanha do partido dirigido pelo pastor Everaldo? Campanha recente, campanha de quem o senhor se lembra por exemplo?”

Edson Torres: Sim.

Deputado Waldeck Carneiro: Campanha de quem? O senhor poderia nos dizer quais são?

Edson Torres: Do Governador eleito Wilson Witzel.

Deputado Waldeck Carneiro: E quando o senhor conheceu o Governador afastado Wilson Witzel, em que circunstâncias quando foi aproximadamente?

Edson Torres: Foi em meados para final de 2017 na sede do PSC em reunião com o pastor Everaldo o Governador.

Deputado Waldeck Carneiro: Nessa ocasião o Wilson Witzel era ainda juiz federal?

Edson Torres: Então, juiz federal me perdoe, não era Governador então juiz federal, pretendente a disputar a vaga para candidatar ao Governo do Estado.

Deputado Waldeck Carneiro: Então, o senhor participou, digamos assim, de reuniões ou de articulações para que Wilson Witzel se tornasse candidato a Governador?

Edson Torres: Perfeito.

Deputado Waldeck Carneiro: Qual foi a sua participação exatamente nesse processo que levou Wilson Witzel a se tornar candidato a Governador?

Edson Torres: Em primeiro plano nós tivemos reunião sobre o interesse político dele, as conjunções de interesses do partido e as necessidades de recurso para estruturar a campanha política e eu participei nessa ajuda financeira para então viabilizar a campanha do juiz federal Wilson Witzel.

Deputado Waldeck Carneiro: O senhor pode dizer de que forma o senhor participou dessa, digamos, viabilização financeira da campanha do candidato Wilson Witzel? Fazendo o que? Agindo de forma? Abordando que pessoas?

Edson Torres: Eu inicialmente como empresário há alguns anos, eu procurei alguns parceiros de relacionamento no mercado, se tinham interesse em participar com ajuda econômica para a campanha do Governador estruturando um caixa para a campanha do Governador, tive uma resistência porque o percentual de apoio dele, possibilidade era mínima e não estava tendo êxito com quase ninguém eu só consegui êxito com uma pessoa que eu já conhecia há muito tempo conversei com ele, ele se interessou, aí ele sim me ajudou a montar uma estrutura financeira na época para colocar à disposição do então juiz federal Wilson Witzel(...)

Deputado Waldeck Carneiro: Repassou já a Lucas Tristão recursos de campanha naquela ocasião?

Edson Torres: Sim, uma parte desse recurso para ajuda ao então juiz federal.

Deputado Waldeck Carneiro: Na verdade a campanha não tinha começado nessa época né?

Edson Torres: Sim, era final de 2017, início de 2018.

Deputado Waldeck Carneiro: Então, o senhor está dizendo que passou recursos para o candidato ex-juiz e pré-candidato antes



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

de começar a campanha para suas despesas pessoais para suas despesas prévias a campanha?

Edson Torres: Perfeito.

Deputado Waldeck Carneiro: Queria fazer outra pergunta para o senhor, senhor Edson Torres. O senhor no depoimento ao Ministério Público Federal, justamente sobre esse ponto, afirmou que houve frequentes repasses destinados ao senhor Wilson Witzel, que ele teve que se desincompatibilizar, se exonerou do cargo de juiz federal como manda a lei para ser candidato com antecedência prevista em lei, ele precisava de recursos para ser manter, houve repasses com essa finalidade? O senhor cuidou disso? Participou disse de alguma forma?”

A defesa, por seu turno, sinalizou para esta anomalia, sem alcançar, contudo, a efetividade necessária:

Advogado de defesa: “... ai o que o senhor está se referindo a suposto pagamento que o senhor afirma ter feito ao Governador, para ressarcir-lo caso ele não tivesse sucesso em compensação a renúncia dele a magistratura, que é uma situação, o senhor mesmo afirma, que esse pagamento não foi para nenhuma contrapartida, não foi pedido nenhuma contrapartida, esse pagamento foi feito caso o Governador não tivesse sucesso na eleição e ele poderia se sustentar, como se fosse um compensação pelo risco que ele estava assumindo, essa é uma situação. Outra situação completamente diferente é o tal caixa de propina na saúde que seria dividido por pessoas integrantes do Governo e essa estrutura do Governo, que não está claro para esse Tribunal, pelo menos para defesa o que significa essa estrutura de Governo. Então eu queria saber em relação a esse caixa de propina, que é o objeto desse processo esses pagamentos anteriores enquanto o Governador era juiz não são nem objeto desse processo, o que interessa para esse processo, seria eventualmente propina. Então eu queria saber se o senhor tem alguma prova, algum documento que demonstre que o Governador Witzel teria recebida alguma propina.”

Esse dantesco cenário, também não passou despercebido pela Excelentíssima Desembargadora Tereza de Andrade, membro do Tribunal Especial Misto, que assim registrou:

Deputado Luiz Paulo: Só a título de esclarecimento Coronel Robadey, uma área que o senhor tem muito conhecimento uma área do corpo de bombeiro, já que também tem a Defesa Civil, também sob o manto do superfaturamento e da corrupção, foi contratada a empresa OZZ saúde para a gerência do Samu. Aí eu pergunto a Vossa Senhoria: Não dava para o Corpo de Bombeiro fazer a gerência das ambulâncias? Isso também foi discutido no grupo de crise a incapacidade do Corpo de Bombeiros de fazer por administração direta a gerência das ambulâncias?

Desembargadora: Presidente, nós estamos discutindo aqui se houve o superfaturamento do IABAS e se houve uma desqualificação, requalificação errada da UNIR, começam a perguntar sobre assuntos diversos, número de mortos, contratação de ambulância, nós não vamos chegar a lugar nenhum! Nós não somos competentes para julgar outros assuntos que não aqueles que constam na denúncia que o senhor assinou (Deputado Luiz Paulo)! Se o senhor quisesse denunciar sobre outras coisas, tivesse incluído na denúncia, a questão é que nós temos um cronograma e um limite! Nós não



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

chegaremos a lugar nenhum conversando sobre assuntos diversos que não o do processo! Além do mais, todas as perguntas começam com juízo de valor, as perguntas têm que ser sem juízo de valor! Eu deixo ele continuar se for assunto pertinente ao processo, se não for, não!

Deputado Luiz Paulo Desembargadora, a senhora deixa eu falar, Desembargadora, por favor?

Desembargadora: Se o senhor falar do nosso processo, se senhor falar do mundo a fora não!

As discrepâncias, lamentavelmente, não param por aí. Recentemente, quando da realização da derradeira audiência perante o TEM, ao ser interrogado, o Reclamante foi indagado acerca de inúmeros fatos que não são objeto do processo, ex vi: Dep. Alexandre Freitas: “O Sr. disse que na busca e apreensão (na ação penal) foram encontradas apenas bijuterias. O Sr. conhece a joalheria Lion Jóias, no Rio Sul?”

(...)

Dep. Alexandre Freitas: Porque que a Leão XIII ficava à cargo do Vice-Governador?

(...)

Des.Maria da Glória15: “Qual foi o período que o Sr., Governador, foi sócio do Sr. Lucas Tristão, antes da eleição?”

(...)

Definitivamente não há margem para contorcionismos processuais. A delimitação e escopo da acusação através do competente libelo acusatório representa, a mais não poder, verdadeira imperatividade formal que se desdobra em filtro garantidor dos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal, tão caros e necessários, sobretudo no presente caso.

IV – PEDIDOS

A manifesta ilegalidade que se abate nos presentes autos está a reclamar, indubitavelmente, a concessão de medida liminar, inaudita altera pars, de sorte a ser sobrestado o processo nº 2020-0667131, em curso perante o Tribunal Especial Misto do Estado do Rio de Janeiro, até o provimento final na presente Reclamação.

O fumus boni iuris é denso, consistente, e decorre do próprio vazio jurídico em que incorrera a não observância da apresentação do indispensável libelo acusatório, invariavelmente necessário à delimitação do objeto da acusação, e, por conseguinte, ao estrito e escorreito julgamento de impeachment, tudo em homenagem aos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal; nos moldes das reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal.

O periculum in mora é igualmente gritante: a marcha processual encontra-se contínua, sendo instruída por processo viciado na origem, tudo a indicar, afronta a matéria sedimentada por esta e. Corte. Ao fio do exposto, requer o Reclamante, ante a não apresentação do indispensável libelo acusatório, e pautado, sobretudo, na sensibilidade, descortino e senso de justiça de Vossa Excelência, a concessão da tutela de emergência em caráter liminar, a fim de que sejam sobrestados todos os atos ulteriores à propositura da presente Reclamação nos autos do processo nº 2020-0667131, em curso perante o Tribunal Especial Misto do Estado do Rio de Janeiro.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

No mérito, requer-se seja determinado ao Tribunal Especial Misto do Rio de Janeiro observância aos arts. 24 e 58 da Lei 1.079/90, com o necessário oferecimento de libelo acusatório e, conseqüentemente, o retorno e anulação de todos os atos desde aquele momento processual, em alinho com o entendimento assentado através da Súmula Vinculante 46; Rcl-MC 42.861/SC; Rcl-MC 42.627/SC; ADI 1.628/SC, ADI-MC 1.890/MA, ADI 4.791/PR, ADI 5.895/RR e ADPF 378 desta e. Corte Constitucional.
(...)

Em face da Reclamação ora citada, o Exmo. Senhor Ministro Alexandre de Moraes proferiu a seguinte decisão:

XXXVI – DA PETIÇÃO DA DEFESA SOBRE DILAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS

Diante da decisão pela improcedência da Reclamação Constitucional nº 46.835-RJ, ajuizada pela defesa do Réu no Supremo Tribunal Federal, a Defesa peticionou ao Presidente do Tribunal Especial Misto, requerendo a dilação do prazo para apresentação das Alegações Finais, pretextando, para tanto, a alta complexidade do caso, bem como a quantidade excessiva de depoimentos a serem analisados, razão pela qual requereu prazo adicional de 05 (cinco) dias.

Após análise do pedido pelo Desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira, presidente do Tribunal Especial Misto, foi proferida a seguinte decisão:

“Juntem-se os documentos encaminhados através do Ofício nº 000877/2021-CESP pelo Ministro Benedito Gonçalves do Superior Tribunal de Justiça, consistente em anexos da colaboração premiada de Edmar Santos que não contemplam diretamente o nome do denunciado.

No dia 12.03.2021, a Defesa do denunciado teve integral acesso a esses documentos na Ação Penal que tramita no STJ, conforme certidões de fls. 1830 e 1834 da Petição nº 13.505/DF.

Assim, não se está diante de informações desconhecidas da Defesa, mas pelo contrário, a instrução probatória foi encerrada sem prejuízo ao denunciado, na medida em que tinha amplo conhecimento de todos os documentos que pudessem ser usados em seu benefício.

Considerando que a Defesa requer dilação do prazo para apresentação de alegações finais sob a justificativa da complexidade da causa, conforme petição ora anexada, e visando evitar qualquer arguição de nulidade, **DEFIRO** a prorrogação até o dia **27/04/2021**.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Designo sessão de julgamento para o dia **30/04/2021 às 09:00 horas**.

Dê-se ciência às partes.

Intimem-se.”

XXXVII – DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL Nº 47.040-RJ, COM VISTAS À REABERTURA DA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA COM NOVA OITIVA DA TESTEMUNHA EDMAR SANTOS E REINTERROGATÓRIO DO RÉU

Em 26 de abril do corrente, o Réu ajuizou a Reclamação Constitucional nº 47.040-RJ, no Supremo Tribunal Federal, objetivando a reabertura da instrução probatória, com nova oitiva do Sr. Edmar Santos e novo interrogatório do Sr. Wilson Witzel, nos seguintes termos:

“I – CABIMENTO DA PRESENTE RECLAMAÇÃO:

GARANTIA DE OBSERVÂNCIA AO ENTENDIMENTO ADOTADO NA ADPF 378.

A Reclamação, como se sabe, é cabível diante de atos do Poder Público e tem por escopo a preservação da competência dos Tribunais e a garantia da autoridade de suas decisões.

No caso tela, a Reclamação tem por objetivo garantir a observância de decisão do plenário deste Pretório Excelso, a qual, conforme será demonstrado a seguir, foi claramente vulnerada.

Dito isso, consoante asseverou o em. Min. Luís Roberto Barroso, em voto específico acerca da matéria:

“A reclamação dirigida a esta Corte é cabível quando se tratar (i) de usurpação de sua competência, (ii) ofensa à autoridade de suas decisões ou (iii) violação a decisão dotada de efeito vinculante (arts. 102, I, I, e 103, § 3º, da Constituição). Nessa última hipótese, o Supremo Tribunal Federal entende que há necessidade de aderência estrita entre o ato impugnado e o paradigma supostamente violado.”

Nesta toada, deve-se observar que a presente Reclamação, tem por objeto a manutenção de decisão proferida por este Supremo Tribunal Federal e que, equivocadamente, não foi observada pelo Tribunal Especial Misto do Rio de Janeiro, na medida em que **foram adunados ao processo originário termos de colaboração premiada após o término da instrução; já quando em curso o prazo para alegações finais da defesa.**

Em outros termos, é dizer que, o Presidente do TEM, após ofício originalmente enviado pelo STJ, especificamente o em. Ministro Benedito Gonçalves, juntou 28 anexos de referentes à colaboração premiada da principal testemunha do processo (ex Secretário de Saúde, Edmar Santos) já quando encerrada a instrução probatória, em flagrante desalinho do quanto assentado no julgamento da ADPF 378-MC:

“O INTERROGATÓRIO DEVE SER O ATO FINAL DA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA (ITEM F DO PEDIDO CAUTELAR): O interrogatório do acusado, instrumento de autodefesa que densifica as garantias do contraditório e da ampla defesa, deve



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

ser o último ato de instrução do processo de impeachment. Aplicação analógica da interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal ao rito das ações penais originárias. Precedente: AP 528-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Plenário. Procedência do pedido.”

(STF, ADPF 378 MC / DF; Tribunal Pleno, Rel.Min. Luis Roberto Barroso, Dj em 08/03/06)

Irretorquível, pois, que a presente Reclamação se mostra de todo consentânea com o regramento anteriormente delineado, porquanto visa restabelecer, com lastro nos arts. 102, I, 'I', e 103-A, §3º, da CF, e art. 988, II e III, do CPC, a autoridade da decisão proferida por este sodalício na ADPF 378.

II – ANAMNESE NECESSÁRIA

Em 27.05.2020, o Exmo. Deputado Estadual do Rio de Janeiro Luiz Paulo Correa da Rocha, bem como a Exma. Deputada Estadual do Rio de Janeiro, Lucia Helena Pinto de Barros ofertaram, com arrimo nos artigos 75 e 76 da Lei nº 1.079/1950, denúncia em desfavor do ora Reclamante, no bojo dos Processos Administrativos nº 5360/2020 e 5328/2020 (doc. 01). À mingua, porém, dos requisitos taxativos do artigo 76 do supracitado diploma; o qual estabelece como imperativo para a apresentação de denúncia contra titular de cargo do Poder Executivo Estadual documentos que comprovem os fatos narrados e o respectivos *rol* de testemunhas; o Exmo. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), após submetê-la à apreciação do colegiado daquela Casa, entendeu por receber a frágil inicial acusatória e prosseguir com o famigerado processo, em 10.06.2020 (doc. 02).

Ato contínuo, ainda em 10.06.2020, após o recebimento da denúncia, foi instaurada a Comissão Especial através do ATO/E/GP/Nº 42/2020. Cumpre revelar, por oportuno, que Exmo. Deputado Estadual Luiz Paulo, um dos subscritores da acusação, admitiu que deixara de instruir a referida peça inaugural com documentos indispensáveis a corroborar os alegados fatos; uma das tantas irregularidades que permeiam o processo de *impeachment* do Reclamante.

Ainda em sede estritamente política perante a ALERJ, após apresentada a defesa pelo Reclamante (doc.03), o Relator, Deputado Rodrigo Bacellar, elaborou parecer no qual concluiu, em face das denúncias originárias, pela existência de indícios de irregularidades relacionadas a dois fatos específicos: i) contratação da Organização Social de Saúde — OSS denominada "IABAS" (Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde) para a construção de hospitais de campanha e ii) a revogação da desqualificação da Organização Social de Saúde — OSS denominada Instituto Unir Saúde.

Com efeito, na sessão ordinária ocorrida em 23.09.2020, deliberou-se pela abertura do processo de *impeachment* em desfavor do Reclamante, cuja competência para processar e julgar, inequivocamente é do Tribunal Especial Misto.

Nessa perspectiva, o presidente do TEM à época, Desembargador Cláudio de Mello Tavares, elaborou o roteiro de julgamento do aludido Tribunal (doc. 4) e foi convocada sessão inaugural na qual foi deliberado acerca da sugestão de referido *script*.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Com efeito, na sessão ordinária ocorrida em 23.09.2020, deliberou-se pela abertura do processo de *impeachment* em desfavor do Reclamante, cuja competência para processar e julgar, inequivocamente é do Tribunal Especial Misto.

Nessa perspectiva, o presidente do TEM à época, Desembargador Cláudio de Mello Tavares, elaborou o roteiro de julgamento do aludido Tribunal (doc. 4) e foi convocada sessão inaugural na qual foi deliberado acerca da sugestão de referido *script*.

Pois bem.

Passada esta fase, transcorreram todas as etapas processuais com vistas à elucidação do caso em testilha. Hodiernamente, **o feito se encontra com o prazo em aberto para a apresentação de Alegações Finais da defesa (doc.05), sendo certo que o termo final, após dilação de prazo deferido pelo em. Des. Presidente do TEM quando da juntada dos anexos em espeque, será terça feira próxima, dia 27** (doc.06).

Sucede que, conforme dito alhures, o em. Des. Presidente, acostou aos autos 28 (vinte e oito) anexos de colaboração premiada do ex Secretário de Saúde Edmar Santos, após findada a instrução processual, em flagrante disparidade do quanto assentado quando do julgamento da ADPF 378-MC, que assim dispõe:

“ O INTERROGATÓRIO DEVE SER O ATO FINAL DA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA (ITEM “F”): O interrogatório do acusado, instrumento de autodefesa que densifica as garantias do contraditório e da ampla defesa, deve ser o último ato de instrução do processo de impeachment. Aplicação analógica da interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal ao rito das ações penais originárias. Precedente: AP 528-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Plenário. (...) IV.9. O INTERROGATÓRIO DEVER SER O ATO FINAL DA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA (CAUTELAR “F” DA INICIAL) 97. O rito procedimental do processo e julgamento, elaborado pelo próprio STF, em seus itens 10 e 11, deixa claro que, tão logo formalmente instaurado no Senado Federal o processo de impeachment, deve ser realizado o interrogatório do Presidente da República. A deliberação administrativa, no ponto específico, levou em consideração o fato de que, à época (08.10.1992), o Código de Processo Penal estabelecia o interrogatório do acusado logo no início da instrução (em seguida à citação). 98. Contudo, não há como negar que o Código de Processo Penal sofreu expressiva alteração nessa matéria, tendo em vista que a Lei n.11.719/2008 modificou o art. 400 do Código de Processo Penal, transformando o interrogatório do acusado em ato final da instrução. Sendo certo, ainda, que o Plenário do STF, por entender que a referida alteração legislativa propicia maior eficácia à defesa, passou a considerar que a nova sistemática deve ser aplicada subsidiariamente às ações penais originárias em tramitação nesta Corte, em que pese o art. 7º da Lei n.8.038/90. Refiro-me à AP 528-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski. 99. Nessas condições, penso que idêntica solução deve ser adotada para o processo de impedimento. O interrogatório do acusado, instrumento de autodefesa que densifica as garantias do contraditório e da ampla defesa, deve ser o último ato de



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

instrução do processo. Diante do exposto, dou interpretação conforme aos arts. 28 e 29 da Lei n.1.079/1950 para que o interrogatório do acusado (item 11 da deliberação administrativa do STF) se realize após o término da instrução probatória (item 12 da Impresso por: 099.654.547-60 Rcl 45366 Em: 22/04/2021 - 01:25:0320 deliberação administrativa do STF)."

(STF, ADPF 378-MC/DF, Tribunal Pleno, Rel. p/ acórdão Min. Luís Roberto Barroso, dj em 08/03/16) (grifou-se)

No caso em tela, como afiançado, esta imperatividade não restou observada.

Decorrente disto, não há outra alternativa senão se socorrer a este e. Tribunal, ante o dantesco cenário que se instalou no processo de *impeachment* do Governador do Estado do Rio de Janeiro, rogando, desde já, por pontual e enérgica intervenção por parte de Vossa Excelência.

III – DESRESPEITO À AUTORIDADE DE DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

ADPF 378; INTERROGATÓRIO DO RÉU COMO ÚLTIMO ATO DA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA; INOBSERVÂNCIA; INSOFISMÁVEL AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E DEVIDO PROCESSO LEGAL (ART. 5º, LV DA CF).

É cediço que a decisão proferida na ADPF 378-MC, homenageia de forma ampla os princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal como uma das formas mais genuínas na busca de um escoreito e isonômico julgamento.

Não por acaso, no bojo da Rcl 45366/MC-RJ, que versa sobre outros aspectos relativos ao *impeachment* do ora Reclamante, Vossa Excelência assim assentou:

“A amplitude do interrogatório como meio de defesa engloba não só o “direito ao silêncio”, mas também o “direito de falar no momento adequado”, sob a ótica da possibilidade do acusado manifestar-se após o término da produção probatória e de integral juntada de todas as provas com potencial lesivo à sua defesa”

In casu, todavia, a juntada extemporânea de anexos da colaboração premiada do delator Edmar Santos, vulnerou de forma aviltante o entendimento sufragado não apenas na Ação Direta de Preceito Fundamental 378, mas sim, o núcleo essencial do direito à ampla defesa e ao contraditório, insculpidos pelo art.5º, LV da Constituição Federal.

Pois bem.

Em 23.12.2020, a defesa técnica do Governador Wilson Witzel, ajuizou Reclamação Constitucional, com fito de alcançar a tutela jurisdicional no que concerne à inobservância da Súmula Vinculante nº 14, bem como da própria ADPF 378.

À oportunidade, consignou-se que:

“O desvio procedimental, como já exposto, consiste em que, na decisão reclamada, o e. Presidente do Tribunal Especial Misto designou, para o dia 28.12.2020, segunda-feira, audiência para interrogatório do reclamante. Mas isso sem que já estivesse, como, de fato, ainda não está, finalizada a instrução probatória (doc. 3). 12. Desrespeitou-se, com isso, o parâmetro fixado por essa e. Corte no julgamento da ADPF 378-MC/DF, que assentou a diretriz vinculante de que o interrogatório, por se tratar de “instrumento de autodefesa que densifica as garantias do contraditório e da ampla defesa, deve ser o último ato de



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

instrução do processo de impeachment” (grifou-se). Desrespeitou, ao mesmo tempo, a Súmula Vinculante nº 14, porque além de a delação premiada do Sr. Edmar Santos não constar dos autos (prova já documentada em procedimento investigatório), conseqüentemente o reclamante não poderá ouvi-lo com toda liberdade”

Noutros termos, o Excelentíssimo Presidente do TEM à época havia designado o interrogatório do Reclamante sem que fosse possível interrogar o delator Edmar Santos, por decisão da lavra do em. Min. Benedito Gonçalves, além da falta de acesso aos anexos do seu termo de colaboração premiada na integralidade. Diante dos fatos, este em. Relator entendeu por deferir o pedido deduzido. A decisão restou vazada nos seguintes termos:

“Diante de todo o exposto, nos termos do artigo 989, II do Código de Processo Civil e artigos 21, §1º e 161, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, DEFIRO A MEDIDA CAUTELAR PARA SUSPENDER A REALIZAÇÃO DO INTERROGATÓRIO DE WILSON JOSÉ WITZEL nos autos do processo de impeachment 2020- 066713, em sessão de instrução designada pelo Tribunal Especial Misto para o dia 28.12.2020 e DETERMINO que o interrogatório somente poderá ser realizado após a defesa ter acesso a todos os documentos remetidos pelo Superior Tribunal de Justiça, com prazo mínimo de 5 (cinco) dias entre o acesso integral e o ato processual, bem como após a complementação da oitiva da testemunha Edmar José Alves dos Santos, quando não mais incidirem as restrições decorrente da delação negociada nos autos da Ação Penal 976/DF (Inquérito 1338/DF), nos termos do art. 7º, § 3º da Lei 12.820/2013”

Ao tomar conhecimento da supracitada decisão, o em. Des. Presidente do TEM determinou a expedição de ofício ao Min. Benedito Gonçalves, relator da Ação Penal nº 976/DF, cujo conteúdo carregou o seguinte teor:

“(…) o encaminhamento dos depoimentos prestados pelo Sr. Edmar Santos, indagando, ainda, a respeito da conveniência da publicização, tendo em vista a necessidade de indexá-lo aos autos respectivos para prosseguimento da regular marcha processual e disponibilização às partes interessadas junto ao processo SEI respectivo, em observância do Devido Processo Legal, ante o que restou decidido na MC na Reclamação 45.366/RJ, no Supremo Tribunal Federal”

Entretanto, na ocasião, não foi encaminhada a totalidade dos anexos da delação premiada. Ou seja, ao determinar o compartilhamento, o em. Ministro o fez, novamente, de forma parcial deixando de incluir os anexos 1, 2, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 32, 33, 34, 35 e 36.

Com efeito, a mesma defesa técnica peticionou ao TEM com o desiderato de esclarecer que, antes de ser ultimado o interrogatório do Reclamante, se fazia necessário o acesso integral a todos os anexos da colaboração premiada protagonizada pelo ex-secretário de saúde, Edmar Santos, nos termos da decisão exarada por este respeitável Relator⁴

O Presidente do TEM, todavia, ao interpretar decisão proferida naquela Reclamação, entendeu que já estavam disponibilizadas todas as provas imprescindíveis ao amplo e escorreito exercício do contraditório.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Irresignado, o Excelentíssimo Governador peticionou nos autos daquela mesma Reclamação informando o descumprimento da decisão prolatada por este em. Ministro, notadamente pela ausência dos anexos 1, 2, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 32, 33, 34, 35 e 36 do termo de colaboração premiada⁵.

Ato contínuo, ao analisar a petição, Vossa Excelência entendeu por não acolher os argumentos suscitados⁶:

“A garantia do exercício da ampla defesa somente alcança o acesso a provas que digam respeito à pessoa do investigado ou aos fatos diretamente a ele imputados, não autorizando o acesso a documentos sigilosos que tenham por objeto fatos e imputações dirigidas a terceiros e que não estão sendo utilizados pela acusação no Tribunal Especial Misto, sob pena de se romper, indevidamente, o sigilo legalmente estabelecido para casos de delação negociada (art. 5º, I, Lei 12.850/2013)”

Assim, prosseguiu-se com a instrução, levando a cabo a oitiva do delator, mesmo ausentes partes essenciais da sua colaboração, culminando com o interrogatório do ora Reclamante, o que deveria ser o último ato instrutório.

Todavia, em 20.04.2021, após encerrada a instrução, esta defesa técnica foi surpreendida com a juntada, *ex officio*, de 28 anexos de delação negociada do ex-Secretário, Edmar Santos, cujo acesso havia se requerido antes da sua oitiva, com fito, obviamente, de se oportunizar o devido contraditório⁷.

A referida juntada ocorreu por conta de ofício⁸ da lavra do em. Ministro Benedito Gonçalves, que assim assinalou na sua decisão:

“Ante o exposto, consolidando as decisões anteriores sobre a situação jurídico-processual de WILSON JOSÉ WITZEL, já com denúncia recebida, e à luz do art. 7º, §§ 2º e 3º, da Lei n. 12.850/2013, CONCEDO A WILSON JOSÉ WITZEL ACESSO AOS ANEXOS 01, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34. Na forma do despacho de fls. 1795-1796, com pequena alteração decorrente desta decisão em relação aos trechos que devem ser suprimidos da mídia audiovisual da audiência, GARANTA SE-LHE ACESSO ao instrumento do acordo de colaboração premiada (fls. 01-23), à ata de audiência (fls. 645-646), à mídia audiovisual referente à audiência (fl. 647) – à exceção dos seguintes trechos: minuto 11:26 até 11:36 (anexo 02), minuto 16:10 até minuto 17:31 (anexos 23 a 27), minuto 19:38 até minuto 20:27 (anexos 35 a 36) – e à decisão de homologação (fls. 670-674).”

O Presidente do TEM, por sua vez, quando da juntada destes anexos consignou:⁹

“Juntem-se os documentos encaminhados através do Ofício nº 000877/2021-CESP pelo Ministro Benedito Gonçalves do Superior Tribunal de Justiça, consistente em anexos da colaboração premiada de Edmar Santos que não contemplam diretamente o nome do denunciado.

No dia 12.03.2021, a Defesa do denunciado teve integral acesso a esses documentos na Ação Penal que tramita no STJ, conforme certidões de fls. 1830 e 1834 da Petição nº 13.505/DF. Assim, não se está diante de informações desconhecidas da Defesa, mas pelo contrário, a instrução probatória foi encerrada



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

sem prejuízo ao denunciado, na medida em que tinha amplo conhecimento de todos os documentos que pudessem ser usados em seu benefício.”

*Considerando que a Defesa requer dilação do prazo para apresentação de alegações finais sob a justificativa da complexidade da causa, conforme petição ora anexada, e visando evitar qualquer arguição de nulidade, **DEFIRO** a prorrogação até o dia **27/04/2021**.*

*Designo sessão de julgamento para o dia **30/04/2021 às 09:00 horas**.*

Dê-se ciência às partes.

Intimem-se.

Causa espécie que a decisão proferida pelo em. Min. Benedito Gonçalves¹⁰ de liberação de acesso aos anexos da delação premiada até então não juntados, tenha ocorrido em 08.03.2021, e a defesa, por seu turno, tenha peticionado nos autos da Reclamação 45.366/RJ em 26.03.2021, justamente requerendo fossem juntados estes mesmos anexos adunados somente agora, dia 21.04.2021, **após encerrada a instrução processual**. Quais sejam eles: 1, 2, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 32, 33, 34, 35 e 36.

Ora, a defesa técnica se insurgiu contra a decisão de falta de acesso aos anexos da colaboração em época oportuna, durante a realização da instrução probatória, antes do interrogatório do Reclamante, para que fosse garantido o contraditório e ampla defesa, inclusive mediante pedido expresso aduzido no bojo da Rcl 45.366/RJ e que, somente agora, finda a instrução, foram juntados aos autos.

Patente, destarte, que se esta diante de manifesto ultraje aos princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa e devido processo legal, nos termos consubstanciados na ADPF 378-MC

E nem se argumente que a defesa já tinha acesso a esses elementos através da Ação Penal 976/DF e que estes não dizem respeito ao Governador Wilson Witzel.

Urge esclarecer, em primeiro plano, que não se discute o acesso ou não a provas em processo alheio, mas sim, em juntada extemporânea de meios de prova que não passaram pelo pálio do contraditório e ampla defesa, com nítido condão de influenciar a decisão dos julgadores do TEM, exsurgindo contaminação subjetiva que viola o devido processo legal e a imparcialidade exigidas em um julgamento justo.

Tais elementos de prova, acostados de forma irregular aos autos, terminam por acarretar evidente contaminação subjetiva dos julgadores, o que se desdobra, como dito, em um julgamento invariavelmente comprometido.

Há, inclusive, colisão frontal ao julgamento proferido por Vossa Excelência e à própria coisa julgada do STJ, uma vez que já houve a delimitação expressa dos anexos a serem compartilhados em momento anterior, limitando, por conseguinte, a cognição em sede da instrução probatória adstrita a estes.

Ademais, os novos anexos insertos no processo originário, mesmo que não fizessem menção expressa ao Governador, seriam imprescindíveis à estratégia e ao concatenamento da linha defensiva. Não por acaso, o próprio Ministro Benedito



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Gonçalves, ao liberar o acesso a estes anexos, reconheceu expressamente a relevância desta premissa, é de se ver¹¹:

“Os anexos 01, 05, 06, 07, 08, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 32, 33 e 34, mesmo que não contemplem diretamente o nome de WILSON JOSÉ WITZEL, fazem parte do espectro mais amplo de atribuição de responsabilidade criminal a ele, tendo em vista as denúncias já apresentadas pelo MPF. Por outro lado, esses anexos não fundamentam nenhuma diligência investigativa em curso, cuja concessão de acesso ao denunciado possa torná-la parcial ou totalmente ineficaz.”

Na contramão, porém, do quanto sustentado pelo nobre Des. Presidente do TEM, os novos anexos, em verdade, trazem menções expressas ao Governador.

Assim, vez que liberados e disponibilizados de forma irrestrita a todos os membros julgadores, necessariamente deveriam, ao menos, ser submetidos ao pálio do contraditório e da ampla defesa.

Não se trata apenas de mera prova documental, passível de juntada a qualquer tempo, mas sim de elemento probatório carregado de conteúdo eminentemente subjetivo, imprestável e ilícito se não submetido ao contraditório.

A título exemplificativo, veja-se o excerto do anexo 1712 acostado aos autos de origem no dia do 20.04.2021:

“Que em março ou abril de 2020, em reunião na sede do PSC, presentes o colaborador, o Pastor Everaldo e Felipe Pereira, filho de Everaldo e assessor do Governador Witzel”

Gize-se, outrossim, que a testemunha Edmar Santos foi arrolada exclusivamente pela defesa, não cabendo desta forma, juntada, de ofício e extemporâneo, do seu acordo de colaboração relacionado a este próprio arrolamento, em nítido prejuízo para o Reclamante.

Ademais, fato é que, em um processo atento às garantias constitucionais, o denunciado se defende com base nas provas que estão carreadas àquele feito especificamente, sendo vedado, deste modo, a inserção incidente de elementos estranhos à marcha processual.

Seja como for, o ato de juntada dos anexos de delação premiada, sem que se oportunize o contraditório e mais, sem qualquer amparo legal, representa, a mais não poder, inafastável contaminação subjetiva dos julgadores, burla ao devido processo legal, ofensa ao contraditório e afronta direta ao entendimento consolidado através da ADPF 378.

IV – PEDIDOS

A ilegalidade aduzida é patente, aferível de plano, de modo a ensejar a concessão de **medida liminar, inaudita altera pars**, a fim de que seja sobrestado o processo nº 20200667131, em curso perante o Tribunal Especial Misto do Estado do Rio de Janeiro, até o provimento final na presente Reclamação.

O *fumus boni iuris* é denso, consistente, e decorre da ofensa direta ao entendimento adotado pelo plenário desta e.Corte quando julgamento da ADPF 378-MC, especificamente no que tange ao interrogatório do acusado como último ato no processo de impedimento, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa (art.5º, LV da CF).

Como mencionado ao longo desta inicial, a defesa foi surpreendida, já quando em curso o prazo para apresentação das alegações finais, com a juntada de vinte e oito (28) anexos



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

do termo de colaboração premiada do Sr. Edmar Santos, ex-Secretário de saúde do Estado do Rio de Janeiro, após ser ouvido como testemunha no processo, sem que fossem submetidos ao crivo do contraditório e da ampla defesa; apesar de ter sido anteriormente requerido pela defesa do Reclamante. O *periculum in mora* é igualmente claro, posto que está em curso o prazo para a apresentação das alegações finais defensivas e já há designação da sessão de julgamento final para o próximo dia 30, em exatos 4 dias.

Ao fio do exposto, requer o Reclamante, pautado, sobretudo, na sensibilidade, descortino e senso de justiça de Vossa Excelência, a **CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA EM CARÁTER LIMINAR, INAUDITA ALTERA PARS**, a fim de que seja sobrestado o processo nº 20200667131, em curso perante o Tribunal Especial Misto do Estado do Rio de Janeiro, até o julgamento do mérito da presente Reclamação.

No **MÉRITO**, requer-se seja determinado ao Tribunal Especial Misto do Rio de Janeiro, em observância ao decidido na ADPF 378-MC, a reabertura da instrução probatória com nova oitiva do Sr. Edmar Santos e reinterrogatório do ora Reclamante; ainda que seja o mérito apreciado monocraticamente nos moldes do art. 161, § único do Regimento Interno deste Supremo Tribunal Federal.”

Sobre a matéria acima transcrita, manifestou-se o Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal:

"(...) Notifique-se, com urgência, o Presidente do Tribunal Especial Misto do Estado do Rio de Janeiro, para que preste informações no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. Publique-se."

Após pronta resposta enviada pelo Presidente do Tribunal Especial Misto, o insigne Ministro Alexandre de Moraes proferiu a seguinte decisão:

"(...) JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, determinando o desentranhamento dos NOVOS Anexos acostados aos autos (...) após o término da instrução probatória, por ofício encaminhado pelo Superior Tribunal de Justiça. (...)"

Em suma, o Relator da matéria no STF decidiu pela invalidação dos novos anexos, deferindo parcialmente o pedido do Réu, sem, contudo, determinar a retomada da fase instrutória do processo nem impedir o julgamento do feito, marcado para 30 de abril de 2021.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

XXXVIII - DAS ALEGAÇÕES FINAIS DA DEFESA

Diante da apresentação das Alegações Finais pela Acusação (Id. 1975947), foi proferido despacho do Presidente do Tribunal Especial Misto (Id. 1978568), em 09 de abril de 2021, determinando a intimação do Réu para apresentar suas Alegações Finais.

No dia 27 de abril do corrente, após ter obtido dilação de prazo, conforme já relatado, a Defesa apresentou suas Alegações Finais (Id 2067588), iniciadas por três preliminares, e, posteriormente, enviou memoriais aos membros do Tribunal Especial Misto, destacando os principais aspectos do feito e as razões fáticas e jurídicas pelas quais requer a absolvição do Réu. Valho-me, pois, da citação dos referidos Memoriais da Defesa para restituir as preliminares e seus principais argumentos defensivos

“(…) O defendente foi alvo de denúncia subscrita pelos em. Deputados Luiz Paulo Correa da Rocha e Lucia Helena Pinto de Barros, pela suposta prática dos crimes de responsabilidade inculpidos nos arts, 4º e 9º da Lei 1.079/50. Sucede que, para além da questão meritória, que impõe absolvição, fato é que o presente processo se encontra viciado desde sua origem, consoante se verá a seguir: Em primeiro lugar, é cabível consignar, que a denúncia pese embora o brilho dos subscritores, revela-se imprestável tanto formalmente, quando materialmente, porquanto não aponta a descrição fidedigna das supostas práticas delitivas perpetradas pelo defendente, se limitando, assim, a remontar fatos da decisão prolatada pelo em. Min. Benedito Gonçalves. Afora isto, o processo carece do indispensável libelo acusatório, corolário delimitador do objeto da acusação. Por isso, face à flagrante inépcia da denúncia e ausência do libelo acusatório, o processo merece ser anulado desde a sua origem, por ofensa direta aos princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório (art.5º, LV da CF) e do devido processo legal (art.5º LIV da CF). Por outro lado, nota-se a evidente ofensa à Súmula Vinculante 14 do STF. Isto porque, o Ex. Presidente do TEM, entendeu por designar o interrogatório do defendente antes mesmo do seu acesso integral à delação do Sr. Edmar Santos, elementos estes, indispensáveis ao deslinde da controvérsia e ao pleno exercício de sua defesa. Desta feita, merece, assim, anulação tanto da oitiva do referido, quanto do interrogatório do defendente. Imprescindível consignar ainda, o cerceamento de defesa pelo indeferimento de prova pericial. A produção de prova pericial, sobretudo nesse caso, se revela indispensável para descortinar a verdade real envolta no cerne da denúncia, são elas: i) prova pericial contábil para apurar a existência de eventual irregularidade com relação aos pagamentos feitos à UNIR, bem como aos pagamentos das obras e serviços de hospitais de campanha pelo IABAS; ii) prova pericial de engenharia, para comprovar que não houve superfaturamento, especificamente



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

na contratação emergencial do IABAS 3 pelo Governo do Estado, para construção, montagem e estruturação de hospitais de campanha diante da pandemia de COVID-19. Com efeito, em homenagem aos princípios do contraditório e ampla defesa, (CF, art. LIV e LV), bem como ao art. 79, caput, da Lei nº 1.079/50, e art. 400, §1º, do Código de Processo Penal, o processo deverá retornar àquela fase processual. LISURA DA DECISÃO DE TEMPORÁRIO RECRENCIAMENTO DA UNIR SAÚDE A OSS UNIR, era responsável pela gestão de 09 (nove) Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) no Estado do Rio de Janeiro. A sua contratação, no entanto, se deu há muitos lustros, antes mesmo à gestão do Governador Wilson Witzel. O defendente recebeu o Governo em situação calamitosa, mormente na área da saúde. A gestão pretérita, perpetrou o caos no Estado, para muito além da pasta da saúde, indubitavelmente uma das mais afetadas. Em decorrência disso, um dos primeiros atos de gestão do Governador Wilson Witzel, fora o de ordenar ao Controlador Geral do Estado e ao Secretário de saúde imediata auditoria em todas as unidades de saúde, o que resultou no dramático relatório de nº 51/2019. A referida OSS UNIR, celebrou com o Estado do Rio de Janeiro, ainda sob o governo do então Governador Luiz Fernando Pezão, 07 (sete) contratos de gestão, entre janeiro e dezembro de 2018, cujas cifras pecuniárias, atingem o valor de R\$ 172.514.848,00, dos quais 05 (cinco) foram aditados entre o fim do mandato antigo e o início do atual governo. Ao decidir pela requalificação da OSS UNIR, o Governador já estava ciente das inúmeras falhas existentes nos mecanismos fiscalizatórios, os quais, não estariam atendendo o seu objetivo primordial: garantir a eficiência da prestação do serviço de saúde. Não por acaso, suas suspeitas se concretizaram, vez que, não havia, no momento da decisão ora objurgada, um conjunto de decisões apontando descumprimentos contratuais pela OSS UNIR que justificasse a adoção de medida tão drástica.⁴ O trabalho, dessarte, descortinou a existência de algumas OSS em situação igual ou até mesmo mais problemática, como são exemplos o Hospital Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ), a Viva Rio (VIVA), a Pró Saúde, a Cruz Vermelha e a Mahatma Gandhi, sobre as quais, se pretendia debruçar como início da solução da questão endêmica que vivia e ainda vive a saúde no Estado do Rio de Janeiro. Imagine se o Governador fosse descredenciar todas? Seria o caos no RJ. Impende demonstrar, outrossim, que a OSS UNIR apesar de estar listada como potencial risco de dano ao erário, ainda sim era muito inferior à várias OSS que até hoje prestam serviço ao RJ. E pasme-se após a desqualificação da UNIR, estas empresas assumiram os contratos. A intenção do Governador, era a de alinhar, mediante à parametrização feita pela Controladoria, de modo definitivo as mazelas da saúde no Estado, mas para isso, era necessário cautela e estratégia. Não é demais lembrar, que já tinham sido celebrados aditivos de contrato da OSS UNIR, com a Secretaria de Saúde do Estado do RJ. Ora, por mais que tivessem alguns processos contra a UNIR em andamento, nenhum com trânsito em julgado declarado, era razoável desqualificá-la? Decerto que não. Como já amplamente aduzido, existiam OSS em situação muito pior. Não se pode criminalizar um ato discricionário, legal e fincado na razoabilidade, por presunções de ilegais benefícios a quem



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

quer que seja. É preciso provas. Aliás, o Governador ao requalificar a OSS UNIR, não determinou que esta voltasse aos contratos pretéritos. Ora, onde está o tal benefício a terceiros? Inobstante a absoluta lisura e regularidade dos atos praticados, insta asseverar, que, em razão dos fatos apurados no Processo nº 5010476- 42.2020.4.02.5101, em curso perante o Juízo da 07ª Vara Criminal Federal, o defendente, de ofício, determinou a revogação da requalificação do Instituto Unir Saúde. Isto porque, naquele processo sobrevieram fatos contundentes em desfavor da referida OSS, o que, usando da mesma lógica de pensamento, ou seja, em atenção ao interesse público, como já dito, se entendeu por tomar esta medida extrema.5 Razão disso, não se afigura minimamente razoável, por assim dizer, que se utilize de decisão legítima proferida nos autos de um processo administrativo, - repise-se, invariavelmente ancorado em premissas legais-, para justificar abertura de processo de impeachment contra um Governador eleito por mais de 4.5 milhões de votos. Data máxima vênia, isso beira o absurdo. Para além disso, os depoimentos já carreados na petição de “Alegações Finais” defensiva, dão conta que o ato de requalificação da empresa UNIR, nada mais foi do que uma decisão fincada na técnica, razoabilidade e lisura. Acerca dos pagamentos efetuados a UNIR após ser descredenciamento, urge destacar, em primeiro plano, que o Governador não é ordenador de despesa. Os pagamentos efetuados pelo Poder Público não são simples transações. Elas decorrem de minuciosos Processos Administrativos que tramitam entre as diversas Subsecretarias Executivas dentro da Secretaria de Saúde a fim de garantir que o dinheiro público esteja sendo bem aplicado. De toda sorte, é imprescindível consignar, que o pagamento, empenho e todas as burocracias para que seja realmente efetivada a transferência de valores, transcendem ao entendimento de particulares, sendo certo que a última pessoa que pode ser responsabilizada por eventuais inconsistências é o Governador. Todos os pormenores técnicos acerca dos referidos pagamentos, foram exaustivamente explicados nas “Alegações Finais” defensivas. INEXISTÊNCIA DE CRIME DE RESPONSABILIDADE NA CONTRATAÇÃO DA IABAS Já de lanço, merece especial atenção que; em relação especificamente à contratação da IABAS para gerir os hospitais de campanha durante a pandemia de COVID-19 e questões correlatas; o GOVERNADOR NÃO FOI DENUNCIADO PERANTE O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA! Isto, per se, já é suficiente para afastar qualquer alegação do cometimento de crime de responsabilidade, posto que se nem mesmo o MPF entendeu por denunciar o defendente por estes fatos, com menos razão ainda estes deveriam dar causa ao processo de impeachment. A bem da verdade, todos os depoimentos colhidos ao longo da instrução demonstram à margem de qualquer dúvida que não houve participação do defendente na contratação da IABAS, menos ainda que tenha “permitido” “a sua contratação sem os cuidados legais necessários, contrariando o interesse público”, com sustenta a acusação. Acerca deste ponto, aliás, é de rigor se observar que ao final, sabedora da inexistência de comprovação de ato doloso do defendente, a acusação se arvorou no que seria uma tentativa de se imputar o cometimento dos crimes em questão ao defendente pelo que



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

seria um ato de negligência (“permitiu”); o que seria modalidade culposa. Entretanto, os crimes dos quais o defendente é acusado não comportam modalidade culposa (negligência), mas apenas dolosa. Inobstante, as provas documentais fulminam por completo a pretensão acusatória, para além das provas testemunhas que são uníssonas em apontar no sentido da absolvição. Com efeito, é de se observar que não houve qualquer ingerência por parte do defendente na celebração do Contrato nº 027/2020 entre o Estado do Rio de Janeiro e o IABAS. Neste ponto, impende salientar, nos termos supramencionados que não cabe ao Governador fiscalizar contratos e ordenar despesas. Em razão da grave crise ocasionada pela COVID-19, o Governador, dentro das suas atribuições constitucionais e legais, autorizou, em 24.3.2020, “a celebração de contrato de gestão com entidade qualificada como organização social de forma simplificada, cujos prazos poderão ser reduzidos, mediante justificativa detalhada de sua necessidade, observados os princípios contidos no caput do art. 37 da CRFB/88” (index 1284751). E assim o fez na forma do art. 5º do Decreto nº 46.991/2020 1 dentre outros atos que tinham por objetivo combater a ameaça real e iminente representada pelo Covid-19. Assim, nos termos do art. 4º-E da Lei nº 13.979/2020 e no art. 5º do Decreto nº 46.9917, o Sr. Gabriell Neves pessoalmente se encarregou da contratação da OSS que seria responsável pela construção e gestão dos hospitais de campanha, em conluio com o então secretário Edmar Santos – ora algoz da democracia 1 Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição ou contratação de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de que trata esta Lei; Art.4º-E. Nas aquisições ou contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.7 Para tanto, em 3.4.2020, o Sr. Gabriell Neves autorizou a tramitação, sem pesquisa de mercado, com fundamento no art. 4º, §2º, da Lei nº 13.979/2020. No mesmo dia, junto ao Sr. Edmar Santos, seu comparsa, foi assinado o referido contrato com o IABAS, objeto da denúncia que deu origem a este processo. A atuação espúria do Sr. Gabriell Neves nos fatos relacionado a IABAS, aliás, mereceu especial destaque do MPF na Cautelar Inominada Criminal 35 do STJ: “Existem fortes elementos que demonstram que GABRIELL NEVES, ex- Subsecretário Executivo de Saúde, responsável por iniciar o processo no SEI 080001/007073/2020 e assinar o Termo de Referência e o Contrato 027/2020, atuou ativamente para camuflar as irregularidades e dificultar a fiscalização pelos órgãos de controle.” (fl. 244 da cautelar inominada criminal) Ao término das oitivas das testemunhas; em especial do Sr. Edmar Santos e do ex-controlador geral do Estado, Sr. Hormindo Bicudo; restou confirmado que a todo tempo Gabriell Neves agiu sozinho, inclusive ocultando do SEI informações referentes à contratação da IABAS. Ou seja, tudo feito às escondidas, buscando burlar os órgãos de controle e fiscalização. Ademais, tão logo o defendente teve ciência das irregularidades, como também confirmado pelo delator Edmar Santos e pelo excontrolador



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

geral do Estado, Sr. Hormindo Bicudo, determinou o afastamento e exoneração do então subsecretário de saúde, Gabriell Neves. Neste ponto, aliás, a despeito dos crimes que cometeu, Gabriell Neves afirmou que jamais tratou com o Governador acerca dos hospitais de campanha! Pois bem. Além de não ter participado sob qualquer ótica da contratação da IABAS, tão logo tomou conhecimento de que havia indícios de superfaturamento na referida contratação, o defendente editou o Decreto nº 47.039, no dia 17.4.2020, para que a Controladoria Geral do Estado - CGE passasse a fazer auditoria prévia em todas as contratações emergenciais. 8 Não apenas, mas verificados os atrasos na montagem dos hospitais, o defendente decretou a imediata intervenção nos hospitais de campanha sob a gestão da IABAS, através do Decreto 47.103/2020. Ora, como então se falar em ato improbo? Em descompromisso com a administração pública e com a saúde da população fluminense? Impossível! Tudo quanto era possível se fazer e que estava dentro da sua alçada, nas suas atribuições enquanto gestor, foi feito pelo defendente! Não houve omissão alguma! É de suma importância gizar, outrossim, que diante da pandemia, o Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro, chefe do Poder Executivo Nacional, editou Lei nº 13.979/2020, que, por meio de seu art. 4º, determinou que, “nas aquisições ou contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado”. Portanto, o procedimento adotado em relação ao IABAS, ocorreu em observância às diretrizes nacionais e, conseqüentemente, dentro da estrita legalidade. Para além da lisura de tudo o quanto demonstrado até aqui, é de rigor observar que jamais houve pagamento indevido e muito menos superfaturamento na contratação da IABAS. Neste diapasão, não houve nenhum repasse ao IABAS após a publicação do Decreto nº 47.103/2020, referente ao Contrato nº 027/2020. Todos os pagamentos ao IABAS ocorridos, após aquela data, decorreram, exclusivamente, do Contrato de Gestão nº 003/2016, cujo objeto foi a gestão e a operacionalização dos serviços de saúde no Hospital Estadual Adão Pereira Nunes — HEAPN, conforme informado pela Superintendência de Orçamento e Finanças da Secretaria de Estado de Saúde, em 13.10.2020 (index 1284742). Menos ainda há que se falar em superfaturamento, posto que se o Tribunal de Conta do Estado do Rio de Janeiro não acenou neste sentido, não há elemento fático-probatório capaz de lastrear tais suposições. Somadas às provas documentais e ao contexto fático acima descrito, em mesmo sentido, os depoimentos coligidos ao longo da instrução são claros em demonstrar que o defendente não teve qualquer ingerência na escolha da IABAS para montar e gerir os hospitais de campanha. 9 Muito em contrário, apontam, a mais não poder, que tais atos foram propositadamente mantidos alheios aos mecanismos de controle do governo e mais ainda, ocultados do Governador, justamente para evitar que interesses espúrios de terceiros fossem concretizados. Ainda assim, tão logo teve ciência das irregularidades relativas à contratação, de pronto, adotou as medidas que se lhe seriam exigidas. Em verdade, os responsáveis por tamanho desiderato foram Gabriell Neves,



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Edmar Santos e Edson Torres, estes sim diretamente imbricados na contratação da IABAS e os verdadeiros algozes da população, como já confessado pelos dois últimos. Diante dos depoimentos colhidos, em cotejo com as provas documentais arrecadadas, não restam dúvidas que o defendente : i) não participou da escolha e contratação da IABAS; ii) agiu de maneira proba e escorreita diante do cenário de pandemia e tão logo tomou ciência das irregularidades na contratação da IABAS, agiu de maneira imediata a impedir que tal situação se perpetuasse; iii) tanto a escolha como os procedimentos na celebração do contrato com a IABAS foram atos criminosos praticados por Gabriell Neves, em coautoria com Edmar Santos e Edson Torres; iv) assim que o defendente tomou ciência da atuação espúria de Gabriell Neves, de pronto determinou seu afastamento e exoneração. Destarte, não há alternativa senão a absolvição do Governador dos crimes de responsabilidade que lhe são imputados, irresponsavelmente pela acusação. Assim, confiam os signatários, sobretudo pelas razões expostas nas Alegações Finais, na absolvição do defendente, para que lhe seja assegurado o direito ao cumprimento do seu mandato de Governador do Estado do Rio de Janeiro, para o qual fora eleito com mais de 4,5 Milhões de votos. (...)"

Assim, considero sintetizados os principais fatos e etapas que constituem o presente processo, desde o protocolo da denúncia na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em 27 de maio de 2020, até a presente data.

É o Relatório.

VOTO

1. Preliminares

Em suas Alegações Finais, apresentadas no dia 27 de abril do corrente, a Defesa arguiu preliminarmente: (a) a inépcia da Denúncia e a ausência do libelo acusatório; (b) a ofensa à Súmula Vinculante nº 14, do Supremo Tribunal Federal, que trata da imprescindibilidade de acesso a todas as provas relevantes ao deslinde do processo; (c) o cerceamento de defesa pelo indeferimento do pedido de produção de provas periciais.

No caso concreto, busca a combativa Defesa o reconhecimento das citadas preliminares arguidas, pedindo: a) no que tange à primeira preliminar, que “seja anulado o processo desde sua origem”; b) no que tange à segunda preliminar, que



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

“seja anulada a oitiva do ex-Secretário e delator, Edmar Santos, bem como o interrogatório do Governador Wilson Witzel”; c) no que tange à terceira preliminar, que seja declarada a “nulidade do feito desde o início da instrução”.

Primeira Preliminar

Com relação à primeira preliminar arguida, qual seja, a inépcia da Denúncia e a ausência do libelo acusatório, o próprio legislador, ao editar a Lei Federal nº 1.079, de 10 de abril de 1950, consagrou, em seu artigo 59, a apresentação do libelo como uma “faculdade”, deixando cristalina a sua natureza discricionária. Vejamos:

“Art. 59. Decorridos esses prazos, **com o libelo e a contrariedade ou sem eles**, serão os autos remetidos, em original, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, ou ao seu substituto legal, quando seja ele o denunciado, comunicando-se-lhe o dia designado para o julgamento e convidando-o para presidir a sessão.” (grifos nossos)

Ademais, o rito procedimental aplicável ao processo de *impeachment* de governadores está insculpido nos artigos 74 a 79 da aludida Lei nº 1.079/50. Nessa sequência de dispositivos, porém, não se faz qualquer referência à obrigatoriedade de apresentação do libelo acusatório. Logo, a ausência de disciplinamento legal sobre a exigência de apresentação de libelo acusatório, no que tange ao processo de *impeachment* de governadores, configurou-se como escolha do legislador.

É nessa exata perspectiva que se insere o entendimento adotado pelo eminente Relator, Ministro Alexandre de Moraes, do egrégio Supremo Tribunal Federal, quando proferiu sua r. Decisão, dirimindo os mesmíssimos questionamentos da Defesa, nos autos da Reclamação Constitucional nº 46.835-RJ:

“(…) não havendo falar em lacuna a ser preenchida pela aplicação subsidiária do rito procedimental referente ao Presidente da República, motivo pelo qual sequer há falar em indevida aplicação da Lei Federal pelo órgão julgador reclamado”.

E prossegue o insigne Ministro, referindo-se ao caso concreto ora em apreço:

“Seja como for, ainda que houvesse a possibilidade de apresentação de libelo acusatório ao procedimento



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

referente aos governadores, não há que se falar em prejuízo no presente caso, a partir da perspectiva do exercício concreto da ampla defesa, garantia constitucional aos acusados de maneira geral.”

Por fim, importa acrescentar que o Réu, desde a apresentação de seu primeiro instrumento de defesa a este Tribunal Especial Misto, antes da decisão sobre a admissibilidade da Denúncia, buscou enfrentar o mérito da acusação em seus dois eixos estruturantes. Naquela peça defensiva, sobre o primeiro eixo da acusação relativo à requalificação da OSS Unir Saúde, assim se pronunciou a Defesa:

“Em outras palavras, a decisão proferida pelo governador que visava (...) garantir à população regular acesso ao serviço de saúde, em meio a uma pandemia nunca antes vista/vivida no último século, só tomou relevância e ares de irregularidade dada a suposta relação entre a Unir e o Sr. Mário Peixoto(...”

Naquele mesmo instrumento de defesa, sobre o segundo eixo da acusação relativo à contratação da OSS IABAS, a Defesa se manifestou nos seguintes termos:

“Não obstante os fatos narrados na denúncia, não restou comprovado, sob nenhuma perspectiva, de que forma o governador poderia ter participado neste procedimento administrativo, que resultou na celebração do contrato nº 027/2020 entre o estado do Rio de Janeiro e o IABAS.”

Como se constata, desde a primeira etapa de processamento do Réu, quando ainda era apenas denunciado, a Defesa já demonstrava conhecer, com clareza, os eixos da denúncia, a ponto de enfrentá-los, diretamente, no mérito.

Diante do exposto, rejeito a primeira preliminar (III.1) relativa à inépcia da Denúncia e à ausência de libelo acusatório.

Segunda Preliminar

Com relação à segunda preliminar arguida, qual seja, ofensa à Súmula Vinculante nº 14, do Supremo Tribunal Federal, que trata da imprescindibilidade de acesso a todas as provas relevantes ao deslinde do processo, a Defesa se refere à integralidade da colaboração premiada do Sr. Edmar José Alves dos Santos, que não teria sido disponibilizada a tempo, pelo Superior Tribunal de Justiça, para a sessão de



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

oitiva da referida testemunha e de interrogatório do Réu. A propósito desse questionamento, cabe destacar os seguintes aspectos. Em primeiro lugar, todos os anexos da aludida colaboração premiada que se referem aos dois eixos estruturantes da Acusação já estavam disponíveis às partes durante a fase instrutória. Em segundo lugar, os anexos encaminhados pelo e. Ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça, ao Tribunal Especial Misto, após a conclusão da fase de instrução do presente processo, além de não guardarem relação com os eixos da Acusação, já tinham sido disponibilizados à Defesa, desde 12 de março do corrente, como afirma o próprio Ministro, no Ofício nº 877/2021-CESP, datado de 13 de abril de 2021. Ora, a sessão de oitiva do Sr. Edmar Santos e de interrogatório do Réu ocorreu no dia 07 de abril de 2021, portanto, quase um mês depois que a Defesa teve acesso aos referidos anexos.

Diante do exposto, rejeito a segunda preliminar (III.2) relativa à imprescindibilidade de acesso a todas as provas relevantes ao deslinde do processo.

Terceira Preliminar

Por fim, com relação à terceira preliminar arguida, qual seja, cerceamento de defesa pelo indeferimento do pedido de produção de prova pericial, não tem procedência a sua arguição pelo Réu, tendo em vista que se trata de matéria pacificada em nossos colendos Tribunais, que consideram ser de competência do julgador, de ofício ou a requerimento das partes, determinar as provas necessárias à instrução processual, bem como indeferir aquelas que, a seu juízo, encerram caráter protelatório.

Sobre o tema, destacamos o voto do eminente Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, proferido nos autos do HC 131.158-RS, Primeira Turma, DJe 26.4.2016:

“(…) não há direito absoluto à produção de prova. Em casos complexos, há que confiar no prudente arbítrio do juiz da causa, mais próximo dos fatos, quanto à avaliação da pertinência e relevância das provas requeridas pelas partes”.(grifos nossos)



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Na mesma linha, ensina o eminente jurista e Desembargador do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Guilherme de Souza Nucci⁴:

“Sobre a vinculação do juiz ao laudo pericial, é natural que, pelo sistema do livre convencimento motivado ou da persuasão racional adotado pelo Código, possa o magistrado decidir matéria que lhe é apresentada de acordo com sua convicção, analisando e avaliando a prova sem nenhum freio ou método previamente imposto pela lei.

(...) Por tal motivo, preceitua o art. 182 do Código de Processo Penal não estar o juiz adstrito ao laudo, podendo acolher totalmente as conclusões dos expertos ou apenas parcialmente, além do poder rejeitar integralmente laudo ou apenas parte dele. O conjunto probatório é o guia do magistrado e não unicamente o exame pericial. Ex.: é possível que o julgador despreze o laudo de exame do local, porque acreditou na versão oferecida por várias testemunhas ouvidas na instrução de que a posição original do corpo no momento crime, por exemplo, não era a retratada pelo laudo. Assim o juiz rejeitará o trabalho pericial e baseará sua decisão nos depoimentos coletados, que mais o convenceram da verdade real”. (grifos nossos)

Ademais, a preliminar arguida, além de ser objeto de Acórdão deste Tribunal Especial Misto, também foi examinada no Mandado de Segurança, autuado no egrégio Órgão Especial do colendo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, sob o n° 0001341-27.2021.8.19.0000, e jurisdicionalmente sanada, nos termos da Decisão do eminente Relator, Desembargador Custódio de Barros Tostes. Se não, vejamos:

“Sucede, contudo, que, embora a interpretação *a contrario sensu* tenha sido bem operada, a conclusão esbarra no fato de que o Órgão Especial não é instância revisora do Tribunal Especial Misto, ao qual o artigo 78 da Lei 1.079/50 comete competência soberana para julgar o Governador de Estado por crimes de responsabilidade. Assim, não se defere o mandado de segurança ao sucedâneo recursal, na medida em que sequer existe órgão judicialmente revisor para o qual poderia ser dirigido.”

Além de invocar o argumento da inexistência de instância recursal para as decisões do Tribunal Especial Misto, o ilustre Desembargador acrescenta o límpido

⁴ NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. 2ª ed, São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2006.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

entendimento, na mesma linha da posição anteriormente citada do eminente Ministro Edson Fachin, de que cabe ao juiz discernir sobre o direito à instrução probatória:

“Afinal, como cediço, o acusado tem direito à prova, mas a gestão desta atividade, inclusive para indeferir diligências inúteis à formação de seu convencimento, fica a critério do juiz, destinatário final dos elementos produzidos.”

Diante do exposto, rejeito a terceira preliminar (III.3) relativa ao cerceamento de defesa pelo indeferimento de pedido de produção de prova pericial.

Decisão sobre as preliminares

Em face de toda a argumentação declinada até aqui, **REJEITO TODAS AS PRELIMINARES ARGUIDAS PELA DEFESA** em suas Alegações Finais.

2. Aspectos contextuais e conceituais

Com a promulgação da atual Constituição da República Federativa do Brasil, em 05 de outubro de 1988, o Brasil deu largo passo rumo à restauração do Estado Democrático de Direito, após 21 anos de arbítrio.

O preâmbulo da nossa Carta Magna é, por assim dizer, a expressão dos profundos anseios e das reais intenções que permeiam o texto constitucional. É nesse introito constitucional que, preliminarmente, os integrantes da Assembleia Nacional Constituinte deixam claro que ali estiveram reunidos para “instituir um Estado Democrático”.

Com efeito, ainda no preâmbulo da Constituição, texto de grande relevância e imensurável valor teleológico, fica demonstrada a importância do primado dos direitos para o tão almejado Estado Democrático. Vejamos:

“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.” (grifos nossos)

Mais adiante, é expressamente reiterada a vontade dos membros da Assembleia Nacional Constituinte, no parágrafo único, do artigo 1º, a saber:

Art. 1º (...)

Parágrafo único: Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (grifos nossos)

Percebe-se, portanto, que, desde o início, a Constituição Federal configura a República Federativa do Brasil não apenas como um “Estado Democrático”, mas também, nos termos do *caput* de seu artigo 1º, como um “Estado Democrático de Direito”. O corolário dessa submissão à forma jurídica é um Estado Constitucional no qual a noção de “democracia” não se esgota no direito ao voto, ou seja, não se limita à legitimação da vontade do povo no processo de eleição de seus representantes, embora este seja, é claro, um componente inextricável da experiência democrática.

Sobre esse tema, o jurista Paulo Brossard de Souza Pinto, de saudosa memória, ex-Ministro de Estado da Justiça e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal⁵, ressalta:

“(…) sem eleição não há democracia, mas sem a responsabilidade efetiva dos eleitos a democracia não passará de forma disfarçada de autocracia. Autocracia eletiva e temporária, mas autocracia.” (grifos nossos)

Logo, o representante eleito, segundo o ordenamento jurídico, é conceituado como **agente público investido de mandato e de responsabilidades**. Com efeito, a Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992, em seu artigo 2º, define agente público como **todo aquele que exerce**, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, **por eleição**, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, **mandato**, cargo, emprego ou função **na administração pública direta ou indireta**.

⁵ BROSSARD, Paulo. *O Impeachment*. 2ª Edição. São Paulo, Saraiva, 1992.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Nesse sentido, sublinha a eminente jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro⁶:

“(…) agente público é todo aquele que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da administração indireta. Dividindo-o em quatro espécies: agentes políticos - que exercem cargos por mandato eletivo ou nomeação; servidores públicos - pessoas físicas que prestam serviços ao Estado; Militares - que são os agentes públicos das forças armadas; e particulares em colaboração com o Estado - que são aqueles que exercem funções sem vínculos empregatícios com a Administração. (...)” (grifos nossos)

Decerto, o agente público, no exercício de sua função, deve atuar com zelo, desprendimento, dedicação, conhecimento, sempre respeitando as normas infraconstitucionais e constitucionais, bem como pautando sua conduta, de forma permanente, na busca pelo bem comum do povo.

Importa destacar que, ao aceitar a investidura em uma função pública, o agente deve respeitar e observar, acima de tudo, os ditames legais, ou seja, praticar atos lastreados na legalidade. Mas também se requer que seus atos estejam igualmente fundamentados na moralidade e na probidade. A inobservância dos comandos legais ou a adoção de condutas imorais ou ímprobos poderão acarretar ao agente público a responsabilização por suas ações, sejam elas comissivas ou omissivas.

No caso em tela, o agente público, qual seja, o Governador afastado do Estado do Rio de Janeiro, Exmo. Senhor Wilson José Witzel, foi denunciado pela suposta prática de crime de responsabilidade, na forma prevista no artigo 74, tipificado conforme disposto no artigo 4º, inciso V, e no artigo 9º, item 7, todos da Lei Federal nº 1.079, de 10 de abril de 1950, pelo Exmo. Senhor Deputado Estadual Luiz Paulo Correa da Rocha (doravante, Deputado Luiz Paulo) e pela Exma. Senhora Deputada Estadual Lucia Helena Pinto de Barros (doravante, Deputada Lucinha).

A supracitada Lei prevê os crimes de responsabilidade praticados por agentes públicos, no presente caso, pelo Chefe do Poder Executivo estadual do Rio de Janeiro, e regula o respectivo processo de julgamento que pode levar à perda do cargo e à

⁶ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 18ª ed. São Paulo, Atlas, 2005.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

inabilitação, por até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, sem prejuízo da propositura de ações judiciais pelos órgãos competentes.

No Brasil, prevalece o modelo estadunidense de *impeachment*, acerca do qual as formulações de Alexis de Tocqueville⁷, filósofo, político, jurista e escritor francês, restam atuais:

"(...)

Le but principal du jugement politique, aux États-Unis, est donc de retirer le pouvoir à celui qui en fait un mauvais usage, et d'empêcher que ce même citoyen n'en soit revêtu à l'avenir. C'est, comme on le voit, un acte administratif auquel on a donné la solennité d'un arrêt. (...)"

Em tradução livre, pode-se afirmar que o insigne pensador francês sustentou que **o objetivo principal do julgamento político é a retirada do poder de quem dele fez mau uso e impedir que nele seja reinvestido no futuro, por meio de um ato administrativo ao qual se dá a solenidade de uma sentença judicial.**

A *contrario sensu*, importa destacar que a forma de Estado Monárquica se caracterizava justamente pela absoluta irresponsabilidade do Rei ou do Imperador. Essa irresponsabilidade era inclusive afirmada em sede de matéria constitucional, mais especificamente no artigo 99, da Constituição brasileira de 1824. Respeitada a grafia, vejamos:

"Art. 99 A Pessoa do Imperador é inviolável e Sagrada: Elle não está sujeito a responsabilidade alguma." (grifos nossos)

É importante o destaque acerca da absoluta irresponsabilidade do monarca para demonstrar que, ao contrário do Estado Monárquico, em uma República, ninguém, absolutamente ninguém, está acima da Lei. Pouco importa se governados ou governantes, todos estão sujeitos à responsabilização.

Justamente nesse sentido, Paulo Maria de Lacerda⁸ já considerava a responsabilização do Chefe do Poder Executivo, há mais de um século e sob a égide

⁷ TOCQUEVILLE, Alexis de. 12ª Edição. Paris: Institut Coppet, 2012.

⁸ DE LACERDA, Paulo Maria. *Princípios de Direito Constitucional Brasileiro*. Rio de Janeiro: Livraria Azevedo, 1912.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

da nossa primeira Constituição republicana de 1891, como **“uma conquista fundamental da democracia e, como tal, é elemento essencial da forma republicana democrática que a Constituição brasileira adotou.”** (grifos nossos)

É bem verdade que, no Brasil, o processo de *impeachment*, que tem natureza político-administrativa e pode culminar na destituição de determinadas autoridades, inabilitando-as para o exercício de funções públicas, é, nas palavras do eminente jurista e membro do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Roberto Barroso⁹, ***“o processo mediante o qual se promove a apuração e o julgamento dos crimes de responsabilidade”***, como pode ser o caso de delitos supostamente cometidos por governadores, que é exatamente o objeto do processo ora em exame.

Nesse sentido, também se manifestou o eminente Ministro Edson Fachin, no julgamento de mérito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 378-DF, pelo egrégio Plenário do colendo Supremo Tribunal Federal, cujo Acórdão foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico, na data de 08 de março de 2016:

"(...)

Por essa razão, é no preceito fundamental da relação entre os poderes que se deve buscar a natureza jurídica do impeachment, definido como um modo de se exercer o controle republicano do Poder Executivo. A exigência de lei específica, de um lado, e as garantias processuais, de outro, permitem configurá-lo como modalidade limitada de controle, na medida em que, sendo a República um fim comum, ambos os poderes devem a ele dirigir-se. O limite, por sua vez, decorre do fato de que não se pode, sob o pretexto de controle, desnaturar a separação de poderes.

Do princípio republicano parece decorrer, pois, a natureza político-administrativa do instituto, cuja tutela coincide, embora com regimes diferenciados, com a que se sujeitam os demais agentes públicos e aqueles a eles equiparados relativamente à probidade da Administração. (...) (grifos nossos)

Na mesma esteira, em sua obra aqui já mencionada, Paulo Brossard de Souza Pinto (1992, p. 75) sublinha: ***“o impeachment tem feição política, não se origina senão de causas políticas, objetiva resultados políticos, é instaurado sob considerações de ordem política e julgado segundo critérios políticos –***

⁹ BARROSO, Luís Roberto. Impeachment – Crime de Responsabilidade – Exoneração do Cargo. Revista de Direito Administrativo, vol. 212, p. 174, 1998.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

juízo que não exclui, antes supõe, é óbvio, a adoção de critérios jurídicos."

Ainda sobre o mesmo tema, também se pronunciou o saudoso Ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki, mais precisamente sobre a natureza jurídica do processo por crime de responsabilidade, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n° 378-DF:

"Eu não diria que se trata de um julgamento político, mas de um modo diferente de interpretar a Lei. Obviamente que a interpretação da Lei por um parlamentar é diferente do olhar que um juiz lança a determinadas circunstâncias. Assim também ocorre nos processos de competência do Júri."
(grifos nossos)

Merece destaque o fato de que o processo de *impeachment* tem motivações políticas, desdobramentos políticos, provocações políticas e julgamentos políticos. Porém, isso não quer dizer que seja um processo arbitrário: pelo contrário!

O processo de *impeachment* deve ser considerado como importante instrumento garantidor da democracia. É através dele que se permite a responsabilização de agentes públicos, cabendo seu julgamento, ou seja, o poder de decisão, àqueles(as) em quem o povo brasileiro confiou seu voto e, portanto, que foram eleitos(as) como seus representantes.

Isso não quer dizer, contudo, que "***critérios jurídicos***" não devam ser observados e respeitados. Como já realçado por Paulo Brossard de Souza Pinto, esses mesmos critérios nos obrigam inclusive a revisitar a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), recepcionada em nosso ordenamento jurídico por meio do Decreto Federal n° 678, de 06 de novembro de 1992, o qual prevê, em seu artigo 8°, as garantias judiciais aplicáveis aos processos sancionatórios promovidos pelo Estado, quais sejam:

“ARTIGO 8° – GARANTIAS JUDICIAIS

1. Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.

2. Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, às seguintes garantias mínimas:

a) direito do acusado de ser assistido gratuitamente por tradutor ou intérprete, se não compreender ou não falar o idioma do juízo ou tribunal;

b) comunicação prévia e pormenorizada ao acusado da acusação formulada;

c) concessão ao acusado do tempo e dos meios adequados para a preparação de sua defesa;

d) direito do acusado de defender-se pessoalmente ou de ser assistido por um defensor de sua escolha e de comunicar-se, livremente e em particular, com seu defensor;

e) direito irrenunciável de ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado, remunerado ou não, segundo a legislação interna, se o acusado não se defender ele próprio nem nomear defensor dentro do prazo estabelecido pela lei;

f) direito da defesa de inquirir as testemunhas presente no tribunal e de obter o comparecimento, como testemunhas ou peritos, de outras pessoas que possam lançar luz sobre os fatos.

g) direito de não ser obrigado a depor contra si mesma, nem a declarar-se culpada; e

h) direito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior.

3. A confissão do acusado só é válida se feita sem coação de nenhuma natureza.

4. O acusado absolvido por sentença passada em julgado não poderá se submetido a novo processo pelos mesmos fatos.

5. O processo penal deve ser público, salvo no que for necessário para preservar os interesses da justiça.” (grifos nossos)

É imperioso frisar que, com exceção das alíneas “a” e “e”, inaplicáveis ao caso ora examinado, no curso do presente processo foram cumpridos todos os demais requisitos apontados. Se não, vejamos:

- **Item 1:** Foi devidamente assegurado ao Réu o direito de ser ouvido, com todas as devidas garantias, dentro de um prazo razoável, tanto perante a augusta Casa Legislativa, onde o denunciado pôde se defender oralmente e por escrito, quanto neste colendo Tribunal Especial Misto;

- **Item 2, alínea b:** Desde sua citação pela augusta Assembleia Legislativa, o Réu conhece a Denúncia formulada pelos Excelentíssimos Senhores Deputados Luiz Paulo e Lucinha;



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

- **Item 2, alínea c:** Foi assegurado ao Réu o acesso às informações, tempo e meios necessários à sua defesa, tanto perante a augusta Assembleia Legislativa quanto perante este egrégio Tribunal Especial Misto;
- **Item 2, alínea d:** Os seguidos mandatos conferidos e posteriormente revogados pelo Réu aos seus patronos e defensores demonstram cristalinamente o respeito ao mais amplo exercício de tal direito.
- **Item 2, alínea f:** Foi assegurado ao Réu o direito de arrolar inúmeras testemunhas - todas ouvidas em juízo -, bem como o direito de inquirir aquelas indicadas pela Acusação, ressaltando-se que o próprio Réu atuou, como inquiridor, na oitiva da principal testemunha do processo em tela.
- **Item 2, alínea g:** Em momento algum, seja no âmbito da Assembleia Legislativa, seja perante este Tribunal Especial Misto, o Réu foi obrigado a produzir prova contra si mesmo nem tampouco a confessar qualquer das acusações que lhe foram imputadas;
- **Item 2, alínea h:** Sobre as questões estritamente *jurídico-constitucionais*, o Réu recorreu ao egrégio Supremo Tribunal Federal, onde ingressou com as Reclamações Constitucionais nº 42.358-RJ, nº 45.366-RJ, nº 46.835-RJ e nº 47.040-RJ, além de ter impetrado dois mandados de segurança perante o colendo Órgão Especial do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Conclui-se, portanto, que, no âmbito deste processo, não é cabível falar em afronta ao princípio constitucional do contraditório, que, nas palavras do jurista e professor Vicente Greco Filho¹⁰, **“se efetiva assegurando-se os seguintes elementos: a) o conhecimento da demanda por meio de ato formal de citação; b) a oportunidade, em prazo razoável, de se contrariar o pedido inicial; c) a oportunidade de produzir prova e se manifestar sobre a prova produzida pelo adversário; d) a oportunidade de estar presente a todos os atos**

¹⁰ GRECO FILHO, Vicente. *Direito Processual Civil Brasileiro*. 2º Volume. 11ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 1996.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

processuais orais, fazendo consignar as observações que desejar; e) a oportunidade de recorrer da decisão desfavorável.” (grifos nossos)

Na mesma linha, também não cabem questionamentos ou ilações acerca do princípio constitucional da ampla defesa, que assegura ao Réu a liberdade inerente ao indivíduo de, em defesa de seus interesses, alegar fatos e propor provas, seguindo, para tanto, duas regras básicas: a) a possibilidade de se defender; b) a possibilidade de recorrer.

Ainda no bojo dos ensinamentos do jurista e professor Vicente Greco Filho¹¹, “**consideram-se meios inerentes à ampla defesa: a) ter conhecimento claro da imputação; b) poder apresentar alegações contra a acusação; c) poder acompanhar a prova produzida e fazer contraprova; d) ter defesa técnica por advogado, cuja função, aliás, agora, é essencial à Administração da Justiça (art. 133); e) poder recorrer da decisão desfavorável.**”

Por fim, pontifica o sociólogo e filósofo polonês, professor emérito de sociologia das Universidades de Leeds e de Varsóvia, Zygmunt Bauman¹²: “**no fundo de todas as crises da atualidade está a crise dos instrumentos de ação efetiva.**”

É exatamente esta ação efetiva que precisa ser resgatada. Afinal, neste momento, todos os holofotes estão voltados para este inédito Tribunal Especial Misto do Estado do Rio de Janeiro (TEM), em razão do processamento e do julgamento do Chefe do Poder Executivo estadual, vale dizer, mais uma grave e lamentável página na história recente do Estado do Rio de Janeiro.

Importa lembrar que, pouco mais de um ano à frente do Poder Executivo fluminense, o Réu viu o mundo inteiro receber, com perplexidade, a notícia da inauguração do hospital *Huoshensha*, na cidade de *Whuan*, capital da província de *Hubei*, na China. A citada cidade viria a ser o epicentro, entre os meses de dezembro

¹¹ GRECO FILHO, Vicente. *Tutela Constitucional das Liberdades*. São Paulo: Editora Saraiva, 1989.

¹² BAUMAN, Zygmunt. *Cegueira Moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

de 2019 e janeiro de 2020, de uma pneumonia, até então de causa desconhecida, que havia se alastrado rapidamente e foi posteriormente nomeada “COVID-19”.

Não bastasse todo o espanto face à impressionante velocidade com que a doença se espalhou, a notícia teve ainda mais repercussão com a divulgação do tamanho do hospital, preparado para disponibilizar 1.000 (mil) leitos e dotado de uma equipe médica de cerca de 1.400 (mil e quatrocentos) profissionais de saúde. Nesse mesmo momento, a mídia mundial começa a divulgar as impressionantes imagens da logística empregada para erguer aquela espantosa estrutura. Eram centenas de caminhões, tratores e retroescavadeiras, somados a centenas de operários, que trabalharam na empreitada por apenas 10 (dez) dias, tempo recorde e improvável para realizar feito tão arrojado.

Além do hospital *Huoshensh*, o governo chinês previa ainda entregar, dois dias depois, outro hospital, o *Leishenshan*, com capacidade de atendimento de 1.500 (mil e quinhentos) leitos. Toda essa infraestrutura, infelizmente, não foi capaz de conter o avanço da doença no planeta, que veio a ser reconhecida como Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), pela Organização Mundial da Saúde (OMS)¹³, em 30 de janeiro de 2020.

Ainda em janeiro de 2020, a COVID-19 já havia rompido as fronteiras chinesas e países como Japão, Coreia do Sul e Tailândia já registravam os primeiros casos. A partir desse momento, começaram a ser divulgadas por autoridades sanitárias internacionais as primeiras medidas de contenção do coronavírus, como o fechamento das fronteiras dos países vizinhos à China, o controle e a quarentena de viajantes.

No Brasil, passado o carnaval, na quarta-feira subsequente, dia 25 de fevereiro de 2020, foi registrado o primeiro caso suspeito, no dia seguinte confirmado, de paciente infectado pelo novo coronavírus.¹⁴ Tratava-se de um homem de 61 (sessenta

¹³ OPAS/OMS Brasil. Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus) - Atualizada em 17 de abril de 2020. Disponível em: Acesso em 17/04/2020.

¹⁴ BRASIL CONFIRMA PRIMEIRO CASO DO NOVO CORONAVÍRUS. Governo Brasileiro, 2020. Disponível em: <http://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus>



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

e um) anos, que deu entrada no Hospital Israelita Albert Einstein, na cidade de São Paulo, com histórico de viagem pela Itália.

Em 05 de março do mesmo ano, foi anunciado, pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), o primeiro caso confirmado, no estado do Rio de Janeiro, de paciente infectado pelo novo coronavírus.¹⁵ A assustadora notícia foi dada pelo então Secretário de Estado de Saúde, Sr. Edmar Santos. Desta feita, tratava-se de uma mulher de 27 (vinte e sete) anos, moradora do município de Barra Mansa, no sul fluminense, que viajara pela Europa entre os dias 09 e 23 de fevereiro de 2020, data em que retornou ao Brasil.

Na oportunidade, o então Secretário de Estado de Saúde procurou tranquilizar a população fluminense, dizendo se tratar de “caso importado” por pessoa que estivera em área de transmissão e acrescentando que a paciente apresentava sintomas brandos da doença, “como são 85% dos casos”. Esclareceu, ainda, que a enferma estava em isolamento domiciliar, onde permaneceria pelo prazo de 20 dias, contado da data em que os sintomas se manifestaram. Disse ainda que não existiam sinais de que o vírus estivesse circulando livremente pelo Rio de Janeiro: “(...) a população pode seguir tranquila. Não há nenhum motivo para pânico.”

No dia 06 de março de 2020, dia seguinte às declarações do Sr. Edmar Santos, o estado do Rio de Janeiro registrou o segundo caso confirmado de paciente infectado pelo novo coronavírus, sendo o primeiro caso na cidade do Rio de Janeiro. Tratava-se de uma mulher de 52 (cinquenta e dois) anos de idade, também com histórico de viagem pela Itália.

Sobre esse novo caso, em nota, o Sr. Edmar Santos afirmou novamente que se tratava de dois casos importados e completou: “permanecemos no nível zero do nosso plano de contingência e não há razões para pânico. Os cuidados devem permanecer os mesmos que tomamos para gripe.”

¹⁵ ESTADO DO RIO DE JANEIRO CONFIRMA PRIMEIRO CASO DE CORONAVÍRUS. Agência Brasil, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/estado-do-rio-de-janeiro-confirma-primeiro-caso-de-coronavirus-0>



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Na manhã da quinta-feira, dia 19 de março de 2020, foi confirmada a primeira morte em decorrência do novo coronavírus, no estado do Rio de Janeiro, que ocorreu na cidade de Miguel Pereira.¹⁶ A vítima era uma mulher de 63 (sessenta e três) anos, que tinha comorbidades (diabetes e hipertensão) e trabalhava como empregada doméstica na residência de uma pessoa que testara positivo para a doença.

Posteriormente, foi publicado o Decreto Estadual nº 46.984, de 20 de março de 2020, reconhecendo o estado de calamidade pública no estado do Rio de Janeiro em decorrência da pandemia do novo coronavírus, ato executivo logo depois corroborado pela Lei Estadual nº 8.794, de 17 de abril de 2020.

A partir daí, é possível afirmar que, diante da pandemia do novo coronavírus, tragédia sanitária e humanitária, de proporções e características inéditas no Rio de Janeiro, no Brasil e no planeta, todos os holofotes se voltaram, como era de se supor, para a gestão pública da saúde. Na esfera estadual, descortinou-se, então, um cenário que evidenciava fragilidade na gestão da crise, revelando-se nítido despreparo da administração estadual para adotar, em caráter efetivo, as necessárias ações emergenciais de gestão para o enfrentamento à COVID-19, embora o Réu, como governador, tivesse anunciado, de início, medidas firmes e, em geral, sintonizadas com as recomendações das autoridades sanitárias e científicas, nacionais e internacionais.

Contudo, após decretado o estado de calamidade pública em virtude da pandemia, com a suspensão de várias atividades presenciais, em função da adoção das medidas de isolamento ou distanciamento social, imprescindíveis à contenção da curva epidemiológica, começaram a ser anunciados os investimentos emergenciais para aparelhamento de hospitais e para aquisição dos insumos necessários ao atendimento de pacientes que apresentassem sintomas ou tivessem a confirmação da infecção pelo novo coronavírus. Naquele mesmo período, em 30 de março de 2020, foi anunciada também pelo Réu, na qualidade de governador, a montagem de 8 (oito) hospitais de campanha no estado (incluindo uma unidade financiada e gerida pela

¹⁶ GOVERNO DO RJ CONFIRMA A PRIMEIRA MORTE POR CORONAVÍRUS. Portal G1 Rio, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/19/rj-confirma-a-primeira-morte-por-coronavirus.ghtml>



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

iniciativa privada, com pacientes encaminhados pela Secretaria de Estado de Saúde), de modo a possibilitar o aumento de 1.800 (mil e oitocentos) leitos, aqui incluídos os leitos intensivos, para serem disponibilizados à população fluminense, com previsão de inauguração até 30 de abril de 2020: Maracanã, Jacarepaguá, Leblon (privado), Duque de Caxias, São Gonçalo, Campos, Casemiro de Abreu e Gericinó. No início de abril daquele ano, o governo estadual chegou a anunciar uma nona unidade em Nova Friburgo.

Dos hospitais de campanha prometidos, além da unidade custeada pelo setor privado (Leblon), apenas dois foram entregues pelo governo estadual (Maracanã e São Gonçalo), mesmo assim, com muito atraso na montagem e com a quantidade de leitos reduzida, muito aquém da propagada, além das crescentes suspeitas de irregularidade e dos fortes indícios de fraude nos processos de contratação da organização social responsável pelo serviço (ALERJ. Comissão Especial COVID-19. Relatório Final, 2020).

A Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF) começaram então a investigar desvio de recursos públicos da área de saúde no Estado do Rio de Janeiro e, diante de indícios da participação do Governador Wilson Witzel, o MPF encaminhou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) pedido de Medida Cautelar de Busca e Apreensão Criminal, que deu origem ao Inquérito nº 1338-DF, sob a relatoria do eminente Ministro Benedito Gonçalves. Posteriormente, o MPF encaminhou o pedido de Busca e Apreensão Criminal nº 27-DF, com vistas à apuração de possíveis irregularidades na execução do programa estadual de enfrentamento à COVID-19 no estado do Rio de Janeiro, o que desencadeou a chamada “Operação Placebo”.

3. Breve resumo da Denúncia e sua admissibilidade pelo TEM

Com base nos fatos acima, restituídos em apertado resumo, o Deputado Estadual Luiz Paulo e a Deputada Estadual Lucinha protocolaram, em 27 de maio de 2020, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), denúncia contra o governador do Estado do Rio de Janeiro, Senhor Wilson José Witzel, imputando-lhe a prática de crimes de responsabilidade, caracterizados na forma do disposto no art. 4º, inciso V, e no art. 9º, item 7, todos da Lei Federal nº 1.079, de 10



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

de abril de 1950, em dois eixos de acusação: a) requalificação da Organização Social de Saúde Instituto Unir Saúde (OSS Unir Saúde); b) contratação da Organização Social de Saúde Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde (OSS IABAS).

Em relação ao primeiro eixo, qual seja, a requalificação da OSS Unir Saúde, aduz a Denúncia que, no exercício de 2019, foi instaurado o processo administrativo nº E-08/001/1170/2019, com vistas à apuração de indícios de irregularidades cometidas pela OSS Unir Saúde na execução dos contratos de gestão das unidades estaduais de saúde sob sua responsabilidade.

Após assegurados o contraditório e a ampla defesa nos autos do referido processo administrativo, teriam restado comprovados os indícios de irregularidades na execução dos contratos de gestão sob a responsabilidade da OSS Unir Saúde, razão que motivou a aplicação da sanção de desqualificação da referida entidade, o que se deu com a edição da Resolução Conjunta SES/SECCG nº 664/2019, de 16 de outubro de 2019, ato conjunto firmado pelo Secretário de Estado de Saúde e pelo Secretário de Estado da Casa Civil e Governança.

A citada Resolução tinha amparo na Lei Estadual nº 6.043, de 19 de setembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 43.261, de 27 de outubro de 2011, que disciplina a qualificação de entidades sem fins lucrativos como organizações sociais, na área de saúde, bem como dispõe sobre a celebração de contratos de gestão entre o Poder Executivo e as entidades qualificadas na forma da aludida Lei. Com efeito, neste diploma legal, está claramente prevista, em seu art. 38, a possibilidade de o Poder Executivo desqualificar a entidade como Organização Social, o que acarreta a rescisão do contrato de gestão, assim como a reversão dos bens permitidos e dos valores entregues à entidade, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Ocorre que, em 23 de março do corrente, o Réu, de acordo com os denunciante, “sem fundamento idôneo” e fazendo uso de poder discricionário, fundado unicamente nos elementos subjetivos da oportunidade e da conveniência da Administração Pública, deu provimento ao recurso administrativo interposto pela OSS Unir Saúde, inconformada com sua desqualificação.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Com isso, a Resolução Conjunta SES/SECCG nº 664/2019 foi revogada e, conseqüentemente, restaurou-se a qualificação da OSS Unir Saúde, que voltou a ser considerada apta a celebrar contratos de gestão com o Poder Executivo para administrar unidades estaduais de saúde. O ato de requalificação da referida entidade como Organização Social foi devidamente publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ), em 24 de março de 2020.

O provimento do recurso administrativo interposto pela OSS Unir Saúde, segundo a Denúncia, “sem fundamento legal”, amparado apenas em elementos subjetivos, quais sejam, a oportunidade e a conveniência da Administração Pública, teve como principal justificativa o reconhecimento da situação de emergência no estado do Rio de Janeiro, na área de saúde pública, nos termos do Decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020, posteriormente convalidado pela Lei nº 8.794, de 17 de abril de 2020, que reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo coronavírus.

Em relação ao segundo eixo da acusação, qual seja, a contratação da OSS IABAS, afirmam os denunciantes que o Ministério Público Federal teria identificado robustos indícios de participação do Réu, de forma ativa, na prática de atos ilícitos referentes à mencionada contratação. Acrescentam os denunciantes que elementos comprobatórios teriam sido encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, o que ensejou a deflagração do Inquérito nº 1.338/DF e, em consequência, a adoção de medida cautelar baseada no pedido de Busca e Apreensão Criminal nº 27-DF (2020/0114014-7), acolhido por iniciativa do eminente relator, Excelentíssimo Senhor Ministro Benedito Gonçalves, tendo sido, então, autorizada a expedição de doze mandados de busca e apreensão, no âmbito da “Operação Placebo”, em endereços direta ou indiretamente ligados ao Réu e a seus colaboradores.

Conforme destacado ainda na Denúncia, o eminente Ministro do Superior Tribunal de Justiça acima citado relatou que os investigadores afirmam existir “prova robusta” de ilicitude nos processos que levaram à contratação, por valor aproximado de R\$ 850 milhões, da OSS IABAS para construir e gerir os hospitais de campanha no Rio de Janeiro, tudo sempre com a presumível anuência do Réu, que teria agido



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

de modo a assegurar todo suporte necessário à realização das fraudes constatadas no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro.

Sublinhe-se que a contratação, sem licitação, em caráter emergencial, da OSS IABAS destinava-se a atender duas finalidades interligadas, porém muito distintas, amalgamadas no mesmo milionário contrato: construir os hospitais de campanha e gerir os hospitais de campanha construídos.

Assim, como salientam os denunciantes, o Réu teria criado, nos termos da respeitável Decisão do Excelentíssimo Senhor Ministro Benedito Gonçalves, “*uma estrutura hierárquica para a prática de delitos dentro da estrutura do poder executivo fluminense para dar suporte aos contratos fraudulentos para originar ações de combate ao coronavírus no Estado do Rio*”. Ainda segundo o eminente relator no Superior Tribunal de Justiça, as provas estariam nas diferentes propostas orçamentárias apresentadas ao Poder Executivo, que teriam sido fraudadas para dar aparência de concorrência e legalidade à contratação da referida instituição, com vistas à prestação dos serviços de montagem e desmontagem de tendas, instalação de caixas d’água e de geradores de energia, colocação de piso, entre outros itens, para a estruturação dos hospitais de campanha.

Após aceita pela augusta Casa Legislativa, a peça denunciatória foi encaminhada ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a fim de que instalasse, na forma da Lei, o competente Tribunal Especial Misto, responsável pelo processamento e pelo julgamento do governador.

Na data de 05 de novembro de 2020, este Tribunal Especial Misto, reunido em sessão presencial, sob a presidência do Exmo. Senhor Desembargador Cláudio de Mello Tavares, decidiu, por unanimidade, receber a denúncia por crime de responsabilidade referente à OSS Unir Saúde e, por maioria, receber a denúncia por crime de responsabilidade referente à OSS IABAS.

4. Primeiro Eixo da Acusação: Requalificação da OSS Unir Saúde

Com relação ao primeiro eixo da acusação, qual seja, a requalificação da OSS Unir Saúde, foi instaurado, conforme já mencionado anteriormente, o competente



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

processo administrativo nº E-08/001/1170/2019, com vistas à apuração de indícios de irregularidades cometidas pela referida entidade na execução dos contratos de gestão das unidades estaduais de saúde sob sua responsabilidade. Assegurado o contraditório e a ampla defesa nos autos do referido processo administrativo, restaram comprovados indícios de irregularidades na execução dos aludidos contratos, o que ensejou a aplicação da penalidade de desqualificação da OSS Unir Saúde, fato consumado com a edição da Resolução Conjunta SES/SECCG nº 664/2019, de 16 de outubro de 2019. Trata-se de ato baixado, em conjunto, pelo então Secretário de Estado de Saúde, Senhor Edmar José Alves dos Santos, e pelo então Secretário de Estado da Casa Civil e Governança, Senhor André Luís Dantas Ferreira. Convém destacar, a respeito da fundamentação do referido ato, o fragmento que se segue, oriundo do parecer técnico-jurídico emitido pela Subsecretaria Jurídica da Secretaria de Estado de Saúde, que é bastante eloquente:

“(…) Sendo assim, **considerando as diversas denúncias de malversação de recursos públicos pela OSS UNIR e a constatação de várias irregularidades na execução de contratos de gestão celebrados com esta SES**, incluindo a parte estrutural relativa à manutenção predial das unidades de saúde, entende-se que juridicamente viável a desqualificação da entidade em questão, **tendo sido assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa da OSS**. Em paralelo, salienta-se que, conforme se depreende dos arts. 4º da Lei nº 6.043/2011 e 1º, do Decreto Estadual nº 43.261/2011, a qualificação de uma entidade em Organização Social tem natureza discricionária, ou seja, o órgão administrativo encarregado de perfazer a qualificação da entidade em OSS, além dos requisitos normativos estabelecidos, estudará a conveniência e oportunidade, motivadamente, de qualificar, ou não, a entidade. **Noutros termos, por ser o ato de qualificação de entidades privadas sem fins lucrativos em Organizações Sociais de Saúde ato de natureza discricionária, desde que motivadamente e garantido o contraditório e a ampla defesa, é juridicamente possível a desqualificação fora das hipóteses regulamentares, por tratar de hipóteses exemplificativas.** (…)

III. CONCLUSÃO

Em face dos fatos expostos, esta Subsecretaria Jurídica entende que, em tese, **há indícios de irregularidades que tornam juridicamente viável a desqualificação da OSS Unir**. Dessa forma, encaminha-se os autos à Subsecretaria Geral.”



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

A citada Resolução Conjunta tinha amparo nos parágrafos 1º e 2º do artigo 38, da Lei Estadual nº 6.043, de 19 de setembro de 2011, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 43.261, de 27 de outubro de 2011, como já foi declinado anteriormente

Apesar de cumpridos os requisitos para aplicação da sanção à OSS Unir Saúde, esta, inconformada com sua desqualificação, interpôs Recurso Administrativo, com amparo no art. 57 da Lei Estadual nº 5.427, de 1º de abril de 2009, dirigido à autoridade hierarquicamente superior, no caso concreto, ao chefe do Poder Executivo estadual.

No dia 23 de março de 2020, o Réu, fazendo uso de seu poder discricionário e fundado unicamente nos elementos subjetivos da oportunidade e conveniência da Administração Pública, deu provimento ao mencionado recurso administrativo. Em nota à imprensa, a assessoria do governador afirmou que “(...) **o processo administrativo em questão foi julgado em conformidade com os princípios da legalidade, moralidade, eficiência, publicidade e impessoalidade (...)**” e alegou, também, que a decisão do Réu de revogar a desqualificação da OSS Unir Saúde tinha o propósito de “**não impactar no adequado funcionamento das unidades de saúde mantidas por ela.**” (ALERJ-Comissão Especial COVID-19. *Relatório Final*, 2020, p. 392).

Ocorre que as investigações conduzidas pela Polícia Federal (PF), Ministério Público Federal (MPF) e Receita Federal (RF) demonstraram a existência de um complexo e sofisticado esquema, com atuação no âmbito da saúde pública estadual, composto por dezenas de indivíduos que se revezavam à frente de pessoas jurídicas para ocultar a figura do empresário Mário Peixoto. Este empresário, além do controle de várias empresas, detinha também forte influência na gestão de organizações sociais prestadoras de serviços à Secretaria de Estado de Saúde, responsáveis pela administração de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), espalhadas em diversos municípios do Rio de Janeiro, sobretudo na Baixada Fluminense, como é o caso dos municípios de Mesquita, Queimados, Magé e Nova Iguaçu.

Para isso, o empresário contava com a participação de outras pessoas, constituindo uma rede complexa, com divisões de tarefas entre seus membros, o que



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

se dava, segundo aquelas investigações, da seguinte forma: (a) núcleo econômico: composto pelo empresário Mário Peixoto e seu filho Vinícius Ferreira Peixoto; (b) núcleo administrativo: composto pelo senhor Luiz Roberto Martins; (c) núcleo operacional: composto pelos senhores Alessandro de Araújo Duarte, Cassiano Luiz e Juan Elias Neves de Paulo; (d) núcleo político: composto pelos senhores Wilson José Witzel e Lucas do Carmo Tristão.

Importa ainda destacar que o citado empresário foi um dos alvos da “Operação Favorito”¹⁷, deflagrada em razão de investigações realizadas pelo MPF e pela PF, com vistas à apuração de desvio de dinheiro público em contratos na saúde pública estadual, envolvendo organizações sociais, e de pagamento de propina a agentes públicos em troca da manutenção ou da concessão de novos contratos, tendo havido, segundo tais investigações, expansão dessas ações ilícitas durante a pandemia do novo coronavírus, notadamente por meio de organizações sociais.

O senhor Luiz Roberto Martins, integrante do núcleo administrativo do grupo do citado empresário, também foi investigado como um dos alvos da Operação “Filhote de Cuco”¹⁸, que tinha como objetivo apurar a existência de superfaturamento nos contratos firmados entre o governo do estado do Rio de Janeiro e a organização social responsável pela administração de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) nos bairros de Botafogo (Nova Iguaçu), Cabuçu (Nova Iguaçu), Campo Grande I (Rio), Campo Grande II (Rio), Santa Cruz (Rio), Lafaiete (Duque de Caxias) e Sarapuí (Duque de Caxias), além das unidades situadas nos municípios de Magé e Mesquita.

Cabe destacar, ainda, que, além de sua prisão, também foram encontrados, em sua residência, no município de Vassouras-RJ, valores que somados totalizam a monta de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

¹⁷ Polícia Federal. *PF prende empresário envolvido em desvios na área da saúde do Rio de Janeiro*. 2020. Disponível em: <http://www.pf.gov.br/imprensa/noticias/2020/06-noticias-de-junho-de-2020/pf-prende-empresario-envolvido-em-desvios-na-area-da-saude-do-rio-de-janeiro>

¹⁸ Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. *MPRJ realiza operação para prender integrantes de organização criminosa que desviou R\$ 3,9 milhões dos cofres públicos em compras superfaturadas na área de saúde*. 2020. Disponível em: <http://www.mprj.mp.br/noticias-todas/-/detalhe-noticia/visualizar/85217>



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Ainda sobre o senhor Luiz Roberto Martins, além das atividades referentes ao núcleo administrativo da organização liderada pelo empresário Mário Peixoto, chegou a acumular o cargo de presidente do Instituto Data Rio de Administração Pública (IDR), organização social que foi sucedida pela OSS Unir Saúde na gestão das UPAs citadas anteriormente.

Embora o empresário Mário Peixoto nunca tenha figurado formalmente nos quadros das citadas organizações sociais, no curso das investigações restou comprovado que, de fato, era ele quem detinha absoluto domínio e controle sobre suas atividades, o que fazia com auxílio e atuação do senhor Luiz Roberto Martins.

Ao empresário Mário Peixoto cabia a função de articular a renovação de contratos, assim como a captação de novos contratos de gestão na área da saúde pública estadual, para as organizações sociais que controlava, ainda que por intermédio e com auxílio de terceiros, mediante pagamento de vantagens financeiras indevidas a agentes públicos integrantes do Poder Executivo estadual.

Esclarecedoras interceptações telefônicas no terminal utilizado pelo senhor Luiz Roberto Martins, devidamente autorizadas no âmbito das investigações da “Operação Favorito”, revelam a atuação do empresário Mário Peixoto, de forma velada, na tentativa de reverter a desqualificação da OSS Unir Saúde.

Em conversa com o interlocutor, identificado apenas como Elcyr, Luiz Roberto Martins refere-se a um acordo entre o empresário Mário Peixoto e o Réu a fim de assegurar a requalificação daquela organização social. Na oportunidade, revela ter havido pagamento de propina a um agente público não identificado com o fito de conseguir a reabilitação da entidade, deixando claro que tinha conhecimento da referida decisão, antes mesmo de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ). Vejamos parte da degravação do citado diálogo, ocorrido no dia 20 de março de 2020:

“(…)

LUIZ: O pessoal está todo doído atrás de mim para me dar contrato

ELCY: hein?



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

LUIZ: O pessoal está todo doido atrás de mim para me dar contrato

ELCY: já

LUIZ: vai revogar aquela desclassificação da UNIR. Recebi até ligação dele. Voltar com aquelas quatro da baixada.

ELCY: beleza

(...)

LUIZ: Diz o Mario que foi ele que acertou junto com o Governador. Mas não publicou ainda. Eu estava comprando isso de um outro cara.

ELCY: aí volta?

LUIZ: As quatro de Nova Iguaçu não tem segundo colocado. Então está com contrato emergencial ainda. Se revogar e publicar a revogação tem que republicar o resultado do edital. (...)"

Apesar de o nome de Luiz Roberto Martins também não constar oficialmente no quadro de diretores, presidentes ou responsáveis pela OSS Unir Saúde, o senhor Nelson Bornier, ex-Prefeito do município de Nova Iguaçu, recentemente falecido, político experiente e dotado de relativa influência no governo estadual, durante a gestão do Réu, ao menos no tocante a questões atinentes a seu município, por ocasião de sua oitiva como testemunha arrolada pelo Tribunal Especial Misto, respondeu ao relator:

"O SR. WALDECK CARNEIRO – O senhor conhece o Sr. Luiz Roberto Martins?"

O SR. NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA – **Conheço.**

O SR. WALDECK CARNEIRO – **Conhece de onde?**

O SR. NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA – **Conheço quando da fundação das duas UPAs que existem na nossa cidade: uma no bairro Botafogo e outra no bairro de Cabuçu;** uma se deu ali, precisamente, de Cabuçu, em 2008, e a de bairro Botafogo, em torno de 2010, 2011, **que era administrada pela empresa que ele participa.**

O SR. WALDECK CARNEIRO – **Certo.**

E o senhor se recorda do nome dessa empresa da qual ele participa?

O SR. NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA – **É Unir.**

O SR. WALDECK CARNEIRO – **É Unir Saúde.**

O SR. NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA – **Não sei a razão social, se é nome fantasia ou se é nome social.**

O SR. WALDECK CARNEIRO – Claro, claro.

E o senhor, por acaso, sabe que função ou que papel ele exercia nessa empresa ou exerce?

O SR. NELSON ROBERTO BORNIER DE OLIVEIRA – **Não sei. Um dos responsáveis. O cargo que ele exercia, se era Presidente ou alguma Diretoria, eu não sei, mas era um dos membros da Unir.**"



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Em diálogo com o mesmo senhor Nelson Bornier, em outra interceptação telefônica, datada do dia 24 de março de 2020, mesmo dia em que foi publicada no DOERJ a requalificação da OSS Unir Saúde, por ato discricionário do Réu, Luiz Roberto Martins afirmou: **“o zero um do palácio assinou aquela revogação da desclassificação da UNIR”**, fazendo clara referência ao chefe do Poder Executivo fluminense.

LUIZ: estou te ligando para te dar uma notícia boa

BORNIER: hum

LUIZ: O zero 1 do palácio assinou aquela revogação da desclassificação da UNIR.

BORNIER: aquele relatório

LUIZ: aquela desclassificação que impediu a gente de assumir as UPAs. Eu sei que tem muito pai aqui e eu teria que fazer um DNA para saber quem é o pai. (...)

Por fim, ainda em relação à influência do empresário Mário Peixoto junto à OSS Unir Saúde, o ex-Secretário de Estado de Saúde Edmar Santos, em seu depoimento prestado à Procuradoria Geral da República no Rio de Janeiro, em 25 de julho de 2020, declarou:

“(…)QUE também no início de sua gestão foi levantada a situação de 3 OSSs mais problemáticas: UNIR, Pro Saúde e Cruz Vermelha; QUE além disso, havia boatos de que a Cruz Vermelha seria ligada a PAULO MELO e a UNIR seria ligada a MÁRIO PEIXOTO; (...)

De forma muito mais evidente, o ex-Secretário de Estado de Saúde, em depoimento ao TEM, respondendo ao relator, deixou claro que recebeu ordem do Réu para participar de almoço com o Sr. Mário Peixoto e com o Sr. Lucas Tristão, no restaurante Asparagus, situado à Rua Senador Dantas, Centro do Rio. Segundo o depoente, durante o almoço, o empresário conversou predominantemente sobre a desqualificação da OSS Unir Saúde, pedindo que tal fato não ocorresse, e também sobre a ampliação de seus negócios na área da saúde, no âmbito da administração estadual. Antes da resposta ao relator, o depoente já havia revelado o episódio do almoço, quando respondeu diretamente ao Réu, que atuava como seu inquiridor. Ao responder ao Réu sobre a questão, o ex-Secretário de Saúde esclareceu, a bem da verdade, que o Réu solicitara o seu comparecimento ao almoço, mas não dera



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

orientação expressa para que atendesse às demandas do empresário Mário Peixoto. Ao ouvir tal resposta, o Réu aquiesceu, afirmando: **“Está certo”**. Ou seja, não contestou o fato de que pediu ao Secretário para almoçar com o empresário. Vejamos os diálogos:

“O SR. Wilson José Witzel: O senhor pode repetir, por favor?”

O SR. Edmar José Alves dos Santos: Eu posso. **O Senhor me pediu que fosse ao almoço, determinou que fosse ao almoço. Eu não tinha nenhuma proximidade nem com Lucas Tristão àquela época. Eu fui ao almoço do Mário Peixoto a seu pedido.**

O SR. Wilson José Witzel: A meu pedido.

O SR. Edmar José Alves dos Santos: Mas não recebi nenhuma ordem que atendesse aos pedidos dele. Então, realmente... **mas a conversa toda ficou clara, que é Mário Peixoto quem está à frente da Unir e que tinha outros interesse na saúde**, que ele queria introduzir outras empresas dele que pudessem negociar, vender, fazer negócios com a saúde.

O SR. Wilson José Witzel: **Está certo.”**

Diante disso, resta comprovada a existência de uma potente rede ligada ao grupo do empresário Mário Peixoto, com atuação de forma estruturada e coordenada, contando inclusive com divisão de tarefas entre seus membros e com incidência sobre a administração pública estadual, durante a gestão do Réu. Aliás, percebe-se aí nítida contradição nas falas do Réu. Em resposta ao Desembargador Fernando Foch, o governador afastado chegou a afirmar que exonerava secretários que tivessem relações com empresários. Acrescentou que, em seu governo, essa era **“a norma da casa”**. Ora, nesse caso, o próprio Réu infringiu sua normativa, quando pediu que seu secretário de Saúde fosse almoçar com um empresário.

Além do grupo de influência liderado pelo empresário Mário Peixoto, havia também, no âmbito da saúde pública estadual, outro grupo atuante, diretamente ligado ao Senhor Everaldo Dias Pereira (doravante, Pastor Everaldo). Político influente no cenário fluminense, o Pastor Everaldo era presidente nacional do Partido Social Cristão (PSC), agremiação político-partidária do Réu, e gozava de trânsito livre no Palácio Guanabara, sede do governo do estado do Rio de Janeiro.

No núcleo diretamente ligado ao Pastor Everaldo, identifica-se, com destaque, o empresário Edson Torres e o próprio Secretário de Estado de Saúde à época, Senhor Edmar José Alves do Santos.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Segundo declarado pelo próprio Edmar Santos, o empresário Edson Torres tinha grande proximidade com o Pastor Everaldo, chegando ao ponto de se intitular “sócio do PSC”, de forma que ambos se consideravam “proprietários” do partido.

Importa ainda destacar que o empresário Edson Torres atuou de forma intensa no processo que culminou na indicação do Senhor Edmar Santos para o cargo de Secretário de Estado de Saúde. Conforme declarado pelo próprio ex-secretário, que foi sondado pelo empresário a esse respeito:

“(…) Que passada a eleição e tendo sido eleito, no período de transição, o colaborador recebeu ligação por voz por Whatsapp de EDSON TORRES; Que EDSON disse que o futuro cargo de Secretário de Saúde estava entre o colaborador e FERNANDO FERRY; (...) Que a procura por outro nome tinha como objetivo emplacar um nome do PSC ao cargo; Que o colaborador percebeu essa primeira reunião como uma mera sondagem, não havendo qualquer tratativa sobre negócios ilícitos; (...) Que, após certo tempo, em novembro de 2018, o colaborador é indicado como futuro secretário de saúde; (...)” (grifos nossos)

No mesmo sentido se manifestou, em depoimento aos membros do Tribunal Especial Misto, na qualidade de testemunha, o empresário Edson Torres. Com efeito, em resposta ao relator sobre a nomeação de Edmar Santos para o cargo de Secretário de Estado de Saúde, afirmou:

“O SR. WALDECK CARNEIRO – **Entendo, entendo. E, uma vez eleito, em segundo turno, o candidato Wilson Witzel, o senhor, ao lado do Pastor Everaldo, ajudou de alguma forma na montagem da equipe de Governo, a indicar Secretários, a indicar membros para o futuro Governo que iria se instalar?**

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – **Diante da minha relação de amizade e de confiança com o Everaldo, sim. Participei de ajuda de algumas escolhas.**

O SR. WALDECK CARNEIRO – **Entendi. Que escolhas? De que escolhas o senhor participou de alguma forma?**

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – **O próprio Edmar.** Final de outubro, ele procurou uma pessoa próxima a nós, a mim, e pediu uma reunião comigo. **Marcamos um café da manhã no Hotel Hilton, eu estive no Hotel Hilton com ele. O Edmar tinha um projeto político de ser diretor do Hupe, depois Reitor da Uerj e indo a Deputado. Era o projeto político dele, que ele tinha compartilhado comigo anteriormente.** E, nessa hora, nesse café, ele me pediu se tinha como encaminhar o currículo dele a um pleito a um cargo no Governo do Estado depois da... Já com a eleição do Wilson já definida, Wilson



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Witzel, o então Governador. E assim eu fiz. Conversamos, ele... A conversa seria para ele... Eu entendia que a conversa seria para ele tratar da eleição dele a Reitor da Uerj, porém, ele disse que não, que ele pretendia ver se conseguia um cargo por indicação política. **Eu encaminhei o currículo dele, que é um bom currículo, ao Everaldo. O Everaldo encaminhou ao Governador, o Governador o atendeu e o escolheu. (...)**

Diante dos elementos probatórios restituídos até aqui, resta clara a existência de dois braços econômicos atuantes na Secretaria de Estado de Saúde: um ligado ao empresário Mário Peixoto e outro ligado ao presidente nacional do PSC, Pastor Everaldo.

Nesse sentido inclusive, manifestou-se Edmar Santos, em depoimento prestado à Procuradoria Geral da República (PGR). Vejamos:

“Que existem três grupos que compõem o Governo WILSON WITZEL, encabeçados por: (1) MARIO PEIXOTO; (2) PASTOR EVERALDO e (3) JOSÉ CARLOS DE MELO; Que MARIO PEIXOTO é o grupo que o colaborador tem menos informações; Que sabe dizer, no entanto, que é o grupo mais importante e que detém mais poder no Estado; (...) Que os grupos de PASTOR EVERALDO tem equivalente importância ao grupo de MARIO PEIXOTO; Que ambos tem acesso direto ao governador; Que quanto às vantagens ilícitas, o grupo de MARIO PEIXOTO é maior que o do PASTOR; (...) Que o colaborador tem maior conhecimento do grupo do PASTOR EVERALDO;”(grifos nossos)

Confirmada a existência de dois grupos econômicos e rivais atuantes no âmbito da saúde pública estadual, quais sejam, o grupo ligado ao empresário Mário Peixoto e o grupo ligado ao Pastor Everaldo, cumpre destacar que, segundo declarações de Edmar Santos, prestadas à PGR, ambos conviviam em constante clima de tensão e de disputa pelo poder e pelos contratos, no âmbito da administração estadual. A esse respeito, reconhece Edmar Santos, **“(...) que Peixoto e Everaldo viviam em constante tensão”**.

Ainda segundo Edmar Santos, a interface de comunicação entre o grupo de Mário Peixoto e o Réu era feita por intermédio de Lucas Tristão, que ocupou o cargo de Secretário de Estado de Desenvolvimento, Energia e Relações Internacionais na gestão do Réu.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Sobre Lucas Tristão, importa destacar que, além de homem de confiança do Réu, era também amigo pessoal do empresário Mário Peixoto, relação essa confirmada, por ambos, em depoimento prestado ao Tribunal Especial Misto.

Quando perguntado pelo relator sobre a relação de amizade com Lucas Tristão, o empresário Mário Peixoto respondeu:

“O SR. WALDECK CARNEIRO - Entendi. **Então, pode-se dizer que tinha uma relação profissional, acabou evoluindo para uma relação também de certa maneira de amizade?**

O SR. MARIO PEIXOTO - **É, porque, na realidade, o Advogado Lucas Tristão, como ele era do Espírito Santo, praticamente não tinha currículo no Rio, ele me procurava muito. Aí, acabou nascendo uma amizade.**”

Na mesma direção se manifestou o senhor Lucas Tristão em seu depoimento ao Tribunal Especial Misto, em resposta à Acusação:

O SR. LUIZ PAULO – Senhor presidente, eu gostaria que a testemunha nos informasse qual era a relação dele com o senhor Mário Peixoto e filho.

O SENHOR PRESIDENTE: Pode responder.

“**O SR. LUCAS TRISTÃO DO CARMO – O senhor Mario Peixoto foi meu cliente enquanto exercia a advocacia. O filho do senhor Mario Peixoto também foi meu cliente quando eu exercia a advocacia. E, desde 1º de janeiro de 2019, quando me mudei para o Rio de Janeiro, desenvolvi um relacionamento de amizade com ambos**”

Em outro momento, ainda em seu depoimento ao Tribunal Especial Misto, o empresário Mário Peixoto deixa claro que há uma relação de proximidade entre ele e Lucas Tristão. Ao ser questionado a esse respeito pela Acusação, assim respondeu:

“O SR. LUIZ PAULO – Depois desse encontro quando o senhor conheceu o Governador Wilson Witzel, eu pergunto ao senhor, se **foi nesse encontro também que o senhor conheceu o Sr. Tristão?**

O SR. MARIO PEIXOTO – **Não, senhor. Conheci Lucas Tristão lá em Angra dos Reis. Não lembro se em fevereiro ou março, por aí.**

O SR. LUIZ PAULO – **O Sr. Tristão afirmou aqui a este Tribunal que ele tem uma relação próxima ao senhor e ao seu filho Vinícius, inclusive frequentando as casas. O senhor confirma esse depoimento?**



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

O SR. MARIO PEIXOTO – **Em parte. Ele nunca frequentou a casa do meu filho. Às vezes na minha casa, ele almoçou algumas vezes na minha casa.**

O SR. LUIZ PAULO – Eu confesso que não consegui ouvir.

O SR. MARIO PEIXOTO – Vou chegar mais próximo. **Eu falei que ele teve alguns encontros de almoço na minha casa,** mas não na casa do meu filho. Conheceu meu filho na minha casa e encontrou-se com ele algumas vezes lá.(...)” (grifos nossos)

Ainda para corroborar a grande proximidade entre o empresário Mário Peixoto e Lucas Tristão, no bojo das investigações da “Operação Favorito”, foi interceptado diálogo telefônico entre Vinícius Peixoto, filho de Mário Peixoto, e a senhora sua mãe. Vejamos:

“Vinicius: meu teste deu positivo

mãe: mentira, você está brincando comigo.

Vinicius: é

mãe: meu Deus Vinicius, e as crianças e a Camila?

Vinicius: deu todo mundo negativo, só o meu deu positivo

mãe: eu estou bem. Você estava sentindo dor de cabeça e febre

Vinicius: eu tive febre e dor de cabeça

mãe: e agora está se sentido bem?

Vinicius: agora estou sentido bem mãe: a gente tem imunidade, não é todo mundo que fica daquele jeito não, entendeu? Tem gente que ... o vírus passa pelo corpo da pessoa e não sente nada.

(...)

Vinicius: **a gente acha que foi um dia que eu estive na casa do meu pai. O Lucas teve, né? O Lucas estava lá, o Heitor brincou com ele e pode ter ‘pego’ aquele dia lá. O primeiro que ficou doente foi o Heitor ou a Helena, um dos dois. Estava lá o Lucas com a esposa.**

mãe: **O Lucas irmão do Matheus?**

Vinicius: **não, é o Lucas secretário.**

mãe: **entendi, um grandão**

Vinicius: **É. Lá no governo todo mundo teve. Mãe: o que ele foi fazer na casa dos outros?**

Vinicius: **meu pai, ideia de maluco. Todo mundo com corona no governo e chama o cara para ir na casa dele.**

mãe: tem sorte de não ter ‘pego’, o seu pai. Fez o exame?

Vinicius: fez, quando o do Lucas deu positivo ele fez os exames.”

Em sintonia com a estreita relação comprovadamente existente entre o senhor Lucas Tristão, lugar-tenente do Réu, e o empresário Mário Peixoto, em depoimento prestado à Procuradoria Geral da República no Rio de Janeiro, o ex-Secretário de Estado de Saúde Edmar Santos afirmou que o próprio Réu atribuía ao citado empresário o sucesso de sua eleição. No depoimento, disse: **“Que WILSON WITZEL atribui a sua vitória eleitoral a MARIO PEIXOTO”**.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Em contraponto às negativas do empresário Mário Peixoto quanto à sua participação na vitoriosa campanha eleitoral do Réu, outro ex-integrante do governo estadual, o senhor Hormindo Bicudo Neto, ex-Controlador Geral do estado do Rio de Janeiro, que se qualificou como amigo do Réu, em depoimento, na condição de informante, ao Tribunal Especial Misto, assim afirmou:

“O SR. HORMINDO BICUDO NETO - Conheci o Mario Peixoto bem antes. Conheci o Mario Peixoto quando eu fui Controlador Geral do Município de Nova Iguaçu, na gestão do Lindbergh, e o Mario Peixoto já representava nas cooperativas de trabalho. E havia tanto questionamento sobre a possibilidade de as cooperativas prestarem serviço público ou não.

Na época, como Controlador, e conhecendo bem a dinâmica do Tribunal de Contas, eu consegui emitir um parecer, naquela época era um parecer sazonal, de acordo com a necessidade da saúde naquela época, que foi inclusive aprovado pelo Tribunal de Contas depois. **A partir dali, Mario Peixoto passou a ter um contato comigo praticamente profissional, porque houve um respeito e tudo.**

Muitos anos depois se passaram, eu não tive mais contato com ele, fui ter um novo contato com ele justamente quando da candidatura. Porque ele tinha um instituto de pesquisa...

O SR. LUIZ PAULO - Ah, o Sr. Mario Peixoto tinha um instituto de pesquisa?

O SR. HORMINDO BICUDO NETO - Sim, ele tinha um instituto de pesquisa. Não sei se ele ainda tem hoje.

O SR. LUIZ PAULO - Não, não. Eu só fiquei curioso.

O SR. HORMINDO BICUDO NETO - Ele tinha um instituto de pesquisa e eu pedi a ele uma pesquisa. Porque essa ideia da candidatura pudesse ser válida, eu pedi a ele uma pesquisa. Ele me fez uma pesquisa, ele sempre faz pesquisa, ele inseriu lá alguns requisitos da pesquisa para a gente poder analisar tecnicamente e saber a viabilidade ou não. Afinal de contas a pessoa teria que largar a carreira de magistrado, não podia ir para uma aventura.

Então, foi assim. E dali eu acabei me desligando deles porque eu não pude mais continuar na campanha.

O SR. LUIZ PAULO – Pois é, mas nessa pesquisa que o Sr. Mario Peixoto patrocinou para o Sr. Wilson Witzel, seguramente deu um resultado...

(...)

O SR. LUIZ PAULO – Sim, mas função dessa pesquisa que ele patrocinou...

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – **Sim. Sim.**

O SR. LUIZ PAULO – ... deve ter dado indicadores de que seria positiva a candidatura do Wilson Witzel.

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – É. Numa análise que o senhor conhece bem, não é?

O SR. LUIZ PAULO – Sim, sim, mas deu algum nível de positividade, tanto é que ele virou candidato.

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – Exatamente.” (grifos nossos)



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Logo, fica claro que há relações de proximidade que unem o Réu, o seu homem de confiança e empoderado secretário, Lucas Tristão, e o empresário Mário Peixoto. Essas relações foram importantes para dar algum nível de proteção aos interesses do empresário na administração estadual, durante a gestão do Réu. Assim, considerando que a OSS Unir Saúde estava vinculada ao aludido empresário, que a dirigia ou, no mínimo, representava seus interesses, tal situação colidia com os interesses do grupo concorrente, liderado pelo Pastor Everaldo, em conluio com o empresário Edson Torres, notadamente em relação aos contratos na área de saúde. Ora, como Edmar Santos torna-se secretário com a interveniência da citada dupla, sua ação, como titular da Secretaria, não favorecia as demandas e pretensões do empresário Mário Peixoto.

Com efeito, assim que assumiu a Secretaria de Estado de Saúde, o então Secretário Edmar Santos deu início à auditoria sobre a situação das organizações sociais, que, segundo ele, trabalham, todas, na esfera da ilicitude. Ele assim se pronuncia, em resposta ao relator, conforme o diálogo abaixo:

“O Senhor WALDECK CARNEIRO: o senhor afirmou, em uma de suas respostas aqui hoje, que não há nenhuma OS que trabalhe de forma lícita na saúde. Isso se aplica à Unir e à labas na sua gestão também?

O Senhor EDMAR SANTOS: **Se aplica a todas (...).**

O Senhor WALDECK CARNEIRO: **Certo, mas também à Unir e à labas...**

O Senhor EDMAR SANTOS: **Também à Unir e à labas.”**

A auditoria realizada na Secretaria, em que todas as organizações sociais praticavam ilicitudes, conforme declaração do próprio secretário, identificou três organizações sociais, tidas como as mais “problemáticas”: OSS Unir Saúde, OSS Pró-Saúde e OSS Cruz Vermelha. Apesar disso, apenas a OSS Unir Saúde teve instaurado em seu desfavor processo administrativo com vistas à sua desqualificação, sendo as demais substituídas por outras organizações sociais, porém sem sofrer a penalidade máxima de desqualificação.

Apesar de devidamente respeitados o contraditório e a ampla defesa da OSS Unir Saúde, bem como ter sido o ato de desqualificação firmado pelos secretários



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

estaduais responsáveis, na forma dos diplomas legais que regem a matéria, a instauração do processo administrativo nº E-08/001/1170/2019 (desqualificação da Unir) se deu por determinação do ex-Secretário de Estado de Saúde, pessoa intimamente ligada, como já vimos, ao grupo do Pastor Everaldo, concorrente do grupo encabeçado pelo empresário Mário Peixoto. O vínculo do ex-secretário com a dupla Pastor Everaldo/Edson Torres é confirmado no depoimento do empresário ao MPF, como se observa a seguir:

“Que Edmar, no meio da conversa, perguntou ao depoente se o mesmo não poderia arrumar um cargo para ele; que Edmar disse que Witzel esteve no HUPE durante a campanha e tinha gostado da visita; que Edmar pediu que o depoente intercedesse junto ao governador eleito para a obtenção do cargo do secretário de saúde; que até então o depoente e Everaldo não tinham um nome para a secretaria de saúde; que como Witzel já conhecia Edmar de sua visita ao HUPE, acabou o escolhendo.”

No entanto, na tentativa de evitar a desqualificação da OSS Unir Saúde, o Réu determinou que Edmar Santos fosse a um almoço com o empresário Mário Peixoto, com a presença do senhor Lucas Tristão, fato esse narrado pelo próprio ex-Secretário de Estado de Saúde, em seu depoimento aos membros do Tribunal Especial Misto, no último dia 07 de abril. Vejamos o diálogo:

O SR. WILSON JOSÉ WITZEL – Sim. O senhor disse que nunca teve nenhuma relação com o Mario Peixoto, nunca teve nenhum contato com ele (...)

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS – **À exceção do almoço que eu fui a pedido seu, junto com o Lucas Tristão, mais ou menos em junho, julho, a única vez que eu tive com o Mario Peixoto,** não é? E que o tema principal da conversa dele foi realmente não desqualificar a Unir, me dando aí a certeza que ele seria o dono oculto da Unir porque ele quase não falou de outro assunto a não ser esse, e assim como o José Carlos, como o Everaldo, ele próprio, também, queria ter mais negócio na Saúde, como todo mundo queria ter mais negócio na Saúde.

(...)

O SR. WILSON JOSÉ WITZEL – **Confirma, muito obrigado.** O senhor relata que teve um almoço com o Sr. Mario Peixoto e com o Secretário Lucas Tristão. Esse almoço está relatado – ressaltado aqui, chamo a atenção do Tribunal que o almoço não está relatado no anexo, mas consta do Termo de Declaração a 24 de junho de 2020, em que aparece o almoço. Esse almoço de que participou o Sr. Lucas Tristão, a reunião tratou da permanência da OS Unir nos contratos da Secretaria de Saúde: “...A que o colaborador não sabe dizer se formalmente a OS está em nome de Mario Peixoto, mas ficou claro que, de fato, lhe



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

pertencia”. O que o senhor pode esclarecer como “ficou claro que, de fato, lhe pertencia”?

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS– **Porque 90% do tempo que a gente almoçou, o Mario Peixoto tava preocupado em que a Unir fosse reabilitada, quer dizer, não fosse desqualificada, de que isso traria prejuízo para ele e que, além disso, ele teria interesse em outros negócios de empresas dele na Saúde.** Ou seja, se ele quer outros negócios de empresa dele, ele está afirmando que a Unir também é uma empresa dele, não é? Então, na conversa, no almoço, foi muito claro isso. **A insistência do próprio Lucas, também, que eu atendesse ao Mario Peixoto.** (...)” (grifos nossos)

É interessante constatar que o Réu se contradisse, ao ser interrogado pelo relator na mesma sessão, quando negou que tenha pedido ao ex-secretário para que fosse ao referido almoço. Não se trata simplesmente de contradição com a fala de seu ex-secretário, mas com sua própria fala. Afinal, ele afirmou “**está certo**”, quando Edmar Santos repetiu que tinha ido ao tal almoço a pedido do Réu, mas que este não pedira ao secretário para atender a demanda do empresário. Ora, se o Réu não apenas não contestou seu ex-secretário, mas confirmou seu depoimento, classificando-o como “certo”, por que então negou a ordem dada ao seu então secretário para participar do almoço, quando indagado pelo relator a esse respeito? Vejamos o breve diálogo:

“O SR. WALDECK CARNEIRO – **Alguma vez o senhor chegou a pedir ao Secretário de Saúde Edmar Santos que participasse de um almoço com o Sr. Mario Peixoto e Sr. Lucas Tristão?**”

O SR. WILSON JOSÉ WITZEL – **Hipótese alguma.**”

Sem sucesso na tentativa de reverter a situação da OSS Unir Saúde junto ao seu então secretário de Saúde, o Réu viu publicada a Resolução Conjunta SES/SECCG nº 664/2019, que desqualificou a entidade como organização social.

Em depoimento ao Tribunal Especial Misto, o Senhor Edmar Santos disse que tomou conhecimento da possibilidade de requalificação da OSS Unir Saúde em conversa com o Réu, na varanda do Palácio Guanabara, ocasião em que, segundo o depoente, alertou o governador de que a requalificação da OSS Unir Saúde seria



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

“batom na cueca”. Na oportunidade, o Réu respondeu, segundo o depoente, que “era um pedido que ele não poderia deixar de atender”. Vejamos:

“O SR. WALDECK CARNEIRO – Bem, quando o senhor alertou o Governador afastado que seria, na sua expressão, “batom na cueca” a requalificação da Unir, o senhor queria dizer exatamente o quê? E como ele reagiu a esse alerta?

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS – **Eu queria dizer que era tão óbvio todas as evidências, que não tinha volta. Não tem como fazer diferente. Se ele assina qualquer coisa de... E, pior, o decreto... Na verdade, pelo decreto, o Governador não teria nem essa autoridade. Porque a qualificação de uma OS ou sua desqualificação tem que ser concomitante da Saúde com a Casa Civil.**

Então, ainda tinha essa questão sobre o próprio decreto estadual que trata sobre as OSs no nosso âmbito.

Mas, pior que isso, com tantas evidências no processo que foi feito – um processo longo, bem documentado –, como é que, no dia seguinte, alguém assina e fala: não, está qualificado de novo. Não é? Óbvio, aquela lista de processo, bem-feito, com parecer da PGE, é um “batom na cueca”. Não é?

O SR. WALDECK CARNEIRO – E em relação...

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS – E ele reagiu(...) **Ele reagiu assim: não, não tem jeito, tenho que atender o pedido. E é o pedido do Mario Peixoto. Então, ele estava pressionado a atender o pedido, apesar dos riscos que isso trazia.**

O SR. WALDECK CARNEIRO – Eu só queria entender... Desculpe, Dr. Edmar. Ele, então, respondeu dizendo que não teria jeito e era preciso atender ao pedido do senhor Mario Peixoto? Foi nesses termos, aproximadamente?

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS – **É, que eu tenho que atender... Um pedido que eu não posso deixar de atender.**

O SR. WALDECK CARNEIRO: Mas ele falou que era do Mario Peixoto?

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS – Ele não falou do Mario Peixoto diretamente. Mas todo o contexto, desde a minha ... o pedido aí ... é do Mario Peixoto. Por que a Unir é de quem? Do Mario Peixoto. (grifos nossos)

Diante disso, em 24 de março de 2020, fazendo uso de seu poder discricionário, o Réu publicou despacho para requalificar a OSS Unir Saúde, sem qualquer parecer técnico que o fundamentasse, revogando o ato conjunto de seus secretários e tornando a entidade apta novamente para assumir novos contratos de gestão.

Na direção contrária à decisão de requalificação proferida pelo Réu, manifestou-se o senhor Hormindo Bicudo Neto, ex-Controlador Geral do Estado,



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

amigo do governador afastado, em depoimento ao Tribunal Especial Misto. Quando indagado pelo Relator, se “não achava um pouco estranho que, para ter havido uma resolução conjunta da Secretaria de Estado de Saúde e da Casa Civil e Governança para desqualificar a Unir, isso tenha sido precedido por um parecer técnico e, para decretar a sua requalificação, o Governador não tenha consultado ninguém, não tenha se baseado em parecer técnico nenhum”, o ex-Controlador respondeu:

**“O SR. HORMINDO BICUDO NETO – Não concordo.
O SR. WALDECK CARNEIRO – Não concorda?
O SR. HORMINDO BICUDO NETO - Não concordo com essa atitude, não concordo com o ato, não posso lhe dizer tecnicamente, porque eu não li, nunca tive acesso a esse processo e nem aos pareceres que o fundamentaram, mas seria de bom alvitre, por uma questão até de cuidado, a qualquer gestor, de que encaminhe para os órgãos de controle determinadas situações em que possa correr risco a sua gestão. (...)”** (grifos nossos)

Ainda sobre o tema, em seu interrogatório no Tribunal Especial Misto, o Réu foi esquivo, quando questionado pela Desembargadora Inês da Trindade Chaves de Melo, sobre a requalificação da OSS Unir Saúde. Vejamos:

“A SRA. INÊS DA TRINDADE CHAVES DE MELO – O senhor revogou a desclassificação da Unir Saúde contradizendo o parecer jurídico do Procurador responsável. O senhor considera prudente, responsável, esse ato administrativo, mesmo sabendo que a Unir respondia a 20 processos administrativos na Secretaria de Estado de Saúde por irregularidades na condução dos contratos existentes junto ao Governo Estadual, na área de Saúde, inclusive, um deles já com penalidade administrativa?”

O SR. WILSON JOSÉ WITZEL – Desembargadora Inês, V. Exa. que é uma especialista no tema de improbidade, eu queria esclarecer que, **assim como a Unir, várias outras OS também tinha problemas de irregularidade**, 2018, 2017, 2016, foram anos em que essas organizações sociais tiveram pagamentos interrompidos por conta de várias crises financeiras. Assumimos um Governo com R\$17 bilhões de restos a pagar e grande parte desses restos a pagar era em relação a organizações sociais e atividades ligadas à área da Saúde.

Então, a Unir estava dentro desse problema em que as irregularidades que elas alegavam – V. Exa. pode observar no processo – muitas delas eram por falta de pagamento.

Então, não consertou o ar-condicionado, não colocou número de médicos que deveria ser colocado, isso era um problema que várias outras OS também tinham.” (grifos nossos)

A propósito desse quadro de irregularidades generalizadas, reconhecido pelo próprio Réu, é especialmente revelador o diálogo travado entre ele e a



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Desembargadora Teresa de Andrade Castro Neves, durante o interrogatório do governador afastado:

A Senhora Teresa de Andrade Castro Neves – A minha pergunta é justamente por que não, já que existiam outras, **e o senhor estava ciente de que existiam outras com irregularidades** (...).

O Senhor Wilson José Witzel: Então, foi essa pergunta que fiz para o secretário Edmar: ‘por que você não está fazendo a desqualificação **das outras OSs que estão em situações muito piores?**’

A Senhora Teresa de Andrade Castro Neves – **Mas então a opção foi para não punir ninguém, não para punir todos que estivessem errados?**”

Diante do triste quadro instalado no estado do Rio de Janeiro, em meio a inúmeras suspeitas de corrupção e desvio de dinheiro público, envolvendo empresas privadas e organizações sociais, além de pagamento de vantagens a agentes públicos integrantes do Poder Executivo fluminense, no dia 14 de maio de 2020, por decisão da 7ª Vara Criminal da Justiça Federal do Rio de Janeiro, o empresário Mário Peixoto foi preso preventivamente, no âmbito da “Operação Favorito”.

Curiosamente, ato contínuo à prisão do empresário Mário Peixoto, exatamente no dia seguinte ao fato, o Réu voltou atrás em sua decisão de requalificar a OSS Unir Saúde. Ora, mas se a requalificação discricionária da entidade, decidida monocraticamente pelo Réu, menos de dois meses antes, não tinha nenhuma relação com qualquer demanda do empresário Mário Peixoto, como várias vezes afirmou o Réu, por que então ele se apressou em rever o seu próprio ato?

À luz do ordenamento jurídico brasileiro, assiste razão à Acusação, tendo em vista que o Réu deixou de observar um princípio basilar da administração pública, qual seja, a moralidade, princípio que está diretamente vinculado ao conceito de probidade, que, por sua vez, abrange as noções de dignidade, honra e decoro, conforme tipificado no artigo 9º, item 7, da Lei Federal 1.079, de 10 de abril de 1950.

No que tange ao princípio da moralidade, trata-se de realçar que o agente público não pode se limitar a agir apenas dentro do estrito cumprimento dos comandos legais, embora isso seja fundamental. Mas, não é suficiente. O exercício da função



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

pública requer também o estrito respeito ao imperativo da probidade. Nesse sentido, já se manifestou o Ministro Marco Aurélio Melo, do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 160.381 – SP, analisando o princípio da Moralidade à luz da Constituição Federal:

“Poder-se-á dizer que apenas agora a Constituição Federal consagrou a moralidade como princípio de administração pública (art 37 da CF). Isso não é verdade. Os princípios podem estar ou não explicitados em normas. Normalmente, sequer constam de texto regrado. Defluem no todo do ordenamento jurídico. **Encontram-se ínsitos, implícitos no sistema, permeando as diversas normas regedoras de determinada matéria.** O só fato de um princípio não figurar no texto constitucional, não significa que nunca teve relevância de princípio. **A circunstância de, no texto constitucional anterior, não figurar o princípio da moralidade não significa que o administrador poderia agir de forma imoral ou mesmo amoral.** Como ensina Jesus Gonzales Perez “el hecho de su consagración en una norma legal no supone que con anterioridad no existiera, ni que por tal consagración legislativa haya perdido tal carácter” (El principio de buena fé en el derecho administrativo. Madri, 1983. p. 15). Os princípios gerais de direito existem por força própria, independentemente de figurarem em texto legislativo. E o fato de passarem a figurar em texto constitucional ou legal não lhes retira o caráter de princípio. **O agente público não só tem que ser honesto e probo, mas tem que mostrar que possui tal qualidade. Como a mulher de César.**” (grifos nossos)

Logo, conclui-se que, não apenas a inobservância dos comandos legais, mas também a indesejável flexibilidade moral, configuram práticas criminosas, ainda que de natureza diversa. Afinal, o crime de responsabilidade contra a probidade administrativa não é um crime comum, mas um delito especificamente vinculado à adoção, por parte do agente público, de conduta incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo que ocupa.

Sobre o mesmo tema, já dispunha o artigo 48, do Decreto nº 30, de 08 de janeiro de 1892¹⁹, que, em seu capítulo IV, artigo 48, definia o crime de responsabilidade contra a probidade da administração. Vejamos:

¹⁹ BRASIL. Diário Oficial da União. Seção 1, 1892. Página 449. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-30-8-janeiro-1892-541211-publicacaooriginal-44160-pl.html>



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

“Art. 48. Comprometer a honra e a dignidade do cargo por incontinência pública e escandalosa, ou pelo vício de jogos proibidos ou de embriaguez repetida, ou portando-se com inaptidão notória ou desídia habitual no desempenho de suas funções.”(grifos nossos, mantida a redação original)

Percebe-se, portanto, que a preocupação com a dignidade, a honra e o decoro, no exercício de cargos do alto escalão da gestão pública, há muito se faz presente no arcabouço legal brasileiro. Como exemplo, podemos citar:

a) No âmbito da administração pública federal: o artigo 9º, item 7, da Lei Federal nº 1.079, de 10 de abril de 1970:

“Art. 9º São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração:
(...)
7 - proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decôro do cargo.”(grifos nossos)

b) No âmbito da administração pública estadual: o §1º e inciso II, do artigo 104 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro:

“Art. 104 - Perderá o mandato o Deputado:
(...)
II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;
(...)
§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro da Assembleia Legislativa ou a percepção de vantagens indevidas.” (grifos nossos)

Na mesma linha, ainda na citada Carta Estadual, dispõe o artigo 146:

“Art. 146 - São crimes de responsabilidade os atos do Governador do Estado que atentarem contra a Constituição da República, a do Estado e, especialmente, contra:
(...)
V - a probidade na administração; (...).” (grifos nossos)

Cabe ressaltar ainda os ensinamentos do saudoso jurista e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Paulo Brossard²⁰, sobre a responsabilização de

²⁰ BROSSARD, Paulo. *O Impeachment*. 3ª Edição. São Paulo, 1992. Editora Saraiva.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

autoridades públicas pela prática de crime de responsabilidade e, conseqüentemente, por atentar contra a honra, a dignidade e o decoro do cargo:

“Só aquele que pode malfezer ao Estado, como agente seu, está em condições subjetivas de sofrer a acusação parlamentar, cujo escopo é afastar do governo a autoridade que o exerceu mal, de forma negligente, caprichosa, abusiva, ilegal ou facciosa, de modo incompatível com a honra, a dignidade e o decoro do cargo” (grifos nossos)

Ora, mas quais seriam os conceitos de honra, dignidade e decoro do cargo de Governador? Antes de responder, faz-se necessário esclarecer o significado desses termos, à luz do vernáculo.

Segundo o Dicionário Houaiss²¹, honra é o “princípio de conduta de quem é virtuoso, corajoso, honesto; cujas qualidades são consideradas virtuosas.”; no Dicionário Caldas Aulete²², é definida como “princípio de conduta pessoal fundamentado na ética, honestidade, coragem e em outros traços de comportamento socialmente considerados virtuosos; DIGNIDADE; HONRADEZ”; e no Dicionário Michaelis²³, como “princípio moral e ético que norteia alguém a procurar merecer e manter a consideração dos demais na sociedade”.

Sobre dignidade, define-a o Dicionário Houaiss como a “qualidade moral que infunde respeito; consciência do próprio valor; HONRA, autoridade, nobreza”; no Dicionário Caldas Aulete, a dignidade é definida como a “qualidade moral que infunde respeito; HONRA; autoridade”; e, por fim, no Dicionário Michaelis, é definida como o “modo de proceder que transmite respeito; autoridade, HONRA, nobreza”.

Já a palavra decoro, segundo o Dicionário Houaiss, é o “acatamento das normas morais; DIGNIDADE, HONRADEZ, pundonor”; no Dicionário Caldas Aulete, é definido como “honestidade, integridade, HONRADEZ”; e, segundo o Dicionário Michaelis, é “seriedade e decência ao agir; DIGNIDADE”.

²¹ HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

²² AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1980.

²³ MICHAELIS. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Percebe-se a evidente sinonímia que vincula as noções de dignidade, honra e decoro, que se aplicam à ocupação do cargo de governador. Se não, vejamos:

a) **dignidade do cargo de Governador**: dever de o Governador pautar sua conduta pelas mais rígidas normas éticas, o que lhe exige, em qualquer ocasião, alto padrão de comportamento, o que se refletirá em seu desempenho como chefe do Poder Executivo e no grau de respeito que lhe é devido;

b) **honra do cargo de Governador**: o apreço e o respeito de que é objeto ou se torna merecedor o Governador, perante os cidadãos em geral, os demais Poderes e os servidores públicos;

c) **decoro do cargo de Governador**: valor moral e social da Chefia do Governo, cujo elevado conceito social é essencial para o exercício válido e democrático do poder.

Com o mesmo entendimento, em sede de Alegações Finais, a Acusação discorre sobre a linha do tempo que embasa a participação e a ciência do governador afastado Wilson Witzel nas tomadas de decisão, sob a influência de atores políticos e operadores financeiros que o cercavam, deixando cristalina sua preferência por grupos econômicos em detrimento do interesse público. Vejamos:

“A questão central sob a ótica do Crime Responsabilidade do Governador Sr. Wilson Witzel, não é definir quem era o detentor último do poder decisório na estrutura da UNIR, se era Luiz Roberto Martins ou Mario Peixoto. **E, sim, que a requalificação da UNIR foi ato ímprobo, que não atendeu o interesse público, e que a sua desqualificação em seguida foi uma tentativa de se dar uma falsa aparência de imparcialidade, quando os atos ímprobos já tinham sido descobertos pelas operações do MPE-RJ e MPF.**” (grifos originais)

Diante de todo o exposto, conclui-se, portanto, que o ato praticado pelo Réu, qual seja, a requalificação da OSS Unir Saúde deu-se em clara e total afronta às noções de dignidade, honra e decoro, ou seja, em completa inobservância ao imperativo da probidade. Afinal, no exercício da função pública, não se pode agir para proteger ou prejudicar, deliberadamente, interesses privados, particulares ou específicos, em detrimento do elevado interesse público.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

5. Segundo Eixo da Acusação: contratação da OSS IABAS

Em relação ao segundo eixo da acusação, qual seja, a contratação da OSS IABAS, os denunciantes afirmam haver robustos indícios de participação do Réu na prática de atos ilícitos referentes à celebração do contrato milionário, no valor total de R\$835.772.409,78 (oitocentos e trinta e cinco milhões setecentos e setenta e dois mil quatrocentos e nove reais e setenta e setenta e oito centavos).

A citada contratação, que ocorreu em caráter emergencial e sem qualquer tipo de seleção pública ou licitação, tinha como objetivo a montagem de 7 (sete) hospitais de campanha no estado, na esfera pública, de modo a possibilitar o aumento de 1.800 (mil e oitocentos) leitos, aqui incluídos os leitos intensivos, para serem disponibilizados à população fluminense, sendo essa uma das medidas anunciadas pelo Réu, ainda no mês de março de 2020. Pouco depois, chegou a ser anunciada uma oitava unidade, sem contar, como já mencionado anteriormente, a unidade que seria erguida sob a responsabilidade do setor privado, que estava fora do escopo do contrato.

O Relatório Final da Comissão Especial constituída na ALERJ para investigar as contratações emergenciais na área de saúde, no contexto da pandemia, revela que, no caso da contratação da OSS IABAS, não se constatou: a) justificativa pertinente para a escolha dessa entidade; b) estudo preliminar para fundamentar a contratação; c) especificação mínima de quantitativos referentes aos itens contratados; d) devido zelo na antecipação de pagamento sem garantias suficientes para a administração pública, entre outros aspectos temerários (ALERJ, Comissão Especial COVID-19. Relatório Final, 2020, p. 69).

Dos hospitais de campanha prometidos, apenas 2 (dois) foram entregues (Maracanã e São Gonçalo), mesmo assim, depois de considerável atraso no cronograma de montagem e com número reduzido de leitos, muito aquém do alardeado, como já foi mencionado na seção anterior.

Já vimos que, tão logo a pandemia se abateu sobre a população fluminense, o quadro de inépcia na gestão da crise, por parte da administração estadual, foi ficando delineado. Já vimos, também, que, além dos problemas gerenciais, rumores,



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

suspeitas e indícios de irregularidades ganharam corpo, o que despertou o interesse investigativo de diferentes órgãos de controle do Estado.

O Réu, em sua defesa técnica, apresentada a este Tribunal Especial Misto, alega: (a) que está dada a inexistência de provas ou indícios de sua participação na contratação da OSS IABAS, imputando tais responsabilidades ao então Secretário de Estado de Saúde, senhor Edmar José Alves dos Santos, e a seu Subsecretário Executivo, senhor Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos; (b) que, após noticiada pela imprensa a existência de superfaturamento na contratação da citada entidade, determinou à Controladoria Geral do Estado (CGE) que procedesse a auditoria prévia em todas as contratações emergenciais, o que fez por meio da edição do Decreto Estadual nº 47.039, de 17 de abril de 2020.

É necessário fazer alguns destaques sobre atores importantes para a elucidação das questões inerentes à contratação da OSS IABAS e sobre a existência de um grande esquema de desvio de dinheiro público e pagamento de vantagens indevidas a agentes públicos, durante a gestão do Réu.

Como já vimos, o empresário Edson Torres teve participação destacada na indicação de Edmar José Alves dos Santos para o cargo de Secretário de Estado de Saúde, com a anuência do Pastor Everaldo, presidente nacional do Partido Social Cristão (PSC), junto a quem o empresário gozava de grande influência.

Pastor Everaldo, por sua vez, além de político conhecido no cenário fluminense e presidente nacional do PSC, partido pelo qual se elegeu Wilson Witzel, exercia, como já afirmamos, grande influência na gestão estadual, em diferentes áreas.

Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos foi a pessoa escolhida pelo Pastor Everaldo para ocupar o cargo de Subsecretário Executivo da Secretaria de Estado de Saúde. Tal decisão foi comunicada ao então Secretário de Estado de Saúde Edmar Santos pelo empresário Edson Torres. O Secretário, à época, não rejeitou a indicação e delegou ao novo subsecretário executivo o poder de efetuar contratações e ordenar despesas do órgão.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Sobre suas relações com a dupla Pastor Everaldo/Edson Torres, Edmar Santos, em seu depoimento prestado à Procuradoria Geral da República no Rio de Janeiro, em 24 de junho de 2020, discorreu com clareza meridiana:

"(...)Que passada a eleição e tendo sido eleito, no período de transição, o colaborador recebeu ligação por voz por Whatsapp de EDSON TORRES; Que EDSON disse que o futuro cargo de Secretário de Saúde estava entre o colaborador e FERNANDO FERRY; Que o colaborador é convidado por EDSON para um café da manhã no Hotel Hilton na Barra da Tijuca, em novembro de 2018, estando presentes apenas o colaborador e EDSON; Que na ocasião EDSON afirmou que era "sócio" do PSC junto com o Pastor Everaldo; Que ambos se consideravam "proprietários" do partido; Que, por conta disso, EDSON afirmou que não tinha interesse que FERNANDO FERRY assumisse a Secretária de Saúde pois este tinha ligação com o Deputado Estadual Rodrigo Amorim que é do PSL; Que a procura por outro nome tinha como objetivo emplacar um nome do PSC ao cargo; Que o colaborador percebeu essa primeira reunião como uma mera sondagem, não havendo qualquer tratativa sobre negócios ilícitos; Que, após uma semana, o colaborador liga para EDSON por Whatsapp para saber notícias e EDSON o convida para uma segunda reunião no mesmo hotel HILTON; Que os termos da conversa são os mesmos; Que não há nenhuma tratativa de vantagens ilícitas, mas o nome do colaborador é chancelado por EDSON para ser o nome indicado pelo partido ao cargo; Que até então não conhecia o Pastor Everaldo; Que é marcada, então, reunião na FIRJAN, onde funcionava o gabinete de transição do Governador no Centro do Rio de Janeiro; (...) Que esta primeira reunião com WITZEL foi muito atípica; Que WITZEL conversou apenas por 15 minutos com o colaborador, falando sobre parcerias público-privadas e temas de seu interesse; Que o colaborador saiu da reunião achando que não seria o escolhido pois não foram feitas muitas perguntas a respeito do seu currículo, experiência ou visão a respeito das políticas públicas de saúde para o Estado; Que após dois ou três dias o colaborador recebe ligação de EDSON onde é marcada nova reunião com o governador no prédio da FIRJAN; Que EDSON servia como um intermediário do PASTOR EVERALDO; Que nessa segunda reunião o colaborador conversa de maneira detida com WILSON WITZEL, por duas a três horas; Que o discurso do governador neste momento é no sentido de afastar os grupos corruptos dentro da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro; Que o colaborador chegou a pedir segurança para si e família pois temia pela sua vida ao mexer com os grupos que estavam infiltrados na Secretaria de Estado de Saúde; Que nesta reunião não houve qualquer ajuste de vantagem indevida com o Governador; Que, após certo tempo, em novembro de 2018, o colaborador é indicado como futuro secretário de saúde; (...)" (grifos nossos)



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Com relação à nomeação do ex-Subsecretário Executivo da pasta da Saúde, Gabriell Neves, ainda em seu depoimento à PGR, Edmar Santos esclarece:

"(...) Que, ao longo de sua estadia à frente da Secretaria de Estado de Saúde, a tensão com o grupo do PASTOR EVERALDO foi crescendo e, a partir de outubro de 2019, começou a haver pressão para troca subsecretária executiva MARIA THEREZA LOPES; Que o colaborador chegou a entender que havia ameaças veladas à DARIA THEREZA, com expressões como "ela está muito velhinha, pode falecer a qualquer momento"; Que as pressões começaram a crescer e vários nomes foram sendo sugeridos para ocupar o cargo; Que, à época, a indicação do nome de GABRIELL NEVES não pareceu ao colaborador uma má indicação num primeiro momento pois o mesmo possuía experiência na área, sendo subsecretário na pasta de Ciência e Tecnologia; Que, em janeiro de 2020, o colaborador foi chamado à sede do PSC e o PASTOR EVERALDO comunicou que o novo Subsecretário Executivo da Secretaria de Saúde seria, de fato, GABRIELL NEVES; Que, a partir desse momento, o colaborador começou a suspeitar do motivo pelo qual GABRIELL tinha sido escolhido pelo PASTOR EVERALDO; Que havia um processo de compliance na Casa Civil que fazia uma avaliação da vida pregressa do futuro subsecretário; Que, desta forma, a escolha não era exclusiva do Secretário passando pelo aval de outras pastas (Casa Civil e Governador); Que o colaborador entende que a nomeação de GABRIELL teria como objetivo deixá-lo como "rainha da Inglaterra". (grifos nossos)

Quanto à proximidade e à existência de uma relação de amizade entre o Pastor Everaldo e o empresário Edson Torres, em seu depoimento prestado à PGR, em 03 de setembro de 2020, o empresário assevera:

"(...)Que no início da década de 90 o depoente começou a gerir a Dinâmica Segurança, da qual detinha 50% de propriedade; Que geria a Dinâmica, mas mantinha-se como diretor das demais empresas; Que a empresa já possuía diversos contratos com o setor público e na campanha para o Governo do Estado do Rio de Janeiro de 1994 o depoente chegou a visitar tanto MARCO AURÉLIO ALENCAR quanto representantes da campanha de MARCELO ALENCAR; Que forneceu cerca de 40 veículos para a campanha de GAROTINHO a pedido de AUGUSTO ARISTON; (...) Que na mesma eleição, registra que conheceu PASTOR EVERALDO, num encontro promovido com evangélicos e a candidata ao Senado Benedita; (...) Que após o Governo de MARCELO ALLENCAR, o depoente passou a estreitar suas relações com o PASTOR EVERALDO; (...) Que registra que EVERALDO sempre teve negócios no ramo imobiliário; Que, em 2003, EVERALDO ofereceu ao depoente a compra da empresa BRM ENGENHARIA E CONSULTORIA; Que nessa época EVERALDO colocou seu filho LAÉRCIO para cuidar



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

da empresa; Que o depoente comprou três ou quatro terrenos no Recreio dos Bandeirantes para fazer incorporações; Que Foram feitos três prédios. mas a empresa não teve sucesso; Que o plano original era utilizar os apartamentos para aluguel, mas todos os apartamentos acabaram sendo vendidos; **Que EVERALDO saiu da empresa após dois anos;** (...)” (grifos nossos)

Já com relação ao Pastor Everaldo, se manifestou Edmar Santos em seu depoimento prestado à PGR, destacando sua proximidade com o Réu. A esse respeito, assim se expressou:

“(...) Que nesta reunião, além do governador eleito WILSON WITZEL, estavam o PASTOR EVERALDO, LUCAS TRISTÃO e CLEITON RODRIGUES; Que os citados eram pessoas de extrema confiança de WITZEL; (...)” (grifos nossos)

Também em seu depoimento prestado à PGR, o empresário Edson Torres discorreu sobre os primórdios da parceria entre Pastor Everaldo, o depoente e o Réu:

“(...)Que o declarante esteve pessoalmente com WITZEL em três oportunidades; Que, ao final de 2017 o declarante foi convidado por EVERALDO para participar de uma reunião com o Juiz Federal WILSON WITZEL; Que o propósito da reunião era conversar sobre a viabilidade política de WITZEL vir candidato a Governador do Estado do Rio de Janeiro pelo PSC; QUE WITZEL ainda não era filiado e nem poderia pois ainda era Juiz; Que tal reunião ocorreu na sede do PSC. Rua Senador Dantas, 71, 21º andar, presentes o declarante, EVERALDO, WITZEL e um empresário aposentado amigo do declarante VALDIR LOPES; Que nessa reunião WITZEL apresentou seu interesse em ser candidato ao Governo do Rio de Janeiro; Que nessa reunião, foram tratados apenas assuntos políticos e viabilidade; (...) QUE VICTOR HUGO possuía também interlocução de PASTOR EVERALDO para influenciar no governo WITZEL; (...)” (grifos nossos)

Ainda sobre a relação de proximidade existente entre o Governador afastado Wilson Witzel e o Pastor Everaldo, em depoimento prestado aos membros do Tribunal Especial Misto, se manifestaram as seguintes testemunhas: (a) Hormindo Bicudo Neto, ex-Controlador Geral do Estado do Rio de Janeiro durante a gestão de Wilson Witzel; (b) Lucas Tristão do Carmo, ex-Secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais; (c) Alex da Silva Bousquet, ex-Secretário de Estado de Saúde; (d) Edmar José Alves dos Santos, ex-Secretário de Estado de



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Saúde; (e) Edson da Silva Torres, empresário com forte atuação na saúde pública estadual; (f) Valter Alencar Pires Rebelo, advogado e político filiado ao PSC. Disseram eles:

a) Hormindo Bicudo Neto:

“O SR. WALDECK CARNEIRO – Uma última pergunta, Presidente.

O senhor falou que tinha conhecimento da influência política do Pastor Everaldo tendo em vista que ele é o Presidente Nacional do Partido do Governador? O senhor também tinha informações sobre a influência do Pastor Everaldo na gestão de áreas do Governo: Detran, Cedae, Saúde...

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – **Ouvi falar, ouvi falar, né, que ele também tinha na Cedae. No Departamento de Trânsito, já não sei dizer para o senhor. Mas na Cedae ouvi falar também que ele tinha interferência lá, sim: que o Dr. Hélio era uma indicação dele.**”

b) Lucas Tristão do Carmo:

“O SR. ALEXANDRE FREITAS – **Sr. Lucas Tristão, qual sua relação com o pastor Everaldo?**

O SR. LUCAS TRISTÃO DO CARMO – **A minha relação com o pastor Everaldo, ela ficou muito ruim desde um período ali na campanha. Desde então, a gente sempre se tratou institucionalmente. Ele era o Presidente do partido do Governador, eu era um Secretário de Estado do Governo Wilson Witzel e nosso relacionamento sempre foi ali institucional.**”

c) Alex da Silva Bousquet:

O SR. WALDECK CARNEIRO – Entendi. **O senhor afirmou também que se encontrou uma única vez com o Pastor Everaldo no Palácio Guanabara.**

O SR. ALEX DA SILVA BOUSQUET – **Isso.**

O SR. WALDECK CARNEIRO – **Foi alguma reunião específica?**

O SR. ALEX DA SILVA BOUSQUET – **Não foi reunião específica, foi encontro de corredor.**

d) Edmar José Alves dos Santos:



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

“O SR. WILSON JOSÉ WITZEL – Não houve facilitação de indicação de OS etc.? O senhor participou de alguma reunião?

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS – Participei de algumas reuniões com o pastor Everaldo e com o Edson Torres e com o Vitor, que eu não lembro o sobrenome.

(...)

O SR. WILSON JOSÉ WITZEL - E o senhor se lembra da resposta que eu dei ao senhor?

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS - O senhor me deu uma primeira resposta.

O SR. WILSON JOSÉ WITZEL - Qual foi a resposta que eu dei para o senhor?

O SR. EDMAR JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Que o senhor ia conversar com o pastor Everaldo sobre isso. (...)”

e) Edson da Silva Torres:

“O SR. CARLOS MACEDO – Muito bem. Eu faço uma outra pergunta. Dessa forma, o pastor Everaldo, ele é o longa manus do Governador Wilson Witzel ou foi o longa manus do Governador Wilson Witzel?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Me perdoe. Eu queria que o senhor falasse em português. Eu não entendo essa palavra “longa manus”.

O SR. CARLOS MACEDO – Muito bem. Seria uma mão executora de uma ordem superior, ou seja, um braço que não faz parte do mesmo corpo, mas atende a um comando cerebral extinto ali ou independente daquele corpo.

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Sim.”

“O SR. ALEXANDRE FREITAS – Perfeito. O senhor tem alguma dúvida de que o pastor Everaldo era o operador financeiro do já Governador Wilson Witzel em questão de favorecimentos em contratos do Estado?

O SR. EDSON DA SILVA TORRES – Não.”

f) Valter Alencar Pires Rebelo

O SR. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA – Depois de eleito o Governador tinha contato com o Pastor Everaldo, assim, no Palácio, contatos com certa frequência?

O SR. VALTER ALENCAR PIRES REBELO – Sem dúvida. Em algumas oportunidades eu pude observar em algumas reuniões a presença do Pastor que, para mim, conduzia assuntos partidários. Eu nunca participei dessas reuniões, mas o via em algumas oportunidades no palácio.”



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Importa destacar que, sobre o livre trânsito do Pastor Everaldo no Palácio Guanabara, sede do Governo do Estado do Rio de Janeiro, o próprio Wilson Witzel confirmou esse fato em seu interrogatório no Tribunal Especial Misto:

(...)

O SR. WALDECK CARNEIRO – Pastor Everaldo?

O SR. WILSON JOSÉ WITZEL – **Diversas vezes, Presidente do partido. Foram várias... Inclusive, várias das Atas de entrada e saída do Palácio Laranjeiras constavam o Márcio Pacheco, o Claudio Castro, o Sandro, membros da executiva estadual do partido para tratar das eleições de 2020.** Eu, como Governador e Presidente de honra do partido, opinei, não só nas eleições do Rio de Janeiro, mas do Brasil inteiro. Eu estive em São Luiz do Maranhão para acompanhar as prévias para a eleição no Maranhão, filiando Prefeito; no dia da minha defesa de tese de doutorado eu estava em São Luiz fazendo campanha – na verdade, fazendo campanha de filiação. **Então, eu, como Presidente de honra do partido, viajei o Brasil com o Pastor Everaldo,** com Deputados Federais do meu partido no Tocantins, na Bahia, e no Rio de Janeiro não era diferente. **Foram várias reuniões realizadas com a executiva do partido para definir sobre eleições. A reunião era eminentemente política.**”

São necessários tais esclarecimentos quanto ao *networking* entre essas pessoas para possibilitar o enfrentamento do mérito quanto à influência do Governador afastado Wilson Witzel na contratação da OSS IABAS.

Isto posto, em sua defesa apresentada ao Tribunal Especial Misto, o Réu aduz não existir quaisquer indícios de sua participação na contratação da OSS IABAS. Contudo, na contramão de sua afirmação, em depoimento prestado à Procuradoria Geral da República no Rio de Janeiro, o ex-Secretário de Estado de Saúde, senhor Edmar Santos, declarou ter sofrido pressões vindas do Réu e de terceiros para a montagem dos hospitais de campanha, nos mesmos moldes dos contratados pelo Estado de São Paulo.

Apesar do estudo realizado por sua equipe, que apontava outras medidas, o então Secretário de Estado de Saúde foi informado pelo então Subsecretário Executivo de sua pasta, senhor Gabriell Neves, que a OSS IABAS seria a organização social encarregada de construir e gerir hospitais de campanha, sendo ele, o subsecretário, o gestor responsável por decidir sobre a contratação:



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

“QUE, com o avanço da pandemia, porém, o Estado de SP decidiu montar hospitais de campanha e o colaborador voltou a conversar com BERTHOLDO, mas não definiu que seria o IABAS o contratado; QUE o governador WITZEL e a primeira-dama HELENA começaram a pressionar o colaborador para a montagem de hospitais de campanha, já que as cobranças na média aumentaram; QUE o colaborador voltou a projetar com sua equipe a montagem de hospitais de campanha, em modelos diferentes do de SP, seguindo um racional técnico; QUE quem bateu o martelo para a contratação do IABAS não foi o colaborador; QUE o colaborador recebeu de GABRIELL NEVES a notícia de que seria o IABAS a OS contratada; QUE o colaborador acreditou que essa escolha havia sido deliberada pelo grupo do PASTOR EVERALDO, já que o IABAS já tinha uma relação com o grupo;(..) QUE o novo contrato, porém, não solucionou alguns vícios como a ausência de prazo para entrega dos hospitais e a falta de exigência de documentos; QUE o contrato foi assinado mesmo com esses vícios, o que causou espanto no colaborador, pois sacramentou uma mudança drástica na postura do Estado com o IABAS, que começou bastante severa e terminou demasiadamente flexível; (...)” (grifos nossos)

Importa ainda destacar, sobre a contratação da OSS IABAS, que o Pastor Everaldo, segundo depoimento de Edmar Santos, deixava claro que nada acontecia na Secretaria de Estado de Saúde sem que o Governador soubesse, seja com antecedência ou mesmo no transcurso das ações, ressalvando que seu grupo tinha carta branca para atuar:

“QUE o PASTOR EVERALDO já disse mais de uma vez ao colaborador que todas as questões que passavam pelo grupo tinham carta branca do governador WILSON WITZEL, que às vezes sabia antes e às vezes era informado ao longo do processo;(...)” (grifos nossos)

Como se vê, segundo o delator, o Pastor Everaldo declarou que as ações de seu grupo político tinham o aval do Governador, ou seja, o Réu tinha conhecimento sobre as mesmas. Em depoimento ao Tribunal Especial Misto, outros agentes públicos que integraram a equipe do Governo do Estado, durante a gestão do Réu, se manifestaram, dando a entender que o governador afastado era sabedor do que se passava em sua administração. É o caso do ex-Controlador Geral do Estado do Rio de Janeiro, senhor Hormindo Bicudo, que alertou o chefe do Poder Executivo, não apenas sobre a má fama, mas também sobre o valor astronômico da contratação da OSS IABAS. Segue sua declaração a esse respeito, em diálogo com a Acusação:



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

“O SR. LUIZ PAULO – Que é um dos eixos aqui da nossa investigação.

O senhor é um homem de controle, há muitos anos, segundo a sua experiência, vai a três décadas. A labas havia sido desqualificada do Município do Rio de Janeiro no Governo de Marcelo Crivella e desqualificada por uma bagunça que ela vez lá, a bagunça era tão grande que tem uma Deputada que dizia que ela não era nem labas, era “Diabas”.

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – **Eu me lembro disso.**

O SR. LUIZ PAULO – **Você vê como ela é conhecida, e ela foi convidada por alguém para construir, construir obra de engenharia e gerenciar serviços médicos...**

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – **Isso mesmo.**

O SR. LUIZ PAULO – **Serviços incompatíveis.**

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – **Totalmente.**

O SR. LUIZ PAULO – **Que só faz aumentar o valor do contrato.**

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – **E numa dimensão absurda.**

O SR. LUIZ PAULO – **Porque vai pagar um sobre preço sobre as obras de engenharia.**

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – **Exatamente.**

O SR. LUIZ PAULO - **Quem vai pagar? O Estado.**

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – **Perfeito.**

O SR. LUIZ PAULO – **Claro, o senhor vai investigar isso, é claro que isso salta aos seus olhos. Veio à tona algum dado de realidade para o senhor de quem teria colocado essa labas para fazer esse serviço?**

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – **Deputado, quando eu fiquei sabendo da dimensão dessa contratação, né?**

O SR. LUIZ PAULO - **Mais de 800 milhões.**

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – **Na época era 850...**

O SR. LUIZ PAULO - **Pois é, mais de 800...**

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – **Com 10 hospitais de campanha, que não é hospital simples, é um hospital... Hospital mesmo, porque hospital de campanha não é um piso, um ar condicionado, é um universo muito pesado, é uma responsabilidade muito grande e eu fiquei bem assustado como tudo aconteceu, sem planejamento nenhum, umas planilhas de orçamento totalmente equivocadas, o que sofreu uma ação nossa direta junto com a Procuradoria do Estado.**

Numa primeira medida, nós reduzimos em mais de 150 milhões aquele contrato e me surpreendeu também por ser o labas porque ele aparece no nosso relatório e não aparece muito bem no nosso relatório de auditoria, aparece com deficiências graves e isso me surpreendi profundamente, alertei todo setor, alertei o Secretário Emar também por que dessa escolha, essa informação nunca me veio...

O SR. LUIZ PAULO - **O senhor alertou o Governador também?**

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – **Alertei o Governador também, ele criou uma comissão na época, se eu não me engano, até a pedido com o Vice-Governador participando, eu participei dessas reuniões, de vez em quando porque a situação também ficou insustentável, Deputado, porque nós**



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

estávamos com a pandemia acontecendo, a proliferação do vírus estava enorme, os hospitais já tinham iniciado a construção com esse instituto escolhido pela Saúde dessa forma equivocada, mas, também para aquilo poderia correr um risco ainda maior de começar tudo do zero e as pessoas sendo contaminadas à velocidade do que estava, então, isso deu um medo em todo mundo, deu medo na PGE, deu medo na CGE, deu medo na Assembleia, deu medo em todo mundo.

O SR. LUIZ PAULO – Era para ter medo mesmo.

O SR. HORMINDO BICUDO NETO – Era para ter medo mesmo. E, felizmente ou infelizmente, nós tivemos que continuar com o labas naquele primeiro momento, reduzimos o contrato, modificamos algumas cláusulas deles que, inclusive, cláusula de despesa de capital reverteriam em favor do Estado, ou seja, aquele dinheiro que foi pago a eles teria voltado para a gente, mas, eu confesso ao senhor que foi uma decisão horrível, lamentável e que de falta de planejamento mesmo, porque nem a projeção de 10 hospitais eu assumiria como gestor porque eu nem vi ainda o tamanho do vírus, a expansão dele.

Eu já projetar dez, assim, de primeira linha, foi meio pesado. Eu achei muito exagerado. (...)”

Ainda sobre a má fama da OSS IABAS e os riscos envolvidos em sua contratação, outra ex-integrante do Governo do Estado do Rio de Janeiro na gestão Wilson Witzel, senhora Mariana Scardua, declarou ter avisado seu superior hierárquico, o Secretário de Estado de Saúde, sobre aqueles aspectos e, em consequência disso, teria sido exonerada do cargo que ocupava. Afirmou a depoente à Acusação:

O SR. LUIZ PAULO - E relatava para ele que a Organização Social labas tinha avaliação de 96% de conceito C na gestão do Hospital Adão Pereira Nunes, que ela tinha sido desqualificada no Município da Capital, que ela estava inscrita na dívida ativa do Município da Capital, que ela teve um dirigente preso e estava sendo investigada pelo próprio Ministério Público, então, perguntei a ele se ele alertou o Secretário ou alguém do Governo sobre tudo isso que pesava sobre a labas, visto que ela foi escolhida para tocar um contrato de construção e gestão de hospitais de campanha de mais de oitocentos milhões de reais. A senhora tinha conhecimento de todos esses fatos que eu relatei aqui?

A SRA. MARIANA TOMASI SCARDUA – Sim.

O SR. LUIZ PAULO – E a senhora relatou para o Sr. Edmar?

A SRA. MARIANA TOMASI SCARDUA – Então, com relação ao contrato de gestão do Hospital Adão Pereira Nunes, eu repito aqui que tem um parecer meu ratificando pela não renovação deste contrato, encaminhando para as



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

subsecretarias e para o Secretário competente, para as sanções devidas e não renovação.

Com relação ao hospital de campanha, quando eu fiquei sabendo...

O SR. LUIZ PAULO – Mas a labas, especificamente.

A SRA. MARIANA TOMASI SCARDUA – Sim, a labas, Hospital Estadual Adão Pereira Nunes, gerido pela labas, só tinha conceito C e uma prestação de contas muito frágil. Após avaliar os relatórios da comissão de fiscalização, ratifiquei o parecer da CAF pela não renovação, não renovação deste contrato, pela troca da Organização Social, porque o labas não entregava o que estava em contrato. Essa foi uma das ações.

A outra, como eu disse aqui, eu ficava sabendo, também já falei isso na Alerj e no MPE, eu ficava sabendo das ações da secretaria de estado pela televisão, às sete da manhã, quando o Secretário entrava no ar. E por aí eu fiquei sabendo que teriam hospitais de campanha, depois eu fiquei sabendo que os hospitais de campanha seriam todos com o labas. Aí, eu cheguei a comentar com ele que era... a palavra certa, não sei como dizer, mas que era imprudente, perigoso, porque o labas já tinha um histórico de não entregar, e ele tinha conhecimento disso. Aí, sei lá, um dia depois, dois dias depois, eu fui exonerada.

Novamente ao ser questionada sobre a contratação da OSS IABAS, desta vez pela Deputada Dani Monteiro, Mariana Scardua afirma ter avisado sobre os riscos da contratação daquela entidade ao Subsecretário Executivo (Gabriell Neves) e ao Secretário de Estado de Saúde (Edmar Santos). Eis o excerto de seu depoimento com esse teor:

A SRA. DANI MONTEIRO – Ao encontrar algumas inconformidades, falhas ou faltas, nas palavras da senhora, que em geral são irregularidades na gestão dos contratos, a quem a senhora deveria se reportar?

A SRA. MARIANA TOMASI SCARDUA – Então, eu não sei se alguma testemunha já falou, mas a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato de Gestão, pelo decreto, é subordinada ao Secretário de Estado de Saúde e ela se reporta aos superintendentes e aos Subsecretários, para dar ciência desse acompanhamento.

Então, quando eu tive, por exemplo... quando você tem ciência de alguma prestação de serviço que não está em conformidade com o contrato, a primeira ação, por exemplo, da área técnica, é notificar, por ofício, pedindo para corrigir. E aí, a gente comunica aos órgãos competentes. Então, assim, quando era alguma coisa que não era conduzida, a gente tinha que comunicar à SubCIC, à Subsecretaria de Controle Interno e Compliance. A CAF direcionava os relatórios também para a Subsecretaria de Controle Interno e Compliance.

Então, por exemplo, no caso do labas, que é um caso emblemático, quando a CAF encaminha o relatório para a



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Superintendência de Acompanhamento de Contrato de Gestão, encaminha para a Subsecretaria de Gestão da Atenção Integral, eu fiz questão – era um caso muito grave -, então, eu fiz questão de informar todos os setores competentes: a Subsecretaria Executiva; ao Secretário de Saúde.

Eu não me lembro se eu cheguei a avisar a Subsecretaria Geral ou não, mas ela não tem competência também nesse ramo, mas é importante talvez saber. E, por fim, acho que também a gente informou à Subsecretaria Jurídica ou pediu posterior encaminhamento. **Mas a Subsecretaria de Controle Interno e Compliance; o Secretário de Estado e a Subsecretaria Executiva, que são os três diretamente interessados, eles foram comunicados pela Subsecretaria de Gestão da Atenção Integral à Saúde, assim como foram comunicados pela CAF.**

A SRA. DANI MONTEIRO – **Mariana, conforme as suas declarações aqui, a falta de transparência motivou o pedido da sua exoneração em fevereiro de 2020. Correto?**

A SRA. MARIANA TOMASI SCARDUA – **Sim. A falta de transparência da Subsecretaria Executiva com relação à execução financeira dos contratos e à execução financeira e orçamentária dos contratos e à assinatura dos novos contratos e lançamento de novos editais.**

Em sua defesa, o Réu afirmou que ordenar despesas não faz parte das atribuições do cargo para o qual foi eleito, mas sim o acompanhamento de políticas públicas estrategicamente elaboradas, conforme seu plano de governo e promessas de campanha.

Ainda em sua defesa, diz ter implantado o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com vistas à garantia do acesso às informações sobre contratos e contratações em curso, de modo a fortalecer a transparência das ações governamentais.

Foi exatamente nesse sentido que o Réu se manifestou em seu interrogatório, em resposta ao Desembargador Fernando Foch:

“O SR. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA – Eu não sei se estou bem lembrado, mas acredito que não. Acredito ter ouvido de V. Exa. na campanha eleitoral que governaria desconfiando. Ou seja, fiscalizando todos os seus Secretários. Essa... eu estou enganado ou isso foi dito em campanha, Governador?

O SR. WILSON JOSÉ WITZEL – Desembargador, durante a campanha eleitoral, eu fiz várias afirmações de compromisso com a transparência. Tanto que ao assumir o Governo do Estado eu implantei o SEI que foi feito um



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

acordo com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que tem o mais moderno sistema de processamento eletrônico não só administrativo, mas judicial, o e-PROC e o SEI. Fizemos um convênio com o TRF da 4ª Região e implantamos o SEI no Governo do Estado. Para dar total transparência às licitações, aos processos administrativos. Da minha parte, sempre nós nos comportamos de forma transparente. Em relação aos Secretários, a orientação sempre foi nesse sentido. Agora, eu não tenho como controlar efetivamente o que o Secretário faz - com quem ele janta, com quem ele sai. Não é possível isso. São mais de 20 Secretários, são Subsecretários. É difícil. Não é possível controlar.”

Ocorre que todas as promessas e o declarado cuidado com a transparência, em processos administrativos e licitações realizadas pelo Poder Executivo, não foram suficientes para impedir a falta de limpidez na rumorosa contratação da OSS IABAS.

É relevante destacar que a cifra do contrato para montagem e gestão dos hospitais de campanha no estado do Rio de Janeiro, qual seja, o valor exato de R\$835.772.409,78 (oitocentos e trinta e cinco milhões setecentos e setenta e dois mil quatrocentos e nove reais e setenta e oito centavos), representa mais de 10% (dez por cento) do orçamento previsto para a Saúde Estadual no ano de 2020, conforme consta na Lei Orçamentária Anual daquele ano, que consignava o montante de R\$ 7.075.545.394,00 (sete bilhões setenta e cinco milhões quinhentos e quarenta e cinco mil trezentos e noventa e quatro reais)²⁴ para o setor. Trata-se da maior contratação feita pela administração estadual, com uma única empresa, em todas as áreas, no ano de 2020. Provavelmente, uma das maiores contratações da história recente da administração pública estadual do Rio de Janeiro.

Com relação ao fato de ser o senhor Gabriell Neves, Subsecretário Executivo da Secretaria de Estado de Saúde, o responsável por ordenar despesas daquela pasta, isso em nada exclui a responsabilidade do Réu, posto que era seu dever zelar pela boa conduta de seus subordinados, mormente quando estão investidos de responsabilidades estratégicas. Voltaremos às questões “estratégicas” mais adiante.

²⁴ GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020. Disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3aWCC4200007038>



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Se os Secretários de Estado e Subsecretários exercem cargos de confiança e são orientados a praticar atos que lhes são delegados, direta ou indiretamente, pelo governador, este deve responder, não apenas pela escolha do subordinado, mas também pelo dever de supervisionar diretamente os atos praticados por seus escolhidos.

Com relação ao fato de que, após noticiada pela imprensa a existência de superfaturamento na contratação da OSS IABAS, o Réu determinou que a Controladoria Geral do Estado (CGE) fizesse auditoria prévia em todas as contratações emergenciais, cabe ressaltar que, conforme consta das Alegações Finais da Acusação:

“A IABAS, tinha 96% de avaliação de desempenho semestral em conceito “C”, no contrato 03/2016, para gestão do HEAPN. Tal conceito representa o mais crítico desempenho e, mesmo assim, a IABAS foi selecionada pelo comando da área da Saúde estadual, com intenção não republicana, para implantar e gerir 7(sete) Hospitais de Campanha e que, ainda, tinha sido desqualificada no Município do Rio de Janeiro por gestão precária, que tinha sido investigada pelo MPE e que teve dirigente da mesma preso. E que, também, estava inscrita na dívida ativa do Município da Capital. O aparato institucional do Estado nada verificou, mesmo se tratando de um contrato de tal dimensão.”

Cabe repetir que essa péssima reputação e avaliação foi também notificada ao ex-Secretário de Estado de Saúde e ao seu Subsecretário Executivo, pela Senhora Mariana Scardua, que também exercia cargo de Subsecretária naquela pasta:

“A SRA. MARIANA TOMASI SCARDUA – **Sim, a labas, Hospital Estadual Adão Pereira Nunes, gerido pela labas, só tinha conceito C e uma prestação de contas muito frágil. Após avaliar os relatórios da comissão de fiscalização, ratifiquei o parecer da CAF pela não renovação, não renovação deste contrato, pela troca da Organização Social, porque o labas não entregava o que estava em contrato.** Essa foi uma das ações.

A outra, como eu disse aqui, eu ficava sabendo, também já falei isso na Alerj e no MPE, eu ficava sabendo das ações da secretaria de estado pela televisão, às sete da manhã, quando o Secretário entrava no ar. E por aí eu fiquei sabendo que teriam hospitais de campanha, depois eu fiquei sabendo que os hospitais de campanha seriam todos com o labas. Aí, eu cheguei a comentar com ele que era... a palavra certa, não sei como dizer, mas que era imprudente, perigoso, porque o labas já tinha um histórico de não



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

entregar, e ele tinha conhecimento disso. Aí, sei lá, um dia depois, dois dias depois, eu fui exonerada.”

Como se pode observar, a má fama da OSS IABAS era amplamente conhecida entre gestores graduados da equipe do Réu. Apesar disso, foi a organização social escolhida para prestar o serviço de montagem e de gestão dos hospitais de campanha. Ademais, não obstante a publicação do Decreto Estadual nº 47.039, de 17 de abril de 2020, que determinava a realização de auditoria nos contratos emergenciais realizados pela Secretaria de Estado de Saúde no âmbito das ações de enfrentamento à pandemia do coronavírus, aquela famigerada organização social foi afastada apenas no mês de junho de 2020, após a publicação do Decreto Estadual nº 47.103, de 02 de junho de 2020, sob pressão da imprensa e depois de desembolsados valores expressivos pelo erário.

Isso por certo ocorreu pelo fato de que a OSS IABAS tem estreita ligação com o grupo liderado pelo Pastor Everaldo, cujo principal operador executivo, nos meses de fevereiro e março de 2020, no âmbito da SES, era Gabriell Neves, que respondia pelas contratações no órgão.

Nesse sentido, destacou a Acusação, em suas Alegações Finais:

“Para robustecer a acusação de que a contratação da IABAS foi escusa e se deu de forma irregular e improba através de uma organização criminosa na gestão do acusado de Crime de Responsabilidade, o GOVERNADOR WILSON WITZEL, é que se transcreve o abaixo:

No termo de colaboração do Sr. Edmar José Alves dos Santos, em sede de delação premiada ao MPF em 24/06/20, as fls. 2 e 3 de 5, no Anexo 14 – IABAS, afirma: “QUE, por ser aliada ao grupo do PASTOR EVERALDO o IABAS alimentava o pool de empresas que contribuía com o caixa da propina (...)

QUE, em janeiro de 2020, BERTHOLDO conversa com o colaborador sobre a perspectiva da contratação de hospitais de campanha, para a pandemia que se aproximava, Que o colaborador não deu muita importância para essa conversa porque os hospitais de campanha não estavam em seus planos; Que, com o avanço da pandemia, porém, o Estado SP decidiu montar hospitais de campanha e o colaborador voltou a conversar com BERTHOLDO, mas não definiu que seria o IABAS o contratado; Que o governador WITZEL e a primeira-dama HELENA começaram a pressionar o colaborador para a montagem de hospitais de campanha, já que as cobranças na mídia aumentaram; Que o colaborador voltou a orientar com sua equipe a montagem de hospitais de campanha, em modelos



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

*diferentes de SP, seguindo um raciocínio técnico; QUE quem bateu o martelo para a contratação do IABAS não foi o colaborador; **QUE o colaborador recebeu de GABRIELL NEVES a notícia de que seria o IABAS a OS contratada; QUE o colaborador acreditou que essa escolha havia sido deliberada pelo grupo do PASTOR EVERALDO, já que o IABAS já tinha uma relação com o grupo; QUE, entretanto, o colaborador não teve a confirmação de VICTOR HUGO que essa decisão partiu do grupo; QUE PASTOR EVERALDO posteriormente informou ao colaborador que também não partiu dele essa decisão, mas é possível que tenha partido;** Que VICTOR chegou a se queixar da interferência de CASSIO BARREIROS na relação com o IABAS; QUE a interface do grupo do empresário JOSÉ CARLOS narrado em anexo próprio era feita por CASSIO BARREIROS, que foi chefe de gabinete da casa civil e posteriormente assessor especial do governador WITZEL (...)"*

Isto posto, não resta qualquer dúvida de que o Réu, ao lado do Pastor Everaldo, tendo como operadores executivos Edmar Santos e, por dois meses, Gabriell Neves, estruturou esquema para destinar parcela significativa do orçamento da pasta da saúde estadual à efetivação de uma contratação temerária, mas aparentemente tentadora, em face do estratosférico valor do contrato.

Pelo exposto, conclui-se, portanto, que, no lapso temporal entre a contratação, a determinação de realização de auditoria e o efetivo afastamento da OSS IABAS, as ações ocorreram mediante comando, direto ou indireto, do Réu. Ainda que não haja sua assinatura no contrato; ainda que ele não tivesse executado uma ação direta para contratar a OSS IABAS, é inverossímil que não soubesse de nada do que se passava. Afinal, era a maior contratação de seu governo, com grande cobertura midiática e com incidência sobre o principal desafio do Rio de Janeiro, naquele momento e ainda hoje: salvar as vidas das pessoas infectadas pelo novo coronavírus. Ora, poderia o Réu, como governador, ficar absorto face a tudo isso?

Na hipótese de que a resposta à questão acima seja afirmativa, o caso passa a ser de negligência, omissão, descuido ou desleixo. Como pode o Réu, como chefe do Poder Executivo estadual, não ter acompanhado, monitorado, se interessado mais de perto por um dossiê de gestão tão importante e tão decisivo para a vida do povo fluminense?



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

De uma forma ou de outra, por ação direta ou indireta, ou, ainda, pela mais absoluta omissão, não me parece cabível afastar a responsabilidade do Réu em relação à desastrosa contratação da OSS IABAS. Até porque, sua atitude de se manter sob alegada distância das decisões relativas à contratação da OSS IABAS foi determinante para que tudo acontecesse da forma como ocorreu. Seu distanciamento, omissão ou negligência, além de reprováveis por si mesmos, foram a senha para que gestores e empresários, em conluio, agissem ao arrepio do interesse público e da moralidade, de modo que o Réu pudesse vir a alegar, caso questionado, que não tivera participação nos fatos, pois estava focado nas “questões estratégicas”.

Mas, mesmo sob o prisma da responsabilidade estratégica, sempre brandida pelo Réu para justificar sua inimputabilidade sobre os fatos e responsabilidades que lhe são atribuídos, há uma questão devastadora: afinal, o que seria mais estratégico para o governador à época do que cuidar, com máximo zelo e irretocável integridade, da gestão da saúde, da execução de um contrato milionário, único na administração, em plena pandemia, com número ascendente de mortos e infectados no Rio de Janeiro? Havia algo mais estratégico naquela conjuntura?

Outrossim, vale destacar que a definição de “improbidade” é motivo de acalorados debates doutrinários entre juristas. Parte dos autores entende que a probidade é dever máximo do agente público, mas outros doutrinadores preferem enfatizar que ela é, a rigor, um dos princípios basilares da Administração Pública. Mas essas vertentes, a rigor, não se colocam em contradição. Ambas as correntes são confluentes quanto ao dever legal e moral do agente público em servir à administração com honestidade, boa fé e zelo para com a *res publica*.

Nas lições da ilustríssima jurista Maria Sylvia Zanella di Pietro²⁵, a improbidade administrativa seria a lesão à probidade e à moralidade administrativa, acrescentando ainda a autora que, quando tratada como infração, a improbidade ganha um sentido mais extenso e preciso, abarcando os atos imorais ou desonestos, como também os atos ilegais.

²⁵ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2001.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Como se percebe, em relação ao modo de agir compatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo de governador, impunha-se ao Réu o dever de atendimento a padrões éticos, tais como honestidade, lealdade, cuidado, boa fé e probidade.

É no mínimo curioso, além de improvável, que o governador afastado não tivesse conhecimento da contratação da OSS IABAS para montagem e gestão dos hospitais de campanha, assim como também é curioso, além de inverossímil, que o Réu não tenha acompanhado o andamento do processo administrativo e a execução desses serviços.

Além de ter grande envergadura financeira, sendo possivelmente o contrato de valor mais alto da Secretária de Estado de Saúde e de todo o Poder Executivo estadual, também se tratava de medida estratégica para o enfrentamento da pandemia no estado do Rio de Janeiro. Sua omissão e negligência, no acompanhamento do processo de contratação da empresa ou organização social que realizaria a montagem e a gestão dos hospitais, certamente acabou por contribuir para que dezenas de milhares de cidadãos fluminenses fossem fatalmente vitimados pela covid-19, em decorrência da total ausência de infraestrutura na saúde estadual para o acolhimento das pessoas infectadas pelo novo coronavírus.

Segundo o Dicionário Michaelis²⁶, a omissão é definida como “abstenção de um ato ou de cumprimento de um dever legal; não realização de uma conduta (socorro, salvamento, intervenção etc.) que pode ou poderia gerar responsabilidade criminal, por causar dano moral ou patrimonial”; a negligência é definida como “(1) falta de vigilância; descuido, desídia, desleixo; (2) sentimento de que alguém ou alguma coisa não merece sua atenção ou respeito; desatenção, desinteresse, menosprezo; (3) falta de iniciativa; indolência, inércia, preguiça.”

Já à luz do ordenamento jurídico brasileiro, a omissão e a negligência do Réu, na qualidade de governador, caracterizam-se como descumprimento do poder-dever de agir e, diante das consequências colhidas pela sociedade fluminense, não há como

²⁶ MICHAELIS. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

afastar sua responsabilização. Nesse diapasão, sublinha o eminente jurista Hely Lopes Meirelles:

“O poder administrativo, portanto, é atribuído à autoridade para remover os interesses particulares que se opõem ao interesse público. Nessas condições, o poder de agir se converte no dever de agir. Assim, se no Direito Privado o poder de agir é uma faculdade, no Direito Público é uma imposição, um dever para o agente que o detém, pois não se admite a omissão da autoridade diante de situações que exigem sua atuação. (“Direito Administrativo Brasileiro”, 2010, p.107)

Sobre a omissão e a negligência, nas palavras do saudoso jurista, professor de direito e magistrado, Dr. José de Aguiar Dias²⁷, podem ser conceituadas como:

“(...) omissão é a negligência, o esquecimento das regras de proceder, no desenvolvimento da atividade. Negligência é a omissão daquilo que razoavelmente se faz, ajustadas as condições emergentes às considerações que regem a conduta normal dos negócios humanos. É a inobservância das normas que nos ordenam operar com atenção, capacidade, solicitude e discernimento. A negligência ocorre na omissão das precauções exigidas pela salvaguarda do dever a que o agente é obrigado. Configura-se, principalmente, no fato de não advertir a terceiro do estado das coisas capaz de lhe acarretar prejuízo, de não providenciar a remoção de objeto que produza dano deixado em lugar público; na ignorância e no erro evitáveis, quando impedem o agente de conhecer o dever; isto é deixar de ouvir o que é audível, deixar de ver o que é visível.”

Logo, a responsabilização do Réu pode, sim, decorrer de sua conduta omissiva e negligente no exercício de sua elevada função pública, de caráter executivo. Ou seja, apto a cuidar, resolver, agir, como se espera de qualquer pessoa que exerça o cargo de governador, o Réu, eleito para cumprir essa função, delega a terceiros, por ação ou omissão, sem supervisão ou acompanhamento, a tomada de decisões centrais de sua administração.

Como o próprio Réu ressaltou, não apenas em sua peça de defesa apresentada ao Tribunal Especial Misto, mas também em seu interrogatório, sua obrigação se restringia à tomada de “decisões estratégicas”. Ora, se a contratação milionária de um serviço de montagem e gerência de hospitais de campanha para atendimento da

²⁷ DIAS, José de Aguiar. *Da responsabilidade civil*. v. I, 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

população fluminense, em meio a uma pandemia devastadora, não se tratava de decisão estratégica de seu governo, ninguém mais saberá definir o sentido do que seja estratégico.

Nessa perspectiva, também ensina o saudoso jurista Hely Lopes Meirelles²⁸:

“o agente administrativo, como ser humano dotado de capacidade de atuar, deve, necessariamente, distinguir o Bem do Mal, o Honesto do Desonesto. E, ao atuar, não poderá desprezar o elemento ético da sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas também entre o honesto e o desonesto.”
(grifos nossos)

Em outras palavras, é inaceitável que, diante do porte financeiro do contrato e da urgente necessidade de montagem de hospitais de campanha para atendimento à população fluminense, cada vez mais afetada pela pandemia, que o Réu, como chefe do Poder Executivo, não tenha se mantido informado sobre o processo de contratação da OSS IABAS e, menos ainda, sobre a execução do contrato. Aliás, sem sequer tirar proveito do inovador sistema que orgulhosamente implantou, o Sistema Eletrônico de Informações, que lhe possibilitaria, de seu próprio gabinete, acompanhar o andamento de todos os processos, notadamente monitorar o empenho, a liquidação e o pagamento relativos a serviços prestados ou a bens e insumos comprados.

Mesmo em relação a supostas atitudes diligentes e zelosas reclamadas pelo Réu em sua defesa, como a edição do Decreto nº 47.103, de 02 de junho de 2020, que afastou a OSS IABAS da construção e da gestão dos fracassados hospitais de campanha, o referido ato só veio à luz depois que o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro exerceu seu poder de controle, determinando, em 27 de maio de 2020, a suspensão dos pagamentos à entidade, por suspeita de irregularidades, incluindo superfaturamento no contrato. Ou seja, o Réu afastou a OSS IABAS apenas poucos dias depois da decisão do TCE-RJ!

²⁸ MEIRELLES, Hely Lopes *et al.* Direito Administrativo Brasileiro. 44ª ed. Salvador, Juspodivm; São Paulo: Malheiros, 2020.



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Também é importante destacar que o Réu tem atitude hesitante, quando se trata de responder sobre as decisões relativas à contratação da OSS IABAS. Embora, nas Alegações Finais, a Defesa afirme categoricamente que a decisão sobre a contratação da OSS IABAS tenha sido do Subsecretário Executivo Gabriell Neves, em resposta ao Relator, durante o seu interrogatório, o Réu foi menos firme. Indagado se a decisão tinha sido do Subsecretário Executivo, ele respondeu: “provavelmente”! Aliás, não se sabe bem em que momento a administração estadual, sob o comando do Réu, abandonou o “Plano de Resposta de Emergência ao Coronavírus no Estado do Rio de Janeiro”, de janeiro de 2020, que previa o aproveitamento das estruturas hospitalares das Forças Armadas e da própria Secretaria de Saúde, e se encaminhou para a contratação discricionária da OSS IABAS. Como governador à época, será mesmo honroso e digno que o Réu não tenha resposta precisa para nada disso?

Talvez a explicação esteja na resposta dada pelo Sr. Edson Torres, em diálogo com a Acusação, durante seu depoimento. Indagado se a OSS IABAS participava da caixinha de propina por ele assumidamente coordenada, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde, o depoente afirmou: **“Inicialmente, não. (...) Depois, no início de 2020, por causa da pandemia, que Edmar trouxe um contrato fechado referente à pandemia, que, aí, colocou-se alguém para conversar com o IABAS sobre questão de participação de propina.”**

Nunca é demais lembrar dois dados assombrosos: no governo do Réu, o erário estadual pagou cerca de R\$ 256 milhões antecipadamente à OSS IABAS para construir e gerenciar hospitais de campanha, iniciativa que se constituiu no mais retumbante fracasso de sua gestão. O dramático corolário dessa vultosa soma desperdiçada é o número de quase 44.000 mortos pela COVID-19 no Estado do Rio de Janeiro, que fecha o mês de abril de 2021 com quase 740.000 casos confirmados. Ambos os dados são do Consórcio de Veículos de Imprensa que monitora a pandemia no Brasil.

Em resposta à Desembargadora Inês da Trindade Chaves de Melo, o Réu afirmou, de forma eloquente, **“que não é atribuição do governador verificar regularidade de pagamentos”**. Pouco antes, porém, afirmara, respondendo ao



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

Desembargador Fernando Foch, com orgulho, que havia implantado um moderno sistema de monitoramento de informações da gestão: **“Para dar total transparência às licitações, aos processos administrativos. De minha parte, sempre nos comportamos de forma transparente.”** Contudo, mesmo com dispositivo tão avançado, o Réu não sabe bem quem indicou o Subsecretário Executivo Gabriell Neves, não sabe bem quem contratou a OSS IABAS, não sabe bem quanto se pagou à entidade, pois, tudo isso, não seria de sua alçada. Essa atitude de “auto-desresponsabilização”, de se colocar sempre como alguém que está eximido de responsabilidade, mesmo diante de decisões graves em sua gestão, é efetivamente indecoroso, aqui entendido como algo vergonhoso. Mas atenta também contra a moral, na medida em que essa atitude de esquiva abriu caminho para que outros operassem, de forma espúria, sem ser molestados, em sua administração.

Logo, não resta outra conclusão possível que não seja a nítida configuração de flagrante, irresponsável e criminosa omissão do Réu, o que depõe gravemente sobre a probidade de sua atuação como governador do estado do Rio de Janeiro.

6. DISPOSITIVO

Em relação à acusação de crime de responsabilidade relativo ao ato de requalificação da OSS Unir Saúde, considero que a pretensão acusatória é procedente, tendo em vista que tal ato, por parte do Réu, contribuiu diretamente para proteger interesses privados, mesquinhos e ilegítimos, em detrimento do elevado interesse público, sendo um capítulo da competição travada por grupos econômicos concorrentes, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, que disputavam, por meio do aliciamento criminoso de agentes públicos e do pagamento de vantagens indevidas, os contratos daquele órgão público estadual.

Em relação à acusação de crime de responsabilidade relativo à contratação da OSS IABAS para construir e gerir hospitais de campanha, considero que a pretensão acusatória é procedente, pois a atitude do Réu, ao se esquivar do exercício de sua função de dirigente executivo máximo do Estado do Rio de Janeiro, contribuiu diretamente para as maquinações delituosas de um dos grupos econômicos que



TRIBUNAL ESPECIAL MISTO

disputavam, por meio do aliciamento criminoso de agentes públicos e do pagamento de vantagens indevidas, os contratos da Secretaria de Estado de Saúde.

Diante disso, **CONSIDERANDO:**

a) que o Réu, no que se refere a ambos os eixos da Acusação, **agiu de modo oposto ao que se espera de um governante e líder**, no sentido de proteger, cuidar e representar os legítimos interesses da população que governa e lidera;

b) que o Réu **é particularmente conhecedor da Lei e das obrigações inerentes ao ocupante de cargo público, posto que exerceu várias funções de provimento efetivo**, em diferentes órgãos públicos, **notadamente o exercício da magistratura federal, por quase 18 anos;**

c) que **as consequências diretas e indiretas dos atos praticados pelo Réu**, cuja autoria aqui reconheço, sem duvidar, portanto, de sua materialidade, **têm relação com os números devastadores de mortos e infectados pela pandemia do novo coronavírus**, no âmbito do estado do Rio de Janeiro;

d) que **os atos do Réu**, em relação aos dois eixos que estruturam a Acusação, **ferem frontalmente a dignidade, a honra e o decoro do cargo público que ocupava:**

ACOLHO INTEGRALMENTE A PRETENSÃO ACUSATÓRIA, OU SEJA, JULGO PROCEDENTE, EM RELAÇÃO AOS DOIS EIXOS DA ACUSAÇÃO, O PEDIDO PARA CONDENAR O RÉU À PERDA DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E À INABILITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE QUALQUER FUNÇÃO PÚBLICA PELO PRAZO DE CINCO ANOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º, INCISO V, DO ARTIGO 9º, ITEM 7, E DO ARTIGO 78, TODOS DA LEI FEDERAL Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950.

É como voto.

WALDECK CARNEIRO
Relator